

RELATÓRIO FINAL DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Cuiabá(MT), 23 a 28 de janeiro de 2017

Tema Central: Em defesa da educação pública e contra a agenda regressiva de retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

SUMÁRIO

PARTICIPANTES	004
ATAS	
PLENÁRIA DE ABERTURA	013
PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO	014
- Cronograma e Pauta do 36º CONGRESSO	022
- Regimento do 36º CONGRESSO	023
TEMA I - MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA	032
TEMA II - POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	035
TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES	079
TEMA IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	107
PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO	122
- Carta de Cuiabá	124
- Moções	127
RESOLUÇÕES	
TEMA I - MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA	
- Centralidade da Luta	149
TEMA II - POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
- Política de Ciência e Tecnologia	150
- Política Sindical	151
- Políticas de Classe, Etnias, Gênero e Diversidade Sexual	153
- Comissão da Verdade do ANDES-SN	155
- Política Educacional	156
- Comunicação e Arte	157
- Política Agrária, Urbana e Ambiental	158
- Seguridade Social e Assuntos e Aposentadoria	158
TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES	
- Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES	161
- Plano de Lutas do Setor das IFES	164

TEMA IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
- Alterações no Estatuto do ANDES-SN	169
- Fundo de Único (Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN)	171
- Homologações: novas seções sindicais e alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical	171
- Prestação de contas do 61º CONAD	172
- Manutenção do Apoio Financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)	173
- Manutenção do Apoio Financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida	173
- Manutenção do Apoio financeiro ao casarão da luta e ao sistema de formação política ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)	174
- Sede do 37º Congresso do ANDES-SN	174
- Inscrições nos grupos de trabalho do ANDES-SN	174
RATEIO DO 36º CONGRESSO	179
	183
CADERNO DE TEXTOS DO 36º CONGRESSO	
	336
ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS DO 36º CONGRESSO	
TEXTOS APRESENTADOS NA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO E/OU ACRÉSCIMOS AOS TRs	398

RELAÇÃO DOS DELEGADOS AO 36º CONGRESSO

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL	SETOR
1	César Augusto Minto	ADUSP	E
2	Ana Luíza Jesus da Costa	ADUSP	E
3	Everaldo de Oliveira Andrade	ADUSP	E
4	Lighia Brigitta Horodynski-Matsushigue	ADUSP	E
5	Lilian Gregory	ADUSP	E
6	Mariléia Maria da Silva	APRUDESC	E
7	Carmen Susana Tornquist	APRUDESC	F
8	Paulo Sampaio Xavier de Oliveira	ADUNICAMP	E
9	Mário Antônio Gneri	ADUNICAMP	E
10	Paulo César Centoducatte	ADUNICAMP	E
11	Nilo Sérgio Sabbião Rodrigues	ADUNICAMP	E
12	Maria Cecília Cardoso Benatti	ADUNICAMP	E
13	Edson Domingos Fagundes	SINDUTF-PR	F
14	Rosângela Duarte Pimenta	SINDIUVA	E
15	Niágara Vieira Soares Cunha	SINDIUVA	E
16	Marcel Lima Cunha	SINDIUVA	E
17	Cristiano Lima Ferraz	ADUSB	E
18	Sérgio Luiz Carmelo Barroso	ADUSB	E
19	Jorge Barros	ADUSB	E
20	Jorge Costa do Nascimento	ADUSB	E
21	Alba Banemérita Alves Vilela	ADUSB	E
22	Elson de Sousa Lemos	ADUSB	E
23	Roque Mendes do Prado Trindade	ADUSB	E
24	Raimundo Alberto Tostes	APUFPR	F
25	Celina Lacerda Ferreira	APUFPR	F
26	Maria Sueli Soares	APUFPR	F
27	Marcia Marzagão Ribeiro	APUFPR	F
28	Marise Fonseca dos Santos	APUFPR	F
29	Milena Maria Costa Martinez	APUFPR	F
30	Nixon Vieira Malveira	APUFPR	F
31	Paulo de Oliveira Perna	APUFPR	F
32	Sandra Mara Alessi	APUFPR	F
33	Vitor Atsushi Nozaky Yano	APUFPR	F
34	Marcílio Lucas	ADUFDOURADOS	F
35	Luciana Lopes Coelho	ADUFDOURADOS	F
36	Celeste dos Santos Pereira	ADUFPEL	F
37	Henrique Andrade Furtado de Mendonça	ADUFPEL	F
38	Daniela Stevanin Hoffmann	ADUFPEL	F
39	Ana Lúcia Costa de Oliveira	ADUFPEL	F
40	Francisco Carlos Duarte Vitória	ADUFPEL	F
41	Rejane Barreto Jardim	ADUFPEL	F
42	Ariane Ferreira Porto da Rosa	ADUFPEL	F
43	Vanessa Doumid Damasceno	ADUFPEL	F
44	José Carlos Volcato	ADUFPEL	F
45	Edmilson Aparecido da Silva	SESDUEM	E
46	Sandra Helena Ribeiro Cruz	ADUFPA	F
47	Edna da Conceição Lima Campos	ADUFPA	F
48	José Queiroz Carneiro	ADUFPA	F
49	Jennifer Suzan Web Santos	ADUFPA	F
50	Rosimê da Conceição Meguins	ADUFPA	F
51	Vera Lúcia da Rocha Pereira	ADUFPA	F
52	Aílton Lima Miranda	ADUFPA	F
53	Ivan Carlos Ferreira Neves	ADUFPA	F
54	Joselene Ferreira Mota	ADUFPA	F
55	Waldir Ferreira de Abreu	ADUFPA	F

56	Célia Regina Vendramini	Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC	F
57	Maria Teresa dos Santos	Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC	F
58	Maria Regina Ávila Moreira	Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC	F
59	Alberto Elvino Franke	Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC	F
60	Gean Cláudio de Souza Santana	ADUFS-BA	E
61	Gracinete Bastos de Souza	ADUFS-BA	E
62	Vagner Silva Alves	ADUFS-BA	E
63	Fabiana Cristina Bertoni	ADUFS-BA	E
64	Fábio Santana Nunes	ADUFS-BA	E
65	Carlos Frederico Leão Rocha	ADUFRJ	F
66	Mariana Trota Dallalana Quintans	ADUFRJ	F
67	Renata Flores	ADUFRJ	F
68	Regina Célia de Souza Pugliese	ADUFRJ	F
69	Luciano Coutinho	ADUFRJ	F
70	Luciana Boiteux	ADUFRJ	F
71	José Henrique Sanglard	ADUFRJ	F
72	Gláucia Lelis	ADUFRJ	F
73	Elidio Borges Marques	ADUFRJ	F
74	Walcyr de Oliveira	ADUFRJ	F
75	Angélica Nakamura	ADUFRJ	F
76	Gilberto Zanetti	ADUFRJ	F
77	Tatiana Rappoport	ADUFRJ	F
78	Cláudia Piccinini	ADUFRJ	F
79	Roberto Camargos Malcher Kanitz	ADUEMG	E
80	Lemuel Rodrigues da Silva	ADFURN	E
81	Francisco Valdomiro de Moraes	ADFURN	E
82	Josenildo Oliveira de Moraes	ADFURN	E
83	Alessandro Teixeira Nóbrega	ADFURN	E
84	Alexsandro Donato de Carvalho	ADFURN	E
85	Sambara Paula Francelino Ribeiro	SINDUECE	E
86	José Eudes Baima Bezerra	SINDUECE	E
87	Raquel Dias Araújo	SINDUECE	E
88	José Ernandi Mendes	SINDUECE	E
89	José Alex Soares Santos	SINDUECE	E
90	Alexandre Martins Joca	ADUC	F
91	Reginaldo Silva de Araújo	ADUFMAT	F
92	Marluce Souza e Silva	ADUFMAT	F
93	Alair Suzeti da Silveira	ADUFMAT	F
94	Paulo Wesceley Pinheiro	ADUFMAT	F
95	José Domingues de Godoi Filho	ADUFMAT	F
96	José Airton de Paula	ADUFMAT	F
97	Lélica Elis P. de Lacerda	ADUFMAT	F
98	Maelison Silva Neves	ADUFMAT	F
99	Maurício da Silva Guedes	ADUFMAT	F
100	Lorena Cardoso Rezende	ADUFMAT	F
101	Levy Paes Barreto	ADUFERPE	F
102	Júlia Figueredo Benzaquen	ADUFERPE	F
103	Flávio Dantas Albuquerque Melo	ADUFERPE	F
104	Jaqueline Bianque de Oliveira	ADUFERPE	F
105	Eduardo Jorge Souza da Silva	ADUFERPE	F
106	Nilson Pereira de Carvalho	ADUFERPE	F
107	Cauê Guion de Almeida	ADUFERPE	F
108	Rubens Luiz Rodrigues	APESJF	F
109	Joacir Teixeira de Melo	APESJF	F
110	Augusto Cerqueira	APESJF	F
111	Marco Escher	APESJF	F
112	Maria Lúcia de Araújo Leopoldo	APESJF	F
113	Eduardo Sérgio Leão de Souza	APESJF	F

114	Thiago Barreto Maciel	APESJF	F
115	Custódio Gouvêa Lopes da Motta	APESJF	F
116	Marina Barbosa Pinto	APESJF	F
117	Lucineia Scremin Martins	ADUFG	F
118	Humberto de Assis Clímaco	ADUFG	F
119	Fernando Lacerda Junior	ADUFG	F
120	Alcides Pontes Remijo	ADUFG	F
121	Alexandre Aguiar dos Santos	ADUFG	F
122	Luis Augusto Vieira	ADUFG	F
123	Pollyana Nascimento de Paula	ADUFG	F
124	José Rodolfo Pacheco Thiesen	ADUFG	F
125	Valéria Siqueira Roque	ADFMTM	F
126	Júlio Ricardo Quevedo dos Santos;	SEDUFMSM	F
127	Gihad Mohamad	SEDUFMSM	F
128	Laura Regina S. C. Mauricio da Fonseca	SEDUFMSM	F
129	Luciano Miranda Silva	SEDUFMSM	F
130	Márcia Morschbacher	SEDUFMSM	F
131	Hugo Gomes Blois Filho	SEDUFMSM	F
132	Julia Monnerat Barbosa	SINDUFAP	F
133	Claudete Nascimento Machado	SINDUFAP	F
134	André Rodrigues Guimarães	SINDUFAP	F
135	Diana Regina dos Santos	SINDUFAP	F
136	Maria Lucia Salgado Cordeiro dos Santos	Secretaria Regional SP	F
137	Antonio Libério de Borba	SINDCEFET-MG	F
138	Benedito de Jesus Magalhães	SINDCEFET-MG	F
139	José Antônio Pinto	SINDCEFET-MG	F
140	Pedro Duarte Antunes	SINDCEFET-MG	F
141	Hércules Alfredo Batista Alves	SINDCEFET-MG	F
142	Josyele Ribeiro Caldeira	SINDCEFET-MG	F
143	Suzana Maria Zatti Lima	SINDCEFET-MG	F
144	Alberto Ferreira da Rocha Junior	ADUFSJ	F
145	Sandra Boari da Silva Rocha	ADUFSJ	F
146	Pablo Luiz Martins	ADUFSJ	F
147	Gustavo Seferian Scheffer Machado	ADUFLA	F
148	Ana Carolina Dias do Amaral Ramos	ADUFLA	F
149	Rigler Aragão	SINDUNIFESSPA	F
150	Clayton Douglas de Oliveira	SINDUNIFESSPA	F
151	Leonardo Villela de Castro	ADUNIRIO	F
152	Rodrigo Castelo Branco Santos	ADUNIRIO	F
153	Carla Silvana Daniel Sartor	ADUNIRIO	F
154	Joanir Pereira Passos	ADUNIRIO	F
155	Rodrigo Machado Vilani	ADUNIRIO	F
156	Andrea Thees Messer	ADUNIRIO	F
157	Bruno José da Cruz Oliveira	ADUNIRIO	F
158	Vânia Graciele Lezan Kowalczyk	SESDUF-RR	F
159	Sandra Maria Franco Buenafuente	SESDUF-RR	F
160	Carlos Eduardo Ramos	SESDUF-RR	F
161	Kleos M. Lenz César Jr.	ASPUV	F
162	Jorgetânia da Silva Ferreira	ADUFU	F
163	Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos	ADUFU	F
164	Paulo César Peres de Andrade	ADUFU	F
165	Kênia Maria de Almeida Pereira	ADUFU	F
166	Eduardo Giavara	ADUFU	F
167	Aurelino José Ferreira Filho	ADUFU	F
168	Alexandre Herculano Ferreira Freitas	ADOPEAD/RJ	F
169	Andrea Carmo Sampaio	ADUR/RJ	F
170	Márcio Rufino Silva	ADUR/RJ	F

171	Marco André Alves Souza	ADUR/RJ	F
172	Regina Cohen Barros	ADUR/RJ	F
173	Markos Klemz Guerrero	ADUR/RJ	F
174	Dan Gabriel D'Onofre	ADUR/RJ	F
175	Aurean D'Eça Junior	APRUMA	F
176	Rosilda Silva Dias	APRUMA	F
177	Cláudio Anselmo de Souza Mendonça	APRUMA	F
178	Joana Aparecida Coutinho	APRUMA	F
179	Saulo Pinto Silva	APRUMA	F
180	Thiago Pereira Lima	APRUMA	F
181	Elena Steinhorst Damasceno	APRUMA	F
182	Joanita Mota de Ataíde	APRUMA	F
183	Antonio Gonçalves Filho	APRUMA	F
184	Francielli Rebelatto	SESUNILA	F
185	Fernando Correa Prado	SESUNILA	F
186	Aldair Oliveira de Andrade	ADUA	F
187	Antônio José Vale da Costa	ADUA	F
188	José Alcimar de Oliveira	ADUA	F
189	Luiz Fernando de Souza Santos	ADUA	F
190	Guilhermina de Melo Terra	ADUA	F
191	Josenildo Santos de Souza	ADUA	F
192	Douglas Ferreira de Paula	ADUA	F
193	Elizandra Garcia da Silva	ADUA	F
194	Lia Rocha	ASDUERJ	E
195	Maria Luíza Tambellini	ASDUERJ	E
196	Joana Xênia Rabello Ferreira	ASDUERJ	E
197	Guilherme Vargues	ASDUERJ	E
198	Renata Marins Alvim Gama de Oliveira	ASDUERJ	E
199	Frederico Irias	ASDUERJ	E
200	Ediane Lopes de Santana	ADUNEB	E
201	Vamberto Ferreira Filho	ADUNEB	E
202	Zózina Maria Almeida	ADUNEB	E
203	Tadeu Santos	ADUNEB	E
204	Naira Souza	ADUNEB	E
205	Everton Neri Carneiro	ADUNEB	E
206	Valter José Cruz	ADUNEB	E
207	Emerson Ribeiro	SINDURCA	E
208	João Ludgero	SINDURCA	E
209	Rafael Brito	SINDURCA	E
210	Airton Paula Souza	ADUFS	E
211	Alexandre Luna Candido	ADUFS	E
212	Augusto César Vieira dos Santos	ADUFS	E
213	Benedito Carlos Libório C. Araújo	ADUFS	E
214	Marcelo Massayosshi Ueki	ADUFS	E
215	Saulo Henrique Souza Silva	ADUFS	E
216	Marcos Antônio da Silva Pedroso	ADUFS	E
217	Menilton Menezes	ADUFS	f
218	Mário Mariano Ruiz Cardoso	ADFVJM	F
219	Tarcila Mantovan	ADFVJM	F
220	Laura Souza Fonseca	SEÇÃO SINDICAL do ANDES-SN na UFRGS	F
221	Maurício Wiering Pinto Telles	ADURN	F
222	Paulo Rodrigues dos Santos	ADUSC	E
223	Arturo Samana	ADUSC	E
224	José Luiz de França Filho	ADUSC	E
225	Maíra Tavares Mendes	ADUSC	E
226	Rodnei Valentin Pereira Novo	APROFURG	F
227	Mário Junges	APROFURG	F
228	Lucas Cerqueira	APROFURG	F

229	Márcia Umpierre	APROFURG	F
230	Anderson Lobato	APROFURG	F
231	Eduardo Forneck	APROFURG	F
232	Luíza da Silva	APROFURG	F
233	Cristiano Engelke	APROFURG	F
234	Rodrigo Medina Zagni	ADUNIFESP	F
235	Fábio César Venturini	ADUNIFESP	F
236	Fábio Luiz Barbosa dos Santos	ADUNIFESP	F
237	Andréia Regina de Oliveira Camargo	ADUNIFESP	F
238	Luiza do Nascimento Carvalho	ADCAC	F
239	Joaquim Batista de Toledo	ADUFOP	F
240	Guilherme da Silva Lima	ADUFOP	F
241	Raquel Mota Mascarenhas	ADUFOP	F
242	Rodrigo da Cunha Nogueira	ADUFOP	F
243	Jair Vicente Manoel	ADUFAC	F
244	Gilberto Francisco Alves de Melo	ADUFAC	F
245	Maria Aldecy Rodrigues de Lima	ADUFAC	F
246	Ailton Silva Galvão	ADUFAL	F
247	Adriana Lourenço	ADUFAL	F
248	Andréa Pacheco de Mesquita	ADUFAL	F
249	Afonso Marinho Espindola	ADUFAL	F
250	Carolina Nozella Gama	ADUFAL	F
251	Carlos Eduardo Muller	ADUFAL	F
252	Irailde Correia de Souza Oliveira	ADUFAL	F
253	José Menezes Gomes	ADUFAL	F
254	Parmênides Justino Pereira	ADUFAL	F
255	Gelta Terezinha Ramos Xavier	ADUFF	F
256	Adriana Machado Penna	ADUFF	F
257	Elza Dely Veloso Macedo	ADUFF	F
258	Carlos Augusto Aguilar Junior	ADUFF	F
259	Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa	ADUFF	F
260	Lorene Figueiredo de Oliveira	ADUFF	F
261	Edson Teixeira da Silva Junior	ADUFF	F
262	Antoniana Dias Defilippo Bigogno	ADUFF	F
263	Bianca Novaes de Mello	ADUFF	F
264	Sônia Lúcio Rodrigues Lima	ADUFF	F
265	Wanderson Fábio de Melo	ADUFF	F
266	Arley José Silveira da Costa	ADUFF	F
267	Virgilio Caixeta Arraes	ADUnB	F
268	Osmar Riehl	ADUnB	F
269	Ana Lúcia Carneiro Sarmiento	ADUnB	F
270	Carlos Eduardo Vidigal	ADUnB	F
271	Maria Elenita Menezes Nascimento	ADUnB	F
272	Aldira Guimarães G. Domingues	ADUnB	F
273	Rachel Nunes da Cunha	ADUnB	F
274	Maria Auxiliadora César	ADUnB	F
275	Jair Reck	ADUnB	F
276	Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi	ADUnB	F
277	Manoel Pereira de Andrade	ADUnB	F
278	Américo Ricardo Moreira de Almeida	APUG	E
279	Paulo Henrique Costa Mattos	APUG	E
280	Pablo Luiz de Oliveira Lima	APUBH	F
281	Solange Godoy	APUBH	F
282	Marcelo Sitcovsky Santos Pereira	ADUFPB	F
283	Cristiano Bonneau	ADUFPB	F
284	Cristine Hirsch Monteiro	ADUFPB	F
285	Dailton Alencar Lucas de Lacerda	ADUFPB	F
286	Edson Franco de Moraes	ADUFPB	F

287	Fernando José de paula Cunha	ADUFPB	F
288	Guttemberg da Silva Silvino	ADUFPB	F
289	José Eduardo Ferreira Espínola	ADUFPB	F
290	Liney Carneiro Benevides	ADUFPB	F
291	Maria Bernadete Silveira de Andrade	ADUFPB	F
292	Terezinha Diniz	ADUFPB	F
293	Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes	ADUFPI	F
294	Filadélfia Carvalho de Sena	ADUFPI	F
295	Janayna Arruda Barroso	ADUFPI	F
296	Grasiele Maria de Sousa Coelho	ADUFPI	F
297	Márcio da Silva Costa	ADUFPI	F
298	Antonio Eduardo Alves de Oliveira	APUR	F
299	Davi Romão Teixeira	APUR	F
300	Juliano Pereira Campos	APUR	F
301	Fátima Aparecida Silva	APUR	F
302	José da Rocha Pinto	ADUFES	F
303	Raphael Góes Furtado	ADUFES	F
304	Cenira Andrade de Oliveira	ADUFES	F
305	Bernadete Gomes Mian	ADUFES	F
306	Juliana Iglesias Melim	ADUFES	F
307	Francisco Mauri de Carvalho Freitas	ADUFES	F
308	Leonardo de Resende Dutra	ADUFES	F
309	Valter Pires	ADUFES	F
310	Thauan Pastrello	ADUFES	F
311	Gilead Marchezi Tavares	ADUFES	F
312	Augusto César Barreto	ADUFEPE	F
313	Celi Taffarel	APUB	F
314	Elza Peixoto	APUB	F
315	Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	E
316	Dimas Santana Souza Neves	ADUNEMAT	E
317	Henrique Roriz Aarestrup Alves	ADUNEMAT	E
318	Luciene Neves Santos	ADUNEMAT	E
319	Rogério Benedito da Silva Añez	ADUNEMAT	E
320	Willian Vieira Gonçalves	ADUNEMAT	E
321	Antonio Enrique Fonseca Romero	SIND-UEA	E
322	Denilson Lima Santos	SIND-UEA	E
323	Otino José Araújo de Freitas	ADUNIR	F
324	Leonardo Severo da Luz Neto	ADUNIR	F
325	Maria Rosa Pimentel Faria de Miranda	ADUNIR	F
326	Maria das Graças de Araújo	ADUNIR	F
327	Lina Santana	ADCESP	E
328	Lucineide Barros Medeiros	ADCESP	E
329	Milena Wachlevski Machado	ADUFERSA	F
330	Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho	ADUFERSA	F
331	Sueldes de Araujo	ADUFERSA	F
332	Jairo Rocha Ximenes Ponte	ADUFERSA	F
333	Nelson Aleixo da Silva Júnior	ADUEPB	E
334	Cristiane Maria Nepomuceno	ADUEPB	E
335	Lenilda Cordeiro de Macedo	ADUEPB	E
336	Maria de Lourdes Sarmento	ADUEPB	E
337	Mauriene da Silva Freitas	ADUEPB	E
338	Patrícia Soares de Andrade	SINDCEFET-PI	F
339	Antônio Luís da Silva Sousa	SINDCEFET-PI	F
340	Egmar Oliveira Souza Júnior	SINDCEFET-PI	F
341	José Bezerra de Araújo	ADUFCG	F
342	Luciano Mendonça	ADUFCG	F
343	Antonio Gomes	ADUFCG	F
344	Gonzalo Rojas	ADUFCG	F

345	Ranoel José de Sousa Gonçalves	ADUFCG	F
346	José Luciano Queiroz	ADUFCG	F
347	Marcus José Conceição Lopes	ADUFCG	F
348	Armando Caputi	ADUFABC	F
349	Carlos Augusto de Oliveira Diniz	ADCAJ	F
350	João da Costa Chaves Junior	ADUNESP	F

RELAÇÃO DOS OBSERVADORES AO 36º CONGRESSO

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL	SETOR
1	Débora Souto Allemand	ADUFPEL	F
2	Wagner Damasceno	Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC	F
3	Sara Granemann	ADUFRJ	F
4	Maria Cristina Miranda da Silva	ADUFRJ	F
5	Vanessa Behrends Rodrigues	ADUFMAT	F
6	Iva Ferreira Gonçalves	ADUFMAT	F
7	Carlos Roberto Sanches	ADUFMAT	F
8	Clarianna Martins Baicere Silva	ADUFMAT	F
9	Deyvisson Pereira da Costa	ADUFMAT	F
10	Márcia Cristina Pascotto	ADUFMAT	F
11	Ivna de Oliveira Nunes	ADUFMAT	F
12	Quelli Rocha	ADUFMAT	F
13	Luã Karner de Oliveira	ADUFMAT	F
14	Maria Clara Vieira Weiss	ADUFMAT	F
15	Mariuce Campos de Moraes	ADUFMAT	F
16	Roberto Boaventura da Silva Sá	ADUFMAT	F
17	Onice Teresinha Dall'Oglio	ADUFMAT	F
18	Ricardo Santana	ADUFMAT	F
19	Adenil da Costa Claro	ADUFMAT	F
20	Eliel Ferreira da Silva	ADUFMAT	F
21	Hélio Cabral Lima	ADUFERPE	F
22	Maria do Carmo da Silveira Xavier	ADUFERPE	F
23	Dileno Dustan Lucas de Souza	APESJF	F
24	Lisleandra Machado	APESJF	F
25	Jorge Willian Falcão Júnior	APESJF	F
26	Sara Munck Vieira	APESJF	F
27	Sanderson Lincohn Gonzaga de Oliveira	ADUFLA	F
28	Marcelo de Carvalho Alves	ADUFLA	F
29	Sylvia do Carmo Castro Franceschini	ASPUV	F
30	Edilton de Souza Barcellos	ASPUV	F
31	Roberta Freitas Guerra	ASPUV	F
32	Allain Wilham Silva de Oliveira	ASPUV	F
33	Márcia Cristina Fontes Almeida	ASPUV	F
34	Elizângela Aparecida de Oliveira	ASPUV	F
35	Ivonete da Silva Lopes	ASPUV	F
36	Carolina Emília da Silva	ADOPEAD/RJ	E
37	Marise Marçalina de Castro Silva Rosa	APRUMA	F
38	Karine Martins Sobral	APRUMA	F
39	Francisca Socorro Nascimento Taveira	APRUMA	F
40	Mariana Leis Balsalobre	APRUMA	F
41	Vilemar Gomes da Silva	APRUMA	F
42	Itamar Sousa	ADUNEB	E
43	Paulo Antonio Cresciulo de Almeida	ADUFF	F
44	Marina Cavalcanti Tedesco	ADUFF	F
45	José Antônio e Souza	ADUFF	F

46	Francine Helfreich Coutinho dos Santos	ADUFF	F
47	Waldyr Lins de Castro	ADUFF	F
48	Felipe Melo da Silva Brito	ADUFF	F
49	Clarice da Costa Carvalho	ADUFF	F
50	Sérgio Ricardo Aboud Dutra	ADUFF	F
51	Gilberto Pereira Sassi	ADUFF	F
52	Gilberto Correia da Silva	APUG	E
53	Joel Moisés Silva Pinho	APUG	E
54	Priscila Teixeira de Souza	ADUFPI	F
55	Cláudio Simões Salim	ADUFES	F
56	Andréia Aurélio da Silva	ADUFES	F
57	Juliana Ferreira Cavalcanti de Albuquerque	ADUFEPE	F
58	Eronivaldo Fernando Dantas Pimentel	ADUFEPE	F
59	Leni Hack	ADUNEMAT	E
60	Luiz Jorge Brasilino da Silva	ADUNEMAT	E
61	José Pereira Filho	ADUNEMAT	E
62	Thiélide Verônica da Silva Pavanelli Troian	ADUNEMAT	E
63	Giseli Carignari	ADUNEMAT	E
64	Waldineia Antunes de Alcântara Ferreira	ADUNEMAT	E
65	Ary Gertz Carneiro Junior	ADUNEMAT	E
66	Joaquim Pinheiro de Araújo	ADUFERSA	F
67	Miriam Karla Rocha	ADUFERSA	F
68	Thiago Romeu de Souza	ADUFCG	F
69	Lemuel Dourado Guerra Sobrinho	ADUFCG	F
70	Soraya Rodrigues Chaves	ADCAJ	F

RELAÇÃO DOS CONVIDADOS AO 36º CONGRESSO

Nº	NOME	ENTIDADE	SETOR
1	Evaristo E. Colmán Duarte	SINDIPROL/ADUEL	E
2	Ronaldo Fabiano dos Santos Gaspar	SINDIPROL/ADUEL	E
3	Diego Rorato Fogaça	ADUFMS	F
4	Maria Helena Andrade	ADUFMS	F

ATAS

ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN

Às 11h10min do dia 23 de janeiro de 2017 no Teatro da Universidade Federal de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá-MT, antes da composição da Mesa foram realizadas apresentações da cultura local de Cuiabá e do Mato Grosso. O primeiro a se apresentar foi o grupo Flor de Atalaia, de siriri, em seguida Abel Anjos, docente da área de música da UFMT, apresentou aos docentes a viola-de-cocho, instrumento tradicional do Mato Grosso do qual ele é um dos grandes divulgadores, e tocou algumas músicas de vários gêneros. Após apresentação a prof^a Lélica deu sequência à Plenária, compondo a Mesa. Inicialmente convidou dos diretores do ANDES-SN Eblin Farage (presidente), Alexandre Galvão Carvalho (secretário-geral), Amauri Fragoso de Medeiros (1º tesoureiro) e Vitor Wagner Neto de Oliveira (1º vice-presidente da regional pantanal). Também compuseram a Mesa o prof. Evandro Silva, reitor da UFMT; Vanderli Escarabeli, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); Kelly Martins, do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMT; Gibran Jordão, da Fasubra; Felipe Brito, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); Fabiano Farias, do Sinasefe; Juliana Iglesias, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Maria Lúcia Fatorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida; Saulo Arcangeli, da CSP-Conlutas; e Reginaldo Araújo, presidente da Adufmat-SSind. Composta a mesa, a professora Eblin fez uma saudação inicial a todos os congressistas e componentes da mesa. Na sequência, passou a palavra aos componentes da mesa, que fizeram uma saudação aos presentes e ressaltaram elementos da conjuntura e a necessidade, mais do que nunca, de ações conjuntas dos movimentos social e sindical. Em seguida, a professora Eblin convidou os diretores Ana Maria Ramos Estevão e Erlano da Silva Reses para o lançamento do nº 59 da Revista Universidade e Sociedade, que tem como tema “Limites do capital: questões urbanas, agrárias, ambientais e de ciência e tecnologia” e também os professores Olgaíses Cabral, Francisco Jacob, Jacqueline Lima e Mary Falcão para o lançamento da Cartilha intitulada “As políticas de desmonte da educação pública”. Em seguida, a professora Eblin proferiu o seu discurso e lembrou que 2017 é o ano do centenário da Revolução Russa e da primeira Greve Geral do Brasil, além do cinquentenário do assassinato de Ernesto “Che”Guevara, lembrou as mobilizações da categoria, que teve diversas universidades estaduais em greve durante o último, e que, também, a Greve Nacional Docente contra a PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio. Convidou a todos(as) para assistirem um vídeo alusivo ao centenário da revolução russa e da primeira greve geral do Brasil e em memória aos 50 anos do assassinato de Che Guevara e de Fidel Castro, que faleceu no fim do ano passado, e a apresentação da Internacional – hino da luta dos trabalhadores em todo o mundo, tocado em viola de cocho e clarinete e cantada pelo professor Roberto Boaventura, acompanhado por todos os participantes. Eblin declarou, então, aberto o 36º Congresso do ANDES-SN. Nada mais havendo a tratar, eu, Alexandre Galvão Carvalho, secretário-geral, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidente.

Alexandre Galvão Carvalho
Secretário-Geral

Eblin Farage
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Dando sequência à Plenária que se iniciou às 11h10min (de abertura) às 13h45min (de instalação) do dia 23 de janeiro de 2017, no Teatro da Universidade Federal de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá-MT, iniciaram-se os trabalhos da Plenária de Instalação do 36º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelos seguintes diretores do ANDES-SN: prof^a Eblin Farage (Presidente), prof. Alexandre Galvão (Secretário-Geral), prof. Amauri Fragoso de Medeiros (1º tesoureiro). A presidente da mesa saudou os congressistas, apresentou a ordem dos trabalhos e informou que, até o início da Plenária, o 36º Congresso registrava a participação de 70 Seções Sindicais, trezentos e cinquenta Delegados, setenta Observadores, dois convidados e trinta e sete membros da diretoria nacional. Dando início à pauta, o Secretário-geral colocou em discussão a Proposta de Cronograma e a Pauta do 36º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional. O cronograma proposto pela diretoria, enviada no Caderno de Textos do 36º Congresso foi submetido à deliberação da Plenária e, após votação por ampla maioria e com o registro de algumas abstenções, teve a alteração do horário da Plenária do Tema I, do dia 23/1, que constava 15 às 19h, passando para 16h às 20h. Houve ainda a solicitação de inclusão do horário previsto para início do grupo misto do tema III (manhã: 9 às 13h) e IV (tarde: 15 às 18h), do dia 25/01 que não constavam na programação. Assim, também, foi submetida à votação e com algumas abstenções a programação aprovada. O secretário fez um convite à Plenária para duas palestras: no dia 24/1 (terça-feira), com o advogado Leandro Madureira da Assessoria Jurídica Nacional (AJN), e no dia 25/1 (quarta-feira) com a Professora Sara Granemann, ambas com início às 19h e com o tema Contrarreforma da Previdência do Governo Temer. Na sequência, o secretário-geral procedeu à leitura do Regimento Interno do 36º Congresso, e ressaltou que os destaques do Regimento seriam discutidos após sua leitura. Procedeu-se então à leitura do Regimento, capítulo a capítulo, para o registro dos destaques: **REGIMENTO DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL** – Capítulo I – Do CONGRESSO - Art. 1º. O 36º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e organizado pela ADUFMAT, reunir-se-á no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, na cidade de Cuiabá (MT). Art. 2º. O 36º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 de seu Estatuto. - Capítulo II - Das Atribuições - Art. 3º. São atribuições do 36º CONGRESSO, conforme dispõem os incisos I a X do Art. 15 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL: *“Art.15. São atribuições do CONGRESSO: I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º; II - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizados tomadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs.; III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente de sua pauta; IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL; V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto; VI - referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45; VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52; VIII - decidir sobre a*

filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL às organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65; IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, observado o disposto no art. 45; X - criar, indicando seus componentes, ou extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões.” - Capítulo III - Dos(as) Participantes - Art. 4º. São participantes do 36º CONGRESSO: I - delegados(as) devidamente credenciados(as), com direito à voz e ao voto; a) um(a) delegado(a) de cada diretoria de seção sindical (S.SIND.) ou AD-Seção Sindical (AD-S.SIND.) (Art. 16, inciso I do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL; b) delegados(as) de base de cada S.SIND. ou AD-S.SIND. (Art. 16, inciso II do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do Art. 17 do Estatuto; c) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais (Art. 16, inciso III do Estatuto), indicados em proporção cumulativa, fixada pelo § 1º do art. 17; d) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII do Estatuto. II - os membros da comissão organizadora e da comissão diretora do 36º CONGRESSO, com direito à voz; III - os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, devidamente credenciados(as) como observadores(as) pela sua respectiva S.SIND. ou AD-S.SIND., e secretarias regionais, com direito à voz; IV - os(as) convidados(as) pela comissão organizadora e comissão diretora, com direito à voz. §1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL não poderão participar como convidados(as) do 36º CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos. §2º Os(as) delegados(as), devidamente credenciados(as), só poderão ser substituídos(as), durante a realização do 36º CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições: a) comprovar, junto à comissão diretora, a necessidade de ausentar-se definitivamente do 36º CONGRESSO; b) haver suplentes de delegados(as) indicados(as) pelas assembleias das S.SIND. ou AD-S.SIND., e pelas assembleias dos(as) sindicalizados(as), via secretarias regionais, credenciados(as) como observadores(as) no 36º CONGRESSO; c) quando o(a) delegado(a) de S. SIND. ou AD-S.SIND., ou delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais, comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento. Art. 5º. O Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL preside o 36º CONGRESSO, com direito à voz e a voto em suas sessões, e os demais membros em exercício da Diretoria (Art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (Art. 32, V), participam com direito à voz. - Capítulo IV - Do Credenciamento - Art. 6º. O prazo de credenciamento dos(as) delegados(as) e observadores(as) das S. SIND. ou AD-S.SIND. do ANDES-SINDICATO NACIONAL e dos(as) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), via secretarias regionais, ao 36º CONGRESSO encerrar-se-á às 17h do dia 23 de janeiro, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação. § 1º Para o credenciamento dos(as) delegados(as), será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença. § 2º Para o credenciamento dos(as) observadores(as), será exigida ata (ou extrato) e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.SIND. ou AD-S.SIND. que os indicou. § 3º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam os(as) delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.SIND., mediante requerimento à Comissão Diretora. § 4º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até o início da Plenária de Instalação, que deverá deliberar sobre até o seu

final. § 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes. § 6º No caso de perda ou dano do cartão, ele não será substituído, salvo por autorização expressa da Plenária. - Capítulo V - Do Funcionamento - Seção I - Dos órgãos - Art. 7º. São órgãos do 36º CONGRESSO: I - As Comissões: a) Organizadora; b) Diretora; II - Os Grupos Mistos; III - As Plenárias. § 1º As comissões organizadoras e a diretora são criadas a partir da convocação do 36º CONGRESSO. § 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização deste evento. § 3º O quórum mínimo de funcionamento de cada órgão do 36º CONGRESSO é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos membros desse órgão com direito a voto. § 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quórum de funcionamento reduz-se para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito ao voto, só podendo ocorrer deliberação depois de verificado o quórum previsto no § 3º deste artigo. - Seção II - Da Comissão Organizadora - Art. 8º. A Comissão Organizadora é constituída por 3 (três) representantes da ADUFMAT Seção Sindical e por 3 (três) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL. Art. 9º. É de competência da comissão organizadora: I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 36º CONGRESSO; II - organizar, junto com a comissão diretora, a Plenária de Abertura do 36º CONGRESSO; III - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 36º CONGRESSO. Parágrafo único. Das decisões da comissão organizadora cabe recurso à comissão diretora. - Seção III - Da Comissão Diretora - Art. 10. A Comissão Diretora do 36º CONGRESSO é composta pelos(as) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL. Art. 11. É de competência da Comissão Diretora: I - responsabilizar-se, junto com a comissão organizadora, pelo credenciamento dos(as) participantes do 36º CONGRESSO; II - decidir e efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, alíneas “a” e “c” do Art. 4º deste regimento, e anunciar a substituição do(a) delegado(a) ao 36º CONGRESSO; III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 36º CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais; IV - elaborar a prestação de contas do 36º CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD; V - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias do 36º CONGRESSO; VI - organizar a composição dos grupos mistos do 36º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento. VII - Responsabilizar-se, em conjunto com os relatores dos grupos mistos, pela consolidação dos relatórios dos diferentes grupos. Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora cabe recurso à Plenária. - Seção IV - Dos Grupos Mistos - Art. 12. Os grupos mistos são compostos por: I - Delegados(as), devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND., de delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto e de delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, todos(as) com direito à voz e ao voto; II - Observadores(as) devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via secretaria regional, com direito à voz; III - Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, com direito à voz; IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito à voz. Art. 13. Cada grupo misto é composto por, no máximo, 35 (trinta e cinco) delegados(as) e igual número de observadores(as). Parágrafo único. Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um(a) delegado(a) de uma mesma Seção Sindical ou AD-Seção Sindical, ou mais de um(a) delegado(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, ou mais de um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto, caso o respectivo número de delegados(as) seja superior ao número de grupos mistos. Essa mesma regra se aplica aos(às) observadores(as). Art. 14. Os grupos mistos são dirigidos por uma

mesa coordenadora, composta por 1 (um/uma) coordenador(a), 1 (um/uma) relator(a) e 1 (um/uma) secretário(a). § 1º Os membros da mesa coordenadora são eleitos(as) pelos(as) delegados(as) componentes dos grupos. § 2º O(a) coordenador(a) e o(a) secretário(a) da mesa coordenadora serão eleitos(as) entre os(as) delegados(as) componentes dos grupos e o(a) relator(a) poderá ser um(a) observador(a), devidamente credenciado(a). § 3º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora, salvaguardando o disposto no parágrafo anterior. Art. 15. As reuniões dos grupos mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do 36º CONGRESSO, observado o quórum de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo. § 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo. § 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e aberta a 2ª (segunda) lista. § 3º As deliberações só serão tomadas por mais da metade dos(a) delegados(as) inscritos em cada grupo misto. Art. 16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir a reunião do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento. Art. 17. É de competência do(a) relator(a): I - elaborar o relatório da reunião do grupo de acordo com as normas deste regimento e com as instruções da comissão diretora; II - fazer constar do relatório o número de votos, texto completo das propostas surgidas no grupo e a situação final de cada proposta submetida à deliberação. III - fazer constar os nomes completos do(a) coordenador(a), relator(a) e secretário(a). Art. 18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades. Art. 19. Os(as) relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião dos referidos grupos, para entregar à comissão diretora o relatório de seu grupo digitado, garantidas as condições pela comissão organizadora. Art. 20. A consolidação dos grupos mistos será feita em reunião pelos membros da comissão diretora para tal designados, com auxílio do(as) relatores(as) dos diversos grupos mistos. Art. 21. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do 36º CONGRESSO constam, necessariamente: I - as propostas aprovadas por maioria simples; II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos; III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e relatores(as). § 1º A comissão diretora poderá redigir e incluir no relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização ou consolidação das propostas oriundas dos grupos mistos. Não poderão ser feitas propostas de acréscimo ou alteração para inclusão no relatório que não correspondam às propostas oriundas dos grupos mistos. § 2º O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos temas II, III e IV do 36º CONGRESSO. IV As propostas remetidas pelos grupos mistos para a Plenária quando tiverem sido aprovadas, ou obtidas 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um grupo Art. 22. O início das reuniões dos grupos mistos obedecerá, rigorosamente, aos horários previstos no cronograma do 36º CONGRESSO. Art. 23. As reuniões dos grupos mistos terão duração de: a) do Tema II: 7 (sete) horas, em dois turnos; b) do Tema III: 4 (quatro) horas; c) do Tema IV: 3 (três) horas; Parágrafo único. O prazo previsto no caput deste artigo poderá, por deliberação do grupo, ser prorrogado por, no máximo, 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 36º CONGRESSO. - Seção V - Das Plenárias - Art. 24. As Plenárias são compostas por: I - Delegados(as) de S.SIND., de AD-S.SIND., de delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do

Estatuto e de sindicalizados(as) via secretarias regionais, devidamente credenciados(as), e pelo(a) Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, todos(as) com direito à voz e ao voto; II - Observadores(as) de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via secretarias regionais, devidamente credenciados(as), com direito à voz; III - Membros da comissão diretora com direito à voz; IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da comissão diretora, com direito à voz. Art. 25. As Plenárias do 36º CONGRESSO serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) secretário(a). § 1º A Comissão diretora indica, entre seus membros, os(as) componentes das mesas coordenadoras das plenárias. § 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da mesa coordenadora, devendo os membros não pertencentes à comissão diretora do 36º CONGRESSO serem indicados(as) pelos(as) delegados(as) presentes. § 3º As deliberações são adotadas por maioria simples - maior número de votos - dos(as) delegados(as) presentes, ressalvado o disposto no Art. 21 do Estatuto do Sindicato. Art. 26. Compete ao(a) presidente da mesa coordenadora: I - preparar junto com o(a) 1º (1ª) secretário(a) a ordem dos trabalhos da plenária; II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este regimento. Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora: I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades; II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos. Art. 28. Compete ao(à) 1º (1ª) secretário(a): I - preparar junto com o(a) presidente a ordem dos trabalhos da Plenária; II - elaborar o relatório da plenária; III - Entregar o Relatório, digitado e na forma definitiva, à comissão organizadora até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária. Art. 29. Compete ao(à) 2º (2ª) secretário(a): I - auxiliar o(a) 1º(1ª) secretário(a) em suas atividades; II - elaborar a ata da Plenária; III - Entregar a ata, digitada e na forma definitiva, à comissão organizadora até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária. Art. 30. A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte: I - As plenárias de abertura e de instalação terão 3 (três) horas de duração, juntas e no mesmo período; II - Plenária do Tema I: 4 (quatro) horas; III - Plenária do Tema II: 6 (seis) horas em dois períodos; IV - Plenária do Tema III: 4 (quatro) horas; V - Plenária do Tema IV: 6 (seis) horas, em dois períodos; VI - Plenária de Encerramento: 2 (duas) horas. § 1º Cada Plenária, excetuada a de encerramento, poderá ser prorrogada por até 1(uma) hora; § 2º A Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do Plenário. § 3º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da anterior. § 4º Os grupos mistos poderão ter seu início antecipado por deliberação da-reunião anterior. § 5º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado neste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária. § 6º A duração da Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do Plenário. Art. 31. Compete à Plenária de Instalação: I - aprovar o regimento, o temário e o cronograma do 36º CONGRESSO; II - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 36º CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do anexo ao caderno de textos deste evento; III - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 36º CONGRESSO. IV - deliberar sobre os recursos necessários para o financiamento da participação de delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), escolhidos(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto. Art. 32. A verificação do quórum, no início da Plenária do 36º CONGRESSO, será feita por meio de lista de presença, na qual constará: o nome do(a) delegado(a), o nome da S.SIND., AD-S.SIND. ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura. § 1º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início da Plenária, será recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e será aberta a 2ª (segunda) lista; § 2º A verificação de

quórum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem dos(as) delegados(as) mediante cartão de voto. - Capítulo VI - Das Discussões e Votações - Art. 33. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões (grupo misto e ou plenária), a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições ou sorteio, conforme definido pelo Grupo Misto ou Plenária. Art. 34. Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do grupo misto ou da plenária. § 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo. § 2º O grupo misto ou a plenária poderão deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão. Art. 35. As discussões e votações têm o seguinte procedimento: I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição; II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da Plenária e dos(as) inscritos(as); III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do Grupo Misto ou da Plenária. § 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. § 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas: a) aprovadas nos grupos mistos; b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos; c) oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização no Plenário; d) sugeridas pela comissão diretora, conforme o inciso III do Art. 21. § 3º As propostas remetidas pelos grupos mistos para a plenária, só serão apreciadas nesta, quando tiverem sido aprovadas, ou obtidos 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um grupo. Art. 36. Os pedidos de esclarecimentos, e as questões de ordem e de encaminhamento, têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à Plenária. § 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento. § 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e de esclarecimento. Art. 37. As deliberações que impliquem alterações do estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL terão de ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) inscritos(as) no 36º CONGRESSO, conforme dispõe o § 1º do Art. 21 do Estatuto. - Capítulo VII - Das Disposições Gerais e Finais - Art. 38. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na secretaria do 36º CONGRESSO, até às 15 (quinze) horas do dia 27 de janeiro de 2017, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificados(as) os(as) responsáveis e os(as) destinatários(as) com endereço completo. § 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 36º CONGRESSO, sendo nesse caso, participantes aqueles(as) estabelecidos(as) nos termos do art. 4º e incisos deste Regimento. § 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 36º uma cópia das moções propostas até às 10 (dez) horas do dia 28 de janeiro de 2017. § 3º A critério da Plenária de Encerramento podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início da Plenária, cuja natureza ou conteúdo justifique não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à comissão diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos. Art. 39. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora. Art. 40. Nos Grupos Mistos e nas Plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação, no tempo

de 1 (um) minuto. § 1º Somente constarão da ata da sessão as declarações de votos feitas nas plenárias, se apresentadas por escrito à mesa. § 2º Não cabe declaração de voto em votação referente às propostas de encaminhamento. Art. 41. A diretoria do ANDES-SN terá como prazo máximo até o dia 29 de fevereiro de 2017 para divulgar o relatório final do 36º CONGRESSO. Art. 42. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso ao Plenário. Art. 43. Este regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 36º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional. Em seguida, passou-se à discussão dos destaques apresentados em Plenário. O primeiro destaque foi da Diretoria no Art. 6º. “*O prazo de credenciamento dos(as) delegados(as) e observadores(as) das S. SIND. ou AD-S.SIND. do ANDES-SINDICATO NACIONAL e dos(as) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), via secretarias regionais, ao 36º CONGRESSO encerrar-se-á às 17h do dia 23 de janeiro*”, feita pelo Diretor Josevaldo Cunha sobre o atraso no credenciamento do Professor João da Costa Chaves Júnior da ADUNESP para o dia seguinte (24/01). Submetido à Plenária foi aprovado (ampla maioria, nenhum contrário e com o registro de uma abstenção). O segundo destaque, Art. 21 inciso I - “*as propostas aprovadas por maioria simples; II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos*”; proposta de alteração feita e defendida pelo companheiro Douglas Ferreira de Paula/ADUA: que as propostas apresentadas nos grupos mistos sejam todas enviadas para as plenárias, mesmo aquelas que não tenham 30% dos votos dos delegados, sem fazer o filtro. O Diretor Josevaldo Cunha defendeu o contrário, argumentando que não é questão de filtro, é questão de metodologia e que as propostas minoritárias não sejam levadas ao Congresso. Feita a votação foi aprovada por ampla maioria pela manutenção, dois votos a favor de mudar e algumas abstenções. O terceiro destaque feito pelos companheiros Alexandre Santos, no Art. 35 item II do § 2º: a) “*aprovadas nos grupos mistos*”; b) “*minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos e § 3º “As propostas remetidas pelos grupos mistos para a plenária, só serão apreciadas nesta, quando tiverem sido aprovadas, ou obtidos 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um grupo*” foram votada juntas com a mesma justificativa do destaque acima e aprovada a manutenção do texto original por ampla maioria com poucas abstenções. O quarto destaque foi da Diretoria no Art. 38, § 2º “*A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 36º uma cópia das moções propostas até as 10 (dez) horas do dia 28 de janeiro de 2017*”, que passe a constar com a seguinte redação: § 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 36º Congresso do ANDES-SN uma cópia das moções propostas até as 10 (dez) horas do dia 28 de janeiro de 2017. Procedeu a votação e a proposta foi aprovada por unanimidade. Último destaque também da diretoria no Art. 41. “*A Diretoria terá como prazo máximo até o dia 29 de fevereiro de 2017 para divulgar o relatório final do 36º CONGRESSO*”, que passe a constar A diretoria terá como prazo máximo até o dia 24 de fevereiro de 2017 para divulgar o relatório final do 36º CONGRESSO. Submetido à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Seguindo a pauta, a Presidente Eblin Farage, apresentou proposta baseada no artigo 41, inciso VIII, § 5º do Estatuto do ANDES-SN: que o ANDES-SN assumira os gastos decorrentes da participação dos delegados: Maurício Wiering Pinto Telles (ADURN), Pablo Luiz de Oliveira Lima e Solange Godoy (APUBH), Lucineia Scremin Martins, Humberto de Assis Clímaco, Fernando Lacerda Júnior, Alcides Pontes Remijo, Alexandre Aguiar dos Santos, Luis Augusto Vieira, Pollyana Nascimento de Paula, José Rodolfo Pacheco Thiesen (ADUFG), Celi Taffarel e Elza Peixoto (APUB) eleitos em

Assembleias Gerais convocadas pelas secretarias Regionais do ANDES-SN: Regional Nordeste II (ADURN), Regional Nordeste III (APUB), Regional Leste (APUBH) e Regional Planalto (ADUFG) respectivamente. A proposta foi submetida à votação, tendo sido aprovada com algumas abstenções. O professor Waldir Bertúlio solicitou e apresentou à Plenária a inserção de novo TR: “*Política Indigenista, Direitos originários e Constitucionais*” de sua autoria e de outros companheiros da ADUFMAT, professores Maelison Neves e Edir Pina de Barros e do professor Júlio Quevedo/SEDUFMSM. A inclusão do TR foi aprovada com algumas abstenções. Concluída a apreciação da pauta da Plenária e nada mais havendo a tratar, a presidente despediu-se dos congressistas e dos convidados desejando um ótimo Congresso a todas(os) e deu por encerrada a Plenária de Instalação do 36º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL e eu, Alexandre Galvão, secretário geral, lavrei a presente Ata, que será assinada por mim e pela presidente.

Alexandre Galvão Carvalho
Secretário-Geral

Eblin Farage
Presidente

CRONOGRAMA E PAUTA PARA O 36º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL
Cuiabá, 23 a 28 de janeiro de 2017

Tema Central: Em defesa da educação pública e contra a agenda regressiva de retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

23/1 (2ª feira)	24/1 (3ª feira)	25/1 (4ª feira)	26/1 (5ª feira)	27/1 (6ª feira)	28/1 (sábado)
9h às 12h 14h às 17h Credenciamento 10h às 13h Plenária de Abertura Plenária de Instalação	9h às 12h Grupo Misto Tema II	9h às 13h Grupo Misto Tema III	Livre	9h às 13h Plenária do Tema III	9h às 12h Plenária do Tema IV
16 às 20 Plenária do Tema I	14h às 18h Grupo Misto Tema II	15 às 18h Grupo Misto Tema IV	14h às 17h Plenária do Tema II	15h às 18h Plenária do Tema IV	14h às 16h Plenária de Encerramento
21h Palestra com representantes do Casarão da Luta, da Escola Florestan Fernandes e da Auditoria Cidadã da Dívida.	Livre	Livre	18h30 às 21h30 Plenária do Tema II	Livre	

Pauta

Tema I – Movimento docente, conjuntura e centralidade da luta.

Tema II – Políticas sociais e plano geral de lutas.

Tema III – Plano de lutas dos setores.

Tema IV – Questões organizativas e financeiras

REGIMENTO DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I Do CONGRESSO

Art. 1º. O 36º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e organizado pela ADUFMAT, reunir-se-á no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, na cidade de Cuiabá (MT).

Art. 2º. O 36º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 de seu Estatuto.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 3º. São atribuições do 36º CONGRESSO, conforme dispõem os incisos I a X do Art. 15 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL:

“Art.15. São atribuições do CONGRESSO:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;

II - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizados tomadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs.;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente de sua pauta;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;

VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;

VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL às organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, observado o disposto no art. 45;

X - criar, indicando seus componentes, ou extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões.”

Capítulo III Dos(as) Participantes

Art. 4º. São participantes do 36º CONGRESSO:

I - delegados(as) devidamente credenciados(as), com direito à voz e ao voto;

a) um(a) delegado(a) de cada diretoria de seção sindical (S.SIND.) ou AD-Seção Sindical (AD-S.SIND.) (Art. 16, inciso I do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

b) delegados(as) de base de cada S.SIND. ou AD-S.SIND. (Art. 16, inciso II do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do Art. 17 do Estatuto;

c) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais (Art. 16, inciso III do Estatuto), indicados em proporção cumulativa, fixada pelo § 1º do art. 17;

d) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII do Estatuto.

II - os membros da comissão organizadora e da comissão diretora do 36º CONGRESSO, com direito à voz;

III - os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, devidamente credenciados(as) como observadores(as) pela sua respectiva S.SIND. ou AD-S.SIND., e secretarias regionais, com direito à voz;

IV - os(as) convidados(as) pela comissão organizadora e comissão diretora, com direito à voz.

§1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL não poderão participar como convidados(as) do 36º CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§2º Os(as) delegados(as), devidamente credenciados(as), só poderão ser substituídos(as), durante a realização do 36º CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar, junto à comissão diretora, a necessidade de ausentar-se definitivamente do 36º CONGRESSO;

b) haver suplentes de delegados(as) indicados(as) pelas assembleias das S.SIND. ou AD-S.SIND., e pelas assembleias dos(as) sindicalizados(as), via secretarias regionais, credenciados(as) como observadores(as) no 36º CONGRESSO;

c) quando o(a) delegado(a) de S. SIND. ou AD-S.SIND., ou delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais, comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 5º. O Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL preside o 36º CONGRESSO, com direito à voz e a voto em suas sessões, e os demais membros em exercício da Diretoria (Art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (Art. 32, V), participam com direito à voz.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 6º. O prazo de credenciamento dos(as) delegados(as) e observadores(as) das S. SIND. ou AD-S.SIND. do ANDES-SINDICATO NACIONAL e dos(as) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), via secretarias regionais, ao 36º CONGRESSO encerrar-se-á às 17h do dia 23 de janeiro, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 1º Para o credenciamento dos(as) delegados(as), será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento dos(as) observadores(as), será exigida ata (ou extrato) e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.SIND. ou AD-S.SIND. que os indicou.

§ 3º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam os(as) delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.SIND., mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 4º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até o início da Plenária de Instalação, que deverá deliberar sobre até o seu final.

§ 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 6º No caso de perda ou dano do cartão, ele não será substituído, salvo por autorização expressa da Plenária.

Capítulo V
Do Funcionamento
Seção I
Dos órgãos

Art. 7º. São órgãos do 36º CONGRESSO:

I - As Comissões:

a) Organizadora;

b) Diretora;

II - Os Grupos Mistos;

III - As Plenárias.

§ 1º As comissões organizadoras e a diretora são criadas a partir da convocação do 36º CONGRESSO.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização deste evento.

§ 3º O quórum mínimo de funcionamento de cada órgão do 36º CONGRESSO é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos membros desse órgão com direito a voto.

§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quórum de funcionamento reduz-se para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito ao voto, só podendo ocorrer deliberação depois de verificado o quórum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II
Da Comissão Organizadora

Art. 8º. A Comissão Organizadora é constituída por 3 (três) representantes da ADUFMAT Seção Sindical e por 3 (três) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 9º. É de competência da comissão organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 36º CONGRESSO;

II - organizar, junto com a comissão diretora, a Plenária de Abertura do 36º CONGRESSO;

III - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 36º CONGRESSO.

Parágrafo único. Das decisões da comissão organizadora cabe recurso à comissão diretora.

Seção III
Da Comissão Diretora

Art. 10. A Comissão Diretora do 36º CONGRESSO é composta pelos(as) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 11. É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se, junto com a comissão organizadora, pelo credenciamento dos(as) participantes do 36º CONGRESSO;

II - decidir e efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, alíneas “a” e “c” do Art. 4º deste regimento, e anunciar a substituição do(a) delegado(a) ao 36º CONGRESSO;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 36º CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais;

IV - elaborar a prestação de contas do 36º CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;

V - organizar e compor as mesas diretoras das Plenárias do 36º CONGRESSO;

VI - organizar a composição dos grupos mistos do 36º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.

VII - Responsabilizar-se, em conjunto com os relatores dos Grupos Mistos, pela consolidação dos relatórios dos diferentes grupos.

Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora cabe recurso à Plenária.

Seção IV Dos Grupos Mistos

Art. 12. Os Grupos Mistos são compostos por:

I - Delegados(as), devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND., de delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto e de delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, todos(as) com direito à voz e ao voto;

II - Observadores(as) devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via secretaria regional, com direito à voz;

III - Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito à voz.

Art. 13. Cada grupo misto é composto por, no máximo, 35 (trinta e cinco) delegados(as) e igual número de observadores(as).

Parágrafo único. Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um(a) delegado(a) de uma mesma Seção Sindical ou AD-Seção Sindical, ou mais de um(a) delegado(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, ou mais de um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto, caso o respectivo número de delegados(as) seja superior ao número de Grupos Mistos. Essa mesma regra se aplica aos(às) observadores(as).

Art. 14. Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por 1 (um/uma) coordenador(a), 1 (um/uma) relator(a) e 1 (um/uma) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora são eleitos(as) pelos(as) delegados(as) componentes dos grupos.

§ 2º O(a) coordenador(a) e o(a) secretário(a) da mesa coordenadora serão eleitos(as) entre os(as) delegados(as) componentes dos grupos e o(a) relator(a) poderá ser um(a) observador(a), devidamente credenciado(a).

§ 3º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora, salvaguardando o disposto no parágrafo anterior.

Art. 15. As reuniões dos grupos mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do 36º CONGRESSO, observado o quórum de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e aberta a 2ª (segunda) lista.

§ 3º As deliberações só serão tomadas por mais da metade dos(a) delegados(as) inscritos em cada grupo misto.

Art. 16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir a reunião do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 17. É de competência do(a) relator(a):

I - elaborar o relatório da reunião do grupo de acordo com as normas deste regimento e com as instruções da comissão diretora;

II - fazer constar do relatório o número de votos, texto completo das propostas surgidas no grupo e a situação final de cada proposta submetida à deliberação.

III - fazer constar os nomes completos do(a) coordenador(a), relator(a) e secretário(a).

Art. 18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. Os(as) relatores(as) dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião dos referidos grupos, para entregar à comissão diretora o relatório de seu grupo digitado, garantidas as condições pela comissão organizadora.

Art. 20. A consolidação dos Grupos Mistos será feita em reunião pelos membros da comissão diretora para tal designados, com auxílio do(as) relatores(as) dos diversos Grupos Mistos.

Art. 21. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às Plenárias do 36º CONGRESSO constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e relatores(as).

§ 1º A comissão diretora poderá redigir e incluir no relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização ou consolidação das propostas oriundas dos grupos mistos. Não poderão ser feitas propostas de acréscimo ou alteração para inclusão no relatório que não correspondam às propostas oriundas dos grupos mistos.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos temas II, III e IV do 36º CONGRESSO.

IV As propostas remetidas pelos Grupos Mistos para a Plenária quando tiverem sido aprovadas, ou obtido 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um grupo

Art. 22. O início das reuniões dos Grupos Mistos obedecerá, rigorosamente, aos horários previstos no cronograma do 36º CONGRESSO.

Art. 23. As reuniões dos Grupos Mistos terão duração de:

a) do Tema II: 7 (sete) horas, em dois turnos;

b) do Tema III: 4 (quatro) horas;

c) do Tema IV: 3 (três) horas;

Parágrafo único. O prazo previsto no caput deste artigo poderá, por deliberação do grupo, ser prorrogado por, no máximo, 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 36º CONGRESSO.

Seção V Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

I - Delegados(as) de S.SIND., de AD-S.SIND., de delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto e de sindicalizados(as) via secretarias regionais, devidamente credenciados(as), e pelo(a) Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, todos(as) com direito à voz e ao voto;

II - Observadores(as) de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via secretarias regionais, devidamente credenciados(as), com direito à voz;

III - Membros da comissão diretora com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da comissão diretora, com direito à voz.

Art. 25. As Plenárias do 36º CONGRESSO serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) secretário(a).

§ 1º A Comissão diretora indica, entre seus membros, os(as) componentes das mesas coordenadoras das Plenárias.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da mesa coordenadora, devendo os membros não pertencentes à comissão diretora do 36º CONGRESSO serem indicados(as) pelos(as) delegados(as) presentes.

§ 3º As deliberações são adotadas por maioria simples - maior número de votos - dos(as) delegados(as) presentes, ressalvado o disposto no Art. 21 do Estatuto do Sindicato.

Art. 26. Compete ao(a) presidente da mesa coordenadora:

- I - preparar junto com o(a) 1º (1ª) secretário(a) a ordem dos trabalhos da Plenária;
- II - dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este regimento.

Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

- I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;
- II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao(à) 1º (1ª) secretário(a):

- I - preparar junto com o(a) presidente a ordem dos trabalhos da Plenária;
- II - elaborar o relatório da Plenária;
- III - Entregar o Relatório, digitado e na forma definitiva, à comissão organizadora até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 29. Compete ao(à) 2º (2ª) secretário(a):

- I - auxiliar o(a) 1º (1ª) secretário(a) em suas atividades;
- II - elaborar a ata da Plenária;
- III - Entregar a ata, digitado e na forma definitiva, à comissão organizadora até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 30. A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

- I - As Plenárias de Abertura e de Instalação terão 3 (três) horas de duração, juntas e no mesmo período;
- II - Plenária do Tema I: 4 (quatro) horas;
- III - Plenária do Tema II: 6 (seis) horas em dois períodos;
- IV - Plenária do Tema III: 4 (quatro) horas;
- V - Plenária do Tema IV: 6 (seis) horas, em dois períodos;
- VI - Plenária de Encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º Cada Plenária, excetuada a de encerramento, poderá ser prorrogada por até 1(uma) hora;

§ 2º A Plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do Plenário.

§ 3º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior.

§ 4º Os Grupos Mistos poderão ter seu início antecipado por deliberação da reunião anterior.

§ 5º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado neste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

§ 6º A duração da Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do Plenário.

Art. 31. Compete à Plenária de Instalação:

I - aprovar o regimento, o temário e o cronograma do 36º CONGRESSO;

II - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 36º CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do anexo ao caderno de textos deste evento;

III - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 36º CONGRESSO.

IV - deliberar sobre os recursos necessários para o financiamento da participação de delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), escolhidos(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto.

Art. 32. A verificação do quórum, no início da Plenária do 36º CONGRESSO, será feita por meio de lista de presença, na qual constará: o nome do(a) delegado(a), o nome da S.SIND., AD-S.SIND. ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

§ 1º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início da Plenária, será recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e será aberta a 2ª (segunda) lista;

§ 2º A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem dos(as) delegados(as) mediante cartão de voto.

Capítulo VI Das Discussões e Votações

Art. 33. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões (Grupo Misto e ou Plenária), a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições ou sorteio, conforme definido pelo Grupo Misto ou Plenária.

Art. 34. Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do Grupo Misto ou da Plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O Grupo Misto ou a Plenária poderão deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 35. As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da Plenária e dos(as) inscritos(as);

III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do Grupo Misto ou da Plenária.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a) aprovadas nos Grupos Mistos;

b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos Grupos Mistos;

c) oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização no Plenário;

d) sugeridas pela comissão diretora, conforme o inciso III do Art. 21.

§ 3º As propostas remetidas pelos grupos mistos para a Plenária, só serão apreciadas nesta, quando tiverem sido aprovadas, ou obtidos 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um grupo.

Art. 36. Os pedidos de esclarecimentos, e as questões de ordem e de encaminhamento, têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à Plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 37. As deliberações que impliquem alterações do estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL terão de ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) inscritos(as) no 36º CONGRESSO, conforme dispõe o § 1º do Art. 21 do Estatuto.

Capítulo VII Das Disposições Gerais e Finais

Art. 38. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na secretaria do 36º CONGRESSO, até às 15 (quinze) horas do dia 27 de janeiro de 2017, endereçadas à comissão diretora, sendo especificados(as) os(as) responsáveis e os(as) destinatários(as) com endereço completo.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 36º CONGRESSO, sendo neste caso, participantes aqueles(as) estabelecidos(as) nos termos do art. 4º e incisos deste Regimento.

§ 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 36º CONGRESSO uma cópia das moções propostas até às 10 (dez) horas do dia 28 de janeiro de 2017.

§ 3º A critério da Plenária de Encerramento podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início da plenária, cuja natureza ou conteúdo justifique não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à comissão diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos.

Art. 39. As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora.

Art. 40. Nos grupos mistos e nas Plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação, no tempo de 1 (um) minuto.

§ 1º Somente constarão da ata da sessão as declarações de votos feitas nas Plenárias, se apresentadas por escrito à mesa.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente às propostas de encaminhamento.

Art. 41. A Diretoria terá como prazo máximo até o dia 24 de fevereiro de 2017 para divulgar o relatório final do 36º CONGRESSO.

Art. 42. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 43. Este regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 36º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional.

Cuiabá, 23 de janeiro de 2017

Atendendo ao disposto no Art. 38 deste Regimento, a Comissão Diretora sugere que as moções apresentadas ao 36º CONGRESSO obedeçam ao seguinte formulário:

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s) _____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s)

Endereço(s) do(s) destinatário(s): _____

Cidade _____

Cep.: _____

e-mail _____

Fato motivador da Moção:

TEXTO DA MOÇÃO

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Cuiabá /MT, no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam _____

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA I – MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA 36º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às 16h30min do dia 23 de fevereiro de 2017, no auditório da UFMT, na cidade de Cuiabá (MT), após confirmação do quórum regimental, teve início a Plenária do Tema 1 – MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA e CENTRALIDADE da LUTA, do 36º Congresso do ANDES-SN. A Mesa coordenadora foi composta pela professora Jacqueline Rodrigues de Lima, presidente; professora Caroline de Araújo Lima, vice-presidente; professor Leandro Roberto Neves, 1º secretário; e Vitor Wagner Neto de Oliveira, 2º secretário. Dando início aos trabalhos, a presidente da Mesa informou a duração da Plenária, lembrando que a mesma poderia ser prorrogada por mais uma hora. A presidente comunicou aos presentes que foram apresentadas contribuições para o Tema I: Textos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10. A Mesa propôs o tempo de apresentação de dez (10) minutos para cada texto e de três minutos para intervenções dos demais participantes, com o primeiro bloco de dez inscritos e, caso o Plenário aprove, blocos de cinco sequencialmente. Prosseguindo, passou-se aos textos conforme a ordem apresentada no Caderno. O **Texto 1 – A conjuntura e os desafios para o ANDES-SN**, da diretoria do ANDES-SN, apresentado pela professora Eblin Farage; **Texto 2 – Fora Temer! Greve geral contra as reformas da previdência, trabalhista, a PEC 241 e em defesa dos direitos: aquilombar as lutas dos trabalhadores!** – contribuição dos(as) professores(as) Adriana Santos (SESDUFRR), Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE), Aurea de Carvalho Costa (ADUNESP), Gelta Terezinha Ramos Xavier (ADUFF), Geraldo Carvalho (ADUFPI), João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Marcos Escher (APESJF), Patrícia Soares Andrade (SINDCEFET-PI), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Wagner Miquéias F. Damasceno (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC), apresentado pelo professor Wagner Miquéias F. Damasceno (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC); **Texto 3 - Os deuses do Olimpo e os “pecados” castigados dos humanos na terra.** - contribuição do professor Zezineto Mendes de Oliveira – Sindicalizado da ADFURRN Seção Sindical, não apresentado em vista do não comparecimento do autor; **Texto 4 – Enfrentar a destruição dos direitos sociais, as políticas de austeridade e a precarização do emprego. Defender a educação e universidades públicas, avançar na reorganização da classe trabalhadora e construir o poder popular. Rumo à greve geral!** – contribuição dos(as) professores(as) André Mayer (ADUFOP), Bartira Telles (ADUFS), Cristiano Ferraz (ADUSB), Carla Sartor (ADUNIRIO), Elza Peixoto (APUB), Gean Santana (ADUFS-BA), Mario Mariano (ADUFVJM), Mauro Iasi (ADUFRJ), Milton Pinheiro (ADUNEB), Tarcila Atolini (ADUFVJM) e Wesley Pinheiro (ADUMAR), apresentado pela professora Elza Peixoto e o professor Gean Santana; **Texto 5 – construir uma frente única em defesa da vida dos explorados! Responder aos ataques com independência de classe! Abaixo o governo golpista de Temer!** – Contribuição dos(as) professores(as) Alessandro Teixeira Nóbrega (ADFURRN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE), apresentado pelo professor Douglas Ferreira de Paula e professora Maria das Graças de Araújo; **Texto 6 – Preparar a resistência à ofensiva conservadora e ao ajuste fiscal de Temer!** – contribuição dos(as) professores(as) Abraão F. Penha, Anderson Carvalho, Zózina Maria Rocha de Almeida (sindicalizado(a)s da ADUNEB), Augusto Nobre, Zuleide Fernandes de

Queiroz (sindicalizado(a)s da SINDURCA), Carlos Zacarias, Jorge Henrique Saldanha, Marcos Vinícius Ribeiro (sindicalizados APUB), Egil de Brito Sá (sindicalizado ADUFPI), Maurício Wiering Pinto Telles (sindicalizado ADURN), José Pereira Sobrinho, Natália Ayres, Pedro Santos (sindicalizado(a)s da SINDUECE), Marcel Lima Cunha e Niágara Vieira Soares Cunha (sindicalizado(a)s da SINDIUIVA), apresentado pelo professor Marcel Lima Cunha; **Texto 7 – As posições políticas da diretoria do ANDES/CSP diante do impeachment de Dilma Rousseff: uma capitulação histórica ao golpe da direita** – contribuição dos(as) professores(as) Antonio Eduardo Oliveira, Davi Romão, Karina Cordeiro, Ana Cristina Givigi, Gleide Sacramento Silva, Tarcisio Cordeiro, Givanildo Bezerra de Oliveira, Fátima Aparecida Silva, Nilton C. Silva (sindicalizado(a)s da APUR Seção Sindical), apresentado pelo professor Davi Romão; **Texto 8 – Unidade na diversidade e unidade de ação: os desafios da polarização política e o movimento docente** – contribuição dos(as) professores(as) Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP), Rigler Aragão (SINDUNIFESSPA), Maíra Tavares Mendes (ADUSC), Marcelo Rufato (ADUNIFAL), Janaina Bilate (ADUNIRIO), Linnesh Ramos (ADUFSBA), Gilberto Cunha Franca (ADUFSCAR), Caetano de Carli (ADUFERPE), Vicente Neves Ribeiro (SINDUFFS) e Juliano Nicklevicz Teixeira (ADUFRJ), apresentado pelo professor Rigler Aragão e a professora Maíra Tavares Mendes; **Texto 9 - Intensificação das contrarreformas do governo golpista e construção da unidade classista para esse enfrentamento** - contribuição do(a)s professore(a)s Lucinéia Scremin Martins, Alcides Pontes Remijo, Alexandre Aguiar dos Santos e José Pacheco Thiesen – sindicalizada(o)s da ADUFG Seção Sindical, apresentado pelo professor Alexandre Aguiar dos Santos; **Texto 10 - Colocar no centro a luta contra o governo golpista e suas medidas, fortalecendo o caminho da greve geral.** - contribuição da Diretoria da APUR e do(a)s professore(a)s Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alberto Handfass (ADUNIFESP), Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES), Carlos José Cartaxo (ADUFPB), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Celi Taffarel (APUB), Cícero Monteiro de Souza (ADUFERPE), Cláudio Félix (ADUSB), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Eduardo Giavara (ADUFU), Eduardo Jorge Souza (ADUFERPE), Erika Suruagy (ADUFERPE), Eudes Baima (SINDUECE), Everaldo Andrade (ADUSP), Fernando José Cunha (ADUFPB), Flávia Teixeira (ADUFU), *Flávio* Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Guttemberg da Silva Silvino (ADUFPB), Héliida Cristina Cavalcante Valério (ADUFPB), Humberto Clímaco (ADUFG), Jair Reck (ADUnB), Joelma de Oliveira Albuquerque (ADUFAL), Juanito Vieira (APESJF), Karina Klinke (ADUFU), Kimi Tomizaki (ADUSP), Lenúcia Moura (SINDUECE), Lisleandra Machado (APESJF), Manuel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcia Morschbacher (SEDUFMS), Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT), Maria do Carmo Xavier (ADUFERPE), Marize Souza Carvalho (APUB), Ricardo Coelho de Barros (ADUFAL), Sidartha Soria (ADUFEPE), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC), apresentado pelo professor Antonio Eduardo (APUR) e professora Celi Taffarel. Foi lembrada a metodologia para o período de debate – sorteio de crachás para os dez primeiros inscritos. O método apresentado pela Mesa foi questionado por um congressista, que indicou que fosse utilizado o de ordem de chegada. A Mesa colocou em votação os encaminhamentos para o debate, sendo aprovado pela Plenária aquele apresentado pela Mesa. Iniciado o período de intervenções com os seguintes professores, respectivamente: Gelta (ADUFF), Rigler (SINDUNIFESP), Juliana (ADUFES), Aderaldo (diretoria do ANDES-SN), José (ADUFG), Mario José (APRUFURG), Patrícia Andrade (SINDCEFET-PI), Vilemar (APRUMA), Douglas de Paula (ADUA), Gustavo (ADUFLA). A Mesa coloca em votação a abertura de mais um bloco de dez intervenções, que foi aprovada com a

intervenção dos seguintes professores, respectivamente: Jorgetânia (ADUFU), Fernando (ADUFB), Luis Acosta (diretoria do ANDES-SN). Alexandre Santos (ADUFG) solicitou a inclusão de uma errata à Ata do 34º Congresso do ANDES-SN que não foi entregue por escrito à Mesa e por este motivo não conta da presente Ata. O próximo bloco de inscrito foi composto por: Zago (Diretoria do ANDES-SN), Humberto Clímaco (ADUFG), Dailton (UFPB), Maurício Telles (ADURN), Fabio Venturini (ADUNIFESP), Luis Silvo (SINDIFIP). Após as intervenções, a presidente da Mesa colocou em votação a abertura de mais um bloco de dez intervenções que não foi aprovada pela Plenária. Em seguida, a presidente da Mesa colocou em votação a prorrogação da Plenária por mais uma hora, que foi aprovada. Na sequência, iniciou-se a discussão das propostas de Centralidade da Luta com a leitura dos TR apresentados no caderno de textos 1, 3, 5, 9 e 10. A professora Marina Barbosa solicitou a palavra e fez uma proposta de encaminhamento para a votação desses TR: que os votos em cada proposta fossem recolhidos e colocados no local designado para cada proposta. Colocado em votação o encaminhamento foi aprovado por ampla maioria. Em seguida foram colocados em votação os TR do Tema I: TR1 – 197 votos; TR3 – 4 votos; TR5 – 9 votos; TR9 – 9 votos; TR10 – 57 votos; abstenções – 5 votos. Foram lidas pela Mesa as propostas de modificação ao TR1. Em seguida, a professora Eblin apresentou proposta de compatibilização, que, submetida à votação, foi aprovada por ampla maioria, com a seguinte redação: ***Defesa dos serviços públicos e do projeto de educação do ANDES-SN, referenciado no Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, lutando pela autonomia e valorização do trabalho docente, construindo ações na luta contra a intensificação da retirada dos direitos, contra a apropriação do fundo público pelo capital e a criminalização dos movimentos sociais e todas as formas de opressões. Intensificação do trabalho de base, em unidade com a CSP-CONLUTAS, as entidades da educação e demais organizações do campo classista, na perspectiva da reorganização da classe trabalhadora, pelo Fora Temer e a construção da greve geral.*** Questionada por não ter acatado solicitações de questões de ordem apresentadas durante o processo de votação, a presidente da Mesa explicou, à luz do regimento do Congresso, que ao iniciar o regime de votação não cabem solicitações de qualquer tipo de encaminhamento, dentre os quais questões de ordem. Em seguida, foram feitas declarações de votos, das quais foram devidamente registradas nesta ata as entregues à Mesa por escrito, conforme regimento do Congresso: Fabio Venturini (ADUNIFESP) “O que aconteceu foi uma vergonha. Vocês manobram para não votar as questões das centrais sindicais e chamar o governo de golpistas. Depois não querem que se diga que se aliam com a direita. Vocês estão apoiando o golpe. A diretoria apoiou o golpe. Golpistas!”; Raquel da Cunha (ADUNB) “Minha declaração de voto é em protesto à condução da votação que não acatou uma questão de ordem que procede. Se não conseguirmos a unidade aqui, onde conseguiremos.” Às 21h14min a professora Jacqueline Rodrigues de Lima, presidente da Mesa, agradeceu a todos e encerrou os trabalhos. Não havendo nada mais a tratar, eu, professor Vitor Wagner Neto de Oliveira, segundo secretário, lavrei a presente Ata, que será assinada por mim e pela presidente da Mesa.

Vitor Wagner Neto de Oliveira
2º Secretário

Jacqueline Rodrigues de Lima
Presidente

**ATA DA PLENÁRIA DO TEMA II - POLÍTICAS SOCIAIS E
PLANO GERAL DE LUTAS
36º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL**

No dia 26 de janeiro de 2017, às 15h20min, no Teatro UFMT, em Cuiabá/MT, confirmado o quórum regimental, foi instalada a mesa coordenadora dos trabalhos da Plenária do TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS, composta pelos professores Giovanni Frizzo, Presidente; Olgaises Maués Cabral, Vice-Presidente; Marcelo Mário Vallina, 1º Secretário, Trícia Zapula Rodrigues, 2ª Secretária. O Presidente iniciou a Plenária do Tema II informando os Textos de Resolução (TR) a serem apreciados: **TR 11 POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL**, proposto pela diretoria do ANDES-SN; **TR 13 POLÍTICA DE CLASSE, ETNIAS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL**, proposto pela diretoria do ANDES-SN; **TR 15 COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN: A LUTA PELA MEMÓRIA, REPARAÇÃO E JUSTIÇA**, proposto diretoria do ANDES-SN; **TR 17 POLÍTICAS E AÇÕES PARA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (C&T)**, proposto pela diretoria do ANDES-SN; **TR 20 ANDES-SN: CLASSISTA E DEMOCRÁTICO**, contribuição do(a)s professore(a)s Alair Silveira e Roberto Boaventura da Silva Sá, sindicalizado(a)s da ADUFMAT Seção Sindical; **TR 38 O GOLPE NA EDUCAÇÃO: A LUTA PERMANENTE CONTRA O IMPERIALISMO E EM DEFESA DO FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA**, contribuição dos(as) professores(as) Ailton Cotrim Prates (ADUFAL); Alvanita Almeida Santos (APUB); Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES); Celi Taffarel (APUB); Claudio Lira Santos Júnior (APUB); Cassia Hack (SINDUFAP); Domingos Garcia (ADUNEMET); Eduardo Jorge Souza da Silva (ADUFERPE); Erika Suruagy (ADUFERPE); Eudes Baima (SINDUECE); Everaldo Andrade (ADUSP); Fabio Venturini (ADUNIFESP); Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB); Flávio Dantas (ADUFERPE); Gilvanice Barbosa da Silva Musial (APUB); Hélcio Batista (ADUFERPE); Jair Reck (ADUnB); Jânio Ribeiro dos Santos (ADUFPI); José Arlen Beltrão (APUR); Joelma Albuquerque (ADUFAL); Lanara Guimarães de Souza (APUB); Lisleandra Machado (APESJF); Luiz Eduardo Simões de Souza (APRUMA); Manoel Pereira de Andrade (ADUnB); Marcia Morschbacher (SEDUFMS); Marco Aurélio (SESDUFT); Marize Carvalho (APUB); Patrícia Valim (APUB) Silvina Liliana Carrizo (APESJF); Sarah Munck Vieira (APESJF); Thiago Nicola Lavoura (ADUSC); Tarcísio Fernandes Cordeiro (APUR); Ricardo Coelho (ADUFAL); **TR 40 UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA PARA BARRAR O AJUSTE FISCAL**, contribuição do(a)s professore(a)s Antônio Euzébios Filho (ADUNESP), Dan Gabriel D’Onofre (ADUR-RJ), Fellipe Coelho Lima (ADURN), Fernando Lacerda Jr (ADUFG), Márcio da Silva (ADUFPB) e Michelle Gabrielli (ADUFPB); **TR 41 POLÍTICA DE CLASSE, ETNIAS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL**, contribuição das professoras Andréia Moassab e Patricia Zandonade – sindicalizadas da SESUNILA Seção Sindical; **TR 43 O CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO NÃO TEM COMO ACABAR COM A OPRESSÃO SOCIAL. A RESPOSTA ÀS DISCRIMINAÇÕES ÉTNICAS, RACIAIS E SEXUAIS É PARTE DO PROGRAMA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA**, contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho

(ADUFEPE); **TR 44 POR UMA FRENTE ÚNICA EM DEFESA DOS EMPREGOS, SALÁRIOS E DIREITOS. NÃO AO PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA**, contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE). Dando prosseguimento, o presidente da mesa explicou, e submeteu à Plenária, a metodologia de trabalho para a apreciação da pauta e a sequência dos TRs a serem discutidos, o que foi aprovado. Passou-se à apreciação do **TR 17 POLÍTICAS E AÇÕES PARA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (C&T)**, proposto pela diretoria do ANDES-SN. O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Continuar a luta pela ampliação de recursos orçamentários específicos para C&T, combatendo as iniciativas de desmonte do Estado e desresponsabilização do financiamento público (por exemplo, a PEC 55 - que tramitou na Câmara como PEC 241), e apoiar incrementos nos fundos públicos de financiamento. **2. Defender que a distribuição dos recursos para C&T seja feita diretamente para as universidades, Institutos, CEFETs e outras instituições públicas de pesquisa, em apoio a projetos coletivos de pesquisa socialmente referenciados, garantindo a gestão por meio dos órgãos colegiados constituídos democraticamente.** 3 Manter a luta contra a regulamentação da Lei nº 13.243/16 (Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação – MLCTI), nas instituições públicas de pesquisa (universidades, institutos, CEFETs) ou que fomentem a pesquisa pública (secretarias de estados e municípios, fundações estaduais, agências federais), por meio de: 3.1 realização de levantamento da situação sobre a discussão e a regulamentação do MLCTI nas diversas Instituições, por meio das seções sindicais e das secretarias regionais; **3.2 avaliação dos aspectos jurídicos pendentes de regulamentação no MLCTI, por meio da Assessoria Jurídica Nacional (AJN), e fomento de discussão nas seções sindicais e nos encontros das regionais do ANDES-SN para municiar a intervenção política contra o referido Marco no âmbito das instituições públicas de ensino e pesquisa;** 3.3 elaborar um InformANDES especial sobre C&T com material de apoio para as intervenções do ANDES-SN, tendo por base o levantamento e a avaliação citados, além das discussões do II seminário de C&T, realizado na UERJ. 4. Ampliar a participação do ANDES-SN no Movimento pela Ciência e Tecnologia Públicas (MCTP), por meio de: 4.1 em conjunto com as demais entidades do MCTP, organizar uma atividade durante a próxima reunião da SBPC que ocorrerá na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, entre os dias 16 e 22 de julho de 2017, com o fim de debater e divulgar o manifesto do Movimento e outros materiais; 4.2 participar das reuniões, dos encontros, dos seminários e dos atos promovidos pelo MCTP. **5. Continuar o estímulo à formação dos GT de C&T nas seções sindicais.** Situação nos grupos: foi aprovado com modificações nos grupos 1, 10 e 11; sem informação nos grupos 2, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 e remetido para a Plenária pelo grupo 3. A proposta da Mesa foi de apreciação do TR item a item, o que foi aprovado pela Plenária. Foi feita a leitura do item 1, aprovado com modificações nos grupos 1, 10 e 11; remetido para Plenária pelo grupo 3; sem informação nos grupos 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9. O grupo 1 aprovou a seguinte proposta de modificação: “O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Continuar a luta pela ampliação de recursos orçamentários específicos para C&T, combatendo as iniciativas de desmonte do Estado e **desresponsabilização** do financiamento público (por exemplo, a Emenda Constitucional 095/2016), e apoiar incrementos nos fundos públicos de financiamento”. Os grupos 10 e 11 aprovaram a seguinte modificação: “1. Continuar a luta pela ampliação de recursos orçamentários específicos para C&T, combatendo as iniciativas de desmonte do Estado e desresponsabilização do financiamento público **a exemplo da Emenda Constitucional**

95/16, Teto dos Gastos Públicos, (que tramitou na Câmara como PEC 241 e no Senado como PEC 55/16), e apoiar incrementos nos fundos públicos de financiamento”. A mesa abriu discussão e em seguida, encaminhou a votação, sendo a proposta do grupo 1 contra a proposta dos grupos 10 e 11. Foi aprovada a proposta dos grupos 10 e 11 por maioria e algumas abstenções ficando o item 1 com a seguinte redação final: **1. Continuar a luta pela ampliação de recursos orçamentários específicos para C&T, combatendo as iniciativas de desmonte do Estado e desresponsabilização do financiamento público a exemplo da Emenda Constitucional 95/16, Teto dos Gastos Públicos, (que tramitou na Câmara como PEC 241 e no Senado como PEC 55/16), e apoiar incrementos nos fundos públicos de financiamento.** Passou-se à leitura do item 2 e a situação nos grupos: foi aprovado o texto original nos grupos 1, 10 e 11; remetido para a Plenária pelo grupo 3; sem informação nos grupos 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9. Como já havia sido aprovado sem modificações por todos, foi remetido para aprovação ao final do TR. Foi feita a leitura do item 3 e subitem 3.1 com a seguinte situação nos grupos: aprovado com modificações nos grupos 1, 10 e 11; remetido para Plenária pelo grupo 3; sem informação nos grupos 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9. Os grupos 1, 10 e 11 aprovaram a seguinte modificação: “**3 Ampliar a luta pela revogação e contra a regulamentação da Lei nº 13.243/16 (Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação - MLCTI), nas instituições públicas de pesquisa (universidades, institutos, CEFETs) ou que fomentem a pesquisa pública (secretarias de estados e municípios, fundações estaduais, agências federais), por meio de: 3.1 Levantamento de regulamentação do MLCTI nas diversas Instituições, por meio das seções sindicais e das secretarias regionais”.** Em votação, foi aprovada a proposta dos grupos 1, 10 e 11 por ampla maioria e algumas abstenções ficando o item 3 e o subitem 3.1 com a seguinte redação final: **3 Ampliar a luta pela revogação e contra a regulamentação da Lei nº 13.243/16 (Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação - MLCTI), nas instituições públicas de pesquisa (Universidades, Institutos, CEFETs) ou que fomentem a pesquisa pública (Secretarias de Estados e Municípios, Fundações estaduais, Agências federais), por meio de: 3.1 Levantamento de regulamentação do MLCTI nas diversas Instituições, por meio das seções sindicais e das secretarias regionais.** Foi lido o subitem 3.2 com a seguinte situação nos grupos: foi aprovado o texto original nos grupos 1, 10 e 11 e remetido para a Plenária pelo grupo 3. Como já havia sido aprovado sem modificações por todos os grupos, foi remetido para aprovação ao final do TR. Foi lido o subitem 3.3 aprovado com modificações nos grupos 1, 10 e 11; remetido para plenária pelo grupo 3; sem informação nos grupos 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9. Os grupos 1, 10 e 11 aprovaram a modificação: “**3.3 Elaboração de InformANDES especial sobre C&T com material de apoio para as intervenções do ANDES-SN, tendo por base o levantamento e a avaliação citados, além das discussões do II seminário de C&T, realizado na UERJ, em dezembro de 2016.”.** Em votação, foi aprovada a proposta de modificação dos grupos 1, 10 e 11 por ampla maioria e algumas abstenções ficando o item 3.3 com a seguinte redação final: **3.3 Elaboração de InformANDES especial sobre C&T com material de apoio para as intervenções do ANDES-SN, tendo por base o levantamento e a avaliação citados, além das discussões do II seminário de C&T, realizado na UERJ, em dezembro de 2016.** Foi feita a leitura do item 4 e subitem 4.1 com a seguinte situação nos grupos: aprovado com modificações nos grupos 1, 10 e 11; remetido para Plenária pelo grupo 3; sem informação nos grupos 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9. Os grupos 1, 10 e 11 aprovaram a seguinte modificação: “**4. Ampliar a participação do ANDES-SN no Movimento pela Ciência e Tecnologia Públicas (MCTP), por meio de: 4.1 Atividade organizada em conjunto com as demais entidades**

do MCTP, durante a reunião da SBPC que ocorrerá na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, entre os dias 16 e 22 de julho de 2017, com o fim de debater e divulgar o manifesto do Movimento e outros materiais;”. Em votação, foi aprovada a proposta de modificação dos grupos 1, 10 e 11 por maioria e algumas abstenções ficando o item com a seguinte redação final: **4. Ampliar a participação do ANDES-SN no Movimento pela Ciência e Tecnologia Públicas (MCTP), por meio de: 4.1 Atividade organizada em conjunto com as demais entidades do MCTP, durante a reunião da SBPC que ocorrerá na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, entre os dias 16 e 22 de julho de 2017, com o fim de debater e divulgar o manifesto do Movimento e outros materiais.** Foi feita a leitura do subitem 4.2 com a seguinte situação nos grupos: aprovado com modificações nos grupos 1, 10 e 11; remetido para Plenária pelo grupo 3; sem informação nos grupos 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9. A seguinte modificação foi aprovada pelos grupos 1, 10 e 11” **4.2 participação nas reuniões, nos encontros, nos seminários e nos atos promovidos pelo MCTP.**” Em votação foi aprovada a proposta de modificação dos grupos 1, 10 e 11 por ampla maioria e algumas abstenções ficando o item com a seguinte redação final: **4.2 participação nas reuniões, nos encontros, nos seminários e nos atos promovidos pelo MCTP.** Foi feita a leitura do item 5 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 10 e 11; remetido para Plenária pelo grupo 3; sem informação nos grupos 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9. O grupo 10 apresentou a proposta de inclusão: **“Acompanhar as propostas, mudanças e alterações nas leis de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual relacionadas à ciência, tecnologia e inovação.”**; O grupo 11 apresentou a proposta de inclusão: **“Lutar para a derrubada dos vetos de Michel Temer nas leis de diretrizes orçamentárias para 2017 (LDO/2017) e pela derrubada da alteração feita pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária Anual (LOA/2017) com a criação de uma nova fonte de recursos (FONTE 900) retirando verbas das áreas da educação, ciência, tecnologia e inovação.”**. O grupo 11 propôs a recomendação: **“pautar a reunião do GT C&T do ANDES-SN o debate sobre a necessidade de reforçar o caráter social da produção de Ciência e Tecnologia e a conseqüente adequação da inclusão do termo sociedade na definição da C&T”**. Em votação, após ampla discussão, foram aprovadas as propostas de inclusão dos grupos 10, 11 e a recomendação proposta por maioria e algumas abstenções. A mesa encaminhou a votação de todo o TR, com as modificações e inclusões já aprovadas. O TR – 17 foi aprovado por maioria e algumas abstenções. Passou-se à apreciação do **TR 11 POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL**, proposto pela diretoria - O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: **1.** Fortalecer a mais ampla unidade da classe trabalhadora, contra a PEC 55/2016, que tramitou na Câmara como PEC 241 e o PLC 54/2016, que tramitou na Câmara como PLP 257/2016, e que representam um desmonte do serviço público. **2.** Denunciar amplamente a atuação do STF, nos últimos anos, que tem tomado medidas que contribuem com a flexibilização dos direitos trabalhistas e, conseqüentemente, com o retrocesso nas conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras. **3.** Denunciar a órgãos internacionais em articulação com outras entidades do serviço público, com base em estudos realizados pela AJN, o corte de ponto dos servidores em greve. **4.** Lutar contra PEC 53 que altera a Constituição Federal para limitar exercício do direito de greve do setor da educação. **5.** Intensificar a luta contra as iniciativas legislativas referentes à precarização do trabalho, tais como: o PLC 30/2015 (antigo PL 4330/2004) e seus congêneres (PLS 87/2010, PLS 300/2015, PLS 339/2016), que aprofundam a terceirização; e o PL 4302/98 (em fase final de tramitação), que define e regula o trabalho temporário. **6.** Intensificar a luta pela construção de um amplo polo classista e de resistência, com

centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares, para enfrentar o agravamento dos ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, com base na unidade na luta: **6.1** estimular espaços e momentos de formação política em articulação com outras entidades, aprofundando o debate classista; **6.2** articular a construção de ações (seminários, mesas-redondas, fóruns, encontros) via secretarias regionais e seções sindicais, na perspectiva da construção de encontro nacional do ANDES-SN sobre o tema; **6.3 articular reunião nacional de entidades classistas, movimentos sociais e estudantis, em 2017, com o objetivo de avançar no processo de reorganização da classe trabalhadora;** **6.4** debater, o GTPFS, a proposta de realização de um encontro que tenha como tema o processo de reorganização da classe trabalhadora, na perspectiva de contribuir para a construção de um Encontro Nacional. **7.** Continuar atuando na construção de uma greve geral contra a retirada de direitos da classe trabalhadora, intensificando junto à CSP-Conlutas, Espaço de Unidade de Ação e Fóruns em defesa dos Serviços Públicos, a articulação das lutas com as demais centrais e organizações sindicais e populares. **8.** Continuar apoiando as diversas formas de luta em defesa da educação pública, tais como as ocupações estudantis de escolas, de universidades, dos institutos federais e dos CEFETS, denunciando e combatendo quaisquer ações de criminalização e de perseguições políticas. **9.** Demandar que a ANDIFES e o CONIF articulem as reitorias para que publicizem os orçamentos das instituições, e que os conselhos superiores se manifestem contrariamente ao corte de ponto em greves e paralisações, e contra a PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241). **10. Lutar pela revogação da Lei nº 13.334/2006 que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e dá outras providências.** **11.** Lutar contra o PL 4567/2016 que permite a abertura da exploração do Pré-Sal ao capital privado, retirando a garantia do direito de preferência de operação da PETROBRAS. **12.** Ampliar as atividades locais e regionais sobre a precarização do trabalho docente e as formas de organização sindical por local de trabalho no contexto da multicampia, a partir da concepção sindical do ANDES-SN. **13. Realizar, em 2017, reunião conjunta do GTPFS e do GTPE para debater o trabalho e a organização docente diante da expansão e da multicampia das IES.** **14. Realizar, em 2017, um curso Nacional de Formação Política e Sindical, com o tema Movimentos sociais: exploração, opressão e revolução.** **15.** Realizar, juntamente com o GTPFS locais, em articulação com as Secretarias Regionais, atividades de formação que contemplem os temas aprovados no 35º Congresso do ANDES-SN. **16.** Envidar esforços por meio das secretarias regionais em conjunto com as seções sindicais, e em articulados com outros sindicatos e movimentos populares e estudantis, para a criação das coordenações estaduais ou regionais da CSP-CONLUTAS onde não houver. **17.** O ANDES-SN propõe à CSP-Conlutas os seguintes eixos norteadores para a metodologia de funcionamento do Congresso da Central: **17.1 Contribuições a)** as contribuições deverão ser formuladas com a separação entre os considerados (textos de apoio) e as propostas de resolução. **17.2 Funcionamento a) o número de delegados nos grupos de discussão não poderá ser superior a 5% dos delegados credenciados; b) cada grupo deverá eleger um coordenador, um secretário e um relator. O relator será responsável pelo preenchimento do formulário de relatório previamente elaborado pela comissão organizadora do III Congresso; c) os relatórios serão consolidados pela comissão de sistematização, formada por todos os relatores e pela comissão organizadora do Congresso.** **17.3 Da Plenária a)** as propostas sistematizadas, em relatório acessível para todos os delegados, serão votadas após um encaminhamento a favor e um contra, podendo ser aumentado a critério da mesa da Plenária; **b)** o relatório será fornecido em forma impressa para cada entidade ou movimento presente no III Congresso; **c)** o relatório de

cada grupo deverá estar disponível para consulta na mesa da Plenária. **17.4 Infraestrutura A comissão organizadora deverá providenciar a infraestrutura necessária (espaço, cadeiras, som, gravador) para que os trabalhos nos grupos e nas Plenárias transcorram normalmente.** **18. Discutir, por meio das seções sindicais o cálculo do número de representantes nos fóruns nacionais da CSP-Conlutas, como congressos e Coordenação Nacional para ser deliberado no 62º CONAD.** **19.** Elaborar, por meio do GTPFS, visando acumular debates e reflexões para as deliberações do ANDES-SN sobre a contribuição do nosso sindicato ao III Congresso da CSP-CONLUTAS, materiais a serem enviados às seções sindicais para subsidiar o debate e as deliberações do 62º CONAD. Situação nos grupos: foi aprovado com modificações nos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 11; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. A proposta da Mesa foi de apreciação do TR item a item, o que foi aprovado pela Plenária. Foi lido o item 1 com a seguinte situação nos grupos: aprovado com modificações nos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8 e 11; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. O grupo 1 aprovou a modificação: “1. Fortalecer a mais ampla unidade da classe trabalhadora, **contra EC 95/2016 e a Lei Complementar 156/2016**, que representam um desmonte do serviço público”. O grupo 4 aprovou a modificação: ”1. Fortalecer a mais ampla unidade da classe trabalhadora, **contra os efeitos da EC 95/16, já que essas mudanças na legislação pretendem congelar os investimentos públicos nas áreas sociais por 20 anos, acelerando o desmonte dos serviços públicos já em curso**”. O grupo 7 aprovou a modificação: “1. Fortalecer a mais ampla unidade da classe trabalhadora, **contra a Emenda Constitucional 95/2016 e Lei Complementar 156/2016 e contra seus efeitos sobre estados e municípios** que representam um desmonte do serviço público”. O grupo 11 aprovou a modificação: “1. Fortalecer a mais ampla unidade da classe trabalhadora, **contra a EC 95/2016 e Lei Complementar 156/2016, a PEC 287/2016 e a contrarreforma trabalhista**, que representam um desmonte do serviço público e dos direitos sociais”. Após discussão, a mesa apresentou o seguinte texto que compatibiliza as propostas de modificação: “**1 - Fortalecer a mais ampla unidade da classe trabalhadora, contra: a Emenda Constitucional 95/2016 que congela os investimentos públicos nas áreas sociais por 20 anos; a Lei Complementar 156/2016 e seus efeitos sobre estados e municípios que representam um desmonte do serviço público já em curso; a contrarreforma da previdência (PEC 287/2016); e a contrarreforma trabalhista**”. A mesa encaminhou a votação e a proposta compatibilizada foi aprovada por maioria e algumas abstenções. Foi feita a leitura do item 2 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 8; sem informação para os grupos 6, 9 e 10; com modificações pelos grupos 7 e 11. O grupo 7 aprovou a proposta: “2. Denunciar amplamente a atuação do STF, nos últimos anos, que tem tomado medidas que **possibilitou a retirada** dos direitos trabalhistas e, conseqüentemente, com o retrocesso nas conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras”; e outra proposta por votação minoritária: “2. Denunciar amplamente a atuação do STF, nos últimos anos, que tem tomado medidas que, **com a utilização do discurso da “flexibilização”, retiram** direitos trabalhistas e **significam a destruição de** conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras”. O grupo 11 aprovou a proposta: “2. Denunciar amplamente a atuação do STF, nos últimos anos, que tem tomado **decisões que dão sustentação** a flexibilização dos direitos trabalhistas e, conseqüentemente, com o retrocesso nas conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras **subvertendo o seu papel de salvaguardar a constituição, reformulando-a por meio de um processo que suprime os procedimentos por ela estabelecidos para isto**”. Feita a discussão, em seguida a mesa propôs a seguinte compatibilização: “**2 - Denunciar amplamente a atuação do STF, intensificada nos**

últimos anos, com medidas que, com a utilização do discurso de “flexibilização”, retiram direitos trabalhistas e destroem conquistas de trabalhadores e trabalhadoras, subvertendo seu papel de salvaguarda da Constituição”. Foi encaminhada a votação e a proposta compatibilizada foi aprovada por ampla maioria e com o registro de algumas abstenções. A mesa apresentou a necessidade de se votar a prorrogação da Plenária por até mais uma hora. Feita a votação foi aprovada a prorrogação até as 18 horas. Prosseguiu-se lendo o item 3 que tinha a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 2, 3, 4, 7 e 11; o grupo 5 remeteu para a Plenária; o grupo 8 aprovou com modificação; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. O grupo 8 aprovou a modificação: **“3. Denunciar a OIT e a outros órgãos internacionais, em articulação com outras entidades do serviço público, o corte de ponto, conforme apontado nos estudos da assessoria jurídica nacional, assim como outras condutas do estado brasileiro que buscam inviabilizar o exercício do direito de greve no serviço público”.** Foi feita a discussão e, em seguida, a mesa encaminhou a votação da proposta original *versus* a proposta de modificação. A proposta modificada foi aprovada com maioria e algumas abstenções ficando o item com a seguinte redação final: **3. Denunciar a OIT e a outros órgãos internacionais, em articulação com outras entidades do serviço público, o corte de ponto, conforme apontado nos estudos da assessoria jurídica nacional, assim como outras condutas do estado brasileiro que buscam inviabilizar o exercício do direito de greve no serviço público.** Foi lido o item 4 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original pelos grupos 2, 3, 4, 7, 8 e 11; o grupo 5 remeteu para a Plenária; aprovado com modificações pelo grupo 1; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. O grupo 1 aprovou a modificação: **“4. Lutar pelo direito de greve, intensificando ações de denúncias das medidas ditatoriais do Poder Judiciário, como o corte de ponto de servidores em greve dando ênfase no embate** contra a PEC 53 que altera a Constituição Federal para limitar o exercício do direito de greve do setor da Educação”. Após discussão, a mesa propôs votar o texto original contra a proposta de modificação, foi aprovada a modificação por ampla maioria e algumas abstenções ficando o item com a seguinte redação final: **4. Lutar pelo direito de Greve, intensificando ações de denúncias das medidas ditatoriais do Poder Judiciário, como o corte de ponto de servidores em greve dando ênfase no embate contra a PEC 53 que altera a Constituição Federal para limitar o exercício do direito de greve do setor da Educação.** Foi lido o item 5 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 3, 7, 8 e 11; o grupo 5 remeteu para a Plenária; os grupos 2 e 4 aprovaram com modificações; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. O grupo 2 aprovou a proposta: **“5. Lutar contra a reforma trabalhista expressa na PL 6787/2016, que tramita em caráter de urgência no Congresso Nacional e intensifica as ações contra as demais iniciativas legislativas referentes à precarização do trabalho e à terceirização, tais como o PLC 30/2015 (antigo PL 4330/2004) e seus congêneres (PLS 87/2010, PLS 300/2015 e PLS 339/2016), o PL 4302/98, que regula o trabalho temporário”.** O grupo 4 aprovou a inclusão do subitem: **“5.1. Fortalecer a auto-organização dos trabalhadores terceirizados, incentivando sua inclusão em todos os espaços de luta”.** Feita a discussão, a mesa apresentou a proposta de compatibilização: **“5. Lutar contra a reforma trabalhista expressa na PL 6787/2016, que tramita em caráter de urgência no Congresso Nacional e intensificar as ações contra as demais iniciativas legislativas referentes à precarização do trabalho e à terceirização, tais como o PLC 30/2015 (antigo PL 4330/2004) e seus congêneres (PLS 87/2010, PLS 300/2015 e PLS 339/2016), o PL 4302/98, que regula o trabalho temporário. 5.1 Apoiar a organização dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados e sua participação nos espaços de**

luta”. A mesa encaminhou votar a proposta do grupo 2 contra a proposta de compatibilização. A proposta de compatibilização foi aprovada com ampla maioria e algumas abstenções. Prosseguindo, foi lido o item 6 e o subitem 6.1 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 2, 3, 4, 7, 8 e 11; o grupo 5 remeteu para a Plenária; o grupo 1 aprovou com modificação uma proposta majoritária e outra minoritária. O grupo 1 aprovou a proposta: ”6. Intensificar a luta pela construção de um amplo polo classista e de resistência, com centrais sindicais, sindicatos, movimentos populares e **estudantis**, para enfrentar o agravamento dos ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, com base na unidade na luta: 6.1 estimular espaços e momentos de formação política em articulação com outras entidades, aprofundando o debate classista”; proposta minoritária do grupo 1: “6. Intensificar a luta pela construção de um amplo polo classista e de resistência, com centrais sindicais: CUT, INTERSINDICAIS, CONLUTAS, CTB, movimentos populares, **movimento estudantil** e sindicatos, para enfrentar o agravamento dos ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, com base na unidade na luta: 6.1 estimular espaços e momentos de formação política em articulação com outras entidades, aprofundando o debate classista”. Foi feita a discussão e, em seguida, foi apresentada a proposta de compatibilização: “6 - Intensificar a luta pela construção de um amplo pólo classista e de resistência com a CSP- Conlutas, demais centrais sindicais e suas bases, inclusive a CUT, Intersindical e CTB, bem como Movimento Estudantil e Sindicatos, para enfrentar o agravamento dos ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, com base na unidade da luta; 6.1 estimular espaços e momentos de formação política em articulação com outras entidades, aprofundando o debate classista”. A mesa propôs a votação da proposta majoritária do grupo 1 contra a proposta de compatibilização, dado que não houve defesa da proposta minoritária. A proposta majoritária do grupo 1 foi aprovada com ampla maioria e algumas abstenções ficando o item com a seguinte redação: **6. Intensificar a luta pela construção de um amplo polo classista e de resistência, com centrais sindicais, sindicatos, movimentos populares e estudantis, para enfrentar o agravamento dos ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, com base na unidade na luta: 6.1 estimular espaços e momentos de formação política em articulação com outras entidades, aprofundando o debate classista**”. A mesa informou à Plenária que faltavam 17 minutos para 18 horas e que as atividades seriam encerradas e retornariam às 18h30 conforme definido no Cronograma do 36º Congresso do ANDES-SN. Foi encaminhada a votação para remeter os TRs ainda não discutidos para a continuação da Plenária do Tema II após as 18h30. A Plenária aprovou a proposta da mesa por ampla maioria e algumas abstenções. As 18h51min, após alcançado o quórum, as atividades foram reiniciadas pela mesa procedendo-se à leitura do subitem 6.2 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 2, 4, 7, 8 e 11; o grupo 5 remeteu para a Plenária; o grupo 3 aprovou com modificações; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. O grupo 3 aprovou a proposta: “6.2 articular a construção de ações (seminários, mesas-redondas, fóruns, encontros) via secretarias regionais e seções sindicais, na perspectiva da construção de encontro nacional do ANDES-SN, **com a pauta dos ataques em curso**”. A mesa encaminhou a votação do texto original contra a proposta do grupo 3. A proposta do grupo 3 foi aprovada por ampla maioria e com o registro de algumas abstenções ficando o item com a seguinte redação final: “**6.2 articular a construção de ações (seminários, mesas-redondas, fóruns, encontros) via secretarias regionais e seções sindicais, na perspectiva da construção de encontro nacional do ANDES-SN, com a pauta dos ataques em curso**”. Foi lido o subitem 6.3 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 3, 4, 7 e 8;

o grupo 5 remeteu para a Plenária; os grupos 2 e 11 aprovaram com modificações; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. O grupo 2 aprovou a proposta majoritária: “6.3 articular reunião nacional de entidades classistas, movimentos sociais e estudantis, em 2017, com o objetivo de **estabelecer plataforma e agenda de lutas contra os ataques aos direitos sociais e trabalhistas**”; o grupo 2 aprovou minoritariamente a proposta: “6.3 articular reunião nacional de entidades classistas, movimentos sociais e estudantis, em 2017, com o objetivo de **estabelecer plataforma e agenda de lutas contra os ataques aos direitos sociais e trabalhistas pela base**”. O grupo 11 aprovou a proposta: “6.3 articular reunião nacional de entidades classistas, movimentos sociais e estudantis, em 2017, com o objetivo de **avançar na perspectiva da construção do polo classista e de resistência**”. Não havendo discussão, a mesa encaminhou a votação da proposta do texto original contra a modificação. Foi aprovada a proposta do texto original por ampla maioria e algumas abstenções. Foi lido o subitem 6.4 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 2, 3, 7 e 8; os grupos 1, 4, 5 e 11 aprovaram com modificações; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. Os grupos 1 e 5 aprovaram a proposta: “6.4 debater, **no GTPFS**, a proposta de realização de um encontro que tenha como tema o processo de reorganização da classe trabalhadora, na perspectiva de contribuir para a construção de um **evento Nacional**”. O grupo 4 aprovou a proposta: “6.4 debater, o GTPFS, a proposta de realização de um **evento** que tenha como tema o processo de reorganização da classe trabalhadora, na perspectiva de contribuir para a construção de um Encontro Nacional”. O grupo 11 aprovou a proposta: “6.4 debater, o GTPFS, a proposta de realização de um encontro que tenha como tema o processo de construção do polo classista e de resistência, na perspectiva de contribuir para a construção de um evento Nacional”. Após discussão, a mesa encaminhou a votação da proposta dos grupos 1 e 5 contra a proposta do grupo 11. Não houve defesa para a proposta do grupo 4. Foi aprovada por ampla maioria e algumas abstenções a proposta dos grupos 1 e 5 ficando o item com a seguinte redação final: **6.4 debater, no GTPFS, a proposta de realização de um encontro que tenha como tema o processo de reorganização da classe trabalhadora, na perspectiva de contribuir para a construção de um evento Nacional**. Foi lido o item 7 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 2, 3, 5, 7, 8 e 11; o grupo 1 aprovou modificação majoritária e os grupos 1 e 11 minoritária; os grupos 4 e 5 remeteram à Plenária; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. O grupo 1 aprovou a proposta majoritária: “7. Continuar atuando na construção de uma greve geral contra a retirada de direitos da classe trabalhadora, intensificando junto à CSP-Conlutas, Espaço de Unidade de Ação, e Fóruns em defesa dos Serviços Públicos e **Movimento Estudantil**, a articulação das lutas com as demais centrais e organizações sindicais e populares”. Os grupos 1 e 11 aprovaram a proposta minoritária: “7. **Lutar** na construção de uma greve geral contra a retirada de direitos da classe trabalhadora, intensificando junto à CSP-Conlutas, e **demais centrais sindicais, as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo** e Fóruns em defesa dos Serviços Públicos e **Movimento Estudantil**, Fortalecendo a greve da educação em 15 de março”. O grupo 2 aprovou a proposta de inclusão do subitem: “7.1 Que as seções sindicais criem mecanismos locais de construção da greve geral como GTs, comandos de mobilização, comissões em prol de orientar a luta na base e com outras categorias no espaço local”. Após discussão, foi apresentada a proposta de compatibilização: “7. **Continuar atuando na construção de uma greve geral contra a retirada de direitos da classe trabalhadora, intensificando junto à CSP-Conlutas, Espaço de Unidade de Ação, Fóruns em defesa dos Serviços Públicos e Movimento Estudantil, a articulação das lutas com as demais centrais e organizações sindicais e populares. 7.1. fortalecer as organizações unitárias.com as**

organizações constituídas historicamente pela classe trabalhadora brasileira (centrais, confederações, federações e sindicatos) e no âmbito dos movimentos populares da cidade e do campo tendo como eixo a luta contra a retirada de direitos e capaz de pautar conjuntamente uma agenda de lutas e de mobilizações nacionais nos fóruns mais amplos de construção da luta, em particular para a construção da greve geral; 7.2. Indicar o dia 15 de março como dia nacional de greves, paralisações e mobilizações na perspectiva da construção da greve geral; 7.3. Que as seções sindicais criem mecanismos locais de construção da greve geral como GTs, comandos de mobilização, comissões em prol de orientar a luta na base e com outras categorias no espaço local”. A mesa encaminhou a votação e a proposta compatibilizada foi aprovada com ampla maioria e algumas abstenções. Foi lido o item 8 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 3, 4, 7, 8 e 11; o grupo 2 aprovou com modificação; o grupo 5 remeteu à Plenária; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. O grupo 2 aprovou a proposta: **“8. Continuar apoiando as diversas formas de luta em defesa da educação pública, tais como as ocupações estudantis em instituições educacionais, denunciando e combatendo quaisquer ações de criminalização e perseguições políticas”.** A mesa encaminhou a votação do texto original contra a proposta de modificação, sendo aprovada a proposta de modificação. Foi lido o item 9 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 7 e 8; aprovado com modificações pelos grupos 1, 2, 3, 4, e 11; remetido à Plenária pelo grupo 5; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. Os grupos 1, 2, 3, 4 e 11 aprovaram a proposta: **“9. Demandar que a ANDIFES, ABRUEM e o CONIF articulem as reitorias para que publicizem os orçamentos das instituições, e que os conselhos superiores se manifestem contrariamente ao corte de ponto em greves e paralisações, e contra a EC 95/2016, que congela os gastos sociais por vinte anos.** A mesa abriu a discussão e foi apresentada a proposta de compatibilização: **“9 - Demandar que a ANDIFES, ABRUEM e o CONIF articulem as reitorias para que publicizem os orçamentos das instituições, e que os conselhos superiores se manifestem contrariamente ao corte de ponto em greves e paralisações, e contra a EC 95/2016, que congela os investimentos sociais por vinte anos”.** A mesa encaminhou a votação da proposta compatibilizada contra a proposta de modificação. A proposta de compatibilização foi aprovada com ampla maioria e algumas abstenções. Foi lido o item 10 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 2, 3, 4, 7, 8 e 11; remetido à Plenária pelo grupo 5; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. Como já havia sido aprovado sem modificações por todos os grupos, foi remetido para aprovação ao final do TR. Foi lido o item 11 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 7 e 11; os grupos 1, 2, 3, 4 e 8 aprovaram com modificação; o grupo 5 remeteu à Plenária; sem informação nos grupos 6, 8 e 10. Os grupos 1, 2, 3 e 4 aprovaram a proposta: **“11. Lutar pela revogação da Lei 13.365/2016 que permite a abertura da exploração do Pré-Sal ao capital privado, retirando a garantia do direito de preferência de operação da PETROBRAS”.** O grupo 8 aprovou a proposta: **“11. Lutar pela revogação da Lei nº 13.365/2016 que permite a exploração do Pré-Sal ao capital privado, e por edição de lei substitutiva que garanta o direito de preferência de operação da PETROBRAS”.** A proposta do grupo 8 não foi defendida e a mesa encaminhou a votação da proposta dos grupos 1, 2, 3 e 4 que foi aprovada com maioria e algumas abstenções, ficando o item com a seguinte redação final: **11. Lutar pela revogação da Lei nº 13.365/2016 que permite a abertura da exploração do Pré-Sal ao capital privado, retirando a garantia do direito de preferência de operação da PETROBRAS.** Foi lido o item 12 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 3, 7 e 8; os grupos 2, 4 e 11

aprovaram com modificação; o grupo 5 remeteu à Plenária; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. Os grupos 2 e 4 aprovaram a proposta: “12. Ampliar as atividades locais e regionais (**como lutas, reuniões e palestras**) sobre a precarização do trabalho docente e as formas de organização sindical por local de trabalho no contexto da multicampia, a partir da concepção sindical do ANDES-SN”. O grupo 11 aprovou a proposta: “12. Ampliar as atividades locais e regionais **no contexto da multicampia, especialmente sobre a precarização particularmente perversa a que estão submetidos os docentes nessas instituições, bem como** as formas de organização sindical por local de trabalho a partir da concepção sindical do ANDES-SN”. Não houve defesa da proposta do grupo 11, a mesa encaminhou a votação e a proposta dos grupos 2 e 4 foi aprovada com maioria e algumas abstenções ficando o item com a seguinte redação final: **12. Ampliar as atividades locais e regionais (como lutas, reuniões e palestras) sobre a precarização do trabalho docente e as formas de organização sindical por local de trabalho no contexto da multicampia, a partir da concepção sindical do ANDES-SN.** Foi lido o item 13 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 2, 3, 4, 7, 8 e 11; remetido à Plenária pelo grupo 5. Como já havia sido aprovado sem modificações por todos os grupos, foi remetido para aprovação ao final do TR. Foi lido o item 14 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 2, 3, 4, 7, 8 e 11; remetido à Plenária pelo grupo 5. Como já havia sido aprovado sem modificações por todos os grupos, foi remetido para aprovação ao final do TR. Foi lido o item 15 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 7 e 8; os grupos 1, 2, 3, 4 e 11 aprovaram com modificação; remetido à Plenária pelo grupo 5; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. Os grupos 1, 2, 3, 4 e 11 aprovaram a proposta: “15. Realizar, juntamente com **as Seções Sindicais**, em articulação com as Secretarias Regionais, atividades de formação que contemplem os temas **do Curso Nacional realizado de acordo com a aprovação no 35º Congresso do ANDES-SN.** A mesa encaminhou a votação da proposta do texto original contra a proposta de modificação. Foi aprovada com ampla maioria e algumas abstenções a proposta modificada ficando o item com a seguinte redação final: **15. Realizar, juntamente com as Seções Sindicais, em articulação com as Secretarias Regionais, atividades de formação que contemplem os temas do Curso Nacional realizado de acordo com a aprovação no 35º Congresso do ANDES-SN.** Foi lido o item 16 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 2, 4, 7, 8 e 11; os grupos 1 e 3 aprovaram com modificação; remetido à Plenária pelo grupo 5; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. Os grupos 1 e 3 aprovaram a proposta: “16. Envidar esforços por meio das secretarias regionais em conjunto com as seções sindicais, e em **articulação** com outros sindicatos e movimentos populares e estudantis, para a criação das coordenações estaduais ou regionais da CSP-CONLUTAS onde não houver. A mesa encaminhou a votação da proposta do texto original contra a proposta de modificação. Foi aprovada com ampla maioria e algumas abstenções a proposta modificada ficando o item com a seguinte redação final: **16. Envidar esforços por meio das secretarias regionais em conjunto com as seções sindicais, e em articulação com outros sindicatos e movimentos populares e estudantis, para a criação das coordenações estaduais ou regionais da CSP-CONLUTAS onde não houver.** Foi lido o item 17 e o subitem 17.1 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 4, 7, 8 e 11; os grupos 1, 2 e 3 aprovaram com modificação; remetido à Plenária pelo grupo 5; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. Os grupos 1, 2 e 3 aprovaram a proposta: “17. O ANDES-SN propõe à CSP-Conlutas os seguintes eixos norteadores para a metodologia de funcionamento do Congresso da Central: 17.1 Contribuições a) as contribuições deverão ser formuladas com a separação

entre os **considerandos** (textos de apoio) e as propostas de resolução”. A mesa encaminhou a votação da proposta do texto original contra a proposta de modificação. Foi aprovada com ampla maioria e algumas abstenções a proposta modificada ficando o item com a seguinte redação final: **17. O ANDES-SN propõe à CSP-Conlutas os seguintes eixos norteadores para a metodologia de funcionamento do Congresso da Central: 17.1 Contribuições a) as contribuições deverão ser formuladas com a separação entre os considerandos (textos de apoio) e as propostas de resolução.** Foi lido o subitem 17.2 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 2, 3, 4, 7, 8 e 11; remetido à Plenária pelo grupo 5; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. Como já havia sido aprovado sem modificações por todos os grupos, foi remetido para aprovação ao final do TR. Foi lido o subitem 17.3 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 7, 8 e 11; os grupos 1, 2, 3 e 4 aprovaram com modificação; remetido à Plenária pelo grupo 5; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. Os grupos 1, 2, 3 e 4 aprovaram a proposta: **“17.3 Da Plenária: a) as propostas sistematizadas, em relatório acessível para todos os delegados, serão votadas após um encaminhamento a favor e um contra, podendo ser aumentado a critério da Plenária”**. A mesa encaminhou a votação da proposta do texto original contra a proposta de modificação. Foi aprovada com ampla maioria e algumas abstenções a proposta modificada. Foi lido o subitem 17.4 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 2, 3, 4, 7, 8 e 11; remetido à Plenária pelo grupo 5; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. Como já havia sido aprovado sem modificações por todos os grupos, foi remetido para aprovação ao final do TR. Foi lido o item 18 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 2, 3, 4, 7, 8 e 11; remetido à Plenária pelo grupo 5; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. Como já havia sido aprovado sem modificações por todos os grupos, foi remetido para aprovação ao final do TR. Foi lido o item 19 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 2, 3, 4, 7, 8 e 11; aprovado com modificação pelo grupo 1; remetido à Plenária pelo grupo 5; sem informação nos grupos 6, 9 e 10. O grupo 1 aprovou a proposta: **“19. Elaborar, por meio do GTPFS, visando acumular debates e reflexões para as deliberações do ANDES-SN sobre a contribuição do nosso sindicato ao III Congresso da CSP-CONLUTAS, materiais a serem enviados às seções sindicais para subsidiar o debate sobre o balanço político da CSP-CONLUTAS e as deliberações do 62º CONAD”**. A mesa encaminhou a votação da proposta do texto original contra a proposta de modificação. Foi aprovada, com ampla maioria e algumas abstenções, a proposta modificada ficando o item com a seguinte redação final: **19. Elaborar, por meio do GTPFS, visando acumular debates e reflexões para as deliberações do ANDES-SN sobre a contribuição do nosso sindicato ao III Congresso da CSP-CONLUTAS, materiais a serem enviados às seções sindicais para subsidiar o debate sobre o balanço político da CSP-CONLUTAS e as deliberações do 62º CONAD.** Os grupos 1, 3 e 4 aprovaram a inclusão da proposta: **“20. Lutar contra o PL 6787/2016 que tramita em caráter de urgência e dá início a Contrarreforma Trabalhista”**. O grupo 4 aprovou a inclusão da proposta: **“20. Reforçar a luta contra a precarização no serviço público, denunciando o processo ilegal de contratação de professores e professoras voluntários, fora dos casos excepcionais de aposentados e estágios regulamentados em leis normativas internas”**; A mesa abriu para discussão, foi apresentada a proposta de compatibilização: **“20. Reforçar a luta contra a precarização do serviço público, denunciando o processo de contratação de professores e professoras voluntários”**. A mesa encaminhou a votação e foi aprovada a proposta de compatibilização por maioria e algumas abstenções. O grupo 4 aprovou a inclusão da proposta: **“21. Intensificar a luta e a denúncia sobre a ocorrência de casos de**

assédio moral em instituições educacionais, atualizando a publicação de dados a respeito do tema”. A mesa abriu para discussão, foi apresentada a proposta de compatibilização: **“21. Intensificar a luta e a denúncia sobre a ocorrência de casos de assédio moral em instituições educacionais”**. A mesa encaminhou a votação e foi aprovada a proposta de compatibilização por maioria e algumas abstenções. O grupo 11 aprovou a proposta de inclusão: “Denunciar os ataques aos direitos trabalhistas e ao meio ambiente nas empresas administradas por fundos de pensão como o caso da PREVI que comanda a Vale, que gerou o desastre/crime de Mariana/MG”. A mesa abriu para discussão. Em seguida foi encaminhada e aprovada a supressão da proposta do grupo 11 por maioria e algumas abstenções. O grupo 7 aprovou a inclusão da proposta: “Denunciar o caráter ideológico do conceito "flexibilização" presente no discurso que preside a política de retirada de direitos trabalhistas e sociais, atacando frontalmente as conquistas históricas da classe trabalhadora”. A mesa abriu para discussão, em seguida encaminhou a votação dos favoráveis *versus* os contra a inclusão. A proposta de inclusão do item foi rejeitada por maioria e algumas abstenções. O grupo 8 aprovou a inclusão da proposta: “Construir Greve Geral em unidade com as demais centrais sindicais (CUT, CTB e Intersindical) iniciando pela unificação do setor de Educação com a CNTE”; e aprovou a proposta minoritária de inclusão: “Construir um dia de paralisação em março em unidade com centrais sindicais, entidades da educação, movimentos sociais e populares”. A mesa encaminhou que itens propostos estavam superados. Prosseguindo, o grupo 8 aprovou a proposta minoritária de inclusão: “Construir a greve geral em unidade com o conjunto das centrais sindicais: por nenhum direito a menos, não ao golpe! Fora Temer!”. A mesa informou à Plenária que eram 21h13 e que as atividades seriam encerradas as 21h30 e que deveria ser votada a remessa dos TRs ainda não discutidos para a Plenária do Tema III. Foi encaminhada a votação e aprovada por maioria e algumas abstenções. A mesa encerrou as atividades. Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas e cinquenta e sete minutos, reiniciaram as atividades. A mesa abriu a discussão sobre a proposta, minoritária, de inclusão do grupo 8. Após discussão, foram apresentadas: proposta 1 - “21. Lutar contra a agenda autoritária e conservadora do governo golpista de Michel Temer” e proposta 2 - **“21. Lutar contra a agenda autoritária e conservadora do governo ilegítimo de Michel Temer”**. A mesa encaminhou a votação, se incluía ou não o item 21. Foi aprovada a inclusão do item com maioria e algumas abstenções. Em seguida, a mesa encaminhou a inclusão da proposta 1 contra a proposta 2. Foi aprovada a inclusão da proposta 2 por maioria e algumas abstenções. Colocado em votação o TR como um todo, com as modificações e inclusões já aprovadas, o TR – 11 foi aprovado por maioria e algumas abstenções. **TR 20 ANDES-SN: CLASSISTA E DEMOCRÁTICO**, Contribuição do(a)s professore(a)s Alair Silveira e Roberto Boaventura da Silva Sá, Sindicalizado(a)s da ADUFMAT Seção Sindical. O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: Que a democracia interna seja revitalizada como condição fundamental para a garantia de debates qualificados, assegurando pleno respeito à pluralidade de posições, de maneira a assegurar a unidade docente na luta. Situação nos grupos: rejeitado nos grupos 2 e 3; modificado pelo grupo 2 (minoritário); sem informação nos grupos 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11. O grupo 2 aprovou a proposta: “Manter a defesa da democracia interna como condição fundamental para a garantia de debates qualificados, assegurando pleno respeito à pluralidade de posições, ou seja, constrangimentos às visões diferentes, de maneira a assegurar a unidade docente na luta”. A mesa abriu a discussão e, em seguida, foram apresentadas as propostas: 1- que se substituísse “Manter” por “Aprofundar”; 2 - “Reafirmar a defesa da democracia interna como condição fundamental para a garantia

de debates qualificados, assegurando pleno respeito à pluralidade de posições de maneira a assegurar a unidade docente na luta”. A mesa encaminhou a votação e foi aprovada a proposta 2 por maioria e algumas abstenções ficando o item com a seguinte redação final: **2. Reafirmar a defesa da democracia interna como condição fundamental para a garantia de debates qualificados, assegurando pleno respeito à pluralidade de posições de maneira a assegurar a unidade docente na luta.** O professor Nilson P. de Carvalho (ADUFERPE) apresentou declaração de voto nos seguintes termos: “Sinto-me constrangido em votar que sou a favor da Democracia”.

TR 38 O GOLPE NA EDUCAÇÃO: A LUTA PERMANENTE CONTRA O IMPERIALISMO E EM DEFESA DO FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA, Contribuição dos(as) professores(as) Ailton Cotrim Prates (ADUFAL); Alvanita Almeida Santos (APUB); Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES); Celi Taffarel (APUB); Claudio Lira Santos Júnior (APUB); Cassia Hack (SINDUFAP); Domingos Garcia (ADUNEMET); Eduardo Jorge Souza da Silva (ADUFERPE); Erika Suruagy (ADUFERPE); Eudes Baima (SINDUECE); Everaldo Andrade (ADUSP); Fabio Venturini (ADUNIFESP); Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB); Flávio Dantas (ADUFERPE); Gilvanice Barbosa da Silva Musial (APUB); Hélcio Batista (ADUFERPE); Jair Reck (ADUnB); Jânio Ribeiro dos Santos (ADUFPI); José Arlen Beltrão (APUR); Joelma Albuquerque (ADUFAL); Lanara Guimarães de Souza (APUB); Lisleandra Machado (APESJF); Luiz Eduardo Simões de Souza (APRUMA); Manoel Pereira de Andrade (ADUnB); Marcia Morschbacher (SEDUFMS); Marco Aurélio (SESDUFT); Marize Carvalho (APUB); Patrícia Valim (APUB) Silvina Liliana Carrizo (APESJF); Sarah Munck Vieira (APESJF); Thiago Nicola Lavoura (ADUSC); Tarcísio Fernandes Cordeiro (APUR); Ricardo Coelho (ADUFAL). O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: O ANDES-SN deverá contribuir na construção da *Frente Única*, com os demais organismos de luta da classe trabalhadora, para construir a greve geral e defender: **a)** A luta permanente pela soberania do Brasil, contra o imperialismo e a ingerência de mecanismos internacionais na Educação Brasileira; **b)** O pressuposto básico do financiamento público com recursos arrecadados pelo Estado garantindo, por meio do ensino público, laico e gratuito, de qualidade socialmente referenciada, o atendimento pleno das demandas sociais por educação, em todos os níveis, etapas e modalidades. **c)** A ampliação gradativa das verbas para a educação, à luz da meta 20 do PNE (mínimo de 7% do PIB em 2019 e mínimo de 10% até 2024), evitando-se novos contingenciamentos orçamentários nas áreas de educação, saúde, assistência social e demais políticas que se relacionam com a manutenção das matrículas nas escolas públicas de educação básica e nas instituições públicas de ensino superior, com a melhoria das condições físicas das escolas e de aprendizagem dos estudantes, com a elevação dos níveis de escolaridade da população jovem e adulta, a garantia do direito a alfabetização e, enfrentamento do analfabetismo absoluto e funcional da população acima de 15 anos de idade. **d)** A derrubada da Medida Provisória 746/16 da contrarreforma do Ensino Médio. **e)** A derrubada da Proposta de Emenda a Constituição (PEC N.55/16) que limita gastos públicos pelos próximos 20 anos. **f)** A derrubada dos vetos infringidos pelo golpista Michel Temer nas Leis de Diretrizes Orçamentárias para 2017 (LDO/2017) e derrubada da operação desastrosa feita pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária Anual – LOA 2017 com a criação de uma nova fonte de recursos (fonte 900) retirando verbas das áreas de Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação. Situação nos grupos: rejeitado nos grupos 2, 3 e 4; modificado pelo grupo 1; sem informação nos grupos 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11. A mesa encaminhou a votação da supressão contra a modificação do TR. Foi aprovada a supressão do TR 38 por ampla maioria e algumas abstenções. **TR 40 UNIDADE DA**

CLASSE TRABALHADORA PARA BARRAR O AJUSTE FISCAL, Contribuição do(a)s professore(a)s Antônio Euzébios Filho (ADUNESP), Dan Gabriel D’Onofre (ADUR-RJ), Fellipe Coelho Lima (ADURN), Fernando Lacerda Jr (ADUFG), Márcio da Silva (ADUFPB) e Michelle Gabrielli (ADUFPB). O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: Que o 36º Congresso do Andes indique a construção de uma Greve Geral, com assembleias e reuniões na base e um encontro nacional de trabalhadores que unifique as iniciativas de resistência ao ajuste fiscal. Situação nos grupos: rejeitado nos grupos 1, 2, 3 e 4; sem informação nos grupos 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11. O TR foi rejeitado.

TR 44 POR UMA FRENTE ÚNICA EM DEFESA DOS EMPREGOS, SALÁRIOS E DIREITOS. NÃO AO PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA, Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE). O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera promover a campanha por uma frente única sindical, baseada nas assembleias e comitês de luta, em torno da seguinte plataforma: **1.** Redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários; **2.** Fim das demissões e estabilidade no emprego; **3.** Emprego a todos, aplicando a escala móvel das horas de trabalho (divisão de todas as horas de trabalho entre todos aptos a trabalhar); **4.** Unir efetivos e terceirizados. Pela efetivação dos trabalhadores terceirizados, sem concurso público. E contratação direta, no setor privado. Trabalho igual, salário e direitos iguais. **5.** Reposição das perdas salariais. Por um salário mínimo vital que corresponda de fato às necessidades integrais da família. Defesa da escala móvel de reajuste (reajuste automático do salário de acordo com a elevação do custo de vida); **6.** Fim de todas as medidas de flexibilização e precarização do trabalho; **7.** Pela extinção de toda a legislação que restringe ou elimina a liberdade de expressão, manifestação e greve. Abaixo as leis antigreve e as multas judiciais impostas aos sindicatos e grevistas. Abaixo a Lei Antiterrorista; **8.** Combater a mercantilização, privatização e desnacionalização da educação, mediante a expropriação sem indenização do sistema privado e constituição de um único sistema público, gratuito, científico e sob controle dos que estudam e trabalham; **9.** Defender a saúde pública contra o avanço da mercantilização e privatização, por meio da expropriação do sistema privado, sem indenização, e constituição de um sistema único de saúde, público, gratuito e sob controle operário. **10.** Entrega de terras aos camponeses e indígenas; atendimento imediato de suas reivindicações. **11.** Defender a unidade dos trabalhadores do campo e da cidade para combater a violência reacionária da burguesia. Responder com as bandeiras de fim da PM, dissolução do aparato repressivo e Tribunais populares para punir os crimes da burguesia. **12.** Promover uma campanha permanente contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais. No âmbito universitário, que o ANDES impulse a constituição de Comitês Locais, Estaduais e Nacional contra a Repressão, lutando pelo fim dos processos políticos, readmissão de sindicalistas demitidos e expulsão da PM das universidades. **13.** Abaixo as reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio! **14.** Não pagamento da dívida pública. Situação nos grupos: rejeitado nos grupos 1, 2, 3 e 4; sem informação nos grupos 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11. A mesa informa que são 12h45min e solicita a aprovação da prorrogação da Plenária do Tema III por até mais uma hora. A prorrogação é aprovada com maioria e algumas abstenções. O TR 44 foi rejeitado.

TR 13 POLÍTICA DE CLASSE, ETNIAS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL, proposto pela Diretoria do ANDES-SN. O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: **1.** Debate, por meio das seções sindicais, em suas assembleias e instâncias deliberativas, formas de viabilizar a participação das mulheres responsáveis exclusivas pelos filhos de 1 a 12 anos nas atividades da seção sindical e do ANDES-SN. **2.** Garantia de creches e de espaços de convivência nos

recintos das seções sindicais, com garantia de infraestrutura para docentes com filhos participarem das assembleias. **3.** Realização, no ano de 2017, do Encontro do GTPCEGDS, com duração de 3 dias, para o III Seminário de Mulheres, em março de 2017, tendo como centro feminismo negro, feminismo trans e a luta contra o recrudescimento do conservadorismo e a retirada de direitos; do III Seminário de Diversidade Sexual, em maio de 2017, marcando a luta contra a homofobia, a lesfobia e a transfobia; e do Seminário sobre Reparação e Ações Afirmativas. **4.** Articulação, junto à CSP-Conlutas, aos movimentos de mulheres, ao movimento estudantil e às demais entidades e movimentos interessados, atividades nos dias de luta pela garantia aos direitos das mulheres: 8 de março – Dia Internacional da Mulher; 25 de abril – Dia Latino-Americano da Mulher; 28 de maio – Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher e Dia de Combate à Mortalidade Materna; 30 de maio – Dia de Luta pela Maior Participação Política das Trabalhadoras Rurais; 25 de julho – Dia da Mulher Afro-latino-americana e caribenha; 12 de agosto – Dia de Luta contra a Violência no Campo – Marcha das Margaridas; 19 de agosto – Dia Nacional do Orgulho Lésbico; 29 de agosto – Dia da Visibilidade Lésbica; 26 de agosto – Marcha das Margaridas; 06 de setembro: Dia Internacional de Ação pela Igualdade da Mulher; 28 de setembro: Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe; 10 de outubro – Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher; 12 de outubro – Dia Internacional da Mulher Indígena e Dia Nacional de Luta por Creches; 15 de outubro – Dia Mundial da

5. Que o ANDES-SN busque compor participação na Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil criada pelo Movimento Negro e OAB e em trabalho conjunto do Grupo de Trabalho Políticas de Classe, Etnias, Gênero e Diversidade Sexual, a Comissão da Verdade e o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente do ANDES-SN buscando registrar, visibilizar e mobilizar o movimento docente no combate ao racismo no Brasil. **6.** Que o GTPCEGDS crie e alimente com as seções sindicais um observatório de práticas de racismo em suas diversas dimensões e outras violências (assassinatos, torturas) nas universidades, com intuito de denunciar e também gerar ações militantes. **7.** Que o GTPCEGDS, a Comissão da Verdade do ANDES-SN e o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente trabalhem em conjunto no registro via audiovisual de testemunhos de docentes negras e negros das universidades brasileiras, a fim de montar ações de visibilidade a essas trajetórias via a produção de documentário e outros materiais de divulgação realizados pelo Sindicato Nacional.

Recomendação: 1. Que as seções sindicais debatam em suas assembleias e instâncias deliberativas a garantia, em reuniões e atividades sindicais, com duração de 1 a 3 dias fora do domicílio da/o Diretora/o, do auxílio – creche com a inclusão de meia diária como suporte. Situação nos grupos: modificado nos grupos 1, 5, 6, 7 e 8; remetido à Plenária no grupo 3; sem informação nos grupos 2, 4, 9, 10 e 11. Foi lido o item 1 com a seguinte situação nos grupos: modificado nos grupos 1, 5, 6, 7 e 8; remetido à Plenária pelo grupo 3; sem informação nos grupos 2, 4, 9, 10 e 11. O grupo 1 aprovou a proposta: “1. **Que as Seções Sindicais debatam em suas assembleias e instâncias deliberativas, formas de viabilizar a participação prioritariamente das mulheres e responsáveis pelos filhos (as), inclusive os/as com deficiência, incluindo as famílias homoafetivas, que exijam o acompanhamento direto** nas atividades da seção sindical e do ANDES-SN”. O grupo 8 aprovou a proposta: “Que as seções sindicais e Secretarias Regionais debatam em suas assembleias e instâncias deliberativas e implementem ações para participação em suas atividades e do Andes-SN, através da garantia de cirandas infantis, prioritariamente das mulheres e/ou responsáveis pelos /as filhos /as, inclusive os /as com deficiência, incluindo as famílias homoafetivas, que exijam o acompanhamento direto”. O grupo 5 aprovou a proposta: “1. Aplicar a decisão

do 34º Congresso do ANDES - SN, das seções e debater, por meio das seções sindicais, em suas assembleias e instâncias deliberativas, formas de viabilizar a participação prioritariamente das mulheres e ou responsáveis pelos/as filhos/as que exijam acompanhamento direto, nas atividades da seção sindical e do ANDES-SN”; e a proposta minoritária “1: Aplicar a decisão do 34º Congresso do ANDES - SN, das seções e debater, por meio das seções sindicais, em suas assembleias e instâncias deliberativas, formas de viabilizar a participação prioritariamente **dos** responsáveis pelos/as filhos/as que exijam acompanhamento direto, nas atividades da seção sindical e do ANDES-SN”. O grupo 6 aprovou a proposta: “1. **Debate**, por meio das seções sindicais, em suas assembleias e instâncias deliberativas, formas de viabilizar a participação **prioritária** das mulheres **e/ou** responsáveis **por dependentes que exijam acompanhamento direto** nas atividades da seção sindical e do ANDES-SN”. O grupo 7 aprovou a proposta: “1. Debater, por meio das seções sindicais, em suas assembleias e instâncias deliberativas, formas de viabilizar a participação **PRIORITÁRIA** das mulheres **E/OU RESPONSÁVEIS PELO/AS FILHOS/AS QUE EXIJAM ACOMPANHAMENTO DIRETO**, nas atividades da seção sindical e do ANDES-SN”. A mesa abriu para discussão, foi apresentada a proposta de compatibilização: “1. **Que as Seções Sindicais debatam em suas instâncias deliberativas formas de viabilizar a participação, prioritariamente das mulheres responsáveis por dependentes, que exijam cuidados diretos, nas atividades das seções sindicais e do ANDES-SN**”. A mesa encaminhou a votação e a proposta de compatibilização foi aprovada com maioria e algumas abstenções. Foi lido o item 2 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original pelo grupo 7; modificado nos grupos 1, 5 e 6; rejeitado pelo grupo 8; remetido à Plenária pelo grupo 3; sem informação nos grupos 2, 4, 8, 9, 10 e 11. O grupo 1 aprovou a proposta: “2. **Criar espaços de acolhimento e convivência no âmbito** das seções sindicais para docentes com filhos/as **possam participar de atividades sindicais**”. O grupo 5 aprovou a proposta: “2. Garantia de creches e de espaços de convivência nos recintos das seções sindicais, com garantia de infraestrutura para docentes com filhos participarem das assembleias”. O grupo 6 aprovou as propostas: “2. Garantia de espaços de convivência nos recintos das seções sindicais, com garantia de infraestrutura para docentes com dependentes participarem das atividades sindicais”; e por minoria “Que as seções sindicais debatam em suas assembleias e instâncias deliberativas formas de garantir espaços de convivência, com infraestrutura adequada, para dependentes de docentes para que estes participem de atividades sindicais”. A mesa abriu para discussão, foi apresentada a proposta de compatibilização: “2. **Criar espaços de acolhimento e convivência no âmbito das Seções Sindicais para que os docentes com dependentes possam participar das atividades sindicais**”. A mesa encaminhou a votação, a proposta de compatibilização foi aprovada com maioria e algumas abstenções. Foi lido o item 3 com a seguinte situação nos grupos: aprovada modificação nos grupos 1, 5, 6, 7 e 8; remetido à Plenária pelo grupo 3; sem informação nos grupos 2, 4, 9, 10 e 11. O grupo 1 aprovou a proposta: “3. **Realização de Evento do GTP no curso de 2017 com duração geral de três dias que englobará os seguintes seminários: 1º dia o III Seminário das Mulheres, tendo como centro feminismo classista, com destaque para as discussões das mulheres negras e trans e a luta contra o recrudescimento** do conservadorismo e a retirada de direitos; do III Seminário de Diversidade Sexual, em maio de 2017, marcando a luta contra a homofobia, a lesfobia e a transfobia; e do Seminário sobre Reparação e Ações Afirmativas”. O grupo 5 aprovou a proposta: “3. Realização, no ano de 2017, do Encontro do GTPCEGDS, com duração de 3 dias, para o III Seminário de Mulheres, em março de 2017, tendo como centro feminismo **classista, com destaque**

ao **feminismo negro**, feminismo trans e a luta contra o recrudescimento do conservadorismo e a retirada de direitos; do III Seminário de Diversidade Sexual, em maio de 2017, marcando a luta contra a homofobia, a lesofobia e a transfobia; e do Seminário sobre Reparação e Ações Afirmativas”. Os grupos 6 e 7 aprovaram a proposta: **“Realização de evento do GTPCEGDS, do Encontro do GTPCEGDS, no ano de 2017 com duração geral de 3 dias, que englobará os seguintes Seminários: 1º dia para o III Seminário de Mulheres, em março de 2017, tendo como centro feminismo negro, feminismo trans e a luta contra o recrudescimento do conservadorismo e a retirada de direitos; 2º dia do III Seminário de Diversidade Sexual, em maio de 2017, marcando a luta contra a homofobia, a lesofobia e a transfobia; 3º dia o Seminário sobre Reparação e Ações Afirmativas. Numa perspectiva classista e sindical”**. A mesa abriu para discussão, foi apresentada a proposta de compatibilização: **“3. Realização do evento pelo GTPCEGDS no ano de 2017, com duração de três dias, que englobará os seguintes seminários: 1º dia para o III Seminário das Mulheres, tendo como centro o feminismo classista com enfoque para mulheres negras, mulheres transexuais, mulheres lésbicas, bissexuais e a luta contra o recrudescimento do conservadorismo e a retirada de direitos. 2º dia do III Seminário de Diversidade Sexual, marcando a luta contra a homofobia, a lesbofobia e a transfobia; 3º dia o Seminário sobre Reparação e Ações Afirmativas**. A mesa encaminhou a votação, a proposta de compatibilização foi aprovada com maioria e algumas abstenções. Foi solicitada à mesa, por motivo de viagem, a substituição da delegada Cenira Oliveira pelo observador suplente, Cláudio Simões Salim. Foi encaminhada a votação da solicitação que foi aprovada por maioria e algumas abstenções. Restando 10 minutos para as 14h, a mesa colocou em votação a remessa dos TRs não discutidos para a Plenária do Tema 4, sendo aprovado por maioria e algumas abstenções, as atividades foram interrompidas. Após intervalo e alcançado o quorum, às 15h30 min, foram reiniciadas as atividades na Plenária. Foi lido o item 4 com a seguinte situação nos grupos: modificado nos grupos 1, 5, 6, 7 e 8; remetido à Plenária pelo grupo 3; sem informação nos grupos 2, 4, 9, 10 e 11. Os grupos 1, 5, 6 e 7 aprovaram a proposta: **“4. Articular** junto à CSP-Conlutas, aos movimentos de mulheres, ao movimento estudantil e às demais entidades e movimentos interessados, atividades nos dias de luta pela garantia aos direitos das mulheres”. O grupo 8 aprovou a proposta: **“4. Articular, junto à CSP-Conlutas, aos movimentos de mulheres, ao movimento estudantil e às demais entidades e movimentos interessados, atividades nos dias de luta pela garantia aos direitos das mulheres, em especial o 8 de março, Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, pelo seu caráter histórico”**. A mesa encaminhou a votação da proposta do grupo 8 contra a proposta dos grupos 1, 5, 6 e 7. Foi aprovada a proposta do grupo 8 por maioria e algumas abstenções ficando o item com a seguinte redação final: **4. Articular, junto à CSP-Conlutas, aos movimentos de mulheres, ao movimento estudantil e às demais entidades e movimentos interessados, atividades nos dias de luta pela garantia aos direitos das mulheres, em especial o 8 de março, Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, pelo seu caráter histórico**. Foi lido o item 5 com a seguinte situação nos grupos: modificado nos grupos 1, 5, 6, 7 e 8; remetido à Plenária pelo grupo 3; sem informação nos grupos 2, 4, 9, 10 e 11. O grupo 1 aprovou a proposta: **“5. Que o ANDES-SN busque participação na Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil criada pelo Movimento Negro e OAB e em trabalho conjunto do Grupo de Trabalho Políticas de Classe, Etnias, Gênero e Diversidade Sexual, a Comissão da Verdade e o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente do ANDES-SN visando registrar, visibilizar e mobilizar o movimento docente no combate ao racismo no Brasil”**. Os grupos 5, 6, 7 e 8 aprovaram

a proposta: “5. Que o ANDES-SN busque compor participação na Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil criada pelo Movimento Negro e OAB e em trabalho conjunto do Grupo de Trabalho Políticas de Classe, Etnias, Gênero e Diversidade Sexual, a Comissão da Verdade e o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente do ANDES-SN **visando** registrar, visibilizar e mobilizar o movimento docente no combate ao racismo no Brasil”. A mesa encaminhou a votação da proposta do grupo 1 contra a proposta dos demais grupos. A proposta dos grupos 5, 6, 7 e 8 foi aprovada com maioria e algumas abstenções ficando o item com a seguinte redação final: **5. Que o ANDES-SN busque compor participação na Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil criada pelo Movimento Negro e OAB e em trabalho conjunto do Grupo de Trabalho Políticas de Classe, Etnias, Gênero e Diversidade Sexual, a Comissão da Verdade e o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente do ANDES-SN visando registrar, visibilizar e mobilizar o movimento docente no combate ao racismo no Brasil.** Foi lido o item 6 com a seguinte situação nos grupos: modificado nos grupos 1, 5, 6 e 7; remetido à Plenária pelo grupo 3; sem informação nos grupos 2, 4, 8, 9, 10 e 11. O grupo 1 aprovou a proposta: “6. Que o GTPCEGDS e as seções sindicais criem e mantenham **estratégias para registrar informações sobre** práticas de racismo **contra docentes** em suas diversas dimensões **nas IES**, com o intuito de gerar ações militantes”. O grupo 5 aprovou a proposta: “6. Que o GTPCEGDS crie e alimente com as seções sindicais um observatório de práticas de racismo em suas diversas dimensões e outras violências **em suas diversas dimensões** (assassinatos, torturas) nas universidades, com intuito de denunciar e também gerar ações militantes”. O grupo 6 aprovou a proposta: “6. Que o GTPCEGDS crie e alimente com as seções sindicais um observatório de práticas de racismo, **lgbtfobia e feminicídio** em suas diversas dimensões e outras violências (assassinatos, torturas) nas universidades, com intuito de denunciar e também gerar ações militantes”. O grupo 7 aprovou a proposta: “6. Que o GTPCEGDS crie e **mantenha** com as seções sindicais um observatório sobre práticas de racismo e outras violências em suas diversas dimensões nas universidades, com intuito de denunciar e também gerar ações militantes”. Foi aberta a discussão pela mesa, foi apresentada a proposta de compatibilização: “**6. Que o GTPCEGDS crie e alimente com as seções sindicais um observatório de práticas de racismo, lgbtfobia e violência contra a mulher em suas diversas dimensões e outras violências (assassinatos, torturas) nas universidades, com intuito de denunciar e também gerar ações militantes**”. A mesa encaminhou a votação e a proposta de compatibilização foi aprovada por maioria e algumas abstenções. Foi lido o item 7 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 6 e 8; modificado nos grupos 1, 5 e 7; remetido à Plenária pelo grupo 3; sem informação nos grupos 2, 4, 9, 10 e 11. Os grupos 1 e 7 aprovaram a proposta: “7. Que o GTPCEGDS, **em conjunto com** a Comissão da Verdade do ANDES-SN e o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente trabalhem no registro via audiovisual, **narrativas** de docentes negras e negros das universidades brasileiras, a fim de montar ações de visibilidade a essas trajetórias via a produção de documentário e outros materiais de divulgação realizados pelo Sindicato Nacional”. O grupo 5 aprovou a proposta: “7. Que o GTPCEGDS, **em conjunto com** a Comissão da Verdade do ANDES-SN e o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente trabalhem no registro audiovisual de **narrativas** de docente **LGBT**, negras e negros das universidades brasileiras, a fim de montar ações de visibilidade a essas trajetórias via a produção de documentário e outros materiais de divulgação realizados pelo Sindicato Nacional”. A mesa encaminhou a votação e foi aprovada a proposta do grupo 5 por ampla maioria e algumas abstenções, não houve defesa da proposta dos grupos 1 e 7,

ficando o item com a seguinte redação final: **7. Que o GTPCEGDS, em conjunto com a Comissão da Verdade do ANDES-SN e o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente trabalhem no registro audiovisual de narrativas de docente LGBT, negras e negros das universidades brasileiras, a fim de montar ações de visibilidade a essas trajetórias via a produção de documentário e outros materiais de divulgação realizados pelo Sindicato Nacional.** Foi lida a Recomendação com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original no grupo 8; modificado nos grupos 5, 6 e 7; rejeitado pelo grupo 1; remetido à Plenária pelo grupo 3; sem informação nos grupos 2, 4, 9, 10 e 11. O grupo 5 aprovou a proposta: “1. Que as seções sindicais debatam em suas assembleias e instâncias deliberativas a garantia, **de apoio adicional para os dependentes de seus representantes, que participem de atividades sindicais fora de domicílio**”. O grupo 6 aprovou a proposta: “1. **Que seja garantido, para a diretoria do ANDES, no exercício das atividades do sindicato fora do domicílio, o auxílio-creche e inclusão da meia diária como suporte;** e que as seções sindicais debatam em suas assembleias e instâncias deliberativas sobre o auxílio creche e inclusão de meia diária como suporte, durante as reuniões e atividades fora do domicílio da/o diretor/a”. O grupo 7 aprovou a proposta: “1. Que as seções sindicais debatam em suas assembleias e instâncias deliberativas a garantia, em reuniões e atividades sindicais fora do domicílio do/a Diretor/a, do auxílio dependente - creche com a inclusão de meia diária como suporte”. O grupo 1 aprovou a proposta de inclusão: “Que seja garantido para a DIRETORIA DO ANDES-SN, no exercício das atividades do sindicato fora do domicílio o auxílio e inclusão de meia diária como suporte; e que as seções sindicais debatam em suas assembleias e instâncias deliberativas sobre o auxílio-creche e inclusão de meia diária como suporte, durante as reuniões e atividades sindicais fora do domicílio da/o Diretora/o”. A mesa abriu para discussão e foi apresentada a proposta de compatibilização: “8. Que as seções sindicais debatam em suas assembleias e instâncias deliberativas a garantia, de apoio adicional para os dependentes de seus representantes, que participem de atividades sindicais fora do domicílio. 9. Que seja garantido para a DIRETORIA DO ANDES-SN, no exercício das atividades do sindicato fora do domicílio, o auxílio-creche e inclusão de meia diária como suporte. A mesa encaminhou a votação e a proposta de compatibilização foi aprovada por maioria e algumas abstenções ficando com a seguinte redação final: **8. Que as seções sindicais debatam em suas assembleias e instâncias deliberativas a garantia, de apoio adicional para os dependentes de seus representantes, que participem de atividades sindicais fora do domicílio. 9. Que seja garantido para a DIRETORIA DO ANDES-SN, no exercício das atividades do sindicato fora do domicílio, o auxílio-creche e inclusão de meia diária como suporte.** Em seguida foi votado o TR 13 como um todo, sendo aprovado por maioria e algumas abstenções. **TR 41 POLÍTICA DE CLASSE, ETNIAS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL,** Contribuição das professoras Andréia Moassab e Patricia Zandonade – Sindicalizadas da SESUNILA Seção Sindical. O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: **1.** Exigir que nos programas de qualificação docente das universidades sejam levadas em consideração, pelas instituições, a demanda das docentes mulheres (têm mais dificuldade de deslocamento). **2.** Reivindicar fator de ajuste para a medição da produtividade docente da mulher nas IFES, variando de acordo com a idade dxs filhxs, gênero e raça dx docente, tendo como sugestão a multiplicação da produtividade pelos seguintes fatores: **2.1.** para a docente branca com filhxs de 0 a 2 anos a sua produtividade deverá ser multiplicada por cinco; com filhxs de 3 a 5 anos, multiplicada por quatro; com filhxs de 6 a 10 anos, multiplicado por três e meio; e com filhxs maiores de 10 anos ou sem filhxs, multiplicada por três. **2.2.** para a docente negra com

filhxs de 0 a 2 anos a sua produtividade deverá ser multiplicada por cinco e meio; com filhxs de 3 a 5 anos, multiplicada por quatro e meio; com filhxs de 6 a 10 anos, multiplicado por quatro; e com filhxs maiores de 10 anos ou sem filhxs, multiplicada por três e meio. **2.3.** para o docente branco com filhxs de 0 a 2 anos a sua produtividade deverá ser multiplicada por dois e meio e com filhxs de 3 a 5 anos, multiplicada por dois. **2.4.** para o docente negro com filhxs de 0 a 2 anos a sua produtividade deverá ser multiplicada por três; com filhxs de 3 a 5 anos, multiplicada por dois e meio; com filhxs de 6 a 10 anos, multiplicado por um e meio; e com filhxs maiores de 10 anos ou sem filhxs, multiplicada por um e meio. **3.** Propor que os sindicatos pactuem com as instituições a equidade de gênero na nomeação de cargos de confiança. **4.** Incentivar a elaboração de políticas para a equidade de gênero nas instituições, com a inclusão de apoio à docente vítima assédio sexual e/ou moral com base no gênero, ao mesmo tempo em que regulamenta procedimentos para a denúncia destes casos. Incluir também o atendimento profissional bem preparado para orientação de gestantes, mães e pais. **5.** Inserir como atribuição dos sindicatos, o auxílio e orientação às docentes para o cuidado com a saúde mental, com vistas a mitigar a opressão com base no gênero oriundas do ambiente de trabalho e da cultura institucional. **6.** Promover o empoderamento das docentes, com o debate constante sobre machismo institucional e assédio moral com base no gênero, nem sempre claramente reconhecidos pelas mulheres que lhes são vítimas. **7.** Exigir espaços integrais de Unidades de Desenvolvimento Infantil (escolas) nas proximidades dos espaços de trabalho e estudo das universidades, para acolhimento, sobretudo, dxs filhxs de docentes, funcionárixs e alunxs, mas também da população de entorno das instituições. **8.** Trabalhar pela criação e designação de espaços de acolhimento infantil e projetos de Ciranda Infantil nas unidades institucionais, para garantir a proximidade da criança e da mãe, da amamentação e do afeto, durante o período laboral. Estes espaços devem ser dotados de micro-ondas, geladeira, lavatório com água quente, brinquedos e livros, trocador, etc, acessado pela criança juntamente de seu cuidador ou cuidadora. **9.** Propor campanha contínua para sensibilização das comunidades universitárias para a inclusão da criança junto de seus cuidadores e suas cuidadoras nos vários espaços universitários. **10.** Lutar pela licença maternidade ou paternidade de 1 ano, podendo ser solicitada a qualquer momento até que a criança complete 3 anos de nascimento ou de adoção. **11.** Propor carga horária máxima de ensino em 8 horas-aulas semanais para docentes com filhos de até 5 anos, podendo ser para pai ou mãe concomitantes. **12.** Lutar pela caracterização de violência nas IFES, a rejeição aos/as filhos/as pequenos/as da comunidade universitária em qualquer espaço institucional. **13.** Considerar plenamente a Política Pública para Primeira Infância e dos direitos garantidos por lei para as crianças pequenas no desenvolvimento das políticas para trabalhadoras e trabalhadores com filhos. **14.** Alterar a sigla GTPCEGDS, do Grupo de Trabalho Políticas de Classe, Etnias, Gênero e Diversidade Sexual para GT POETNIGEDIS. Situação nos grupos: modificado nos grupos 6, 7 e 8; rejeitado pelo grupo 5; remetido para a Plenária pelo grupo 3; sem informação nos grupos 1, 2, 4, 9, 10 e 11. Os grupos 6, 7 e 8 aprovaram a proposta de substituição de todo o TR 41 por: “1. Que o ANDES-SN, a partir dos seus GTs conjuntamente com as suas SSIND, faça o debate nas suas reuniões e levem para os seus espaços formativos e deliberativos propostas de incorporações das pautas de gênero, étnico-racial e sexualidade com ênfase no desenvolvimento da carreira e condições de trabalho docente respeitando os princípios do ANDES-SN”. O grupo 7 aprovou a substituição do item 4 por: “4. Propor e cobrar a elaboração de políticas para a IGUALDADE de gênero nas IES, com a inclusão de apoio a (aos) docentes vítimas de assédio sexual e/ou moral com base no gênero, sexualidade e raça ao mesmo tempo em que regulamenta procedimentos para a

denúncia desses casos”. O grupo 7 aprovou a substituição do item 6 por: “6. Intensificar a luta e aprofundar o debate sobre o machismo e racismo institucional e assédio moral com base no gênero, sexualidade e raça”. O grupo 7 aprovou a substituição do item 10 por: “10. Lutar pela licença maternidade e paternidade para toda classe trabalhadora de 1 ano, podendo ser solicitada a qualquer momento até que a criança complete 3 anos de nascimento ou de adoção”. O grupo 7 aprovou a substituição do item 14 por: “14. Indicar que o GTPCEGDS aprofunde a discussão sobre alteração do seu nome”. A mesa abriu para discussão e, foi apresentada a proposta de compatibilização: **“1. Que o ANDES-SN a partir dos seus GTs conjuntamente com as suas SSIND faça o debate nas suas reuniões e levem para os seus espaços formativos e deliberativos propostas de incorporações das pautas de gênero, étnico-racial e identidade de gênero, orientação sexual e sexualidade com ênfase no desenvolvimento da carreira e condições de trabalho docente respeitando os princípios do ANDES-SN; 2. Propor e cobrar a elaboração de políticas para a IGUALDADE de gênero nas IES, com a inclusão de apoio a (aos) docentes vítimas de assédio sexual e/ou moral com base no gênero, identidade de gênero, orientação sexual, sexualidade e raça ao mesmo tempo em que regulamenta procedimentos para a denúncia desses casos; 3. Intensificar a luta e aprofundar o debate sobre o machismo e racismo institucional e assédio moral com base no gênero, identidade de gênero, orientação sexual, sexualidade e raça; 4. Lutar pela licença maternidade e paternidade para toda classe trabalhadora de 1 ano, podendo ser solicitada a qualquer momento até que a criança complete 3 anos de nascimento ou de adoção; 5. Indicar que o GTPCEGDS aprofunde a discussão sobre alteração do seu nome”**. A mesa encaminhou a votação da proposta de compatibilização que foi aprovada por maioria e algumas abstenções. Em seguida foi votado o TR 13 como um todo, sendo aprovado por maioria e algumas abstenções. **TR 43 O CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO NÃO TEM COMO ACABAR COM A OPRESSÃO SOCIAL. A RESPOSTA ÀS DISCRIMINAÇÕES ÉTNICAS, RACIAIS E SEXUAIS É PARTE DO PROGRAMA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA**, Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE). O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera e reconhece que a opressão étnica, racial e sexual é manifestação da opressão de classe e delibera: **1.** Considera que o primeiro passo da igualdade e emancipação das mulheres é o da integração na produção social e libertação do trabalho familiar privado (fim da dupla jornada), cujas tarefas devem ser assumidas pelo Estado, com a construção de creches, lavanderias e restaurantes públicos; **2.** Responsabiliza a burguesia e seu Estado pela brutal violência sofrida pela mulher. Responderá aos casos individuais de violência com as reivindicações que opõem os explorados aos exploradores, à subordinação da mulher à economia privada da família, às discriminações legislativas, judiciais e policiais, à repressão ideológica e às pressões da religião. **3.** Exige que o Estado assuma integralmente o direito à mulher à saúde pública e que a maternidade seja reconhecida como função social; que o direito ao aborto seja reconhecido pelo Estado, que garanta gratuitamente todas as condições hospitalares e medicinais; **4.** Considera que a livre manifestação do amor sexual depende da extinção da família individual, da abolição da influência social da Igreja, de todos os preconceitos do obscurantismo religioso e da propaganda reacionária da burguesia contra os homossexuais, que se converte em ódio e em violência física. **5.** Defende das reivindicações democráticas que se contrapõem à discriminação aos homossexuais. **6.** Responsabiliza o Estado pelo ódio obscurantista aos homossexuais e pela violência sofrida. **7.** Defende a organização de negros e brancos oprimidos contra o sistema

capitalista, raiz da barbárie social. **8.** Contra as discriminações, defende trabalho igual, salário igual e emprego a todos. **9.** Aprova a campanha por um tribunal popular para julgar os crimes da burguesia e da polícia contra os negros dos bairros pobres. Pelo fim da PM e desmantelamento do aparato repressivo do Estado burguês. Situação nos grupos: rejeitado pelos grupos 5, 6 e 7; remetido à Plenária no grupo 3; sem informação nos grupos 1, 2, 4, 8, 9, 10 e 11. O TR 43 foi rejeitado. **TR 15 COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN: A LUTA PELA MEMÓRIA, REPARAÇÃO E JUSTIÇA**, Proposto pela Diretoria. 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: **1. Convocar reuniões ampliadas periódicas da Comissão da Verdade do ANDES-SN com a participação de representantes das comissões da verdade constituídas pelas Seções Sindicais. 2. Dispensar esforços, em parceria com as comissões da verdade constituídas pelas seções sindicais, por meio da Comissão da Verdade do ANDES-SN, para: 2.1 ampliar o foco do trabalho da comissão da verdade do ANDES para o pós-1985, tendo como um dos elementos centrais investigar a permanência de leis, de decretos, de ações e de práticas governamentais que contribuam para a continuidade/permanência da legislação autoritária e policialesca; 2.2 continuar mapeando os atos da ditadura empresarial-militar iniciada em 1964, e o levantamento de presos, de torturados, de mortos e de exilados entre professores, estudantes e técnicos; 2.3 identificar resoluções, decretos e documentos internos das universidades que atingiram os três segmentos e que impactavam na liberdade e autonomia universitária; 2.4 mapear na estrutura jurídico-administrativa os instrumentos repressivos da ditadura que permanecem regulando a vida acadêmica, localizando em quais instâncias da universidade a legislação autoritária continua normatizando o ambiente acadêmico; 2.5 localizar nos instrumentos jurídicos em vigor aquilo que possibilita a repressão no universo acadêmico, social e político no Brasil atual; 2.6 articular ações e troca de informações com as comissões da verdade institucionais, nas universidades e da sociedade civil, que possam contribuir para que os trabalhos da Comissão da Verdade do ANDES-SN avancem no desvelamento dos crimes do Estado autoritário brasileiro; 2.7 realizar levantamento nas universidades, de homenagens feitas aos colaboradores e coniventes com a ditadura empresarial-militar, representadas em nomes de campus e espaços físicos nas IES, publicizando-as e promovendo ações junto à comunidade acadêmica com o objetivo de retirar tais homenagens; 2.8 interagir com o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente (GTHMD) e com a coordenação do Centro de Documentação do ANDES-SN para buscar informações que já se encontram na memória do Sindicato e da Comissão da Verdade; 2.9 trocar informações com organizações de professores da América Latina sobre a questão da repressão no ambiente universitário. 3. Apresentar, no 63º CONAD, um relatório sobre o desenvolvimento dos eixos e das ações aprovadas no 36º Congresso.** Situação nos grupos: aprovado o texto original pelos grupos 1, 3 e 6; modificado nos grupos 5 e 7; sem informação nos grupos 2, 4, 8, 9, 10 e 11. Foram lidos os itens 1 e 2, os subitens 2.1 e 2.2, com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 3, 5, 6 e 7; sem informação nos grupos 2, 4, 8, 9, 10 e 11. Como foram aprovados sem modificações nos grupos, os itens e subitens foram remetidos para aprovação ao final do TR. Foi lido o subitem 2.3 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 3, 6 e 7; modificado no grupo 5; sem informação nos grupos 2, 4, 8, 9, 10 e 11. O grupo 5 aprovou a proposta: “2.3 identificar resoluções, decretos e documentos internos das universidades que atingiram os três segmentos e que impactavam na liberdade e autonomia universitária **evidenciando os instrumentos jurídicos em vigor**”. A mesa encaminhou a votação da proposta modificada contra a

proposta do texto original. Foi aprovada a proposta modificada com maioria e algumas abstenções ficando o item com a seguinte redação final: **2.3 identificar resoluções, decretos e documentos internos das universidades que atingiram os três segmentos e que impactavam na liberdade e autonomia universitária evidenciando os instrumentos jurídicos em vigor.** Foi lido o subitem 2.4 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 3, 6 e 7; modificado no grupo 5; sem informação nos grupos 2, 4, 8, 9, 10 e 11. O grupo 5 aprovou a proposta: “2.4 mapear e **denunciar** na estrutura jurídico-administrativa os instrumentos repressivos da ditadura que permanecem regulando a vida acadêmica, localizando em quais instâncias da universidade a legislação autoritária continua normatizando o ambiente acadêmico”. A mesa abriu para discussão e, foi apresentada a proposta de compatibilização: “**2.4 mapear e denunciar na estrutura jurídico-administrativa das IES, e fazer denúncia dos instrumentos repressivos da ditadura que permanecem regulando a vida acadêmica, localizando em quais instâncias da universidade a legislação autoritária continua normatizando o ambiente acadêmico**”. Foi encaminhada a votação e a proposta de compatibilização foi aprovada por maioria e algumas abstenções. Foi lido o item 2,5 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 3, 6 e 7; rejeitado no grupo 5; sem informação nos grupos 2, 4, 8, 9, 10 e 11. A mesa encaminhou a votação pela manutenção do texto original *versus* a rejeição. O texto original foi mantido por maioria e algumas abstenções. Foram lidos os subitens 2.6, 2.7 e 2.8 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 3, 5, 6 e 7; sem informação nos grupos 2, 4, 8, 9, 10 e 11. Como foram aprovados sem modificações nos grupos os subitens foram remetidos para aprovação ao final do TR. Foi lido o subitem 2.9 com a seguinte situação nos grupos: aprovado o texto original nos grupos 1, 3, 6 e 7; modificado no grupo 5; sem informação nos grupos 2, 4, 8, 9, 10 e 11. O grupo 5 aprovou a proposta: “2.9 trocar informações com organizações de professores da América Latina sobre a questão da repressão no ambiente universitário **com o objetivo de ampliar a luta para reparação dos danos históricos neste ambiente**”. A mesa encaminhou a votação pela manutenção do texto original contra a modificação. A modificação proposta pelo grupo 5 foi aprovada por maioria e algumas abstenções ficando o item com a seguinte redação final: **2.9 trocar informações com organizações de professores da América Latina sobre a questão da repressão no ambiente universitário com o objetivo de ampliar a luta para reparação dos danos históricos neste ambiente.** O grupo 3 aprovou a inclusão do subitem: “2.10 Recomendar à Comissão da Verdade do ANDES SN a proposta de: fomentar ações com sindicatos de educadores, especialmente da educação básica, visando à produção e divulgação de materiais de formação histórica que tratem das ações do Estado e de seus agentes militares e civis e outras entidades que fomentaram e apoiaram a ditadura empresarial-militar nas ações contra os opositores do regime, denunciando homenagens, monumentos, nomes de vias e escolas, promovendo ações de denúncia e "escracho" onde existirem tais homenagens, na busca de Verdade, memória e Justiça, na História, a exemplo do contido no item 2.7”. O grupo 7 aprovou a inclusão do subitem: “**2.10. Interagir com o movimento indígena e associações indigenistas e de direitos humanos na divulgação e denúncia dos crimes cometidos pelo Estado contra os povos indígenas, envolvendo tortura, assassinatos, trabalho escravo, apropriação de territórios e de recursos, bem como violência contra as mulheres indígenas, expressos no Relatório Figueiredo e desconsiderados em sua plenitude pela Comissão Nacional da Verdade**”. A mesa encaminhou a votação e a proposta de inclusão do grupo 7 foi aprovada por maioria e algumas abstenções, não houve defesa da proposta do grupo 3. Foi lido o item 3 com a seguinte situação nos grupos: aprovado

o texto original nos grupos 1, 3, 5, 6 e 7; sem informação nos grupos 2, 4, 8, 9, 10 e 11. Como foi aprovado sem modificação nos grupos, o item foi remetido para aprovação ao final do TR. Os grupos 3 e 7 aprovaram a inclusão do novo item: “4. Ampliar os eixos de ação da Comissão da Verdade do ANDES-SN no que se refere ao racismo, ao preconceito, ao assédio e à criminalização da comunidade acadêmica no interior das IES e EBTT”. A mesa encaminhou a votação e a proposta de inclusão do novo item foi rejeitada por maioria e algumas abstenções. Em seguida foi votado o TR 13 como um todo, sendo aprovado por maioria e algumas abstenções. A seguir foi feita a votação do conjunto de Textos-Resolução do Tema 2 apreciados: TR 17, TR 11, TR 20, TR 38, TR 40, TR 44, TR 13, TR 41, TR 43 e TR 15 que foram aprovados por maioria e com poucas abstenções. As dezesseis e vinte e sete e sete minutos do dia vinte e sete de janeiro de dois mil e dezessete, nada mais havendo a tratar, o professor Giovanni Frizzo, Presidente da Mesa Coordenadora da Plenária do Tema 2, deu por encerrados os trabalhos de apreciação dos Textos de Resolução propostos e eu, professora Trícia Zapula Rodrigues, 2ª Secretária, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelo Presidente da Mesa. No dia 27 de janeiro de 2017, às 16h28min, no Auditório da Universidade Federal do Mato Grosso, em Cuiabá(MT), confirmado o quórum regimental, foi instalada a segunda parte da Mesa Coordenadora dos trabalhos da Plenária do TEMA 2 – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS, composta pelos(as) professores(as) Andréa Solimões, presidente; Cláudia Durans, vice-presidente; Eptácio Macário, 1º secretário e Caiuá Cardoso Al-Alam, 2º secretário. A presidente iniciou a Plenária do Tema 2 apresentando os Textos de Resolução (TRs) a serem apreciados: TR 12 - POLÍTICA EDUCACIONAL, diretoria do ANDES-SN; TR 21 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NÃO SE FAZ COM MORDAÇA, contribuição da diretoria da ADFURRN Seção Sindical; TR 22 - PRIVATIZAR NÃO É A SOLUÇÃO, contribuição da professora Rosimery Florêncio de Queiroz Rodrigues – Sindicalizada da ADFURRN Seção Sindical; TR 14 - POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E ARTE, diretoria do ANDES-SN; TR 16 - PLANO DE LUTAS DAS QUESTÕES AGRÁRIAS, URBANAS, AMBIENTAIS, diretoria do ANDES-SN; TR 39 - O TSUNAMI DO CAPITAL PARA DESMANCHAR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, SE APOSSAR DAS FONTES DE ENERGIA, DOS RECURSOS NATURAIS E EXPROPRIAR AS TERRAS INDÍGENAS, contribuição dos(as) professores(as) José Domingues de Godoi Filho (ADUFMAT), Lélica Lacerda (ADUFMAT), Reginaldo Silva Araújo (ADUFMAT), Antônio Rosevaldo F. da Silva (ADUFS-BA), Althen Teixeira Filho (ADUFPEL), Antônio L. Philomena (APROFURG), Carlos Domingos da Silva (ADUR-RJ), Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ), Carlos Alberto da Fonseca Pires (SEDUFMS), Lyliane Gregory (ADUSP); TR 42 - TR – 42 – “REFORMA DA REFORMA AGRÁRIA” DE TEMER: COMO RESPONDER?, contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE); TR 52 – POLÍTICA INDIGENISTA, DIREITOS ORIGINÁRIOS E CONSTITUCIONAIS, contribuição dos professores Maelison Neves, Edir Pina de Barros, Waldir Bertúlio (ADUFMAT); Júlio Quevedo (SEDUFMS); TR 18 – POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA, diretoria do ANDES-SN; TR 19 – PERDAS SALARIAIS IMPLANTADAS NOS ÚLTIMOS TRÊS GOVERNOS CONTRA PROFESSORES APOSENTADOS DAS IFES, diretoria do ANDES-SN; TR 35 - DEFESA AMPLA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA E COMBATE AO PROJETO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (COMPLEMENTAR), contribuição do GT de seguridade e previdência social da ADFURRN Seção Sindical; TR 36 - POLÍTICA DE SAÚDE E

SEGURANÇA DO TRABALHADOR DOCENTE, contribuição da assembleia dos docentes da UFPR; TR 37 - PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO DOSSIÊ SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA CESSÃO DA EBSEH ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS, contribuição da assembleia dos docentes da UFPR. Dando prosseguimento, a presidente da mesa explicou, e submeteu à Plenária, a metodologia de trabalho para a apreciação da pauta e a sequência dos itens a serem discutidos, o que foi aprovado. Passou-se à apreciação do **TR 12 - POLÍTICA EDUCACIONAL**, proposta pela diretoria. O 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Envidar esforços, por meio das seções sindicais e regionais, para a criação nos estados e municípios de Frentes, Fóruns ou Comitês de Luta a favor da Escola sem Mordça, ou fortalecer as iniciativas existentes, realizando movimentos, debates, divulgando a Cartilha do ANDES Projeto do Capital para Educação: Análise a Ação para Luta;
2. Participar como *Amicus Curiae* da ADI apresentada pela CNTE e CONTEE contra a lei que instituiu a escola livre em Alagoas.
3. Ampliar a denúncia dos impactos negativos das Leis nº 12.772/12, nº 13.325/16, Portaria 17/16 da SETEC e Lei nº 13.243/16 para o projeto do ANDES-SN para as universidades brasileiras, divulgando a Cartilha que será publicada antes do 36º Congresso do ANDES-SN.
4. Continuar acompanhando a tramitação, com ações de denúncia e de enfrentamento, das legislações do executivo e do legislativo que implementam a contrarreforma da educação pública, para sua privatização e mercantilização.
5. Continuar aprofundando a análise da Política de Formação de Professores/as (Resolução nº 02/2015 do CNE de junho de 2015, Base Nacional de Formação dos Professores(as), o PL 5054/2016/Residência docente, PL 6114/2009/ENAMEB e o Decreto 8.752/2016).
6. Lutar contra aprovação da MP 746/2016 denunciando seu caráter autoritário, seu teor tecnicista e a desqualificação da formação e da carreira do(a) professor(a) do ensino médio.
7. Acompanhar a tramitação do PL 6840/2013 que visa instituir a jornada em tempo integral no ensino médio e dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento, pautando sua análise para indicação de enfrentamento.
8. Lutar contra as medidas recessivas referentes ao Ajuste Fiscal que retiram recursos da educação para realizar o superávit primário para o pagamento da dívida.
9. Lutar contra a aprovação da PEC 53/2016 que, a pretexto de transformar a educação em serviço essencial, limita ainda mais o direito de greve conquistado pelos servidores públicos.
10. Denunciar os objetivos da Portaria 983 de 2016 do MEC que cria um grupo de trabalho para regulamentar a educação como um serviço que deve ser comercializado seguindo o que propõe o *Trade in Services Agreements (TISA)* aprofundando o que já determina o Acordo Geral do Comércio e Serviços (OMC).
11. Estreitar as relações com centrais sindicais e sindicatos internacionais da educação no sentido de fortalecer as lutas dos/as trabalhadores/as de todo o mundo, na defesa de uma sociedade justa e solidária de uma educação classista e democrática.
12. Continuar na construção da greve do setor da educação como parte do processo de construção da greve geral, como uma recomendação do II ENE.
13. Realizar, por meio do Dieese, estudo para identificar a transferência de fundo público para o setor privado da educação, por meio de programas como o Fies, o Prouni, o Pronatec, o Pronacampo, bem como as perdas de arrecadação oriundas das isenções fiscais.
14. Identificar e combater a atuação do poder judiciário na criminalização dos movimentos estudantil, sociais e dos(as) trabalhadores(as).
15. Construir ou fortalecer, onde já existe, os Comitês de apoio às ocupações estudantis e outras iniciativas em defesa da educação pública de qualidade.
16. Realizar o V Seminário Estado e Educação do ANDES-SN no primeiro semestre de 2017.
17. Pautar o debate no ANDES-SN, na Coordenação Nacional das Entidades Em Defesa da Educação Pública e Gratuita, e seus Comitês ou

Fóruns Estaduais, sobre as atividades voltadas para a realização do III ENE, previsto para o ano de 2018. A situação nos grupos foi lida pela presidente da mesa: aprovado com modificações nos grupos 1, 2, 3, 4, 6; sem discussão nos grupos 5, 7, 8, 9, 10 e 11. Foi feita a leitura do item 1, que foi aprovado com modificações nos grupos 1, 2, 3, 4, e 6. A proposta de todos os grupos foi: O 36º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. Evitar esforços, por meio das seções sindicais e regionais, para a criação nos estados e municípios de Frentes, Fóruns ou Comitês de Luta a favor da Escola sem Mordada, ou fortalecer as iniciativas existentes, realizando movimentos, debates, divulgando a Cartilha do ANDES Projeto do Capital para Educação: Análise e ações para Luta. A Diretoria propôs a compatibilização do novo item do TR 12, compatibilizando com 1.1 do grupo 2, e item do grupo 3 do TR 22. Colocada em votação a manutenção do texto original versus o item com modificações, foi aprovada com algumas abstenções a seguinte modificação: **1. Evitar esforços, por meio das seções sindicais e regionais, para a criação nos estados e municípios de Frentes/Fóruns/Comitês a favor da campanha Escola sem Mordada e fortalecer as iniciativas existentes, realizando eventos para debates e manifestação de denúncia, referenciando-se na Cartilha "Projeto do Capital para Educação: Análise e Ações para a Luta"**. Foi feita a leitura do item 2 e a situação nos grupos. Foi aprovado o texto original nos grupos 1, 2, e 3. Colocado em votação, o item foi aprovado com algumas abstenções o seguinte texto: **2. Participar como Amicus Curiae da ADI apresentada pela CNTE e CONTEE contra a lei que instituiu a escola livre em Alagoas**. Foi lido o item 3, e a situação nos grupos. Foi aprovado o texto com modificações nos grupos 1, 2, 3, 6. Os grupos 1, 2, 3 apresentaram a seguinte modificação: 3. Ampliar a denúncia dos impactos negativos das Leis nº 12.772/12, nº 13.325/16, Portaria 17/16 da SETEC e Lei nº 13.243/16 em relação ao ~~para o~~ projeto do ANDES-SN para as universidades brasileiras "As políticas de desmonte da Educação pública" apresentada ~~que será publicada antes do~~ 36º Congresso do ANDES-SN. Já o grupo 6 apresentou a seguinte modificação: 3. Ampliar a denúncia dos impactos negativos das Leis nº 12.772/12, nº 13.325/16, Portaria 17/16 da SETEC e Lei nº 13.243/16 para o projeto do ANDES-SN para as universidades brasileiras e também para a proposta de educação do PNE da sociedade brasileira divulgando a Cartilha "As políticas de desmonte da Educação pública" apresentada ~~que será publicada antes do~~ 36º Congresso do ANDES-SN. Foi colocada pela diretoria uma proposta de compatibilização. Em seguida foi encaminhado o processo de votação da proposta de compatibilização contra as outras duas encaminhadas pelos grupos. A proposta compatibilizada foi aprovada com poucas abstenções e com a seguinte redação: **3. Ampliar a denúncia dos impactos negativos das Leis nº 12.772/12, nº 13.325/16, nº 13.243/16 e a Portaria 17/16 da SETEC em relação ao projeto do ANDES-SN para as universidades brasileiras**. Em seguida, foi lido o item 4 e a situação nos grupos. Foram apresentadas modificações nos grupos 1, 3, 4, 6 que apresentaram a seguinte redação: 4. Continuar acompanhando a tramitação, com ações de denúncia e enfrentamento, das legislações do executivo e do legislativo que implementam a contrarreforma da educação pública, para sua privatização e mercantilização. O Grupo 2 apresentou a seguinte modificação: 4. Continuar acompanhando a tramitação, com ações de denúncia e enfrentamento, das legislações do executivo e do legislativo que implementam a contrarreforma da educação, que desmonta a educação pública, com sua privatização e mercantilização. Foi apresentada pela diretoria uma proposta de compatibilização entre as duas propostas feitas pelos grupos. Colocada em votação a aprovação ou não da proposta compatibilizada, foi aprovada com algumas abstenções e com o seguinte texto: **4. Continuar acompanhando a tramitação em níveis nacional, estadual e municipal dos PL, PEC**

e iniciativas dos executivos que aprofundam a contrarreforma da educação na perspectiva do desmonte, privatização e mercantilização da educação pública, com ações de denúncia e enfrentamentos. Após, foi feita a leitura do item 5 e a situação nos grupos. Aprovado pelos grupos 1, 2, 3, segue para ser votado no final com o TR como um todo, com a seguinte redação: **5. Continuar aprofundando a análise da Política de Formação de Professores(as) (Resolução nº 02/2015 do CNE de junho de 2015, Base Nacional de Formação dos Professores(as), o PL 5054/2016/Residência docente, PL 6114/2009/ENAMEB e o Decreto 8.752/2016).** Em seguida, foram realizadas a leitura do item 6 e a situação nos grupos. O item foi aprovado com modificações nos grupos 1, 2, 3, 4, e 6 que apresentaram a seguinte modificação: **6. Lutar contra aprovação da MP 746/2016 e PLV 34/2016 denunciando o seu caráter autoritário, seu teor tecnicista e a desqualificação da formação e da carreira do(a) professor(a) do ensino médio.** Foi colocada em votação a modificação, sendo aprovada com poucas abstenções. Após foi feita a leitura do item 7 e a situação nos grupos. Aprovado pelos grupos 1, 2, 3, foi encaminhada para a votação que será feita do TR, como um todo e com a seguinte redação: **7. Acompanhar a tramitação do PL 6840/2013 que visa instituir a jornada em tempo integral no ensino médio e dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento, pautando sua análise para indicação de enfrentamento.** Em seguida foram realizadas a leitura do item 8 e a situação nos grupos. Aprovada com modificação nos grupos 1, 2, 3, 4, 6. O grupo 1 apresentou substituir no item a palavra “retiram” por “retira”, e “realizar” por “obter”; os grupos 2 e grupo 3 apresentaram suprimir o trecho “as medidas recessivas”; o grupo 4 apresentou suprimir o trecho “as medidas recessivas”, e substituir “retiram” por “retira”, e “realizar” por “obter”. A mesa apresentou uma proposta de compatibilização. A proposta foi colocada em votação e aprovada com algumas abstenções com o seguinte texto: **8. Lutar contra o Ajuste Fiscal que retira recursos da educação para obter o *superávit* primário para o pagamento da dívida.** Foi feita a leitura do item 9 e a situação nos grupos. Foram apresentadas modificações pelos grupos 1, 2, 3, 4 e 6. Os grupos apresentaram a seguinte modificação: **9. Lutar contra aprovação da PEC 53/2016 que, a pretexto de defender a educação como serviço essencial, limita ainda mais o direito de greve conquistado pelos servidores públicos.** Colocada em votação, foi aprovada com poucas abstenções. Após, foram lidos o item 10 e a situação nos grupos. O item foi aprovado nos grupos 1, 2, e 3 e remetido para ser aprovado no final quando da votação do TR como um todo com o seguinte texto: **10. Denunciar os objetivos da Portaria 983 de 2016 do MEC que cria um grupo de trabalho para regulamentar a educação como um serviço que deve ser comercializado seguindo o que propõe o Trade in Services Agreements (TISA) aprofundando o que já determina o Acordo Geral do Comércio e Serviços (OMC).** Seguiram-se a leitura do item 11 e a situação nos grupos. Foi aprovado nos grupos 1, 2, 3 e 4. O item foi remetido para ser aprovado ao final, quando da votação do TR como um todo com o seguinte texto: **11. Estreitar as relações com centrais sindicais e sindicatos internacionais da educação no sentido de fortalecer as lutas dos(as) trabalhadores(as) de todo o mundo, na defesa de uma sociedade justa e solidária de uma educação classista e democrática.** 12. Continuar na construção da greve do setor da educação como parte do processo de construção da greve geral, como uma recomendação do II ENE - Situação nos grupos: foi suprimido nos grupos 1, 2, 3, 4 e 6 e sem informação nos demais grupos. O item então foi considerado suprimido pela Plenária. Após, foram lidos o item 13 e a situação nos grupos. Aprovado com modificação nos grupos 1, 2, 3, 4 e 6. O grupo 1 apresentou incluir a expressão “de Instituições como” e “e Auditoria Cidadã, por exemplo” no

texto: 13. Realizar, por meio de Instituições como Dieese e Auditoria Cidadã, por exemplo, estudos de Dieese para identificar a transferência de fundo público para o setor privado da educação, por meio de programas como o Fies, o Prouni, o Pronatec, o Pronacampo, bem como as perdas de arrecadação oriundas das isenções fiscais. Foi lida a proposta do grupo 2: 3. Realizar estudos, por meio do Dieese, estudo do Dieese para identificar a transferência de fundo público para o setor privado da educação, por meio de programas como o Fies, o Prouni, o Pronatec, o Pronacampo, bem como as perdas de arrecadação oriundas das isenções fiscais. E a proposta dos grupos 3, 4 e 6: 13. Realizar estudos, por meio do Dieese, estudo do Dieese para identificar a transferência de fundo público para o setor privado da educação, por meio de programas como o Fies, o Prouni, o Pronatec, o Pronacampo, bem como as perdas de arrecadação oriundas das isenções fiscais. A mesa apresentou uma proposta de compatibilização. Colocada em votação, foi aprovada com poucas abstenções com o seguinte texto: **13. Realizar estudos para identificar a transferência de fundo público para o setor privado da educação, por meio de programas como, por exemplo, o Fies, o Prouni, o Pronatec e as perdas de arrecadação de recursos oriundas das isenções fiscais.** Em seguida foi lido o item 14 e a situação nos grupos. Foi aprovado integralmente nos grupos 1, 2, 3 e aprovado com modificação no grupo 4 com a seguinte redação: **14. Identificar e combater a atuação do poder judiciário e dos Ministérios Públicos na criminalização dos movimentos estudantil, sociais e dos/as trabalhadores/as.** Colocada em votação a proposta do grupo 4 foi aprovada com poucas abstenções. Logo após, foram realizada a leitura do item 15 e a situação nos grupos. Aprovado com modificação no grupo 4 com a seguinte redação: 15. Apoiar ~~Construir ou~~ e fortalecer, ~~onde já existe,~~ os Comitês de apoio às ocupações estudantis onde estas ainda estejam ativas ou caso novas ocorram além de outras iniciativas em defesa da educação pública de qualidade. Antes da votação do item, foi colocada para apreciação do Plenário a abertura ou não de um novo bloco de discussão. Com poucas abstenções, a proposta foi rejeitada. A mesa colocou em votação a supressão ou não do item original. Foi encaminhada a votação e com algumas abstenções o item 15 foi suprimido. Em seguida, foram lidos o item 16 e a situação nos grupos. Foi aprovado integralmente nos grupos 1, 2 e 3. Encaminhado para o final para ser votado junto com o TR o seguinte texto: **16. Realizar o V Seminário Estado e Educação do ANDES-SN no primeiro semestre de 2017.** Após, foram lidos o item 17 e a situação nos grupos. Foi aprovado com modificação nos grupos 1, 2, 3, 4 e 6. Os grupos 1 e 3 apresentaram a seguinte proposição: 17. Pautar o debate no ANDES-SN, na Coordenação Nacional das Entidades Em Defesa da Educação Pública e Gratuita, e seus Comitês ou Fóruns Estaduais, a discussão sobre os seminários preparatórios ~~as atividades voltadas para a realização do~~ III ENE, previsto para o ano de 2018. O grupo 2 propôs substituir o item por: 17. Pautar o debate no ANDES-SN, na Coordenação Nacional das Entidades Em Defesa da Educação Pública e Gratuita (seus comitês, fóruns estaduais) sobre a realização do III ENE, indicando a necessidade de (ainda em 2017) de organização dos seminários estaduais, de diagnósticos educacionais nos estados, como subsídios para a elaboração do projeto classista e democrático de educação. O grupo 4 fez a proposta: 17. ~~Propor a Pautar o debate no ANDES-SN, na Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita; e seus Comitês ou Fóruns Estaduais, sobre as atividades voltadas para a realização do~~ III ENE, ~~previsto para o ano de 2018.~~ 17.1. A realização de diagnóstico da educação em nível local/estadual; 17.2. Realizar seminários estaduais que tomem por base os diagnósticos realizados como preparação à participação no III ENE; 17.3. Que o III ENE, em 2018, tenha como objetivo central a elaboração de um novo Plano Nacional de Educação para

a sociedade brasileira. O grupo 6 fez a seguinte proposta: 17. Propor à Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e gratuita. 17.1 a realização de seminários estaduais que deverão elaborar diagnóstico da educação em nível estadual; 17.2 a partir da realização dos seminários estaduais, realizar, ainda em 2017, um seminário regional, envolvendo as discussões ocorridas nos seminários estaduais e sistematizando os diagnósticos estaduais a serem apresentados no III Encontro Nacional de Educação (2018) subsidiando a elaboração do projeto classista e democrático de educação; 17.3 que no III ENE o objetivo central seja a elaboração do projeto classista e democrático de educação da sociedade brasileira como foi encaminhado no II ENE. A Diretoria apresentou uma proposta compatibilizada. Colocada em votação a proposta de compatibilização foi aprovada com algumas abstenções com o seguinte texto: **17. Pautar o debate no ANDES-SN e na Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (Comitês/Fóruns Estaduais), sobre a organização do III ENE, indicando a necessidade de realização nos estados, em 2017, de diagnósticos educacionais e seminários temáticos, como subsídio para a elaboração do projeto classista e democrático de educação.** Após, foram realizadas a leitura do item 18 e a situação nos grupos. O grupo 2 e 4 propuseram a inclusão de novos itens. O grupo 2 propôs a inclusão de: 18. Buscar construir dias nacionais de lutas, mobilizações, paralisações e greves em defesa da educação pública e contra a reforma da previdência, buscando articulação com sindicatos estaduais, a CNTE, sindicatos estaduais, movimento estudantil e as centrais sindicais, a exemplo do dia 15 de março. A proposta foi colocada em votação e foi suprimida com algumas abstenções. Foi lida a outra inclusão de item feita pelos grupos 2 e 4: 1.1. que seja articulado pelo ANDES-SN e suas seções sindicais nesses espaços, a realização de audiências públicas sobre o tema junto às Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas. A mesa entendeu que o item estava superado com a votação do item 1. Após foi colocada em votação o TR 12 como um todo. O TR foi aprovado sem abstenções. Em seguida passou-se ao **TR 21 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NÃO SE FAZ COM MORDAÇA.** A situação dos grupos foi de rejeição no grupo 1, supressão no grupo 4 e aprovação com modificação no grupo 2. A proposta do grupo 2 foi: O 36º CONGRESSO delibera: 1. Que as seções sindicais intensifiquem a luta contra a lei da mordaca, articulando com outros sindicatos, centrais sindicais e movimento estudantil a realização de eventos e manifestações de denúncia. A Diretoria propôs a supressão pois o TR estaria superado em razão da votação do TR 12. Encaminhada à votação o TR 21 foi suprimido com poucas abstenções. Em seguida foi apreciado o **TR 22 - PRIVATIZAR NÃO É A SOLUÇÃO.** O TR foi aprovado com modificação nos grupos 2 e 3. O grupo 2 propôs a substituição do item por: O 36º CONGRESSO delibera: 1. Intensificar a denúncia do projeto privatista da educação por parte dos governos estaduais, a exemplo do que está acontecendo na UERN, UERJ, UENE, UEZO e UEPB. O grupo propôs: O 36º CONGRESSO delibera: 1. ~~intensa campanha nos estados denunciando o projeto privatista da educação por parte dos governos.~~ realizar intensa campanha em nível nacional e estadual, denunciando o projeto privatista da educação por parte dos governos estaduais, a exemplo do que está ocorrendo na UERN, UERJ e UENF. A Diretoria apresentou uma proposta de compatibilização. Foi colocado em votação a abertura de um novo bloco. Negado o novo bloco com poucas abstenções. Foi encaminhada a votação da proposta compatibilizada. A proposta foi aprovada com poucas abstenções e com a seguinte redação: **1. Intensificar nacionalmente ações com produção de materiais e atividades de denúncia e enfrentamento ao processo de desmonte e de privatização das IEES por parte dos governos estaduais, a exemplo do que está acontecendo na UERN, UEPB, UERJ,**

UENFE, UEZO. Os seguintes itens foram remetidos para o plano de lutas do setor das IEES/IMES: **1. Que as seções sindicais das IEES/IMES, articuladas com a coordenação do setor, realizem um levantamento sobre os recursos destinados pelos estados e municípios para o ensino superior privado, por meio de bolsas, incentivos fiscais e outras formas, destacando aquelas ameaçadas de privatização.** **2. Que na primeira reunião do setor das IEES/IMES, após o 36º congresso, seja pautada elaboração de uma campanha do Andes-SN em defesa das IEES/IMES.** Em seguida foi lida a proposta de inclusão de um novo item pelo grupo 3: 2. que as Regionais coordenem o levantamento a ser realizado pelas seções sindicais sobre os recursos destinados pelos estados e municípios a entidades de ensino superior privadas na forma de bolsas, incentivos fiscais ou outras e levantamento das IEES/IMES que estão sofrendo ameaças de privatização. A mesa entendeu que o item estava superado pois tinha sido compatibilizado anteriormente. A parte relacionada ao setor das estaduais foi enviada para o tema III. Após, foi colocada em votação o TR como um todo, o qual foi aprovado com poucas abstenções. Logo após, às 17h44, foi proposto pela mesa, a prorrogação da Plenária por mais uma hora. Colocada em votação, a proposta de prorrogação da Plenária foi aprovada com poucas abstenções. Depois, foi realizada a discussão do **TR 14 - POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E ARTE**. A situação foi de aprovação com modificações nos grupos 1, 2 e 3; aprovação integral no grupo 11; grupo 4 remeteu à Plenária; e não houve discussão nos grupos 5,6, 7, 8, 9, 10. Em seguida foi realizada a discussão do item 1 e lida a situação dos grupos. Aprovado com modificação no grupo 2, com a seguinte redação: O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: **1. Aprofundar as redes colaborativas de informação entre as equipes de comunicação (profissionais e diretores) das seções sindicais e da imprensa nacional, compartilhando materiais por meio do Repositório Digital do ANDES-SN, utilizando ferramentas de comunicação para cobertura em rede de ações nacionais e outras possibilidades que dinamizem o compartilhamento de informações e potencializem a comunicação que favoreçam o uso da comunicação como instrumento de luta sindical.** A mesa colocou em votação o texto original versus a modificação. A proposta de modificação foi aprovada com algumas abstenções. Após foi realizada a leitura do item 2 e a situação nos grupos. Aprovado com modificação no grupo 1 e substituição no grupo 11. A modificação no grupo 1: **2. Que as seções sindicais fortaleçam o GT de Comunicação da CSP-Conlutas Nacional e Estadual com a participação de representantes da diretoria e profissionais da comunicação das seções sindicais**, e discutam sobre a participação dos profissionais da comunicação em GTCAs locais. Já o grupo 11 apresentou a seguinte proposta: Que as seções sindicais discutam sobre a participação dos profissionais da comunicação em GTCA locais e fortaleçam o GT de comunicação da CSP-Conlutas. A diretoria apresentou uma proposta de compatibilização. Em votação, foi aprovado com várias abstenções e com o seguinte texto: **2. Fortalecer o GT de Comunicação da CSP-Conlutas Nacional e Estadual com a participação de representantes das equipes de comunicação das seções sindicais.** Passou-se à leitura do item 3 e a situação nos grupos. Foi aprovado integralmente nos grupos 1, 2, 3 e 11 com a seguinte redação: **3. Aprofundar, a partir dos encaminhamentos do II Seminário de Comunicação da CSP Conlutas, o debate sobre a comunicação sindical da central para colaborar com a elaboração de um Plano de Comunicação da CSP-Conlutas.** Em seguida foram apresentados o item 4 e a situação nos grupos. Aprovado integralmente nos grupos 1, 2 e 3 com a seguinte redação: **4. Que as seções sindicais aprofundem a articulação do trabalho da comunicação com o campo artístico-cultural, integrando militantes e profissionais da área, para a realização de políticas de arte**

e comunicação e produção de materiais. Seguiu foi feita a leitura do item 5 e a situação nos grupos. Aprovado integralmente nos grupos 1, 2 e 3 com a seguinte redação: **5. Desenvolver, por meio das seções sindicais, pelos GTCA locais, ações de formação (seminários, debates etc.) sobre comunicação sindical na perspectiva contra-hegemônica com referência no Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN envolvendo docentes e profissionais da comunicação.** Em seguida foi lido o item 6 e a situação nos grupos. Foi aprovado integralmente nos grupos 1, 2 e 3 com a seguinte redação: **6. Divulgar a sistematização da pesquisa sobre comunicação sindical do ANDES-SN realizada no segundo semestre de 2016 para aprofundamento e fortalecimento da política de comunicação do Sindicato Nacional.** Os itens 4, 5 e 6 foram aprovados integralmente e serão votados juntos quando da votação de todo o TR. Após, a mesa procedeu à leitura das inclusões de novos itens. Foi feita a leitura da proposta de inclusão do grupo 2: Desenvolver no âmbito das seções sindicais ações de formação em propaganda e militância sindical com base no uso de mídias alternativas. Após um bloco de discussão foi colocada em votação a abertura de outro bloco. Em votação a Plenária não aprovou a abertura de um novo bloco de inscrições com poucas abstenções. Foi apresentada pela mesa uma proposta de compatibilização da proposta do grupo 2 e os dois itens de inclusão do grupo 11, respectivamente: grupo 11. Aprofundar a relação do ANDES-SN e seções sindicais com as rádios e TVs universitárias; Grupo 11. Incentivar o uso pelo movimento sindical das rádios em cada cidade de forma a possibilitar um diálogo com o conjunto da população, permitindo construir a defesa dos serviços públicos e os direitos dos trabalhadores. A proposta de compatibilização, que prevê a criação de três itens, foi colocada em votação e aprovada com poucas abstenções, com o seguinte texto: **7. Que as seções sindicais desenvolvam ações de formação em propaganda e militância sindical com base no uso de mídias alternativas e imprensa operária, debatendo a natureza dessas mídias; 8. Aprofundar a relação do ANDES-SN e seções sindicais com as rádios e TVs universitárias; 9. Incentivar o uso pelo movimento sindical das rádios em cada cidade de forma a possibilitar um diálogo com o conjunto da população, permitindo construir a defesa dos serviços públicos e os direitos dos trabalhadores.** Após, a mesa colocou em votação o TR como um todo que foi aprovado com registro de algumas abstenções. Seguiu-se com o **TR 16 POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL.** O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: **1.** Realizar, em 2017, um seminário nacional com a temática Questões Agrárias, Urbanas e Ambientais: Desafios Atuais, em articulações com os movimentos sociais, a fim de aprofundar a discussão e a organização da luta dos trabalhadores contra a ação espoliadora do capital presente em sua política agrária, urbana e ambiental. **2.** Produzir, a partir da realização do seminário nacional Questões Agrárias, Urbanas e Ambientais: Desafios Atuais, materiais e/ou publicações, que promovam a capilaridade das temáticas do GTPAUA nas seções sindicais e na base da categoria, com a finalidade de fortalecer a articulação do sindicato nas lutas relacionada com a política agrária, urbana e ambiental, a exemplo do nióbio. **3.** Fortalecer, ampliar e intensificar, em articulação com a Auditoria Cidadã da Dívida e de outras entidades/movimentos sociais, a denúncia da dívida pública como mecanismo de espoliação das riquezas sociais, com ênfase no debate sobre a “dívida ecológica”. Situação nos grupos: aprovado com modificações nos grupos 1, 5, 7, 2; remetido para Plenária pelo grupo 3; não houve discussão nos grupos 4, 6, 8, 9, 10 e 11. Foi lido o item 1 e a situação nos grupos. Aprovado nos grupos 1, 5, 2 e 7. O grupo 2 propôs incluir “indígena e quilombola” no texto, e fez a seguinte proposta: 1. Realizar, em 2017, um seminário nacional com a temática Questões Agrárias, Urbanas, Ambientais, indígenas e quilombolas: Desafios Atuais, em articulações com os

movimentos sociais, a fim de aprofundar a discussão e a organização da luta dos trabalhadores contra a ação espoliadora do capital presente em sua política agrária, urbana, e ambiental, indígena e quilombola. O grupo 7 fez a proposta de substituir o item por: 1. Que as seções sindicais realizem eventos em articulação com os movimentos sociais a fim de subsidiar a realização de um seminário nacional em 2017 com o tema: "Desafios atuais das questões agrárias, urbanas e ambientais", produzindo materiais/publicações promovendo a divulgação da temática para o GTPAUA nas seções sindicais e na base da categoria para aprofundar a discussão e a organização da luta dos trabalhadores contra a ação espoliadora do capital. A mesa apresentou uma proposta de discussão do TR 16 com o TR 39, pois os grupos indicaram compatibilização dos TRs. A mesa também apresentou uma proposta de compatibilização que dá conta de todas as inclusões propostas na discussão do TR 39 nos grupos mistos e também as propostas feitas no item 1 do TR 16. Antes, foi colocada em votação a abertura de um novo bloco que não foi aprovado pelo Plenário com o registro poucas abstenções. A mesa propôs a consolidação do item 1 do TR 16 e dos novos itens propostos pelos grupos 1, 2 e 5, e dos itens 1 do TR 39 e do TR 52. Antes de ser votado o encaminhamento, a mesa, aproximando-se do horário final da Plenária, propôs remeter o seguimento da discussão dos TRs que faltavam para a Plenária do Tema IV. Colocado em votação o encaminhamento foi aprovado e a Plenária encerrada. A abertura da Plenária do dia 28 de janeiro ocorreu às 10h32 no auditório da UFMT. Apresentada novamente a proposta de compatibilização que dá conta de todas as inclusões apresentadas na discussão do TR 39 nos grupos mistos e também as propostas feitas no item 1 do TR 16, foi encaminhada a votação desta proposta contra as propostas apresentadas pelos grupos, sendo o item 1 e 2 do TR 16, e os novos itens pelos grupos 1, 2, 5. A proposta foi aprovada com poucas abstenções, e com a seguinte redação: **1. Que as seções sindicais realizem eventos em articulação com os movimentos sociais a fim de subsidiar a realização de um seminário nacional em 2017 com o tema "Desafios atuais das questões agrárias, urbanas, ambientais, indígenas e quilombolas", visando contribuir com a organização das lutas locais a elas relacionadas.** Após foi lido o item 2 e a situação nos grupos. Foi aprovado com modificações no grupo 2, a qual apresentou a seguinte redação: 2. Produzir, a partir da realização do seminário nacional ~~Questões Agrárias, Urbanas e Ambientais: Desafios Atuais~~, materiais e/ou publicações, que promovam a capilaridade das temáticas do GTPAUA nas seções sindicais e na base da categoria, com a finalidade de fortalecer a articulação do sindicato nas lutas relacionada com a política agrária, urbana, ambiental, ~~a exemplo do nióbio~~ indígena e quilombola. Foi colocada em votação a proposta de modificação do grupo 2 foi aprovada com poucas abstenções ficando com a seguinte redação: **2. Produzir, a partir da realização do seminário nacional, materiais e/ou publicações, que promovam a capilaridade das temáticas do GTPAUA nas seções sindicais e na base da categoria, com a finalidade de fortalecer a articulação do sindicato nas lutas relacionadas com a política agrária, urbana, ambiental, indígena e quilombola.** Em seguida foi lido o item 3 e a situação nos grupos. Aprovado com modificações no grupo 2 e grupo 5. O grupo 2 apresentou: 3. Fortalecer, ampliar e intensificar, em articulação com a Auditoria Cidadã da Dívida e de outras entidades/movimentos sociais, a denúncia da dívida pública como mecanismo de espoliação das riquezas sociais, com ênfase no debate sobre a "dívida ecológica", apontando para o não pagamento da dívida pública e cobrança da dívida ecológica. Já o grupo 5 apresentou a seguinte proposta: 3. Fortalecer, ampliar e intensificar, em articulação com a Auditoria Cidadã da Dívida e de outras entidades/movimentos sociais, a denúncia da dívida pública como mecanismo de espoliação das riquezas

sociais, com ênfase no debate sobre a “dívida ecológica” divulgando os resultados no site do ANDES-SN. Foi apresentada uma proposta de compatibilização pela diretoria com a seguinte redação: **3. Fortalecer, ampliar e intensificar, em articulação com a Auditoria Cidadã da Dívida e outras entidades/movimentos sociais, a denúncia da dívida pública como mecanismo de espoliação das riquezas sociais, apontando para o não pagamento da dívida pública.** Foi colocada em votação a proposta e aprovada com poucas abstenções. Passou-se para a discussão da inclusão do item 3 do TR 39 remetido ao TR 16 pelos grupos 5 e 7. A proposta do grupo 5 foi a seguinte: que seja realizada uma reunião conjunta do GTPAUA, GTC&T e GTPCEGDS para discutirem as questões que envolvem a demarcação das terras indígenas, Educação Indígena diferenciada, a biodiversidade e a pressão sobre os recursos naturais e energéticos de suas terras. Já a proposta do grupo 7: Seja realizada uma reunião conjunta do GTPAUA, GTC&T e GTPCEGDS para discutirem as questões que envolvem a demarcação de terras indígenas, a biodiversidade e a pressão sobre os recursos naturais e energéticos de suas terras. A diretoria apresentou uma proposta compatibilizada. Em votação a proposta foi aprovada com algumas abstenções com a seguinte redação final: **4. Que seja realizada uma reunião conjunta do GTPAUA, GTC&T e GTPCEGDS para discutirem as questões que envolvem a demarcação de terras indígenas, a biodiversidade e a pressão sobre os recursos naturais e energéticos de suas terras, bem como aprofundar o debate da dívida ecológica.** Após, a mesa fez a leitura do item 4 e a situação nos grupos. Foi aprovada com modificações nos grupos 1, 2, 5 e 7. O grupo 1 apresentou a proposta: Realizar levantamento dos impactos sobre as IES dos cortes de financiamento e a pressão exercida para a alienação das áreas patrimoniais nos campi das cidades e interior, como parte da ação especulativa do capital e a introdução da lógica mercantilização do financiamento das IES. O grupo 2 apresentou a proposta: Realizar levantamento dos impactos sobre as universidades dos cortes de financiamento e a pressão exercida para a alienação das áreas patrimoniais nos campi das cidades e interior, como parte da ação especulativa do capital e a introdução da lógica de mercantilização do financiamento das IES. O grupo 5 apresentou a proposta: Realizar levantamento dos impactos nas universidades dos cortes de financiamento e pressão exercida para a alienação das áreas patrimoniais nos campi das cidades e interior, como parte da ação especulativa do capital e a mercantilização das IES. O grupo 7 apresentou a proposta: Realizar levantamento dos impactos nas universidades dos cortes de financiamento e a pressão exercida para a alienação das áreas patrimoniais nos campi das cidades e interior, como parte da ação especulativa do capital e a introdução da lógica da mercantilização do financiamento das IES. A diretoria apresentou uma proposta de compatibilização que colocada em votação foi aprovada com a seguinte redação: **5. Realizar levantamento dos impactos sobre as IES dos cortes de financiamento e a pressão exercida para a alienação das áreas patrimoniais nos campi das cidades e interior, como parte da ação especulativa do capital e a introdução da lógica de mercantilização no financiamento dessas Instituições.** Logo após, foi apresentada a proposta de inclusão de novo item aprovado de forma minoritária no grupo 5: Apoiar a Marcha dos Trabalhadores rurais Sem Terras (MST) pelo Fora Temer, Nenhum Direito a menos pela Greve Geral dos Trabalhadores. A inclusão do item foi rejeitada por ampla maioria e com o registro de algumas abstenções. A mesa passou à leitura da inclusão de item do grupo 7: RECOMENDAÇÃO: Reafirmar a necessidade de combater a política de utilização de agrotóxicos e de transgenia face ao aumento descontrolado do consumo de agrotóxicos nas lavouras brasileiras. Foi apresentada uma proposta de compatibilização pelo Plenário. Em processo de votação, foi aprovada a inclusão do item compatibilizado com

o seguinte teor: **RECOMENDAÇÃO: Reafirmar a necessidade de combater a política de utilização de agrotóxicos e de transgenia, em face dos danos causados à saúde e ao meio ambiente.** Após, foi colocado em votação o TR como um todo foi aprovado com poucas abstenções. **TR 39 - O TSUNAMI DO CAPITAL PARA DESMANCHAR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, SE APOSSAR DAS FONTES DE ENERGIA, DOS RECURSOS NATURAIS E EXPROPRIAR AS TERRAS INDÍGENAS.** O 36º Congresso delibera: **1.** Que as secretarias regionais, em parceria com as seções sindicais, realizem eventos para articular com os movimentos sociais a discussão e organização de luta contra os impactos tecnológicos e socio-econômico-ambientais das respectivas regiões, produzindo documentos que subsidiem a realização de um evento nacional e que permitam inserir na pauta das lutas a elaboração de planos diretores de desenvolvimento ancorados em ampla participação popular; **2.** Realizar, em 2017, a partir dos eventos organizados pelas secretarias regionais, um evento nacional, em parceria com os movimentos sociais, para discutir e organizar a luta contra a expropriação e depredação dos recursos naturais (renováveis e não-renováveis) e energéticos, os descaminhos das formas de ocupação dos solos urbano e rural. **3.** Que seja realizada uma reunião conjunta do GTPAUA, GTCT e GTPCEGDS para discutirem as questões que envolvem a demarcação das terras indígenas, a biodiversidade e a pressão sobre os recursos naturais e energéticos de suas terras. No entendimento da mesa, o TR 39 estava superado por ter sido votado com o TR 16. Isso também foi o entendimento do Plenário. Após, a mesa realizou a leitura do **TR – 42 - “REFORMA DA REFORMA AGRÁRIA” DE TEMER: COMO RESPONDER?.** O 36º Congresso do ANDES-SN delibera: **1.** Pela expropriação da grande propriedade agrária e nacionalização das terras. Todo apoio à luta camponesa pela terra contra os latifundiários e seu governo. **2.** Abaixo a “Reforma da reforma agrária” de Temer: MP 759!. Situação nos grupos sobre o item 1: o grupo 3 remeteu para a Plenária e os grupos 5, 6 e 7 suprimiram o item. Sobre o item 2 o grupo 3 remeteu para a Plenária e os grupos 5, 6 e 7 apresentaram a seguinte proposta de substituição do item: **2. Lutar contra a MP 759/2016, que ataca os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, urbanos, quilombolas, ribeirinhos e povos originários no interesse do grande capital financeiro.** Foi colocada em votação a proposta substitutiva, a qual foi aprovada com algumas abstenções. Foi colocado em votação o TR como um todo que foi aprovado com algumas abstenções. Passou-se à leitura do **TR 52 - POLÍTICA INDIGENISTA, DIREITOS ORIGINÁRIOS E CONSTITUCIONAIS** e a situação nos grupos. 1 – Realizar em Brasília no primeiro semestre de 2017 um Seminário Nacional para debater o estágio atual e encaminhar estratégias de luta e apoio em favor dos povos indígenas e Remanescentes de Quilombo, em ação articulada do GTPCEGDS, GTPAUA e GTC&T. 2 – Que sejam convidadas instituições como o CIMI, a 6ª Câmara da Procuradoria Federal, APIB, COIAB, ABA, ANPUH, núcleos e/ou departamentos de antropologia das IFES além das representações indígenas e dos Movimentos Sociais. 3 – Que seja publicada a sistematização das contribuições do encontro na revista do ANDES, e/ou publicação específica editorial. 4 – Que sejam recomendadas às regionais e seções sindicais o apoio e acompanhamento das lutas em favor das terras indígenas e Remanescentes dos Quilombos nos Estados e no país, agendando para a CNM as pautas pertinentes no Congresso Nacional. Aprovado com modificações nos grupos 2, 5, 6, 7. Remetido para a Plenária pelo grupo 3. Sem discussão nos grupos 1, 4, 7, 8, 9, 10, 11. Passou-se assim ao item 1 e à situação dos grupos. Aprovado com modificações nos grupos 6 e 7. No grupo 6 teve a seguinte redação: 1. Incluir no Seminário do GTPAUA de 2017 a temática indígena e quilombola. No grupo 7: 1. Incluir no seminário do GTPAUA de 2017 a discussão das

estratégias de luta e apoio em favor dos povos indígenas e quilombolas, agricultura familiar, indicação geográfica e segurança alimentar, em ação articulada do GTPCEGDS, GTPAUA e GTC&T. A diretoria apresentou a supressão do item 1 pois estaria superado nas propostas apresentadas no TR 16. Em processo de votação a manutenção ou não do item, foi aprovada a supressão com algumas abstenções. Foi realizada a leitura do item 2 e a situação dos grupos. Aprovado com modificações no grupo 5 com a seguinte proposta: 2. Articular com as representações indígenas e dos movimentos sociais que defendem os povos indígenas. A mesa ao realizar a leitura do item 2 entendeu que estaria superado. Colocado em votação a supressão foi aprovada com algumas abstenções. Em seguida passou-se a leitura do item 3 e a situação dos grupos. Aprovado com modificações nos grupos 5 e 7 com a seguinte redação: 3 - Elaborar material sobre a questão indígena e quilombola incluindo as discussões do seminário. A mesa entendeu que o item 3 estava superado na proposta do TR 16. Foi lido o item 4 e a situação nos grupos. Aprovado com modificações pelos grupos 2, 6, 5 com a seguinte redação: 4. Que seja recomendado às seções sindicais e secretarias regionais apoiarem as lutas em favor das causas indígenas e quilombolas. A mesa entendeu que o item estava superado pela votação do TR 16. Após, foi realizada a leitura dos itens sugeridos como recomendações apresentadas pelos grupos 5 e 6. Foi colocada em votação a inclusão ou não das recomendações: 1. que as seções sindicais e secretarias regionais apoiem as lutas em favor das terras indígenas e quilombolas; 2. Quando houver pautas no Congresso Nacional relacionadas às temáticas indígenas e quilombolas a diretoria do ANDES-SN avaliará a possibilidade de convocação da Comissão Nacional de Mobilização (CNM). Após, foi colocada em votação a supressão do TR, que foi aprovada com algumas abstenções. Em seguida, foi realizada a leitura do **TR 18 - POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA** e a situação nos grupos. O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: **1.** Acompanhar o trâmite da ação jurídica do ANDES-SN e das demais entidades dos servidores públicos federais pela declaração de inconstitucionalidade da inscrição automática ao FUNPRESP (Lei nº 13.183/2015) e dar divulgação. **2.** Avançar na organização e no enraizamento nos estados e municípios do Fórum em Defesa da Previdência Pública e Estatal. **3.** Analisar, com a colaboração da AJN, os impactos da Lei nº 13.325/2016 (antigo PL 4251/2015) e pautar o debate no GTSS/A sobre as questões de aposentadoria. **4.** Persistir na solicitação de acesso aos contratos de adesão realizados entre EBSERH e IFES, bem como no levantamento de dados sobre problemas gerados após a adesão, com o objetivo de subsidiar material impresso, audiovisual, etc., denunciando o impacto negativo disso nas IFES. **5.** Continuar a luta contra o PLS 54/2016 (que tramitou na Câmara como PLP 257/2016), denunciando a renegociação da dívida dos estados e as contrapartidas obrigadas pelo governo federal, que implicam nos regimes estaduais de previdência, e a PEC 55/16 (que tramitou na Câmara como PEC 241) que promove um ajuste fiscal a qual congela o investimento em saúde e educação por vinte anos. **6.** Manter a campanha de não adesão ao FUNPRESP para os professores com ingresso antes de 2013 e, até mesmo, ampliar para os fundos de pensão complementar dos estados e municípios. **7.** Produzir materiais audiovisuais alertando para as perdas de direitos dos e das docentes sobre a reforma da previdência que se anuncia. **8.** Realizar um documentário sobre previdência, destacando o histórico de perdas e os retrocessos desde a Constituição Federal de 1988. **9.** Realizar, em 2017, o XIX Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria. **10.** Motivar as seções sindicais para que iniciem a pesquisa sobre saúde e adoecimento docente, no primeiro semestre de 2017, com base na Cartilha de Orientação lançada no VI Encontro de Saúde Docente. Aprovado com modificações: grupo: 9 (28/0/1); grupo 10 (23/0/1);

grupo 11 (25/0/0); remetido para Plenária: grupo 3 (s/r); sem discussão nos grupos 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 8. Após foi realizada a leitura do item 1 e a situação dos grupos. O item foi aprovado com modificação nos grupos 10 e 11. O grupo 10 apresentou a redação: 1. Acompanhar e divulgar o trâmite da ação jurídica do ANDES-SN e das demais entidades dos servidores públicos federais pela declaração de inconstitucionalidade da inscrição automática ao FUNPRESP (Lei nº 13.183/2015) e ~~dar divulgação~~, denunciando a ação impositiva do governo. O grupo 11 apresentou 1. Acompanhar o trâmite da ação jurídica do ANDES-SN e das demais entidades dos servidores públicos federais pela declaração de inconstitucionalidade da inscrição automática ao FUNPRESP (Lei nº 13.183/2015) e dar divulgação, denunciando a ação autoritária do governo. Foi colocada em votação a proposta de modificação do grupo 10 e 11, uma contra a outra. Foi aprovada a proposta do grupo 11 com algumas abstenções seguindo com a seguinte redação: **1. Acompanhar o trâmite da ação jurídica do ANDES-SN e das demais entidades dos servidores públicos federais pela declaração de inconstitucionalidade da inscrição automática ao FUNPRESP (Lei nº 13.183/2015) e dar divulgação, denunciando a ação autoritária do governo.** Após foi feita a leitura do item 2 e a situação dos grupos. O item foi aprovado com modificação no grupo 9 com a seguinte redação: 2. Avançar na organização e no enraizamento nos estados e municípios do Fórum em Defesa da Previdência Pública e Estatal, tendo em vista a centralidade da luta contra a proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo governo Temer. Foi colocada em processo de votação a manutenção ou não do item. O item foi aprovado com algumas abstenções o seguinte texto: **2. Avançar na organização e no enraizamento nos estados e municípios do Fórum em Defesa da Previdência Pública e Estatal, tendo em vista a centralidade da luta contra a proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo Governo Temer.** Em seguida foi lido o item 3 e a situação nos grupos. O item foi aprovado integralmente no grupo 10, ficando com a seguinte redação: **3. Analisar, com a colaboração da AJN, os impactos da Lei nº 13.325/2016 (antigo PL 4251/2015) e pautar o debate no GTSS/A sobre as questões de aposentadoria.** Foi aprovada pois nenhum grupo apresentou alteração. Após foi lido o item 4 e a situação nos grupos. Aprovado com modificação no grupo 9 com a seguinte proposta; 4. Persistir na solicitação de acesso aos contratos de adesão realizados entre EBSEERH e IFES, bem como no levantamento de dados sobre problemas gerados após a adesão, com o objetivo de subsidiar material impresso, audiovisual, etc., denunciando o impacto negativo disso nas IFES. 4.1 - lutar, onde não houver, pela construção de hospitais universitários públicos, garantindo a autonomia universitária inclusive em sua gestão; como mais uma forma de combate à EBSEERH, as OS e outras. 4.2 - lutar contra o sucateamento, a falta de investimento público dos hospitais universitários estaduais e a implementação da gestão de OS. Os grupos 11 e 9 propuseram a inclusão de novos itens: Grupo 11 4.1 - manter e ampliar a luta pela revogação da lei da EBSEERH e pela revogação dos contratos existentes, bem como combater a adesão dos demais hospitais vinculados ao SUS. Grupo 9: 4.2 - lutar, onde não houver, pela construção de hospitais universitários públicos, garantindo a autonomia universitária inclusive em sua gestão; como mais uma forma de combate à EBSEERH, as OS e outras. 4.3 - lutar contra o sucateamento, a falta de investimento público dos hospitais universitários estaduais e a implementação da gestão de OS. A diretoria apresentou uma proposta de compatibilização. Levada à votação foi aprovada com algumas abstenções e com o seguinte texto: **4. Persistir na solicitação de acesso aos contratos de adesão realizados entre EBSEERH e IFES, bem como no levantamento de dados sobre problemas gerados após a adesão, com o objetivo de subsidiar material impresso, audiovisual, etc., denunciando o impacto negativo**

disso nas IFES. **4.1 - manter e ampliar a luta pela revogação da lei da EBSEH e pela revogação dos contratos existentes, bem como combater a adesão dos demais hospitais vinculados ao SUS. 4.2 - lutar, onde não houver, pela construção de hospitais universitários públicos, garantindo a autonomia universitária inclusive em sua gestão; como mais uma forma de combate à EBSEH, as OS e outras formas de privatização. 4.3 - lutar contra o sucateamento, a falta de investimento público dos hospitais universitários estaduais e a implementação da gestão de OS, OSCIP e fundações estatais de direito privado.** Às 11h53, a mesa colocou em votação remeter os TRs restantes dos Temas II, III, IV e de Encerramento. Foi aprovada a proposta com poucas abstenções. A mesa deu por encerrada a Plenária. Às 14h46 a Plenária de Encerramento foi aberta. Após, foram realizadas a leitura do item 5 e a situação nos grupos. Aprovado com modificações nos grupos 9 e 10 com a seguinte redação: **5. Lutar pela revogação da Lei Complementar 156/16 (antigo PLS 54/2016, Continuar a luta contra o PLS 54/2016 (que tramitou na Câmara como PLP 257/2016), denunciando a renegociação da dívida dos estados e as contrapartidas obrigadas pelo governo federal, que implicam nos regimes estaduais de previdência, e da Emenda Constitucional 95/16 (teto dos gastos) e a PEC 55/16 (que tramitou na Câmara como PEC 241) que promove um ajuste fiscal a qual congela o investimento em saúde e educação por vinte anos.** Colocada em votação, foi aprovada a proposta com algumas abstenções e com o seguinte texto: **5. Lutar pela revogação da Lei Complementar 156/16 (antigo PLS 54/2016, que tramitou na Câmara como PLP 257/2016), denunciando a renegociação da dívida dos estados e as contrapartidas obrigadas pelo governo federal, que implicam nos regimes estaduais de previdência, e da Emenda Constitucional 95/16 (teto dos gastos) que promove um ajuste fiscal a qual congela o investimento em saúde e educação por vinte anos.** Após, foram realizadas a leitura do item 6 e a situação nos grupos. O item foi aprovado com modificações nos grupos 9, 10 e 11. No grupo 6 com o texto: **6. Manter a campanha de não adesão ao FUNPRESP também para os professores com ingresso antes de 2013 e, até mesmo, ampliar para os fundos de pensão complementar dos estados e municípios. E nos grupos 10 e 11 com a seguinte modificação: 6. Manter a campanha de não adesão ao FUNPRESP também para os professores com ingresso antes de 2013 e, até mesmo, ampliar para os fundos de pensão complementar dos estados e municípios.** Foi feita uma proposta de compatibilização pelo Plenário. A proposta compatibilizada foi votação sendo aprovada com algumas abstenções, ficando com a seguinte redação: **6. Manter a campanha de não adesão a FUNPRESP para todos os(as) professores(as) estender a campanha contra os fundos de pensão para professores(as) nos estados e municípios.** Após foi colocada a proposta de inclusão de um novo item aprovado pelo grupo 9: **6.1 realizar uma pesquisa na perspectiva da construção de uma proposta alternativa dos trabalhadores da previdência no Brasil. Foi apresentada pelo Plenário, proposta de rejeição dessa inclusão. Após a discussão, foi submetida à Plenária a votação sobre um próximo bloco de inscrições. O novo bloco não foi aprovado. Em seguida, foi realizada a votação da inclusão ou não do item, o que não foi aprovado, com o registro de algumas abstenções. O companheiro Fernando Correa Prado da SESUNILA apresentou declaração de voto: “Tendo em vista todas as argumentações realizadas no debate, e embora não me contemple a proposta de inclusão de um subitem relativo à campanha de não adesão ao FUNPRESP, segue sendo necessário afinar as ações táticas imediatas contra a adesão ao FUNPRESP, entre elas uma assessoria contínua às seções sindicais e ADs por parte da direção do ANDES-SN, suas regionais e do GTSS/A”.** Após, foram lidas a proposta de inclusão do item 7 e a situação nos grupos. O item foi aprovado com modificações nos grupos 9, 10 e 11. No grupo 9 foi

apresentada a proposta: 7. Produzir materiais audiovisuais alertando para as perdas de direitos dos e das docentes ~~sobre~~ com a reforma da previdência em tramitação. No grupo 10: 7. Produzir materiais audiovisuais alertando para as perdas de direitos dos e das docentes sobre a reforma da previdência que se anuncia, denunciando a farsa da crise da previdência. E no grupo 11: 7. Produzir materiais audiovisuais alertando para as perdas de direitos dos e das docentes ~~sobre~~ com a contrarreforma da previdência em tramitação (PEC 287/2016) denunciando a farsa da crise que justifica a reforma. A mesa apresentou uma proposta de compatibilização. A proposta foi colocada em votação e aprovada com poucas abstenções e com o seguinte texto: **7. Produzir materiais audiovisuais alertando para a perda de direitos dos e das docentes ocasionada pela contrarreforma da previdência em tramitação (PEC 287/2016), denunciando o falso discurso sobre a crise utilizado como justificativa para a referida medida.** Após foi lido o item 8 e a situação nos grupos. Aprovado com modificações nos grupos 9 e 11. No grupo 9 com a seguinte proposta: 8. Realizar um documentário sobre previdência, destacando o histórico de perdas e os retrocessos ~~desde~~ depois da Constituição Federal de 1988. E no grupo 11: 8. Realizar um documentário sobre previdência, destacando o histórico de conquistas, perdas e os retrocessos e resistências. Foi apresentada uma proposta de compatibilização. Colocada em votação, foi aprovada com poucas abstenções e com o seguinte texto: **8. Produzir documentário sobre previdência, destacando as lutas, conquistas, perdas e retrocessos desde a Constituição Federal de 1988.** Na sequência, foram lidos o item 9 e a situação nos grupos. Aprovado no grupo 10, seguiu para aprovação quando da apreciação do TR como um todo e com o seguinte texto: **9. Realizar, em 2017, o XIX Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria.** Após, foram lidos o item 10 e a situação nos grupos que foi aprovado com modificações no grupo 9, seguiu para ser aprovado quando da votação da TR na sua totalidade com o seguinte texto: **10. Motivar as seções sindicais para que iniciem a pesquisa sobre saúde e adoecimento docente, no primeiro semestre de 2017, com base na Cartilha de Orientação lançada no VI Encontro de Saúde Docente.** Logo após, foi lida a proposta de inclusão de um novo item feita pelo grupo 9 com a seguinte redação: 10.1. Enfatizar as questões ligadas ao lazer dos docentes como parte das pesquisas que compõem o que a cartilha de orientação lançada no VI Encontro de Saúde Docente delibera. A mesa propôs uma compatibilização e submeteu à votação a inclusão do item, que foi aprovada com algumas abstenções e com a seguinte redação: **10.1 pautar o debate sobre o lazer dos e das docentes no GTSS/A para posterior encaminhamento.** A mesa fez a leitura da inclusão proposta pelos grupos 9 e 11, com o seguinte texto: Lutar contra a PEC 287/16 (contrarreforma da previdência) e as alterações da legislação previdenciária já em curso nos estados e que retiram direitos dos trabalhadores, construindo uma frente ampla com centrais sindicais, movimentos sociais e outras entidades contra a reforma da previdência. A mesa colocou em votação a inclusão ou não do item. A proposta foi rejeitada com algumas abstenções. Logo depois, foi lida a proposta de inclusão de item feita pelos grupos 9, 10 e 11 com o seguinte texto: Realizar pesquisa sobre a situação da previdência pública e dos fundos de pensão nos estados e municípios para instrumentalização da luta. Um companheiro trouxe proposta do grupo 11 no item 5 que não foi incluída no relatório. O Plenário aprovou que a leitura fosse feita mas rejeitou a proposta. Foi apresentada uma proposta de compatibilização para o item proposto pelos grupos 9, 10 e 11. A Mesa submeteu ao Plenário a proposta sendo aprovada com algumas abstenções e com o seguinte texto: **11. Realizar pesquisa sobre a situação da previdência pública e dos fundos de pensão nos estados e municípios para instrumentalização da luta.** Em seguida a mesa colocou em votação o TR como um

todo sendo aprovado com poucas abstenções. Após foi realizada a leitura do **TR 19 - PERDAS SALARIAIS IMPLANTADAS NOS ÚLTIMOS TRÊS GOVERNOS CONTRA PROFESSORES APOSENTADOS DAS IFES** e a situação nos grupos. O 36º CONGRESSO delibera: **1.** Congelamento da VPNI - Vantagem Pessoal Minimamente Identificada; **2.** Aplicação do Art. 192/96, da Lei nº 8112/1990 (RJU); **3.** Reenquadramento do adjunto IV; **4.** Adicionais etc; **5.** Luta pela aprovação da PEC/ 555 que retira do aposentado a obrigação de contribuir com o fator previdenciário. **6.** Propomos a criação de um fórum permanente para combater as perdas salariais dos docentes aposentados das IFES. Foi aprovado com modificações nos grupos 10, 9 e 11. Remetida para a Plenária pelo grupo 3. O item 1 foi suprimido. Após foi lido o item 2 e a situação nos grupos. Aprovado com modificações no grupo 9 e com o seguinte texto: Realizar reunião temática do GTSS/A para discutir as perdas salariais dos docentes aposentados das IFES tais como a restituição da remuneração do padrão de classe imediatamente superior seguinte conforme previa o Art. 192/1996. Foi apresentada uma proposta de compatibilização pela diretoria que contemplaria os itens 2, 3 e 4. A mesa colocou a proposta em votação sendo aprovada com poucas abstenções e com o seguinte texto: **2. Produzir um InformANDES especial sobre as perdas de direitos ocorridas para os(as) aposentados(as).** Após foram lidos o item 6 e a situação nos grupos. Aprovado com modificações no grupo 11 e com a seguinte redação: **6. Realizar reunião temática do GTSS/A para discutir as perdas salariais dos docentes das IFES.** A mesa entendeu que a inclusão do novo item proposto pelo grupo 9 compatibiliza com a aprovação com modificação do item 6 feita pelo grupo 11. Após a discussão, a mesa colocou em votação uma proposta de compatibilização que foi aprovada com poucas abstenções e com a seguinte redação final: **3. Realizar sessões de debate sobre as questões dos(as) aposentados(as) no GTSS/A quando necessário.** Logo depois, foram apresentadas as inclusões de novos itens dos grupos 9 e 11. A diretoria apresentou uma proposta de compatibilização das inclusões de novos itens dos grupos 9 e 11, que ficaria com a seguinte redação: **Convocar os e as docentes aposentados(as) para uma jornada de mobilização, em Brasília, com visitas aos parlamentares para tratar das perdas de direitos (PEC 555/06, Art. 182/96, da Lei nº 8112/1990 – RJU, etc), atividade a ser construída na reunião do GTSS/A;** A proposta de compatibilização foi colocada em votação e aprovadas com algumas abstenções. Em seguida, a mesa colocou em votação o TR 19 discutido como um todo que foi aprovado por ampla maioria e com o registro de algumas abstenções. Após foi realizada a discussão do **TR 35 - DEFESA AMPLA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA E COMBATE AO PROJETO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (COMPLEMENTAR)** e a situação nos grupos. O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: **1.** Realizar levantamento nos Estados sobre a situação da previdência complementar; **2.** Realizar seminários regionais, juntamente com outras entidades sindicais, para debater o processo em curso de contrarreforma da previdência social a fim de pensar estratégias de enfrentamento à aprovação da previdência complementar; **3.** Integrar a Frente de Defesa da Previdência Pública nos estados onde existir essa Frente. Contribuir para a construção da Frente nos estados que ela ainda não existe. Aprovado com modificações nos grupos 9, 10 e 11. A mesa informou que o item 1 foi suprimido nos grupos em que foi discutido. Após, foi realizada a leitura do item 2 e a situação nos grupos. Aprovado com modificações nos grupos 9, 10 e 11. Nos grupos 9 e 11 foi apresentada a seguinte proposta: **2. Articular Seminários, atividades com outras entidades sindicais para debater o processo em curso de contrarreforma da previdência social a fim de pensar estratégias de enfrentamento à aprovação da previdência complementar.** O grupo 10 apresentou: **2. Articular Seminários, atividades com outras**

entidades sindicais para debater o processo em curso de contrarreforma da previdência social a fim de formular estratégias de enfrentamento à aprovação da previdência complementar. A mesa colocou em votação a supressão do item, que foi aprovada com algumas abstenções. Dessa forma, o TR foi suprimido. Após, passou-se ao **TR 36 - POLÍTICA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR DOCENTE** e a situação nos grupos. Foi lido o TR: Visando enfrentar a falta de condições relacionadas à saúde e segurança no trabalho de servidores nas Instituições de Ensino Superior (IES) e alavancar um amplo debate sobre o tema, o 36º Congresso do ANDES delibera: **1.** Que cada Seção Sindical reveja, de acordo com sua realidade, a conceituação, estruturação e condições da implantação do SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor), de modo a propor sua completa reconfiguração para que seja efetivamente uma política que atenda os anseios dos docentes com relação à sua saúde e segurança no trabalho. **2.** Lutar para a implantação de um Plano de Segurança e Saúde do Trabalhador em cada uma das IES; **3.** Lutar para a implantação de comissões locais de saúde e segurança do trabalho, com a participação de docentes por setor de trabalho; **4.** Lutar pelo direito da Seção Sindical docente em participar da normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde e segurança do trabalhador nas IES; **5.** Lutar pelo direito da Seção Sindical em participar da elaboração dos laudos sobre os ambientes de trabalho das IES com relação às condições de trabalho; **6.** Lutar pelo direito do trabalhador docente e da Seção Sindical às informações sobre os riscos levantados em avaliações ambientais; **7.** Lutar pelo direito do trabalhador docente a exames de saúde de admissão, demissão e periódicos, observando as especificidades de cada processo de trabalho, bem como de atendimentos por serviço de saúde, respeitando os preceitos legais e éticos; **8.** Lutar pela garantia do Sindicato e do docente em requerer ao órgão competente a interdição de parte ou de todo o ambiente/processo de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde do servidor, com base no parágrafo 3º do artigo 6º da Lei Orgânica da Saúde (8080/90). **9.** Lutar pela observação do direito legal dos docentes a receber adicionais de insalubridade e periculosidade de acordo com as Normas Regulamentadoras, do Ministério do Trabalho, e não segundo os critérios da Orientação Normativa 6, do MPOG, que, na prática, impossibilita à maioria dos servidores/trabalhadores o direito aos referidos adicionais. **10.** Que o ANDES-Sindicato Nacional tome medidas judiciais contra a utilização da ON 6 pelas IFES, visto que ela é lesiva aos interesses e direitos dos servidores. Aprovado com modificações nos grupos 9 e 10. Foram realizadas a leitura do item 1 e a situação nos grupos. Aprovado com modificações nos grupos 9 e 10. No grupo 9 com a proposta: 1. Que cada Seção Sindical das IFE ~~reveja~~ faça um levantamento, de acordo com sua realidade, da existência, da conceituação, estruturação e condições da implantação do SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor), ~~de modo a propor sua completa reconfiguração para que seja efetivamente uma política que atenda os anseios dos docentes com relação à sua saúde e segurança no trabalho.~~ No grupo 10, com o seguinte texto: 1. Que as seções sindicais façam levantamento sobre a estruturação e condições da implantação do SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor), de modo a propor sua completa reconfiguração para que seja efetivamente uma política que atenda os anseios dos docentes com relação à sua saúde e à segurança no trabalho. A mesa colocou em votação uma proposta contra a outra, sendo aprovada a do grupo 9 com várias abstenções e com o seguinte texto: **1. Que cada Seção Sindical das IFE faça um levantamento, de acordo com sua realidade, da existência, da conceituação, da estruturação e das condições da implantação do SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor).** Após foi lido o item 2 e a situação nos grupos.

Aprovado sem modificações nos grupos 10 e 11 e será votado quando da apreciação do TR como um todo e com o seguinte texto: **2. Lutar para a implantação de um Plano de Segurança e Saúde do Trabalhador em cada uma das IES.** Após foi realizada a leitura do item 3 e a situação nos grupos. Aprovado com modificações nos grupos 9 e 11. No grupo 9 com a seguinte proposta: 3. As seções sindicais devem estimular a implantação de comissões/grupos locais - independentes da instituição - de saúde e segurança dos trabalhadores, por setor de trabalho, como forma de acompanhamento, vigilância e incentivo à luta por melhores condições de trabalho. E no grupo 11 com o seguinte texto: 3. Lutar para a implantação de comissões locais de saúde e segurança do trabalho, com a participação de docentes eleitos por setor de trabalho. A mesa colocou em votação as propostas do grupo 9 e 11, uma contra a outra. Realizada a votação, a proposta do grupo 9 foi aprovada com várias abstenções e com a seguinte redação: **3. As seções sindicais devem estimular a implantação de comissões/grupos locais - independentes da instituição - de saúde e segurança dos trabalhadores, por setor de trabalho, como forma de acompanhamento, vigilância e incentivo à luta por melhores condições de trabalho.** Foram lidos o item 4 e a situação nos grupos. O item foi aprovado no grupo 10 e segue para ser apreciado junto ao TR como um todo e com o seguinte texto: **4. Lutar pelo direito da seção sindical docente em participar da normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde e segurança do trabalhador nas IES.** Após foi lido o item 5 e a situação nos grupos. Aprovado com modificações no grupo 10: 5. Lutar pelo direito da Seção Sindical em acompanhar ~~participar~~ a elaboração dos laudos sobre os ambientes de trabalho das IES com relação às condições de trabalho. A mesa entendeu que os itens 5 e 6 podem ser compatibilizados, incluindo as propostas de modificações apresentadas no item 6 pelos grupos 9, 10 e 11. As propostas de modificações do item 6 foram lidas. No grupo 9 foi proposto: 6. Lutar para que o trabalhador docente e a seção sindical tenham acesso às informações sobre os riscos levantados em avaliações ambientais, para termos mais elementos na luta em defesa dos direitos do trabalhador. No grupo 10 a proposta: 6. Lutas pelo direito do trabalhador docente e da seção sindical no acesso aos laudos elaborados que descrevem sobre os ambientes de trabalho das IES e sua relação às condições de trabalho. Já no grupo 11, foi proposto: 6. Lutas pelo direito do trabalhador docente e da seção sindical terem acesso às informações sobre os riscos levantados em avaliações do ambiente de trabalho, para termos mais elementos em defesa do direito do trabalhador. A mesa apresentou uma proposta de compatibilização entre os itens 5 e 6 que, em votação, foi aprovada com a seguinte redação: **Lutar pelo acesso do trabalhador docente e da seção sindical às informações sobre os riscos levantados em laudos avaliativos sobre ambientes de trabalho, como forma de municiar a luta em defesa dos direitos do trabalhador.** A proposta de compatibilização entre os itens 5 e 6 foi aprovada com algumas abstenções. Logo depois a mesa colocou em votação a prorrogação da Plenária até às 24h, a qual foi aprovada com poucas abstenções. O Plenário apontou a falta das propostas minoritárias inseridas no relatório referentes aos itens 4 e 5. A mesa colocou em votação a manutenção ou a supressão dos itens aprovados de forma minoritária. As propostas minoritárias foram colocadas em votação e suprimidas. Após foram lidos o item 7 e a situação nos grupos. O item foi aprovado no grupo 10 e segue para ser voto junto com o TR como um todo com a seguinte redação: **7. Lutar pelo direito do trabalhador docente a exames de saúde de admissão, demissão e periódicos, observando as especificidades de cada processo de trabalho, bem como de atendimentos por serviço de saúde, respeitando os preceitos legais e éticos.** Logo depois foi lido item 8 e a situação nos grupos. Aprovado no grupo 10 e segue para ser apreciado quando da votação do TR como um todo com a seguinte

redação final: **8. Lutar pela garantia do Sindicato e do docente em requerer ao órgão competente a interdição de parte ou de todo o ambiente/processo de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde do servidor, com base no parágrafo 3º do artigo 6º da Lei Orgânica da Saúde (8080/90).** Em seguida foi lido o item 9 e a situação nos grupos. Aprovado com modificação nos grupos 9, 10 e 11. O grupo 9 apresentou: 9. Lutar por ambientes de trabalho salubres e seguros, e, enquanto isso não for alcançado, lutar pelo direito dos docentes de receber adicionais de insalubridade, periculosidade, penosidade e fronteira. Já o grupo 10 propôs: 9. Lutar por ambientes de trabalho salubres e seguros e enquanto isto não for alcançado, lutar pelo direito de os docentes de receberem adicionais de insalubridade, periculosidade e penosidade ~~pela observação do direito legal dos docentes a receber adicionais de insalubridade e periculosidade de acordo com as Normas Regulamentadoras, do Ministério do Trabalho, e não segundo os critérios da Orientação Normativa 6, do MPOG, que, na prática, impossibilita à maioria dos servidores/trabalhadores o direito aos referidos.~~ O grupo 11 fez a proposta: 9. Lutar por ambientes de trabalho salubres e seguros, e enquanto isso não for alcançado, lutar pelo direito dos docentes de receber adicionais de insalubridade, periculosidade e penosidade, pela legislação mais favorável ao trabalhador(a). ~~adicionais.~~ Foi apresentada uma proposta de compatibilização pela mesa. Em votação a proposta foi aprovada com poucas abstenções, e com a seguinte redação: **9. Lutar por ambientes de trabalho salubres e seguros, e, quando esta condição não for possível ou enquanto não for alcançada, lutar pelo direito dos docentes de receber adicionais de insalubridade, periculosidade, penosidade e fronteira.** Após foram lidos o item 10 e a situação nos grupos. O item foi aprovado com modificações no grupo 10, com o seguinte texto: 10. Que o ANDES-SN e/ou as seções sindicais tomem medidas, inclusive judiciais, quando necessário, contra a utilização da Orientação Normativa 6 pelas IFES ou legislação correlata às IEES e IMES, visto que ela é lesiva aos interesses e direitos dos servidores. A mesa colocou em votação a manutenção ou supressão do item. Foi aprovada a supressão com algumas abstenções. Em seguida foi lida a inclusão de um novo item pelo grupo 10, com o seguinte texto: 10. Inserir a temática da política de saúde do trabalhador no próximo Encontro de Saúde Docente. A mesa colocou em votação a manutenção ou a supressão do item e foi aprovada a supressão com algumas abstenções. O Plenário apresentou a necessidade de discutir duas propostas minoritárias do grupo 9 em relação aos itens 4 e 5. Colocada em votação a manutenção ou supressão dos itens foi aprovada a supressão com poucas abstenções. Após, foi colocada em votação o TR como um todo, sendo aprovado com algumas abstenções. Logo em seguida, foi apreciado o **TR 37 - PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO DOSSIÊ SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA CESSÃO DA EBSEH ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS** e a situação nos grupos. O 36º Congresso do ANDES-SN delibera que: **1.** Será elaborado, pelo GTSS/A, um material de orientação metodológica para elaboração dos dossiês referentes aos efeitos da adesão dos hospitais universitários à EBSEH. **2.** O GTSS/A irá realizar uma oficina de trabalho sobre a elaboração desse dossiê. **3.** Realizar um seminário nacional, em 2017, de avaliação dos hospitais universitários sob a administração da EBSEH. Aprovado com modificações nos grupos 10 e 11. Após, foram lidos o item 1 e a situação nos grupos. O item foi aprovado com modificações no grupo 11. Depois de um bloco de discussão, a mesa submeteu ao Plenário a votação para abertura ou não de um novo bloco. O novo bloco não foi aprovado com o registro de algumas abstenções. A mesa colocou em votação a manutenção do item sem prejuízo de modificação contra a supressão. Foi aprovada a supressão com poucas abstenções. Após, foram realizadas a leitura do item 2 e a

situação nos grupos. O item foi aprovado com modificações nos grupos 10 e 11. O grupo 10 apresentou: 2. Realizar oficina de trabalho organizada pelo GTSS/A para orientar a elaboração de dossiê sobre a EBSERH. O grupo 11 apresentou a seguinte proposta: 2. Realizar uma oficina de trabalho para orientar a elaboração de dossiê sobre a EBSERH em reunião do GTSS/A. A mesa submeteu a votação das propostas do grupo 10 e 11, uma contra a outra. Foi aprovada a proposta do grupo 10 com a seguinte redação: **1. Realizar oficina de trabalho organizada pelo GTSS/A para orientar a elaboração de dossiê sobre a EBSERH, com vistas a realizar um seminário nacional sobre este tema.** O item 3 da proposta original do TR foi suprimido nos grupos em que foi discutido, portanto, a mesa entendeu pela supressão. Logo depois, a mesa colocou em votação o TR como um todo, sendo aprovado com poucas abstenções. Foi finalizada a apreciação dos TRs do Tema 2. A diretoria solicitou a inversão da Plenária do tema IV pela Plenária do Tema III para garantir que se votassem as questões organizativas. A mesa submeteu à votação a proposta apresentada pela diretoria, sendo aprovada com poucas abstenções. A mesa do Tema II encerrou às 16h58.

Trícia Zapula Rodrigues
2ª Secretária

Giovanni Felipe Ernst Frizzo
Presidente

Caiuá Cardoso Al-Alam
2º Secretário

Andréa Cristina Cunha Solimões
Presidente

**ATA DA PLENÁRIA DO TEMA III - PLANO DE LUTAS DOS
SETORES
36º CONGRESSO DO ANDES-SN**

Às 22h do dia 28 de fevereiro de 2017, no auditório do Teatro da Universidade Federal do Mato Grosso, verificado o quórum regimental de 350 delegados, deu-se início à Plenária do TEMA III – Plano de Lutas dos Setores, composta por Juliana Fiúza, presidente, Renata Rena, vice-presidente, Aderaldo Alexandrino, 1º secretário e Raimundo Wanderley Padilha, 2º secretário. Logo no começo dos trabalhos tivemos a substituição da delegada de base da ADUFRJ-SSind, Glaucia Lélis Alves, pela suplente/observadora Maria Cristina da Silva. Em seguida iniciamos a apreciação do **TR 23 - Plano de lutas do Setor das IEES/IMES**, que apresentou a seguinte situação dos grupos quanto a sua apreciação; aprovar todo o TR - grupos 4 (20/0/1), 5 (21/0/1), 10 (24/0/0); remeteram o TR para a Plenária os grupos 9 (22/0/1) e 11 (23/0/1). No debate feito item a item tivemos as seguintes deliberações: **O 36º CONGRESSO DO ANDES-SN delibera: 1. Realizar a semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, de 15 a 19 de maio de 2017, em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES e contra privatização, precarização e o sucateamento dessas instituições.** Nesse item a situação nos grupos foi a seguinte: aprovado integralmente no grupo 9 (21/0/2) e aprovado com modificação nos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10 e 11. As votações e modificações por grupo foram as seguintes: Grupo 1 (19/0/3), 1. Realizar a semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, de 15 a 19 de maio de 2017, em defesa *da garantia e ampliação do financiamento público para as IEES/IMES e contra a apropriação do fundo público pelo capital privado* resultando em privatização, precarização e o sucateamento dessas instituições; grupo 2 (22/0/1), 1. Realizar a semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, de 15 a 19 de maio de 2017, *em defesa da garantia e ampliação do financiamento público para as IEES/IMES e contra a apropriação do fundo público pelo capital privado* que resulta em privatização, precarização e sucateamento dessas instituições; grupo 3 (23/0/0), 1. Realizar a semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, de 15 a 19 de maio de 2017, em defesa *da garantia e ampliação de financiamento público para as IEES/IMES e contra a apropriação do fundo público pelo capital privado* resultando em privatização, precarização e o sucateamento dessas instituições; Grupo 4 (23/0/2), 1. Realizar a semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, de 15 a 19 de maio de 2017, em defesa *ampliação de recursos públicos para as IEES/IMES e contra a privatização, gestões antidemocráticas, precarização e o sucateamento dessas instituições*; Grupo 5 (22/0/0), 1. Realizar a semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, de 15 a 19 de maio de 2017, em defesa *da garantia e ampliação do financiamento público para as IEES/IMES e contra a apropriação do fundo público pelo capital privado* resultando em privatização, precarização e o sucateamento dessas instituições; grupo 6, (27/0/1) 1. Realizar a semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, de 15 a 19 de maio de 2017, em defesa *da garantia e ampliação do financiamento público para as IEES/IMES e contra a apropriação do fundo público pelo capital privado* resultando em privatização, precarização e o sucateamento dessas instituições; Grupo 10, (24/0/1), 1. Realizar a semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, de 15 a 19 de maio de 2017, em defesa *da garantia e ampliação do financiamento público para as IEES/IMES e contra a apropriação do fundo público pelo capital privado* resultando em privatização, precarização e o sucateamento dessas instituições; Grupo 11 (25/0/0), 1. Realizar a semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, de 15 a 19 de maio de 2017, em defesa *da garantia e ampliação do financiamento público para as IEES/IMES*

e contra apropriação do fundo público pelo capital privado resultando em privatização, precarização e o sucateamento dessas instituições. No Grupo 9, o item foi aprovado integralmente com a votação (21/0/2). A mesa apresentou como proposta consolidada o seguinte texto **1. Realizar a semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, de 15 a 19 de maio de 2017, em defesa da garantia e ampliação do financiamento público e mais recursos públicos para as IEES/IMES e contra a apropriação do fundo público pelo capital privado resultando em privatização, gestões antidemocráticas, precarização e o sucateamento dessas instituições,** o qual foi aprovado por maioria absoluta com poucas abstenções. Após aprovação um delegado pediu informações sobre a semana de lutas, o qual foi esclarecido pelo diretor Alexandre Galvão. No item **2. Produzir um boletim InformANDES Especial após a semana de lutas do setor das IEES/IMES, apresentando os resultados da mobilização nos estados.** Nos grupos mistos tivemos a seguinte situação: aprovação integral no grupo 10 (25/0/0) e 3 (24/0/3) e também uma recomendação. Nos grupos 1, 2, 5, 6, 11 foram propostas modificações. No Grupo 1 (24/0/2) foi proposto a seguinte substituição **2. Produzir material de divulgação para subsidiar a semana de lutas unificadas e um boletim especial após a semana de lutas, apresentando os resultados da mobilização nos estados;** no grupo 2 (23/0/3) ficou assim o item modificado **2. Produzir materiais emergenciais de denúncia da situação das IEES/IMES, divulgando as pautas da Semana de Lutas para mobilização da base, elaborando InformANDES Especial para apresentar o resultado das atividades realizadas durante a referida semana;** no Grupo 5 (20/0/3) a proposta apresentada foi **2. Elaborar material de divulgação, até a primeira quinzena de abril, com as pautas da semana de lutas para divulgação e mobilização na base.** O Grupo 6 (24/1/4) modificou o texto para **2. Elaborar InformANDES Especial, até a primeira quinzena de abril, com as pautas da semana de lutas para divulgação e mobilização na base e produzir um boletim informANDES Especial para divulgar os resultados da mobilização nos estados;** o Grupo 11 (21/0/1) apresentou o seguinte texto de modificação **2. Elaborar InformANDES até a primeira quinzena de abril, com as pautas da semana de lutas para divulgação e mobilização na base. Produzir um boletim InformANDES Especial após a semana de lutas do setor das IEES/IMES, apresentando os resultados da mobilização nos estados.** Com nas propostas de modificação dos textos a mesa apresentou a seguinte proposta de consolidação: **2. Produzir materiais emergenciais de denúncia da situação das IEES/IMES e elaborar InformANDES até a primeira quinzena de abril, com as pautas da semana de lutas para divulgação e mobilização na base. Produzir um boletim InformANDES Especial após a semana de lutas do setor das IEES/IMES, apresentando os resultados da mobilização nos estados,** a qual foi aprovado por ampla maioria com poucas abstenções. A recomendação proposta pelo grupo 3 “*Elaboração de informes especiais, até a primeira quinzena de abril, com as pautas da semana de lutas para divulgação e mobilização na base em articulação com GTPE e os GT locais*”, não foi incorporada em função da não aprovação do texto original. No item **3. Ampliar a socialização, por meio de debates e de distribuição de materiais produzidos pelos GTs, sobre temas comuns ao conjunto do movimento docente nas seções sindicais do setor das IEES/IMES** tivemos a seguinte situação nos grupos: 2 (22/0/0), 3 (0/0/0), 10 (24/0/0) aprovado integralmente; no 11 (23/0/0) o item foi aprovado com a seguinte modificação **3. Ampliar a socialização, por meio de debates e de distribuição de materiais produzidos pelos GTs, sobre temas comuns ao conjunto do movimento docente nas seções sindicais do setor das IEES/IMES, tais como: financiamento, autonomia, carreira, data base e outros.** A Plenária aprovou a proposta original por maioria e com algumas abstenções. No item **4. Atualizar a cartilha do ANDES-SN sobre os fundos de previdência complementar incluindo um mapeamento da**

situação dos estados com o GTSS/A, tivemos a aprovação com modificação nos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10 e 11. No Grupo 1 (24/0/3) a modificação apresentada foi 4. Atualizar a cartilha do ANDES-SN sobre os fundos de previdência complementar *com base na pesquisa a ser realizada pelo GTSS/A trazendo a situação dos fundos de previdência complementares que estão implantados ou em curso nos estados*; no Grupo 2 (24/0/3) modificou-se para 4. *Elaborar material em articulação cm o GTSS/A sobre os fundos de previdência complementar que estão implantados ou em curso incluindo com mapeamento da situação dos estados a partir da pesquisa a ser realizada pelo GTSS/A*; no Grupo 3 (25/0/3) o texto foi modificado para 4. *Modificação da cartilha do ANDES-SN sobre os fundos de previdência complementar incluindo um mapeamento com base nas pesquisas coordenadas pelos GTSS/A*; O Grupo 4 (24/1/0) apresentou a redação 4. *Envidar esforços para maior sensibilização dos docentes das IEES/IMES sobre os fundos de previdência complementar nos estados e municípios, elaborando cartilha com base no mapeamento dos setores a ser realizado pelo GTSS/A*; O grupo 5 (21/0/4) substituiu o item por 4. *Elaborar material, em conjunto com o setor das estaduais e GTSS/A, sobre os fundos da previdência complementar que estão implantados ou em curso nos estados com base na pesquisa a ser realizada*; o Grupo 6 (27/0/1) modificou assim o texto 4. *Elaborar material, em conjunto com o setor das Estaduais e GTSS/A, sobre os fundos de previdência complementar que estão implantados ou em curso com mapeamento da situação com base no levantamento a ser realizado pelo GTSS/A*; o Grupo: 9 (21/0/2) alterou o item para 4. *Elaborar material, em conjunto com o setor das estaduais e GTSS/A, sobre os fundos de previdência complementar que estão implantados ou em curso nos Estados com mapeamento da situação nos Estados*; o Grupo 10 (24/0/1) substituiu o item por 4. *Atualizar a cartilha do ANDES-SN sobre os fundos de previdência complementar incluindo um mapeamento da situação dos estados com base na pesquisa a ser realizada pelo GTSS/A*; o Grupo 11 (23/0/1) modificou o texto para 4. *Atualizar a cartilha do ANDES-SN sobre os fundos de previdência complementar incluindo um mapeamento da situação dos estados com o GTSS/A, com base na pesquisa a ser realizada pelo GTSS/A. Com base nas propostas de alteração no texto a Mesa apresentou a seguinte proposta de consolidação* **4. Elaborar cartilha do ANDES-SN sobre os fundos de previdência complementar, que estão implantados ou em curso incluindo um mapeamento da situação dos estados com base na pesquisa a ser realizada pelo GTSS/A.** A qual foi aprovada em Plenário por ampla maioria dos votos e poucas abstenções. Sobre o item **5. Envidar esforços, por meio das seções sindicais estaduais e municipais, para participar do GTSS/A, a fim de contribuir no avanço da construção da cartilha**, tivemos a aprovação integral no Grupo 10 (22/2/1) e a aprovação com modificação nos grupos 1, 2, 3, 5, 6, 9 e 11. A modificação proposta no Grupo 1 (22/0/4) foi a seguinte 5. *Que as seções sindicais envidem esforços para fortalecer e ou criar o GTSS/A local e participem das reuniões do GTSS/A nacional, a fim de contribuir no avanço das discussões e ações contra a previdência complementar e na construção de material*; o Grupo 2 (23/0/0) alterou o item para 5. *Que as Seções Sindicais envidem esforços para fortalecer e ou criar o GTSS/A local e participem das reuniões do GTSS/A nacional, a fim de contribuir no avanço das discussões e ações contra a previdência complementar e na construção de material*; o Grupo 3 (25/0/0) modificou para 5. *Que os serviços sindicais enviem esforços para fortalecer e/oi criar o GTSS/A local e que participem do GT nacional para contribuir com a atualização da cartilha do ANDES-SN sobre os fundos de previdência complementar*; o Grupo 5 (21/0/4) o substituiu por 5. *Que as seções sindicais envidem esforços para fortalecer e ou criar o GTSS/A local e participem das reuniões do GTSS/A nacional, a fim de*

contribuir no avanço das discussões e ações contra a previdência complementar e na construção de material; no Grupo 6 (27/0/0) a modificação tomou a forma 5. *Que as seções sindicais envidem esforços para fortalecer ou criar o GTSS/A Local e participem das reuniões do GTSS/A nacional, a fim de contribuir no avanço das discussões e ações contra a previdência complementar e na construção de material*; no Grupo 9 (19/0/3) alterou-se para 5. *Que as seções sindicais envidem esforços para fortalecer e ou criar o GTSS/A local e participem das reuniões do GTSS/A Nacional a fim de contribuir no avanço das discussões e ações contra a previdência complementar e na construção de material*; no Grupo 11 (22/0/1) o texto modificado ficou 5. *Que as seções sindicais envidem esforços para fortalecer e ou criar o GTSS/A local e participem das reuniões do GTSS/A nacional, a fim de contribuir no avanço das discussões e ações contra a previdência complementar e na construção de material*. A Mesa apresentou a seguinte proposta de consolidação, Que as seções sindicais envidem esforços para fortalecer e ou criar o GTSS/A local e participem das reuniões do GTSS/A nacional, a fim de contribuir no avanço da construção da cartilha das discussões e ações contra a previdência complementar e na construção de material. A qual foi aprovado pelo Plenário por ampla maioria e poucas abstenções. O item **6. Promover debates sobre a dívida pública e a previdência social nos estados**, apresentou a seguinte situação: aprovado com modificação nos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10 e remetido para discussão em Plenário pelo 11. No Grupo 1 (22/0/3) o item foi substituído por 6. *Que as seções sindicais em articulações com as secretárias regionais do ANDES-SN, CSP-Conlutas estaduais e fóruns estaduais, promovam debates sobre a dívida pública e a previdência social nos estados*; no Grupo 2 (21/0/3), modificou-se o texto para 6. *Que as Seções Sindicais em articulação com as Secretarias Regionais do ANDES-SN, CSP-CONLUTAS Estaduais e Fóruns Estaduais, promovam debates sobre a dívida pública e a previdência social nos estados*; o grupo: 3 (25/0/2) o substituiu por 6. *Que as seções sindicais em articulação com as secretarias regionais do andes, CSP-Conlutas estaduais e fóruns estaduais e demais entidades de classe, promovam debates sobre a dívida pública e a previdência social nos estados*; o Grupo 4 (21/0/0) apresentou a seguinte redação 6. *Estimular que as seções sindicais promovam debates sobre a dívida pública e a previdência social nos estados*; no grupo 5 (21/0/1) foi modificado para 6. *Que as seções sindicais em articulação com as secretarias regionais do ANDES-SN, CSP-CONLUTAS estaduais e fóruns estaduais, promovam debates sobre a dívida pública e a previdência social nos estados*; o grupo 6 (24/3/0) alterou o texto para 6. *Que as seções sindicais em articulação com as secretarias regionais do Andes, CSP-Conlutas Estaduais e Fóruns Estaduais da auditoria da dívida, promovam debates sobre a dívida pública e a previdência social nos estados*; no Grupo 7 (20/0/0) o texto foi alterado para 6. *Que as seções sindicais em articulação com as secretarias regionais do ANDES, CSP - Conlutas estaduais e fóruns estaduais promovam debates sobre a dívida pública, auditoria cidadã da dívida e a previdência social nos estados*; o Grupo 9 (21/0/1) apresentou a seguinte modificação 6. *Que as seções sindicais em articulação com as secretarias regionais do ANDES, CSP-Conlutas Estaduais e Fóruns Estaduais, promovam debates sobre a dívida pública e a previdência social nos estados*; no Grupo 10 (21/2/2) o texto foi substituído por 6. *Estimular que as seções sindicais articulem debates sobre a dívida pública e a previdência social nos estados*; A Mesa assim consolidou as propostas de alteração 6. Que as seções sindicais em articulação com as secretarias regionais do ANDES-SN, CSP-Conlutas Estaduais e Fóruns Estaduais e demais entidades de classe, promovam debates sobre a dívida pública e a previdência social das esferas federal e estadual nos estados. Abriu-se, primeiro, um debate e em seguida realizou-se a votação sobre a inclusão da expressão e das demais

entidades de classe, a qual foi aprovada por ampla maioria, com poucas abstenções, depois abriu-se uma discussão sobre o restante da consolidação do texto, sendo aprovada por ampla maioria e com poucas abstenções. No item **7. Produzir materiais informativos e de comunicação sobre os fundos de previdência complementar dos estados**, a situação nos grupos assim se manifestou: supressão nos grupos 1, 2, 6, aprovado integralmente nos 3, 10, 11 e aprovado com modificação 4. Votou-se inicialmente a supressão ou não do item. O texto foi mantido por ampla maioria de votos com algumas abstenções. Em seguida, foi apreciada a proposta de modificação no grupo 4 (19/1/3) *7. Realizar ampla discussão sobre regimes previdenciários estaduais e municipais mapeando problemas comuns nos estados e municípios*, foi mantido o texto original por ampla maioria com poucas abstenções. No item **8. Estimular as seções sindicais a articularem, onde não existam, e participem de Fóruns Estaduais contra a Reforma da Previdência**, tivemos a aprovação integral no grupo 10 e aprovação com modificação nos grupos 1, 2, 3, 5, 6, 9. No Grupo 1 (11/9/6) foi substituiu por: *8. Estimular as seções sindicais a articularem e fortalecerem os fóruns estaduais contra a reforma da previdência, em unidade com a CSP conlutas estaduais e demais entidades dos trabalhadores*; o Grupo 2 (21/0/2) aprovou por texto *8. Estimular as seções sindicais a articularem, onde não existam, fortalecerem, onde existe, fóruns estaduais em defesa da previdência social pública, em unidade com a CSP Conlutas estaduais e demais entidades dos trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada*; o grupo 3 (18/0/4) modificou a redação para: *8. Estimular as seções sindicais a articularem, e fortalecerem os Fóruns Estaduais em defesa da Previdência social pública em unidade com a CSP conlutas estaduais e demais entidades de classe*; No Grupo 5 (24/0/1) substituiu-se o texto por *8. Estimular as seções sindicais a articularem e fortalecerem os fóruns estaduais em defesa da previdência social pública, em unidade com a CSP conlutas estaduais e demais entidades dos trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada*; o Grupo 6 (21/1/3) modificou o texto para *8. Estimular as seções sindicais a articularem e fortalecerem os Fóruns Estaduais em defesa da previdência social pública, em unidade com a CSP Conlutas Estaduais e demais entidades dos trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada*; no grupo 9 (18/0/3) substituiu-se a redação por *8. Estimular as seções sindicais a articularem e fortalecer os fóruns estaduais em defesa da previdência social pública, em unidade com a CSP Conlutas Estaduais e demais entidades dos trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada*. A mesa apresentou como proposta de Consolidação 8. Estimular as seções sindicais a articularem, onde não existam, e fortalecerem, onde existem, fóruns estaduais em defesa da previdência social pública, em unidade com a CSP Conlutas estaduais e demais entidades dos trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada. A Plenária a aprovou por ampla maioria de votos com poucas abstenções. No item **9. Indicar, por meio das seções sindicais, na semana de luta em defesa das IEES/IMES, um ou dois dias com ações e atos pautando a contrarreforma da previdência e que tais ações/atos sejam realizados em conjunto com outras categorias do serviço público**, tivemos a seguinte situação nos grupos: aprovado integralmente no 10 e aprovação com modificação nos grupos 1, 2, 3, 5,6. No Grupo: 1 (20/0/2) o texto foi substituído por *9. Indicar, por meio das seções sindicais, na semana de luta em defesa das IEES/IMES, um ou dois dias com ações e atos pautando contra a retirada de direitos via contrarreforma da previdência, dando destaque a audiências públicas, com outros setores do funcionalismo público*; no Grupo 2 foi modificado por *9. Indicar, por meio das seções sindicais, na semana de luta em defesa das IEES/IMES, um ou dois dias com ações e atos, como audiências públicas e atos nas praças, pautando a contrarreforma da previdência e que tais ações/atos sejam*

realizados em conjunto com outras categorias do serviço público e da iniciativa privada; o grupo 3 (17/0/2) alterou para 9. Indicar, por meio das seções sindicais, na semana de luta em defesa das IEES/IMES, um ou dois dias com ações e atos pautando a contrarreforma da previdência e que tais ações/atos sejam realizados em conjunto com outras *a classe trabalhadora*; no grupo 5 (14/1/11) a modificação aprovada foi 9. Indicar, por meio das seções sindicais, em defesa das IEES/IMES, um ou dois dias com ações e atos pautando a contrarreforma da previdência e que tais ações/atos sejam realizados em conjunto com outras categorias do serviço público; o grupo 6 (17/1/3) modificou o texto para 9. Indicar, por meio das seções sindicais, na semana de luta em defesa das IEES/IMES, um ou dois dias com ações e atos, *como audiências públicas e atos nas praças*, pautando a contrarreforma da previdência (PEC 287) e que tais ações/atos sejam realizados em conjunto com outras categorias do serviço público e da iniciativa privada. A mesa propôs como consolidação 9. Indicar, por meio das seções sindicais, na semana de luta em defesa das IEES/IMES, um ou dois dias com ações e atos como audiências públicas e atos nas praças, contra pautando a contrarreforma da previdência e que tais ações/atos sejam realizados em conjunto com outras categorias do serviço público e da iniciativa privada. Abriu-se discussão sobre a consolidação apresentada e uma nova proposta de texto foi consolidado 9. Indicar, que as seções sindicais, realizem na semana de luta em defesa das IEES/IMES, um ou dois dias com ações, atos e audiências públicas, com o objetivo de barrar a contrarreforma da previdência (aumento de percentuais de contribuição e inclusões de cotas e taxas extras, entre outras medidas) em conjunto com outras categorias do serviço público e da iniciativa privada; por fim houve a aprovação por ampla maioria dos votos com algumas abstenções. O item **10. Realizar uma reunião das Assessorias Jurídicas das seções sindicais, a AJN, para construir ações contra a previdência complementar nos estados**, considerou-se aprovado por já ter sido deliberado em todos os grupos mistos (2, 3, 10). No item **11. Construir, com outros setores do funcionalismo, audiências públicas nos estados para debater a contrarreforma da previdência**, tivemos o seguinte resultado nos grupos: supressão nos 1, 2, 6, aprovado integralmente no 10 e aprovado com modificação no 5 (21/0/1) 11. Construir, com outros setores do funcionalismo e da iniciativa privada, audiências públicas nos estados para debater a contrarreforma da previdência. Após debate e tentativa da consolidação em Plenário, o item foi considerado superado pelo Plenário por uma ampla maioria de votos com algumas abstenções. No item **12. Realizar, por meio das seções sindicais, debates nas universidades sobre a contrarreforma da previdência e suas implicações para as IEES/IMES, visando o combate aos ataques aos direitos previdenciários e a intensificação da exploração do trabalhador e da trabalhadora**, a situação nos grupos assim se apresentou: aprovação integral nos grupos 5, 10 e aprovado com modificação nos grupos 2, 6. Nos grupos 2 (22/0/3) e 6 (21/1/1) a alteração apresentada foi 12. Realizar, por meio das seções sindicais, debates nas universidades sobre a contrarreforma da previdência (PEC 287) e suas implicações para as IEES/IMES, visando o combate aos ataques aos direitos previdenciários e a intensificação da exploração do trabalhador e da trabalhadora. Foi aprovada a proposta de modificação com ampla maioria dos votos e poucas abstenções. No item **13. Elaborar material audiovisual sobre a dívida pública nos estados e municípios**, tivemos a seguinte situação: aprovado integralmente nos grupos 3, 10 e com modificações nos grupos 1, 2, 6. A modificação proposta pelo Grupo 1 (14/0/9) ficou assim 13. *Que as seções sindicais em articulação com as secretárias regionais do ANDES, CSP conlutas e fóruns, elaborem material audiovisual sobre a dívida pública nos estados e municípios;* No Grupo 2 (24/0/1) o texto foi substituído por 13. *Que as seções sindicais em*

*articulação com as secretarias regionais do ANDES, CSP Conlutas e fóruns, elaborem material audiovisual de combate à dívida pública dos estados e municípios; O Grupo: 6 (10/6/5) alterou o texto para 13. Que as seções sindicais em articulação com as secretarias regionais do Andes, CSP Conlutas e fóruns, elaborem material audiovisual sobre a dívida pública nos estados e municípios; a mesa apresentou a seguinte proposta de consolidação 13. Que as seções sindicais em articulação com as secretarias regionais do ANDES, CSP Conlutas e fóruns, elaborem material audiovisual de combate à dívida pública dos estados e municípios. Foi aprovada a consolidação com o acréscimo de **demais de entidades de classe**, por ampla maioria de votos com poucas abstenções, assim ficando a redação 13. Que as seções sindicais em articulação com as secretarias regionais do ANDES, CSP Conlutas e fóruns, e demais entidades de classe elaborem material audiovisual de combate à dívida pública dos estados e municípios. No item **14. Realizar, no setor das IEES/IMES, articulada com os GT Verbas, locais e nacional, e se necessário com assessoria de órgãos técnicos, levantamento de dados sobre o financiamento das IEES/IMES, com o objetivo de se construir materiais sobre esse tema, para posterior divulgação.** A Situação ficou assim: aprovado integralmente nos grupos 2, 3, 6, 10 e com modificação no 5 (20/0/3) que propôs a seguinte alteração **14. Que o GT Verbas das Seções sindicais de cada Estado, analise e acompanhe o orçamento público de seu Estado ao longo do tempo, com o objetivo de produzir instrumentos para a luta política local e nacional e com destaque para os artigos dos textos das leis LRF, LDO e LOA como para os números.** Após realização de debate foi aprovado o texto original com ampla maioria de votos e algumas abstenções. No item **15. Denunciar as inúmeras isenções fiscais que são concedidas pelos estados e pela União, como um dos elementos que impacta na arrecadação e diminui os investimentos dos estados e dos municípios para a educação e saúde.** Tivemos a aprovação integral nos grupos que o discutiram (2, 3 e 10). Assim, o item foi remetido para aprovação no conjunto do TR. No item **16. Aprofundar o debate nas reuniões do setor sobre o tema financiamento federal para as IEES/IMES e as condições jurídicas e operacionais para a destinação de recursos federais.** Tivemos a aprovação integral nos grupos que o discutiram (2, 3 e 10). Assim, o item foi remetido para aprovação no conjunto do TR. No item **17. Fomentar que as seções sindicais, com o apoio da direção do ANDES-SN, acompanhem e divulguem a execução do orçamento dos estados para garantir a transparência sobre a destinação dos recursos para as IEES/IMES,** tivemos a seguinte situação: aprovação integral nos grupos 3, 10 e com modificação: 1, 2, 4, 6. No grupo 1 (10/3/9) o texto ficou assim **17. Fomentar que as seções sindicais, em articulação com as secretárias regionais do ANDES, acompanhem e divulguem a execução do orçamento dos estados para garantir a transparência sobre a destinação dos recursos para as IEES/IMES;** o Grupo 2 (25/0/0) o substituiu por **17. Fomentar que as seções sindicais, em articulação com as secretarias regionais do ANDES-SN, acompanhem e divulguem a execução do orçamento dos estados para garantir a transparência sobre a destinação dos recursos para as IEES/IMES;** o Grupo 4 (23/0/0) apresentou a seguinte modificação **17. Fomentar que as seções sindicais, com o apoio da direção do ANDES-SN, acompanhem e divulguem a execução do orçamento dos estados para garantir a transparência sobre a destinação dos recursos para as IEES/IMES dos estados e municípios.** No Grupo 6 (17/0/3) houve a seguinte modificação **17. Fomentar que as seções sindicais, em articulação com as secretarias regionais do Andes-SN, acompanhem e divulguem a execução do orçamento dos estados para garantir a transparência sobre a destinação dos recursos para as IEES/IMES.** Como proposta de consolidação a mesa apresentou o seguinte texto **17. Fomentar que as seções sindicais, em articulação com as secretarias regionais do***

ANDES-SN, acompanhem e divulguem a execução do orçamento dos estados para garantir a transparência sobre a destinação dos recursos para as IEES/IMES dos estados e dos municípios. A consolidação foi aprovada pela ampla maioria dos votos com poucas abstenções. No item **18. Realizar estudos, por meio das seções sindicais, sobre os impactos da PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241) nos estados.** A situação nos grupos assim se manifestou: aprovado integralmente no 1, com modificação nos 2, 3, 4, 5, 6, 10. No Grupo 2 (25/0/0) temos a seguinte modificação 18. Realizar estudos, por meio das seções sindicais, sobre os impactos *nos estados da EMC 96/2016 que institui novo regime fiscal (antiga PEC 55/2016) e da lei complementar 156/2016 (antigo PLC 54).* No Grupo 3 (25/0/0) o texto foi substituído por 18. Realizar estudos, por meio das seções sindicais, sobre os impactos da EC 95-2016 antiga PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241) nos estados; no grupo 4 (20/0/1) foi aprovado o texto 18. Realizar estudos, por meio das seções sindicais, sobre os impactos da EC 95-2016 (antiga PEC 55/2016) nos estados; o Grupo 5 (21/0/2) alterou o texto para 18. Realizar estudos, por meio das seções sindicais, em *articulação com as Secretarias Regionais*, sobre os impactos da EC 95/2016 nos estados; o Grupo 6 (15/0/2) o alterou para 18. Realizar estudos, por meio das seções sindicais, sobre os impactos da EC 95/2016 (Antiga PEC 55/2016) nos estados; no Grupo 10 (23/0/1) substituiu-se a redação por 18. Realizar estudos, por meio das seções sindicais, sobre os impactos *da Emenda Constitucional 95/16 (antiga PEC 55)* nos estados. A Mesa apresentou a seguinte proposta de consolidação 18 Realizar estudos, por meio das seções sindicais, em articulação com as secretarias regionais, sobre os impactos nos estados da EC 95/2016 que institui novo regime fiscal (antiga PEC 55/2016) e da lei complementar 156/2016 (antigo PLC 54). A qual aprovada por ampla maioria de votos do Plenário e com poucas abstenções. No item **19. Lutar contra todos os PLs que propõem o pagamento de mensalidades, de taxas, de anuidades e de privatizações nas IES públicas.** Tivemos a seguinte situação nos grupos: aprovado com modificação no 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, e o 11 (23/0/1) remeteu para a Plenária. Os grupos 1 (20/0/4), 2 (25/0/0), 5 (21/0/2), 6 (17/0/4) apresentaram a seguinte alteração 19. Lutar contra *toda a legislação* que propõem o pagamento de mensalidades, de taxas, de anuidades e de privatizações nas IES públicas; no Grupo 3 (25/0/0) modificou-se o texto para 19. Lutar contra *todas as legislações* que propõem o pagamento de mensalidades, de taxas, de anuidades e de privatizações nas IES públicas; no Grupo 4 (16/0/3) a modificação ficou 19. Lutar contra *todos os PLs e legislação vigente que proponham a privatização e a mercantilização das IEES/IMES que, inclusive, em alguns casos, levam à cobrança de mensalidades, taxas, e anuidades;* o Grupo 10 (23/0/1) o substituiu por 19. Lutar contra *toda legislação e PLs* que propõem o pagamento de mensalidades, taxas, anuidades e privatizações nas IES públicas. A Mesa apresentou a seguinte proposta de consolidação 19. Lutar contra toda a legislação e PL que propõe o pagamento de mensalidades, taxas, anuidades e privatizações nas IES públicas. A qual foi provada por ampla maioria dos votos e com poucas abstenções. No item **20. Mobilizar a categoria docente nas IEES/IMES para a luta contra o PLC 54/2016 (que tramitou na Câmara como PLP 257/16) e a PEC 55/16 (que tramitou na Câmara como PEC 241),** a situação nos grupos ficou assim: aprovado com modificação no 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10. No Grupo 1 (20/0/5) o texto foi substituído por 20. Mobilizar a categoria docente nas IEES/IMES *por meio das seções sindicais, para a luta pela revogação da EC 95/2016 e da lei complementar 156/2016;* os grupos 2 (21/0/1), 3 (24/0/0), 4 (16/0/2), 6 (19/0/3) e 10 (20/0/0) apresentaram a seguinte modificação 20. Mobilizar a categoria docente nas IEES/IMES, por meio das seções sindicais, para a luta pela revogação da EC 95/16 e da Lei Complementar 156/16 (antigo PLC 54/2016); o Grupo 5 (25/0/0) modificou o texto

para 20. Mobilizar a categoria docente nas IEES/IMES *por meio das seções sindicais para a luta contra a PEC 287/2016*. A Mesa apresentou a seguinte proposta de consolidação 20. Mobilizar a categoria docente nas IEES/IMES, por meio das seções sindicais, para a luta pela revogação da EC 95/16 e da Lei Complementar 156/16, a qual foi aprovada pela ampla maioria de votos com poucas abstenções. No resumo da consolidação não aparecem os itens 21 e 22, inclusive no TR original (Caderno de Textos). No item **23. Ampliar, no interior das seções sindicais das IEES-IMES, a discussão sobre a reforma tributária progressiva e a necessidade de auditoria da dívida pública**, temos a seguinte situação nos grupos: aprovado com modificação no 2, 6 e 10. No Grupo 2 (23/0/1) a modificação proposta é 23. *Que as seções sindicais ampliem a discussão sobre a reforma tributária progressiva e a necessidade de auditoria da dívida pública*; o Grupo 6 (20/1/7) propôs por texto 23. Ampliar, no interior das seções sindicais das IEES-IMES, a discussão sobre a reforma tributária progressiva, a necessidade de auditoria da dívida pública e seu não pagamento; o Grupo 10 (19/0/1) substituiu o texto para 23. Ampliar, no interior das seções sindicais das IEES-IMES, a discussão sobre a *necessidade* da reforma tributária progressiva e da auditoria da dívida pública. A mesa propôs como consolidação: 23 Que as seções sindicais ampliem a discussão sobre a necessidade da reforma tributária progressiva e da auditoria da dívida pública e seu não pagamento. A consolidação foi aprovada por ampla maioria de votos com poucas abstenções. No item **24. Combater o discurso da mídia corporativa e realizar debates sobre a contrarreforma trabalhista nas IEES/IMES**. A situação nos grupos ficou assim: supressão no 2, proposta de manutenção que foi votada e rejeitada por ampla maioria com poucas; nos grupos 1, 3, 4, 5, 6, 7 e 10 foi aprovado com modificação; nos grupos 1 (23/0/3) 6 (24/0/4) e 10 (21/0/3) foi substituído por 24. Realizar debates sobre a contrarreforma trabalhista por meio das seções sindicais, combatendo o discurso da mídia corporativa; no Grupo 3 (22/0/0) o texto aprovado foi 24. *Realizar debates, no interior das IEES/IMES, sobre a contrarreforma trabalhista por meio das seções sindicais, combatendo o discurso da mídia corporativa*. Criação de observatórios locais contra todo tipo de violência aos docentes do setor como base para ações de luta; o Grupo 4 (20/0/2) alterou o texto por 24. *Realizar debates sobre a contrarreforma trabalhista contra argumentando o discurso da mídia*; no Grupo 5 (26/0/0) o texto aprovado foi 24. *Realizar debates sobre a contrarreforma trabalhista nas IEES/IMES, por meio das Seções Sindicais, contra argumentando o discurso da mídia corporativa*; no Grupo 7 (10/4/3) modificou-se para 24. Realizar debates sobre a contrarreforma nas IEES/IMES, contra argumentando o discurso da mídia corporativa. A Mesa apresentou como consolidação: 24. Realizar debates sobre a contrarreforma trabalhista por meio das seções sindicais, combatendo o discurso da mídia corporativa. Combater o discurso da mídia corporativa e realizar debates sobre a contrarreforma trabalhista nas IEES/IMES. A consolidação foi aprovada por ampla maioria com poucas abstenções. No item **25. Construir ferramentas nas IEES/IMES de combate ao assédio moral, sexual, por meio dos GTSS/A e/ou GTPCEGDS das seções sindicais**, a situação nos grupos foi aprovado integralmente no 3 e com modificação nos 1, 2, 4, 6 e 10. No Grupo 1 (24/0/3) substituiu-se o item por 25. *Cobra via as SSIND que as IEES/IMES construam ferramentas de denúncias e combate ao assédio moral, por meio dos GTSS/A e/ou GTPCEGDS locais em articulação com os GTs nacionalmente*; no Grupo 2 (27/0/0) aprovou-se 25. *Solicitar via Seções sindicais, que as administrações das IEES/IMES construam ferramentas de denúncia e combate ao assédio moral, sexual, referenciando-se para isso nas deliberações do ANDES sobre estes temas*; os grupos 4 (21/0/3), 6 (24/0/2) e 10 (17/0/2) modificaram texto para 25. *Cobrar, via as SSIND, que as IEES/IMES*

construam ferramentas de denúncia e combate ao assédio moral; e sexual, por meio dos GTSS/A e/ou GTPCEGDS locais em articulação com os GTs nacionalmente; A mesa propôs como consolidação o texto 25 Cobrar via as seções sindicais que as IEES/IMES construam ferramentas de denúncia e combate ao assédio moral, sexual, por meio dos GTSS/A e/ou GTPCEGDS locais em articulação com os Gts nacionalmente. Construir ferramentas nas IEES/IMES de combate ao assédio moral, sexual, por meio dos GTSS/A e/ou GTPCEGDS das seções sindicais. A proposta foi aprovada por ampla maioria dos votos com poucas abstenções. No item **26. Pautar o debate, no interior das IEES/IMES, sobre a criação de observatórios locais contra todo tipo de violência aos docentes do setor como base para ações de luta.** Situação nos grupos: proposta de supressão no Grupo 7, que foi apreciada em Plenário e rejeitada sendo aprovada a manutenção do item, sem prejuízo de modificações, por ampla maioria. Nos grupos 2 e 10 foi aprovado integralmente. O Plenário apresentou como proposta de consolidação **26 Pautar o debate, no interior das IEES/IMES, sobre a criação de observatórios no âmbito institucional contra todo tipo de violência aos docentes como base para ações de luta,** a qual foi aprovada no Plenário por ampla maioria, com poucas abstenções. O item **27. Denunciar as situações de trabalho que promovem o adoecimento e as perseguições no interior da IES** foi provado integralmente nos grupos 2 e 10. Assim, o item foi remetido para aprovação no conjunto do TR. No item **28. Fomentar a realização de debates no interior das IEES/IMES, convidando os Comitês Estaduais e Municipais de Educação, sobre o Movimento Escola Sem Partido, Questões de Gênero e a Reforma do Ensino Médio (MP 746),** tivemos a seguinte situação nos grupos: proposta de supressão no 2, que foi apreciado e rejeitado pelo Plenário por ampla votação com poucas abstenções. No Grupo 1 foi aprovado integralmente e com modificação nos 3, 4, 5, 6, 10. No Grupo 3 (26/0/0) o texto foi substituído para 28. Fomentar a realização de debates no interior das IEES/IMES, convidando os Comitês Estaduais e Municipais de Educação, sobre o Movimento Escola Sem Partido, Questões de Gênero e a Reforma do Ensino Médio (MP 746 e PLV 34/16 em articulação com O GTPE e o GTPCEGDS nacional e os GTs locais; no Grupo 4 (23/0/0) modificou-se para 28. Fomentar a realização de debates no interior das IEES/IMES, convidando os Comitês Estaduais e Municipais de Educação, em defesa da Escola sem Mordaca, incluindo Questões de Gênero, proteção de minorias e a Reforma do Ensino Médio (MP 746 e PLV 34/16) em articulação com o GTPE e o GTPCEGDS nacional e os GTs locais; o Grupo 5 (25/0/1) aprovou como texto 28. Fomentar a realização de debates no interior das IEES/IMES, convidando os Comitês Estaduais e Municipais de Educação, sobre o Movimento Escola Sem Partido, Questões de Gênero e a Reforma do Ensino Médio (MP 746 e PLV 34/16) em articulação com o GTPE e o GTPCEGDS nacional e os GTs locais. No Grupo 6 (25/0/1) aprovou-se a modificação 28. Fomentar a realização de debates no interior das IEES/IMES, convidando os Comitês Estaduais e Municipais de Educação, sobre o Movimento Escola Sem Partido, Questões de Gênero e a Reforma do Ensino Médio (MP 746 e PLV 34/16) em articulação com o GTPE e o GTPCEGDS nacional e os GTs locais; O Grupo 10 (22/0/1) o substituiu por 28. Fomentar a realização de debates no interior das IEES/IMES, convidando os Comitês Estaduais e Municipais de Educação, sobre o Movimento Escola Sem Partido, Questões de Gênero e a Reforma do Ensino Médio (MP 746 e PLV 34/16) em articulação com o GTPE e o GTPCEGDS nacional e os GTs locais. A Mesa apresentou como consolidação o texto 28 *Fomentar a realização de debates no interior das IEES/IMES, convidando os Comitês Estaduais e Municipais de Educação, em defesa da Escola sem Mordaca, incluindo o movimento escola sem partido, questões de Gênero, proteção de minorias e a Reforma do Ensino Médio (MP*

746 e PLV 34/16) em articulação com o GTPE e o GTPCEGDS nacional e os GTs locais. Ocorreu debate no Plenário em seguida foi consolidada como proposta Fomentar a realização de debates no interior das IEES/IMES, convidando os Comitês Estaduais e Municipais de Educação pública, frente estadual Escola sem Mordada, onde existir, para debater, questões de gênero, proteção de minorias e a Reforma do Ensino Médio (MP 746 e PLV 34/16) em articulação com o GTPE e o GTPCEGDS nacional e os GTs locais. Esta consolidação foi aprovada no Plenário por ampla maioria. No item **29. Intensificar nas IEES/IMES as lutas contra o Movimento Escola Sem Partido e todos os PL que estão sendo apresentados nos estados e municípios,** a situação nos grupos foi a seguinte: aprovado integralmente no 3, com modificação nos 1 e 4, 5, 6, 10 e supressão no 2. Abriu-se o debate sobre a supressão do item, após a votação, sem prejuízo de modificação, foi mantido por ampla maioria com algumas abstenções. Nos grupos 1 (21/0/4), 5 (20/0/1), 6 (25/0/2) e 10 (23/0/1) votou-se a modificação 29. Intensificar nas IEES/IMES as lutas contra o Movimento Escola Sem Partido e todos os PL que estão sendo apresentados nos estados e municípios, *em articulação com o GTPE e os GTs locais;* o Grupo 4 (23/0/0) alterou para 29. Intensificar nas IEES/IMES as lutas contra o "Movimento Escola Sem Partido" e todos os PL e legislações correlatas que estão sendo apresentados nos estados e municípios, *em articulação com os GTPE nacional e locais.* A Mesa apresentou a seguinte consolidação: 29. *Intensificar nas IEES/IMES em articulação com os GTPE nacional e locais, as lutas contra o "Movimento Escola Sem Partido" e todos os PL e legislações correlatas que estão sendo apresentados nos estados e municípios.* Aberto o debate o Plenário consolidou a seguinte proposta 29. Intensificar, em articulação com os GTPE nacional e locais, as lutas contra o "Movimento Escola Sem Partido" e todos os PL e legislações correlatas que estão sendo apresentadas nos estados e municípios que foi aprovada por ampla maioria a consolidação com poucas abstenções. Sobre o item **30. Fortalecer a participação das seções sindicais e das secretarias regionais do ANDES-SN nas Frentes estaduais e municipais Escola sem Mordada** registrou-se a seguinte situação nos grupos: aprovado com modificação nos 1, 4, 5, 6, 10 e supressão no 2. A manutenção do item foi aprovada, sem prejuízo de modificação, por ampla maioria com poucas abstenções. A modificação proposta pelos grupos 1 (21/0/5), 4 (23/0/0), 5 (24/0/0), 6 (25/1/1) e 10 (21/0/0) foi a seguinte 30. Fortalecer a participação das seções sindicais e das secretarias regionais do ANDES-SN nas Frentes estaduais e municipais Escola sem Mordada *em articulação com o GTPE e os GTs locais.* Como consolidação a Mesa apresentou a seguinte redação 30. *Fortalecer a participação das seções sindicais e das secretarias regionais do ANDES-SN nas Frentes estaduais e municipais Escola sem Mordada em articulação com os GTPE nacional e locais,* a qual foi derrotada na votação em Plenário, mantendo-se o texto original, aprovado por ampla maioria e com poucas abstenções. Em seguida apreciou-se a **Inclusão de Novos Itens.** O Grupo 9: (21-0-2) propôs a seguinte inclusão 1- Organizar caravana de apoio às universidades estaduais fluminenses no dia paralisação nacional em defesa da educação organizada pelo ANDES-SN para lutar contra o seu sucateamento, entendendo que neste momento o Rio de Janeiro representa um balão de ensaio das propostas de ataques ao serviço público em geral e à educação da pública em particular no Brasil. Durante o debate sobre a inclusão da proposta foi apresentada a proposta de alteração do cronograma do Congresso, com o adiamento de seu término às 6h do dia 29 de janeiro de 2017, a qual foi aprovada por ampla maioria, com poucas abstenções. Retomou-se o debate sobre a organização da luta da UERJ com a apresentação de proposta consolidada em 4 itens com a seguinte redação: 31. Que o Andes-SN articule um Ato Nacional na data da votação do ajuste fiscal no Rio de Janeiro, com a utilização do

fundo único, convocando todas as seções sindicais e movimentos sociais para esta luta que representa um modelo das propostas de ataque ao serviço público em geral, e à educação em particular em curso no Brasil. 2. Ampliar a exposição pública de deputados estaduais que votaram pela aprovação do “Pacote de maldades / pacote de medidas de ajuste fiscal”; 3. Indicar que as seções sindicais discutam a possibilidade de contribuir solidariamente com recursos financeiros para a manutenção da estrutura das seções sindicais das universidades estaduais do rio de Janeiro e suas lutas. 4) Que a Secretaria Regional do Rio de Janeiro, com as seções sindicais das universidades estaduais do Rio de Janeiro, discutam um projeto de um “Fundo de Apoio aos Docentes das Entidades Estaduais do Rio de Janeiro” para receber contribuições de entidades, Seções Sindicais, professores e movimentos. Abriu-se um debate sobre o tema, em seguida votou-se a inclusão dos itens que por ampla maioria com poucas abstenções foram incluídos. O Grupo 10 (22/3/0) propôs a seguinte inclusão 2- Que o ANDES-SN e as diretorias regionais articulem caravana de luta pelas universidades estaduais do RJ que estão sob ameaça avançada de fechamento no dia de paralisação nacional em defesa da educação pública. A inclusão do Grupo 11 (23/0/1) 3. *Organizar seminário sobre a situação das IEES/IMES no dia de paralisação nacional em defesa da educação pública a ser realizado na UERJ com ato público em apoio às universidades estaduais Fluminenses e das demais universidades estaduais do país, entendendo que, neste momento, o Rio de Janeiro representa o balão de ensaio dos ataques ao serviço público em geral e à educação pública, em particular, no Brasil,* assim como a primeira inclusão do Grupo 9 (21/0/2) 4. *Realizar imediatamente uma campanha nacional em Defesa da UERJ que explicita o caráter destruidor e privatizante das universidades estaduais, como resultado das políticas de ajustes implementadas que deve se intensificar agora com a aprovação da EM 95/2016, e da MP 257 e dos acordos de ilegítimo governo Temer com os governos estaduais;* foram consideradas superadas. O Grupo 9 (21/0/2) **5- Realizar, no segundo semestre de 2017, o 15º Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES com o tema a ser definido na reunião do setor, preparatória para o 15º encontro nacional,** a situação nos grupos assim se manifestou: aprovada integralmente nos grupos 2, 4, 5, 6, 7, 10 e com modificação nos 3, 1; a modificação proposta pelos grupos 1 e 3 foi a seguinte 5. *Realizar no segundo semestre de 2017, o 15º Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES,* abriu-se o debate sobre a modificação. Em seguida foi feita a votação que aprovou o texto original por ampla maioria e com poucas abstenções. O Grupo 5 (24/0/1) apresentou como inclusão 6 **Intensa campanha nos estados e municípios denunciando o sucateamento e o projeto privatista de educação por parte dos governos federal, estaduais e municipais.** Após debate votou-se por ampla maioria com algumas abstenções a rejeição do item. O Grupo 2 (24/0/1) apresentou como item de inclusão 7- Que as seções sindicais em articulação com a Auditoria Cidadã da Dívida Pública e outras entidades, analisem e acompanhem o Orçamento Público do seu estado ao longo do tempo, com destaque para a LRF, LDO e LOA, com o objetivo de produzir instrumentos para a luta política local e nacional. Incluir novo item antes do item 14. Votou-se a não inclusão do item por ampla maioria com poucas abstenções. O Grupo: 4 (18/0/1) propôs como inclusão **8. Unificar e intensificar as lutas das IFES, IEES e IMES, a partir da perspectiva de que o projeto de precarização, terceirização, sucateamento e privatização é o mesmo nas três esferas de gestão,** a proposta de inclusão do item foi rejeitada por ampla maioria com poucas abstenções. O Grupo 2 (27/0/0) propôs incluir **9. Construir, em articulação com o setor das IFES e outras entidades sindicais populares e estudantis, um dia nacional de lutas em defesa da universidade pública.** A proposta de inclusão do item foi rejeitada por ampla maioria

com poucas abstenções. O Grupo 2 (26/0/0) propôs ainda como item de inclusão **10. Realizar reunião conjunta dos Setores IEES/IMES/IFES no mês de fevereiro**; a inclusão do item foi aprovada, com modificações, por ampla maioria com poucas abstenções, ficando assim 10. Realizar reunião conjunta dos Setores IEES/IMES/IFES no mês de fevereiro, a depender da avaliação da diretoria. O do Grupo 10 (21/0/0) propôs incluir **11. Incentivar a criação dos GTs temáticos do ANDES-SN nas seções sindicais do setor das IEES/IMES.** O Grupo 2 (8/4/8) **12. Aprovar um plano de luta específico para as estaduais respeitando as particularidades locais e em consonância com o plano geral de lutas do Sindicato Nacional contra a precarização, a defesa da autonomia e os direitos adquiridos, isonomia salarial entre ativos e aposentados e a defesa incondicional do ensino público gratuito e de qualidade;** (21/0/0) **13. Propor à reunião do Setor das Estaduais a luta por legislação específica visando garantia de percentual de arrecadação dos estados para o financiamento das IEES.** O Grupo 10 (21/0/2) **14. Propor seminários e debates sobre assédio e perseguição política no interior das IES com participação das SSind a fim de que os trabalhadores possam reconhecer as diversas situações e formas e denunciar.** O Grupo 11 (24/0/1) **15. Realizar seminários sobre o modelo de desenvolvimento adotado pelos governos estaduais e suas perversas consequências nas áreas de educação, saúde, segurança e meio ambiente.** O Grupo 3 (20/0/0) **16. Agenda entre fevereiro e março tema: barrar a contrarreforma da previdência (PEC 287/2016) a) protocolar a pauta da campanha salarial 2017 no ministério da educação e ministério do planejamento b) exigir reuniões de negociação com o governo federal para a pauta dos docentes federais c) realizar ações nas seções sindicais de debate e enfrentamento a contrarreforma da previdência d) construir ações de combate à contrarreforma da previdência (PEC 287/16) em unidade com os setores da educação e de demais entidades do movimento sindical, social e popular e) realizar campanha para barrar a contrarreforma da previdência (PEC 287/16), elaborando materiais que explicitem o caráter nefasto da contrarreforma e ações de enfrentamento à proposta do governo que pretende destruir a previdência pública calendário de atividades: realizar reunião do setor IFES de 3 a 5 de fevereiro - reunião da coordenação da CSP em São Paulo, 9 de fevereiro - reunião ampliada dos SPF em Brasília - 11 e 12 de março reunião conjunta do setor das IFES e IEES em Brasília. Foi proposta ainda, como recomendação (1) que a diretoria trate, refinando o calendário a ser submetido à Plenária, reunião dos setores para fevereiro, logo após a reunião dos SPF; (2) que a diretoria atente-se ao fato de que o calendário está sendo aprovado no setor das federais, mas envolve as IEES/IMES, também. Rever antes da Plenária; (3) o Grupo 1 aponta a sua disposição de adesão ao dia nacional de paralisação de educação proposto pela CNTE para 15 de março. O Grupo 7 (20/0/0) **17. Que as seções sindicais debatam e lutem em defesa das condições de trabalho dos docentes com deficiência;** votou-se em bloco a não inclusão dos itens 11 a 17 por ampla maioria com poucas abstenções. Em seguida votou-se a e aprovou-se por ampla maioria e poucas abstenções toda a TR 23. Passou-se imediatamente para apreciação do **Plano de Lutas do Setor das IFES contidos na TR 24** – Sobre o TR nos grupos tivemos a seguinte situação: o Grupo 4 (20/0/0) remeteu para a Plenária; os grupos 8 (19/0/0), 9 (22/0/1), 10 (25/0/2) e 11 (26/0/1) aprovaram todo o TR. Na discussão por item do TR 24, **O 36º Congresso do ANDES-SN deliberou: 1. no âmbito dos SPF 1. Dar continuidade a articulação de ações com as entidades da CNESF na perspectiva de sua rearticulação, para fortalecê-la como espaço de luta dos SPF.** A situação nos grupos se manifestou da seguinte forma: aprovado integralmente nos grupos 2, 3, 10 e com a seguinte**

modificação no Grupo 9 (11/8/4), O 36º Congresso do ANDES-SN delibera: No âmbito dos SPF 1. Dar continuidade a articulação de ações com as entidades da CNESF na perspectiva de sua rearticulação, para fortalecê-la como espaço de luta dos SPF, *favorecendo a combinação da luta específica como combate ao governo ilegítimo de Temer*. Aprovou-se o texto original, contra a modificação do item por ampla maioria com poucas abstenções. No item **2. Intensificar as ações de servidores públicos federais, estaduais e municipais com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir fóruns de atuação contra a PEC 55/2016, e suas consequências, bem como a contrarreforma da previdência e trabalhista**. Houve proposta de modificação nos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11. O Grupo 1 (18/0/4) propôs como alteração o texto 2. Intensificar as ações de servidores públicos federais, estaduais e municipais com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir fóruns de atuação *para desencadear a luta pela revogação da EC 95/2016 e ao mesmo tempo lutar contra seus desdobramentos*. O Grupo 1 ainda apresentou a seguinte sugestão: *os itens 2 e 3 foram aprovados para serem considerados no setor da IEES/IMES*; o Grupo 2 (18/0/3) apresentou como texto modificado 2. Intensificar as ações de servidores públicos federais, estaduais e municipais com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir fóruns pela revogação da emenda constitucional 95/2016, e suas consequências, bem como a contrarreforma da previdência e trabalhista; o Grupo 3 (16/0/2) substituiu por 2. Intensificar as ações de servidores públicos federais, estaduais e municipais com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir, *fóruns pela revogação da emenda constitucional 95/2016* e suas consequências, bem como a contrarreforma da previdência e trabalhista; no Grupo 4 (20/0/0) propôs-se como modificação 2. Intensificar as ações de servidores públicos federais, estaduais e municipais com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir fóruns *pela revogação da emenda constitucional 95/2016*, e suas consequências, bem como a contrarreforma da previdência e trabalhista; o Grupo 5 (20/1/1) alterou o texto para 2. Intensificar as ações de servidores públicos federais, estaduais e municipais com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir fóruns de atuação contra a *EC 95/2016*, e suas consequências, bem como a contrarreforma da previdência e trabalhista; o Grupo 7 (20/4/3) substituiu por 2. Intensificar as ações de servidores públicos federais, estaduais e municipais com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir, *fóruns pela revogação da emenda Constitucional 95/2016* e suas consequências, bem como a contrarreforma da previdência e trabalhista; no Grupo 8 (19/0/5) o texto ficou 2. Intensificar as ações de servidores públicos federais, estaduais e municipais com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir fóruns pela revogação da Emenda Constitucional 95/2016, bem como a contrarreforma da previdência e trabalhista, o Grupo 9 (19/0/2) fez a seguinte modificação 2. Intensificar as ações de servidores públicos federais, estaduais e municipais, *através da articulação de seus sindicatos* com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade

de constituir fóruns pela revogação da emenda constitucional 95/2016, e suas consequências, bem como a contrarreforma da previdência e trabalhista; o Grupo 10 (20/0/1) modificou-o para 2. Intensificar as ações de servidores públicos federais, estaduais e municipais com outras organizações, entidades, movimentos *estudiantis*, sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir fóruns de atuação contra a *Emenda Constitucional 95/16 (antiga PEC 55)* e suas consequências, bem como a contrarreforma da previdência e trabalhista; no Grupo 11 (24/1/2) o texto foi modificado para 2. Intensificar as ações de servidores públicos federais, estaduais e municipais com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir fóruns de atuação contra a política de supressão dos direitos dos trabalhadores do governo Temer, e suas consequências como a contrarreforma da previdência a EC 95/2016, a PL 156/2016 (PEC 287/2016) e a flexibilização da CLT (PL 6787/2016). A Mesa apresentou a seguinte consolidação: 2. Intensificar as ações de servidores públicos federais, estaduais e municipais com outras organizações, entidades, movimentos sociais, populares e estudiantis reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir fóruns pela revogação da emenda constitucional 95/2016, e suas consequências, bem como a contrarreforma da previdência (PEC 287/16) e trabalhista (PL 6787/16) do governo Temer. Foi apresentada uma nova consolidação em Plenário 2. Reforçar a articulação classista na base dos servidores públicos federal, estadual e municipal e de outras organizações / entidades movimentos sociais e estudiantis propondo a constituição de Fóruns pela revogação da EC 95/2016 e para barrar a aprovação da PEC 287/2016 (Reforma da Previdência) do PL 67871/2016 (Reforma Trabalhista) e do PLS 204/2016, a qual foi aprovada contra a consolidação do item apresentada pela Mesa, com o voto da ampla maioria e com poucas abstenções. O item **3. Construir, em conjunto com outras entidades dos servidores públicos (federais, estaduais e municipais), campanha nacional em defesa da previdência pública e contra a retirada de direitos previdenciários, anunciadas pelo governo federal com a contrarreforma da Previdência,** foi aprovado integralmente nos grupos 2, 3, 9, 10. Assim, o item foi remetido para aprovação no conjunto do TR. O item **4. Construir a Campanha 2017 dos SPF de forma articulada com o FONASEFE, a partir da definição de eixos, de pauta, de estratégias de ação e de calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos federais;** também foi aprovado integralmente nos grupos 2, 3, 7, 10. O subitem a) **política salarial permanente com correção das distorções e da reposição das perdas inflacionárias;** foi aprovado Integralmente pelos grupos 2 e 10. O subitem b) **data-base 1º de maio;** foi aprovado integralmente nos grupos 1, 2, 4, 10. O subitem c) **direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 OIT;** foi aprovado integralmente pelos grupos 2 e 10. O subitem d) **paridade salarial entre ativos e aposentados;** foi aprovado integralmente pelo Grupo 10. O subitem e) **Isonomia de todos os benefícios entre os poderes;** foi aprovado integralmente nos grupos 2 e 10. O subitem f) **Isonomia salarial entre os poderes;** foi aprovado integralmente nos grupos 2 e 10. Assim, os subitens a, b, c, d, e, f foram remetidos para aprovação no conjunto do TR. O subitem g) **Incorporação de todas as gratificações produtivistas;** foi aprovado integralmente nos grupos 2 e 10 e com a seguinte modificação no 11 g) **Incorporação das gratificações e benefícios;** votou-se a modificação do item contra o texto original, o qual foi aprovado por ampla maioria com poucas abstenções. O subitem h) **barrar a anunciada contrarreforma da Previdência;** foi aprovado com modificação nos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11. Os grupos 1 (17/0/3), 3 (0/0/0), 4 (20/0/0), 5 (18/0/1), 9 (20/0/2), 10

(24/0/1) e 11 (0/0/0), apresentaram a seguinte modificação h) *Lutar contra a aprovação da PEC 287/2016 que instaura a contrarreforma da Previdência*; o Grupo 2 (20/0/0) alterou o texto para h) Lutar contra a aprovação da PEC 287/2016 que aprofunda a contrarreforma da Previdência; o Grupo 7 (20/4/0) modificou-o para h) barrar a contrarreforma da Previdência; o Grupo 8 (22/0/1) substituiu-o por h) Contra a aprovação PEC 285/2016 que aprofunda a contrarreforma da Previdência. A Mesa apresentou como consolidação h) Lutar contra a aprovação da PEC 287/16 que aprofunda a contrarreforma da Previdência; votou-se o texto original, contra a consolidação do item, que foi aprovado por ampla maioria dos votos e poucas abstenções. O subitem i) revogação da FUNPRESP e garantia de aposentadoria integral; foi aprovado integralmente nos grupos 2 e 10, e com a respectiva modificação no 11 (22/0/3) **revogação do FUNPRESP e garantia de aposentadoria pública e integral para todos(as) os (as) trabalhadores(as)**; votou-se o texto original, contra a modificação do item. O texto original foi aprovado por ampla maioria dos votos com poucas abstenções. O subitem j) fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos; foi aprovado integralmente nos grupos 2 e 10. O subitem k) concurso público pelo RJU, ja! foi aprovado integralmente pelos grupos 2 e 10. O item **6. Lutar contra as restrições ao direito de greve dos servidores públicos federais: corte de ponto instaurado pelo STF e a aprovação da PEC 53/2016 que, a pretexto de transformar a educação em serviço essencial, limita ainda mais o direito de greve conquistado pelos servidores públicos**, teve a seguinte situação nos grupos: aprovado integralmente no Grupo 10 (25/0/0), e com modificação nos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8 e 11. Nos grupos 1 (21/0/4), 2 (19/0/0), 5 (20/0/1), 7 (17/0/7) e 11 (0/0/0), o texto foi modificado para 6. Lutar contra aprovação da PEC 53/2016 que, a pretexto de transformar a educação em serviços essencial, limita ainda mais o direito de greve conquistado pelos servidores públicos; no Grupo 3 (19/0/1) o texto foi alterado para 6. Lutar contra as restrições ao direito de greve dos servidores públicos federais: corte de ponto instaurado pelo STF e a aprovação da PEC 53/2016 que, a pretexto de *defender* a educação em serviço essencial, limita ainda mais o direito de greve conquistado pelos servidores públicos; no Grupo 4 (17/0/2) modificou-se para 6. Lutar contra as restrições ao direito de greve dos servidores públicos federais: corte de ponto *decidido* pelo STF e *implementado por Temer*, e a aprovação da PEC 53/2016 que, a pretexto de transformar a educação em serviço essencial, limita ainda mais o direito de greve conquistado pelos servidores públicos; o Grupo 8 (25/0/0) substituiu-o por 6. Lutar contra a aprovação da PEC 53/2016 que, a pretexto de transformar a educação em serviço essencial, limita ainda mais o direito de greve conquistado pelas (os) servidoras (es) públicas (os). A Mesa apresentou como texto consolidado 6. Lutar contra a aprovação da PEC 53/2016 que, a pretexto de transformar a educação em serviço essencial, limita ainda mais o direito de greve conquistado pelas (os) servidoras (es) públicas (os); votou-se o texto original, contra a modificação proposta pela consolidação do item. A proposta original foi mantida por ampla maioria com algumas abstenções. No item **7. Lutar contra a aprovação da PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241) e do PLC 54 (que tramitou na Câmara como PLP 257) que instauram cortes no orçamento da União, estados e municípios, no que se refere a gastos com direitos sociais, sobretudo Educação e saúde públicas**, tivemos a seguinte situação nos grupos: supressão no Grupo 1 (21/0/0) e aprovado com modificação nos grupos 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9 e 10. Votou-se a manutenção do texto original, sem prejuízo de modificação do item, a qual foi aprovada por ampla maioria com poucas abstenções; no Grupo 2 (19/0/0) o texto foi alterado para 7. Lutar pela revogação da Emenda Constitucional 95/2016; o Grupo 3 (20/0/0) modificou-o para 7. Lutar

contra *Emenda Constitucional 95/2016* (que tramitou na Câmara como PEC 241) e do PLC 54 (que tramitou na Câmara como PLP 257) que instauram cortes no orçamento da União, estados e municípios, no que se refere a gastos com direitos sociais, sobretudo educação e saúde públicas. O Grupo 4 (20/0/0) alterou-o para 7. *Lutar pela revogação da emenda constitucional 95/2016* e do PLC 54 (que tramitou na Câmara como PLP 257), que instauram cortes no orçamento da União, estados e municípios, no que se refere a gastos com direitos sociais, sobretudo Educação e saúde públicas; No Grupo 5 ele foi substituído por 7. *Lutar contra a aprovação da E.C. 55/2016 e da Lei Complementar 156/2016* que instauram cortes no orçamento da União, estados e municípios, no que se refere a gastos com direitos sociais, sobretudo Educação e saúde públicas; o Grupo 7 (21/0/4) fez a alteração para 7. *Lutar pela revogação da Emenda Constitucional 95/2016 e da Lei Complementar 156/2016* que instauram cortes no orçamento da União, estados e municípios, no que se refere a gastos com direitos sociais, sobretudo Educação e saúde públicas; no Grupo 8 (23/0/1) o texto foi substituído por 7. *Lutar pela revogação da emenda Constitucional e do PLC 54* (que tramitou na Câmara como PLP 257) que instauram no orçamento da União, estados e municípios, no que se refere a limitação dos gastos com direitos sociais, sobretudo Educação e saúde públicas. O Grupo 9 (21/0/2) fez a seguinte modificação 7. *Lutar pela revogação da Emenda Constitucional 95/2016* (que tramitou na Câmara como PEC 241) e do PLC 54 (que tramitou na Câmara como PLP 257) que instauram cortes no orçamento da União, estados e municípios, no que se refere a gastos com direitos sociais, sobretudo Educação e saúde públicas, a mudança apresentada pelo Grupo 10 (24/0/0) foi 7. *Lutar pela revogação da Emenda Constitucional 95/16 (antiga PEC 55)* (e do PLC 54 (que tramitou na Câmara como PLP 257) que instauram cortes no orçamento da União, estados e municípios, no que se refere a gastos com direitos sociais, sobretudo Educação e saúde públicas. A Mesa apresentou como consolidação: 7. Lutar pela revogação da EC 95/2016 e do PLC 54 que instituem cortes no orçamento da união, estados e municípios, principalmente nos recursos destinados aos direitos sociais como educação e saúde. Votou-se o texto consolidado, com o acréscimo do termo que instituem, modificando o item, o qual foi aprovado por ampla maioria com poucas abstenções. No tópico **B - Pauta Específica do Setor, Estratégia Geral**, item **1. Articular as lutas do setor em defesa do caráter público, gratuito, e de qualidade das IFE e de garantia da função social das IFE em prol da classe trabalhadora**, manifestou-se a seguinte situação nos grupos: aprovado integralmente nos 2 e 10, e com a seguinte modificação no 11 (23/0/1) B - Quanto à Pauta Específica e Agenda do Setor Estratégia Geral 1. Articular as lutas do setor em defesa do caráter público, gratuito, laico, democrático, autônomo e de qualidade das IFE e da garantia de sua função social em prol da classe trabalhadora; que também se traduza na ampliação do acesso e garantia da permanência de estudantes oriundos de escolas públicas. Abriu-se o debate sobre a modificação, em seguida votou-se o texto original, contra a proposta de modificação consolidada do item, 1. Articular as lutas do setor em defesa do caráter público, gratuito, laico, democrático, autônomo e de qualidade das IFE e de garantia da função social das IFE em prol da classe trabalhadora, a qual foi aprovada por ampla maioria dos votos com poucas abstenções. No item **2. Intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial de ativos e aposentados, pela defesa da Dedicção Exclusiva como regime preferencial, por melhoria das condições de trabalho e autonomia das IFE, tendo como referência a pauta do setor e o projeto de carreira única, aprovado no 30º Congresso**, tivemos a seguinte situação nos grupos: aprovado integralmente pelos grupos 2, 3 e 10, e aprovado no Grupo 7 (16/10/0) com a seguinte modificação 2. Intensificar a luta pela

reestruturação da carreira docente, corrigindo as distorções atuais, por valorização salarial de ativos e aposentados, pela defesa intransigente de Dedicção Exclusiva como regime prioritário, por melhoria das condições de trabalho e autonomia das IFES, tendo como referência a pauta do setor e o projeto de carreira única, aprovado no 30º Congresso. Após debate votou-se o texto original, contra a alterações apresentada em Plenária, 2. Intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial de ativos e aposentados, pela defesa da Dedicção Exclusiva como regime preferencialmente, por melhoria das condições de trabalho e autonomia das IFE, tendo como referência a pauta do setor e o projeto de carreira única, aprovado no 30º Congresso, a qual foi aprovada, por ampla maioria de votos e poucas abstenções. O Grupo 9 (25/0/0) apresentou a inclusão de novo item **3. Denunciar o corte de 45% na rubrica 'custeio' dos orçamentos das universidades e institutos federais para o ano de 2017, destacando que este é o ano base para o congelamento do orçamento durante os próximos 20 anos (efeito da EC 95/2016).** Votou-se a inclusão a qual foi aprovada por ampla maioria com poucas abstenções, sendo renumerada na questão da infraestrutura. No tópico Iniciativas e Ações, no item **1- Cargos/vagas: cobrar do MEC/MPOG a ampliação do quadro efetivo de servidores (docentes e técnicos-administrativos em Educação) e de abertura de concursos públicos que estão suspensos, em número correspondente às necessidades na perspectiva da conquista do padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação das informações relativas ao número de docentes efetivos, substitutos e temporários, e a política de utilização das vagas e critérios de alocação.** A situação nos grupos foi aprovado com modificação nos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11. No Grupo 1 (20/0/5) foi substituído por Iniciativas e Ações 1. Intensificar a luta junto ao MEC/MPOG pela ampliação de vagas docentes nas IFE, preferencialmente em regime de, tanto no MS e EBTT com imediata abertura de concurso, em número correspondente às demandas para a instalação do padrão unitário de qualidade. Nos grupos 2 (20/0/0), 3 (20/0/0), 4 (20/0/0), 5 (9/10/3), 7 (20/0/2), 8 (26/0/0), 9 (23/0/2), 10 (24/0/1) e 11 (24/0/0), modificou-se para Iniciativas e Ações 1. Cargos/vagas: cobrar do MEC/MPOG a ampliação do quadro efetivo de servidores (docentes e técnicos-administrativos em Educação) e de abertura de concursos públicos que estão suspensos, em número correspondente às necessidades na perspectiva da conquista do padrão unitário de qualidade. Intensificar a luta pela ampliação de vagas nas IFES em regime de DE, tanto no MS quanto na EBTT. Cobrar transparência e divulgação das informações relativas ao número de docentes efetivos, substitutos e temporários, e a política de utilização das vagas e critérios de alocação. Posição minoritária do Grupo 5: cobrar do MEC/MPOG a ampliação do quadro efetivo de servidores (docentes e técnicos-administrativos em Educação) e de abertura de concursos públicos que estão suspensos, em número correspondente às necessidades na perspectiva da conquista do padrão unitário de qualidade. Lutar pela efetivação imediata dos funcionários terceirizados. Cobrar transparência e divulgação das informações relativas ao número de docentes efetivos, substitutos e temporários, e a política de utilização das vagas e critérios de alocação. Proposta de consolidação apresentada pela Mesa: Iniciativas e Ações 1. Cargos/vagas: cobrar do MEC/MPOG a ampliação do quadro efetivo de servidores (docentes e técnicos-administrativos em Educação) e de abertura de concursos públicos que estão suspensos, em número correspondente às necessidades na perspectiva da conquista do padrão unitário de qualidade. Intensificar a luta pela ampliação de vagas nas IES em regime de DE, tanto no MS quanto na EBTT. Cobrar transparência e divulgação das informações relativas ao número de docentes efetivos, substitutos e temporários, e a política de utilização das vagas e critérios de alocação. Foi feita nova consolidação no

Plenário 1. Cargos/vagas: cobrar do MEC/MPOG a ampliação do quadro efetivo de servidores (docentes e técnicos-administrativos em educação) e de abertura de concursos públicos que estão suspensos, em número correspondente às necessidades na perspectiva da conquista do padrão unitário de qualidade. Intensificar a luta pela ampliação de vagas nas IES em regime de DE, tanto no MS quanto na EBTT. Cobrar transparência e divulgação das informações relativas ao número de docentes efetivos, substitutos e temporários, e a política de utilização das vagas e critérios de alocação, além de previsão de aposentadorias. Votou-se, primeiramente, o item original contra a consolidação modificada, aprovando-a por ampla maioria; em seguida, voltou-se a contra a modificação minoritária, *cobrar do MEC/MPOG a ampliação do quadro efetivo de servidores (docentes e técnicos-administrativos em Educação) e de abertura de concursos públicos que estão suspensos, em número correspondente às necessidades na perspectiva da conquista do padrão unitário de qualidade. Lutar pela efetivação imediata dos funcionários terceirizados. Cobrar transparência e divulgação das informações relativas ao número de docentes efetivos, substitutos e temporários, e a política de utilização das vagas e critérios de alocação,* foi aprovado o consolidado com modificações por ampla maioria com poucas abstenções. No item 2. **Infraestrutura e orçamento: intensificar a luta por ampliação do orçamento público para as IFE; cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, com vistas a verificar adequações técnicas e de custos e de prazos. Cobrar das reitorias informações a respeito das obras e do orçamento federal para as IFES (previsto e executado), distinguindo verbas de pessoal, custeio, investimento e HUs, incluindo os recursos do acesso e a permanência estudantil;** tivemos a seguinte situação nos grupos: aprovada integralmente nos grupos 3 e 10, e com modificação nos 2 e 11. No Grupo 2 (17/0/0) a modificação foi 2. **Infraestrutura e orçamento: intensificar a luta por ampliação do orçamento público para as IFE; cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, com vistas a verificar adequações técnicas e de custos e prazos. Cobrar das reitorias informações a respeito das obras e do orçamento federal para as IFES (previsto e executado), distinguindo verbas de pessoal, custeio, investimento e HUs, incluindo os recursos do acesso e a permanência estudantil. Cobrar das reitorias garantia da acessibilidade nos campus das IFES para a comunidade acadêmica, nos termos da NBR9050.** No Grupo 11 (26/0/1) aprovou-se a modificação 2. **Infraestrutura e orçamento: intensificar a luta por ampliação do orçamento público para as IFE; cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, com vistas a verificar adequações técnicas e de custos e prazos. Cobrar das reitorias informações a respeito das obras e do orçamento federal para as IFES (previsto e executado), distinguindo verbas de pessoal, custeio, investimento e HUs, incluindo os recursos do acesso e a permanência estudantil, por meio da constituição de comissões locais de acompanhamento da execução orçamentária com reuniões periódicas.** Votou-se a modificação, com a inclusão de *nos termos da NBR9050* a qual foi aprovada por ampla maioria com poucas abstenções, assim ficando a redação final: 2. **Infraestrutura e orçamento: intensificar a luta por ampliação do orçamento público para as IFE; cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, com vistas a verificar adequações técnicas e de custos e prazos. Cobrar das reitorias informações a respeito das obras e do orçamento federal para as IFES (previsto e executado), distinguindo verbas de pessoal, custeio, investimento e HUs, incluindo os recursos do acesso e a permanência estudantil. Cobrar das reitorias garantia da acessibilidade nos campus das IFES para a comunidade acadêmica, nos termos da NBR 9050.** No item 3. **Democracia: denunciar os ataques à autonomia das IFE e as arbitrariedades praticadas pelo poder judiciário e legislativo, assim como de dirigentes; a inversão do sentido das**

decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos; a adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC; a criminalização/punição do direito de divergir, bem como as atitudes autoritárias de reitores que estabelecem acordos com o governo à revelia da comunidade universitária, tais como as resoluções de promoção/progressão/RSC, instalação de ponto e controle da atividade docente, processos estatuintes e contratualização com a EBSEH. Além disso, pressionar as reitorias para não enviar listas de docentes e técnicos administrativos em educação grevistas, ou mesmo estudantes ocupantes ao MEC, bem como quaisquer informações que possam criminalizar as categorias em luta, tivemos a seguinte situação nos grupos: aprovado integralmente nos 2, 3, 10 e com modificação nos grupos 1 e 11. No Grupo 1 (23/0/2) votou-se a substituição do item por 3. Democracia: denunciar: (a) os ataques à autonomia das IFE e as arbitrariedades praticadas pelo poder judiciário e legislativo, assim como de dirigentes; (b) a inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos; (c) a adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC; (d) a criminalização/punição do direito de divergir, bem como as atitudes autoritárias de reitores que estabelecem acordos com o governo à revelia da comunidade universitária; (e) as atitudes autoritárias no âmbito das IFE, por ações dos dirigentes, como resoluções de promoção/progressão RSC; instalação de mecanismo de controle do trabalho docente, contratualização EBSEH. 4 (f). Atual para que não haja criminalização dos trabalhadores das IFE (TAE E DOCENTES) estudantes em luta, seja com graves ou ocupações; o Grupo 11 (26/0/1) propôs a seguinte modificação 3. *Democracia e Autonomia: 3.1. Denunciar os ataques à autonomia das IFE e as arbitrariedades praticadas pelo poder judiciário, legislativo e executivo, assim como de dirigentes; a inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos; a adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC; a criminalização/punição do direito de divergir, bem como as atitudes autoritárias de reitores que estabelecem acordos com o governo à revelia da comunidade universitária, tais como as resoluções de promoção/progressão/RSC, instalação de ponto e controle da atividade docente e contratualização com a EBSEH; 3.2. Defender processos que aprofundem a democratização das IFE que na radicalidade dos processos estatuintes quer, na garantia de eleições e composições dos conselhos fundadas no princípio, no mínimo, paritária entre trabalhadores e estudantes, bem como o fim da lista tríplice; 3.3 Pressionar as reitorias para não enviar listas de docentes e técnicos administrativos em educação grevistas, ou mesmo estudantes ocupantes ao MEC, bem como quaisquer informações que possam criminalizar as categorias em luta; o Plenário apresentou como consolidação o texto 3. Democracia e autonomia: 3.1 denunciar os ataques à autonomia das IFE e as arbitrariedades praticadas pelo poder judiciário e legislativo, assim como de dirigentes; a inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos; a adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC; a criminalização/punição do direito de divergir, bem como as atitudes autoritárias de reitores que estabelecem acordos com o governo à revelia da comunidade universitária, tais como as resoluções de promoção/progressão/RSC, instalação de ponto e controle da atividade docente, processos estatuintes e contratualização com a EBSEH. 3.2 Além disso, pressionar as reitorias para não enviar listas de docentes e técnicos administrativos em educação grevistas, ou mesmo estudantes ocupantes ao MEC, bem como quaisquer informações que possam criminalizar as categorias em luta. Aprovou-se a consolidação do Plenário por ampla maioria com poucas abstenções. No item 4. Criar comitês locais em defesa das ocupações das escolas, Instituições de Ensino Superior, incluindo os Institutos*

Federais, CEFETS e Universidades em articulação com os movimentos sociais e outros segmentos, a situação nos grupos foi a seguinte: aprovado com modificação nos 3, 4 e 8, e supressão do item nos grupos 1 (23/0/3), 2 (20/0/08), 9 (14/4/5), 10 (13/9/2) e 11 (26/0/02). A modificação feita pelo Grupo 3 (16/0/3) foi a seguinte 4. *Apoiar as iniciativas de constituição de comitês locais em defesa das ocupações das escolas, Instituições de Ensino Superior, incluindo os Institutos Federais, CEFETS e Universidades em articulação com os movimentos sociais e outros segmentos em prol da educação públicas, gratuita e de qualidade, e dos direitos dos trabalhadores/as e contra opressões*; no Grupo 4 (20/0/0) alterou-se para 4. *Fortalecer e apoiar os movimentos em defesa das ocupações das escolas, Instituições de Ensino Superior, incluindo os Institutos Federais, CEFETS e Universidades, que ainda estejam ativas, e outras que se instalem*, em articulação com os movimentos sociais e outros segmentos; o Grupo: 8 (23/0/1) substituiu o item por 4. Criar iniciativas em defesa e apoio de ocupações estudantis em escolas, Instituições de Ensino Superior, incluindo os Institutos Federais, CEFETS e Universidades em articulação com os movimentos sociais e outros segmentos. Foi aprovada a supressão do item por ampla maioria com algumas abstenções. No item **5. Ampliar a exposição pública dos deputados(as) e senadores(as) que votaram pela aprovação da PEC 241/2016 (atual PEC 55/2016)**, a situação nos grupos foi aprovado com modificação nos 4, 5, 8 e 11 e supressão do item nos grupos 1(23/0/3), 2(17/0/0), 9(10/0/4), 10 (19/0/2); no Grupo 4 (17/0/1) modificou-se para 5. *Continuar a exposição pública dos deputados(as) e senadores(as) que votaram pela aprovação da EC 95/2016 (antiga PEC 241/2016)*; no Grupo: 5 (20/0/1) deu-se a alteração 5. Ampliar a exposição pública dos deputados(as) e senadores(as) que votaram pela aprovação da *E.C. 95/2016*; o Grupo 8 (21/0/0) alterou o texto para **5. Ampliar a exposição pública dos deputadas(os) e senadoras (es) que votaram/votarem em projetos que retiram direitos das/dos trabalhadoras (es), como a EC 95/2017, (antiga PEC 241/2016) e contrarreformas Previdenciária (PEC 287/2016) a e Trabalhista (PL 67871/2016), caracterizando-as(os) como inimigas (os) da classe trabalhadora**; no Grupo 11 (26/0/1) o texto foi modificado para 5. Ampliar a exposição pública dos deputados(as) e senadores(as) que votaram pela aprovação da EC 95/2016. Fazer encarte e cartazes com a indicação: "Traidores(as) da classe trabalhadora, da Constituição e da Democracia". (Enviar para todas as instituições públicas de ensino.) Após esclarecimento foi votado a manutenção ou supressão do item, passada a manutenção, foi aprovado o item de acordo com a proposta do Grupo 8 por ampla maioria dos votos, com algumas abstenções. No item **6. Participar das Frentes em defesa da Escola sem Mordça nos Estados e reforçar a luta onde ainda não houver**, a situação nos grupos foi aprovado integralmente nos 2, 9 e 10 e com modificações nos grupos 1, 4 e 7, no Grupo 3 o item foi suprimido. A modificação do Grupo 1 (21/0/4) foi 6. Participar e/ou criar/construir Frentes em defesa da Escola sem Mordça nos Estados e reforçar a luta onde ainda não houver; o Grupo 4 (20/0/0) alterou para 6. Participar das Frentes em defesa da Escola sem Mordça nos Estados e **construir** a luta onde ainda não houver; no Grupo 7 (14/4/1) foi alterado para 6. Participar das Frentes em defesa da Escola sem Mordça e frentes contra a Reforma do Ensino Médio e em defesa da educação pública nos Estados e contribuir para construir a luta onde ainda não houver. O Plenário compreendeu que o item estava superado por outras votações. No tópico Carreira e Salário, o item **1- Continuar desenvolvendo ações políticas, administrativas e judiciais para garantia das progressões, promoções, RSC e reposicionamento na carreira com efeitos administrativos e financeiros a partir da data de cumprimento do interstício e aquisição do direito de defesa de dissertação e de tese**, a situação nos grupos ficou assim: aprovado

integralmente no 2 (19/0/0), 3(0/0/0) e 10(25/0/0), aprovado no 11 com a seguinte modificação 11 (26/0/1), Carreira e Salário 1. **Garantir as condições de afastamento de docentes do EBTT para mestrado e doutorado, assegurando a contratação de professores substitutos como ocorre no MS.** Continuar desenvolvendo ações políticas, administrativas e judiciais para garantia das progressões, promoções, RSC e reposicionamento na carreira com efeitos administrativos e financeiros a partir da data de cumprimento do interstício e aquisição do direito de defesa de dissertação e de tese. Votou-se o item original contra o item modificado, acrescentado pela seguinte alteração do Plenário, Carreira e Salário 1. Continuar desenvolvendo ações políticas, administrativas e judiciais para garantia das progressões, promoções, RSC e reposicionamento na carreira com efeitos administrativos e financeiros a partir da data de cumprimento do interstício e aquisição do direito de defesa de dissertação e de tese. Lutar pela garantia de afastamento de docentes das carreiras MS e EBTT para mestrado e doutorado assegurando a contratação de professores substitutos. Votou-se o texto original contra o texto modificado, acrescentado por outras alterações do Plenário, sendo aprovado o modificado por ampla maioria com poucas abstenções. No item 2. **Ter, por meio das seções sindicais, como referência a concepção do ANDES-SN para a discussão e implementação da carreira docente nas IFE, destacando os princípios estabelecidos no art. 14, do projeto de carreira, que defende a valorização, de forma equilibrada, do tempo de serviço, da formação continuada e da avaliação do plano de trabalho aprovado na unidade acadêmica de lotação de cada docente,** tivemos a aprovação integral nos grupos 2 (19/0/0), 3 (0/0/0) e 10 (25/0/0), assim o item foi remetido para aprovação no conjunto do TR. No item 3. **Enfatizar, por meio das seções sindicais, a discussão sobre o desenvolvimento da carreira EBTT, o direito à qualificação dos professores, negligenciado pelo RSC,** tivemos a seguinte situação nos grupos: aprovação integral no 3 e com modificação nos grupos 1, 2, 7, 9, 10 e 11. Os grupos 1 (20/0/2), 2 (17/0/0), 7 (7/4/7), 9 (16/0/1), 10 (22/0/0) e 11 (23/0/1) o modificaram modificou-se para 3. **Enfatizar, por meio das seções sindicais, a discussão sobre o desenvolvimento da carreira EBTT, o direito à qualificação dos professores, negligenciado pelo RSC, utilizando a cartilha "as políticas de desmonte da educação pública".** A mesa consolidou o texto 3. Enfatizar, por meio das seções sindicais, a discussão sobre o desenvolvimento da carreira EBTT, o direito à qualificação dos professores, negligenciado pelo RSC, utilizando a cartilha "As políticas de desmonte da educação", a qual foi aprovada por ampla maioria com poucas abstenções. No item 4. **Construir e divulgar um InformANDES Especial acerca da Lei nº 13.325/2016 e seus impactos para a carreira dos docentes federais,** tivemos a seguinte situação: aprovado integralmente nos grupos 2 (19/0/0), 3 (0/0/0) e 10 (25/0/0) e modificado no Grupo 8 (21/0/0) para: 4. Elaborar e divulgar um InformANDES Especial acerca da Lei nº 13.243/2016 (Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação) e seus impactos para a carreira dos docentes federais. A modificação foi aprovada por ampla maioria de votos com algumas abstenções. O item 5. **Aprofundar, no âmbito das seções sindicais, o debate sobre a Lei nº 13.325/2016 que precariza a manutenção da Dedicção Exclusiva ao consolidar um achatamento da malha salarial entre os diferentes regimes de trabalho,** foi aprovado integralmente: Grupo: 2 (19/0/0), 3 (0/0/0), e 10 (25/0/0). Assim, o item foi remetido para aprovação no conjunto do TR. O item 6. **Denunciar e dar visibilidade às perdas que as mudanças na carreira docente têm imposto aos professores aposentados, exigindo o reenquadramento na posição relativa ao topo quando do estabelecimento de novas carreiras,** foi aprovado integralmente nos grupos 2(19/0/0), 3 (0/0/0) e 10 (25/0/0). Assim, item foi remetido

para aprovação no conjunto do TR. O item **7. Combater à utilização de critérios produtivistas, a exemplo do Qualis da Capes, que induzem à competição na avaliação do trabalho e desenvolvimento da carreira docente**, teve a seguinte situação nos grupos: aprovado integralmente no 3 (0/0/0) e 10 (25/0/0), com modificação no 2, 7 e 9 e foi suprimido no Grupo 1 (18/0/6). Nos grupos 2 (17/0/0), 7 (21/0/2), 9 (14/0/4) foi modificado suprimindo a expressão “a exemplo do Qualis da Capes”. 7. Combater a utilização de critérios produtivistas, que induzem à competição na avaliação do trabalho e desenvolvimento da carreira docente. Votou-se a manutenção do texto, sem prejuízo de modificação, e depois aprovou-se a modificação, por ampla maioria com poucas abstenções a modificação foi aprovada. O Grupo 9 (14/0/4) propôs a inclusão de novo Item 8. Intensificar o debate e a luta nas IFEs contra as consequências da EMC 95/2016 e da Lei 13.243/16 (Código Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação), mostrando os impactos da carreira, como progressões, promoções, dedicação exclusiva e nas condições de trabalho, a qual foi aprovada a inclusão por ampla maioria com poucas abstenções. No tópico Precarização das Condições de Trabalho e Funpresp, no item **1. Intensificar a luta para que os sistemas de operacionalização acadêmica não sejam utilizados como ferramenta de vigilância, controle e subnotificação do trabalho nas IFE**, tivemos aprovação integral nos grupos 2 (19/0/0), 3 (0/0/0) e 10 (25/0/0), assim, foi remetido para aprovação no conjunto do TR. No item **2. Realizar levantamento em cada IFE, sobre o impacto da suspensão do abono permanência e suspensão de concurso público, utilizando-o como ferramenta de denúncia no interior e fora das IFE e de mobilização da categoria em busca de melhores condições de trabalho e de luta contra a aprovação da PEC139/15**, tivemos a seguinte situação nos grupos: aprovado integralmente nos grupos 2 (19/0/0), 3 (0/0/0) e 10(25/0/0), e no Grupo 11 (23/0/2) 11 2. Realizar levantamento em cada IFE, IEE e IME sobre o impacto da suspensão do abono permanência e suspensão de concurso público, utilizando-o como ferramenta de denúncia no interior e fora das IFE e de mobilização da categoria em busca de melhores condições de trabalho e de luta contra a aprovação da PEC139/15, a qual foi aprovada com por ampla maioria com poucas abstenções. No item **3. Intensificar as ações conjuntas com os trabalhadores da educação e com os estudantes, nacionalmente e nos estados, na perspectiva de ampla mobilização em defesa da educação pública, contra o PLS 782/15, a PEC 395/2014, o Marco Legal da Ciência e Tecnologia (Lei nº 13.243/2015), os cortes orçamentários na educação pública e a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, que atacam o caráter público das IES públicas**, tivemos aprovação integral nos grupos 2 (19/0/0), 3 (0/0/0), 10 (25/0/0). Assim, o item foi remetido para aprovação no conjunto do TR. No item **4. Intensificar o trabalho com os docentes para esclarecimento e divulgação dos efeitos nefastos que a Funpresp representa, denunciando a obrigatoriedade imposta pela lei e indicando a necessidade de intensificar a luta pela revogação da reforma da previdência**, tivemos aprovação integral nos grupos 2 (19/0/0), 3 (0/0/0), 10 (25/0/0). Assim, o item foi remetido para aprovação no conjunto do TR. O Grupo 9 propôs a inclusão de novo Item (20/0/1) 5. Que as seções sindicais debatam e lutem em defesa de condições de trabalho dos docentes com deficiência, como a garantia de acessibilidade pedagógica, comunicacional e arquitetônica para exercerem o seu trabalho, que foi aprovado por ampla maioria e com poucas abstenções. No tópico Ações, o item **1. Reafirmar, em 2017, a pauta do setor aprovada em 2016**, foi aprovado integralmente nos grupos 2 (19/0/0), 3 (0/0/0), 10 (25/0/0). Assim, o item foi remetido para aprovação no conjunto do TR. No item **2. Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a Pauta da Campanha a partir de fevereiro**, tivemos a seguinte situação nos grupos:

aprovado integralmente no Grupo 10, e com modificação nos 1, 2, 3, 7, 9 e 11. Nos grupos 1 (17/0/8), 3 (19/0/0), 7 (21/0/1), 9 (21/0/2) e 11 (25/0/0) foi feita a seguinte alteração 2. Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a Pauta da Campanha do setor da IFES, aprovada no 36º congresso do ANDES a partir de fevereiro; no Grupo 2 (17/0/1) foi substituído por 2. Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a Pauta da Campanha do Setor da IFES, com possibilidade de atualização a serem feitas pela reunião do setor. Aprovou-se a modificação proposta pelo Grupo 2 por ampla maioria de votos e poucas abstenções. No item **3. Exigir reuniões de negociações com o governo federal sobre reestruturação da carreira, condições de trabalho, verbas para as IFE e liberação de vagas para concurso público**, tivemos a aprovação integral nos grupos 2 (19/0/0), 3 (0/0/0) e 10 (25/0/0). Assim, o item foi remetido para aprovação no conjunto do TR. No item **4. Ajustar o cronograma de lutas da Campanha 2017 nas reuniões do Setor das IFE**, tivemos a seguinte situação nos grupos: aprovado integralmente nos 2 (19/0/0), 10 (25/0/0), e supressão no 3 (20/0/0). Aprovou-se a manutenção do item, por ampla maioria com poucas abstenções. No item **5. Aprovar o cronograma da Campanha Específica do Setor em 2017**, a situação nos grupos foi a seguinte: aprovado integralmente nos grupos 7 (21/0/0) e 10 (25/0/0), supressão nos grupos 1 (22- 0-0), 2 (17- 0-0), 3 (20 – 0- 0), 8 (21- 0 – 0), 9 (25-0-0) e 11 (26 – 0-0). Votou-se a supressão do item que foi aprovado ampla maioria e com poucas abstenções. No item **6. Cronograma da Campanha (será apresentado no 36º CONGRESSO)** a situação nos grupos foi aprovado integralmente no Grupo 10 (25/0/0), supressão nos grupos 1 (22- 0-0), 2 (19- 0-0), 3 (20 – 0- 0), 7 (24/0/0), 8 (21- 0 – 0), 9 (25-0-0) e 11 (26 – 0-0). Votou-se a supressão dos itens que foi votado por ampla maioria e com poucas abstenções. Apresentou-se a inclusão de item: Agenda. **Mês de fevereiro e março, Tema: Barrar a contrarreforma da previdência (PEC 287/2016); (a) protocolar a pauta da campanha salarial 2017 no Ministério da Educação e Ministério do Planejamento; (b) exigir reuniões de negociação com o governo federal para a pauta dos docentes federais; (c) realizar ações nas seções sindicais de debate e enfrentamento à contrarreforma da previdência (PEC 287/2016); (d) construir ações de combate à contrarreforma da previdência (PEC 287/2016) em unidade com setores da educação e demais entidades do movimento sindical, social e popular; (e) realizar campanha para barrar a contrarreforma da previdência (PEC 287/2017), elaborando materiais que explicitem o caráter nefasto da contrarreforma e ações de enfrentamento à proposta do governo que pretende destruir a previdência pública. Calendário de Atividades: 03 a 05/02 - Reunião da coordenação do CSP/SP; 09/02 - Reunião ampliada SPF, BSB; 10 e 11/02 - Reunião Conjunta do setor IFE e IEES/IMES, BSB**, a situação nos grupos foi a seguinte: aprovado integralmente nos grupos 2, 7, 8 e 9, e com modificação: 1, 5, 11. No Grupo 1 (22-0-0) foi modificado para Agenda: **Mês de fevereiro e março: Tema: Barrar a contrarreforma da previdência (PEC 287/2016); (a) protocolar a pauta da campanha salarial 2017 no Ministério da Educação e Ministério do Planejamento; (b) exigir reuniões de negociação com o governo federal para a pauta dos docentes federais; (c) realizar ações nas seções sindicais de debate e enfrentamento à contrarreforma da previdência (PEC 287/2016); (d) construir ações de combate à contrarreforma da previdência (PEC 287/2016) em unidade com setores da educação e demais entidades do movimento sindical, social e popular; (e) realizar campanha para barrar a contrarreforma da previdência (PEC 287/2017), elaborando materiais que explicitem o caráter nefasto da contrarreforma e ações de enfrentamento à proposta do governo que pretende destruir a previdência pública. Calendário de atividades: 03 a 05/02 - Reunião da coordenação do CSP/SP; 09/02 - Reunião ampliada SPF, BSB 1 e 11/02 - Reunião**

Conjunta do setor IFE e IEES/IMES, BSB; 15/03 - *Greve da categoria docente da base do ANDES SN (Conjunto com CNTE) - Posição que deve ser levada para os setores dos SPF, em particular para a CSP. Foi apresentada uma agenda consolidada, **Agenda: Mês de fevereiro e março:** Tema: **Barrar a contrarreforma da previdência (PEC 287/2016); (a) protocolar a pauta da campanha salarial 2017 no Ministério da Educação e Ministério do Planejamento; (b) exigir reuniões de negociação com o governo federal para a pauta dos docentes federais; (c) realizar ações nas seções sindicais de debate e enfrentamento à contrarreforma da previdência (PEC 287/2016); (d) construir ações de combate à contrarreforma da previdência (PEC 287/2016) em unidade com setores da educação e demais entidades do movimento sindical, social e popular; (e) realizar campanha para barrar a contrarreforma da previdência (PEC 287/2017), elaborando materiais que explicitem o caráter nefasto da contrarreforma e ações de enfrentamento à proposta do governo que pretende destruir a previdência pública; f) Pressionar as reitorias para não enviar ao MEC listas de docentes e técnicos administrativos) estudantes participantes de ocupações ou outras informações que possam criminalizar membros dos três segmentos** CALENDÁRIO DE ATIVIDADES: 03 a 05/02 - Reunião da coordenação do CSP/SP; 09/02 - Reunião ampliada SPF, BSB; 10 e 11/02 - Reunião Conjunta do setor IFE e IEES/IMES, BSB – Entre fevereiro e março, a depender da Diretoria Reunião conjunta no dia nacional de mobilização e luta contra o desmonte das IEES/IMES, no Rio de Janeiro; 15/03 – Dia Nacional de Greve, Paralisações e mobilizações. A agenda consolidada no Plenário foi aprovada pelo voto de ampla maioria e com algumas abstenções. No relatório consolidado apareceu uma recomendação não identificada; forma blocos de carnaval para denunciar o ajuste fiscal e a reforma da previdência, Bloco de Luta - ajuste fiscal no fiofó dos outros é refresco. O Grupo 5 apresentou a inclusão (16/5/2) de novo item 5. Incluir a letra "F" I: lutar contra a terceirização defendendo a efetivação dos terceirizados democraticamente por meio do concurso público; O Grupo 5 (16/5/2), com o Grupo 11: (26-0-0) votaram a inclusão no calendário de atividades do Indicativo de paralisação nacional apontado pelo CNTE para 15/03/16, que foram aprovadas por ampla maioria do Plenário com algumas abstenções; O Grupo 8 (16/1/4) propôs como inclusão de novo item **Lutar por uma ampla reforma tributária progressiva taxando lucros e dividendos e reduzindo a taxa sobre o consumo**, que foi rejeitado por ampla maioria. O Grupo 8 (18/0/3) propôs ainda a inclusão de outro item **Denunciar o corte de 45% da rubrica "custeio" dos orçamentos das universidades e dos institutos federais para o ano de 2017, destacando que este é o ano base para congelamento do orçamento durante os próximos 20 anos**, o qual foi rejeitado por ampla maioria do Plenário com algumas abstenções. O Grupo 11 (25/0/0) propôs a inclusão de novo item **Construir e fortalecer, em conjunto com outras entidades dos servidores públicos (Federais, Estaduais e Municipais), fóruns estaduais em defesa dos serviços públicos contra a PEC 287/2016**, que foi considerado superado pelo Plenário. O Grupo 8 (11/7/5) propôs a inclusão de novo item **Construir, para a campanha salarial específica das IFES, uma pauta centrada nas reivindicações imediatas, inclusive com índice de aumento de salário e propostas a curto prazo para mudança na carreira no sentido da proposta do Andes (de carreira)**, o qual foi rejeitado por ampla maioria do Plenário com algumas abstenções. O Grupo 8 (20/0/3) propôs incluir o item **Precarização das condições de Trabalho e Funpresp. Que as Seções Sindicais debatam e lutem em defesa de condições de trabalho dos docentes com deficiência, como a garantia de acessibilidade pedagógica comunicacional e arquitetônica para exercerem o seu trabalho**, que foi rejeitado por ampla maioria do Plenário com algumas abstenções. O Grupo: 11 (26/0/1) propôs a inclusão do item **Carreira e Salário 8. Fortalecer a***

Extensão como atividade na avaliação docente de maneira a buscar equilíbrio com a pesquisa, o qual foi rejeitado por ampla maioria do Plenário com algumas abstenções. O Grupo 11 (26/0/1) propôs a inclusão do item **A - no âmbito dos SPF 8. Organizar debates sobre os regimes próprios de previdência nos estados e a introdução dos fundos de pensão como parte da Lei 156/2016 e a nova reestruturação da dívida dos estados, em conjunto com outras entidades dos serviços públicos. 9. Combater o PLS 204/2016, que cria empresa estatal não dependente, visando legalizar o mecanismo de endividamento público, semelhante ao caso da Grécia, que lesa os cofres públicos: como parte da EC 95/16 (PEC 55/16), que congela os investimentos sociais e prioriza ainda mais os gastos financeiros, conforme parágrafo 6º e item "V" da referida PEC**, o qual foi rejeitado por ampla maioria do Plenário com algumas abstenções. O Grupo 8 (11/6/2) propôs incluir o item **Construir a greve do Setor das IFES para barrar as contrarreformas da Previdência e Trabalhista como parte do processo de construção da greve geral**, o qual foi rejeitado por ampla maioria do Plenário com algumas abstenções. O Grupo 2 (18/0/0) propôs a inclusão do item **Carreira e Salário: Intensificar o debate e a luta nas IFE contra as consequências da MC 95/16 e da Lei 13.243/2016 (código nacional de ciência, tecnologia e inovação) mostrando os impactos na carreira, como progressões, promoções, dedicações exclusiva e nas condições de trabalho**, o qual foi rejeitado por ampla maioria do Plenário com algumas abstenções. Em seguida foi votado a aprovação de todo o TR 24, o qual foi aprovado por ampla maioria com poucas abstenções. O TR 45 - Plano de lutas do setor das IFES: banco de professor-equivalente da carreira do magistério superior. **Diante da conjuntura descrita e dos argumentos expostos no texto de apoio, o 36º Congresso do ANDES-SN aprova como item da pauta dos docentes do Setor das IFE, no que diz respeito à carreira: 1. Que seja instituído o banco de professor-equivalente para a carreira do Magistério Superior nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que possuem professores dessa carreira**, foi remetida para discussão em Plenário pelo Grupo 3 (0/0/0), e suprimida pelos grupos 9 (18/0/4) e 10 (18/0/3), por isso o item não foi levado a voto no Plenário. O TR 46 - trabalhador@s terceirizad@s **O 36º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. Que o Setor das Federais faça um mapeamento preliminar da situação d@s trabalhador@s terceirizad@s nas IFEs de sua base para apresentar no 37º Congresso, considerando entre outras questões: (a) compõem a base da FASUBRA, têm sua própria associação, estão sindicalizad@s em outro sindicato? (b) que denúncias há sobre as empresas contratantes? (c) como é elaborado o edital de contratação?** manifestou a seguinte situação nos grupos: aprovado com modificação: 1, 2, 6, 7, 9, 10. Os grupos 1 (22/0/2), 2 (16/0/1), 6 (23/0/1) modificaram para **O 36º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. Que as seções sindicais em articulação com o respectivos sindicatos de técnico-administrativos, movimento estudantil e, onde houver, com a associações de terceirizadas/os, realizem um mapeamento, da situação destas/es trabalhadoras/es em relação as condições de trabalho, contratos e pagamentos de salário nas respectivas IES com objetivo de apresentar 62º CONAD proposta a serem debatidas para o congresso da CSP Conlutas com intuito de aprofundar a luta contra a tercerização junto com outras entidades e movimentos sociais;** o Grupo 7 (23/0/1) substitui o texto por **O 36º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. Que as seções sindicais, em articulação com os respectivos sindicatos de técnicos-administrativos, movimento estudantil e, onde houver, com as associações/sindicatos de terceirizadas/os o Setor das Federais faça realizem um mapeamento preliminar da situação destes/destas d@s trabalhadores/as em relação às condições de trabalho, contratos e pagamentos de salário nas respectivas IES com o**

objetivo de apresentar no 62º CONAD propostas a serem debatidas para o congresso da CSP com o intuito de aprofundar a luta contra a terceirização junto com outras entidades e movimentos sociais. terceirizad@s nas IFEs de sua base para apresentar no 37º Congresso, considerando entre outras questões: (a) compõem a base da FASUBRA, têm sua própria associação, estão sindicalizad@s em outro sindicato? (b) que denúncias há sobre as empresas contratantes? (c) como é elaborado o edital de contratação?; o Grupo 9 (18/0/2) alterou o item por *Que as seções sindicais, em articulação com os respectivos sindicatos de técnicos-administrativos, movimento estudantil e , onde houver com as associações de terceirizados/os, realizem um mapeamento da situação destas/destes trabalhadoras/es em relação às condições de trabalho, contratos e pagamentos de salários nas respectivas IES com o objetivo de apresentar no 62º CONAD propostas a serem debatidas para o Congresso da CSP com o intuito de aprofundar a luta contra a terceirização junto com outras entidades e movimentos sociais.* Obs) O Grupo votou para que essa TR seja encaminhada para o tema II - votação - 18/0/4; o Grupo: 10 (24/0/1) substituiu o item por *Que as SSind, em articulação com os respectivos sindicatos de técnicos administrativos, movimento estudantil, e onde houver, com os terceirizadas/os realizem um mapeamento da situação destas/destes trabalhadoras/es em relação às condições de trabalho, contratos e pagamentos de salário nas respectivas IES com o objetivo de apresentar no 62º CONAD propostas a serem debatidas para o Congresso da CSP com intuito de aprofundar a luta contra a terceirização junto com outras entidades e movimentos sociais;* o Plenário apresentou a seguinte consolidação Que as seções sindicais em articulação com as entidades dos técnicos-administrativos em educação, movimento estudantil e associações ou sindicatos dos trabalhadores terceirizados (onde houver), realizem um mapeamento preliminar da situação desses trabalhadores (as) destacando, entre outras questões, condições de trabalho, contrato de trabalho, salário, problemas no pagamento, denúncias contra empresas contratantes e forma de editais. Envidar esforços para apresentar o resultado desse mapeamento no 62º CONAD, como subsídio de elaboração de ações de denúncias e de enfrentamentos a serem apresentados no próximo Congresso da CSP Conlutas, a qual foi aprovada por maioria com poucas abstenções. O TR 47- **Responder ao estrangulamento das universidades estaduais com a unidade com estudantes, técnicos, funcionalismo e trabalhadores em geral**, foi provado todo no Grupo 4 (17/0/3), rejeitar todo pelo grupo 5 (17/5/4) e 6 (16/6/3) e suprimido no Grupo 10 (21/1/4). Foi encaminhada a proposta de supressão do TR 47, que foi aprovado por ampla maioria e com poucas abstenções. No item **O 36º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. Nas universidades estaduais o movimento docente deve procurar se unificar com a luta de todo o funcionalismo público contra os ataques dos governos**, a situação nos grupos, foi a seguinte: supressão nos 1 (14/3/6), 2 (23/0/0) e 7 (27/0/0), aprovado com modificação nos 3 e 4. No Grupo 3 (27-0-0) a modificação feita foi, **O 36º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. Nas IEES/IMES o movimento docente deve procurar se unificar com a luta de todo o funcionalismo público contra os ataques dos governos;** no Grupo 4 mudou-se para **O 36º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. Nas IEES/IMES o movimento docente deve procurar se unificar com a luta de todo o funcionalismo público contra os ataques dos governos**, foi aprovada a supressão por maioria de votos e com poucas abstenções. O item **2. Defender um único sistema público e gratuito de educação em todos os níveis custeado integralmente pelo Estado e que inicie estatizando, sem indenização, todo o sistema privado de ensino**, apresentou como situação nos grupos: supressão nos 1(14/3/6), 2(21/0/2), 3(25/0/1), 4 (11/6/5), 7 (13/1/1), e foi suprimido no Plenário pela maioria de votos e com poucas abstenções. O item **3. Defender um único sistema previdenciário para**

todos, aposentadoria integral por tempo de serviço e exclusivamente custeado pela burguesia e pelo seu Estado, apresentou como situação nos grupos: supressão nos grupos 1 (14/3/6) 2 (20/0/2), 3 (26/0/1) 4 (21/1/2), 7 (13/1/1), e foi suprimido no Plenário pela maioria de votos e com poucas abstenções. O item **4. Controle da Universidade pelos que estudam e trabalham. Governo tripartite, subordinado à Assembleia Geral Universitária**, apresentou como situação nos grupos: supressão nos grupos 1 (14/3/6), 2 (22/0/1), 3 (26/0/0), 4 (21/1/2), 7 (13/1/1) e foi suprimido no Plenário pela maioria de votos e com poucas abstenções. O item **5. Lutar pelo financiamento integral e exclusivo das universidades pelos estados e combater todas as formas de privatização**, apresentou como situação nos grupos: supressão nos grupos 1 (14/3/2), 2 (20/0/1), 4 (21/1/2) e 7 (13/1/1), e aprovado com a seguinte modificação pelo Grupo 3 (18/0/4), 5. Lutar pelo financiamento integral e exclusivo das universidades *públicas* pelos estados e combater todas as formas de privatização, a qual foi suprimida no Plenário pela maioria de votos e com poucas abstenções Passou-se à apreciação do **TR 48 - Plano de lutas das IFES: organizar a luta unitária contra a destruição da universidade pública. Combater a precarização, privatização e defender a autonomia universitária**, apresentou como situação nos grupos: supressão de todo TR nos grupos 1 (14-1-4), 2 (17-0-1), 6 (23-1-1) e 7 (16-0-3), por isso não foi à votação no Plenário por ter sido suprimido pelos grupos mistos. Às 2h21min do dia 29 de janeiro de 2017, ao não ter mais nenhum TR a ser apreciado, encerrou-se a Plenária do Tema III e eu Raimundo Wanderley Correa Padilha, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pela presidente.

Raimundo Wanderley Correa Padilha
2º Secretário

Juliana Fiúza Cislaghi
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS 36º CONGRESSO DO ANDES-SN

Às 17h04min do dia 28 de fevereiro de 2017, no auditório do Teatro da Universidade Federal do Mato Grosso, verificado o quorum regimental de 350 delegados, deu-se início à plenária do TEMA IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelos professores Claudio Rezende Ribeiro, presidente; Mary Sylvia Miguel Falcão, vice-presidente; Sirliane de Souza Paiva, 1ª secretária e Lila Cristina Xavier Luz, 2ª secretária. Dando início aos trabalhos, o presidente leu o documento e informou a solicitação de troca de delegado da ADUNEMAT, Dinar Santana Sousa por Leni Hack. Outra solicitação de substituição de delegado foi feita pelo delegado William Vieira Gonçalves, da ADUNEMAT, pela suplente Gisele Carignani. Em seguida foi solicitada a substituição do delegado Frederico Leão Rocha por Sara Granemann, ambos da ADUFRJ. Logo após, a mesa apresentou algumas considerações sobre a metodologia a ser utilizada, propondo a seguinte ordem para apreciação dos TRs: **TR 26** - Fundo Único - Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN; **TR 25** - Alterações no Estatuto do ANDES-SN; **TR 27** - Homologações: Novas Seções Sindicais, Alterações Regimentais, Transformação de Associação de Docente em Seção Sindical; **TR 28** - Prestação de Contas do 61º CONAD; **TR 29** - Manutenção do Apoio Financeiro à Escola Florestan Fernandes; **TR 30** - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida; **TR 31** - Apoio Financeiro ao Casarão da Luta e ao Sistema de Formação Política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); **TR 32** - Sede do 37º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL; **TR 33** - Grupos de Trabalho (GT) do ANDES - SN; **TR 34** - O Colapso da Central Sindical e Popular e o Movimento Docente **TR 49** - Contribuição para o Terra Livre - Movimento Popular do Campo e da Cidade; **TR 50** - Eleições com Todas as Vozes do ANDES-SN - Proposta de Mudanças no Estatuto para Inscrição de Chapas para Concorrer à Diretoria do ANDES-SN e **TR 51** - Defender a Democracia Sindical. Após a leitura da ordem de discussão dos TRs, o presidente informou que a metodologia de trabalho da mesa seria não discutir os TRs ou os seus itens aprovados nos grupos, os quais não tivessem modificações para apreciação. A metodologia proposta foi acatada e os trabalhos foram iniciados pela discussão do **TR 26. Fundo Único - Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN**: Texto original Item 1. *O 36º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as seguintes alterações: O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, das campanhas, das marchas e dos eventos definidos pelo 36º Congresso, como centrais na luta do Sindicato, no limite de 700 mil reais da parcela referente à mobilização.* A situação nos grupos foi: aprovada - Grupo 1 (23/0/2); Grupo 2 (25/0/1); Grupo 3 (0/0/0) e Grupo 10 (23/0/0). Item 2: *Autorizar o 62º CONAD a apreciar e a deliberar sobre os custeios de mobilização e de luta para o segundo semestre de 2017.* A situação nos grupos foi: aprovado integralmente Grupo 1 (23/0/2); Grupo 2 (25/0/1); Grupo 3 (0/0/0) e Grupo 10 (22/0/0). Item 3. *Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES, em dificuldades financeiras, que entrarem em greve no ano de 2017, a suspenderem a contribuição para o Fundo Único, enquanto durar o movimento paredista.* A situação da votação nos grupos foi aprovada nos grupos 1 (23/0/2), 2 (19/1/6), 5 (7/3/10) e 10 (22/0/0). Aprovado com modificação nos grupos 3 (21/0/2), 4 (13/6/3), 7 (22/0/2) e 11 (21/1/1). Também foi apresentada proposta de modificação

conforme texto a seguir: Grupo 3 (21/0/2): Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES/IFES, em dificuldades financeiras, que entrarem em greve no ano de 2017, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto durar o movimento paredista. Grupo 4 (13/6/3): Autorizar as seções sindicais, em dificuldades financeiras, que entrarem em greve no ano de 2017, e/ou não estarem recebendo os repasses da contribuição sindical, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto durar o movimento paredista e/ou retornarem os repasses, analisando-se caso a caso e considerando-se as especificidades do setor das IEES/IMES. Grupo 7 (22/0/2): Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES, em dificuldades financeiras, que entrarem em greve no ano de 2017, e/ou não estarem recebendo os repasses da contribuição sindical, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto durar o movimento paredista ou até que seja colocado em dia o repasse e Grupo 11 (21/1/1): Autorizar as seções sindicais do setor, em dificuldades financeiras, que entrarem em greve no ano de 2017, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto durar o movimento paredista. **Item 4:** *Autorizar a diretoria do ANDES-SN a disponibilizar recursos da parcela de mobilização do Fundo Único Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve para ajudar nas ações políticas e organizativas de novas seções sindicais pelo prazo de um ano, a partir de sua homologação, tempo para que consigam viabilizar sua autossustentação e a regularização de suas receitas por meio da contribuição dos sindicalizados, mantendo-se válidas as demais resoluções pertinentes definidas pelo 58º CONAD.* A situação da votação desse item nos grupos foi aprovada nos grupos 1 (23/0/2); 2 (19/1/6); 5 (7/3/10) e 10 (22/0/0). Proposição de modificação no Grupo 4 (10/6/6) com a seguinte forma: Autorizar a diretoria do ANDES-SN a disponibilizar recursos financeiros de até 20.000,00 da parcela de mobilização do Fundo Único Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve para ajudar nas ações políticas e organizativas de novas seções sindicais pelo prazo de um ano, a partir de sua homologação, tempo para que consigam viabilizar sua autossustentação e a regularização de suas receitas por meio da contribuição dos sindicalizados, mantendo-se válidas as demais resoluções pertinentes definidas pelo 58º CONAD. Submetida à votação o texto original foi aprovado por ampla maioria e com o registro de algumas abstenções. Passou-se ao **Item 5** Autorizar a diretoria do ANDES-SN a utilizar recursos do Fundo Único para o ressarcimento ao caixa nacional das despesas com mobilização no segundo semestre de 2016, no valor de R\$ (valor a ser informado no congresso). A situação do resultado da discussão desse item nos grupos foi: aprovado integralmente nos grupos 1 (23/0/2) e 2 (25/0/1). Aprovado com modificação nos grupos 3 (23/0/1); 6 (19/0/2); 9 (13/0/2); 10 (23/0/0) e 11 (20/0/0), ficando a seguinte redação: Autorizar a diretoria do ANDES-SN a utilizar recursos do Fundo Único para o ressarcimento ao caixa nacional das despesas com mobilização no segundo semestre de 2016, no valor de **R\$ 126.190,86**. A mesa colocou em discussão o TR e as suas modificações, ficando a votação da seguinte forma: Itens 1 e 2 aprovados integralmente pelo Plenário. O Item 3 foi aprovado por ampla maioria com algumas abstenções. Em relação ao Item 4, inclusão da modificação, a Plenária aprovou por ampla maioria o texto com o registro de algumas abstenções à manutenção do texto original. O **item 5** foi aprovado com modificação, ficando com a seguinte redação final: *Autorizar a diretoria do ANDES-SN a utilizar recursos do Fundo Único para o ressarcimento ao caixa nacional das despesas com mobilização no segundo semestre de 2016, no valor de R\$ 126.190,86.* Após o final da apresentação e da discussão dos itens com alteração e aprovação individual de cada um, o presidente da mesa colocou em votação e o TR 26 foi aprovado como um todo por unanimidade. Em relação ao **TR 25 - Alterações no estatuto do ANDES-SN, O 35º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as**

*seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN: 1. Inclusão de dois novos parágrafos no art. 32. § 7º. Em razão de interesse particular, os(as) diretores(as) poderão pedir seu afastamento da DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL pelo prazo de 90 (noventa) dias, renováveis por igual período. Ao final desse período, acaso não haja o retorno, o(a) Diretor(a) perderá seu cargo, sendo, quando houver, substituído em definitivo por seu imediato. A situação do resultado da discussão nos grupos foi a seguinte: modificação nos grupos 1 (25/0/0); 2 (21/0/2); 4 (24/0/2); 5 (21/0/0); 6 (19/0/6); 8 (18/0/1), 11 (20/0/7). As modificações propostas foram: Grupo 2 (21/0/2): O 35º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN: 1. Inclusão de dois novos parágrafos no art. 32 § 7º. Em razão de interesse particular, os(as) diretores(as) poderão pedir seu afastamento da DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL pelo prazo de 90 (noventa) dias, renováveis por igual período. Ao final desse período, caso não haja o retorno, o(a) Diretor(a) perderá seu cargo, sendo, quando houver, substituído em definitivo por seu imediato. Os grupos 1 (25/0/0); 4 (24/0/2); 5 (21/0/0); 6 (19/0/6); 8 (18/0/1); 11 (20/0/7) aprovaram: O 35º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN: 1. Inclusão de três novos parágrafos no art. 32 § 7º. Em razão de interesse particular, os(as) diretores(as) poderão pedir seu afastamento da DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL pelo prazo de 90 (noventa) dias, renováveis por igual período. Ao final desse período, caso não haja o retorno, o(a) Diretor(a) perderá seu cargo, sendo, quando houver, substituído em definitivo por seu imediato. Modificação proposta pelo Grupo 10 (18/0/0) O 35º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN: 1. Inclusão de dois novos parágrafos no art. 32 §7º. Em razão de interesse particular, os(as) Diretores(as) poderão pedir seu afastamento da DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL pelo prazo de até 90 (noventa) dias, renováveis por igual período. Ao final desse período, caso não haja o retorno, o(a) Diretor(a) perderá seu cargo, sendo, quando houver, substituído em definitivo por seu imediato. Grupo 11 (18/0/0) O 35º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN: 1. Inclusão de três novos parágrafos no art. 32 §7º. Em razão de interesse particular, os(as) Diretores(as) poderão pedir seu afastamento da DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL por prazo não superior a 90 (noventa). Ao final desse período, caso não haja o retorno, o(a) Diretor(a) perderá seu cargo, sendo, quando houver, substituído em definitivo por seu imediato. Após a apresentação das propostas de modificação a mesa fez uma proposta de consolidação, com a seguinte redação: **O 35º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN: 1. Inclusão de três novos parágrafos no art. 32 § 7º. Em razão de interesse particular, os(as) diretores(as) poderão pedir seu afastamento da DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL pelo prazo de até 90 (noventa) dias renováveis por igual período. Ao final desse período, caso não haja o retorno, o(a) diretor(a) perderá seu cargo, sendo, quando houver, substituído em definitivo por seu imediato.** O presidente da mesa colocou em votação a manutenção do texto ou sua substituição pela modificação proposta. A plenária deliberou pela proposta consolidada apresentada pela mesa com 205 votos favoráveis, 28 votos na proposta do Grupo 11 e 8 abstenções. Em relação ao **Item 1** do § 8º, a primeira proposta de modificação foi aprovada nos grupos 1 (11/5/9), 2 (22/0/0), 3 (18/0/0), 4 (24/0/0) 5 (13/7/4), 6 (19/2/5), 7 (25/0/0), 8 (18/0/1) e 9 (16/0/0) ficou com a seguinte redação: § 8º O(A)s diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, que forem concorrer a cargos de direção nas IES **como reitor(a), vice-reitor(a),** ou políticos eleitos, deverão pedir afastamento temporários de seus cargos na DIRETORIA. Na hipótese de cargo de direção nas IES, o afastamento*

ocorrerá a partir do momento da homologação da candidatura e no caso de cargo político eletivo, no prazo previsto na legislação eleitoral para desincompatibilização institucional de servidor público. **A segunda proposta** foi aprovada minoritariamente no Grupo 11, com (8/7/12), ficando a seguinte formulação: § 8º O(A)s diretores do ANDES-SINDICATO NACIONAL, que forem concorrer a cargos de direção nas IES, independente de percepção de gratificação por função administrativa, exceto cargo de coordenação de curso, ou políticos eletivos, deverão pedir afastamento temporários de seus cargos na DIRETORIA. Na hipótese de cargo de direção nas IES, o afastamento ocorrerá a partir do momento da homologação da candidatura e no caso de cargo político eletivo, no prazo previsto na legislação eleitoral para desincompatibilização institucional de servidor público. O presidente da Mesa colocou em discussão e após a manifestação de vários professores(as) a presidência colocou em votação, ficando assim o resultado: a primeira proposta recebeu 99 votos a favor; a segunda proposta recebeu 114 votos e 18 abstenções. Após a Mesa anunciar o resultado da votação, o delegado André Guimarães, do SINDUFAP apresentou recurso de votação. A presidência submeteu a solicitação do delegado ao Plenário, a qual foi aceita por unanimidade. Em seguida o mesmo delegado apresentou uma proposta de consolidação, ficando com a seguinte redação: **§ 8º O(A)s diretores do ANDES-SINDICATO NACIONAL, que for(em) concorrer a cargos de direção nas IES como reitor(a), vice-reitor(a), congêneres, diretor(a), vice-diretor(a) de unidade e congêneres, ou políticos eletivos, deverão pedir afastamento temporário de seus cargos na DIRETORIA. Na hipótese de cargo de direção nas IES, o afastamento ocorrerá a partir do momento da homologação da candidatura e no caso de cargo político eletivo, no prazo previsto na legislação eleitoral para desincompatibilização institucional de servidor público.** A presidência submeteu a proposta ao Plenário, a qual recebeu a seguinte votação 227 votos a favor; 5 votos contrários e 15 abstenções. Em seguida passou-se ao Item 1 § 9º, o qual tinha originalmente: § 9º O(A)s diretores do ANDES-SN que forem ocupar função administrativa gratificada na direção das IES, ou nas esferas federal, estadual, municipal e distrital dos Poderes Legislativo e Executivo, deverão pedir afastamento temporário de seus cargos na diretoria. O afastamento ocorrerá a partir da nomeação da respectiva função administrativa gratificada. O resultado da votação do item nos grupos foi aprovado integralmente nos grupos 3 (0/0/0) e 10 (20/0/1). O item foi aprovado com modificação nos grupos 1 (12/5/8), 2 (23/0/1), 3 (18/0/0), 6 (13/5/4) e 11 (8/7/12), com a seguinte redação: § 9º O(A)s diretores do ANDES-SN que forem ocupar função administrativa gratificada na direção das IES, como de reitor(a), vice-reitor(a), pró-reitor(a), assessores(as), nas esferas federal, estadual, municipal e distrital dos Poderes Legislativo e Executivo, deverão pedir afastamento temporário de seus cargos na diretoria. O afastamento ocorrerá a partir da nomeação da respectiva função administrativa gratificada. Outra modificação desse item foi aprovada nos grupos 4 (24/0/2) 5 (24/0/2), 6 (13/5/4), 7 (22/1/2) e 8 (18/0/1), com a seguinte redação: § 9º O(A)s diretores do ANDES-SN que forem ocupar função administrativa gratificada na direção das IES, como de reitor(a), vice-reitor(a), pró-reitor(a), assessores(as), cargos políticos eletivos e função administrativa gratificada nas esferas federal, estadual, municipal e distrital dos Poderes Legislativo e Executivo, deverão pedir afastamento temporário de seus cargos na diretoria. O afastamento ocorrerá a partir da nomeação da respectiva função administrativa gratificada. No Grupo 9 (17/0/0) a seguinte redação § 9º O(A)s diretores do ANDES-SN que forem ocupar função administrativa gratificada na direção das IES, como de reitor(a) ou vice-reitor(a), pró-reitor(a), assessores(as), cargos políticos eletivos e função administrativa ou nas esferas federal, estadual, municipal e

distrital dos Poderes Legislativo e Executivo, deverão pedir afastamento temporário de seus cargos na diretoria. O afastamento ocorrerá a partir da nomeação da respectiva função administrativa gratificada. Como proposta minoritária no Grupo 11 (8/7/12), foi aprovada a seguinte redação § 9º O(A)s diretores(a)s do ANDES-SN que forem ocupar função administrativa, independente de percepção de gratificações por função administrativa, exceto de coordenação de curso, cargos políticos eletivos e função administrativa gratificada, nas esferas federal, estadual, municipal e distrital dos Poderes Legislativo e Executivo, deverão pedir afastamento temporário de seus cargos na diretoria. O afastamento ocorrerá a partir da nomeação da respectiva função administrativa gratificada. Após discussões das modificações propostas nos grupos, o presidente da mesa colocou em discussão e a Diretoria apresentou uma proposta consolidada com a seguinte redação: **Item 1 § 9º O(A)s diretor(a)s do ANDES-SN que for(em) ocupar função administrativa gratificada na direção das IES, como de reitor(a), vice-reitor(a), pró-reitor(a), assessores(as), cargos políticos eletivos e função administrativa gratificada, fora do âmbito das IES, nas esferas federal, estadual, municipal e distrital dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, deverão pedir afastamento temporário de seus cargos na diretoria. O afastamento ocorrerá a partir da nomeação/posse da respectiva função/cargo.** O presidente da mesa colocou em votação a proposta da diretoria consolidada, ficando o mesmo aprovado com o seguinte resultado: a favor 213, contrários 02, abstenções 09. **Item 2. Correção de citação no parágrafo 6º do art. 32: A citação correta é: “constantes do § 4º deste artigo e outras que venham a ser definidas pela DIRETORIA”.** O presidente da mesa informou que esse item foi aprovado em todos os grupos em que foi discutido, recebendo a seguinte votação: Grupo 1 (24/0/1); Grupo 2 (25/0/0); Grupo 3 (0/0/0); Grupo 7 (22/0/4); Grupo 9 (17/0/0); Grupo 10 (21/0/0); Grupo 11 (17/0/2). O item 2 recebeu a seguinte votação na plenária: a favor 213 votos, contrários 2 votos e 8 abstenções. Em relação ao Item 3. Correção de citação no artigo 66: A citação correta é: “o ANDES-SINDICATO NACIONAL poderá ser voluntariamente dissolvido em CONGRESSO convocado especificamente para este fim, de acordo com o disposto no art. 21, parágrafo segundo, inciso III”. A situação da votação nos grupos foi 1 (25/0/0), 3 (0/0/0), 5 (18/0/1), 9 (17/0/0), 10 (21/0/0) e 11 (21/0/2). Aprovado com modificações no Grupo: 2 (23/0/2) com a seguinte redação: “**O ANDES-SINDICATO NACIONAL poderá ser voluntariamente dissolvido em CONGRESSO convocado especificamente para este fim, de acordo com o disposto no art. 21, § 2º inciso III**”. O presidente da mesa informou que como a modificação proposta pelo Grupo 2 era apenas ajuste de redação, substituição de “parágrafo segundo” por “§ 2º” o Plenário acatou a substituição por 223 votos favoráveis. Item 4. Texto original (CAPUT + §2º). Texto original: *Transformação do parágrafo único do art. 53 em parágrafo 1º e inclusão de dois novos parágrafos (2º e 3º). Transformação do parágrafo único do art. 53 em parágrafo 1º e inclusão de dois novos parágrafos (2º e 3º). § 2º. Os(As) sindicalizados(as) que estejam ocupando cargos eletivos ou função administrativa gratificada na direção das IES, como o de reitor(a), vice-reitor(a), pró-reitor(a) e assessores(as), cargos políticos eletivos e função administrativa gratificada nas esferas federal, estadual, municipal e distrital dos Poderes Legislativo e Executivo não poderão se candidatar a cargos na Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, assegurado o direito do voto.* A situação da votação nos grupos foi aprovada nos grupos 1 (22/0/3), 8 (21/0/0) e 11 (8/7/12). Aprovada com modificações nos grupos 2 (24/0/2), 3 (18/0/5), 4 (24/0/2), 5 (14/0/4), 6 (21/0/3), 7 (22/0/4) e 9 (18/0/0) com a seguinte redação: *Transformação do parágrafo único do art. 53 em parágrafo 1º e inclusão de dois novos parágrafos (2º e 3º). § 2º. Os(As) sindicalizados(as) que estejam ocupando cargos*

eletivos ou função administrativa gratificada na direção das IES, como o de reitor(a), vice-reitor(a), pró-reitor(a) e assessores(as), cargos políticos eletivos e função administrativa gratificada nas esferas federal, estadual, municipal e distrital dos Poderes Legislativo e Executivo não poderão se candidatar a cargos na Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, assegurado o direito do voto. Também houve proposta de modificação no Grupo 7 (22/0/4) com a seguinte redação: Transformação do parágrafo único do art. 53 em parágrafo 1º e inclusão de dois novos parágrafos (2º e 3º). § 2º. Os(As) sindicalizados(as) que estejam ocupando cargos eletivos ou função administrativa na direção das IES, de reitor(a), **vice-reitor(a)**, pró-reitor(a) e assessores(as), cargos políticos eletivos e função administrativa gratificada nas esferas federal, estadual, municipal e distrital dos Poderes Legislativo e Executivo não poderão se candidatar a cargos na Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, assegurado o direito do voto. No Grupo: 10 (16/4/3) com a seguinte redação Transformação do parágrafo único do art. 53 em parágrafo 1º e inclusão de dois novos parágrafos (2º e 3º). § 2º. Os(As) sindicalizados(as) que estejam ocupando cargos eletivos ou função administrativa gratificada na direção das IES, cargos políticos eletivos e função administrativa gratificada nas esferas federal, estadual, municipal e distrital dos Poderes Legislativo e Executivo não poderão se candidatar a cargos na Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, assegurado o direito do voto. Uma proposta minoritária de modificação foi apresentada pelo Grupo: 11 (8/7/12), a qual recebeu a seguinte redação: Transformação do parágrafo único do art. 53 em parágrafo 1º e inclusão de dois novos. § 2º. Os(As) sindicalizados(as) que estejam ocupando cargos eletivos ou função administrativa independente de função gratificada exceto para coordenação de curso, cargos políticos eletivos e função administrativa gratificada nas esferas federal, estadual, municipal e distrital dos Poderes Legislativo e Executivo não poderão se candidatar a cargos na Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, assegurado o direito do voto. O presidente da Mesa colocou em discussão a manutenção do texto sem prejuízo de modificação. Em seguida a diretoria apresentou uma proposta consolidada ficando a seguinte redação: **Transformação do parágrafo único do art. 53 em parágrafo 1º e inclusão de dois novos parágrafos (2º e 3º). §2º. Os(As) sindicalizados(as) que estejam ocupando cargos eletivos ou função administrativa gratificada na direção das IES, como reitor(a), vice-reitor(a), diretor(a), vice-diretor(a) de unidade e congêneres, pró-reitor(a), assessor(a)s, cargos políticos eletivos, função administrativa gratificada fora do âmbito das IES nas esferas federal, estadual, municipal e distrital dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário não poderão se candidatar a cargos na Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, assegurado o direito do voto.** A proposição foi colocada em discussão e não havendo nenhuma inscrição para o debate, a presidência colocou em votação essa posição, sendo a mesma aprovada com a seguinte votação: aprovado com 212 favoráveis, nenhum voto contrário e 3 abstenções. Em seguida passou-se a discutir o Item 4 – § 3º (parágrafo terceiro do artigo cinquenta e três), que tinha originalmente a seguinte redação: *§ 3º A vedação imposta no parágrafo anterior aplica-se também aos sindicalizados(as) candidatos a cargos de direção nas IES ou políticos eletivos, assegurado o direito de voto.* A situação de aprovação do TR nos grupos foi: Grupo 1 (22/0/3); Grupo 2 (25/0/0); Grupo 3 (16/0/6); Grupo 7 (22/0/4); Grupo 10 (21/0/0). O TR foi aprovado com modificações no Grupo 11 (8/7/12) com a seguinte redação: **§3º A vedação imposta no parágrafo anterior aplica-se também aos sindicalizados(as) candidato(a)s a cargos de direção nas IES, como reitor(a), vice-reitor(a), diretor(a), vice-diretor(a) de unidade e congêneres, cargos políticos eletivos fora do âmbito das IES nas esferas federal, estadual, municipal e distrital dos Poderes**

Legislativo, Executivo e Judiciário assegurado o direito de voto. A presidência da mesa submeteu a proposta ao Plenário, a qual recebeu a seguinte votação 194 favoráveis, nenhum voto contrário e 2 abstenções. Item 5, Inclusão de dois novos parágrafos no art. 55, com o seguinte Texto original (CAPUT + §55) § 1º. *Se no ato da posse, o(a) sindicalizado(a) eleito(a) estiver concorrendo a cargo de direção nas IES ou político eletivo, mesmo que na condição de pré-candidato(a) (com licença institucional), sua posse na DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL será adiada e somente efetivada caso ele(a) não venha ser eleito.* A situação da votação nos grupos foi: aprovado integralmente nos grupos 1 (23/0/2), 3 (0/0/0) e 10 (21/0/0). Aprovado com modificações nos grupos 4 (24/0/2), 8 (21/0/0) e 9 (16/0/0), com o seguinte texto: **Inclusão de dois novos parágrafos no art. 55 § 1º.** *Se no ato da posse, o(a) sindicalizado(a) eleito(a) estiver concorrendo a cargo de direção nas IES, reitor(a), vice-reitor(a), ou político eletivo, mesmo que na condição de pré-candidato(a) (com licença institucional), sua posse na DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL será adiada e somente efetivada caso ele(a) não venha ser eleito.* Outra proposta de modificação apresenta pelos grupos Grupo 5 (12/2/8), 6 (22/0/3). **Inclusão de dois novos parágrafos no art. 55 § 1º.** *Se no ato da posse, o(a) sindicalizado(a) eleito(a) estiver concorrendo a cargo de direção nas IES como reitor(a), vice-reitor(a) ou político eletivo, mesmo que na condição de pré-candidato(a) (com licença institucional), sua posse na DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL será adiada e somente efetivada caso ele(a) não venha ser eleito.* Modificação proposta pelo Grupo 7 (22/0/4): **Inclusão de dois novos parágrafos no art. 55 § 1º.** *Se no ato da posse, o(a) sindicalizado(a) eleito(a) estiver concorrendo a cargo de direção nas IES de reitor(a), vice-reitor(a), ou político eletivo, mesmo que na condição de pré-candidato(a) (com licença institucional), sua posse na DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL será adiada e somente efetivada caso ele(a) não venha ser eleito.* Por fim, a modificação do Grupo 11 (8/7/12) com a seguinte redação: § 1º. *Se no ato da posse, o(a) sindicalizado(a) eleito(a) estiver concorrendo a cargo de direção nas IES, independente de função gratificada, exceto para coordenação de curso, ou político eletivo, mesmo que na condição de pré-candidato(a) (com licença institucional), sua posse na DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL será adiada e somente efetivada caso ele(a) não venha ser eleito.* O presidente da mesa colocou em discussão. Em seguida um delegado apresentou a seguinte consolidação: **Inclusão de dois novos parágrafos no art. 55 § 1º.** *Se no ato da posse, o(a) sindicalizado(a) eleito(a) estiver concorrendo a cargo de direção nas IES como reitor(a), vice-reitor(a), diretor(a), vice-diretor(a) de unidade e congêneres, ou político eletivo, mesmo que na condição de pré-candidato(a) (com licença institucional), sua posse na DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL será adiada e somente efetivada caso ele(a) não venha a ser eleito(a).* A presidência da mesa submeteu a proposta ao Plenário, a qual recebeu a seguinte votação: aprovado com 213 favoráveis, nenhum voto contrário e 04 abstenções. Em seguida passou-se a discutir o Item 5 – §2º (parágrafo segundo do artigo cinquenta e cinco), com o seguinte texto original: § 2º. *Se durante o exercício do mandato, o membro da DIRETORIA deixar de preencher as condições de elegibilidade previstas no artigo 53, ele automaticamente perderá seu cargo.* A situação nos grupos foi: aprovado nos grupos 1 (22/0/2); 2 (25/0/0); 3 (0/0/0); e 10 (21/0/0). O presidente da mesa colocou o item em discussão e em seguida a Diretoria apresentou a seguinte proposta de texto consolidado: § 2º. **Se durante o exercício do mandato, o membro da DIRETORIA deixar de preencher as condições de elegibilidade previstas no artigo 53, ele automaticamente perderá o seu cargo.** Aprovado com 213 favoráveis, nenhum voto contrário e 04 abstenções. O item 6 com o seguinte texto originário:

Prorrogação de vigência Art. 70. *O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativa de seções sindicais (AD-Seções Sindicais) a todas as Associações de Docentes (AD) filiadas, até o trigésimo sétimo (37º) Congresso, ressalvados os direitos daquelas que, em assembleia geral, decidirem o contrário.* A situação nos grupos foi aprovado nos grupos 1 (23/0/2), 2 (25/0/0), 3 (0/0/0), 7 (22/0/4) e 10 (21/0/0). Aprovado em todos os Grupos integralmente. Submetida à votação o artigo 70 recebeu 205 votos favoráveis, 28 contrários e 8 abstenções. Em relação ao parágrafo único, o qual tinha a seguinte redação: **Parágrafo único.** *As AD às quais se refere o caput deste artigo deverão, para se constituírem em AD-Seções Sindicais, até o 37º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à Diretoria as atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com a comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência (art. 45), para homologação no CONAD, ad referendum do congresso (art. 23, XI), ou no Congresso (art. 15 VI), a situação nos grupos foi: Grupo 1 (23/0/2); Grupo 2 (25/0/0); Grupo 3 (0/0/0); Grupo 10 (21/0/0), ou seja, aprovado integralmente em todos os Grupos em que foi discutido. Submetido à votação o parágrafo único recebeu 190 votos favoráveis, nenhum voto contrário e 2 abstenções. Sobre o Item 6 – PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 71 § 2º, com a seguinte redação originária: **Parágrafo 2º do Artigo 71 § 2º O 36º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 37º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos sindicalizados do ANDES - Sindicato Nacional, nos termos do estabelecido no § 1º, para o caso das seções sindicais que ainda estejam arrecadando percentual inferior ao reconhecido no caput.** A situação do debate desse item nos grupos foi aprovada integralmente nos grupos 1 (23/0/2), 2 (25/0/0), 3 (0/0/0), 7 (22/0/4) e 10 (21/0/0). Submetido à votação o parágrafo 2º recebeu 190 votos favoráveis, nenhum voto contrário e 2 abstenções. Em seguida passou-se a Item 7. PARÁGRAFO 5º DO ARTIGO 41 § 5º. O Parágrafo 5º do Art. 41 passa a ter a seguinte redação: § 5º - Os recursos necessários para o financiamento da participação do(a)s delegado(a)s previsto no inciso VIII serão arcados pelo Congresso ou pelo CONAD, sendo inseridos no rateio do evento. A situação da votação nos grupos foi aprovada integralmente nos grupos 1 (15/4/7), 2 (25/0/0), 3 (18/0/3), 6 (21/0/1), 7 (22/0/4), 10 (21/0/0) e 11 (19/2/1). Em assim sendo, o presidente informou que havia sido aprovado em todos os Grupos integralmente. Submetido à votação o parágrafo 2º recebeu 195 votos favoráveis, 2 votos contrários e 2 abstenções. Após a conclusão da discussão dos itens em separado, a presidência colocou o TR como um todo em votação, sendo o resultado: aprovado com 205 votos favoráveis, 28 contra e 8 abstenções. Em seguida a presidente do ANDES-SN solicitou à Mesa um espaço para realizar duas intervenções: devolução do imposto sindical recolhido compulsoriamente dos professores da ADUNEMAT, pelo governo, no valor de R\$ 228.483,19. Assim, a presidente entregou ao presidente da seção sindical, o professor Domingos Sávio, um cheque no valor acima declarado. Dando procedimento a sua intervenção a presidente falou sobre a importância de as seções sindicais preservarem seus símbolos e destacou ser a bandeira do sindicato uma das mais importantes, portanto a Diretoria providenciou uma bandeira do ANDES-SN para cada seção sindical e como não seria possível a entrega de todas naquele momento, ela chamou as duas mais novas seções para, simbolicamente, receber suas bandeiras. Assim, representantes da SESUNILA e ADOPED/RJ, receberam as bandeiras e informou que as demais poderiam retirar suas bandeiras na secretaria do evento. Em relação ao **TR 27 - Homologações: novas Seções Sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em Seção Sindical.** Texto original *O 37º**

*Congresso do ANDES-SN delibera: 1. CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL 1.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 36º CONGRESSO manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos(as) Docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia, SINDIUFBS – Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional. A situação do TR nos grupos foi: aprovado nos grupos 1 (25/0/0), 3 (0/0/0), 4 (22/0/0), 6 (22/0/0), 10 (23/0/0), ficando o Item 1 com a seguinte redação: **O 36º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL 1.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 36º CONGRESSO manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos(as) Docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia, SINDIUFBS - Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional.** Em assim sendo, o presidente informou que o mesmo havia sido aprovado em todos os grupos integralmente. **Item 2 – Ratificação de constituição de seção sindical. RATIFICAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL,** o qual tinha a seguinte redação originalmente: *2.1 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 36º CONGRESSO ratifica a constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso, Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - SESDIFMT Seção Sindical do ANDES-SN que por um lapso foi omitida da ata do Tema IV Questões Organizativas e Financeiras do 34º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, bem como todos os atos praticados pela SESDIFMT desde o 59º CONAD (Aracaju/SE, 21 a 24 de agosto de 2014), em decorrência da sua condição de seção sindical.* O item foi aprovado nos grupos (25/0/0), 3 (0/0/0) e 10 (23/0/0). O presidente da Mesa colocou em votação a manutenção do texto ou a sua substituição. A Plenária por ampla maioria de votos favoráveis e com o registro de algumas abstenções aprovou o texto como aprovado nos grupos. **Item 3 – Transformação de AD em seção sindical. TRANSFORMAÇÃO DE AD EM SEÇÃO SINDICAL** 3.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 36º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente a transformação da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana, ADUFS-BA em Seção Sindical do ANDES-SN. A situação nos grupos foi aprovado o texto original nos grupos 1 (25/0/0) e 3 (0/0/0). Aprovado com modificação nos grupos 4 (22/0/0) e 10 (23/0/0), com a seguinte redação: **TRANSFORMAÇÃO DE AD EM SEÇÃO SINDICAL 3.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 36º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente a transformação da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana, ADUFS-BA em Seção Sindical do ANDES-SN.** O presidente da mesa colocou em votação a manutenção do texto ou a sua substituição. A plenária por ampla maioria de votos favoráveis e com o registro de algumas abstenções aprovou o texto como aprovado nos grupos. **Item 4. Alterações Regimentais:** que tinha a seguinte redação: *3.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 35º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente as alterações verificadas no regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – ADUFVJM.* A situação da votação foi*

aprovado integralmente nos grupos 1 (25/0/0) e 3 (0/0/0). Aprovado com modificação nos grupos 4 (22/0/0) e 10 (23/0/0) **ALTERAÇÕES REGIMENTAIS 4.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 36º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente as alterações verificadas no regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – ADUFVJM.** A plenária por ampla maioria de votos favoráveis e com o registro de algumas abstenções aprovou o texto como aprovado nos grupos. **TR 28 - Prestação de contas do 61º CONAD. O 36º CONGRESSO DO ANDES-SN aprova a prestação de contas do 61º CONAD.** A situação da discussão do TR nos grupos foi: aprovado integralmente nos Grupos: 1 (23/0/2); 2 (25/0/1); 3 (19/0/3); 4 (16/0/2); 7 (22/0/1); 10 (19/0/3) e 11 (19/0/2), ou seja aprovado integralmente nos grupos. **TR 29 - MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA FLORESTAN FERNANDES O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera,** com seguinte redação: *1 Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de doze meses, de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais para a Escola Florestan Fernandes.* A situação do item foi aprovado integralmente nos grupos 1 (24/00/01), 2 (26/0/0), 3 (22/0/0), 5 (22/0/0), 7 (23/0/0), 10 (18/1/2), 11 (19/0/2). Modificado no grupo 4 (16/0/2) com a seguinte proposição: **O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera,** o qual tinha a seguinte redação: *1 Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais para a Escola Nacional Florestan Fernandes.* Também foi proposta a inclusão de um novo item pelo Grupo 6 (20/0/2) com a seguinte redação: *Recomendar que as Seções Sindicais, conforme suas possibilidades, apoiem os processos formativos do MST nos estados. O Grupo 10 (13/5/3) também propôs inclusão de item com recomendação, com a seguinte redação: Recomendar que as SSind, conforme suas possibilidades, apoiem os processos formativos do MST nos estados onde os núcleos não existirem, que as seções sindicais incentivem sua criação.* Por fim o Grupo 5 (19/1/0) fez a seguinte proposta de inclusão: *Onde os núcleos não existirem, que as seções sindicais incentivem sua criação.* Após discussão a plenária deliberou pela aprovação do texto original com a inclusão do Item proposto pelo Grupo 5 ficando a seguinte redação: **O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1 Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de doze meses, de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais para a Escola Florestan Fernandes. 2 Onde os núcleos não existirem, que as seções sindicais incentivem sua criação.** Por ampla maioria, alguns votos contrários e poucas abstenções as proposições foram incorporadas. **TR 30 - Manutenção do Apoio Financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida,** com o seguinte texto original: *O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1 Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de doze meses, de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais para a Associação Auditoria Cidadã da Dívida.* Situação da discussão do texto original nos grupos: aprovado nos grupos 1 (24/0/1), 2 (26/0/0), 3 (22/0/0), 4 (19/0/0), 5 (19/0/1), 7 (22/0/0), 6 (20/1/1) 8 (19/0/1), 10 (20/0/2) e 11 (19/0/2). Proposta de inclusão de um novo item foi apresentada pelos grupos: Grupo: 5 (19/1/0): *Que as seções sindicais do ANDES-SN participem dos núcleos estaduais da Auditoria Cidadã da Dívida, se possível contribuam financeiramente. Onde os núcleos não existirem, que as seções sindicais incentivem sua criação.* Grupo: 6 (20/1/1): *1. que as seções sindicais do ANDES-SN participem dos núcleos estaduais da Auditoria Cidadã da Dívida, se possível financeiramente; 2. onde os núcleos não existirem, que as SS incentivem sua criação.* Grupo 8 (19/0/1), recomendação: *Que as SSind do ANDES-SN participem dos núcleos*

estaduais da Auditoria Cidadã da Dívida. Grupo 10 (19/1/2): Que as SSind do ANDES-SN participem dos núcleos estaduais da Auditoria Cidadã da Dívida, se possível financeiramente. Onde os núcleos não existirem, que as SSind incentivem sua criação. Após discussão a mesa colocou a proposta de inclusão da recomendação a qual ficou com a seguinte **Recomendação: Que as seções sindicais do ANDES-SN participem dos núcleos estaduais da Auditoria Cidadã da Dívida, incentivando sua criação onde estes ainda não existirem.** Em seguida a presidência da mesa colocou o TR em votação, sendo o mesmo, com a inclusão da recomendação aprovado por ampla maioria, alguns votos contrários e poucas abstenções. **TR 31 - Apoio Financeiro ao Casarão da Luta e ao Sistema de Formação Política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**, o qual tinha originalmente a seguinte redação: *O 36º CONGRESSO DO ANDES delibera: 1. Autorizar o ANDES-SN a contribuir, por um período de 12 meses, com R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais) ao Casarão da Luta e ao sistema de formação política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).* Essa proposta original teve a seguinte situação nos grupos: aprovado nos grupos 1 (24/0/1), 2 (26/0/0), 3 (23/0/0), 4 (20/0/0), 5 (20/0/0), 6 (23/0/1), 8 (18/0/3), 9 (22/0/1), 10 (20/0/1), e 11 (24/0/0). E com modificado no Grupo 4 (20/0/0): *O 36º CONGRESSO DO ANDES delibera: 1. Autorizar o ANDES-SN a contribuir, por um período de 12 meses, com R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais) mensais ao Casarão da Luta e ao sistema de formação política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).* Além disso, foi discutida a **INCLUSÃO DE NOVO ITEM** proposta no grupo: Grupo: 11 (20/0/1): *2 Recomendar que as seções sindicais, conforme suas possibilidades, apoiem os processos formativos do MTST nos estados.* Após o debate do tema, a Mesa apresentou uma proposta de consolidação do texto, ficando assim a **redação 1 – O 36º CONGRESSO DO ANDES delibera: 1. Autorizar o ANDES-SN a contribuir, por um período de doze meses, com R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais) mensais ao Casarão da Luta e ao sistema de formação política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). 2 – Recomendar que as seções sindicais, conforme suas possibilidades apoiem os processos formativos do MTST nos estados.** Após a apresentação da proposta, a Mesa colocou em votação a recomendação, sendo aprovada por ampla maioria, alguns votos contrários e poucas abstenções. Em seguida passou-se a discutir o **TR 32 - Sede do 37º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL, a delegação da ADUNEB apresentou a Cidade de Salvador como a Sede para o próximo congresso.** A proposição da delegação foi aprovada por unanimidade. TR 33 – Grupos de Trabalho (GT) do ANDES-SN, Inscrições das seções sindicais. O 36º Congresso homologa as inscrições das seções sindicais nos seguintes grupos de trabalho do ANDES-SN: **1.ADUSP:** GTPAUA - Lilian Gregory; GTC&T – Lilian Gregory. **2. ADUFS-SE:** GTPFS – Airton Paula Souza, Augusto César Vieira dos Santos, Caio Rubens Amado de Matos, Carlos Dinges Marques de Sá, Elyson Adan Nunes Carvalho, Marcos Antônio da Silva Pedroso, Neilson Santos Meneses, Olinto Silveira Alves Filho, Saulo Henrique Souza Silva, Christiane Senhorinha Soares Campos; GTSS/A - Elyson Adan Nunes Carvalho, Airton Paula Souza, David Soares Pinto, Marcos Antonio da Silva Pedroso, Claudete Sales Sampaio, Salvyana Sarmento, Sonia Meire de Jesus e Alexandre Luna Cândido; GT-Verbas – Júlio César Gandarela Rezende, Samuel; GT-Carreira - Acacia Maria dos Santos Melo, Augusto César Vieira dos Santos, David Soares Pinto, Vera Núbia Santos; GTPAUA - Christiane Senhorinha Soares Campos, Marcos Antonio da Silva Pedroso, Neilson Santos Meneses; GTPCEGDS - Alessandra Alcides de Sá Santos, Benedito Carlos Libório Caires Araújo, Flávia Pacheco, Wellington Costa; GTPE - Airton Paula Souza, Carlos Dinges Marques de Sá, Marcos Antonio Silva Pedroso, Sonia Meire A., Bartira Henrique Sousa Silva; GTC&T - Elyson

Adan Nunes Carvalho, Augusto César Vieira dos Santos, Carlos Dinges Marques de Sá, Marcelo Massayoshi Ueki, Menilton Menezes, Wilton Walter Batista e Alexandre Luna Cândido; GTCA – Benedito Carlos Liborio Caires Araújo, César Ricardo Bolano, Verlane Aragão Santos, Wellington Costa. **3. ADUFF:** GTC&T - Renata Torres Shittino, Arley Silveira da Costa, Wanderson Fábio de Melo, Ana Livia Adriano; GTPCEGDS - Elza Dely Veloso Macedo, Sérgio Ricardo Aboud Dutra, Paulo Cruz Terra, Dora Henrique da Costa, Simone dos Santos Barreto, Bianca Novaes de Mello, Antoniana Dias Defilippo Bogogno, Marina C. Tedesco; GTPFS - Gustavo França Gomes, Carlos Augusto Aguilar Junior, Bianca Novaes de Mello, Sonia Lucio Rodrigues de Lima, Gelta Terezinha Ramos Xavier, Douglas Ribeiro Barboza, Marinalva de Oliveira, Renata Rodrigues Vereza, Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso, Marcelo Badaró, Sérgio Ricardo Aboud Dutra, Ana Livia Adriano, Adriana Penna, Gilberto Pereira, Elizabeth Barbosa, Antoniana Defilippo, Waldyr Lins e Castro; GTCA - Gustavo França Gomes, Kate Lane Costa de Paiva, Renata Torres Shittino, Márcio José Melo Malta, Kênia Aparecida Miranda, Marinalva de Oliveira, Renata Rodrigues Vereza, Paulo Cruz Terra, Marcelo Badaró, Guilherme Atem Nery, Marina C. Tedesco, Gilberto Pereira Sassi; GTHMD – Kênia Aparecida Miranda, Ana Livia Adriano, Wanderson Fábio de Melo; GTPE - André A. Martins, Ângela Carvalho de Siqueira, Clarisse da Costa Carvalho, Dora Henrique da Costa, Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Sonia Lucio Rodrigues de Lima, Kátia Regina de Souza Lima, José Antônio e Souza, Kênia Aparecida Miranda, Gelta Terezinha Ramos Xavier, Elza Dely Veloso Macedo, Marinalva de Oliveira, Elisabeth Carla Vasconcelos Barbosa, Adriana Machado Penna, Sérgio Ricardo Aboud Dutra, Antoniana Dias Defilippo Bigogno, Carlos Augusto Aguilar Júnior; GTSS/A - Gustavo França Gomes, Juarez Torres Duayer, Bianca Novaes de Mello, Antoniana Dias Defilippo Bigogno, Elizabeth Barbosa, Verônica Fernandes, Cláudia March, Carlos Augusto Aguilar Júnior; GT-Verbas – Arley José Silveira da Costa, José Raphael Bokehi; GT-Carreira - José Raphael Bokehi, Sérgio Ricardo Aboud Dutra, Carlos Augusto Aguilar Júnior; GTPAUA - Gustavo França Gomes, Arley José da Silveira da Costa, Felipe Melo da Silva Brito, Edson Teixeira da Silva Junior, Suenya Santos. **4. ADUNB:** GTPAUA - Manoel Pereira de Andrade. **5. ADUR-RJ:** GTSS/A - Andrea Carmo Sampaio e Dan Gabriel D’Onofre; GTCA - Marcos Pasche, Alexandre Mendes, Pedro Hussak, Markos Klemz Guerrero; GTPAUA - Márcio Rufino Silva e Carlos Domingos da Silva; GTPCEGDS - Dan Gabriel D’Onofre, Andrea Carmo Sampaio, Osvaldo Veras e Moema de Castro Guedes; GTPFS – Andrey Cordeiro e Markos Klemz Guerrero. **6-ADUFERPE:** GT-CARREIRA - Jaqueline Bianque de Oliveira; GTPFS - Levy Paes Barreto, Hélio Cabral Lima; GTPE – Júlia Figueredo Benzaquen. **7. SESUNILA:** GTPCEGDS - Élen Schneider e Marcos de Jesus; GTPE - Heloísa Gimenez, Karen dos Santos Horácio, Ede Cristiano de Souza, Felipe Cordeiro de Almeida; GTPFS - Fernando Correa Prado, Daniel Luiz Nedel, Roberta Trnspolini; GTC&T – Guilherme Javier Diaz; GT-Fundações - Anaxsuell Fernando da Silva e Leandro dos Passos Miranda; GTCA - Francieli Rebelatto. **8. ADUFPA:** GT-CARREIRA - Erneida Coelho de Araújo, Odete da Cruz Mendes; GTPE - Lúcia Isabel da Conceição Silva; Maria da Conceição dos S. Costa; GTSS/A - Elen Lúcia Marçal de Carvalho, Celso Augusto Coelho, Daniela Ribeiro Castilho; GTCA -Vânia Maria do Socorro Alvarez; GTC&T - Luciene das Graças Miranda Medeiros, Miguel Ayan Gaia, José Alves de Souza Junior. **9. APRUDESC:** GTPCEGDS - Carmen Susana Tornquist, Mariléia Mara da Silva; GTPE - Carmen Susana Tornquist, Mariléia Maria da Silva; GTPAUA - Carmen Susana Tornquist, Mariléia Maria da Silva. **9 – SINDUEA:** GTPCEGDS – Denilson Lima Santos. **10. ADUEPB:** GTSS/A – Leonardo Soares da Silva, Maria de Lourdes

Sarmento, Alessandra Ximenes da Silva, Cristina Miryki, Francisca Rodrigues Mascena, Edmundo Gaudêncio, Luiz Barbosa Aguiar, Berenice Lins Marcelino Borges e Cícero Agostinho Vieira; GTPE - Elizabete Carlos do Vale, Lenilda Cordeiro de Macêdo, Cristina Maria Nepomuceno, Ana Raquel Pereira de Ataíde, Margareth Maria de Melo, Paula Almeida de Castro, Marcelo Gomes Germano, Alessandro Frederico de Oliveira, Antonia de Araújo Farias, Francisca Pereira Salvino. **11. APROFURG:** GTPFS – Lucas Santos Cerqueira, Márcia B. Umpierre, Anderson Lobato, Cristiano Engelke; GTPAUA – Lucas Santos Cerqueira, Eduardo Forneck; GTVerbas - Márcia B. Umpierre; GTPCEGDS - Eduardo Forneck; GTCA – Luiza Silva; GT Fundações – Anderson Lobato. **12 – ADUNIRIO:** GTPAUA – Rodrigo Vilani e Bruno José Oliveira; GTPE – Leonardo Castro; GTPFS – Rodrigo Castelo Branco; GTPCEGDS – Elizabeth Lewis; GTSS/A – Joanir Passos; GTVerbas – Giselle Souza. **13. ADUFMAT:** GTPCEGDS – Vanessa Furtado, Clarianna Martins, Lorenna Cardoso, Ivna Nunes, Quelli Rocha, Onice Dall’Oglio, Deyvison Pereira da Costa, Marzo da Silva; GT-Carreira – Vanessa Furtado e Maurício Couto. **14. ADUFAL:** GTPFS – Carolina Nozella Gama, Andrea Pacheco de Mesquista e Adriana Lourenço; GTPCEGDS – Andrea Pacheco de Mesquita. **15. APRUMA:** GTPE – Cláudio Mendonça, Áurea Silva, Conceição Lobato, Josefa Lopes, Fátima Félix, Marise Marçalina, Rosana Eleres, Silva Martins, Rosane Miranda, Angélica Cunha, Célia Martins, Miche Freitas, Teresa Lira, Thiago Lima, Glória Alinear, Mariana Bolsalabre e Wesley Fernandes; GTC&T – Francisca Taveira; GTPAUA – Welbson Madeira, Samarone Martins, Luiz Eduardo Neves, Elena Steichorst; GTPFS – Joana Coutinho, Ilse Gomes e Rosilda Silva Dias; GTPCEGDS – Rosenwerck Estrela; GTSS/A – Joanita Mota, Antônio Gonçalves, Renato Patrício, Aurean D’eca Júnior, Rosilda Silva Dias e Marise Marçalina. **16. ADUFLA:** GTPCEGDS – Catarina Dallapicula e Gustavo Seferian. **17. ADUFSJ:** GTSS/A – Sandra Boari Silva Rocha e Pablo Luiz Martins; **18. ADUFES:** GTCA - Mariane Lima de Souza, Rafael Gomes, Antonio David Protti e Ricardo Roberto Behr; GT Carreira - Bernardete Gomes Mian, Marison Luis Soares, Rafael Vieira Teixeira, Aureo Banhos, Edson Pereira Cardoso, Rogério Netto Suave; GTC&T - Donato de Oliveira, Mariane Lima de Souza, Fábio Corrêa de Castro, Edson Pereira Cardoso, Jussara Fardin; GTPCEGDS - Antonio Carlos Morais, Edinete Maria Rosa, Rachel Cristina Melo Guimarães, Ana Claudia Wenceslau, Renata Couto Moreira, Alexandre Jairo Marinho Morais; GTHMD - Valter Pires Pereira, Temístocles de Souza Luz, João Assis Rodrigues, Aureo Banhos, Fábio Corrêa Dutra, José Aguilar Dalvi; GTPAUA - Paulo Cesar Scarin, Renata Couto Moreira, Aureo Banhos, Luiz Leoncio Lorenzoni, Francisco Estevão Cota, Leonardo de Resende Dutra; GTPE - Francisco Mauri de Carvalho Freitas, Temístocles de Souza Luz, Rafael Vieira Teixeira, José Antonio da Rocha Pinto, Edna Oliveira Castro, Marison Luiz Soares, Euzi Rodrigues Morais, Juliana Iglesias, Thauan Gilead Marchezi Tavares, Ana Lucia Coelho Heckert, Fábio Corrêa de Castro, Edson Pereira Cardoso, Bernardete Gomes Mian, Cely Barbosa Zambellin e Andressa Cesano; GTPFS - Valter Pires Pereira, Josemar Machado de Oliveira, Raphael Góes Furtado, Sandra Soares Della Fonte, Francisco Mauri de Carvalho Freitas, José Aguilar Davi, José Antônio da Rocha Pinto, Ricardo Roberto Behr, Janaina Bastos Depiante, Kelly Christiny da Costa; GT-Fundações - José Antônio da Rocha Pinto, Leonardo de Resende Dutra; GTSS/A - Bernardete Gomes Mian, Dulcinéia Sarmento Rosemberg, Cenira Andrade de Oliveira, Jeane Andréia Ferraz Silva, Arlete Corrêa de Oliveira, Odilea Dessaune de Almeida, Maria Elizabeth Barros de Barros, Thiago Dias Sarti, José Aguilar Dalvi e Leonardo de Resende Dutra; GT-Verbas - Rogério Neto Suave, Claudio Simões Salim, Francisco Estevão Cota. Em seguida passou-se a discutir o **TR 34 - O colapso da Central Sindical**

e Popular e o Movimento Docente, o qual tinha a seguinte redação original: Item 1: *O 36º CONGRESSO delibera: 1. fortalecer a atuação das seções sindicais do ANDES-SN nas frentes estaduais em defesa da escola sem mordada, espaços de unidade ampla no âmbito da educação e da sociedade.* A situação foi de suprimir nos grupos 1(20/0/5), 3 (22/0/2) e 9 (24/0/0). Item 2: *Fortalecer os laços políticos com o MTST e a INTERSINDICAL-CCT para a constituição de uma unidade classista tendo como eixo a luta contra a retirada de direitos e capaz de pautar conjuntamente uma agenda de lutas e de mobilizações nacionais nos fóruns mais amplos de construção da luta, em particular para a construção da Greve Geral.* Situação nos grupos foi supressão nos grupos 1 (20/5/0) e 3 (20/1/3) e de modificação no grupo 9 (11/10/2), com a seguinte modificação no texto “Fortalecer as ações unitárias com as organizações constituídas historicamente pela classe trabalhadora brasileira no âmbito sindical (centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos) e no âmbito dos movimentos populares da cidade e do campo tendo como eixo a luta contra a retirada de direitos e capaz de pautar conjuntamente uma agenda de lutas e de mobilizações nacionais nos fóruns mais amplos de construção da luta, em particular para a construção da Greve Geral. Em relação ao Item 3, que tinha originalmente a seguinte redação: *Fortalecer a unidade com as organizações classistas da cidade e do campo (INTERINDICAL, MTST e MST) para constituir um polo classista e avançar na luta pela construção de uma frente ampla de lutas com o campo que se opõe à política do Governo Temer.* Situação foi de supressão nos grupos 1 (20/0/5), 3 (20/1/3) e 9 (18/0/2). Ainda teve uma proposta de inclusão de um novo item no Grupo 3 (16/4/5), com a seguinte redação: *Recomendar à direção do Andes a realização de um seminário nacional em 2017 com o tema "A CSP-Conlutas que queremos.”* e do Grupo 11 (18/2/2): *Recomendação: Realização de Seminário para debater a CSP-Conlutas, no segundo semestre de 2017.* Após apresentação da proposição a mesa submeteu ao Plenário a votação da manutenção ou supressão da TR como um todo. Após discussão o Plenário deliberou pela supressão do TR como um todo. **TR 49 - Contribuição para o Terra Livre - Movimento Popular do Campo e da Cidade, Que o 36º Congresso do Andes delibere por auxílio financeiro de R\$ 1000,00 (mil reais) - mensais para a estruturação nacional do Terra Livre movimento popular do campo e da cidade – nacional.** Em relação a esse item, a situação foi de suprimir nos grupos 1 (12/00 /13), 2 (20/00 /05), 3 (20/01/01), 4 (11/09/04), 5 (18/00/03), 8 (19/00/01) e 10 (19/03/04). E aprovado no Grupo 7 (11/06/05) e aprovado com modificação no Grupo: 9 (18/00/05), ficando a seguinte proposição de modificação no texto original: “1. Que o 36º Congresso do Andes delibere por aprofundar as discussões sobre ações em parceria com o Terra Livre por meio de suas regionais e apoiar as ações que estejam de acordo com o plano de lutas do ANDES-SN. 2. Remeter as discussões sobre o Terra Livre para o GT-PAUA”. Após a apresentação da proposta, a mesa colocou em votação a manutenção do TR sem prejuízo de modificação. O Plenário aprovou a supressão do TR como um todo por ampla maioria, alguns votos contrários e poucas abstenções. **TR 50 – Alterar a composição da diretoria do ANDES-SN - Eleições com todas as vozes do ANDES-SN - proposta de mudanças no estatuto para inscrição de chapas para concorrer à diretoria do ANDES-SN, O 36º Congresso do ANDES-SN delibera: 1 - Alterar a composição da diretoria do ANDES-SN em suas regionais passando a ter 4 e não mais 6 membros: 1) Vice-Presidente(a) Regional; 2) Secretário(a) Regional; 3) Tesoureiro Regional 4) Suplente.** A situação da votação da proposta nos grupos foi rejeição total nos grupos 1 (17/8/2), 2 (18/7/4), 3 (21/2/2) 4 (13/7/3), 5 (13/5/1), 6 (18/3/4), 7 (15/8/4), 8 (13/7/1), 9 (17/7/2), 10 (14/6/1) e 11 (22/3/4). Além disso, foi aprovada a seguinte recomendação no Grupo: 1 (24/0/2: Pautar, no GTPFS, com desenvolvimento do Debate nas Seções

Sindicais, via GTPFS locais, a discussão sobre o projeto do Andes-SN com ênfase na sua estrutura organizativa com o objetivo de fortalecer a presença e consolidação do Sindicato Nacional na categoria. Após um longo debate acerca da supressão do TR, a mesa colocou em votação, sendo aprovada sua supressão por ampla maioria, alguns votos contrários e poucas abstenções. **TR 51 - Defender a democracia sindical.** Após a leitura da ordem dos TRs, o qual tinha a seguinte redação inicial: *O 36º Congresso do ANDES-SN delibera: 1 – Contra a divisão organizativa dos trabalhadores, defender uma única central, classista, democrática e operária. 2 Que o Andes-SN, em suas próprias instâncias e nas frentes em que atua, se coloque pela defesa da democracia sindical, o que significa que as bases nos grupos, plenários e assembleias decidem a política e o plano de lutas a serem implementados (contra o chamado consenso progressista). 3 – Pela eleição proporcional para a direção do ANDES-SN.* A situação nos grupos de trabalho acerca do conteúdo da TR foi suprimido integralmente nos grupos 1 (21/0/7), 3 (20/2/2), 5 (8/9/2), 8 (18/0/2) 9 (17/1/7) e 10 (15/4/3). No entanto, como nos grupos as deliberações acerca do conteúdo do TR foram feitas separadas, considerando que os tinham três itens, conforme detalhado a seguir: Item 1 com o seguinte texto original: *O 36º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. Contra a divisão organizativa dos trabalhadores, defender uma única central, classista, democrática e operária.* O resultado da votação foi de rejeição integralmente nos grupos 1 (21/0/7), 2 (23/0/5), 4 (12/1/8), 7 (14/6/4) e 11 (27/0/3). Em relação ao ITEM 2 originalmente com a seguinte redação: *Que o Andes-SN, em suas próprias instâncias e nas frentes em que atua, se coloque pela defesa da democracia sindical, o que significa que as bases nos grupos, plenárias e assembleias decidem a política e o plano de lutas a serem implementados (contra o chamado consenso progressivo).* A situação da votação nos grupos foi de rejeição integral nos grupos 1 (21/0/7), 2 (21/0/7), 6 (16/7/3), 7 (14/6/4), 11 (27/0/3). Item 3, com a seguinte redação: *Pela eleição proporcional para a direção do ANDES-SN,* que foi aprovada integralmente no Grupo: 2 (18/1/9) e com modificação no Grupo: 4 (12/2/8), ficando a seguinte sugestão de modificação: Seguir discutindo a proporcionalidade para a eleição da direção do ANDES-SN nos diversos espaços do sindicato, com também utilizar InformANDES com box's que tratem sobre o tema da proporcionalidade para eleição da diretoria do ANDES –SN. Após um longo debate acerca da supressão do TR, a mesa colocou em votação, sendo aprovada sua supressão por ampla maioria, alguns votos contrários e poucas abstenções. Nada mais havendo a tratar o presidente da mesa deu por encerrados os trabalhos da Plenária do Tema IV e eu Lila Cristina Xavier Luz, 2ª secretária, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pelo presidente.

Lila Cristina Xavier Luz
2ª Secretária

Cláudio Rezende Ribeiro
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN

A 1h05min do dia 29 de janeiro de 2017 foi instalada a mesa diretora da Plenária de Encerramento do 36º CONGRESSO do ANDES-SN. A presidente da Mesa, Eblin Farage iniciou os trabalhos apresentando os demais componentes: Alexandre Galvão Carvalho (secretário geral); Amauri Fragoso (1º tesoureiro); Reginaldo Silva de Araújo (presidente da ADUFMAT) e Roseli Rocha (2ª vice-presidente regional pantanal). Em seguida, a presidente passou a palavra ao secretário geral para a leitura das moções. A Mesa combinou com o Plenário que tendo em vista que as moções foram publicadas no tempo regimental, seria lido apenas o título e o fato motivador de cada uma, não lendo os conteúdos. Salientou que quem quisesse destaque o fizesse. Moção 1 – de denúncia ao ataque à autonomia universitária, à Constituição Federal e, assédio e ameaças de desemprego; Moção 2 – de repúdio ao mandado de despejo do SINTUSP de sua sede histórica; Moção 3 – de repúdio aos ataques da reitoria da Universidade de São Paulo às creches da USP, expressos recentemente no fechamento da Creche Oeste no Campus Butantã; Moção 4 – de apoio à greve dos servidores e servidoras públicas o município de Florianópolis, contrários ao pacote fiscal da prefeitura de Florianópolis; Moção 5 – de repúdio ao pacote fiscal do PMF e a forma como este foi imposto à população de Florianópolis e aos servidores e servidoras públicas municipais; Moção 6 – de repúdio a invasão do campus Pampulha (UFMG) pela PMMG e duas ocasiões, reprimindo a comunidade universitária; Moção 7 – de repúdio à forma arrogante do secretário de segurança pública, defesa civil, mobilidade urbana e trânsito de Mossoró(RN), Sr. Eliéser Girão, ao se dirigir aos companheiros do Sindicato da Guarda Civil; Moção 8 – de solidariedade às(aos) servidore(a)s públicos estaduais deixando na iminência do desemprego centenas de trabalhadore(a)s; Moção 9 – de solidariedade ao(à)s trabalhadore(a)s terceirizado(a)s da UFRGS que têm passado pelo constrangimento e humilhação de terem recorrentes atrasos nos seus direitos; Moção 10 – de repúdio às múltiplas manifestações de opressão e violência contra a livre organização sindical no Rio de Janeiro; Moção 11 – de repúdio à prisão da deputada do Parlasur Milagro em 16/1/2016 por liderar acampamento em frente à sede do governo da Argentina; Moção 12 – de repúdio à brutal repressão e prisão de pessoas que agem em defesa de terras na Argentina; Moção 13 – de apoio em defesa das universidades públicas estaduais do Rio de Janeiro; Moção 14 – de solidariedade ao companheiro Vitor e de repúdio à CSN; Moção 15 – de repúdio ao governo de Camilo Santana e a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará pela aprovação da PEC 03/16 e PL 11/16; Moção 16 – de apoio à campanha do BDS; Moção 17 – de repúdio aos ataques às universidades estaduais fluminenses, com destaque para a UERJ; Moção 18 – de apoio às lutas e direitos dos povos indígenas; Moção 19 – de repúdio ao calote do governo do estado do Rio de Janeiro à FAPERJ; Moção 20 – de repúdio à truculência e violência com os servidores da educação do estado do Paraná; Moção 21 – de apoio à Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense, do Rio de Janeiro; Moção 22 – de solidariedade ao reitor da UFRJ, Roberto Leher e à estudante Thais Rachel George; Moção 23 – de repúdio aos atrasos sistemáticos dos salários dos servidores do estado do Rio de Janeiro; Moção 24 – de repúdio ao descaso e ao sucateamento das universidades estaduais; Moção 25 – de repúdio ao senador Magno Malta; Moção 26 – de apoio ao reitor da UFRJ, prof. Leher e à estudante Thais Rachel George; Moção 27 – de repúdio à suspensão da nomeação da professora Soraya Smaili para o cargo de reitora da UNIFES. Submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade. As moções não foram entregues no prazo

regimental, portanto foram submetidas à apreciação e deliberação do plenário sobre a inclusão das mesmas. O plenário aprovou por ampla maioria a inclusão das seguintes moções: Moção 28 – de repúdio à violência e degradação ambiental em Mato Grosso; Moção 30 – de repúdio às intervenções passadas e futuras na construção das hidrelétricas. Registramos que a Moção 29 tem o mesmo teor da Moção 28; Moção 30 – de repúdio ao feminicídio da estudante de pedagogia da UESC, Sandra Oliveira; Moção 31 – de repúdio à prática de contratação de docentes voluntários pelas universidades estaduais e federais; Moção 32 – de repúdio às declarações do reitor da Universidade Estadual da Paraíba sobre um conjunto de medidas danosas às instituições; Moção 33 – de repúdio à política adotada pelo governador da Paraíba para a UEPB. Submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade. Após a votação das moções, o secretário geral fez a leitura da Carta de Cuiabá. Após a leitura, a presidente passou a palavra para Roseli Rocha, que fez suas considerações finais sobre o evento, destacando a satisfação e a alegria da Regional Pantanal ter participado da organização e da realização do 36º CONGRESSO do ANDES-SN. Em seguida, foi a vez do prof. Reginaldo, que também fez suas considerações finais, agradecendo ao(à)s diretores(a)s e funcionário(a)s da seção sindical que sediou o evento e dos colaboradores e monitores. Ressaltou a satisfação da seção sindical em ter sediado mais um Congresso do ANDES-SN. Retomando a palavra, a presidente da Mesa também agradeceu a hospitalidade, a organização e as boas condições de trabalho providenciadas pela Comissão organizadora do 36º CONGRESSO do ANDES-SN. Por fim, saudou os presentes e desejou bom descanso e retorno aos seus locais de trabalho, convocando-os a um compromisso com a efetivação, na prática, das resoluções aprovadas em Cuiabá e deu por encerrado o evento.

Alexandre Galvão Carvalho
Secretário-Geral

Eblin Farage
Presidente

CARTA DE CUIABÁ

Com o tema *Em defesa da educação pública e contra a agenda regressiva de retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras*, realizou-se, entre os dias 23 e 28 de janeiro de 2017, na acolhedora cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, o 36º CONGRESSO DO ANDES-SN. Organizado pela ADUFMAT Seção Sindical, o Congresso transcorreu em clima de acaloradas discussões entre os 350 delegados (as) e os 70 observadores (as) que representaram 73 seções sindicais espalhadas nas Instituições de Ensino Superior de todo o país. As polêmicas fortaleceram a unidade dos lutadores e lutadoras, reafirmando a tradição democrática que marca a história do Sindicato Nacional, o que se expressou já na mesa de abertura que contou com representantes de várias organizações sindicais, entidades e movimentos sociais que compartilham da luta contra a agenda regressiva em curso na sociedade brasileira.

Os punhos cerrados utilizados como símbolo do 36º Congresso foi como se exprimiu a imperiosa necessidade de construção da unidade da classe trabalhadora e, também, uma forma de comemorar o centenário da primeira revolução socialista vitoriosa, a Revolução Russa de 1917; a primeira greve geral realizada no Brasil, além de aludir ao cinquentenário do assassinato do guerrilheiro latino-americano Ernesto Che Guevara e homenagear o grande dirigente da revolução cubana e latino-americana, Fidel Castro, falecido em 25 de novembro de 2016. A dimensão simbólica da luta foi enaltecida, ainda, pela veiculação de programas de rádio e exibição de vídeos e de galeria de fotos que mantiveram os congressistas informados. Além disso, homenagearam as principais personalidades que protagonizaram os acontecimentos históricos que foram e ainda serão recordados ao longo deste ano.

Em face de uma conjuntura marcada pela intensificação dos ataques aos direitos sociais, pela criminalização das lutas e pelo recrudescimento do conservadorismo – protagonizados pelo ilegítimo governo de Michel Temer, por um parlamento predominantemente corrupto, por setores do poder judiciário e pela mídia corporativa –, o 36º Congresso aprovou como centralidade da luta a “Defesa dos serviços públicos e do projeto de educação do ANDES-SN, referenciado no Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, lutando pela autonomia e valorização do trabalho docente, construindo ações na luta contra a intensificação da retirada dos direitos, contra a apropriação do fundo público pelo capital e a criminalização dos movimentos sociais e todas as formas de opressão. Intensificação do trabalho de base, em unidade com a CSP-Conlutas, as entidades da educação e demais organizações do campo classista, na perspectiva da reorganização da classe trabalhadora, pelo Fora Temer e a construção da greve geral.”

Para o enfrentamento da luta no próximo período, os delegados e as delegadas reafirmaram o compromisso de construção da mais ampla unidade com as organizações da classe trabalhadora que implementam lutas na perspectiva classista, para impulsionar a reorganização da classe, derrotar a agenda regressiva em curso, barrar as contrarreformas previdenciária e trabalhista e construir a greve geral, envidando esforços para realizar um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora. Nessa mesma direção, os delegados e as delegadas reafirmaram a luta pelo direito de greve, ameaçado pelas decisões do poder judiciário e por projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional; decidiram também realizar um balanço político da CSP-Conlutas e da participação do Sindicato na Central, bem como continuar as atividades de formação política e sindical em âmbito nacional e regional. A aprovação de um dia nacional de lutas foi digna de destaque nas deliberações da política sindical, com indicativo de greve, paralisações e mobilizações para o dia 15 de março na perspectiva da construção da greve geral.

Reafirmando os princípios que norteiam a práxis do Sindicato em defesa da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada, os delegados e as delegadas comprometeram-se a lutar, em unidade com amplos setores da sociedade, contra a lei da mordaza, a reforma do ensino médio e a mercantilização da educação. Indicou-se a realização do V Seminário Estado e Educação, no primeiro semestre de 2017, e a construção do III

Encontro Nacional de Educação (ENE), em 2018, com atividades preparatórias nos estados, na perspectiva de construção do projeto classista e democrático de educação. Foi indicado o estreitamento das relações com centrais sindicais e sindicatos internacionais da educação no sentido de fortalecer as lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras de todo o mundo, na defesa de uma sociedade justa e solidária e de uma educação classista e democrática.

Na mesma perspectiva, os(as) congressistas se posicionaram contra o direcionamento e apropriação, pelo capital, do conhecimento científico e tecnológico produzido nas universidades e nos institutos públicos de pesquisa. Nessa direção, os delegados e as delegadas comprometeram-se a continuar a luta pela revogação do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação e sua regulamentação nas IES, contribuindo com a ampliação e o fortalecimento do Movimento por uma Ciência e Tecnologia Públicas. Apontou-se, ainda, a necessidade de realizar atividades conjuntas do GTC&T, GTPAUA e GTPCEGDS para pautar o problema da demarcação das terras indígenas e quilombolas e os processos de espoliação perpetrados pelas corporações capitalistas que se apropriam dos recursos naturais, energéticos e da biodiversidade.

No tema relativo às questões de classe, gênero, étnico-raciais e diversidade sexual, o 36º Congresso posicionou-se pela garantia de espaços de acolhimento de dependentes de militantes do Sindicato como forma de viabilizar a participação, prioritariamente das mulheres, e responsáveis, nas atividades das seções sindicais. O machismo, a LGBTfobia, o racismo e todas as formas de opressão foram incisivamente condenados pelos congressistas, em especial, a naturalização do assédio. E qual não foi a revolta dos delegados e das delegadas ao serem informados de atos dessa natureza perpetrados contra mulheres participantes do Congresso, forma de violência que foi dura e justamente repudiada em ato político protagonizado no início das atividades do dia 28/01 por um corajoso grupo de mulheres e de homens. Diante do ocorrido, a diretoria acolheu a proposta de uma comissão para analisar os casos de assédio nas atividades nacionais do Sindicato (Congresso e Conad) como parte de um processo educativo e de combate ao machismo. Deliberou-se pela realização de debates nas instâncias do Sindicato sobre a incorporação de pautas étnico-raciais, identidade de gênero e orientação sexual no desenvolvimento da carreira e nas condições de trabalho dos(as) docentes. Foi aprovada, ainda, a criação de um observatório de práticas de racismo, de LGBTfobia e de violência contra às mulheres.

Na mesma perspectiva de combate à opressão, o exitoso trabalho da Comissão da Verdade do Sindicato foi amplamente reconhecido pelos congressistas, os quais decidiram pela sua ampliação com a participação das seções sindicais no sentido de abordar formas outras de autoritarismo e de repressão que se reproduzem na atualidade, além das violações aos direitos humanos durante a época do infame regime empresarial-militar.

A criminoso contrarreforma da previdência encaminhada pelo ilegítimo governo Temer ganhou destaque com a realização de palestras e de debates ao longo do evento. Deliberou-se pela intensificação da mobilização e de ações contra a aprovação da PEC 287/2016, que continua e aprofunda a retirada de direitos de aposentadoria. Foi aprovada a continuidade da luta contra a Funpresp, realizando pesquisas sobre previdência complementar nos estados e municípios. Também na sequência de luta contra a privatização dos hospitais universitários, por meio da Ebserh, o Sindicato Nacional realizará oficinas de trabalho para orientar na elaboração de dossiê sobre a gestão da Ebserh naquelas universidades que ela opera, demonstrando todos os danos do modelo privatista implementado pelo governo.

Os/As congressistas também aprovaram que tanto os docentes das IFES quanto das IEES-IMES lutem contra a EC-95, que estabelece o congelamento dos investimentos sociais por vinte anos; a PEC 287/2016 da contrarreforma da previdência e o PL 6787/2016 que inicia a contrarreforma trabalhista.

Os delegados e as delegadas aprovaram também a defesa das instituições de educação pública, em especial, nesta conjuntura, das Instituições Estaduais de Ensino Superior ameaçadas de não continuar com suas atividades, em virtude da política de ajuste fiscal nos

Estados, com cortes e parcelamentos de salários e com absurdas defesas de privatização das Instituições de Ensino. Foi aprovada a realização de um grande ato nacional em defesa das universidades estaduais no Rio de Janeiro, uma vez que, nesse estado, pretende-se dobrar a contribuição previdenciária dos servidores públicos, rebaixando o salário para o pagamento de uma dívida pública espúria.

No conjunto dos SPF, os presentes deliberaram levar para o Fonasefe e outros espaços a luta pela revogação da Emenda Constitucional 95/2016, contra a PEC 287/2016 (Reforma da Previdência) e contra a Reforma Trabalhista. Junto a isto, a luta a qualquer restrição contra o direito de greve no serviço público. Reafirmou a pauta de reivindicações aprovada no 35º Congresso do ANDES-SN, de valorização salarial de ativos e aposentados, reestruturação da carreira docente, tendo como referência o projeto de carreira única do sindicato, pela melhoria das condições de trabalho, autonomia e democracia.

A autonomia do ANDES-SN em relação a partidos, governos e reitorias, princípio caro do Sindicato, foi reafirmada nas mudanças estatutárias aprovadas no 36º Congresso.

Foram essas as principais deliberações dos delegados e das delegadas que se deslocaram de várias partes do Brasil para o 36º Congresso do ANDES-SN em Cuiabá – um “ponto equidistante entre o Atlântico e o Pacífico”. Deliberações que, por serem sínteses forjadas nos embates políticos e na mais ampla e irrestrita democracia, apontam o caminho da unidade – como os punhos cerrados, como a viola de cocho feita de uma só peça de madeira maciça. Unidade que, construída nas lutas dos explorados e oprimidos, resplandece nas primeiras horas da madrugada de domingo, 29 de janeiro, quando os(as) congressistas ainda discutiam os encaminhamentos finais do Congresso, mirando um novo amanhecer como diz o poeta Caetano Veloso: “E aquilo que nesse momento se revelará aos povos/ Surpreenderá a todos não por ser exótico / Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto / Quando terá sido o óbvio”. E o óbvio para os delegados e as delegadas do 36º Congresso do ANDES-SN é que só a luta muda a vida.

Nesse espírito, finalizamos dizendo em uníssono Fora Temer! Rumo à greve geral! *Hasta la victoria!* Venceremos!

Cuiabá, 29 de janeiro de 2017

MOÇÕES

Moção 1

Proponente: Delegação da Apub Seção Sindical no 36º Congresso

Seção Sindical: Apub

Destinatários: Cref/Confe Bahia, Centrais sindicais, Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte (CBCE), Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfped), Ministério Público e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope).

Endereços dos Destinatários:

Fato motivador da moção: ataque à autonomia universitária, à Constituição Federal e assédio e ameaças de desemprego.

Moção de Denúncia

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, denunciam o assédio moral, as ameaças de autuação, as multas e, conseqüentemente, o desemprego que os professores de educação física, que atuam em espaços formativos e em campos de trabalho, para além do sistema educacional, estão sofrendo por parte do Conselho Regional de Educação Física (Cref/Confed Bahia). As ações do Conselho da Bahia em oposição a esses educadores, além de atentar contra preceitos constitucionais que garantam o trabalho digno dos cidadãos, em especial, aos habilitados e certificados por universidades, em cursos de licenciatura em educação física, contribui para gerar desestabilidade nas famílias e problemas de saúde como, por exemplo, a depressão humana, frente às constantes ameaças de desemprego, advindas das ações de um órgão privado, como é o caso da atuação do Cref/Confed, o qual não garante direitos trabalhistas, proteções aos trabalhos dos profissionais da área, mas gera desestabilidade e falta de emprego. Esta Moção de Denúncia deverá ser encaminhada aos organismos da luta da classe trabalhadora no Brasil, às centrais sindicais, ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), à Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), ao Ministério Público e à Organização Internacional do Trabalho (OIT), a fim de coibir e de rechaçar a ação do Sistema Cref/Confed contra os trabalhadores da área da educação física.

Moção 2

Proponentes: Ana Luiza J. Costa; César Minto; Everaldo Andrade; Lighia Matsushigue; Lilian Gregory; João Chaves, Paulo Cesar Centoducatte

Seção Sindical: Adusp, Adunesp, Adunicamp

Destinatário: Reitoria da Universidade de São Paulo

Endereço do destinatário: R. da Reitoria, 374, Butantã, São Paulo (SP), CEP 05508-220

E-mail: gr@usp.br

Fato motivador da moção: Pedido da Reitoria da USP, concedido pela justiça, de despejo do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) de sua sede histórica, no Campus Butantã, com a possibilidade do uso de força policial

Moção de Repúdio ao Mandado de Despejo do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) de sua Sede Histórica

O(a)s delegados(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 e 28 de janeiro de 2017, repudiam veementemente a tentativa da Reitoria da Universidade de São Paulo (USP), de despejar o Sindicato dos Trabalhadores da USP da sua sede histórica, espaço que ocupa desde sua fundação. Vale salientar que o pequeno prédio em questão não está sendo reivindicado oficialmente por nenhuma das unidades de ensino e pesquisa da universidade e não representa nenhum patrimônio de valor arquitetônico. Repudiamos, pois, a decisão judicial que concedeu à reitoria da Universidade uma liminar de reintegração de posse na qual já se prevê a possibilidade do uso de força policial.

Essa nova investida contra a organização coletiva no âmbito da universidade representa ato antissindical e guarda relação com os ataques que, neste ano, se avolumaram contra os direitos dos trabalhadores, bem como busca criminalizar toda e qualquer resistência por parte de movimentos sindicais, sociais e políticos no país.

Esses ataques se materializam na USP por meio do descompromisso da reitoria nas negociações da data-base, da violência expressa no corte de ponto dos funcionários grevistas, do irresponsável Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), que, ao cabo de duas etapas, dispensará cerca de três mil funcionários, da política de estrangulamento das creches, do Hospital Universitário (HU) e da Escola de Aplicação (EA).

Considerando todos os motivos expostos, o(a)s delegados(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN solidarizam-se com o Sintusp na luta por uma universidade pública socialmente comprometida, que prime por valorizar a cultura, o conhecimento, os seus estudantes, os seus funcionários técnico-administrativos e os seus docentes contra tal autoritarismo extremo.

Moção 3

Proponentes: Ana Luiza J. Costa; César Minto; Everaldo Andrade; Lighia Matsushigue; Lilian Gregory; João Chaves, Paulo Cesar Centoducatte

Seção Sindical: Adusp, Adunesp, Adunicamp

Destinatário: Reitoria da Universidade de São Paulo

Endereço do destinatário: R. da Reitoria, 374, Butantã, São Paulo (SP), CEP: 05508-220

E-mail: gr@usp.br

Fato motivador da moção: Ataques da Reitoria da USP às creches universitárias, com o impedimento de ingresso de novas crianças em vagas existentes e fechamento da creche unidade Oeste no Campus Butantã.

Moção de Repúdio aos ataques da Reitoria da Universidade de São Paulo às creches da USP, expressos recentemente no fechamento da Creche Oeste no Campus Butantã

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 e 28 de janeiro de 2017, repudiam veementemente a ação arbitrária da Reitoria da Universidade de São Paulo que vem, desde o ano de 2015,

procurando restringir o funcionamento das creches universitárias por meio da não abertura de matrículas para recepção de novos alunos, mantendo vagas ociosas. Quadro esse, agravado com os Programas de Demissão Voluntária, que, ao diminuir em equipe de funcionários, tendem a precarizar as condições para o desenvolvimento de suas atividades.

Em janeiro de 2017, os funcionários, as famílias e as crianças da Creche Oeste, bem como toda comunidade universitária foram surpreendidos com a determinação do fechamento daquela unidade. O despejo seria efetuado de forma intempestiva, acompanhado do cercamento do local, com tapumes e auxílio da polícia militar. Essa medida aconteceu de forma autoritária, à revelia do Conselho Universitário, instância decisória máxima da Universidade, que, ao contrário, determinou, em 11 de novembro de 2016, o preenchimento das vagas ociosas nas creches.

Atualmente, a Creche Oeste encontra-se ocupada por funcionários, estudantes, pais e mães. Uma das vitórias de seu movimento de resistência foi a recente abertura de edital para preenchimento de vagas ociosas. Entretanto, o edital não prevê a recepção de todas as crianças que tais vagas poderiam abarcar.

Sendo assim, entendemos que a Reitoria da USP segue atentando contra os direitos de trabalhadores(as) que precisam da educação infantil para seus filhos e filhas; contra os direitos das crianças de terem acesso à educação infantil de qualidade; na contramão das necessárias políticas de assistência estudantil àquelas(es) estudantes que são mães e pais e, especialmente, contra os direitos das mulheres sobre quem, historicamente, tem recaído a responsabilidade do cuidado com os filhos.

Adicione-se a tudo isso, que está sendo progressivamente perdido, um importantíssimo espaço de reflexão e de atuação na educação infantil. Para além dos ataques aos direitos sociais já referidos, o fechamento da Creche Oeste, consoante ao projeto de progressiva extinção das creches da USP, tende a destruir um espaço de excelência, referência para Instituições de Ensino e de Pesquisa tanto no Brasil e quanto no exterior. Trabalho desenvolvido por profissionais que ainda não foram reconhecidos como professores pela Universidade de São Paulo, mas que, recorrentemente, são premiados e recebem menções honrosas interna e externamente. Dessa forma, são, enfim, espaços de formação docente para os cursos de licenciatura da USP e de outras universidades, institutos e faculdades, e de realização de pesquisas acadêmicas para as unidades que compõem a USP. Seu progressivo fechamento compromete, de uma só vez, pesquisa, ensino, extensão e cultura.

Por isso, fazemos coro com o Movimento das Creches Mobilizadas, com a ocupação Creche Aberta e todos aqueles e aquelas que se levantam em defesa desse importante patrimônio da Universidade de São Paulo e da sociedade: as creches ficam!

Moção 4

Proponentes: Carmen Susana Tornquist; Mariléia Maria da Silva; Célia Regina Vendramini

Seção Sindical: Aprudesc e Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC

Destinatários: SintraseM

Endereço do destinatário: Rua Fernando Machado, 203

Cidade: Florianópolis

CEP: 88020-130

E-mail: sintraseM@sintraseM.org.br

Fato motivador da moção: Apoio à greve dos servidores e das servidoras públicas do Município de Florianópolis, contrários ao pacote fiscal da prefeitura de Florianópolis.

MOÇÃO DE APOIO

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam seu total apoio à greve das(os) trabalhadoras(es) do serviço público da cidade de Florianópolis, organizadas no Sintrasm, que protagonizou com coragem e clareza a luta contra a retirada de direitos trabalhistas e sociais impostos de forma arbitrária e violenta pela prefeitura de Florianópolis no Pacote Fiscal, Pacote de Maldades, em janeiro de 2017.

Moção 5

Proponentes: Carmen Susana Tornquist; Mariléia Maria da Silva; Célia Regina Vendramini

Seção Sindical: Aprudesc e Seção Sindical do ANDES na UFSC

Destinatário: Sintrasm

Endereço do Destinatário: Rua Talento Silveira, 60/ 5º andar, Florianópolis

CEP: 88010-300

E-mail: sintrasm@sintrasm.org.br

Fato motivador da moção: Moção de repúdio ao Pacote Fiscal do PMF e à forma como foi imposto à população de Florianópolis e aos servidores e servidoras públicas municipais.

Moção de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam seu total repúdio ao Pacote Fiscal encaminhado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, aprovado pela Câmara de Vereadores, sob o falso argumento de rombo nos fundos públicos, e à forma antidemocrática e violenta com a qual os servidores cidadãos foram tratados pela polícia militar e guarda municipal.

MOÇÃO 6

Proponentes: Pablo Luiz de Oliveira Lima; Solange Godoy

Seção Sindical: Apubh

Destinatário: Gabinete do Reitor da UFMG – Prof. Jaime Ramirez

Endereço do destinatário: Av. Antônio Carlos 6627, Campus Pampulha, Belo Horizonte (BH)

CEP: 31270-901

E-mail: reitor@ufmg.br

Fato Motivador da Moção: A invasão do Campus Pampulha (UFMG) pela PMMG em duas ocasiões, reprimindo a Comunidade Universitária.

Moção de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam seu repúdio e denunciam as ações da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), que nos dias 18 de novembro e 9 de dezembro de 2016, durante a greve dos docentes da UFMG, reprimiu manifestações pacíficas realizadas pela comunidade universitária em frente à Portaria 1 do Campus Pampulha e agiu com violência extrema para dispersar os docentes, trabalhadores, técnico-administrativos em educação, estudantes universitários e secundaristas, atirando bombas de gás e balas de borracha contra o edifício da Escola de Belas Artes, em que os manifestantes tentavam se proteger. O(a)s delegados repudiam as violações dos direitos humanos, incluindo o direito à livre manifestação e a quaisquer atos de violência contra membros da comunidade universitária da UFMG praticados pela PMMG. Manifestamos também o apoio às lutas da comunidade universitária da UFMG contra as políticas que retiram direitos dos trabalhadores e em defesa da educação pública.

Educação não é mercadoria!

Abaixo a repressão contra os movimentos sociais e populares.

Nenhum direito a menos!

MOÇÃO 7

Proponente: Delegação da Associação dos Docentes da Universidade do estado do Rio Grande do Norte – ADFURRN

Seção Sindical: ADFURRN

Destinatários: Sr. Eliéser Girão Monteiro Filho – Secretário Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito, do Município de Mossoró (RN)

Endereço do destinatário: Rua Rui Barbosa, 225, Alto da Conceição, Mossoró (RN), CEP:59814-900

E-mail: sesp@prefeiturademossoro.com.br

Fato motivador da moção: Forma arrogante do Secretário de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito de Mossoró (RN), Sr. Eliéser Girão, ao se dirigir aos companheiros do Sindicato da Guarda Civil

Moção de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestaram seu repúdio contra a forma como o General do Exército, Sr. Eliéser Girão Monteiro Filho, Secretário de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito, do Município de Mossoró (RN), ao afirmar que a situação pela qual o Brasil passa se deve a atitudes dos sindicalistas, sendo eles indecorosos e grosseiros; como também a forma arrogante como se referiu aos companheiros do Sindicato da Guarda Civil que estão com suas atividades paralisadas por atrasos de salários: “Me decepcionei com essa reunião realizada (...), porque eu queria fazer uma reunião de gestão para impor aos meus subordinados (da guarda civil) a volta imediata aos trabalhos”. O secretário ainda afirmou que os sindicatos atuam querendo gerar somente benefícios próprios.

Moção 8

Proponentes: Celeste Pereira (ADUFPEL); Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS); Laura Souza Fonseca (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS); e Rodnei Novo (APROFURG)

Destinatários: SEMAPI RS – secretaria@semapirs.com.br; CSP-Conlutas RS – secretariaconlutasrs@gmail.com; 2º Núcleo do CPERS-Sindicato – cperssm@terra.com.br; 24º Núcleo do CPERS-Sindicato – cpers.24nucleo@gmail.com; 38º Núcleo do CPERS-Sindicato – nucleo38@cpers.org.br; 39º Núcleo do CPERS-Sindicato – cpers39@gmail.com

Fato motivador da moção: Ao longo de 2016, o governador do RS parcelou salário dos servidores públicos estaduais e ameaçou extinguir as fundações estaduais. Promessa cumprida na semana entre natal e ano novo quando, sob forte aparato repressivo, fez aprovar na assembleia legislativa a extinção das fundações estaduais deixando na iminência do desemprego centenas de trabalhador@s.

Moção de Solidariedade às/aos Servidor@s Públicos Estaduais do Rio Grande do Sul

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, a partir de proposição da Comissão Local de Mobilização da UFRGS e endossada pelas Seções Sindicais do ANDES-SN no Rio Grande do Sul, manifestam sua irrestrita solidariedade neste difícil momento que os(as) nossos(as) colegas servidores(as) do Estado do Rio Grande do Sul estão passando, pois seus empregos e direitos estão ameaçados pela extinção das fundações Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), Fundação Zoobotânica (FZB), Fundação de Economia e Estatística (FEE), Fundação Cultural Piratini (TVE e FM Cultura) e Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF) e a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), no Pacote de Maldades do governo Sartori, que também significa a extinção da função do Estado em proteger o meio ambiente e a biodiversidade, produzir ciência e tecnologia e difundir a sua cultura. Repudiamos não apenas esses ataques, como também o momento e a forma inoportuna e covarde pela qual foram concretizados: antes das festas de final de ano e sob intensa repressão policial.

Moção 9

Proponente: Sindicalizada **Laura Souza Fonseca**

Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS

Destinatários: Associação d@s Trabalhador@s Terceirizad@s da UFRGS – unidosassociacao@gmail.com

Adriana Silva Cunha

Porto Alegre, RS

Fato motivador da moção: @s trabalhador@s terceirizad@s da UFRGS têm passado pelo constrangimento e humilhação de terem recorrentemente atraso no vale-transporte e vale-alimentação e nos salários. em dezembro de 2016, a situação foi agravada por não terem recebido o 13º na data e nem integral até o final do mês.

Moção de Solidariedade

O(A)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, com base na proposição da Comissão Local de Mobilização da UFRGS, manifestam solidariedade às(aos) trabalhadoras(es) das empresas terceirizadas que prestam serviço à UFRGS (Multiágil) que têm sido desrespeitadas(os) diariamente pelo não atendimento a seus direitos, como, por exemplo, o recebimento regular de vale-alimentação e vale-transporte, e o pagamento do 13º salário, que não foi efetuado integralmente até este momento. Repudiamos não apenas esses ataques, mas também o momento e a forma inoportuna e covarde pela qual foram concretizados, antes das festas de final de ano.

Moção 10

Proponente(s): Delegação da Adunirio no 36º Congresso do ANDES-SN

Seção Sindical: Adunirio

Destinatário(s): Reitoria da UNIRIO e ASUNIRIO

Endereço(s) do(s) destinatário(s):

E-mail: reitor@unirio.br e asunirio@asunirio.org.br

Fator motivador da Moção: Constrangimentos e perseguição política às lideranças sindicais

Moção de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam o seu repúdio às múltiplas manifestações de opressão e de violência contra a livre organização sindical, em especial no meio universitário, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Assim, há um conjunto de ações contrárias ao movimento sindical, tanto dos técnicos-administrativos quanto aos docentes.

A Adunirio Seção Sindical do ANDES-SN sofreu, nos últimos meses, uma forte pressão para ser desalojada da sua sede, que já ocupa a trinta anos. O mais grave, contudo, é a perseguição política às lideranças do Sindicato dos Técnicos-administrativos – Asunirio, que atualmente responde a processos administrativos, que podem resultar nas suas demissões. Por tudo isso, nós delegados e delegadas do 36º Congresso do ANDES-SN repudiam a violência contra o movimento sindical na Unirio e prestam solidariedade aos militantes da Asunirio perseguidos politicamente.

Moção 11

Proponente: Mario Antonio Gneri

Seção Sindical: Adunicamp

Destinatários

- 1) Presidente da República Argentina, Ing. Mauricio Macri;
- 2) Governador de la Provincia de Jujuy, Sr. Gerardo Rubén Morales

Endereços:

Casa Rosada, Balcarce 50, 1064, Buenos Aires, Argentina;

Palacio de Gobierno de la Provincia de Jujuy, San Martín 455, San Salvador de Jujuy, Jujuy, Argentina

Fato motivador da moção: prisão da deputada do Parlasur Milagro Sala em 16 de janeiro de 2016 (e presa até hoje) por liderar acampamento frente à sede do governo por “*incitación a cometer delitos y tumulto en concurso real*”.

Moção de Repúdio

Los delegados presentes en el 36° Congreso del ANDES-SN, realizado en Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de enero de 2017, manifiestan repudio a la prisión de la Diputada del Parlasur Milagro Sala (presa desde el 16/01/2016) y solicita su inmediata liberación.

Se considera esta prisión como uma detención política cuyo objetivo es reprimir a las organizaciones sociales populares y criminalizar la libre manifestación y la libertad de expresión.

LIBERTAD INMEDIATA A MILAGRO SALA!

Moção 12

Proponente: Mario Antonio Gneri

Seção Sindical: Adunicamp

Destinatários: Presidente da República Argentina, Sr. Ing. Mauricio Macri; Gobernador de la Provincia de Chubut, Sr. Mario Das Neves

Endereços:

Casa Rosada, Balcarce 50, 1064, Buenos Aires, Argentina;

Gobierno de la Provincia de Chubut, ob. Jorge Fontana 50, Rawson, Provincia de Chubut, Argentina

Fato motivador da moção: brutal repressão e prisão de pobladores da etnia mapuche (ou araucana) que agem em defesa de suas terras

Moção de repúdio

Los delegados presentes en el 36° CONGRESO del ANDES-SN, realizado en Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de enero de 2017, manifiestan su repudio a la brutal represión del pueblo mapuche por parte de la Gendarmería de y la policía de la Provincia de Chubut, en el marco del reclamo de los pobladores de tierras ancestrales actualmente en disputa con el grupo empresarial Benetton.

LIBERTAD A LOS PRESOS POLÍTICOS DEL PUEBLO MAPUCHE!

FUERA LA BENETTON DEL TERRITORIO MAPUCHE!

Moção 13

Proponente: Delegação da Aduff-SSind no 36° Congresso do ANDES-SN

Seção Sindical: Aduff

Destinatários: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (Uezo) e Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e suas respectivas Seção Sindical (Asduerj, Aduezo, Sesduenf)

Endereços dos destinatários:

UERJ: R. São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Rio de Janeiro (RJ), CEP 20550-900;

Uezo: Av. Manuel Caldeira de Alvarenga, 1203, Campo Grande, Rio de Janeiro (RJ), CEP 23070-200;

UENF: Av. Alberto Lamego, 2000, Parque Califórnia, Campos dos Goitacazes (RJ), CEP 28035-200;

ASDUERJ: Rua São Francisco Xavier, 524 – 1º andar, bloco D, sala 1026. Maracanã, Rio de Janeiro (RJ), CEP 20550-900;

ADUEZO: Avenida Manuel Caldeira de Alvarenga, 1203, Térreo do Prédio II, Rio de Janeiro (RJ), CEP 23070-200;

SESDUENF: Av. Alberto Lamego, 2000, Bairro Horto, Campos dos Goytacazes RJ, CEP 28013-602.

Fato motivador da moção: Crise das universidades estaduais, com risco de fechamento, em detrimento do projeto de contrarreformas nos direitos sociais e pela entrega do Fundo Público aos interesses do Capital

Moção de Apoio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, expressam total e irrestrito apoio em defesa das universidades públicas estaduais do Rio de Janeiro – Uerj, Uenf e Uezo – que se encontram em risco iminente de fechamento, por falta de condições mínimas para seu funcionamento.

Pioneiras nas políticas afirmativas de acesso ao ensino superior e de grande relevância no cenário internacional da pesquisa científica de ponta e de ensino e extensão de excelência, voltados à população, as universidades estaduais do Rio de Janeiro sofrem as consequências do descaso do governo, fruto direto da crise econômica gerada pelos megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas).

Ressaltamos, também, o descaso e o desrespeito com os servidores públicos, terceirizados e bolsistas daquelas instituições, que estão com seus salários e suas bolsas atrasados. O desmonte das universidades representa um quadro grave e uma concepção política de mundo que prejudica e sucateia a educação pública.

Moção 14

Proponentes: Roberto Camargos

Seção Sindical: ADUEMG

Destinatário: Companhia Siderúrgica Nacional

Endereço do destinatário: A/C Diretoria de Riscos e Compliance, Av. Brig. Faria Lima, 3400, - 20º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP), CEP 04538-132, CEP: 04538-132

E-mail: canal_denuncia@csn.com.br

Fato motivador da moção: O operário Vítor, conhecido como Véio da CSN, foi demitido pela empresa no dia 10/1/2017, sob alegação de “justa causa”

Moção de Solidariedade ao Companheiro Vítor e Repúdio à CSN

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam solidariedade ao metalúrgico e cipista da CSN, Vítor Raymundo Júnior, eleito e empossado em 2/1/2017. O operário, conhecido como Véio da CSN, foi demitido pela empresa no dia 10/1/2017, sob alegação de “justa causa”. Vale ressaltar que o companheiro estava completando seu quarto mandato como cipista representante dos trabalhadores da CSN, sendo votado expressivamente na empresa e empossado no dia 2/1/2017. O histórico trabalhista desse

cipisa de luta demonstra que a atitude da empresa é mais uma clara violação de direitos trabalhistas e humanos. Sua atuação desde o primeiro mandato é marcada por denúncias no Ministério Público do Trabalho, no Ministério Público Federal e na Delegacia Regional do Trabalho, resultando em inquéritos civis públicos, medidas reparatorias e outros desdobramentos que atingem os interesses da CSN. Entre suas denúncias também constam os números excessivos de acidentes fatais, amputações e sequelas irreversíveis provenientes dos diversos acidentes que aconteceram na empresa nos últimos cinco anos. Vimos, por meio desta Moção, repudiar veemente a atitude da empresa e exigir a imediata reintegração dele às suas funções, para que continue a defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da CSN-VR. Prestamos nossa solidariedade e apoio ao Companheiro Vítor Raimundo Júnior, no intuito de que seja revertida essa ação arbitrária e que o operário seja reintegrado a CSN.

Moção 15

Proponentes: Rosângela Duarte Pimenta; Marcel Lima Cunha; Niagara Vieira Soares; Raquel Dias Araújo; Sâmbara Paula Francelino Ribeiro; José Alex Soares Santos; Emerson Ribeiro; João Ludugero; Rafael Brito; Eudes Baima; e José Ernandi Mendes

Seção Sindical: Sinduece, Sindurca, Sindiuva

Destinatários: Governador Camilo Santana e Assembleia Legislativa do Ceará

Endereços dos destinatários:

Av. Barão de Studart, 505, Palácio da Abolição, Bairro Meireles;

Av. Desembargador Moreira, 2807, Bairro Dionísio Torres, Fortaleza, CEP: 60120-000 (Gabinete do Governador) e CEP: 60.170-900 (Assembleia Legislativa)

E-mail: camilo.santana@gabgov.ce.gov.br

Fato motivador da moção: Encaminhamento pelo governo de Camilo Santana (PT) da mensagem nº 8.070, convertida na PEC 03/16, que trata do congelamento de investimentos públicos por dez anos, e a mensagem nº 8.073, convertida no PL 11/16, que eleva a contribuição previdenciária dos servidores públicos de 11 para 14% e sua aprovação pela Assembleia Legislativa no final de dezembro.

Moção De Repúdio ao Governo de Camilo Santana e a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará pela Aprovação da Pec 03/16 e do PL 11/16

Os(as) delegados(as) presentes no 36º Congresso Nacional do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam repúdio à PEC 03/16 e ao PL nº11/16 encaminhadas pelo governo Camilo Santana e aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, no final de dezembro. A PEC 03/16 altera o Ato de Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Ceará, ao instituir o Novo Regime Fiscal, sob a justificativa de promover o equilíbrio financeiro nas contas do Estado, com dura contenção dos investimentos sociais públicos. O PL eleva a contribuição previdenciária dos servidores do Estado de 11% para 14%. Com essas medidas aprovadas pelo parlamento cearense, após mensagens nº 8.070 e nº 8073/16, em regime de urgência, encaminhada pelo governador Camilo Santana (PT), o serviço público cearense sofre um duro golpe com o congelamento das despesas primárias correntes por dez anos, com repercussão negativa para o custeio dos investimentos em todo os órgãos públicos, assim como terão sua contribuição previdenciária elevada. No caso da PEC 03/16, em seu Artigo 45, nos incisos de I a VIII, reproduz o conteúdo da EC 95/16 com um golpe violento para os(as)

servidores(as) públicos(as). As vedações, das quais tratam os referidos incisos, reduzem o serviço público estadual a pó. Diante dos fatores expostos, repudiamos veementemente as medidas adotadas pelo governo de Camilo Santana, bem como sua falta de diálogo e democracia com os(as) trabalhadores(as).

Moção 16

Proponentes: Gihad Mohamad (SEDUFMSM); Hugo Gomes Blois Filho (SEDUFMSM); Raphael Furtado (Adufes); Gilead Marchezi Tavares (Adufes); Juliana Iglesias Melim (Adufes); Thau Pastrello (Adufes); Patrícia Andrade (SINDIFPI); Egmar Oliveira Souza Jr. (SINDIFPI); Luis Silva (SINDIFPI); Waldyr Lins de Castro (Aduff); Gelta Xavier (Aduff); Adriana Penna (Aduff); Hélio Cabral Lima (Aduferpe); Levy Paes Barreto (Aduferpe); Marcos Escher (Apes); Elizandra Garcia da Silva (Adua).

Destinatário: Coordenação da Campanha BDS Brasil

Endereço do Destinatário: frentepalestinalivreusp@gmail.com

Fato Motivador da Moção: Apoio à campanha de Boicote, Desinvestimentos e Sanções contra o Estado Sionista de Israel (BDS).

Moção de apoio à campanha BDS

Em 9 de julho de 2005, a sociedade civil palestina fez um chamado internacional por Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) a Israel. Reiterado desde então, traz como proposta que governos e sociedade civil de todo o mundo promovam embargos e sanções a Israel até que se reconheçam os direitos fundamentais do povo palestino. Assim, tem como metas: o fim imediato da ocupação militar e colonização de terras árabes; a derrubada do muro de segregação, sendo construído na Cisjordânia desde 2002, o qual divide terras, famílias e impede a livre circulação; a garantia de igualdade de direitos civis a todos os habitantes de Israel, independentemente de religião ou etnia; e o respeito ao direito de retorno dos milhares de refugiados palestinos às suas terras e propriedades, de onde são expulsos há mais de 67 anos.

Face a imagens e fatos que comprovam o *apartheid* a que tem sido submetida essa população, em diversas partes do globo, a campanha do BDS tem se intensificado. Na Europa, governos desinvestem em contratos com empresas israelenses. Em todo o mundo, cidadãos comuns recusam-se a comprar produtos oriundos da potência ocupante, sindicatos e intelectuais têm se engajado nessa luta, bem como universidades têm cancelado convênios de cooperação com instituições que mantêm e legitimam o regime de segregação.

No Brasil, organizações sociais, estudantis, sindicais e populares impulsionam a iniciativa. Tal ação faz-se fundamental perante a forte ofensiva por parte de Israel em conquistar mercados aqui e em toda a América Latina. Investida essa que tem encontrado guarida por parte do governo brasileiro, na contramão da tendência de fortalecimento do BDS ao *apartheid* de Israel em outras partes do globo e em franco descumprimento das suas obrigações em não assistir a violações do direito internacional. Nessa linha, o país ratificou, em 2007, o Tratado de Livre Comércio (TLC), Mercosul/Israel, e tem ampliado os acordos militares com o Estado sionista. Além disso, transforma o Brasil em porta de entrada para a indústria armamentista de Israel na América Latina.

A cooperação e os contratos militares vêm sendo facilitados por um acordo de cooperação de segurança firmado entre a potência ocupante e o Executivo Federal em novembro de 2010. Fortalecendo essa parceria, as Forças Armadas brasileiras abriram

um escritório em Tel Aviv, em 2003. E há constantes intercâmbios, com delegações daqui sendo enviadas para o Estado sionista e de lá sendo acolhidas no território nacional – o qual tem servido como ponte para que empresas israelenses entrem em contato com países latino-americanos, conforme declarações dadas publicamente por autoridades brasileiras.

Cessar a cooperação acadêmica e cultural é outra linha de frente nessa luta, que tem como aderentes personalidades como o músico Roger Waters e o físico Stephen Hawking. O chamado palestino reivindica: cessar qualquer forma de cooperação acadêmica e cultural, colaboração ou projetos com instituições israelenses; suspender todas as formas de fundos e subsídios a essas e ‘desinvestir’ nelas; trabalhar para condenar as políticas de Israel e pressionar pela adoção de resoluções nesse sentido; apoiar instituições acadêmicas e culturais palestinas sem contrapartida em relação ao Estado sionista.

No Brasil, denunciar arbitrariedades como essa é tarefa essencial da campanha pelo BDS, perante um quadro nada alentador em que instituições de ensino superior têm firmado convênios de cooperação com instituições israelenses. Além de afronta ao direito internacional, esses acordos servem para dar uma aparência de normalidade e legalidade às colônias israelenses, ao muro do *apartheid* e aos outros crimes cometidos contra os palestinos.

Por isso, o(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, declaram o seu apoio à campanha por Boicote, Desenvolvimento e Sanções ao Estado invasor de Israel.

Moção 17

Proponentes: Delegação da Asduerj; Adunirio; Adur-RJ

Seção Sindical: ASDUERJ, ADUNIRIO, ADUR, ADUFRJ, ADUFF

Destinatários: Governo do Estado do Rio de Janeiro, Presidência da Alerj,

Endereços:

Palácio Guanabara, R. Pinheiro Machado, s/n, Laranjeiras, Rio de Janeiro (RJ), CEP: 22231-090

Palácio Tiradentes, Rua Primeiro de março, s/n, Praça XV, Rio de Janeiro, CEP 20010-090

Fato motivador da moção: Os ataques às universidades estaduais fluminenses, com destaque para a UERJ, representam hoje um balão de ensaio para as contrarreformas que expropriam direitos da classe trabalhadora em todo país. Defender as universidades estaduais do Rio de Janeiro, cujos trabalhadores estão sem salários e que não tiveram repasse de manutenção durante todo o ano de 2016, é central e fundamental.

Moção de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam repúdio ao governo do Estado do Rio de Janeiro pelos ataques aos direitos da população fluminense representados pelo sucateamento e desfinanciamento das suas universidades estaduais. A Uerj, Uenf e Uezo (e outras instituições de ciência e tecnologia do Estado) são hoje balão de ensaio para a destruição do serviço público perpetradas conjuntamente pelos governos federal e estadual. Mas também são exemplos de resistência para todos. Uerj, Uenf, Uezo resistem!

Moção 18

Proponentes: José Domingues de Godoi Filho

Seção Sindical: ADUFMAT

Destinatários: Presidência da República; Presidência do Congresso Nacional; Presidência do STF; Ministério da Justiça e Funai

Endereços dos Destinatários: Brasília (DF)

Fato Motivador da Moção: Apoio às lutas e aos direitos dos povos indígenas

Moção de Apoio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam posição favorável à:

- formulação e implementação de políticas efetivas e diferenciadas nas áreas de educação e saúde para atender os povos indígenas;
- demarcação imediata das terras de direito dos povos indígenas;
- suspensão imediata de projetos de infraestrutura, de energia, de hidrovia, de pontes, de ferrovias, de rodovias, de monocultivos e do agronegócio da Amazônia brasileira;
- retirada e arquivamento da PEC 215 e garantia dos direitos históricos constitucionais dos povos indígenas;
- aprovação e apoio à ação de autodemarcação da T. Indígena Sawré Moybu do Povo Munduruku.

Nenhum direito a menos!!

Moção 19

Proponente: Delegação da ADUFRJ

Seção Sindical: ADUFRJ

Destinatários: Presidência da Faperj e Governador do Estado do Rio de Janeiro

Cidade: Rio de Janeiro

Fato motivador da moção: Calote do Governo do RJ à Faperj

Moção de Repúdio ao Calote do Governo do Estado do Rio de Janeiro à Faperj

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam repúdio ao calote do Governo do Estado do Rio de Janeiro à Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj), que, além do corte de recursos para a produção científica e tecnológica, não tem garantido repasse do financiamento público via editais nos anos de 2015/2016.

O atraso no calendário de liberação das verbas dos editais, o não pagamento de bolsas de estudo e pesquisa e auxílios, o cortes nos valores empenhados e o cancelamento de repasses inviabilizam a realização de pesquisas acadêmicas, prejudicam pesquisadores, bolsistas e pesquisas nascentes e em desenvolvimento nas

universidades públicas, que já sofrem com contingenciamento de verbas e de orçamentos deficitários.

Moção 20

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatário: Governador Beto Richa

Endereço do Destinatário: Curitiba (PR)

Fato motivador da moção: Truculência e violência com os servidores da educação do Estado do Paraná

Moção de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam repúdio à forma com que o governador do Estado do Paraná, Beto Richa, trata os servidores públicos. Seja pela falta de diálogo, seja pela total insensibilidade para com os anseios da categoria.

Repudiamos as ações intransigentes e ofensivas aos direitos dos trabalhadores do serviço público em geral.

Moção 21

Proponente: Delegação da ADUFRJ

Seção Sindical: ADUFRJ

Destinatário: Grêmio Recreativo Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense

Endereço do Destinatário: Rio de Janeiro

Fato Motivador da Moção: Ataque do Senador Ronaldo Caiado ao samba-enredo em defesa dos povos indígenas e da luta socioambiental

Moção de Apoio à Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense (RJ)

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam solidariedade à escola de samba carioca Imperatriz Leopoldinense, em virtude dos ataques do Senador Ronaldo Caiado contra o samba-enredo intitulado *Xingu, o clamor que vem da floresta*, que homenageia o grito de guerra da luta pela preservação das florestas e da cultura indígena, o qual será apresentado no carnaval do Rio de Janeiro em 2017.

Diz o samba “Sangra o coração do meu Brasil. O belo monstro rouba as terras dos seus filhos, devora as matas e seca os rios, tanta riqueza que a cobiça destruiu (...)”, ou seja, trata-se de essencial defesa dos direitos dos povos indígenas e do povo do Xingu, alvos de ataque do agronegócio, razão pela qual nos colocamos em defesa da escola de samba e de seu legítimo direito de manifestação artístico-cultural, bem como em defesa das lutas socioambientais e dos povos originários.

Moção 22

Proponente: Delegação da ADUFRJ

Seção Sindical: ADUFRJ

Destinatários: Procuradoria Geral da República; Conselho Nacional do Ministério Público; Reitoria da UFRJ; Conselho Universitário da UFRJ (CONSUNI); Centro Acadêmico de Engenharia da UFRJ

Endereços dos Destinatários: Brasília e Rio de Janeiro

Fato motivador da moção: Proposição de Ação Civil Pública contra o reitor da UFRJ e a então presidente do Centro Acadêmico de Engenharia da UFRJ

Moção de Solidariedade

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam sua solidariedade ao reitor da UFRJ, Prof. Roberto Leher, e a então presidente do Centro Acadêmico de Engenharia, a estudante Thais Rachel George Zacharia, em virtude de ilegal ação do MPF, que acusa ambos de improbidade administrativa por realizar evento “com caráter político-partidário dentro da universidade”. O evento, intitulado *UFRJ em defesa dos direitos sociais, políticos e democráticos* foi realizado em ambiente externo aos espaços físicos da UFRJ e posicionava-se contra o *impeachment*, o ajuste fiscal, em defesa dos direitos sociais e da destinação de verbas públicas exclusivamente para a educação pública, do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e da gratuidade da educação pública.

Consideramos que é papel da universidade ser um espaço democrático de debates e de livres manifestações políticas, especialmente aqueles em defesa da universidade pública, autônoma e crítica da realidade social.

Moção 23

Proponente(s): Delegação da ADUFRJ

Seção Sindical: ADUFRJ

Destinatários: Sindicatos de trabalhadores do Estado do RJ; Sepe; Governo do Estado do RJ

Endereços dos Destinatários: Rio de Janeiro

Fato Motivador da Moção: Atrasos sistemáticos dos salários dos servidores do Estado do Rio de Janeiro

Moção de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam repúdio à política econômica que vem sendo desenvolvida no Estado do Rio de Janeiro, assim como em diversos outros estados do país, que se aproveitam do discurso de crise para deixar milhares de servidoras e servidores sem o pagamento de seus vencimentos em dia. Os atrasos de salário chegam a ser de meses, com o parcelamento vergonhoso do que é devido. Salário, além de direito básico, é condição essencial de subsistência. É inadmissível que o Estado do Rio de Janeiro submeta seus servidores a esse nível de privação de direitos e que seja ainda gerador de endividamento dos funcionários públicos, empurrando-os aos empréstimos e às condições que propiciam a cobrança de juros extorsivos decorrentes dos limites de cheque especial na rede bancária

Como trabalhadores deste país, não podemos deixar de destacar a uníssona demanda de revisão das prioridades econômicas que levam ao escoamento das verbas para o pagamento de dívidas e à anistia ao empresariado, exigindo-se a imediata

regularização dos deveres remuneratórios do Estado para com seus servidores e a garantia dos pagamentos em dia.

Moção 24

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatários: Abruem; Governos dos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte

Fato motivador da moção: O sucateamento e a ameaça de privatização da Uerj, Uenzo, Uenf e UERN

Moção de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, denunciam o descaso e o sucateamento das universidades estaduais, as quais sofrem com a política de ajuste fiscal que só beneficia o grande capital. Patrimônio da população, as Instituições Estaduais de Ensino Superior são a garantia da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada à juventude e à classe trabalhadora. O Estado, via seus governantes, tem a obrigação de garantir o funcionamento da Instituição e os direitos trabalhistas de docentes e servidores(as).

Assim, repudiamos o que vem acontecendo com as universidades estaduais do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Norte, por parte de seus mantenedores, deixando trabalhadores(as) sem salários, sem condições mínimas de sobrevivência e sem condições de funcionamento. Repudiamos, também, a incitação do judiciário e de diversos agentes do Estado com intuito de privatizar as universidades estaduais como solução para os problemas de manutenção e de custeio.

Em defesa da universidade pública: Uerj, Uenzo, Uenf e UERN resistem!

Moção 25

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatários: Presidência do Senado Federal; Conselho Nacional de Arquivos (Conarq); Arquivo Nacional/Ministério da Justiça e Cidadania

Fato Motivador da Moção: Projeto de Lei do Senado nº 146/2007, o qual propõe a equivalência de documentos digitalizados aos respectivos originais, possibilitando que os não destinados à guarda permanente sejam eliminados após o processo de digitalização

Moção de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam repúdio ao senador Magno Malta, autor do Projeto de Lei do Senado nº 146/2007, que propõe a equivalência de documentos digitalizados aos respectivos originais, possibilitando que os não destinados à guarda permanente sejam eliminados após o processo de digitalização. Esse procedimento equivale a destruir a garantia de autenticidade das informações registradas, extinguindo, por completo, a possibilidade de aferir a autenticidade do documento digitalizado, caso se levante a hipótese de alterações indevidas. Além disso, qualquer problema de ordem técnica, que atinja as cópias digitalizadas, tornará irrecuperáveis as informações constantes dos registros originais, caso tenham sido destruídos.

Moção 26

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatários: UFRJ, MEC e MPF

Endereço: Rio de Janeiro e Brasília

Fato Motivador da Moção: Apoio ao reitor da UFRJ, prof. Roberto Leher, e à estudante Thais Rachel George Zacharia, do Centro Acadêmico de Engenharia, ambos alvos do Ministério Público Federal (MPF) que ajuizou uma ação civil pública tendo como justificativa uma suposta “improbidade administrativa”.

Moção de Apoio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam apoio ao Reitor da UFRJ, prof. Roberto Leher, e à estudante Thais Rachel George Zacharia, do Centro Acadêmico de Engenharia, pois estão sendo alvos do Ministério Público Federal (MPF), que ajuizou uma ação civil pública tendo como justificativa uma suposta “improbidade administrativa”, pelo fato de terem apoiado a realização, no interior da Universidade, de ato em favor da democracia. O processo tramita em segredo de justiça.

O(a)s delegado(a)s prestam apoio e se solidarizam com o Reitor da UFRJ e a estudante, reconhecendo a autonomia e o caráter democrático da Universidade, com destaque ao direito de manifestação que caracteriza o espaço dessas entidades públicas. O 36º Congresso do ANDES-SN reforça a importância do respeito à democracia, o que caracteriza uma sociedade plural, em que se permite diferentes formas de ideias, enriquecendo a possibilidade de externar pensamentos diferentes e reforçando as liberdades individuais que desembocam em uma sociedade na qual os direitos são respeitados.

Moção 27

Proponente: Delegação da Adunifesp

Destinatários: Ministro da Educação e ao Conselho Universitário da UNIFESP

Endereço do destinatário: Brasília (DF)

Fato Motivador da Moção: Suspensão da nomeação da professora Soraya Smaili para o cargo de reitora.

Texto da Moção

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam veemente repúdio à suspensão da nomeação da professora Soraya Smaili para o cargo de Reitora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), vencedora na primeira consulta pública paritária junto às três categorias que constituem a universidade, resultado confirmado pelo Conselho Universitário.

A suspensão foi determinada pelo MEC quando do acolhimento de denúncia assinada pelo senhor Antônio Carlos Lopes, ecoando as vozes dos setores mais retrógrados da universidade, os quais acusaram a paridade, que tanto temem, de ferir a legalidade que, historicamente, vem suprimindo vozes de servidores técnico-administrativos e de alunos.

A medida tem o dissabor da intervenção, tão comum em tempo de autoritarismo, fere o princípio da autonomia universitária e ignora solenemente o direito de a comunidade universitária definir, democraticamente, seus dirigentes máximos.

Moção 28

Proponente: Maelison Neves

Seção Sindical: Adufmat

Destinatários: Governo do Estado de Mato Grosso; Presidência da República, Procuradorias Federal e Estadual; Promotorias Especializadas; e Assembleia Legislativa.

Fato Motivador da Moção: Recentemente, fazendeiros invadiram a reserva Ricardo Franco, às margens do Rio Guaporé, em Vila Bela de Santíssima Trindade. Um dos invasores é o Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, que se encontra escudado em autoridades do Estado de Mato Grosso para se manterem nas terras ilegalmente. Os fiscais que autuaram os fazendeiros foram demitidos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente - Sema. Vila Bela, primeira capital de Mato Grosso, tem a maioria da população negra autóctone, circundada por terras de quilombo, incluindo o quilombo do Quariterê da Lendária Tereza de Benguela. O desmate ameaça toda a biodiversidade, até mesmo animais em extinção, dentre os quais, o boto cor de rosa.

O secretário de meio ambiente de Mato Grosso é ruralista e presidente da Associação dos produtores de soja e milho do Mato Grosso (Aprosoja).

Em MT, o governo anterior de Silval Barbosa (PMDB), que se encontra na prisão por corrupção, há mais de um ano, considerado como leniente com o meio ambiente, perde para o atual governo no que se refere ao desmatamento. Nos dois primeiros anos, comparativamente, no governo atual de Pedro Taques (PSDB), o desmate cresceu quase 40% (ICV). De agosto de 2015 a julho de 2016, foram desmatados no estado 1.508 quilômetros quadrados, sendo que 47,7% ocorreu em imóveis rurais privados e cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), com 50% em grandes propriedades. Foi a maior média dos últimos cinco anos. Em 2016, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso tentou aprovar legislação diminuindo a distância de empreendimento às margens de cursos d'água para favorecer interesses minerais do Grupo Votorantim, abrindo para outras áreas. No ano passado, aprovaram a volta do uso de correntões para facilitar e agilizar desmatamentos. As unidades de conservação de territórios indígenas encontram-se abertas à sanha de madeireiros e do agronegócio.

O ministro da Agricultura Blairo Maggi, o rei da soja, declarou ao programa Voz do Brasil que “o país já fez muito pelo meio ambiente”, defendendo a flexibilização das leis ambientais. Declarou, também, na Conferência do Clima da ONU, que os assassinatos no campo seriam só problemas de relações “sociais”. São falsas as informações sobre o meio ambiente com base na cidade de Mato Grosso, as quais foram levadas à Conferência. O secretário do meio ambiente fala que foi “um presente de Deus” a abertura de estradas, de portos, de barramento de rios ao norte, para exportação de grãos, ignorando o verdadeiro genocídio com povos indígenas, camponeses e ribeirinhos.

Os órgãos de controle e de fiscalização encontram-se paralisados nas áreas críticas de interesse de ruralistas e do agronegócio. A sanha do agronegócio impõe impactos violentos no uso indiscriminado de agrotóxicos, passando hoje por dados subestimados, de seis quilos de veneno por habitante-ano em Mato Grosso. A crise do clima é revelada desde o Parque do Xingu, a perda da biodiversidade caminha celeremente a caminhada genocida com povos indígenas tradicionais e originários.

Moção de Repúdio à Violência e à Degradação Ambiental em Mato Grosso

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam repúdio e exigem do governo do Estado de Mato Grosso o cumprimento de suas obrigações constitucionais como órgão de proteção e de fiscalização ambiental, e, ainda, que seja feita uma auditoria de terras em Mato Grosso, e seu uso atual.

Moção 29 - Idem texto da moção 28

Moção 30

Proponente: Maelison Neves

Encaminhar para: Governo do Estado de Mato Grosso, Presidência da República, Senado e Câmara Federal, Procuradorias Federal e Estadual, Promotorias Especializadas, Assembleia Legislativa.

Fato motivador da moção: Os cenários das hidrelétricas em Mato Grosso (como de resto na Amazônia Legal), tanto passado quanto atuais e futuros são trágicos. Muitos projetos impactam os povos indígenas, os camponeses e os pescadores. No alto Juruena, são 17 PCHs em operação, mais de oitenta inventariadas e 24 UHES planejadas. Todas para aproveitamento máximo dos recursos hídricos, atendendo à demanda de mercado, tendo em vista que essa produção de energia é a que rende mais lucro. Por outro lado, é a que rende mais prejuízos por conta de seus perversos impactos. Só no rio Teles Pires já são cinco usinas, atingindo os povos Mundurukuwenê, Kayabi, Apiacás (isolados), Bakayri, Nhambiquara, Enawnê, Parecis, Manoki, Kaiapó, Rikbatsa, Japuira, Cinta Larga, Miky. Da mesma forma, atinge todos da Bacia do Tapajós.

Os empreendimentos nos rios Tapajós, Juruena e Teles Pires representam grandes barramentos sucessivos aos interesses da indústria de eletricidade e de tantos outros fatores de ocupação negativos que ameaçam a produção dos povos indígenas, ribeirinhos e camponeses. No país, são 1.225 instalações com aumento previsto de 30% para os próximos dez anos. No final do ano de 2016, o Senado aprovou uma lei de licitação, que dentro outras aberrações, dispensa as audiências públicas.

MOÇÃO DE REPÚDIO

O AVANÇO DESTRUTIVO DAS HIDRELÉTRICAS

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam repúdio às intervenções passadas, atuais e futuras que, no ímpeto de construção das hidrelétricas não levam em conta os impactos sobre a natureza e as populações, que são severamente atingidas. Ao contrário e a qualquer custo, atendem apenas os mercados de energia e do agronegócio.

Solicitam que o Estado brasileiro tome as providências necessárias para a avaliação desses projetos com a participação direta das populações atingidas e de representações da sociedade civil e do movimento social. Posicionam-se contrariamente às alterações legislativas tramadas para simplificar o processo de licenciamento

ambiental e a viabilização técnica, econômica e institucional. O(a)s delegado(a)s são contrário(a)s à ação da ANEEL no que se refere à atuação exclusiva sob a égide do mercado. As graves consequências desses projetos para a produção da eletricidade, estão expostas em Rondônia, com a construção das hidrelétricas Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira. São da mesma forma, os reservatórios a fio d'água, com impactos gravíssimos tanto para o ambiente quanto para as populações.

Moção 31

Proponentes: Delegações da Adua e Sinduea no 36º Congresso Nacional do ANDES-SN

Seção Sindical: Adua-S.Sindical e Sinduea

Destinatários: Reitores das Universidades Federais e Estaduais do Amazonas; MPOG; MEC; Secretarias Estaduais de Educação; C&T.

Fato Motivador da Moção: Avanço dos processos de ingresso de docentes no serviço público na modalidade professor voluntário.

Moção de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam o seu repúdio à prática de contratação de docentes voluntários pelas universidades federais e estaduais, por entenderem que essa modalidade de trabalho contribui para fortalecer a precarização do trabalho docente na sua expressão mais nefasta. Repudiam, igualmente, a prática dos reitores da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), que, por meio de resoluções e outros instrumentos jurídicos, conferem legalidade a essa nova modalidade de trabalho.

Moção 32

Proponentes: Nelson Aleixo da Silva Júnior, Cristiane Maria Nepomuceno, Lenilda Cordeiro de Macedo, Maria de Lurdes Sarmiento e Mauriere Silva de Freitas.

Seção Sindical: ADUEPB

Destinatário: Reitor da Universidade Estadual da Paraíba, Rangel Júnior.

Endereço do Destinatário: Rua Baraúnas, 351, Bairro Universitário, Campina Grande, CEP: 58 429-500

Fato Motivador da Moção: Ameaça de redução de vagas e demissão de professores na UEPB.

Moção de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam seu repúdio às declarações do Reitor da Universidade Estadual da Paraíba, professor Rangel Júnior, que, em seguidas declarações públicas, tem sinalizado que submeterá ao Conselho Superior (Consuni), um conjunto de medidas danosas à Instituição, que passa pela demissão de professores substitutos até a redução da oferta de vagas para a sociedade paraibana. Sendo assim, compreendemos que tais ações contribuem para o enfraquecimento da universidade pública em nosso país, dando prosseguimento ao processo de privatização da educação brasileira.

Moção 32

Proponentes: Nelson Aleixo da Silva Júnior, Cristiane Maria Nepomuceno, Lenilda Cordeiro de Macedo, Maria de Lurdes Sarmiento e Mauriere Silva de Freitas.

Seção Sindical: ADUEPB

Destinatário: Reitor da Universidade Estadual da Paraíba, Rangel Júnior.

Endereço do Destinatário: Rua Baraúnas, 351, Bairro Universitário, Campina Grande, CEP: 58 429-500

Fato motivador da moção: Ameaça de redução de vagas e demissão de professores na UEPB.

Moção de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam seu repúdio às declarações do Reitor da Universidade Estadual da Paraíba, professor Rangel Júnior, que, em seguidas declarações públicas, tem sinalizado que submeterá ao Conselho Superior (Consuni), um conjunto de medidas danosas à Instituição, que passa pela demissão de professores substitutos até a redução da oferta de vagas para a sociedade paraibana. Sendo assim, compreendemos que tais ações contribuem para o enfraquecimento da universidade pública em nosso país, dando prosseguimento ao processo de privatização da educação brasileira.

Moção 33

Proponentes: Cristiane Maria Nepomuceno; Mauriene Silva de Freitas; Jenilda Cordeiro de Macedo; Nelson Aleixo da Silva Júnior; Maria de Lourdes Sarmiento.

Seção Sindical: ADUEPB

Destinatário: Governador do Estado da Paraíba, Sr. Ricardo Vieira Coutinho

Endereço do Destinatário: João Pessoa, Paraíba, CEP: 58 013 486

Fato motivador da moção: Política de cortes orçamentários para a UEPB e o congelamento das progressões funcionais e suspensão dos reajustes de remuneração dos servidores.

Moção de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam repúdio a política adotada pelo Governador do Estado da Paraíba, Sr. Ricardo Vieira Coutinho, para a Universidade Estadual da Paraíba, com base na adoção de cortes orçamentários em total desrespeito a sua lei de autonomia financeira (Lei nº 7.643/2004). Tal prática vem acarretando gradual sucateamento e desmonte da instituição na medida em que suprime as verbas destinadas às atividades de pesquisa e de extensão, a assistência estudantil, aquisição de equipamentos e precariza as atividades docentes visto que sobrecarrega suas cargas horárias. Como se não bastasse, o referido governador, antecipando-se à “Política de Ajustes Fiscais” do Governo Federal, prorrogou em março de 2016, a Lei nº 10.660 que suspendeu o reajuste de remuneração dos servidores do Estado e congelou as progressões funcionais.

RESOLUÇÕES

**RELATÓRIO DO TEMA I – MOVIMENTO DOCENTE E
CENTRALIDADE DA LUTA
36º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL**

CENTRALIDADE DA LUTA

Defesa dos serviços públicos e do projeto de educação do ANDES-SN, referenciado no Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, lutando pela autonomia e valorização do trabalho docente, construindo ações na luta contra a intensificação da retirada dos direitos, contra a apropriação do fundo público pelo capital e a criminalização dos movimentos sociais e todas as formas de opressões. Intensificação do trabalho de base, em unidade com a CSP-CONLUTAS, as entidades da educação e demais organizações do campo classista, na perspectiva da reorganização da classe trabalhadora, pelo Fora Temer e a construção da greve geral.

RELATÓRIO DO TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS 36º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O 36º CONGRESSO delibera

- 1.** Continuar a luta pela ampliação de recursos orçamentários específicos para C&T, combatendo as iniciativas de desmonte do Estado e desresponsabilização do financiamento público a exemplo da Emenda Constitucional 95/16, Teto dos Gastos Públicos, (que tramitou na Câmara como PEC 241 e no Senado como PEC 55/16), e apoiar incrementos nos fundos públicos de financiamento.
- 2.** Defender que a distribuição dos recursos para C&T seja feita diretamente para as universidades, Institutos, CEFETs e outras instituições públicas de pesquisa, em apoio a projetos coletivos de pesquisa socialmente referenciados, garantindo a gestão por meio dos órgãos colegiados constituídos democraticamente.
- 3.** Ampliar a luta pela revogação e contra a regulamentação da Lei nº 13.243/16 (Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação - MLCTI), nas instituições públicas de pesquisa (universidades, institutos, CEFETs) ou que fomentem a pesquisa pública (secretarias de estados e municípios, fundações estaduais, agências federais), por meio de:
 - 3.1** levantamento de regulamentação do MLCTI nas diversas instituições, por meio das seções sindicais e das secretarias regionais;
 - 3.2** avaliação dos aspectos jurídicos pendentes de regulamentação no MLCTI, por meio da Assessoria Jurídica Nacional (AJN), e fomento de discussão nas seções sindicais e nos encontros das regionais do ANDES-SN, para municiar a intervenção política contra o referido Marco no âmbito das instituições públicas de ensino e pesquisa;
 - 3.3** elaboração de InformANDES especial sobre C&T com material de apoio para as intervenções do ANDES-SN, tendo por base o levantamento e a avaliação citados, além das discussões do II Seminário de C&T, realizado na UERJ, em dezembro de 2016.
- 4.** Ampliar a participação do ANDES-SN no Movimento pela Ciência e Tecnologia Públicas (MCTP), por meio de:
 - 4.1** atividade organizada em conjunto com as demais entidades do MCTP, durante a reunião da SBPC que ocorrerá na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, entre os dias 16 e 22 de julho de 2017, com o fim de debater e divulgar o manifesto do Movimento e outros materiais;
 - 4.2** participação nas reuniões, nos encontros, nos seminários e nos atos promovidos pelo MCTP.
- 5.** Continuar o estímulo à formação dos GT de C&T nas seções sindicais.
- 6.** Acompanhar as propostas, mudanças e alterações nas leis de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual relacionadas à ciência, tecnologia e inovação.
- 7.** Lutar para a derrubada dos vetos de Michel Temer nas leis de diretrizes orçamentárias para 2017 (LDO/2017) e pela derrubada da alteração feita pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária Anual (LOA/2017) com a criação de uma

nova fonte de recursos (Fonte 900) retirando verbas das áreas da educação, ciência, tecnologia e inovação.

Recomendação: pautar na reunião do GT C&T do ANDES-SN o debate sobre a necessidade de reforçar o caráter social da produção de Ciência e Tecnologia e a consequente adequação da inclusão do termo sociedade na definição da C&T.

II - POLÍTICA SINDICAL

O 36º CONGRESSO delibera

1. Fortalecer a mais ampla unidade da classe trabalhadora, contra: a Emenda Constitucional 95/2016 que congela os investimentos públicos nas áreas sociais por 20 anos; a Lei Complementar 156/2016 e seus efeitos sobre estados e municípios que representam um desmonte do serviço público já em curso; a contrarreforma da previdência (PEC 287/2016); e a contrarreforma trabalhista.

2. Denunciar amplamente a atuação do STF, intensificada nos últimos anos, com medidas que, com a utilização do discurso de “flexibilização”, retiram direitos trabalhistas e destroem conquistas de trabalhadores e trabalhadoras, subvertendo seu papel de salvaguarda da Constituição.

3. Denunciar a OIT e a outros órgãos internacionais, em articulação com outras entidades do serviço público, o corte de ponto, conforme apontado nos estudos da assessoria jurídica nacional, assim como outras condutas do Estado brasileiro que buscam inviabilizar o exercício do direito de greve no serviço público.

4. Lutar pelo direito de greve, intensificando ações de denúncias das medidas ditatoriais do Poder Judiciário, como o corte de ponto de servidores em greve, dando ênfase no embate contra a PEC 53 que altera a Constituição Federal para limitar o exercício do direito de greve do setor da educação.

5. Lutar contra a reforma trabalhista expressa na PL 6787/2016, que tramita em caráter de urgência no Congresso Nacional e intensificar as ações contra as demais iniciativas legislativas referentes à precarização do trabalho e à terceirização, tais como o PLC 30/2015 (antigo PL 4330/2004) e seus congêneres (PLS 87/2010, PLS 300/2015 e PLS 339/2016), o PL 4302/98, que regula o trabalho temporário:

5.1 apoiar a organização dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados e sua participação nos espaços de luta;

6. Intensificar a luta pela construção de um amplo polo classista e de resistência, com centrais sindicais, sindicatos, movimentos populares e estudantis, para enfrentar o agravamento dos ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, com base na unidade na luta:

6.1 estimular espaços e momentos de formação política em articulação com outras entidades, aprofundando o debate classista;

6.2 articular a construção de ações (seminários, mesas-redondas, fóruns, encontros) via secretarias regionais e seções sindicais, na perspectiva da construção de encontro nacional do ANDES-SN, com a pauta dos ataques em curso;

6.3 articular reunião nacional de entidades classistas, movimentos sociais e estudantis, em 2017, com o objetivo de avançar no processo de reorganização da classe trabalhadora;

6.4 debater, no GTPFS, a proposta de realização de um encontro que tenha como tema o

processo de reorganização da classe trabalhadora, na perspectiva de contribuir para a construção de um evento nacional.

7. Continuar atuando na construção de uma greve geral contra a retirada de direitos da classe trabalhadora, intensificando junto à CSP-Conlutas, Espaço de Unidade de Ação, Fóruns em defesa dos Serviços Públicos e Movimento Estudantil, a articulação das lutas com as demais centrais e organizações sindicais e populares:

7.1 fortalecer as organizações unitárias com as organizações constituídas historicamente pela classe trabalhadora brasileira (centrais, confederações, federações e sindicatos) e no âmbito dos movimentos populares da cidade e do campo tendo como eixo a luta contra a retirada de direitos e capaz de pautar conjuntamente uma agenda de lutas e de mobilizações nacionais nos fóruns mais amplos de construção da luta, em particular para a construção da greve geral;

7.2 indicar o dia 15 de março como dia nacional de greves, paralisações e mobilizações na perspectiva da construção da greve geral;

7.3 que as sessões sindicais criem mecanismos locais de construção da greve geral como GTs, comandos de mobilização, comissões em prol de orientar a luta na base e com outras categorias no espaço local.

8. Continuar apoiando as diversas formas de luta em defesa da educação pública, tais como as ocupações estudantis em instituições educacionais denunciando e combatendo quaisquer ações de criminalização e perseguições políticas.

9. Demandar que a ANDIFES, a ABRUEM e o CONIF articulem as reitorias para que publicizem os orçamentos das instituições, e que os conselhos superiores se manifestem contrariamente ao corte de ponto em greves e paralisações, e contra a EC 95/2016, que congela os investimentos sociais por vinte anos.

10. Lutar pela revogação da Lei nº 13.334/2016 que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e dá outras providências.

11. Lutar pela revogação da Lei nº 13.365/2016 que permite a abertura da exploração do Pré-Sal ao capital privado, retirando a garantia do direito de preferência de operação da Petrobras.

12. Ampliar as atividades locais e regionais (como lutas, reuniões e palestras) sobre a precarização do trabalho docente e as formas de organização sindical por local de trabalho no contexto da multicampia, a partir da concepção sindical do ANDES-SN.

13. Realizar, em 2017, reunião conjunta do GTPFS e do GTPE para debater o trabalho e a organização docente diante da expansão e da multicampia das IES.

14. Realizar, em 2017, um curso Nacional de Formação Política e Sindical, com o tema Movimentos sociais: exploração, opressão e revolução.

15. Realizar, juntamente com as seções sindicais em articulação com as secretarias regionais, atividades de formação que contemplem os temas do Curso Nacional realizado de acordo com a aprovação no 35º Congresso do ANDES-SN.

16. Envidar esforços por meio das secretarias regionais em conjunto com as seções sindicais, e em articulação com outros sindicatos e movimentos populares e estudantis, para a criação das coordenações estaduais ou regionais da CSP-Conlutas onde não houver.

17. O ANDES-SN propõe à CSP-Conlutas os seguintes eixos norteadores para a metodologia de funcionamento do Congresso da Central:

17.1 Contribuições:

a) as contribuições deverão ser formuladas com a separação entre os considerandos (textos de apoio) e as propostas de resolução.

17.2 Funcionamento:

a) o número de delegados nos grupos de discussão não poderá ser superior a 5% dos delegados credenciados;

b) cada grupo deverá eleger um coordenador, um secretário e um relator. O relator será responsável pelo preenchimento do formulário de relatório previamente elaborado pela comissão organizadora do III Congresso;

c) os relatórios serão consolidados pela comissão de sistematização, formada por todos os relatores e pela comissão organizadora do Congresso.

17.3 Da Plenária:

a) as propostas sistematizadas, em relatório acessível para todos os delegados, serão votadas após um encaminhamento a favor e um contra, podendo ser aumentado a critério da plenária;

17.4 Infraestrutura

a) A comissão organizadora deverá providenciar a infraestrutura necessária (espaço, cadeiras, som, gravador) para que os trabalhos nos grupos e nas plenárias transcorram normalmente.

18. Discutir, por meio das seções sindicais, o cálculo do número de representantes nos fóruns nacionais da CSP-Conlutas, como congressos e Coordenação Nacional para ser deliberado no 62º CONAD.

19. Elaborar, por meio do GTPFS, visando acumular debates e reflexões para as deliberações do ANDES-SN sobre a contribuição do nosso sindicato ao III Congresso da CSP-CONLUTAS, materiais a serem enviados às seções sindicais para subsidiar o debate sobre o balanço político da CSP-Conlutas e as deliberações do 62º CONAD.

20. Reforçar a luta contra a precarização no serviço público, denunciando o processo de contratação de professores e professoras voluntários.

21. Intensificar a luta e a denúncia sobre a ocorrência de casos de assédio moral em instituições educacionais.

22. Lutar contra a agenda autoritária e conservadora do governo ilegítimo de Michel Temer.

23. Reafirmar a defesa da democracia interna como condição fundamental para a garantia de debates qualificados, assegurando pleno respeito à pluralidade de posições de maneira a assegurar a unidade docente na luta.

III. POLÍTICAS DE CLASSE, ETNIAS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

O 36º CONGRESSO delibera

1. Que as seções sindicais debatam em suas instâncias deliberativas, formas de viabilizar a participação, prioritariamente das mulheres e responsáveis por dependentes que exigem cuidados diretos, nas atividades das seções sindicais e do ANDES-SN.

2. Criar espaços de acolhimento e convivência no âmbito das seções sindicais para que docentes com dependentes possam participar de atividades sindicais.

- 3.** Realizar evento do GTPCEGDS no ano de 2017, com duração de três dias que englobará os seguintes seminários: 1º dia para o III Seminário das Mulheres, tendo como centro feminismo classista, com destaque para mulheres negras, mulheres transexuais, mulheres lésbicas e bissexuais e a luta contra o recrudescimento do conservadorismo e a retirada de direitos; 2º dia o do III Seminário de Diversidade Sexual, marcando a luta contra a homofobia, a lesbofobia e a transfobia; 3º dia o Seminário sobre Reparação e Ações Afirmativas.
- 4.** Articular, junto à CSP-Conlutas, aos movimentos de mulheres, ao movimento estudantil e às demais entidades e movimentos interessados, atividades nos dias de luta pela garantia dos direitos das mulheres, em especial o 8 de março, Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, pelo seu caráter histórico.
- 5.** Que o ANDES-SN busque compor participação na Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, criada pelo Movimento Negro e OAB e em trabalho conjunto do Grupo de Trabalho Políticas de Classe, Etnias, Gênero e Diversidade Sexual, a Comissão da Verdade e o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente do ANDES-SN visando registrar, visibilizar e mobilizar o movimento docente no combate ao racismo no Brasil.
- 6.** Que o GTPCEGDS crie e alimente com as seções sindicais um observatório de práticas de racismo, lgbtfobia e feminicídio em suas diversas dimensões e outras violências (assassinatos, torturas) nas universidades, com intuito de denunciar e também gerar ações militantes.
- 7.** Que o GTPCEGDS, em conjunto com a Comissão da Verdade do ANDES-SN e o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente trabalhe no registro audiovisual de narrativas de docente LGBT, negras e negros das universidades brasileiras, a fim de montar ações de visibilidade a essas trajetórias via produção de documentário e outros materiais de divulgação realizados pelo Sindicato Nacional.
- 8.** Que as seções sindicais debatam em suas assembleias e instâncias deliberativas, a garantia de apoio adicional para os dependentes de seus representantes que participem de atividades sindicais fora do seu domicílio.
- 9.** Que seja garantido para a diretoria do ANDES-SN, no exercício de suas atividades do sindicato fora do domicílio, o auxílio-creche e inclusão da meia diária como suporte.
- 10.** Que o ANDES-SN, a partir dos seus GTs, conjuntamente com as suas seções sindicais, faça o debate nas suas reuniões e leve para os seus espaços formativos e deliberativos, propostas de incorporações das pautas de gênero, étnico-racial, identidade de gênero, orientação sexual e sexualidade, com ênfase no desenvolvimento da carreira e condições de trabalho docente respeitando os princípios do ANDES-SN.
- 11.** Propor e cobrar a elaboração de políticas para a igualdade de gênero nas IES, com a inclusão de apoio a (aos) docentes vítimas de assédio sexual e/ou moral com base no gênero, identidade de gênero, orientação sexual, sexualidade e raça ao mesmo tempo em que regulamenta procedimentos para a denúncia desses casos.
- 12.** Intensificar a luta e aprofundar o debate sobre o machismo e racismo institucional e assédio moral com base no gênero, identidade de gênero, orientação sexual, sexualidade e raça.
- 13.** Lutar pela licença maternidade e paternidade para toda classe trabalhadora de 1 ano, podendo ser solicitada a qualquer momento, até que a criança complete 3 anos de nascimento ou de adoção.

14. Indicar que o GTPCEGDS aprofunde a discussão sobre alteração do seu nome.

III - COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN

O 36º CONGRESSO delibera

1. Convocar reuniões ampliadas periódicas da Comissão da Verdade do ANDES-SN com a participação de representantes das comissões da verdade constituídas pelas seções sindicais.

2. Dispensar esforços, em parceria com as comissões da verdade constituídas pelas seções sindicais, por meio da Comissão da Verdade do ANDES-SN, para:

2.1 ampliar o foco do trabalho da comissão da verdade do ANDES-SN para o pós-1985, tendo como um dos elementos centrais investigar a permanência de leis, de decretos, de ações e de práticas governamentais que contribuam para a continuidade/permanência da legislação autoritária e policialesca;

2.2 continuar mapeando os atos da ditadura empresarial-militar iniciada em 1964, e o levantamento de dados de presos, de torturados, de mortos e de exilados entre professores, estudantes e técnicos;

2.3 identificar resoluções, decretos e documentos internos das universidades que atingiram os três segmentos e que impactavam na liberdade e autonomia universitária evidenciando os instrumentos jurídicos em vigor;

2.4 mapear e denunciar na estrutura jurídico-administrativa das IES, e fazer a denúncia, dos instrumentos repressivos da ditadura que permanecem regulando a vida acadêmica, localizando em quais instâncias da universidade a legislação autoritária continua normatizando o ambiente acadêmico;

2.5 localizar nos instrumentos jurídicos em vigor, aquilo que possibilita a repressão no universo acadêmico, social e político no Brasil atual;

2.6 articular ações e troca de informações com as comissões da verdade institucionais, nas universidades e da sociedade civil, que possam contribuir para que os trabalhos da Comissão da Verdade do ANDES-SN avancem no desvelamento dos crimes do Estado autoritário brasileiro;

2.7 realizar levantamento nas universidades, de homenagens feitas aos colaboradores e coniventes com a ditadura empresarial-militar, representadas em nomes de campus e espaços físicos nas IES, publicizando-as e promovendo ações junto à comunidade acadêmica com o objetivo de retirar tais homenagens;

2.8 interagir com o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente (GTHMD) e com a coordenação do Centro de Documentação do ANDES-SN para buscar informações que já se encontram na memória do Sindicato e da Comissão da Verdade;

2.9 trocar informações com organizações de professores da América Latina sobre a questão da repressão no ambiente universitário com o objetivo de ampliar a luta para reparação dos danos históricos neste ambiente;

2.10 interagir com o movimento indígena e associações indigenistas e de direitos humanos na divulgação e denúncia dos crimes cometidos pelo Estado contra os povos indígenas, envolvendo tortura, assassinatos, trabalho escravo, apropriação de territórios e de recursos, bem como violência contra as mulheres indígenas, expressos no Relatório Figueiredo e desconsiderados em sua plenitude pela Comissão Nacional da Verdade.

3. Apresentar, no 63º CONAD, um relatório sobre o desenvolvimento dos eixos e das ações aprovadas no 36º Congresso.

IV - POLITICA EDUCACIONAL

O 36º CONGRESSO delibera:

1. Envidar esforços, por meio das seções sindicais e regionais, para a criação nos estados e municípios de Frentes/Fórums/Comitês a favor da campanha Escola sem Mordça e fortalecer as iniciativas existentes, realizando eventos para debates e manifestação de denúncia, referenciando-se na Cartilha “Projeto do Capital para Educação: Análise e Ações para a Luta”.

2. Participar como *Amicus Curiae* da ADI apresentada pela CNTE e CONTEE contra a lei que instituiu a escola livre em Alagoas.

3. Ampliar a denúncia dos impactos negativos das Leis nº 12.772/12, nº 13.325/16, nº 13.243/16 e a Portaria 17/16 da SETEC em relação ao projeto do ANDES-SN para as universidades brasileiras.

4. Continuar acompanhando a tramitação em níveis nacional, estadual e municipal dos PL, PEC e iniciativas dos executivos que aprofundam a contrarreforma da educação na perspectiva do desmonte, privatização e mercantilização da educação pública, com ações de denúncia e enfrentamentos.

5. Continuar aprofundando a análise da Política de Formação de Professores(as) (Resolução nº 02/2015 do CNE de junho de 2015, Base Nacional de Formação dos Professores(as), o PL 5054/2016/Residência docente, PL 6114/2009/ENAMEB e o Decreto 8.752/2016).

6. Lutar contra a aprovação da MP 746/2016 e PLV 34/2016 denunciando o seu caráter autoritário, seu teor tecnicista e a desqualificação da formação e da carreira do(a) professor(a) do ensino médio.

7. Acompanhar a tramitação do PL 6840/2013 que visa instituir a jornada em tempo integral no ensino médio e dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento, pautando sua análise para indicação de enfrentamento.

8. Lutar contra o Ajuste Fiscal que retira recursos da educação para obter o *superávit* primário para o pagamento da dívida.

9. Lutar contra a aprovação da PEC 53/2016 que, a pretexto de defender a educação como serviço essencial, limita ainda mais o direito de greve conquistado pelos servidores públicos.

10. Denunciar os objetivos da Portaria 983 de 2016 do MEC, que cria um grupo de trabalho para regulamentar a educação como um serviço que deve ser comercializado seguindo o que propõe o *Trade in Services Agreements (TISA)*, aprofundando o que já determina o Acordo Geral do Comércio e Serviços (OMC).

11. Estreitar as relações com centrais sindicais e sindicatos internacionais da educação no sentido de fortalecer as lutas dos(as) trabalhadores(as) de todo o mundo, na defesa de uma sociedade justa e solidária de uma educação classista e democrática.

12. Realizar estudos para identificar a transferência de fundo público para o setor privado da educação, por meio de programas como, por exemplo, o Fies, o Prouni, o Pronatec e as perdas de arrecadação de recursos oriundas das isenções fiscais.

- 13.** Identificar e combater a atuação do poder judiciário e dos Ministérios Públicos na criminalização dos movimentos estudantil, sociais e dos(as) trabalhadores(as).
- 14.** Realizar o V Seminário Estado e Educação do ANDES-SN no primeiro semestre de 2017.
- 15.** Pautar o debate no ANDES-SN e na Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (Comitês/Fóruns Estaduais), sobre a organização do III ENE, indicando a necessidade de realização nos estados, em 2017, de diagnósticos educacionais e seminários temáticos, como subsídio para a elaboração do projeto classista e democrático de educação.

V - POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E ARTE

O 36º CONGRESSO delibera

- 1.** Aprofundar as redes colaborativas de informação entre as equipes de comunicação (profissionais e diretores) das seções sindicais e da imprensa nacional, compartilhando materiais por meio do Repositório Digital do ANDES-SN, utilizando ferramentas de comunicação para a cobertura em rede de ações nacionais e outras possibilidades que dinamizem o compartilhamento de informações e potencializem a comunicação que favoreçam o uso da comunicação como instrumento de luta sindical.
- 2.** Fortalecer o GT de Comunicação da CSP-Conlutas Nacional e Estadual com a participação de representantes das equipes de comunicação das seções sindicais.
- 3.** Aprofundar, a partir dos encaminhamentos do II Seminário de Comunicação da CSP-Conlutas, o debate sobre a comunicação sindical da central para colaborar com a elaboração de um Plano de Comunicação da CSP-Conlutas.
- 4.** Que as seções sindicais aprofundem a articulação do trabalho da comunicação com o campo artístico-cultural, integrando militantes e profissionais da área, para a realização de políticas de arte e comunicação e produção de materiais.
- 5.** Desenvolver, por meio das seções sindicais, pelos GTCA locais, ações de formação (seminários, debates etc.) sobre comunicação sindical na perspectiva contra-hegemônica, com referência no Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN, envolvendo docentes e profissionais da comunicação.
- 6.** Divulgar a sistematização da pesquisa sobre comunicação sindical do ANDES-SN realizada no segundo semestre de 2016, para o aprofundamento e o fortalecimento da política de comunicação do Sindicato Nacional.
- 7.** Que as seções sindicais desenvolvam ações de formação em propaganda e militância sindical com base no uso de mídias alternativas e imprensa operária, debatendo a natureza dessas mídias.
- 8.** Aprofundar a relação do ANDES-SN e seções sindicais com as rádios e TVs universitárias.
- 9.** Incentivar o uso pelo movimento sindical das rádios em cada cidade de forma a possibilitar um diálogo com o conjunto da população, permitindo construir a defesa dos serviços públicos e os direitos dos trabalhadores.

VI - POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

O 36º CONGRESSO delibera

1. Que as seções sindicais realizem eventos em articulação com os movimentos sociais a fim de subsidiar a realização de um seminário nacional em 2017 com o tema "Desafios atuais das questões agrárias, urbanas, ambientais, indígenas e quilombolas", visando contribuir com a organização das lutas locais a elas relacionadas.
2. Produzir, a partir da realização do seminário nacional, materiais e/ou publicações, que promovam a capilaridade das temáticas do GTPAUA nas seções sindicais e na base da categoria, com a finalidade de fortalecer a articulação do sindicato nas lutas relacionadas com a política agrária, urbana, ambiental, indígena e quilombola.
3. Fortalecer, ampliar e intensificar, em articulação com a Auditoria Cidadã da Dívida e outras entidades/movimentos sociais, a denúncia da dívida pública como mecanismo de espoliação das riquezas sociais, apontando para o não pagamento da dívida pública
4. Realizar uma reunião conjunta do GTPAUA, GTC&T e GTPCEGDS para discutir as questões que envolvem a demarcação de terras indígenas, a biodiversidade e a pressão sobre os recursos naturais e energéticos de suas terras, bem como aprofundar o debate da dívida ecológica.
5. Realizar levantamento dos impactos sobre as IES dos cortes de financiamento e a pressão exercida para a alienação das áreas patrimoniais, nos campi das cidades e interior, como parte da ação especulativa do capital e a introdução da lógica de mercantilização no financiamento dessas Instituições.
6. Lutar contra a MP 759/2016, que ataca os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, urbanos, quilombolas, ribeirinhos e povos originários no interesse do grande capital financeiro.

Recomendação: Reafirmar a necessidade de combater a política de utilização de agrotóxicos e de transgenia, em face dos danos causados à saúde e ao meio ambiente

VII - POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 36º CONGRESSO delibera

1. Acompanhar o trâmite da ação jurídica do ANDES-SN e das demais entidades dos servidores públicos federais pela declaração de inconstitucionalidade da inscrição automática ao FUNPRESP (Lei nº 13.183/2015) e dar divulgação, denunciando a ação autoritária do governo.
2. Avançar na organização e no enraizamento nos estados e municípios do Fórum em Defesa da Previdência Pública e Estatal, tendo em vista a centralidade da luta contra a proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo Governo Temer.
3. Analisar, com a colaboração da AJN, os impactos da Lei nº 13.325/2016 (antigo PL 4251/2015) e pautar o debate no GTSS/A sobre as questões de aposentadoria.
4. Persistir na solicitação de acesso aos contratos de adesão realizados entre EBSEH e IFES, bem como no levantamento de dados sobre problemas gerados após a adesão, com o objetivo de subsidiar material impresso, audiovisual, etc., denunciando o impacto negativo disso nas IFES:

- 4.1** manter e ampliar a luta pela revogação da lei da EBSEH e pela revogação dos contratos existentes, bem como combater a adesão dos demais hospitais vinculados ao SUS;
- 4.2** lutar, onde não houver, pela construção de hospitais universitários públicos, garantindo a autonomia universitária inclusive em sua gestão; como mais uma forma de combate à EBSEH, as OS e outras formas de privatização;
- 4.3** lutar contra o sucateamento, a falta de investimento público dos hospitais universitários estaduais e a implementação da gestão de OS, OSCIP e fundações estatais de direito privado.
- 5.** Lutar pela revogação da Lei Complementar 156/16 (antigo PLS 54/2016, que tramitou na Câmara como PLP 257/2016), denunciando a renegociação da dívida dos estados e as contrapartidas obrigadas pelo governo federal, que implicam nos regimes estaduais de previdência, e da Emenda Constitucional 95/16 (teto dos gastos) que promove um ajuste fiscal a qual congela o investimento em saúde e educação por vinte anos.
- 6.** Manter a campanha de não adesão à FUNPRESP para todos os(as) professores(as). Estender a campanha contra os fundos de pensão para professores(as) nos estados e municípios.
- 7.** Produzir materiais audiovisuais alertando para a perda de direitos dos e das docentes ocasionada pela contrarreforma da previdência em tramitação (PEC 287/2016), denunciando o falso discurso sobre a crise utilizado como justificativa para a referida medida.
- 8.** Produzir documentário sobre previdência, destacando as lutas, as conquistas, as perdas e os retrocessos desde a Constituição Federal de 1988.
- 9.** Realizar, em 2017, o XIX Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria.
- 10.** Motivar as seções sindicais para que iniciem a pesquisa sobre saúde e adoecimento docente, no primeiro semestre de 2017, com base na Cartilha de Orientação lançada no VI Encontro de Saúde Docente.
- 11** Pautar o debate sobre o lazer dos e das docentes no GTSS/A para posterior encaminhamento.
- 12.** Realizar pesquisa sobre a situação da previdência pública e dos fundos de pensão nos estados e municípios para instrumentalização da luta.
- 13.** Convocar os e as docentes aposentados(as) para uma jornada de mobilização, em Brasília, com visitas aos parlamentares para tratar das perdas de direitos (PEC 555/06, art. 192/96, da Lei nº 8112/1990 – RJU, etc.), atividade a ser construída na reunião do GTSS/A.
- 14.** Produzir um InformANDES especial sobre as perdas de direitos ocorridas para os e as aposentados(as).
- 15.** Realizar sessões de debate sobre as questões dos(as) aposentados(as) no GTSS/A quando necessário.
- 16.** Visando enfrentar a falta de condições relacionadas à saúde e segurança no trabalho de servidores nas Instituições de Ensino Superior (IES) e alavancar um amplo debate sobre o tema, o 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

16.1 que cada seção sindical das IFE faça um levantamento, de acordo com sua realidade, da existência, da conceituação, da estruturação e das condições da implantação do SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor).

16.2 lutar para a implantação de um Plano de Segurança e Saúde do Trabalhador em cada uma das IES;

16.3 as seções sindicais devem estimular a implantação de comissões/grupos locais - independentes da instituição - de saúde e segurança dos trabalhadores, por setor de trabalho, como forma de acompanhamento, vigilância e incentivo à luta por melhores condições de trabalho;

16.4 lutar pelo direito da seção sindical docente em participar da normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde e segurança do trabalhador nas IES;

16.5 lutar pelo acesso do trabalhador docente e da seção sindical às informações sobre os riscos levantados em laudos avaliativos sobre ambientes de trabalho, como forma de municiar a luta em defesa dos direitos do trabalhador;

16.6 lutar pelo direito do trabalhador docente a exames de saúde de admissão, demissão e periódicos, observando as especificidades de cada processo de trabalho, bem como de atendimentos por serviço de saúde, respeitando os preceitos legais e éticos;

16.7 lutar pela garantia do Sindicato e do docente em requerer ao órgão competente a interdição de parte ou de todo o ambiente/processo de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde do servidor, com base no parágrafo 3º do artigo 6º da Lei Orgânica da Saúde (8080/90);

16.8 lutar por ambientes de trabalho salubres e seguros, e, quando esta condição não for possível ou enquanto não for alcançada, lutar pelo direito dos docentes de receber adicionais de insalubridade, periculosidade, penosidade e fronteira.

17. Realizar oficina de trabalho organizada pelo GTSS/A para orientar a elaboração de dossiê sobre a EBSERH, com vista a realizar um seminário nacional sobre este tema.

RELATÓRIO DO TEMA III - PLANO DE LUTAS DOS SETORES 36º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

O 36º CONGRESSO delibera

- 1.** Realizar a semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, de 15 a 19 de maio de 2017, em defesa da garantia e ampliação do financiamento público e mais recursos públicos para as IEES/IMES e contra a apropriação do fundo público pelo capital privado resultando em privatização, gestões antidemocráticas, precarização e o sucateamento dessas instituições.
- 2.** Produzir materiais emergenciais de denúncia da situação das IEES/IMES e elaborar InformANDES até a primeira quinzena de abril, com as pautas da semana de lutas para divulgação e mobilização na base. Produzir um boletim InformANDES Especial após a semana de lutas do setor das IEES/IMES, apresentando os resultados da mobilização nos estados.
- 3.** Ampliar a socialização, por meio de debates e de distribuição de materiais produzidos pelos GTs, sobre temas comuns ao conjunto do movimento docente nas seções sindicais do setor das IEES/IMES.
- 4.** Elaborar cartilha do ANDES-SN sobre os fundos de previdência complementar, que estão implantados ou em curso, incluindo um mapeamento da situação dos estados com base na pesquisa a ser realizada pelo GTSS/A.
- 5.** Que as seções sindicais envidem esforços para fortalecer e ou criar o GTSS/A local e participem das reuniões do GTSS/A nacional, a fim de contribuir no avanço da construção da cartilha das discussões e ações contra a previdência complementar e na construção de materiais.
- 6.** Que as seções sindicais, em articulação com as secretarias regionais do ANDES-SN, CSP- Conlutas Estaduais e Fóruns Estaduais, promovam debates sobre a dívida pública e a previdência social nas esferas federal e nos estados.
- 7.** Produzir materiais informativos e de comunicação sobre os fundos de previdência complementar dos estados.
- 8.** Estimular as seções sindicais a articularem, onde não existam, e fortalecerem, onde existem, fóruns estaduais em defesa da previdência social pública, em unidade com a CSP-Conlutas estaduais e demais entidades dos trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada.
- 9.** Indicar que as seções sindicais realizem na semana de luta em defesa das IEES/IMES, um ou dois dias com ações, atos e audiências públicas com o objetivo de barrar a contrarreforma da previdência (aumento do percentual de contribuição e inclusões de cotas e taxas extras, entre outras medidas), em conjunto com outras categorias do serviço público e da iniciativa privada.
- 10.** Realizar uma reunião das assessorias jurídicas das seções sindicais e a assessoria jurídica nacional, para construir ações contra a previdência complementar nos estados.
- 11.** Realizar, por meio das seções sindicais, debates nas universidades sobre a contrarreforma da previdência (PEC 287) e suas implicações para as IEES/IMES, visando o combate aos ataques aos direitos previdenciários e a intensificação da exploração do trabalhador e da trabalhadora.

- 12.** Que as seções sindicais, em articulação com as secretarias regionais do ANDES-SN, CSP Conlutas e fóruns e demais entidades de classe, elaborem material audiovisual de combate à dívida pública dos estados e municípios.
- 13.** Realizar, no setor das IEES/IMES, articulada com os GT Verbas, locais e nacional, e se necessário com assessoria de órgãos técnicos, levantamento de dados sobre o financiamento das IEES/IMES, com o objetivo de se construir materiais sobre esse tema, para posterior divulgação.
- 14.** Denunciar as inúmeras isenções fiscais que são concedidas pelos estados e pela União, como um dos elementos que impacta na arrecadação e diminui os investimentos dos estados e dos municípios para a educação e saúde.
- 15.** Aprofundar o debate nas reuniões do setor sobre o tema financiamento federal para as IEES/IMES e as condições jurídicas e operacionais para a destinação de recursos federais.
- 16.** Fomentar que as seções sindicais, em articulação com as secretarias regionais do ANDES-SN, acompanhem e divulguem a execução do orçamento dos estados para garantir a transparência sobre a destinação dos recursos para as IEES/IMES dos estados e municípios.
- 17.** Realizar estudos, por meio das seções sindicais, em articulação com as secretarias regionais, sobre os impactos nos estados da EC 95/2016 que institui novo regime fiscal (antiga PEC 55/2016) e da lei complementar 156/2016 (antigo PLC 54).
- 18.** Lutar contra toda a legislação e projeto de lei que propõe o pagamento de mensalidades, de taxas, de anuidades e de privatizações nas IES públicas.
- 19.** Mobilizar a categoria docente nas IEES/IMES, por meio das seções sindicais, para a luta pela revogação da EC 95/16 e da Lei Complementar 156/16.
- 20.** Que as seções sindicais ampliem a discussão sobre a necessidade da reforma tributária progressiva e da auditoria da dívida pública e seu não pagamento.
- 21.** Realizar, por meio das seções sindicais, debates sobre a contrarreforma trabalhista, combatendo o discurso da mídia corporativa. Combater o discurso da mídia corporativa e realizar debates sobre a contrarreforma trabalhista nas IEES/IMES.
- 22.** Cobrar, via as seções sindicais, que as IEES/IMES construam ferramentas de denúncia e combate ao assédio moral, sexual, por meio dos GTSS/A e/ou GTPCEGDS locais em articulação com os Gts nacionalmente. Construir ferramentas nas IEES/IMES de combate ao assédio moral, sexual, por meio dos GTSS/A e/ou GTPCEGDS das seções sindicais.
- 23.** Pautar o debate, no interior das IEES/IMES, sobre a criação de observatórios no âmbito institucional contra todo tipo de violência aos docentes como base para ações de luta.
- 24.** Denunciar as situações de trabalho que promovem o adoecimento e as perseguições no interior da IES.
- 25.** Fomentar a realização de debates no interior das IEES/IMES, convidando os Comitês Estaduais e Municipais em defesa da Educação Pública e a Frente estadual Escola sem Mordaza, onde existir, para debater, questões de gênero, petição de minorias e a Reforma do Ensino Médio (MP 746, e PLV 341/16), em articulação com o GTPE e o GTPCEGDS nacional e os Gts locais.

- 26.** Intensificar, em articulação com os GTPE nacional e locais, as lutas contra o “Movimento escola sem Partido”, e todos os PL e legislações correlatas que estão sendo apresentadas nos estados e municípios.
- 27.** Fortalecer a participação das seções sindicais e das secretarias regionais do ANDES-SN nas Frentes estaduais e municipais do Escola sem Mordça.
- 28.** Que o ANDES-SN articule um ato Nacional na data da votação do ajuste fiscal no Rio de Janeiro, com a utilização do fundo único, convocando todas as seções sindicais e movimentos sociais para esta luta que representa um modelo das propostas de ataque ao serviço público em geral, e à educação em particular em curso no Brasil.
- 29.** Ampliar a exposição pública dos deputados estaduais que votaram pela aprovação do Pacotes de Maldades”/ Pacotes de medidas de ajuste fiscais
- 30.** Indicar que as seções sindicais discutam a possibilidade de contribuir solidariamente com recursos financeiros para a manutenção da estrutura das seções sindicais das universidades estaduais do Rio de Janeiro e suas lutas.
- 31.** Que a Secretaria Regional do Rio de Janeiro, junto com as Seções Sindicais das universidades estaduais do Rio de Janeiro, discutam um Projeto de um “Fundo de Apoio aos Docentes das Entidades Estaduais do Rio de Janeiro” para receber contribuições de entidades, seções sindicais, professores e movimentos.
- 32.** Realizar no segundo semestre de 2017, o 15º Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES com o tema a ser definido na reunião do setor preparatória para o 15º encontro nacional.
- 33.** Realizar reunião conjunta dos Setores IEES/IMES/IFES no mês de fevereiro de 2017, a depender da avaliação da diretoria.
- 34.** Intensificar nacionalmente ações com a produção de materiais e atividades de denúncia e enfrentamento ao processo de desmonte e de privatização das IEES por parte dos governos estaduais, a exemplo do que está acontecendo na UERN, UEPB, UERJ, UENFE, UEZO.
- 35.** Que as seções sindicais das IEES/IMES, articuladas com a coordenação do setor, realizem um levantamento sobre os recursos destinados pelos estados e municípios para o ensino superior privado, por meio de bolsas, incentivos fiscais e outras formas, destacando aquelas ameaçadas de privatização.
- 36.** Que na primeira reunião do setor das IEES/IMES, após o 36º Congresso, seja pautada a elaboração de uma campanha do ANDES-SN em defesa das IEES/IMES.

II - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

O 36º CONGRESSO delibera

A - NO ÂMBITO DOS SPF

- 1.** Dar continuidade a articulação de ações com as entidades da CNESF na perspectiva de sua rearticulação, para fortalecê-la como espaço de luta dos SPF.
- 2.** Reforçar a articulação classista na base dos servidores públicos federal, estadual e municipal e de outras organizações / entidades movimentos sociais e estudantis propondo a constituição de fóruns pela revogação da EC 95/2016 e para barrar a aprovação da PEC 287/2016 (Reforma da Previdência) do PL 67871/2016 (Reforma Trabalhista) e do PLS 204/2016.
- 3.** Construir, em conjunto com outras entidades dos servidores públicos (federais, estaduais e municipais), campanha nacional em defesa da previdência pública e contra a retirada de direitos previdenciários, anunciadas pelo governo federal com a contrarreforma da Previdência.
- 4.** Construir a Campanha 2017 dos SPF de forma articulada com o Fonasefe, a partir da definição de eixos, de pauta, de estratégias de ação e de calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos federais:
 - a)** política salarial permanente com correção das distorções e da reposição das perdas inflacionárias;
 - b)** data-base 1º de maio;
 - c)** direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 OIT;
 - d)** paridade salarial entre ativos e aposentados;
 - e)** isonomia de todos os benefícios entre os poderes;
 - f)** isonomia salarial entre os poderes;
 - g)** incorporação de todas as gratificações produtivistas;
 - h)** lutar contra a aprovação da PEC 287/16 que aprofunda a contrarreforma da Previdência;
 - i)** revogação da FUNPRESP e garantia de aposentadoria integral;
 - j)** fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos;.
 - k)** concurso público pelo RJU, já!
- 6.** Lutar contra as restrições ao direito de greve dos servidores públicos federais: corte de ponto instaurado pelo STF e a aprovação da PEC 53/2016 que, a pretexto de transformar a educação em serviço essencial, limita ainda mais o direito de greve conquistado pelos servidores públicos.
- 7.** Lutar pela Revogação da EC 95/2016 e do PLC 54/2016 que instituem cortes no orçamento da união, estados e municípios, principalmente nos recursos destinados aos direitos sociais como educação e saúde.

B - A Pauta Específica e Agenda do Setor

Estratégia Geral

1. Articular as lutas do setor em defesa do caráter público, gratuito, laico, democrático, autônomo e de qualidade das IFE e de garantia da função social das IFE em prol da classe trabalhadora.
2. Intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial de ativos e aposentados, pela defesa da Dedicção Exclusiva como regime preferencialmente, por melhoria das condições de trabalho e autonomia das IFE, tendo como referência a pauta do setor e o projeto de carreira única, aprovado no 30º Congresso.
3. Denunciar o corte de 45% na rubrica 'custeio' dos orçamentos das universidades e institutos federais para o ano de 2017, destacando que este é o ano base para o congelamento do orçamento durante os próximos 20 anos (efeito da EC 95/2016).

Iniciativas e Ações

1. Cargos/vagas: cobrar do MEC/MPOG a ampliação do quadro efetivo de servidores (docentes e técnicos-administrativos em Educação) e de abertura de concursos públicos que estão suspensos, em número correspondente às necessidades na perspectiva da conquista do padrão unitário de qualidade. Intensificar a luta pela ampliação de vagas nas IES em regime de DE, tanto no MS quanto na EBTT. Cobrar transparência e divulgação das informações relativas ao número de docentes efetivos, substitutos e temporários, e a política de utilização das vagas e critérios de alocação, além de previsão de aposentadorias.
2. Infraestrutura e orçamento: intensificar a luta por ampliação do orçamento público para as IFE; cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, com vista a verificar adequações técnicas e de custos e prazos. Cobrar das reitorias informações a respeito das obras e do orçamento federal para as IFES (previsto e executado), distinguindo verbas de pessoal, custeio, investimento e HUs, incluindo os recursos do acesso e a permanência estudantil. Cobrar ds reitorias garantia da acessibilidade nos campus das IFES para a comunidade acadêmica, nos termos da NBR 9050.
3. Democracia e autonomia:
 - 3.1 denunciar os ataques à autonomia das IFE e as arbitrariedades praticadas pelo poder judiciário e legislativo, assim como de dirigentes; a inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos; a adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC; a criminalização/punição do direito de divergir, bem como as atitudes autoritárias de reitores que estabelecem acordos com o governo à revelia da comunidade universitária, tais como as resoluções de promoção/progressão/RSC, instalação de ponto e controle da atividade docente, processos estatuintes e contratualização com a EBSERH;
 - 3.2 além disso, pressionar as reitorias para não enviar ao MEC, listas de docentes e técnicos administrativos em educação grevistas, ou mesmo estudantes ocupantes, bem como quaisquer informações que possam criminalizar as categorias em luta.
4. Ampliar a exposição pública dos deputadas(os) e senadoras (es) que votaram/votarem em projetos que retiram direitos das/dos trabalhadoras (es), como a EC 95/2017, (antiga PEC 241/2016) e contrarreformas Previdenciária (PEC 287/2016) a e Trabalhista (PL 67871/2016), caracterizando-as(os) como inimigas (os) da classe trabalhadora.

Carreira e Salário

1. Continuar desenvolvendo ações políticas, administrativas e judiciais para garantia das progressões, promoções, RSC e reposicionamento na carreira com efeitos administrativos e financeiros a partir da data de cumprimento do interstício e aquisição do direito de defesa de dissertação e de tese. Lutar pela garantia de afastamento de docentes das carreiras MS e EBTT para mestrado e doutorado assegurando a contratação de professores substitutos
2. Ter, por meio das seções sindicais, como referência a concepção do ANDES-SN para a discussão e implementação da carreira docente nas IFE, destacando os princípios estabelecidos no art. 14, do projeto de carreira, que defende a valorização, de forma equilibrada, do tempo de serviço, da formação continuada e da avaliação do plano de trabalho aprovado na unidade acadêmica de lotação de cada docente.
3. Enfatizar, por meio das seções sindicais, a discussão sobre o desenvolvimento da carreira EBTT, o direito à qualificação dos professores, negligenciado pelo RSC, utilizando a cartilha "As políticas de desmonte da educação.
4. Elaborar e divulgar um InformANDES Especial acerca da Lei nº 13. 243/2016 (Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação) e seus impactos para a carreira dos docentes federais.
5. Aprofundar, no âmbito das seções sindicais, o debate sobre a Lei nº 13.325/2016 que precariza a manutenção da Dedicção Exclusiva ao consolidar um achatamento da malha salarial entre os diferentes regimes de trabalho.
6. Denunciar e dar visibilidade às perdas que as mudanças na carreira docente têm imposto aos professores aposentados, exigindo o reenquadramento na posição relativa ao topo quando do estabelecimento de novas carreiras.
7. Combater a utilização de critérios produtivistas que induzem à competição na avaliação do trabalho e desenvolvimento da carreira docente.
8. Intensificar o debate e a luta nas IFEs contra as consequências da EMC 95/2016 e da Lei nº 13.243/16 (Código Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação), mostrando os impactos da carreira, como progressões, promoções, dedicação exclusiva e nas condições de trabalho.

Precarização das Condições de Trabalho e Funpresp

1. Intensificar a luta para que os sistemas de operacionalização acadêmica não sejam utilizados como ferramenta de vigilância, controle e subnotificação do trabalho nas IFE.
2. Realizar levantamento em cada IFE, IEE e IME sobre o impacto da suspensão do abono permanência e suspensão de concurso público, utilizando-o como ferramenta de denúncia no interior e fora das IFE e de mobilização da categoria em busca de melhores condições de trabalho e de luta contra a aprovação da PEC139/15.
3. Intensificar as ações conjuntas com os trabalhadores da educação e com os estudantes, nacionalmente e nos estados, na perspectiva de ampla mobilização em defesa da educação pública, contra o PLS 782/15, a PEC 395/2014, o Marco Legal da Ciência e Tecnologia (Lei nº 13.243/2015), os cortes orçamentários na educação pública e a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, que atacam o caráter público das IES públicas.

4. Intensificar o trabalho com os docentes para esclarecimento e divulgação dos efeitos nefastos que a Funpresp representa, denunciando a obrigatoriedade imposta pela lei e indicando a necessidade de intensificar a luta pela revogação da reforma da previdência.
5. Que as seções sindicais debatam e lutem em defesa de condições de trabalho dos docentes com deficiência, como a garantia de acessibilidade pedagógica, comunicacional e arquitetônica para exercerem o seu trabalho.
6. Lutar contra qualquer restrição ao direito de greve dos servidores públicos, a exemplo da Decisão do STF sobre cortes de ponto dos grevistas e a PEC 53/2016 que a pretexto de defender a educação como serviço essencial, limitará, ainda mais esse direito.

Ações

1. Reafirmar, em 2017, a pauta do setor aprovada em 2016.
2. Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a Pauta da Campanha do Setor da IFES, com possibilidade de atualização a serem feitas pela reunião do setor.
3. Exigir reuniões de negociações com o governo federal sobre reestruturação da carreira, condições de trabalho, verbas para as IFE e liberação de vagas para concurso público.
4. Ajustar o cronograma de lutas da Campanha 2017 nas reuniões do Setor das IFE.
5. Lutar contra a terceirização defendendo a efetivação dos terceirizados democraticamente por meio do concurso público.
6. Que as seções sindicais, em articulação com as entidades dos técnicos administrativos em educação, movimento estudantil e associações ou sindicatos dos trabalhadores terceirizados (onde houver), realizem um mapeamento preliminar da situação desses trabalhadores (as) destacando, entre outras questões, condições de trabalho, contrato de trabalho, salário, problemas no pagamento, denúncias contra empresas contratantes e forma de editais. Envidar esforços para apresentar o resultado desse mapeamento no 62º CONAD, como subsídio de elaboração de ações de denúncias e de enfrentamentos a ser apresentado no próximo Congresso da CSP-Conlutas.

AGENDA

Fevereiro e Março

Tema: Barrar a contrarreforma da previdência (PEC 287/2016)

- a) protocolar a pauta da campanha salarial 2017 no Ministério da Educação e Ministério do Planejamento;
- b) exigir reuniões de negociação com o governo federal para a pauta dos docentes federais;
- c) realizar ações nas seções sindicais de debate e enfrentamento à contrarreforma da previdência (PEC 287/2016);
- d) construir ações de combate à contrarreforma da previdência (PEC 287/2016) em unidade com setores da educação e demais entidades do movimento sindical, social e popular;

e) realizar campanha para barrar a contrarreforma da previdência (PEC 287/2017), elaborando materiais que explicitem o caráter nefasto da contrarreforma e ações de enfrentamento à proposta do governo que pretende destruir a previdência pública;

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES:

- 03 a 05/02 - Reunião da Coordenação do CSP/SP
- 09/02 - Reunião ampliada SPF, BSB
- 10 e 11/02 - Reunião Conjunta do setor IFE e IEES/IMES, BSB
- Entre fevereiro e março, a depender da diretoria do ANDES-SN - Reunião conjunta no dia nacional de mobilização e luta contra o desmonte das IEES/IMES, no Rio de Janeiro.
- 15/03 – Dia Nacional de Greve, Paralisações e mobilizações

RELATÓRIO DO TEMA IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS 36º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN:

1. Inclusão de três novos parágrafos no art. 32:

§7º. Em razão de interesse particular, os(as) diretores(as) poderão pedir seu afastamento da DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL pelo prazo de até 90 (noventa) dias renováveis por igual período. Ao final desse período, caso não haja o retorno, o(a) diretor(a) perderá seu cargo, sendo, quando houver, substituído em definitivo por seu imediato.

§8º. O(A)s diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, que for(em) concorrer a cargos de direção nas IES como reitor(a), vice-reitor(a), diretor(a), vice-diretor(a) de unidade e congêneres, ou políticos eletivos, deverão pedir afastamento temporário de seus cargos na DIRETORIA. Na hipótese de cargo de direção nas IES, o afastamento ocorrerá a partir do momento da homologação da candidatura e no caso de cargo político eletivo, no prazo previsto na legislação eleitoral para desincompatibilização institucional de servidor público.

§9º O(A)s diretores(as) do ANDES-SN que for(em) ocupar função administrativa na direção das IES, como Reitor(a), vice-reitor(a), diretor(a), vice-diretor(a) de unidade e congêneres, pró-reitor(a), assessores(as), cargos políticos eletivos, função administrativa gratificada fora do âmbito das IES nas esferas federal, estadual, municipal e distrital dos Poderes Legislativo e Executivo, judiciário, deve(rão) pedir afastamento temporário de seu(s) cargo(s) na diretoria. O afastamento ocorrerá a partir da nomeação/posse da respectiva função/cargo.

2. Correção de citação no parágrafo 6º do art. 32:

A **citação correta** é: “constantes do § 4º deste artigo e outras que venham a ser definidas pela DIRETORIA”.

3. Correção de citação no artigo 66

A **citação correta** é: “o ANDES-SINDICATO NACIONAL poderá ser voluntariamente dissolvido em CONGRESSO convocado especificamente para este fim, de acordo com o disposto no art. 21, § segundo, inciso III”.

4. Transformação do parágrafo único do art. 53 em parágrafo 1º e inclusão de dois novos parágrafos (2º e 3º).

§2º. Os(As) sindicalizados(as) que estejam ocupando cargos eletivos ou função administrativa gratificada na direção das IES, como reitor(a), vice-reitor(a), diretor(a) e vice-diretor(a) de unidade e congêneres, pró-reitor(a), assessores(as), cargos políticos eletivos, função administrativa gratificada fora do âmbito das IES nas esferas federal, estadual, municipal e distrital dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário não

poderão se candidatar a cargos na Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, assegurado o direito do voto.

§3º A vedação imposta no parágrafo anterior aplica-se também aos sindicalizados(as) candidato(a)s a cargos de direção nas IES, como reitor(a), vice-reitor(a), diretor(a) e vice-diretor(a) de unidade e congêneres e cargos políticos eletivos fora do âmbito das IES nas esferas federal, estadual, municipal e distrital dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, assegurado o direito do voto.

5. Inclusão de dois novos parágrafos no art. 55

§1º. Se no ato da posse, o(a) sindicalizado(a) eleito(a) estiver concorrendo a cargo de direção nas IES como reitor(a), vice-reitor(a), diretor(a), vice-diretor(a) de unidade e congêneres, ou político eletivo, mesmo que na condição de pré-candidato(a) (com licença institucional), sua posse na DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL será adiada e somente efetivada caso ele(a) não venha a ser eleito(a).

§2º. Se durante o exercício do mandato, o membro da DIRETORIA deixar de preencher as condições de elegibilidade previstas no artigo 53, ele automaticamente perderá seu cargo.

6. Prorrogação de vigência de artigos

Art. 70. O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativa de seções sindicais (AD-Seções Sindicais) a todas as Associações de Docentes (AD) filiadas, até o trigésimo sétimo (37º) Congresso, ressalvados os direitos daquelas que, em assembleia geral, decidirem o contrário.

Parágrafo único. As AD às quais se refere o caput deste artigo deverão, para se constituírem em AD-Seções Sindicais, até o 37º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à Diretoria as atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com a comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência (art. 45), para homologação no CONAD, ad referendum do congresso (art. 23, XI), ou no Congresso (art. 15 VI).

§2º do Artigo 71 O 36º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 37º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos sindicalizados do ANDES - Sindicato Nacional, nos termos do estabelecido no § 1º, para o caso das seções sindicais que ainda estejam arrecadando percentual inferior ao reconhecido no caput.

7. Alteração da redação do § 5º do Artigo 41

§5º. Os recursos necessários para o financiamento da participação do(a)s delegado(a)s previsto no inciso VIII serão arcados pelo Congresso ou pelo CONAD, sendo inseridos no rateio do evento.

II – FUNDO ÚNICO – FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE, MOBILIZAÇÃO E GREVE DO ANDES-SN

O 36º CONGRESSO delibera:

1. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, das campanhas, das marchas e dos eventos definidos pelo 36º Congresso, como centrais na luta do Sindicato, no limite de 700 mil reais da parcela referente à mobilização.
2. Autorizar o 62º CONAD a apreciar e a deliberar sobre os custeios de mobilização e de luta para o segundo semestre de 2017.
3. Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES, em dificuldades financeiras, que entrarem em greve no ano de 2017, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto durar o movimento paredista.
4. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a disponibilizar recursos da parcela de mobilização do Fundo Único Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve para ajudar nas ações políticas e organizativas de novas seções sindicais pelo prazo de um ano, a partir de sua homologação, tempo para que consigam viabilizar sua autossustentação e a regularização de suas receitas por meio da contribuição dos sindicalizados, mantendo-se válidas as demais resoluções pertinentes definidas pelo 58º CONAD.
5. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a utilizar recursos do Fundo Único para o ressarcimento ao caixa nacional das despesas com mobilização no segundo semestre de 2016, no valor de R\$ 126.190,86.

III - HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL

O 36º CONGRESSO delibera

1. CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

1.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 36º CONGRESSO manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos(as) Docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia, SINDIUFBS - Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional.

2. RATIFICAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

2.1 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 36º CONGRESSO ratifica a constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso, Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - SESDIFMT Seção Sindical do ANDES-SN que por um lapso foi omitida da ata do Tema IV Questões Organizativas e Financeiras do 34º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, bem como todos os atos praticados pela SESDIFMT desde o 59º CONAD (Aracaju/SE, 21 a 24 de agosto de 2014), em decorrência da sua condição de seção sindical.

3. TRANSFORMAÇÃO DE AD EM SEÇÃO SINDICAL

3.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 36º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente a transformação da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana, ADUFS-BA em Seção Sindical do ANDES-SN.

4. ALTERAÇÕES REGIMENTAIS

4.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 36º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente as alterações verificadas no regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – ADUFVJM

IV - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 61º CONAD

O 36º CONGRESSO DO ANDES-SN aprova a prestação de contas do 61º CONAD.

Nº	ITEM	RATEIO ANDES-SN	RATEIO SESDUFRR
1	Pessoal		
1.1	ANDES-SN		
	Horas Extras	24.706,20	2.236,67
	Diárias	4.200,00	0,00
	Passagem Aérea	9.444,17	0,00
	Hospedagem	3.800,00	0,00
	SUBTOTAL	42.150,37	2.236,67
1.2	Apoio		
	Serviço de Apoio/Monitores	0,00	2.462,00
	Serviço de Apoio/Administrativo	0,00	2.643,20
	Serviço prestado jornalismo	0,00	1.200,00
	Apresentação Cultural	0,00	2.150,00
	Serviço de Enfermagem e Ambulância	0,00	1.800,00
	Serviço de Brigadista	0,00	1.008,00
	Aluguel de Van	0,00	150,00
	Aluguel de carro	0,00	640,00
	Combustível	0,00	1.404,43
	SUBTOTAL	0,00	13.457,63
2	Imprensa e Divulgação		
	Cartazes/Outdoor	794,00	1.500,00
	Arte do Conad	0,00	600,00
	Banner/ Folder/Adesivos	0,00	1.980,00
	Filmagem	0,00	4.850,00
	Transportadora	20.579,67	0,00
	Informandes	0,00	1.950,00
	SUBTOTAL	21.373,67	10.880,00
3	Infraestrutura		
	Material de Escritório	204,75	834,27
	Aluguel de Impressora	0,00	5.955,00
	Arranjo de flores mesa principal	0,00	350,00

	Tonner para Impressora	1.537,00	0,00
	Computador/ Notebook	246,00	0,00
	Operador/Serviço de montagem	0,00	2.300,00
	Correios	966,80	0,00
	Medicamentos	0,00	63,50
	Coffe Break	0,00	12.500,00
	Papel A4	1.239,20	0,00
	Material de Limpeza/Água Mineral	0,00	1.112,50
	SUBTOTAL	4.193,75	23.115,27
4	Material Distribuído para Delegados e Observadores		
	Bolsas	5.475,00	0,00
	Camisetas	4.500,00	0,00
	Brindes Indígenas	0,00	3.105,00
	Crachás	0,00	220,00
	Bloco de anotações	0,00	1.505,00
	SUBTOTAL	9.975,00	4.830,00
5	Gastos com Comissão Organizadora		
	Diárias	1400,00	0,00
	Hospedagem	2.722,50	0,00
	Passagens Aéreas	5.014,78	0,00
	Pedágios, Combustíveis, Passagens Terrestres	0,00	0,00
	SUBTOTAL	9.137,28	0,00
	TOTAL	86.830,07	54.519,57

Total de Despesas Realizadas	141.349,64
-------------------------------------	-------------------

V - MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA FLORESTAN FERNANDES

O 36º CONGRESSO delibera:

1. Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de doze meses, de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais para a Escola Florestan Fernandes.
2. Onde os núcleos não existirem, que as seções sindicais incentivem sua criação.

VI - MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

O 36º CONGRESSO delibera

- 1 Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de doze meses, de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais para a Associação Auditoria Cidadã da Dívida.
2. Recomendar que as seções sindicais do ANDES-SN participem dos núcleos estaduais da Auditoria Cidadã da Dívida, incentivando sua criação onde estes ainda não existirem.

VII – MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO AO CASARÃO DA LUTA E AO SISTEMA DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)

1. O 36º CONGRESSO delibera:

1. Autorizar o ANDES-SN a contribuir, por um período de doze meses, com R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais) mensais ao Casarão da Luta e ao sistema de formação política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST),

2 Recomendar que as seções sindicais, conforme suas possibilidades, apoiem os processos formativos do MTST nos estados.

VIII – SEDE DO 37º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

O 37º CONGRESSO do ANDES-SN realizar-se-á na cidade de Salvador (BA), sob a organização da ADUNEB Seção Sindical.

IX - INSCRIÇÕES NOS GRUPOS DE TRABALHO DO ANDES-SN¹

O 36º Congresso homologa as inscrições das seções sindicais nos seguintes grupos de trabalho do ANDES-SN

1-ADUSP

- GTPAUA - Lilian Gregory
- GTC&T – Lilian Gregory

2- ADUFS-SE

- GTPFS – Airton Paula Souza, Augusto César Vieira dos Santos, Caio Rubens Amado de Matos, Carlos Dinges Marques de Sá, Elyson Adan Nunes Carvalho, Marcos Antônio da Silva Pedroso, Neilson Santos Meneses, Olinto Silveira Alves Filho, Saulo Henrique Souza Silva, Christiane Senhorinha Soares Campos.

- GTSS/A - Elyson Adan Nunes Carvalho, Airton Paula Souza, David Soares Pinto, Marcos Antonio da Silva Pedroso, Claudete Sales Sampaio, Salvyana Sarmento, Sonia Meire de Jesus e Alexandre Luna Cândido

- GT-Verbas – Júlio César Gandarela Rezende, Samuel.

- GT-Carreira - Acacia Maria dos Santos Melo, Augusto César vieira dos Santos, David Soares Pinto, Vera Núbia Santos.

- GTPAUA - Christiane Senhorinha Soares Campos, Marcos Antonio da Silva Pedroso, Neilson Santos Meneses.

¹ 1 GT-Carreira - Grupo de Trabalho de Carreira; GTC&T - Grupo de Trabalho de -Ciência e Tecnologia; GTCA - Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte; GTHMD - Grupo de Trabalho de História do Movimento Docente; GTPAUA - Grupo de Trabalho de Política Agrária e Meio Ambiente; GTPE - Grupo de Trabalho de Política Educacional; GTPFS - Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical; GTSS/A - Grupo de Trabalho de Seguridade Social/Aposentados; GT-Verbas - Grupo de Trabalho de Verbas; GTPCEGDS - Grupo de Trabalho de Política de Classe para as questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual

- GTPCEGDS - Alessandra Alcides de Sá Santos, Benedito Carlos Libório Caires Araújo, Flávia Pacheco, Wellington Costa.

- GTPE - Airton Paula Souza, Carlos Dinges Marques de Sá, Marcos Antonio Silva Pedroso, Sonia Meire A., Bartira Henrique Sousa Silva.

- GTC&T - Elyson Adan Nunes Carvalho, Augusto César Vieira dos Santos, Carlos Dinges Marques de Sá, Marcelo Massayoshi Ueki, Menilton Menezes, Wilton Walter Batista e Alexandre Luna Cândido

-GTCA – Benedito Carlos Liborio Caires Araújo, César Ricardo Bolano, Verlane Aragão Santos, Wellington Costa.

3- ADUFF

- GTC&T - Renata Torres Shittino, Arley Silveira da Costa, Wanderson Fábio de Melo, Ana Livia Adriano.

- GTPCEGDS - Elza Dely Veloso Macedo, Sérgio Ricardo Aboud Dutra, Paulo Cruz Terra, Dora Henrique da Costa, Simone dos Santos Barreto, Bianca Novaes de Mello, Antoniana Dias Defilippo Bogogno, Marina C. Tedesco.

- GTPFS - Gustavo França Gomes, Carlos Augusto Aguilar Junior, Bianca Novaes de Mello, Sonia Lucio Rodrigues de Lima, Gelta Terezinha Ramos Xavier, Douglas Ribeiro Barboza, Marinalva de Oliveira, Renata Rodrigues Vereza, Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso, Marcelo Badaró, Sérgio Ricardo Aboud Dutra, Ana Livia Adriano, Adriana Penna, Gilberto Pereira, Elizabeth Barbosa, Antoniana Defilippo, Waldir Lins e Castro

- GTCA - Gustavo França Gomes, Kate Lane Costa de Paiva, Renata Torres Shittino, Márcio José Melo Malta, Kênia Aparecida Miranda, Marinalva de Oliveira, Renata Rodrigues Vereza, Paulo Cruz Terra, Marcelo Badaró, Guilherme Atem Nery, Marina C. Tedesco, Gilberto Pereira Sassi.

- GTHMD – Kênia Aparecida Miranda, Ana Livia Adriano, Wanderson Fábio de Melo.

- GTPE - André A. Martins, Ângela Carvalho de Siqueira, Clarisse da Costa Carvalho, Dora Henrique da Costa, Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Sonia Lucio Rodrigues de Lima, Kátia Regina de Souza Lima, José Antônio e Souza, Kênia Aparecida Miranda, Gelta Terezinha Ramos Xavier, Elza Dely Veloso Macedo, Marinalva de Oliveira, Elisabeth Carla Vasconcelos Barbosa, Adriana Machado Penna, Sérgio Ricardo Aboud Dutra, Antoniana Dias Defilippo Bigogno, Carlos Augusto Aguilar Junior.

- GTSS/A - Gustavo França Gomes, Juarez Torres Duayer, Bianca Novaes de Mello, Antoniana Dias Defilippo Bigogno, Elizabeth Barbosa, Verônica Fernandes, Cláudia March, Carlos Augusto Aguilar Júnior.

- GT-Verbas – Arley José Silveira da Costa, José Raphael Bokehi.

- GT-Carreira - José Raphael Bokehi, Sérgio Ricardo Aboud Dutra, Carlos Augusto Aguilar Junior.

- GTPAUA - Gustavo França Gomes, Arley José da Silveira da Costa, Felipe Melo da Silva Brito, Edson Teixeira da Silva Junior, Suenya Santos.

4- ADUNB

- GTPAUA - Manoel Pereira de Andrade

5-ADUR-RJ

- GTSS/A - Andrea Carmo Sampaio e Dan Gabriel D'Onofre.

- GTCA - Marcos Pasche, Alexandre Mendes, Pedro Hussak, Markos Klemz Guerrero.

- GTPAUA - Márcio Rufino Silva e Carlos Domingos da Silva.

- GTPCEGDS - Dan Gabriel D'Onofre, Andrea Carmo Sampaio, Osvaldo Veras e Moema de Castro Guedes.

- GTPFS – Andrey Cordeiro e Markos Klemz Guerrero.

6- ADUFERPE

- GT-CARREIRA - Jaqueline Bianque de Oliveira

- GTPFS - Levy Paes Barreto, Hélio Cabral Lima

- GTPE – Júlia Figueredo Benzaquen

7- SESUNILA

- GTPCEGDS - Élen Schneider e Marcos de Jesus

- GTPE - Heloísa Gimenez, Karen dos Santos Horácio, Ede Cristiano de Souza, Felipe Cordeiro de Almeida

- GTPFS - Fernando Correa Prado, Daniel Luiz Nedel, Roberta Trnspolini

- GTC&T – Guilherme Javier Diaz

- GT-Fundações - Anaxsuell Fernando da Silva e Leandro dos Passos Miranda

- GTCA - Francieli Rebelatto

8- ADUFPA

- GT-CARREIRA - Erneida Coelho de Araújo, Odete da Cruz Mendes

- GTPE - Lúcia Isabel da Conceição Silva; Maria da Conceição dos S. Costa.

- GTSS/A - Elen Lúcia Marçal de Carvalho, Celso Augusto Coelho, Daniela Ribeiro Castilho.

- GTCA - Vânia Maria do Socorro Alvarez.

- GTC&T - Luciene das Graças Miranda Medeiros, Miguel Ayan Gaia, José Alves de Souza Junior.

9- APRUDESC

- GTPCEGDS - Carmen Susana Tornquist, Mariléia Mara da Silva

- GTPE - Carmen Susana Tornquist, Mariléia Maria da Silva

- GTPAUA - Carmen Susana Tornquist, Mariléia Maria da Silva

9 - SINDUEA

- GTPCEGDS – Denilson Lima Santos

10 – ADUEPB

- GTSS/A – Leonardo Soares da Silva, Maria de Lourdes Sarmento, Alessandra Ximenes da Silva, Cristina Miryki, Francisca Rodrigues Mascena, Edmundo Gaudêncio, Luiz Barbosa Aguiar, Berenice Lins Marcelino Borges e Cícero Agostinho Vieira.
- GTPE - Elizabete Carlos do Vale, Lenilda Cordeiro de Macêdo, Cristina Maria Nepomuceno, Ana Raquel Pereira de Ataíde, Margareth Maria de Melo, Paula Almeida de Castro, Marcelo Gomes Germano, Alessandro Frederico de Oliveira, Antonia de Araújo Farias, Francisca Pereira Salvino.

11 – APROFURG

- GTPFS – Lucas Santos Cerqueira , Márcia B. Umpierre, Anderson Lobato, Cristiano Engelke
- GTPAUA – Lucas Santos Cerqueira, Eduardo Forneck
- GTVerbas - Márcia B. Umpierre
- GTPCEGDS - Eduardo Forneck
- GTCA – Luiza Silva
- GT Fundações – Anderson Lobato

12 – ADUNIRIO

- GTPAUA – Rodrigo Vilani e Bruno José Oliveira
- GTPE – Leonardo Castro
- GTPFS – Rodrigo Castelo Branco
- GTPCEGDS – Elizabeth Lewis
- GTSS/A – Joanir Passos
- GTVerbas – Giselle Souza

13 – ADUFMAT

- GTPCEGDS – Vanessa Furtado, Clarianna Martins, Lorenna Cardoso, Ivna Nunes, Quelli Rocha, Onice Dall’Oglio, Deyvison Pereira da Costa, Marzo da Silva
- GT-Carreira – Vanessa Furtado e Maurício Couto

14 – ADUFAL

- GTPFS – Carolina Nozella Gama, Andrea Pacheco de Mesquista e Adriana Lourenço
- GTPCEGDS – Andrea Pacheco de Mesquita

15 – APRUMA

- GTPE – Cláudio Mendonça, Áurea Silva, Conceição Lobato, Josefa Lopes, Fátima Félix, Marise Marçalina, Rosana Eleres, Silva Martins, Rosane Miranda, Angélica Cunha, Célia Martins, Miche Freitas, Teresa Lira, Thiago Lima, Glória Alinear, Mariana Bolsalabre e Wesley Fernandes.
- GTC&T – Francisca Taveira
- GTPAUA – Welbson Madeira, Samarone Martins, Luiz Eduardo Neves, Elena Steichorst.
- GTPFS – Joana Coutinho, Ilse Gomes e Rosilda Silva Dias.

- GTPCEGDS – Rosenwerck Estrela
- GTSS/A – Joanita Mota, Antônio Gonçalves, Renato Patrício, Aurean D’eca Júnior, Rosilda Silva Dias e Marise Marçalina

16 – ADUFLA

- GTPCEGDS – Catarina Dallapicula e Gustavo Seferian

17 – ADUFSJ

- GTSS/A – Sandra Boari Silva Rocha e Pablo Luiz Martins

18 – ADUFES

- GTCA - Mariane Lima de Souza, Rafael Gomes, Antonio David Protti e Ricardo Roberto Behr
- GT Carreira - Bernardete Gomes Mian, Marison Luis Soares, Rafael Vieira Teixeira, Aureo Banhos, Edson Pereira Cardoso, Rogério Netto Suave
- GTC&T - Donato de Oliveira, Mariane Lima de Souza, Fábio Corrêa de Castro, Edson Pereira Cardoso, Jussara Fardin
- GTPCEGDS - Antonio Carlos Morais, Edinete Maria Rosa, Rachel Cristina Melo Guimarães, Ana Claudia Wenceslau, Renata Couto Moreira, Alexandre Jairo Marinho Moraes
- GTHMD - Valter Pires Pereira, Temístocles de Souza Luz, João Assis Rodrigues, Aureo Banhos, Fábio Corrêa Dutra, José Aguilar Dalvi
- GTPAUA - Paulo Cesar Scarin, Renata Couto Moreira, Aureo Banhos, Luiz Leoncio Lorenzoni, Francisco Estevão Cota, Leonardo de Resende Dutra
- GTPE - Francisco Mauri de Carvalho Freitas, Temístocles de Souza Luz, Rafael Vieira Teixeira, José Antonio da Rocha Pinto, Edna Oliveira Castro, Marison Luiz Soares, Euzi Rodrigues Morais, Juliana Iglesias, Thauan Gilead Marchezi Tavares, Ana Lucia Coelho Heckert, Fábio Corrêa de Castro, Edson Pereira Cardoso, Bernardete Gomes Mian, Cely Barbosa Zambellin e Andressa Cesano

- GTPFS - Valter Pires Pereira, Josemar Machado de Oliveira, Raphael Góes Furtado, Sandra Soares Della Fonte, Francisco Mauri de Carvalho Freitas, José Aguilar Davi, José Antônio da Rocha Pinto, Ricardo Roberto Behr, Janaina Bastos Depiante, Kelly Christiny da Costa
- GT-Fundações - José Antônio da Rocha Pinto, Leonardo de Resende Dutra
- GTSS/A - Bernardete Gomes Mian, Dulcinéia Sarmiento Rosemberg, Cenira Andrade de Oliveira, Jeane Andréia Ferraz Silva, Arlete Corrêa de Oliveira, Odilea Dessaune de Almeida, Maria Elizabeth Barros de Barros, Thiago Dias Sarti, José Aguilar Dalvi e Leonardo de Resende Dutra
- GT-Verbas - Rogério Neto Suave, Claudio Simões Salim, Francisco Estevão Cota

RATEIO DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Nº	SSIND	Nº Filiados	Nº Deleg Permitted	Nº Deleg Presentes	Fator	COTA	Taxa Obs	Passagem Aérea/Terras	Pagar Receber (-)
1	ADUA	914	8	8	8	12.178,86	0,00	9.119,52	3.059,34
2	SESDUF-RR	328	5	3	3	4.492,22	0,00	3.212,82	1.279,40
3	SIND-UEA	188	3	2	2	2.839,20	0,00	2.279,88	559,32
4	ADUNIR	384	5	4	4	5.719,00	0,00	3.482,16	2.236,84
5	ADUFAC	530	7	3	3	5.517,25	0,00	3.641,22	1.876,03
6	ADUFPA	1.584	10	10	10	17.463,92	0,00	12.119,40	5.344,52
7	SINDUNIFESSPA	79	2	2	2	2.286,09	0,00	2.078,28	207,81
8	SINDUFAP	217	4	4	4	4.871,57	0,00	4.223,76	647,81
9	APRUMA	1.100	9	9	9	14.065,30	200,00	10.259,46	4.005,84
10	ADCESP	434	2	2	2	4.087,50	0,00	1.909,80	2.177,70
11	ADUFPI	1.856	10	6	6	15.073,73	0,00	5.730,84	9.342,89
12	SINDURCA	189	3	3	3	3.786,88	0,00	3.111,39	675,49
13	SINDUECE	301	5	5	5	6.240,43	0,00	4.775,70	1.464,73
14	SINDIUVA	181	3	3	3	3.746,29	0,00	2.947,50	798,79
15	SINDCEFET-PI	255	4	3	3	4.121,79	0,00	2.865,42	1.256,37
16	ADUERN	948	8	5	5	9.523,57	0,00	6.601,49	2.922,08
17	ADUFCG	669	7	7	7	9.993,02	80,00	9.239,58	833,44
18	ADUFEPE	2.250	11	3	3	14.245,22	0,00	2.928,42	11.316,80
19	ADUFERSA	328	5	5	5	6.377,44	40,00	6.299,70	117,74
20	ADUEPB	516	7	5	5	7.331,42	0,00	6.599,70	731,72
21	ADUFERPE	704	7	7	7	10.170,63	80,00	6.832,98	3.417,65
22	ADUFPB	2.430	11	11	11	22.699,47	0,00	10.730,94	11.968,53
23	ADUNEB	1.128	9	8	8	13.264,78	0,00	7.919,52	5.345,26
24	ADUFS-BA	591	7	5	5	7.712,00	0,00	5.037,27	2.674,73
25	APUR	209	4	4	4	4.830,98	0,00	4.030,32	800,66
26	ADUFS	1.219	9	8	8	13.726,55	0,00	6.035,40	7.691,15
27	ADUFAL	1.452	10	9	9	15.851,49	0,00	8.099,46	7.752,03
28	ADUSB	803	8	7	7	10.672,99	0,00	7.489,02	3.183,97
29	ADUSC	487	6	4	4	6.241,66	0,00	4.223,76	2.017,90
30	ADUFSJ	516	7	3	3	5.446,21	0,00	2.206,49	3.239,72
31	ADUFES	1.674	10	10	10	17.920,61	80,00	9.425,40	8.575,21
32	ADUFOP	638	7	4	4	7.007,89	0,00	2.878,56	4.129,33
33	ADUFU	1.291	9	6	6	12.206,69	0,00	4.157,64	8.049,05
34	APES-JF	1.110	9	9	9	14.116,05	160,00	10.799,46	3.476,59
35	ADFMTM	224	4	1	1	2.079,27	0,00	789,59	1.289,68
36	ADUFVJM	85	3	2	2	2.316,54	0,00	1.513,02	803,52
37	ADUFLA	567	7	4	4	6.647,61	0,00	2.802,96	3.844,65
38	ASPUV	1.035	9	8	8	12.792,86	0,00	6.007,44	6.785,42
39	SINDCEFET-MG	512	7	7	7	9.196,34	0,00	4.905,18	4.291,16
40	ADUNB	2.318	11	11	11	22.131,14	0,00	11.060,94	11.070,20
41	APUG	174	3	3	3	3.710,77	40,00	2.815,94	934,83

42	ADCAJ	55	2	2	2	2.164,31	0,00	1.687,59	476,72
43	ADUFMAT	1.523	10	10	10	17.154,38	640,00	0,00	17.794,38
44	ADUNEMAT	478	6	6	6	8.081,20	280,00	234,00	8.127,20
45	ADUFDOURADOS	329	5	2	2	3.554,69	0,00	1.786,68	1.768,01
46	ASDUERJ	1.388	9	6	6	12.698,91	0,00	6.015,24	6.683,67
47	ADUFRJ	3.542	14	14	14	31.170,02	80,00	14.035,56	17.214,46
48	ADOPEAD-RJ	60	2	2	2	2.189,68	0,00	2.005,08	184,60
49	ADUNI-RIO	800	8	7	7	10.657,77	0,00	7.017,78	3.639,99
50	ADUFF	2.575	12	12	12	24.377,86	360,00	12.030,48	12.707,38
51	ADUR-RJ	858	8	6	6	10.009,48	0,00	6.045,12	3.964,36
52	ADUNIFESP	685	7	4	4	7.246,39	0,00	3.429,36	3.817,03
53	ADUNESP	1.151	9	1	1	6.783,24	0,00	857,34	5.925,90
54	ADUNICAMP	2.254	11	5	5	16.150,73	0,00	3.431,70	12.719,03
55	ADUSP	2.875	12	5	5	19.301,93	0,00	4.286,70	15.015,23
56	APUFPR	2.916	13	10	10	24.223,02	0,00	8.219,40	16.003,62
57	SINDUTF-PR	922	8	1	1	5.621,20	0,00	821,94	4.799,26
58	S.SIND. Da UFSC	223	4	4	4	4.902,02	40,00	4.221,36	720,66
59	SESUNILA	83	2	2	2	2.306,39	0,00	2.110,20	196,19
60	SESDUEM	362	5	1	1	2.779,54	0,00	1.199,94	1.579,60
61	APRUDESC	170	3	2	2	2.747,86	0,00	2.110,68	637,18
62	APROFURG	788	8	8	8	11.539,48	0,00	8.143,92	3.395,56
63	ADUFPEL	1.279	9	9	9	14.973,62	40,00	9.036,09	5.977,53
64	SEDUFMS	1.197	9	6	6	11.729,70	0,00	6.064,56	5.665,14
		58.931	451	348	348	627.066,67	2.120,00	327.978,05	301.208,62

PREVISÃO DE DESPESAS 36º CONGRESSO	ANDES-SN	ADUFMAT
<i>Especificação</i>	RATEIO	RATEIO
1-PESSOAL		
ANDES-SN (Secretaria, Tesouraria e Imprensa)		
Passagens Aéreas/ Terrestre/ Hospedagem	10.409,00	0,00
Diárias	7.080,00	0,00
Horas extras	24.000,00	9.800,00
Taxi	0,00	350,00
Combustível	0,00	900,00
Subtotal	41.489,00	11.050,00
2 - IMPRENSA E DIVULGAÇÃO		
Arte dos Cartazes	0,00	2.500,00
Caderno Textos (papel, transporte, toner)	1.725,00	0,00
Cartazes Gráfica	0,00	1.100,00
Banner	0,00	2.500,00
Informativo do Congresso	0,00	3.150,00
Repografia	0,00	3.600,00
Subtotal	1.725,00	12.850,00
3 – INFRAESTRUTURA		
Estrutura Física		
Correios	0,00	3.794,38
Locação de bancadas e cadeiras	0,00	8.000,00
Locação do Teatro	0,00	8.000,00
Decoração	0,00	6.500,00
Apresentação Cultural	0,00	7.150,00
Aluguel de máquina de café/chocolate	0,00	2.850,00
Insumos da máquina de café	0,00	7.200,00
0,00	43.494,38	
Prestação de Serviços		
Som e Audio	0,00	4.200,00
Filmagem	0,00	10.500,00
Serviços Enfermagem	0,00	5.500,00
Água Mineral	0,00	2.000,00
Coffe Break	0,00	33.000,00
Serviços de Eletricista	0,00	2.500,00
Serviço de Segurança	0,00	4.500,00
Serviços de Informatica	0,00	20.000,00
Apoio/ Copa/ limpeza	0,00	3.600,00
Locação de Veículo	0,00	1.200,00
Uber/ Táxi	0,00	1.300,00
Serviços Monitores	0,00	15.500,00
Locação de toalhas de mesa	0,00	300,00
Despesas com alimentação de monitores	0,00	4.200,00

Tansporte de Monitores	0,00	955,00
Serviços Pedagoga/Creche	0,00	2.400,00
Material Pedagógico Infantil	0,00	718,21
Transportadora	13.806,90	0,00
Alimentação Creche	0,00	300,00
	13.806,90	112.673,21
Material de Consumo		
Medicamentos farmácia	0,00	151,40
Material de Escritório e expediente	116,96	3.382,26
Material de Consumo elétrico	0,00	336,00
Material de Informatica	0,00	1.258,40
Lanches	0,00	10.000,00
Material de Xerox	2.099,26	600,00
	2.216,22	15.728,06
Material distribuido aos delegados e observadores		
Pastas/ Bolsas	0,00	22.000,00
Camisetas	0,00	11.020,00
Crachá	0,00	1.914,00
Convite	0,00	340,00
Guia do Congressista	0,00	1.350,00
Blocos	0,00	1.342,00
	Subtotal	0,00
		37.966,00
4 - COMISSÃO ORGANIZADORA		
Diárias	1.200,00	0,00
Alimentação	0,00	373,64
Passagens Aéreas	2.072,00	0,00
Hospedagem	0,00	0,00
	Subtotal	3.272,00
		373,64
5- Despesa c/ transporte de um delegado das S.Sindicais c/ menos de 101 filiados.	5.500,00	0,00
	Subtotal	5.500,00
		0,00
	TOTAL	68.009,12
		234.135,29

CADERNO DE TEXTOS

36º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

Cuiabá/MT, 23 a 28 de janeiro de 2017

Tema Central: Em defesa da educação pública e contra a agenda regressiva de retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

<http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

Gestão 2016/2018

Presidente: Eblin Joseph Farage

Secretário-Geral: Alexandre Galvão Carvalho

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretora responsável por Imprensa e Divulgação: Giovanni Felipe Ernst Frizzo

SUMÁRIO

Apresentação	
Metodologia de Trabalho	
Proposta de Cronograma e Pauta do 36º CONGRESSO	
Proposta de Regimento do 36º CONGRESSO	
TEMA I – MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA	
Texto 1 – A conjuntura e os desafios para o ANDES-SN – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 2 – FORA Temer! Greve Geral contra as reformas da previdência, trabalhista, a PEC 241 e em defesa dos direitos: aquilombar as lutas dos trabalhadores! - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Adriana Santos (SESDUFRR), Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE), Áurea de Carvalho Costa (ADUNESP), Gelta Terezinha Ramos Xavier (ADUFF), Geraldo Carvalho (ADUFPI), João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Marcos Escher (APESJF), Patrícia Soares Andrade (SINDCEFET-PI), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Wagner Miquéias F. Damasceno (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC).</i>	
Texto 3 – Os Deuses do Olimpo e os “Pecados” castigado dos humanos na terra - <i>Contribuição do professor Zezineto Mendes de Oliveira – Sindicalizado da ADFURRN Seção Sindical</i>	
Texto 4 – Enfrentar a destruição dos direitos sociais, as políticas de austeridade e a precarização do emprego. Defender a educação e universidade públicas, avançar na reorganização da classe trabalhadora e construir o poder popular. Rumo à greve geral! - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s André Mayer (ADUFOP), Bartira Telles (ADUFS), Cristiano Ferraz (ADUSB), Carla Sartor (ADUNIRIO), Elza Peixoto (APUB), Gean Santana (ADUFS-BA), Mario Mariano (ADUFVJM), Mauro Iasi (ADUFRJ), Milton Pinheiro (ADUNEB), Tarcila Atolini (ADUFVJM), Wesceley Pinheiro (ADUFMAT)</i>	
Texto 5 – Construir uma frente única em defesa da vida dos explorados! Responder aos ataques com independência de classe! abaixo o governo golpista de Temer! - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADFURRN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)</i>	
Texto 6 - Preparar a resistência à ofensiva conservadora e ao ajuste fiscal de Temer! - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Abrãao F. Penha, Anderson Carvalho E Zózina Maria Rocha De Almeida (sindicalizado(a)s da ADUNEB), Augusto Nobre E Zuleide Fernandes de Queiroz (sindicalizado(a)s da SINDURCA), Carlos Zacarias, Jorge Henrique Saldanha, Marcos Vinícius Ribeiro, (sindicalizado APUB), Egil de Brito Sá (sindicalizado ADUFPI), Maurício Wiering Pinto Telles (sindicalizado ADURN), José Pereira Sobrinho, Natália Ayres, Pedro Santos (sindicalizado(a)s da SINDUECE), Marcel Lima Cunha e Niágara Vieira Soares Cunha (sindicalizado(a)s da SINDIUVA)</i>	
Texto 7 – As posições políticas da diretoria do ANDES/CSP diante do impeachment de Dilma Rousseff: uma capitulação histórica ao golpe da direita - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Antonio Eduardo Oliveira, David Romão, Karina Cordeiro, Ana Cristina Givigi, Gleide Sacramento Silva, Tarcisio Cordeiro, Givanildo Bezerra de Oliveira, Fátima Aparecida Silva, Nilton C. Silva – Sindicalizado(a)s da APUR Seção</i>	

<i>Sindical</i>	
Texto 8 – Unidade na diversidade e unidade de ação: os desafios da polarização política e o movimento docente – <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP); Rigler Aragão (SINDUNIFESSPA), Máira Tavares Mendes (ADUSC), Marcela Rufato (ADUNIFAL) Janaína Bilate (ADUNIRIO), Linnesh Ramos (ADUFS-BA), Gilberto Cunha Franca (ADUFSCAR); Caetano de Carli (ADUFERPE); Vicente Neves Ribeiro (SINDUFFS); Juliano Nicklevicz Teixeira (ADUFRJ);</i>	
Texto 9 – Intensificação das contrarreformas do governo golpista e construção da unidade classista para esse enfrentamento – <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Lucinéia Scremin Martins, Alcides Pontes Remijo, Alexandre Aguiar dos Santos e José Pacheco Thiesen – sindicalizada(o)s da ADUFG Seção Sindical</i>	
Texto 10 - Colocar no centro a luta contra o governo golpista e suas medidas, fortalecendo o caminho da greve geral - <i>Contribuição da Diretoria da APUR e do(a)s professore(a)s Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alberto Handfass (ADUNIFESP), Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES), Carlos José Cartaxo (ADUFPB), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Celi Taffarel (APUB), Cícero Monteiro de Souza (ADUFERPE), Cláudio Félix (ADUSB), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Eduardo Giavara (ADUFU), Eduardo Jorge Souza (ADUFERPE), Erika Suruagy (ADUFERPE), Eudes Baima (SINDUECE), Everaldo Andrade (ADUSP), Fernando José Cunha (ADUFPB), Flávia Teixeira (ADUFU), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Guttemberg da Silva Silvino (ADUFPB), Héliida Cristina Cavalcante Valério (ADUFPB), Humberto Clímaco (ADUFG), Jair Reck (ADUnB), Joelma de Oliveira Albuquerque (ADUFAL), Juanito Vieira (APESJF), Karina Klinker (ADUFU), Kimi Tomizaki (ADUSP), Lenúcia Moura (SINDUECE), Lisleandra Machado (APESJF), Manuel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcia Morschbacher (SEDUFMS), Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT), Maria do Carmo Xavier (ADUFERPE), Marize Souza Carvalho (APUB), Ricardo Coelho de Barros (ADUFAL), Sidartha Soria (ADUFEPE), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC)</i>	
TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
Texto 11 – Política de Formação Sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 12 – Política Educacional - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 13 - Política de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 14 – Política de Comunicação e Arte - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 15 – Comissão da Verdade do ANDES-SN: a luta pela memória, reparação e justiça - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 16 – Política Agrária, Urbana e Ambiental - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 17 – Políticas e ações para Ciência e Tecnologia - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 18 – Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 19 - Perdas salariais implantadas nos últimos três governos contra professores aposentados das IFES. - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Auta de Souza Costa, e Terezinha Diniz (Sindicalizadas da ADUFPB) e José Airton de Paula (Sindicalizado da ADUFMAT)</i>	

Texto 20 – ANDES-SN: classista e democrático - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alair Silveira e Roberto Boaventura da Silva Sá – Sindicalizado(a)s da ADUFMAT Seção Sindical</i>	
Texto 21 – Educação de qualidade não se faz com mordaga - <i>Contribuição da Diretoria da ADFURRN Seção Sindical</i>	
Texto 22 - Privatizar não é a solução - <i>Contribuição professora da Rosimeiry Florêncio de Queiroz Rodrigues - Sindicalizada da ADFURRN Seção Sindical</i>	
TEMA III– PLANO DE LUTAS DOS SETORES	
Texto 23 – Plano de lutas do setor das IEES/IMES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 24 – Plano de lutas do setor das IFES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 25 - Alterações no Estatuto do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 26 – Fundo Único – Fundo nacional de solidariedade, mobilização e greve do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 27 - Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 28 – Prestação de contas do 61º CONAD - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 29 - Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 30 - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 31 - Apoio financeiro ao Casarão da Luta e ao sistema de formação política do movimento dos trabalhadores sem teto (MTST) - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 32 – Sede do 37º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 33 – Grupos de trabalho (GT) DO ANDES-SN – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 34 – O colapso da central sindical e popular e o movimento docente - <i>Contribuição da(o)s professor(a)es Lucinéia Scremin Martins, Alcides Pontes Remijo, Alexandre Aguiar dos Santos e José Pacheco Thiesen – sindicalizada(o)s da ADUFG Seção Sindical.</i>	
SIGLAS	
Legislação citada nos textos da Diretoria do ANDES-SN	

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto de Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado em proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA I – MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA	
TR 1 - A conjuntura e os desafios para o ANDES-SN	
TR 3 – Os Deuses do Olimpo e os “Pecados” castigado dos humanos na terra	
TR 5 – Construir uma frente única em defesa da vida dos explorados! Responder aos ataques com independência de classe! abaixo o governo golpista de Temer!	
TR 9 – Intensificação das contrarreformas do governo golpista e construção da unidade classista para esse enfrentamento	
TR 10 - Colocar no centro a luta contra o governo golpista e suas medidas, fortalecendo o caminho da greve geral	
TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
TR 11 – Política de Formação Sindical	
TR 12 – Política Educacional	
TR 13 - Política de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual	
TR 14 – Política de Comunicação e Arte	
TR 15 – Comissão da Verdade do ANDES-SN: a luta pela memória, reparação e justiça	
TR 16 – Política Agrária, Urbana e Ambiental	
TR 17 – Políticas e ações para Ciência e Tecnologia	
TR 18 – Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria	
TR 19 - Perdas salariais implantadas nos últimos três governos contra professores aposentados das IFES	
TR 20 – ANDES-SN: classista e democrático	
TR 21 – Educação de qualidade não se faz com mordça	
TR 22 - Privatizar não é a solução	
TEMA III– PLANO DE LUTAS DOS SETORES	
TR 23 – Plano de lutas do setor das IEES/IMES	
TR 24 – Plano de lutas do setor das IFES	
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 25 - Alterações no Estatuto do ANDES-SN	

TR 26 – Fundo Único – Fundo nacional de solidariedade, mobilização e greve do ANDES-SN	
TR 27 - Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical	
TR 28 – Prestação de contas do 61º CONAD	
TR 29 - Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)	
TR 30 - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida	
TR 31 - Apoio financeiro ao Casarão da Luta e ao sistema de formação política do movimento dos trabalhadores sem teto (MTST)	
TR 32 – Sede do 37º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL	
TR 34 – O colapso da central sindical e popular e o movimento docente.	

Apresentação

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN será realizado em Cuiabá (MT), sob a organização da diretoria do ANDES-SN e da ADUFMAT Seção Sindical, no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, e seu tema central é: Em Defesa da Educação Pública e Contra a Agenda Regressiva de Retirada dos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras.

O tema escolhido para o 36º CONGRESSO do ANDES-SN está em forte sintonia com a conjuntura. As crescentes lutas em nosso país, protagonizadas pela classe trabalhadora e pela juventude contra os intensos ataques do ilegítimo governo Temer, do Congresso, do Judiciário e da mídia burguesa, e dos setores conservadores da sociedade, demandam de nossa categoria, participante ativa desse processo de lutas, uma intensa e densa discussão no seu espaço máximo de deliberação.

A classe trabalhadora se vê ante a um grande desafio que é reagir e derrubar essa agenda regressiva, que se manifesta, com especial intensidade, no setor da educação. Os projetos “Escola com Mordaça” e a “Reforma do Ensino Médio”, combatidos desde o seu nascedouro pelo ANDES-SN, e a luta contra a PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241), expressão maior da destruição dos direitos sociais, conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras na constituição, têm mobilizado estudantes, sindicatos, movimentos sociais em todo o país. Lutas que exigem um enorme esforço de vários setores da classe trabalhadora e da juventude para construir a unidade.

Os direitos sociais dos trabalhadores e das trabalhadoras, tanto do setor público quanto do privado, ocupam um lugar destacado na contrarreforma do Estado. Com o objetivo de criar as condições necessárias para manter a extração de mais-valia do capital, o governo, como um legítimo representante desse setor, procura de todas as formas acelerar no Congresso a reforma trabalhista e da previdência, pautas que estarão no epicentro das lutas durante o ano de 2017.

É, nesse contexto, de ataques à educação pública e de retirada de direitos, que o ANDES-SN, como um sindicato defensor intransigente de um projeto para a educação de caráter classista, irá realizar seu próximo Congresso. Os textos de apoio e as resoluções da diretoria e da base, presentes nesse caderno, a serem discutidos e deliberados, irão “armar” a categoria para essa difícil quadra histórica que se apresenta, mas que, de forma alguma, intimida um sindicato com o seu histórico de lutas, de autonomia e de coerência.

Até breve, Até, Cuiabá!

Diretoria do ANDES-SN

Metodologia de trabalho

O Congresso do ANDES-SN tem como tarefa maior definir posicionamentos políticos estratégicos e aprovar o Plano de Lutas anual do Sindicato, a partir das discussões e decisões das assembleias gerais dos docentes frente a temas que estão relacionados diretamente ao trabalho docente e suas reivindicações.

Os eventos nacionais deliberativos do ANDES-SN (Congressos e CONAD) constituem espaços democráticos de debate, de participação da base da categoria e de definições que norteiam as ações do Sindicato. Todo o trabalho é subsidiado por Cadernos de Texto que disponibilizam, previamente, o conjunto de propostas em debate, dentro do temário proposto.

A estrutura de funcionamento desses eventos deliberativos baseia-se na sucessão de três tipos de espaços: grupos mistos, preparação e realização das plenárias.

Os **grupos mistos** têm como objetivo fazer com que todos os participantes, reunidos em pequenos agrupamentos, discutam os temas pautados no evento, de forma a facilitar o amadurecimento das posições trazidas das assembleias gerais de cada Seção Sindical, e apontar as propostas que serão submetidas à deliberação nas plenárias. O resultado dos encaminhamentos dos grupos deve ser consolidado, uma vez que todos os grupos debatem todos os temas.

A **preparação das plenárias** tem como tarefa fundamental essa consolidação, para que a dinâmica de deliberações tome por base o que já foi apreciado e indicado nos grupos mistos. O trabalho nessa fase é exaustivo, exige muitas horas de dedicação e é realizado pelos diretores, que serão responsáveis pela condução da mesa dirigente da plenária, com o apoio dos relatores dos grupos.

A **realização das plenárias** tem revelado dinâmicas variáveis segundo o temário, mas também segundo a clareza e a pertinência das propostas encaminhadas para deliberação, abrindo espaço ao contraditório em relação às grandes polêmicas, e cumprindo a sua função primordial, que é a de deliberar, pelo voto da maioria dos delegados, sobre as propostas vindas dos grupos mistos.

O **Caderno de Textos** está organizado de modo a contemplar os seguintes aspectos:

1) o claro **ordenamento dos temas** do Congresso: conjuntura, centralidade, políticas (contendo proposições de princípios e posicionamentos estratégicos) e depois os planos de luta (contendo proposições de ações e agenda para sua implementação);

2) Os **Textos de Apoio (TA)** cumprem uma função pedagógica e de registro histórico para o movimento; após cada TA, uma caixa de texto com as resoluções aprovadas no 35º Congresso complementa o resgate histórico; e os **Textos Resolução (TR)** apresentam o que é novo, de fato, em termos de propostas.

O desafio será definir as prioridades e ações para o ano de 2016, na forma de uma agenda de lutas a ser apresentada à categoria e que se traduza em um chamamento forte à mobilização, que é o caminho para as conquistas.

PROPOSTA DE CRONOGRAMA E PAUTA PARA O 36º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Cuiabá, 23 a 28 de janeiro de 2017

Tema Central: Em defesa da educação pública e contra a agenda regressiva de retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

23/1 (2ª feira)	24/1 (3ª feira)	25/1 (4ª feira)	26/1 (5ª feira)	27/1 (6ª feira)	28/1 (sábado)
9h às 12h 14h às 17h Credenciamento 10h às 13h Plenária de Abertura Plenária de Instalação	9h às 12h Grupo Misto Tema II	Grupo Misto Tema III	Livre	9h às 13h Plenária do Tema III	9h às 12h Plenária do Tema IV
15h às 19h Plenária do Tema I	14h às 18h Grupo Misto Tema II	14h às 18h Grupo Misto Tema IV	14h às 17h Plenária do Tema II	15h às 18h Plenária do Tema IV	14h às 16h Plenária de Encerramento
21h Palestra com representantes do Casarão da Luta, da Escola Florestan Fernandes e da Auditoria Cidadã da Dívida.	Livre	Livre	18h30 às 21h30 Plenária do Tema II	Livre	

Pauta

Tema I – Movimento docente, conjuntura e centralidade da luta.

Tema II – Políticas sociais e plano geral de lutas.

Tema III – Plano de lutas dos setores.

Tema IV – Questões organizativas e financeiras

PROPOSTA DE REGIMENTO DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I Do CONGRESSO

Art. 1º. O 36º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e organizado pela ADUFMAT, reunir-se-á no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, na cidade de Cuiabá (MT).

Art. 2º. O 36º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 de seu Estatuto.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 3º. São atribuições do 36º CONGRESSO, conforme dispõem os incisos I a X do Art. 15 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL:

“Art.15. São atribuições do CONGRESSO:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;

II - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizados tomadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs.;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente de sua pauta;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;

VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;

VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL às organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, observado o disposto no art. 45;

X - criar, indicando seus componentes, ou extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões.”

Capítulo III Dos(as) Participantes

Art. 4º. São participantes do 36º CONGRESSO:

I - delegados(as) devidamente credenciados(as), com direito à voz e ao voto;

a) um(a) delegado(a) de cada diretoria de seção sindical (S.SIND.) ou AD-Seção Sindical (AD-S.SIND.) (Art. 16, inciso I do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

b) delegados(as) de base de cada S.SIND. ou AD-S.SIND. (Art. 16, inciso II do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do Art. 17 do Estatuto;

c) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais (Art. 16, inciso III do Estatuto), indicados em proporção cumulativa, fixada pelo § 1º do art. 17;

d) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII do Estatuto.

II - os membros da comissão organizadora e da comissão diretora do 36º CONGRESSO, com direito à voz;

III - os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, devidamente credenciados(as) como observadores(as) pela sua respectiva S.SIND. ou AD-S.SIND., e secretarias regionais, com direito à voz;

IV - os(as) convidados(as) pela comissão organizadora e comissão diretora, com direito à voz.

§1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL não poderão participar como convidados(as) do 36º CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§2º Os(as) delegados(as), devidamente credenciados(as), só poderão ser substituídos(as), durante a realização do 36º CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar, junto à comissão diretora, a necessidade de ausentar-se definitivamente do 36º CONGRESSO;

b) haver suplentes de delegados(as) indicados(as) pelas assembleias das S.SIND. ou AD-S.SIND., e pelas assembleias dos(as) sindicalizados(as), via secretarias regionais, credenciados(as) como observadores(as) no 36º CONGRESSO;

c) quando o(a) delegado(a) de S. SIND. ou AD-S.SIND., ou delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais, comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 5º. O Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL preside o 36º CONGRESSO, com direito à voz e a voto em suas sessões, e os demais membros em exercício da Diretoria (Art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (Art. 32, V), participam com direito à voz.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 6º. O prazo de credenciamento dos(as) delegados(as) e observadores(as) das S. SIND. ou AD-S.SIND. do ANDES-SINDICATO NACIONAL e dos(as) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), via secretarias regionais, ao 36º CONGRESSO encerrar-se-á às 17h do dia 23 de janeiro, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 1º Para o credenciamento dos(as) delegados(as), será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento dos(as) observadores(as), será exigida ata (ou extrato) e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.SIND. ou AD-S.SIND. que os indicou.

§ 3º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam os(as) delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.SIND., mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 4º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até o início da plenária de instalação, que deverá deliberar sobre estes até o seu final.

§ 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 6º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

Capítulo V

Do Funcionamento
Seção I
Dos órgãos

Art. 7º. São órgãos do 36º CONGRESSO:

I - As Comissões:

a) Organizadora;

b) Diretora;

II - Os Grupos Mistos;

III - As Plenárias.

§ 1º As comissões organizadoras e a diretora são criadas a partir da convocação do 36º CONGRESSO.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização deste evento.

§ 3º O quórum mínimo de funcionamento de cada órgão do 36º CONGRESSO é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos membros desse órgão com direito a voto.

§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quórum de funcionamento reduz-se para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito ao voto, só podendo ocorrer deliberação depois de verificado o quórum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II
Da Comissão Organizadora

Art. 8º. A Comissão Organizadora é constituída por 3 (três) representantes da ADUFMAT Seção Sindical e por 3 (três) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 9º. É de competência da comissão organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 36º CONGRESSO;

II - organizar, junto com a comissão diretora, a plenária de abertura do 36º CONGRESSO;

III - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 36º CONGRESSO.

Parágrafo único. Das decisões da comissão organizadora cabe recurso à comissão diretora.

Seção III
Da Comissão Diretora

Art. 10. A Comissão Diretora do 36º CONGRESSO é composta pelos(as) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 11. É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se, junto com a comissão organizadora, pelo credenciamento dos(as) participantes do 36º CONGRESSO;

II - decidir e efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, alíneas “a” e “c” do Art. 4º deste regimento, e anunciar a substituição do(a) delegado(a) ao 36º CONGRESSO;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 36º CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais;

IV - elaborar a prestação de contas do 36º CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;

V - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias do 36º CONGRESSO;

VI - organizar a composição dos grupos mistos do 36º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.

VII - Responsabilizar-se, em conjunto com os relatores dos grupos mistos, pela consolidação dos relatórios dos diferentes grupos.

Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora cabe recurso à plenária.

Seção IV Dos Grupos Mistos

Art. 12. Os grupos mistos são compostos por:

I - Delegados(as), devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND., de delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto e de delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, todos(as) com direito à voz e ao voto;

II - Observadores(as) devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via secretaria regional, com direito à voz;

III - Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito à voz.

Art. 13. Cada grupo misto é composto por, no máximo, 35 (trinta e cinco) delegados(as) e igual número de observadores(as).

Parágrafo único. Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um(a) delegado(a) de uma mesma Seção Sindical ou AD-Seção Sindical, ou mais de um(a) delegado(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, ou mais de um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto, caso o respectivo número de delegados(as) seja superior ao número de grupos mistos. Esta mesma regra se aplica aos(às) observadores(as).

Art. 14. Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por 1 (um/uma) coordenador(a), 1 (um/uma) relator(a) e 1 (um/uma) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora são eleitos(as) pelos(as) delegados(as) componentes dos grupos.

§ 2º O(a) coordenador(a) e o(a) secretário(a) da mesa coordenadora serão eleitos(as) entre os(as) delegados(as) componentes dos grupos e o(a) relator(a) poderá ser um(a) observador(a), devidamente credenciado(a).

§ 3º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora, salvaguardando o disposto no parágrafo anterior.

Art. 15. As reuniões dos grupos mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do 36º CONGRESSO, observado o quórum de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e aberta a 2ª (segunda) lista.

§ 3º As deliberações só serão tomadas por mais da metade dos(a) delegados(as) inscritos em cada grupo misto.

Art. 16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir a reunião do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 17. É de competência do(a) relator(a):

I - elaborar o relatório da reunião do grupo de acordo com as normas deste regimento e com as instruções da comissão diretora;

II - fazer constar do relatório o número de votos, texto completo das propostas surgidas no grupo e a situação final de cada proposta submetida à deliberação.

III - fazer constar os nomes completos do(a) coordenador(a), relator(a) e secretário(a).

Art. 18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. Os(as) relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião dos referidos grupos, para entregar à comissão diretora o relatório de seu grupo digitado, garantidas as condições pela comissão organizadora.

Art. 20. A consolidação dos grupos mistos será feita em reunião pelos membros da comissão diretora para tal designados, com auxílio do(as) relatores(as) dos diversos grupos mistos.

Art. 21. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do 36º CONGRESSO constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e relatores(as).

§ 1º A comissão diretora poderá redigir e incluir no relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização ou consolidação das propostas oriundas dos grupos mistos. Não poderão ser feitas propostas de acréscimo ou alteração para inclusão no relatório que não correspondam às propostas oriundas dos grupos mistos.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos temas II, III e IV do 36º CONGRESSO.

IV As propostas remetidas pelos grupos mistos para a plenária quando tiverem sido aprovadas, ou obtido 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um grupo

Art. 22. O início das reuniões dos grupos mistos obedecerá, rigorosamente, aos horários previstos no cronograma do 36º CONGRESSO.

Art. 23. As reuniões dos grupos mistos terão duração de:

a) do Tema II: 7 (sete) horas, em dois turnos;

b) do Tema III: 4 (quatro) horas;

c) do Tema IV: 3 (três) horas;

Parágrafo único. O prazo previsto no caput deste artigo poderá, por deliberação do grupo, ser prorrogado por, no máximo, 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 36º CONGRESSO.

Seção V Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

I - Delegados(as) de S.SIND., de AD-S.SIND., de delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto e de sindicalizados(as) via secretarias regionais, devidamente credenciados(as), e pelo(a) Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, todos(as) com direito à voz e ao voto;

II - Observadores(as) de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via secretarias regionais, devidamente credenciados(as), com direito à voz;

III - Membros da comissão diretora com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da comissão diretora, com direito à voz.

Art. 25. As Plenárias do 36º CONGRESSO serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) secretário(a).

§ 1º A Comissão diretora indica, entre seus membros, os(as) componentes das mesas coordenadoras das plenárias.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da mesa coordenadora, devendo os membros não pertencentes à comissão diretora do 36º CONGRESSO serem indicados(as) pelos(as) delegados(as) presentes.

§ 3º As deliberações são adotadas por maioria simples - maior número de votos - dos(as) delegados(as) presentes, ressalvado o disposto no Art. 21 do Estatuto do Sindicato.

Art. 26. Compete ao(a) presidente da mesa coordenadora:

- I - preparar junto com o(a) 1º (1ª) secretário(a) a ordem dos trabalhos da plenária;
- II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este regimento.

Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

- I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;
- II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao(à) 1º (1ª) secretário(a):

- I - preparar junto com o(a) presidente a ordem dos trabalhos da plenária;
- II - elaborar o relatório da plenária;
- III - Entregar o Relatório, digitado e na forma definitiva, à comissão organizadora até 3 (três) dias após a conclusão da plenária.

Art. 29. Compete ao(à) 2º (2ª) secretário(a):

- I - auxiliar o(a) 1º (1ª) secretário(a) em suas atividades;
- II - elaborar a ata da plenária;
- III - Entregar a ata, digitado e na forma definitiva, à comissão organizadora até 3 (três) dias após a conclusão da plenária.

Art. 30. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

- I - As plenárias de abertura e de instalação terão 3 (três) horas de duração, juntas e no mesmo período;
- II - Plenária do Tema I: 4 (quatro) horas;
- III - Plenária do Tema II: 6 (seis) horas em dois períodos;
- IV - Plenária do Tema III: 4 (quatro) horas;
- V - Plenária do Tema IV: 6 (seis) horas, em dois períodos;
- VI - Plenária de Encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º Cada plenária, excetuada a de encerramento, poderá ser prorrogada por até 1(uma) hora;

§ 2º A Plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

§ 3º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 4º Os grupos mistos poderão ter seu início antecipado por deliberação da-reunião anterior.

§ 5º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado neste artigo terão seu encaminhamento decidido pela plenária.

§ 6º A duração da plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

Art. 31. Compete à plenária de instalação:

I - aprovar o regimento, o temário e o cronograma do 36º CONGRESSO;

II - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 36º CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do anexo ao caderno de textos deste evento;

III - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 36º CONGRESSO.

IV - deliberar sobre os recursos necessários para o financiamento da participação de delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), escolhidos(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto.

Art. 32. A verificação do quórum, no início da plenária do 36º CONGRESSO, será feita por meio de lista de presença, na qual constará: o nome do(a) delegado(a), o nome da S.SIND., AD-S.SIND. ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

§ 1º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início da Plenária, será recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e será aberta a 2ª (segunda) lista;

§ 2º A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem dos(as) delegados(as) mediante cartão de voto.

Capítulo VI Das Discussões e Votações

Art. 33. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões (grupo misto e ou plenária), a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições ou sorteio, conforme definido pelo grupo misto ou plenária.

Art. 34. Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do grupo misto ou da plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O grupo misto ou a plenária poderão deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 35. As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da plenária e dos(as) inscritos(as);

III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do grupo misto ou da plenária.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a) aprovadas nos grupos mistos;

b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos;

c) oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização no plenário;

d) sugeridas pela comissão diretora, conforme o inciso III do Art. 21.

§ 3º As propostas remetidas pelos grupos mistos para a plenária, só serão apreciadas nesta, quando tiverem sido aprovadas, ou obtidos 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um grupo.

Art. 36. Os pedidos de esclarecimentos, e as questões de ordem e de encaminhamento, têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 37. As deliberações que impliquem alterações do estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL terão de ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) inscritos(as) no 36º CONGRESSO, conforme dispõe o § 1º do Art. 21 do Estatuto.

Capítulo VII Das Disposições Gerais e Finais

Art. 38. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na secretaria do 36º CONGRESSO, até às 15 (quinze) horas do dia 27 de janeiro de 2017, endereçadas à comissão diretora, sendo especificados(as) os(as) responsáveis e os(as) destinatários(as) com endereço completo.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 36º CONGRESSO, sendo neste caso, participantes aqueles(as) estabelecidos(as) nos termos do art. 4º e incisos deste Regimento.

§ 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 36º uma cópia das moções propostas até às 10 (dez) horas do dia 28 de janeiro de 2017.

§ 3º A critério da plenária de encerramento podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início da plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à comissão diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos.

Art. 39. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora.

Art. 40. Nos grupos mistos e nas plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação, no tempo de 1 (um) minuto.

§ 1º Somente constarão da ata da sessão as declarações de votos feitas nas plenárias, se apresentadas por escrito à mesa.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente às propostas de encaminhamento.

Art. 41. A Diretoria terá como prazo máximo até o dia 29 de fevereiro de 2016 para divulgar o relatório final do 36º CONGRESSO.

Art. 42. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso ao plenário.

Art. 43. Este regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 36º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional.

Cuiabá, 23 de janeiro de 2017

Atendendo ao disposto no Art. 38 deste Regimento, a Comissão Diretora sugere que as moções apresentadas ao 36º CONGRESSO obedeçam ao seguinte formulário:

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s) _____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s)

Endereço(s) do(s) destinatário(s): _____

Cidade _____

Cep.: _____

e-mail _____

Fato motivador da Moção:

TEXTO DA MOÇÃO

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Cuiabá /MT, no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam _____

**TEMA I - MOVIMENTO DOCENTE,
CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA**

A CONJUNTURA E OS DESAFIOS PARA O ANDES-SN**TEXTO DE APOIO****A Conjuntura Internacional**

Em 2017, Donald Trump tomará posse na presidência dos EUA, mesmo ano em que se comemorará o centenário da Revolução Russa. Dois fatos aparentemente desconexos, num mundo tão conturbado e em ebulição sobre o qual temos que pensar: que lições tirar do passado e dos fenômenos atuais para construir um futuro mais justo?

Entre as situações mais dramáticas, destacamos a questão da migração forçada como uma das faces mais cruéis. Segundo a ONU, são cerca de 364 milhões de pessoas, homens, mulheres, crianças, em sua maioria africanos e árabes, fugindo das ditaduras, das guerras, das epidemias, da fome e da miséria, seguem principalmente para a Europa. Essa travessia, em condições desumanas pelo Mediterrâneo, ocorre em busca de paz, e as oportunidades não encontradas nos seus países de origem. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) informou em outubro deste ano a morte de 3.930 imigrantes durante essa travessia.

O capital mundializado aprofunda a concorrência entre os próprios trabalhadores/as, o que faz exacerbar a xenofobia. Sem dúvida, essa situação tem a ver com o aprofundamento da crise capitalista em âmbito internacional. Entender a dinâmica da crise é fundamental para a compreensão dos rumos da economia e das lutas de classes no Brasil.

Nos anos 1980 e 1990, com a chamada “globalização” e o neoliberalismo, foi possível um período de relativa estabilidade para o capital a partir da combinação de vários elementos: recuo do movimento operário pelos ataques dos planos de ajuste, principalmente nos EUA e Inglaterra; avanço do capitalismo no Leste europeu e China; incorporação de novas tecnologias e formas de gestão na produção, o que permitiu um salto na internacionalização do capital industrial e financeiro.

Nesse marco, destacamos a ofensiva militar de Bush e de sua “guerra ao terror” estabelecida a partir do 11 de setembro (Afeganistão, 2001, tentativa de golpe na Venezuela, em 2002, e Iraque, 2003). A queda da taxa de lucro nos EUA em 2007 (com o estouro da bolha especulativa/falência do Lehman Brothers) e a expansão para a Europa em 2008, provocando um *crack*, que segundo alguns analistas foi maior que a quebra de 1929. Com a derrocada de Bush, sendo rechaçado no mundo inteiro, o imperialismo necessitou redefinir sua face. O presidente negro, democrata, Obama, foi saudado no mundo inteiro, até mesmo por setores do movimento negro. Houve muitas expectativas da população negra e imigrantes na política de Obama. Entretanto, em essência, pouco mudou para os mais pobres, que tiveram ainda que enfrentar as crises de 2007 e 2008. Localizamos, aí, parte dos elementos da derrota dos democratas nas eleições de 2016.

Na crise de 2008, os Estados nacionais socorreram os banqueiros e as grandes empresas, realizando a maior transferência de fundos públicos para o setor privado da história, aprofundando a concentração e a centralização de capitais e impondo planos de ajustes sobre os trabalhadores mundialmente; ataque aos serviços públicos, maior subordinação dos países da periferia do sistema, como Portugal, Espanha, e, principalmente, a Grécia, que é o exemplo mais acabado das imposições do imperialismo. A vitória eleitoral do Syriza, a traição de Tsipras, passando por cima da vitória do NÃO aos planos de austeridade da troika no plebiscito, devem servir de elementos de reflexão para os movimentos de esquerda no mundo inteiro. Tudo isso possibilitou a retomada frágil do crescimento do PIB nos EUA e na Europa, mas sem eliminar as contradições inerentes a esse processo.

No mesmo movimento, destaca-se a desaceleração da economia chinesa que, do crescimento do PIB de dois dígitos, passa a 6,7% no primeiro trimestre de 2016. Considerada motor auxiliar da economia mundial, “fábrica do mundo”, por causa da super exploração da força de trabalho e das mãos de ferro do Estado, essa desaceleração tem impactos importantes, em especial na América Latina.

Nesse continente, o fim do *boom* das *commodities* colocou em desaceleração e, até mesmo em recessão, as economias dos países. Os governos de conciliação de classes, (Venezuela, Equador, Uruguai, Paraguai), no início do século XXI, e em resposta e às mobilizações de massas diante da piora das condições de vida das populações trabalhadoras, impostas pelo neoliberalismo, começam a cair, e voltam à cena governos burgueses puro sangue, como é o caso de Macri na Argentina, ao mesmo tempo ocorrem desestabilizações de governos como o caso de Maduro da Venezuela.

Vemos que, diante da situação mundial, o imperialismo necessita de governos que implementem rápido e certamente os planos de ajustes fiscais, que avancem na abertura das economias, na desnacionalização, nas privatizações, nos ataques sobre os serviços públicos e conquistas da classe trabalhadora, no pagamento das dívidas e, como é de sua natureza, buscar recrudescer moral, intelectual e ideologicamente a partir de seus interesses.

É nesse contexto que compreendemos a eleição de Trump nos Estados Unidos: um racista, xenófobo, misógino, populista de direita, republicano que derrotou os democratas até então confiáveis ao mercado financeiro e ao imperialismo, representados pela candidatura de Hillary Clinton. Para onde vai a economia e a política da maior potência do mundo? Até que ponto o discurso contra os trabalhadores imigrantes se refletirá na prática em políticas de exceção? Qual será a relação dos Estados Unidos com a América Latina? Como atuará o império em relação ao Oriente? São perguntas para as quais não temos resposta. Todavia, o recuo tático no discurso feito por Trump, logo após a vitória, indica que pouco deve se alterar na ordem mundial, até porque não há diferenças de fundo entre democratas e republicanos (e deve haver mais continuidades que rupturas, como as intervenções militares que massacram as populações do Oriente Médio). E se a tendência conservadoras e reacionárias se acentuam, também a luta e a resistência multifacetada da classe trabalhadora e povo ganhará mais força, basta ver a reação dos/as trabalhadores/as estadunidenses, especialmente a comunidade imigrante, as mulheres e a juventude que já se levantam questionando a eleição e a política de Trump.

A Conjuntura Nacional

A crise do ciclo das *commodities* revelou as fragilidades da estratégia de desenvolvimento econômico, autodenominada neo-desenvolvimentista, sobre a qual foi construído o governo de conciliação de classes nos últimos 13 anos. Assim, no segundo governo Dilma/Temer, o crescimento do PIB foi de 0,1% em 2014, -3,80% em 2015 e para o ano de 2016 está previsto um crescimento negativo de 3,30%. Ao mesmo tempo, a inflação tem tido um crescimento que corrói o poder aquisitivo dos/as trabalhadores/as. Em 2014, foi 6,7%, em 2015, foi de 9,5% e, para 2016, está previsto uma taxa de inflação de 7%. A taxa de juros SELIC em 2014 finalizou em 11,75%, em 2015 foi de 14,25%, e para o ano de 2016 há previsão que fique em 13,50%. A dívida pública tem aumentado de 57,2% do PIB em 2014, para 66,2% em 2015, com previsão de chegar a ser 71,9% no ano de 2016. Isso explica que o gasto com juros e amortizações da dívida pública representa quase a metade de todo o orçamento efetivamente executado a cada ano. A consequência da atual crise é o aumento da taxa de desocupação nas regiões metropolitanas do Brasil que passou de 4,8% em 2014, para 6,9% em 2015 e para 12% no ano de 2016, com tendência de chegar até 14% para o ano de 2017. Hoje são 12 milhões de desempregados, além de toda a situação de emprego informal e precário.

O crescimento atrelado às exportações das *commodities* foi um crescimento apoiado no agronegócio. E, assim sendo, foi um aumento desindustrializador, agressivo à pequena produção, às comunidades Quilombolas, Indígenas e ribeirinhas, gerando poucos empregos, e quando o fez foi com pouca qualidade, no setor de serviços e de baixa remuneração. De fato, a

inserção internacional subordinada aos interesses imperialistas da oligarquia financeira não mudou, e muito pelo contrário, foi acentuada. Isso fica em evidência na atual situação de déficit fiscal, provocado tanto pela diminuição das receitas (pela queda do PIB e das vantagens tributárias concedidas aos empresários) quanto pelo aumento das despesas por causa da taxa de juros com o pretexto de controlar a inflação.

Assim, nenhum dos problemas estruturais da economia do Brasil foram enfrentados, limitando-se apenas a aproveitar o *boom* das *commodities* para realizar políticas sociais focalizadas de transferência de renda por meio do programa Bolsa Família e pelo aumento do salário mínimo, que evidentemente impactam nas situações de pobreza e de miséria extrema, os quais reduzem marginalmente as desigualdades sociais. Tais impactos, no entanto, não reduziram a manutenção da fragilidade social. O que efetivamente pode garantir direitos é o acesso ao emprego formal de qualidade, à terra com condições de produção e à comercialização e à consolidação de um padrão de serviços públicos de acesso universal, especialmente na área da saúde e educação, aliado às políticas de transporte público, de lazer, e de habitação popular, e que somente serão conquistados com a luta da classe trabalhadora.

A política construída estava fundada no consumo individual e no estímulo ao crédito (para o consumo), profundamente financeirizada e não alterou os alicerces estruturais que reproduzem as desigualdades e a pobreza. Assim, o fenômeno da “nova” classe média que teria emergido durante o ciclo do crescimento econômico atrelado ao aumento dos preços das *commodities* revela sua debilidade nesse momento da recessão econômica.

Tal crise econômica tem acentuado a crise do sistema político que se expressa na operação Lava Jato, produto da investigação dos processos de corrupção na Petrobras e outras empresas estatais, envolvendo grandes empresas, sobretudo empreiteiras, e a grande maioria dos partidos políticos.

A conjunção da crise econômica e da operação Lava Jato aprofundou a crise política desencadeada pela abertura do processo de impedimento com desdobramentos políticos, que são: o afastamento da presidente eleita e a ocupação ilegítima da presidência da república pelo seu vice-presidente; a aceleração das contrarreformas trabalhistas, previdenciárias e reformas políticas antidemocráticas que apontam na direção do radical desmonte dos direitos trabalhistas consagrados na CLT, dos direitos sociais da constituição de 1988; e o recrudescimento do conservadorismo.

Diante desses ataques, a classe trabalhadora vem construindo a resistência e segue avançando. As participações do movimento de mulheres se intensificam e têm sido responsáveis por grandes atos que foram fundamentais para garantir o afastamento de Cunha do poder legislativo. Da mesma forma, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) também tem conseguido realizar ações organizadas que mantêm a pauta da luta nas ruas, intensificando a resistência popular. O aumento do número de greves nos últimos anos, desde 2012, tem demonstrado, também, o crescimento da organização da classe. O ANDES-SN tem sido um dos protagonistas na organização da luta do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE), que organizou importante marcha reunindo mais de 10 mil trabalhadores e estudantes, em Brasília contra a aprovação do PLP 257 (atual PLC 54) e contra a PEC 241 (atual PEC 55), em setembro deste ano, ocorreu plenária com mais de mil participantes, impulsionando a preparação de várias paralisações ao longo dos meses de setembro, outubro e novembro.

Não podemos perder de vista que há, no Congresso, diversos projetos de lei que atacam direitos dos trabalhadores, principalmente na direção de ampliação da terceirização. Especial destaque merece o projeto de lei (PLC 30/2015, anteriormente PL 4.330/04) que já foi aprovado em primeira votação na Câmara dos Deputados, que, com o pretexto de regulamentar as terceirizações, autoriza sua implantação para as atividades fim, atingindo centralmente os serviços públicos. Caso seja aprovado, significará a generalização de uma forma de contrato de trabalho flexível que deixa de lado a CLT, tal como o empresariado tem exigido desde a sua aprovação, renovada agora pela pressão dos agentes financeiros internacionais. Na ofensiva

concentrada de todos os poderes do Estado contra os trabalhadores, o STF comparece adotando uma série de decisões que apontam também na direção da retirada dos direitos. Assim, por exemplo, foi decidido o corte do salário dos servidores públicos em greve, mesmo antes da Justiça do Trabalho decretar a ilegalidade do movimento paredista. Decisão explicitamente de cunho ideológico. Também está na pauta do STF decidir sobre as terceirizações das atividades fins, e caso adote uma posição favorável consolidará, por meio de manobra jurídica, a radical contrarreforma trabalhista que o legislativo não teve condições de aprovar. Essa ameaça é um ataque frontal à garantia da oferta de serviços públicos para a população brasileira, pois vai incidir diretamente na carreira de todos os servidores, permitindo que o RJU seja deixado de lado em nome da contratação de trabalhadoras e de trabalhadores por meio de Organizações Sociais a partir de contratos ainda precários de trabalho. Não pode ser minorado, até mesmo, o entendimento de que o mesmo Tribunal tem construído, reforçando o programa da “Ponte para o futuro” do PMDB, no qual os contratos trabalhistas devem ser regidos preferencialmente pelo negociado, e não pelo legislado, desmontando conquistas trabalhistas históricas num cenário bastante prejudicial para a classe trabalhadora.

O governo promete também mais uma contrarreforma previdenciária que estabelece a idade da aposentadoria em 65 anos para homens e mulheres; a unificação dos regimes público e privado e a contribuição previdenciária aumentada, entre outros elementos destruidores de direitos sociais dos/as trabalhadores/as.

A PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241/2016), apresentada com o nome de Novo Regime Fiscal, somada ao PLC 54 (que tramitou na Câmara como PLP 257), é a expressão maior da destruição dos direitos sociais consagrados por meio das lutas dos trabalhadores na Constituição de 1988. Com essa PEC, o governo fixa um teto para as despesas primárias para os próximos vinte anos, e o PLC aprofunda suas consequências nos estados ao impor mecanismos de ajuste fiscais na forma de “renegociação de dívidas”. No projeto, as despesas são indexadas à inflação do ano anterior, com possibilidade de revisão do indexador após os primeiros dez anos. Com esse teto, na verdade, os gastos com saúde e educação não apenas serão congelados, mas sofrerão uma persistente diminuição ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, a PEC não congela as despesas financeiras com pagamento de juros e amortizações da dívida pública, revelando, assim, o caráter de classe desse projeto. Logo, trata-se de atender às exigências dos grandes investidores institucionais, as agências financeiras, enfim, a oligarquia financeira internacional. Isso fica ainda mais explícito em decorrência do fato de a PEC não limitar aumento de capital de Empresas Estatais não Dependentes, que poderão, segundo projeto de lei do Senado nº 204, negociar dívida pública garantindo muitos ganhos para o setor financeiro lastreado pelo orçamento público que terá sua reserva garantida pelo teto imposto pela PEC. Dados do Ministério da Fazenda comprovam que nos últimos vinte anos, apenas em quatro vezes houve variação da arrecadação de impostos abaixo do IPCA, isto é, limitar o teto dos gastos públicos do orçamento da união à correção inflacionária significa liberar uma reserva de capital para o sistema da dívida pública que segue consumindo os recursos do país e dilapidando os direitos sociais. É fundamental a realização de audiência pública da dívida como prevê, até mesmo, a constituição federal, e é bandeira de luta do Sindicato.

Se for para equilibrar as contas, há alternativas possíveis ao ajuste fiscal promovido pelo governo, tais como: uma estrutura tributária progressiva, incidindo mais sobre os ricos da classe trabalhadora; a criação do imposto sobre as grandes fortunas; o fim das isenções fiscais bilionárias aos grandes grupos econômicos, etc. Finalmente, é preciso realizar a auditoria cidadã da dívida pública (vetada pela presidente Dilma) ou, até mesmo, decretar a sua moratória.

A Intensificação da Luta contra o Recrudescimento do Conservadorismo e a Retirada de Direitos

Os Estados já estão aplicando, antes mesmo de serem aprovadas, a PLS 54 (que tramitou na Câmara como PLP 257) e a PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241), que congelam os gastos públicos, tendo em vista o não pagamento dos reajustes salariais e da reposição de inflação. Em resistência a esses ataques, iniciamos o ano com inúmeras Instituições de Ensino

Estaduais em greve, se contrapondo a tais medidas. As estaduais do Pará, de Minas Gerais, do Ceará, do Rio de Janeiro, do Paraná e do Piauí travaram lutas em defesa da educação pública e contra a política de ajuste fiscal.

Destaca-se o caso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) no qual o Presidente do TJ defendeu o projeto de privatização da Instituição de Ensino como solução para os problemas financeiros do Rio Grande do Norte. Responsabilizar a universidade pela crise nos cofres públicos é uma demonstração do descaso do governo com o Ensino Superior e um duro ataque à autonomia universitária por parte do judiciário e legislativo.

Em outubro de 2015, as mulheres foram às ruas no Brasil contra o projeto de Lei nº 5069, de autoria do deputado federal cassado, Eduardo Cunha (PMDB). O Movimento Feminista no Brasil e suas ações foram fundamentais para a queda do Cunha e evidenciou um ascenso das lutas das pautas feministas. Em junho de 2016, o estupro coletivo contra uma jovem no Rio de Janeiro e outro no Piauí evidenciou a cultura do estupro. E novamente, as mulheres foram às ruas fazer o enfrentamento ao machismo e à misoginia institucionalizada no país.

A luta antirracista também ganhou as ruas nos últimos anos, em novembro de 2015, para comemorar o Dia da Consciência Negra, por meio da Marcha da Periferia “Zumbi-Dandara+20”, organizada pelo Quilombo Raça e Classe, movimento ligado à CSP-Conlutas. A marcha tem um papel importante na denúncia aos ataques promovidos pelos governos nas esferas municipal, estadual e federal contra a população negra e pobre, o racismo e o genocídio da juventude negra.

Tais ataques aos movimentos sociais no ano de 2016 foram marcados por um recrudescimento conservador. A direita reatualizou sua agenda moralizadora que vem tentando impor retrocessos à sociedade brasileira. Os ataques às comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas, já vinham sendo orquestrados no governo anterior, resultado do projeto de conciliação de classes que favoreceu latifundiários e pecuaristas no Brasil.

A aliança da burguesia com setores religiosos conservadores, a atuação da grande mídia, assim como do Poder Judiciário agudizaram propostas existentes no Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras municipais do país que visam a restrição da liberdade e dos direitos sociais.

No Senado, o projeto aprovado de diminuição da maioria penal de 18 para 16 anos demonstra a dramaticidade da conjuntura de ataques aos direitos humanos. Ainda, a burguesia com os setores religiosos aprofundam projetos de restrição das liberdades e dos direitos sociais. Projetos nefastos continuam a ser analisados no Congresso Nacional, como o projeto de Lei nº 478/07 que trata do Estatuto do Nascituro, o projeto de Lei nº 6583/13 que constrói o Estatuto da Família, e o projeto de Lei nº 5069/13 que tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo.

As eleições municipais mostraram o desgaste de projetos de governo de conciliação de classes (diminuição abrupta do número de prefeituras do PT), demonstraram também um aumento de força no campo político formal das elites brasileiras (manutenção do PMDB e aumento do PSDB). Porém, temos que destacar como resultado das eleições um descrédito no processo eleitoral que pode ser postulado a partir do grande volume dos votos nulos, brancos e da alta taxa de abstenção. Como exemplo, no Rio de Janeiro, a taxa de abstenção foi de 26,85%, e os votos brancos e nulos somaram 20,08% dos votos válidos; somando um total de 2.034.352 votos, quantidade maior que aqueles recebidos pelo candidato eleito. Em São Paulo, não foi diferente, 21,84% de abstenções, e 16,64% dos votos válidos foram brancos ou nulos, somados alcançaram 3.096.304, superando também o candidato eleito. A própria regra do “jogo democrático” não pode ser aceita sem críticas: nem todos os partidos têm a mesma condição de participação, de acesso aos recursos financeiros, de propaganda eleitoral obrigatória e participação nos debates, o que poderá se tornar ainda mais problemático caso a PEC 36/16 seja aprovada, limitando a atuação de partidos de esquerda a partir de um discurso que limita a utilização dos meios públicos de comunicação, vinculando-os ao “desempenho eleitoral”.

Desde sua interinidade, o governo ilegítimo de Temer já mostrava a que veio: ao aumento dos

lucros de grandes capitalistas, banqueiros, latifundiários e empreiteiras e desnacionalizar ainda mais a nossa economia, abrindo mais espaços para empresas imperialistas; veio para atacar os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras; para aumentar a privatização das riquezas nacionais, incluindo a Petrobras, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil; arrochar ainda mais os salários de trabalhadores (as) dos setores público e privado; manter o desemprego alto. Tal política destrói a natureza e os espaços de indígenas, de quilombolas e de camponeses pobres; implementa políticas reacionárias contra as mulheres, negros (as), indígenas e LGBTI; e corta verbas de políticas sociais para aumentar o repasse para banqueiros. Para viabilizar essa agenda econômica, política e cultural, o campo político social de Temer ampliou a repressão, criminalizando os movimentos sociais que estão lutando contra os ataques aos direitos, utilizando-se da lei antiterrorismo proposta e aprovada no governo Dilma.

Diante dessa ofensiva, precisamos intensificar a luta contra todas as medidas e projetos de leis, que atacam a educação pública laica e crítica (como o chamado “Escola sem Partido” e a MP 746/16 – contrarreforma do ensino médio), acirrando o machismo, o racismo e a LGBTfobia e outras ideologias fundamentalistas e reacionárias. Nessa conjuntura, torna-se necessário lutar por uma escola sem mordação e afirmar o direito da sociedade brasileira em assentar o ensino numa plataforma crítica e de autonomia do trabalho docente que protagonize a luta dos oprimidos/as e explorados/as.

O recrudescimento conservador avança na retirada de direitos, mas os movimentos feministas, o movimento negro, o movimento indígena e o movimento LGBTI respondem resistindo e lutando! As ocupações, as greves e os atos demonstram a força daqueles (as) marginalizados (as) historicamente, mas que nestes 516 anos de resistência garantiram direitos e continuam lutando!

As Ameaças e as Resistências na luta pela Educação Pública

Ataques criminosos têm sido realizados contra adolescentes de diversas ocupações no país por jovens organizados pelo Movimento Brasil Livre, em 1º novembro de 2016, o juiz Alex Costa de Oliveira – da Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – autorizou a utilização de técnicas de tortura para desocupar o Centro de Ensino Médio Ave Branca (CEMAB) em Taguatinga. Três dias depois, a Polícia Civil de São Paulo acionou o Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos (GARRA) para invadir a Escola Nacional Florestan Fernandes vinculada ao MST e referência internacional na formação política dos/as trabalhadores/as, gerando fato midiático que foi incansavelmente explorado nos dias subsequentes. Quinze dias antes, porém, o Congresso havia aprovado a liberação de R\$ 702,5 milhões para as empresas educacionais por meio do FIES. Esse conjunto de ações constitui-se em exemplo pedagógico da forma pela qual o ataque à educação pública tem ocorrido nos últimos anos, mas também evidencia o lugar da construção de sua resistência.

O desmonte da educação pública brasileira nunca saiu de pauta desde o momento em que ela começou a existir. É preciso compreender, porém, a maneira como ela se configura atualmente para que a construção da resistência em sua defesa não aponte caminhos equivocados. Sobretudo, é necessário compreender a urgente construção da luta pela defesa da educação pública como uma construção classista e, da mesma forma, perceber como a luta em defesa da classe passa, como uma construção pedagógica, pela intransigente defesa da educação pública.

O projeto de educação oriundo da política de conciliação de classes alcança seu esgotamento, incorporando todas as heranças dessa forma de governar no ano de 2016. A expansão desestruturada promovida pelo REUNI se converte em uma forma aguda de precarização que pode ser evidenciada por meio de alguns exemplos, tais como: a instabilidade de permanência de estudantes que não estão cobertos por política adequada de assistência estudantil; a ameaça de fechamento de campus universitários que não recebem orçamento suficiente para garantir estrutura física e material adequada, mas, sobretudo, trabalhadoras e trabalhadores suficientes para manter seu funcionamento mínimo; e a consequente possibilidade de diminuição de ofertas de vagas em diversos cursos que foram abertos sem a devida garantia de continuidade. O projeto de parcerias público-privadas em educação, capitaneado pela aprovação do Plano Nacional de

Educação em 2014 e aprofundado pela política da Pátria Educadora, resultou na diminuição dos gastos públicos em educação pública federal concretizada nos cortes orçamentários de 2014, 2015 e 2016, conjugados com o sincrônico aumento do capital das empresas de educação privada, coordenadas por fundos internacionais de investimento e que são alimentadas, sobretudo, pelos cofres públicos via FIES. Essa forma de financiamento foi capaz de possibilitar a incorporação e a fusão de grandes instituições privadas de ensino para criar a maior empresa do mundo desse setor – a Kroton educacional.

Como já foi referido, outra consequência desse cenário é que houve, na última década, um apassivamento de parte da classe trabalhadora – resultado, sobretudo da atuação do Partido dos Trabalhadores e da CUT –, o que ajuda a compreender a lenta resposta de diversos setores a ataques tão intensos como a PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241) e, sobretudo, a razão pela qual as primeiras ações efetivas de resistência foram capitaneadas pelo movimento estudantil em suas ocupações que começaram, invariavelmente, em escolas da periferia.

A referida ação de tortura autorizada pelo juiz no Distrito Federal representa a maneira pela qual os ataques vêm ocorrendo nesse período recente: o poder judiciário e Ministério Público vêm legalizando crimes em defesa do capital e contra os setores da classe trabalhadora que se encontram em período de reorganização. Somam-se a esse ataque outras formas de coerção e tentativas intimidação a sindicalistas, como ocorreu com as/os companheiras/os do Sindscope, Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro (base do SINASEFE) e também com representantes institucionais do setor da educação, como foi o caso da ameaça de condução coercitiva do reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro: nos dois casos o Ministério Público Federal agiu de forma autoritária, contra a autonomia educacional em defesa de uma “ideologia da neutralidade”, que coaduna com as ideias do famigerado projeto da Escola Sem Partido. E, também, soma-se ao Supremo Tribunal Federal, como já foi referido, a forma como tem agido na direção de criminalização das greves. Na outra ponta, a mídia segue criminalizando os movimentos sociais já organizados, reforçando um senso comum de corrupção ligada ao campo da esquerda, aproveitando-se, para isso, de inúmeras ações fraudulentas dos governos anteriores que apostaram na conciliação de classe como forma de governabilidade.

Delinear, com precisão, a estratégia do desmonte da educação pública é tarefa fundamental que tem sido cumprida por este Sindicato, e que deve servir de base de orientação para a construção de nossa política de resistência. Temos denunciado que o sentido público da educação está ameaçado há anos. A compreensão da maneira da concretização dessa contrarreforma já foi explicitada por diversos documentos, oriundos de nossos Grupos de Trabalho organizados pela base, e tem sido exaustivamente reforçada em todos os debates, seminários e encontros de que participamos e construímos, sobretudo o Encontro Nacional de Educação.

No entanto, o recrudescimento dos ataques capitaneados por Mendonça Filho e sua equipe executiva do MEC, reproduzidos com poucas variações nos Estados, não devem ser minorados. A apropriação crescente da estrutura pública de educação pelo sistema empresarial é uma ameaça sem tamanho para a organização da classe nas próximas décadas. O tratamento dado à educação pública pelo Governo Federal tem em órgãos oficiais, como o Conselho Nacional de Educação e INEP, seus braços políticos de legitimação que encontram nas metas do PNE a sua garantia retórica. Esse tratamento tem ocorrido na direção de legitimar o quantitativismo aplaudidor de diferenças e a instauração de rankings “meritocráticos” como forma de medida para políticas de “qualificação” da educação pelo viés do empreendedorismo e da “transparência” nos gastos. Toda uma construção ideológica poderosa se torna orientadora dos investimentos em educação que, conseqüentemente, seguirão alimentando a sua privatização numa complexa operação que tem como meta, até mesmo, a captura simbólica do sentido de qualidade educacional que não é construída segundo referências sociais públicas, mas privadas e mercantis.

A maneira acrítica de verificação oficial da implementação das metas do PNE serve, até, como alimentador para a imposição da Base Nacional Comum Curricular que permitirá a produção

ainda mais forte de *rankings* meritocráticos como medida de qualidade da educação, indubitavelmente para padronização do ensino básico em todo o país, permitindo um salto na mercantilização da educação que movimentará as empresas produtoras de apostilas, de cartilhas e as fomentadoras do Ensino a Distância (EaD) da forma mais aligeirada possível, com consequências drásticas para todo o sistema público de educação brasileiro e latino-americano em todos os seus níveis.

Não é coincidência que a primeira medida tomada pelo atual ministro em relação à educação, antes da liberação do FIES supracitada, foi a edição da MP 746 que instaura a contrarreforma do ensino médio, ameaçando, até mesmo, a configuração profissional dos docentes a partir da instauração do “notório saber” como legitimador de contratações; retirando disciplinas como educação física e artes do currículo obrigatório; intensificando a relação empresa-escola e, como resposta, incendiando a juventude que, ciente do tamanho da perda, e aprofundando a pedagogia desenvolvida nas lutas de anos anteriores, reocupa as escolas secundárias do país em uma escala e velocidade muito maior que no ano de 2015. Da mesma maneira, os estudantes universitários, em apoio às lutas dos secundaristas, e contra a PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241), ocupam também inúmeros campi no Brasil inteiro.

Diante de um cenário tão complexo para a manutenção da educação pública, a ação do ANDES-SN deve ser construída de maneira precisa, pedagógica e, ao mesmo tempo, organizada e organizadora. É tarefa do Sindicato trabalhar para a realização da conexão das lutas nas ocupações com a luta nas ruas. Devemos contribuir para a construção de uma ponte entre a luta estudantil e a luta da classe trabalhadora. A ameaça de fechamento de campus e de terceirização da atividade docente somada às fortes investidas de imposição da lei da Mordaza (projeto Escola sem Partido) já seriam elementos suficientes para intensificar a luta. Assim, soma-se a essa conjuntura o cenário de cortes nos investimentos para educação pública que já podem ser observados na diminuição de bolsas de pesquisa e nas propostas orçamentárias para o ano de 2017 previstas na PLOA, que já foi organizada como se a PEC 55/2016 estivesse em vigor.

Portanto, o ano de 2017 apresenta-se como um ano de lutas ainda mais intensas e o combate à atual conjuntura não pode ser encarado como tarefa isolada do ANDES-SN, mas de toda a classe trabalhadora. Por essa razão, não podemos abrir mão da perspectiva de seguir construindo, conjuntamente com nossa central CSP-Conlutas e em diálogo com as demais centrais sindicais, uma GREVE GERAL no Brasil. Intensificar nossas lutas em conjunto com a FASUBRA, SINASEFE e com o Movimento Estudantil, significa também ocupar as ruas com atos que dialoguem com toda a população, além de organizar a construção do III ENE, no decorrer do ano de 2018, para o qual atividades preparatórias nos estados e nos municípios precisam acontecer no ano de 2017, como forma de construção de um projeto classista de educação. Para isso, devemos ampliar a unidade com todo o setor da educação, acumulando forças na direção da construção da greve geral da educação como um passo importante para a construção da greve geral. A defesa da educação pública deve ser realizada pela classe como um todo, ao mesmo tempo em que a defesa de toda a classe deve se tornar a bandeira de todo o setor da educação!

Nenhum direito a menos! Fora Temer! Rumo à greve geral!

TR - 1

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Defesa dos serviços públicos e do projeto de educação do ANDES-SN, lutando pela autonomia e valorização do trabalho docente, construindo ações na luta contra a intensificação da retirada dos direitos, a criminalização dos movimentos sociais e todas as formas de opressões, em unidade com a CSP-Conlutas, as entidades da educação e demais organizações do campo classista, na perspectiva da reorganização da classe trabalhadora.

TEXTO 2

Contribuição do(a)s professore(a)s Adriana Santos (SESDUFRR), Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE), Áurea de Carvalho Costa (ADUNESP), Gelta Terezinha Ramos Xavier (ADUFF), Geraldo Carvalho (ADUFPI), João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Marcos Escher (APESJF), Patrícia Soares Andrade (SINDCEFET-PI), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Wagner Miquéias F. Damasceno (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC).

FORA TEMER! Greve Geral contra as reformas da previdência, trabalhista, a PEC 241 e em defesa dos direitos: aquilombar as lutas dos trabalhadores!

TEXTO DE APOIO

Iniciamos esta análise de conjuntura alertando que este texto, escrito em novembro de 2016, provavelmente estará defasado em função do dinamismo da luta de classes no país e no mundo, em janeiro de 2017. No entanto, tomando como ponto de partida o ponto de vista da classe trabalhadora e dos setores mais oprimidos da classe, apresentaremos o que consideramos os eixos para ordenar a política de nosso sindicato em 2017.

A crise econômica internacional iniciada no ano de 2008, nos Estados Unidos, marcou o início da atual crise capitalista. Trata-se de uma forte crise econômica que arrasou economias de países inteiros e ampliou o grau de dependência aos países mais ricos do mundo, especialmente Estados Unidos da América e Alemanha.

Mesmo a economia chinesa, que apresentava percentuais de crescimento acima da média mundial, registrou no primeiro trimestre de 2015 uma taxa de crescimento do PIB de 7%, uma ligeira queda de 0,4 pontos percentuais, comparado aos 7,4% de 2014. A estimativa para este ano é de mais uma queda, de 0,2 pontos percentuais.

Já a maior economia do mundo, os Estados Unidos, permanece com um desempenho econômico sombrio, conforme assinalara o economista Michael Roberts ao lembrar que, embora o PIB estadunidense tenha apresentado um crescimento de 2,6% em 2015, o crescimento real do PIB *per capita* estadunidense foi de apenas 1,4% ao ano, constituindo-se na mais fraca história da recuperação econômica depois de uma crise desde a década de 1930².

Donald Trump, recém-eleito presidente dos Estados Unidos pelo Partido Republicano, herdará uma economia instável e um país socialmente polarizado. Segundo Michael Roberts, a partir de dados de economistas do banco JP Morgan, os lucros das empresas estadunidenses caíram em 7% comparado ao ano de 2015. Assim, “a probabilidade de uma recessão começando em três anos é de um surpreendente 92%, e a probabilidade em dois anos de 67%”.

A chegada de Trump à Casa Branca significou, antes de tudo, resultado da ampla insatisfação do povo trabalhador estadunidense com o Partido Democrata como responsável pela degradação das condições de vida do cidadão médio. É fundamental lembrar que Barack Obama frustrou, amargamente, os estadunidenses mantendo a guerra imperialista, o iníquo sistema de saúde pública estadunidense e o desemprego. Trump se ancorou num descontentamento de amplos setores de eleitores brancos das regiões rurais, de pequenos proprietários e, especialmente, no apoio de trabalhadores brancos empobrecidos, há muitos anos, afetados pela desindustrialização, a crise, os baixos salários, a precarização do trabalho e o desemprego.

Neste setor, as explicações xenófobas, racistas e misóginas de Trump ecoaram, atraindo parte do eleitorado para posições à direita. No entanto, é preciso lembrar que milhões de pessoas se inclinaram à esquerda, depositando na candidatura de Bernie Sanders esperanças de reais

² Ver: <http://litci.org/pt/mundo/america-do-norte/eua/donald-trump-e-o-calice-envenenado-da-economia-dos-eua/>.

mudanças políticas. Desgraçadamente, este não só permaneceu alinhado ao burguês Partido Democrata, como já anunciou que poderá trabalhar com Trump, caso esse governe para os trabalhadores.

A eleição de Trump foi imediatamente seguida por intensos protestos de rua por todo país, demonstrando que as eleições não conseguiram fechar a indignação social, como de costume. E, num cenário econômico sombrio, a polarização e a insatisfação só tenderão a crescer no epicentro do capitalismo mundial.

Ao mesmo tempo, a Europa que, tecnicamente, saiu da recessão, apresenta taxas de crescimento um pouco acima de zero. Na França, as medidas para tentar cumprir a ambiciosa meta de crescimento do PIB em 1,5% em 2016 estão fundamentadas num vigoroso ataque do governo de François Hollande contra os direitos dos trabalhadores: fim da jornada semanal de 36 horas; aumento da duração do trabalho noturno; fim de um valor mínimo para indenização em demissão sem justa causa etc.

Se a economia mundial, considerada de conjunto, não está se aproximando de um cenário de nova recessão, ela está longe de níveis normais de estabilidade.

Provavelmente, a Grécia é o país que exprime com maior nitidez os efeitos da crise econômica nos países de economias periféricas na Europa. Com uma dívida criminosa e impagável que representa, atualmente, cerca de 177% do PIB grego e estrangula sua economia, o povo grego foi às ruas e às urnas e elegeu o Syriza, em janeiro de 2015. A vitória do Syriza representou, fundamentalmente, uma vitória do povo grego contra a política de austeridade da *troika* (FMI, BCE, UE). **Mas o Syriza traiu o povo grego:** mesmo após o relatório preliminar da *Comissão da Verdade sobre a Dívida Pública* coordenado por Maria Lucia Fatorelli, Ilias Bantekas e Contargyris Thanos afirmar, em junho de 2015, que a Grécia não deveria pagar a dívida porque ela é ilegal, ilegítima e odiosa, Syriza realiza um amplo e nebuloso plebiscito sobre o pagamento ou suspensão da dívida pública, em julho; 61% dos gregos que foram às urnas disseram não ao pagamento; entretanto, o Syriza assinou o acordo para pagar a dívida, Tsipras expulsou parte da esquerda da coalizão, depois expulsou mais membros da “esquerda” da coalizão incluindo o próprio ministro das finanças; chamou novas eleições, e, atualmente, o Syriza governa a Grécia para os banqueiros alemães, franceses e gregos e reprime, duramente, as greves que ocorrem. Para nós, estes acontecimentos devem servir de experiência para os trabalhadores em todo o mundo.

América Latina

No início do século XXI, a América Latina viveu uma situação revolucionária marcada pela derrubada de vários governos pela ação das massas, ou pela via eleitoral. Surgiram daí novos governos de conciliação de classes ou nacionalistas burgueses apoiados no crescimento econômico, nas ilusões das massas e na ausência de uma alternativa revolucionária. Estes governos conseguiram fechar essa situação revolucionária.

Em consequência, de 2005 a 2012, a América Latina viveu uma situação marcada por uma estabilidade, ainda que relativa. Um período sem grandes turbulências, e praticamente sem ocorrências de greves gerais. Agora, nós estamos diante de mudanças profundas e importantes, ainda que desiguais nos países da América Latina. As principais características desse período na América Latina são: a) a chegada da crise econômica; b) crises políticas dos governos que implementaram os planos neoliberais; incluindo os governos da direita clássica; c) ruptura do movimento de massas com as maiores expressões do reformismo de massas (PT) e movimentos nacionalistas burgueses; d) ascenso do movimento de massas.

A chegada da crise econômica é, evidentemente, de grande importância à medida que dá os fundamentos para a crise política na América Latina. A desaceleração da economia chinesa e a queda do preço das *commodities* (mercadorias de baixo valor agregado) levaram a uma retração do PIB da América Latina: - 0,9% em 2015.

O Brasil teve queda de 3,8% no ano passado, com expectativa de piora neste ano e a Venezuela caiu 5,7% em 2015, com previsão de queda de 7 ou 8% em 2016. A Argentina registrou um

saldo de 2,5% no PIB, mas deve cair 1% neste ano. A Colômbia registrou 2,7% em 2015, mas terá queda de 0,3 pontos percentuais e a previsão é de que o PIB do Chile caia de 2,1% em 2015 para 1% em 2016.

Nesse cenário, uma recessão mundial aprofundaria a crise na América Latina.

É importante destacar, também, que há um processo de **recolonização imperialista** na América Latina com o NAFTA (México) e o TPP (Acordo Transpacífico de Associação econômica, com México, Colômbia, Peru e Chile). E agora em Cuba.

Embora de forma heterogênea, a aplicação dos planos neoliberais na América Latina redundaram no crescimento do descontentamento social e subsequente polarização social. Brasil (Jun. 2013), México (2014), Argentina (Greves Gerais em 2012 e 2014), Paraguai (Greves Gerais em 2014 e 2015 que enfraqueceram Lugo).

Para nós, um dos eixos que caracterizam a conjuntura latino americana é que o **regime democrático burguês está desgastado na América Latina**. Os trabalhadores e a juventude odeiam os políticos e os partidos, e isto é totalmente compreensível, considerando os sucessivos ataques dos governos, as traições das direções políticas e os escândalos de corrupção. O mecanismo da dívida pública, na América Latina, aprofunda o drama social e o roubo da riqueza produzida nos países em ritmo anualmente crescente.

A vitória de Mauricio Macri na Argentina, o impeachment de Dilma (PT) no Brasil, a derrota eleitoral de Nicolás Maduro (Partido Socialista Unido da Venezuela) na Venezuela, em dezembro do ano passado, e a vitória do liberal Pedro Pablo Kuczynski sucedendo Ollanta Humala do (Partido Nacionalista Peruano) – que foi eleito alimentando esperanças do povo peruano, em 2011, mas manteve os compromissos assumidos com as federações patronais e que chegou a decretar feriado nacional no Peru por conta da visita do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), no ano passado – são expressões da falência dos projetos nacionalistas burgueses e de conciliação de classes.

A ruptura das massas com esses governos é produto da experiência de ataque e traições desses governos. Portanto, no que se refere à luta de classes, **há um elemento importante de toda essa nova situação latino americana que é a ruptura de massas com suas principais direções nas últimas décadas**.

É importante anteceder a análise da conjuntura nacional com esses elementos internacionais, pois eles fundamentam a crise econômica brasileira e, por conseguinte, fornecem os contornos que conformam, em certa medida, a crise política no país.

Crise política no Brasil: a esquerda precisa soltar a alça do caixão do PT

De fato, existe uma crise política no Brasil. O Governo do PT enfrenta uma grave crise política, uma crise – como diria o sambista Cartola – cavada com seus próprios pés.

O cenário de lutas aberto em junho de 2013 no Brasil ainda não se encerrou. Pela primeira vez na história recente do país, o movimento de massas não só, não fora dirigido pelo PT, mas se chocou com seu governo. De lá para cá, uma nova situação política se abriu com um aumento da polarização social no país marcada pelo crescimento das lutas e por um grande desgaste do regime político.

Por isso, o argumento daqueles que dizem que o Brasil vive uma onda de direita, ou pior, uma onda fascista não se sustenta. A prova disso é o aumento no número de greves no país.

Houve um crescimento no número de greves no país registrado pelo DIEESE entre 2010 e 2013.

Em 2010 houve 446, no ano seguinte houve 554, e em 2012 houve o pico de 873 greves por todo o país! Mas 2013 marcou, realmente, uma inflexão nas lutas no país. Segundo o recente relatório do DIEESE houve 2.050 greves no Brasil, o que significa um crescimento de 134% em relação a 2012, que já foi um ano com muita greve! Foram 1.106 greves na esfera privada e 933 na esfera pública.

No total, em 2013 foram 111.342 horas paradas e é provável que os dados sobre os anos de 2014, 2015 e 2016 sejam superiores!

Além disso, quando consideramos a radicalidade e a capilaridade das ocupações de escolas de 2015 e as que se seguiram em 2016, vemos quão insustentável é a tese de que há uma “onda conservadora” no país. Estas lutas apresentam um método radicalizado e são conduzidas por uma juventude negra, feminina, pobre e LGBT.

A crise política do Governo Dilma deve ser compreendida pela ruptura massiva da classe trabalhadora com o Governo do PT! E esse é o fato mais importante para a luta dos trabalhadores nesses últimos anos.

Em junho de 2015, Lula declarou que Dilma estava no volume morto, que o PT estava abaixo do volume morto, e ele (Lula) também estava no volume morto. Essa declaração foi dada ao jornal O Globo, logo após o resultado de uma pesquisa de opinião no ABC paulista revelar que o Governo tinha apenas 7% de aprovação e Dilma tinha 75% de rejeição entre os eleitores do ABC! Justamente no seu berço histórico!

Vale recordar que, em 2014, a vitória de Dilma (PT) foi muito apertada e novamente foi acenado no discurso um giro à esquerda. Aécio expressou os votos da direita tradicional, mas, também, acabou canalizando (de forma distorcida) os votos de milhões de trabalhadores insatisfeitos com o governo do PT, seus ataques e escândalos de corrupção.

Por outro lado, muita gente, de forma sincera e, até mesmo, ingênua, defendeu seu voto em Dilma qualificando-o como um voto "crítico". Muitos desses e, tantos outros, esperavam ver um governo do PT à esquerda. Mas a realidade (nacional e internacional) simplesmente não dava fundamentos para essa expectativa: quem ganhasse ia ter que aplicar um ajuste profundo. Não havia espaço para medidas compensatórias.

Foi sob o termo técnico de “ajuste fiscal”, que Dilma lançou um dos maiores ataques à classe trabalhadora brasileira neste jovem século XXI. Retirando inúmeros direitos que, ao fim e ao cabo, visavam preservar os lucros da burguesia: MPs 664, 665, PPE, corte na Educação, na Saúde, Lei antiterror, PLP 257, Reforma Política, Reforma da Previdência etc.

O Governo do PT foi um governo atípico da burguesia (de conciliação de classes). Programaticamente, era um governo burguês, mas trazia consigo setores populares para dentro de seu governo ou para sua órbita. Assim, cumpriu um papel preventivo de fechar o ascenso de massas que varria a América Latina, no início dos anos 2000, e chegou a derrubar 04 presidentes na Argentina em poucos meses.

Quando Lula ascendeu ao Planalto, em 2003, levou para sua órbita a maior central sindical do país, o maior movimento social da América Latina, e os mais expressivos movimentos sociais contras as opressões. Assistimos um processo de cooptação dos movimentos sociais pelo PT profundamente agudo.

O crescimento econômico num período de oito anos permitiu conceder bilhões para a grande burguesia e migalhas para a população nos termos de políticas públicas. Mas com a chegada da crise econômica, o que assistimos foi justamente o fim das migalhas. O propalado crescimento do emprego formal no período de 2003 a 2013 se deu nos seguintes termos: 94% dos empregos formais nesse período pagavam até 1,5 salários mínimos. Não à toa foi o trabalhador precarizado que saiu às ruas em Junho reivindicando direitos sociais.

De lá pra cá, houve um aumento expressivo das lutas e greves e isso soou o alarme para a oposição de direita que ao farejar a debilidade do PT ao perder a sua base social – exatamente, por atacar a classe trabalhadora – lançou uma ofensiva para tentar tirar Dilma da presidência, uma vez que ela não conseguia mais cumprir o papel de frear as lutas e aplicar o ajuste fiscal necessário para a burguesia resolver a crise que criou fazendo os trabalhadores pagarem a conta por ela.

O processo de impeachment de Dilma retornou à cena política e foram convocados grandes atos pelo país. De um lado, grandes manifestações de oposição ao Governo do PT exigiam o fim da corrupção, a saída de Dilma Rousseff e a prisão de Lula. De outro lado, manifestações

convocadas pelo próprio PT, pela CUT e aliados tinham como tônica a defesa do Governo sob o argumento difuso de “defesa da democracia”, contra o golpe.

No entanto, segundo os dados do Datafolha, o perfil dos manifestantes do dia 13 e 18 de março foi semelhante: Dia 13: 77% declararam-se da cor branca, e os demais declararam ser pardos (15%), pretos (4%) e amarelos (3%) e a idade média é de 39 anos, com participação de 78% de pessoas com nível superior. Dia 18/03 62% declararam-se brancos e a idade média dos participantes era de 45,5 anos, com participação de 77% de pessoas com nível superior. **Isto é, a classe trabalhadora e seus setores mais explorados e oprimidos não foi, de forma organizada (com suas bandeiras e pautas) a nenhuma dessas duas manifestações.**

Os atos subsequentes mostraram que o perfil sócioeconômico de ambas as alas de manifestantes era semelhante.

A grande virtude do PT, enquanto governo de conciliação de classes, foi posta à prova. A peãozada não parou as máquinas em São Bernardo do Campo para ir em socorro de Lula quando este foi chamado para depor na PF e nem quando este foi indiciado na Lava Jato. E aqui é preciso dizer: sem dúvida, o juiz Sérgio Moro não merece nenhuma confiança dos trabalhadores e a Lava-Jato é parcial. No entanto não é tarefa da classe trabalhadora defender corrupto algum. É preciso exigir cadeia para corruptos e corruptores, com confisco de seus bens, seja de que partido forem.

Para nós, não existiu nenhum golpe no país, nem militar ou parlamentar. Houve, sim, uma disputa entre facções de frações da burguesia. Sob o ângulo dos trabalhadores, um golpe pressupõe um ataque às liberdades democráticas da população e do movimento de massas, em meio a uma ruptura das regras da democracia burguesa que culmina numa mudança do regime político. Para haver um golpe o governo do PT teria que ter, além do mais, contradições insolúveis com a burguesia e o imperialismo. O que vimos, porém, era o contrário disso.

O impeachment ocorreu porque um setor da burguesia percebeu que o governo Dilma, por seu desgaste, já não conseguia mais aplicar sua política, por mais que tentasse. Tratou-se, portanto, de uma disputa entre dois campos burgueses para ver quem assumiria o governo para aplicar o ajuste fiscal de forma mais profunda, jogando o peso da crise nas costas dos trabalhadores. Disputa, porém, que corre por dentro do jogo da democracia burguesa que, sabemos, não tem nada de democrática: é uma democracia dos ricos e que comporta todo tipo de manobra, articulação espúria e todo jogo sujo desse parlamento de corruptos financiados pela burguesia de diferentes setores.

Novamente, **a queda de Dilma só ocorreu porque houve uma ruptura de massas, da população e da classe trabalhadora, com o governo.** Seria impossível, por exemplo, imaginar uma situação dessas com o governo com 80% de popularidade.

Há um enorme sentimento na classe trabalhadora de revolta, aberto em junho de 2013, onde os “de baixo” (negros, mulheres, LGBTTs, sem tetos, desempregados, juventude periférica) não aceitam serem governados pelos “de cima” (PT, PSDB, PMDB, ambos representantes dos grandes empresários e latifundiários). Esses, ao verem seus poderes ameaçados, apostam todas suas fichas na repressão e criminalização dos movimentos sociais e lutadores. Afinal, como explicar a aprovação de Dilma, quando ainda era presidenta, da Lei Antiterror que na prática colocará ativistas na cadeia?

É importante dizer que nem o PT levou a sério a tese do Golpe que ele próprio formulou. Dilma foi afastada da Presidência com o “talão de cheques na mão”, isto é, tentando negociar apoio parlamentar com os chamados “golpistas” até o último minuto. Anunciou, ainda, no dia anterior à votação da Câmara que se o processo de impeachment não fosse aprovado faria um governo de unidade nacional com aqueles que o próprio PT denominava por “golpistas”³.

Por último, a Direção Nacional do PT manteve as alianças eleitorais com os “golpistas” para

3 Ver: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,se-o-governo-ganhar-vou-propor-um-pacto-se-perder-sou-carta-fora-do-baralho--diz-dilma,10000025940>.

2016 e não conseguiu fugir da mais amarga derrota eleitoral já experimentada. Nas eleições municipais marcadas por abstenções e anulações de votos, o PT foi o grande derrotado político. O que não significou, de forma alguma, uma vitória da direita, posto que o PMDB viu seu número de votos diminuir e o único partido da direita tradicional a crescer foi o PSDB.

Em nossa avaliação, a ascensão de Michel Temer à Presidência do Brasil implica numa contradição insolúvel até aqui: **trata-se de um governo mais fraco, mas que precisa executar um ajuste fiscal mais forte sob os trabalhadores e os direitos sociais.**

Movimento Docente

Em maio de 2015 os docentes das IES iniciaram uma greve nacional após cessadas as negociações por parte do Governo Dilma (PT) e os cortes que superaram, em volume e temporalidade, o investimento no malfadado REUNI.

O ANDES-SN cumpriu um importante papel na construção de um movimento paredista no funcionalismo público federal a partir do Fórum Nacional das Entidades do Serviço Público Federal. Entretanto, não foi possível construir a necessária Greve Geral dos SPFs, especialmente por conta da política traidora da CUT de blindar o Governo Federal, justamente quando este aplicava um duro ajuste fiscal contra os trabalhadores.

A greve do ano passado possuiu dinâmicas diferentes das anteriores, e aprofundaremos esta análise em outro documento. Aqui interessa ressaltar que os docentes das IFES se enfrentaram com o Governo Dilma (PT) que aplicava um duro ajuste fiscal que cortava mais de 10 bilhões da Educação e, através das reitorias das IFES, garantia cortes vultuosos sem publicizar sequer quais áreas seriam atingidas. O apoio dado pelos 54 reitores de universidades federais à reeleição de Dilma (PT) manteve-se, com sigilos nos cortes, perseguições aos ativistas e a implementação da privatização dos hospitais universitários, país afora. Em lugares como a UFSC, para garantir a adesão à EBSERH, a Reitoria realizou a reunião do Conselho Universitário no quartel da polícia militar do estado.

Por fim, cumpre destacar que pela primeira vez na história do movimento docente, a greve nas IFES era alcunhada de “fazer o jogo da direita”. Em meio a uma ofensiva do governo federal contra os direitos dos trabalhadores e à Educação Pública e gratuita, setores ligados ao governo tentavam desqualificar a greve nacional e iam, de forma organizada, para as assembleias docentes para tentar frear o movimento paredista.

Assistimos, até o momento, a continuidade dos ataques à Educação e ao serviço público como um todo.

A conjuntura em meados de novembro de 2016

Uma onda de ocupações de escolas, nunca vista em nosso país, puxada pela juventude secundarista e depois encampada pela juventude universitária, elevou a temperatura da luta de classes a outro patamar tornando possível a construção de uma forte Greve da Educação envolvendo ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE.

Porém, as burocracias das grandes centrais insistem em não convocar uma Greve Geral, em especial a CUT. Além disso, as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo se esquivam de qualquer unificação e sugerem datas aleatórias que não unificam o movimento. O ANDES-SN, através da CSP-CONLUTAS e do Fonasefe tem dado, corretamente, um grande combate pela unificação de todos os movimentos rumo à greve geral, mas ainda não foi possível derrotar a política das burocracias. No momento em que escrevemos este texto, a expectativa é de que a Greve da Educação seja forte o suficiente para impulsionar outras lutas e derrotar a política das burocracias, impondo a realização de uma Greve Geral.

A política das burocracias e dos ex-governistas é clara: desgastar Temer, mas não derrubá-lo. Não querem lutar seriamente contra o ajuste fiscal – até porque têm acordo com grande parte dessas medidas – e seguem agitando o discurso falacioso do “golpe” e da “onda conservadora” para defender uma ampla unidade eleitoral da “esquerda” para eleger Lula em

2018, ou erguer outro projeto de colaboração de classes no país.

É necessário continuar a luta implacável contra o ajuste fiscal, seja ele implementado por Dilma, Temer ou qualquer governo burguês de plantão, e apostar na unidade da classe trabalhadora para derrotar esses planos. Não podemos requestrar ilusões na reedição de um governo burguês maquiado de progressista com quem a classe trabalhadora já rompeu majoritariamente.

A luta de classes não cabe nas eleições

Um dos pilares que sustenta a tese da onda conservadora são os resultados das eleições. Essa análise já ocorreu com as eleições de 2014 e se agudizou agora com a eleição de políticos como João Dória (PSDB) em São Paulo e Marcelo Crivella (PRB) no Rio de Janeiro.

A ideia de que há um crescimento do pensamento reacionário em nosso país, por conta do resultado das eleições, é equivocada, pois parte do pressuposto de que as eleições burguesas – com suas cartas marcadas e totalmente antidemocráticas (como no caso da própria cláusula de barreira, que infelizmente contou com o apoio do PSOL) – age como árbitras da luta de classes. Desta forma, o crescimento do número de greves, ocupações, enfrentamento nas ruas contra a polícia, são elementos mínimos frente ao resultado das urnas.

Nos EUA, por exemplo, no ano de 1968, marcado por massificados protestos negros em defesa de direitos civis e também da juventude contra a Guerra do Vietnã, o carrasco republicano e declaradamente anticomunista, Richard Nixon, foi eleito à presidência do país. Segundo os idealizadores da tese da onda conservadora, o sentimento que prevalecia nos Estados Unidos de Martin Luther King Jr., de Malcolm X, dos protestos antibélicos, dos Panteras Negras, se encaixaria aos moldes da “escalada da onda conservadora”? Ou então, a eleição de Nixon foi fruto do sentimento defensivo dos trabalhadores que não tinham forças para lutar?

Acreditamos que a resposta é “não” para ambas as perguntas. A eleição de Nixon foi uma resposta à ofensiva que os setores explorados e oprimidos estavam realizando nos Estados Unidos. Afinal, nenhum burguês racista quer ver negros se armando contra a violência policial e chamando os bairros pobres a se organizarem por conta própria.

No Brasil de 2014, não foi muito diferente. Com mobilizações gigantes por todo o país, desde a poderosa greve dos garis no Rio de Janeiro antes do Carnaval, até as grandes manifestações que denunciavam os gastos excessivos da Copa do Mundo, o que prevalecia no ar era totalmente o contrário de um sentimento defensivo dos trabalhadores.

Os explorados e oprimidos estavam na ofensiva, fazendo com que a burguesia começasse a temer a nova situação aberta no país. Não foi à toa, que o governo Dilma fez uso de forte aparato militar para garantir os jogos da Copa do Mundo, chegando a oferecer à Alckmin (PSDB-SP) a Força Nacional – criada pelo PT em 2004 – para reprimir os metroviários em greve.

Era essa a realidade que a burguesia buscava enfrentar. Mas não podiam mais contar cegamente com a reeleição de Dilma, cuja taxa de popularidade no primeiro semestre de 2014 caía de 36% para 31% de brasileiros avaliando seu governo como bom, sendo que 52% confiavam na presidenta Dilma.

E por mais que Dilma tenha conseguido ser reeleita no segundo turno, dificilmente sua aprovação voltaria a crescer muito. Mesmo assim, bancou as MPs 664 e 665 antes mesmo de seu segundo mandato iniciar. Não foi por menos que sua rejeição aumentou, chegando a ter menos de 10% de aprovação.

Em uma projeção para as eleições de 2018, os dois candidatos que dividem a liderança é Marina Silva e Lula. Uma mulher negra e ex-seringueira e um ex-operário nordestino estão na frente das pesquisas em um possível confronto eleitoral. Mesmo ambos sendo candidatos da burguesia, passam longe de serem expressões de uma onda conservadora.

A tese da “onda Conservadora” flerta com o mito da democracia racial

Vivemos, durante décadas, marcados pelo mito da democracia racial, onde as lutas lideradas pelos negros e negras são invisibilizadas. O fator decisivo que se abriu em 2013, que não é considerado pelos entusiastas da defesa de que os trabalhadores estão sendo atacados e ficando calados, é que todas as grandes mobilizações dos trabalhadores eram dirigidas pelos setores oprimidos.

Desde o “Cadê o Amarildo?”, que ecoou em diversas quebradas e morros, denunciando a violência policial e seu caráter racista, até as ocupações de escolas públicas, lideradas por secundaristas que não vinham representados pelas velhas entidades (UNE, UMES) e muito menos nutriam ilusões nos aparatos do Estado, como a PM, a negrada (com grande destaque para as mulheres negras) sempre esteve à frente das lutas. Seja lutando em defesa da escola pública, do emprego, contra a violência policial e racista do Estado e da polícia.

No início do ano passado, professores do Paraná ocuparam a assembleia legislativa, fazendo com que os corruptos parlamentares da base de apoio de Beto Richa (PSDB) saíssem escoltados. No mesmo ano, em São Paulo, mais de 200 escolas públicas e estaduais foram ocupadas contra a reorganização das escolas, que na prática, seria um ataque aos bairros negros de São Paulo por fecharem suas escolas e fazer com que a juventude negra – para estudar – tivesse que percorrer uma longa distância e ainda ter que enfrentar salas de aula superlotadas. Essa mobilização levou, em São Paulo, à queda do Secretário de Educação, Hermann, e a desmoralização do governador Alekmin, que foi obrigado pelo movimento dos secundaristas a recuar.

Um ano depois, aprendizes e comunidade ocuparam a Fábrica de Cultura do Capão Redondo por 51 dias, defendendo uma Fábrica de Cultura democrática, onde a comunidade pudesse participar das decisões.

Recentemente circulou pelas redes sociais um vídeo que mostrava a abordagem truculenta da polícia a um jovem negro, agredindo-o, e em resposta, a população presente na praia se voltou contra os policiais os expulsando a cadeiradas do local.

A atual conjuntura de lutas, com negros e negras à frente dos processos, está em sintonia com o crescimento da autodeclaração racial, onde a negrada, como expressão do avanço da consciência racial, ao se deparar com as contradições da sociedade, começa a não só buscar alternativas de organização contra a opressão mas também contra a exploração. Um trabalhador negro quando percebe que somente seus pares são os primeiros demitidos, ou um estudante da periferia que vê só sua escola na quebrada ser fechada, percebe que o que está ocorrendo no país é uma combinação de ataques, onde os negros trabalhadores são os principais alvos.

O avanço da consciência racial vem em uma conjuntura de polarização social. Segundo Adriana Beringuy, técnica do IBGE, em entrevista ao jornal El País sobre o aumento do número de autodeclarados negros no Brasil nos últimos tempos não tem relação com o aumento da taxa de natalidade entre os negros, para ela, “o fator mais determinante é a autodeclaração”.

Não à toa, muitas marchas contra o PL 5069 tiveram à frente delas as mulheres negras, assim como nos atos contra a redução da maioria penal, por compreenderem que são as mulheres pretas e seus filhos, as principais vítimas dos ataques da burguesia.

Todos esses casos citados passam “despercebidos” pelos defensores da tese da “onda conservadora”, como se só fossem válidas as lutas que tenham à frente homens, brancos e héteros. O ascenso da juventude negra nas periferias, expressada nas ocupações de escolas e Fábrica de Cultura, nas grandes marchas contra os ataques do carrasco Eduardo Cunha (PMDB) às mulheres, os atos contra os crimes lgbtfóbicos, as ocupações estudantis e greves, para os que acreditam que a classe trabalhadora está na defensiva, não são suficientes para afirmar que a cada dia o conflito entre as classes se aprofunda, apontando dois caminhos: ou uma saída que beneficie os ricos, ou uma que atenda as necessidades dos explorados e oprimidos.

Obviamente que a segunda alternativa não será conquistada sem resistência dos ricos, que através de seus governos, impõem ajustes fiscais e leis repressivas, como a própria Lei Antiterror.

O que ocorre é que para os defensores da chamada “onda conservadora”, todas essas mobilizações dirigidas pelos setores oprimidos, principalmente pelos negros, não entram em suas cartilhas de “lutas legítimas”. Durante a história, as mobilizações dirigidas pelos negros e negras foram invisibilizadas ou simplesmente tratadas como uma “contribuição” às lutas gerais. Do contrário, como explicar que em uma conjuntura como a nossa, onde greves e ocupações estão ocorrendo em todos os cantos do país, onde a juventude negra se enfrenta diretamente contra a polícia racista, e ainda ser considerado como “onda conservadora”?

Esse é um questionamento que certamente os defensores da ideia de que os trabalhadores estão na defensiva, apáticos e passivos diante dos ataques, não responderão. Não responderão porque os únicos derrotados foram aqueles que dedicaram suas energias em manter Dilma (PT) no poder e não lograram êxito. Ao contrário, os trabalhadores e a juventude não se sentem derrotados. Para nós, a tese da “onda conservadora” flerta com o mito da democracia racial, onde não só as demandas da população pobre e negra são deixadas de lado, como também as experiências dos processos de lutas em que essa se envolve e ousa dirigir.

Nunca houve estado democrático de direito na periferia. Nunca houve democracia e justiça para pobres, negros e indígenas. “Onda conservadora” só se for desde a invasão dos portugueses em 1500! O que há é muita luta dos explorados e oprimidos, que conseguiram alguns pequenos, mas muito importantes avanços com sua luta, e que não foram favor de governo algum. Frente a essas conquistas, a burguesia racista, homofóbica, machista e xenofóbica reage, querendo fazer as conquistas retrocederem. Há um cenário de enorme polarização social agudizada pela crise econômica. É a luta de classes, como sempre.

Por isso, a saída é aquilombar a luta, unificando todos os explorados e oprimidos!

Fora Temer! Greve Geral contra as reformas da previdência, trabalhista, a PEC 241 e em defesa dos direitos!

Por uma saída operária e socialista: - Que os ricos paguem pela crise

Por um governo socialista dos trabalhadores, baseado em conselhos populares!

TEXTO 3

Contribuição do professor Zezinetto Mendes de Oliveira – Sindicalizado da ADFURRN Seção Sindical

OS DEUSES DO OLIMPO E OS “PECados” CASTIGADOS DOS HUMANOS NA TERRA.

TEXTO DE APOIO

Teve uma vez que alguém disse: *E verifiquei que nada há de melhor para o homem do que alegrar-se com o fruto de seus trabalhos.* Então, vamos ver um pouco da história desse trabalho do homem e perceber que tanto os frutos quanto a alegria desse trabalho, foram sendo diluídos com o passar dos tempos.

Antes de existir o que chamamos de escrita, num intervalo de tempo aproximado entre 4.000 e 10.000 anos a.C; notadamente um intervalo de tempo bastante expressivo, os humanos denominados de pré-históricos exploravam algumas atividades que garantiam sua sobrevivência. Por volta do século V a.C, começa-se a ser contada a história da Grécia, tendo na composição clássica dos deuses do olimpo, como os doze deuses moldaram e mudaram a história dos humanos na sua luta pela vida.

Esse breve caminho histórico exposto teve como objetivo chegar à Grécia, pois é lá que estão os deuses do Olimpo. Não vamos aqui relatar a história grega, pois certamente não é esse nosso alvo. Como demonstra o título deste simples trabalho, nosso foco são os deuses do Olimpo que sempre assistiram os humanos mortais lutando “eternamente” pela sua sobrevivência. É aqui que encontramos coisas bem interessantes sobre nossa condição humana.

Na era de Cronos, o pai de todos os deuses, nós éramos chamados de *RAÇA DE OURO*. Nessa era, o ser humano não precisava trabalhar, ele não envelhecia e nem ficava doente. Nada mais apropriado do que chamar de “Época Dourada” para nós, humanos. Zeus, metido a todo poderoso, derrota seu pai Cronos, e cria a *RAÇA DE PRATA*. A coisa começa a ficar complicada para o nosso lado. Mesmo que nossa infância durasse cem anos nessa era, muitos seres humanos morriam quando se tornavam adultos. Éramos briguentos e pouco inteligentes. E quando Zeus ficava invocado com todo mundo, mandava a gente para o submundo.

Zeus, tentando nos melhorar, criou a *RAÇA DE BRONZE*. Parece que a coisa estava ficando pior para o nosso lado. De raça de ouro, caímos para raça de bronze. Embora agora fôssemos um pouco mais inteligentes que a raça anterior, a de prata, continuávamos briguentos e nos matando uns aos outros. Adivinhem qual era nosso destino? Pois é, o submundo. Esse Zeus não dava folga para nós. Continuando suas tentativas, Zeus nos cria agora como *RAÇA DE FERRO*. Agora o ser humano trabalhava duro e tinha que viver em um mundo aonde existia o bem e o mal. Começa aqui a decadência humana na terra, não éramos mais uma raça dourada que não precisava trabalhar para sobreviver. A questão, não é que o ser humano não queira trabalhar, mas trabalhar duro torna-se uma coisa bastante questionável. Agora, éramos uma raça de ferro que se quiser sobreviver tem que trabalhar duro, porque afinal de contas era feita de ferro.

Essa condição de trabalhar duro se expande para os mais distantes lugares da terra. E o ser humano começa a perceber que não eram apenas os deuses do Olimpo que gostavam de vê-los trabalhando até sua exaustão, mas que outros seres humanos também começavam a ver nesse excessivo trabalho humano, uma forma de trazer as benesses que os deuses tinham no olimpo para a terra. Era uma forma de alguns seres humanos se sentirem como os deuses do Olimpo. E isso se dava através da exploração de um ser humano chamado trabalhador.

Esse mortal, através de sua força de trabalho, plantava, colhia, construía estradas, casas e palácios. Sua força de trabalho era a base de sustentação de outros indivíduos e sociedades. Era como se os deuses do Olimpo tivessem descido do monte. Eles agora eram reis, sacerdotes, comerciantes, ricos, poderosos, capitalistas que encontravam nos homens de ferro, os humanos trabalhadores, a forma que garantia suas condições de existência; que certamente não eram iguais às dos homens de ferro.

Como deuses, a questão do espaço e do tempo não passavam de detalhes diante de suas imortalidades. E o mundo via, recentemente, a sociedade Grega demonstrar mais uma vez que os deuses do Olimpo, continuavam agindo como eles eram, deuses. A Grécia entrou numa de suas maiores crises econômicas. Trabalhadores jovens e adultos perderam seus empregos. Trabalhadores aposentados perderam seus direitos e viram seus salários reduzidos, e suas aposentadorias postas em risco; o mundo assistiu o clamor desses homens de ferro. Famílias perderam suas casas e suas economias. Os homens de ferro da Grécia enferrujaram, pois não podiam mais se proteger da chuva e do tempo. A Grécia ficou mais pobre. E os deuses, que desceram do Olimpo, continuaram vendo tudo com seus banquetes celestiais.

Então, uma nação não tão antiga quanto a Grécia, mas que tem homens de ferro tão trabalhadores quanto os gregos, viu os deuses do Olimpo manifestando seus poderes, demonstrando que explorar o trabalho duro pode ser feito em qualquer parte do mundo e em qualquer sociedade.

Nessa nação, os deuses do Olimpo, que agora ocupam um lugar chamado “Palácio dos Planaltos”, impuseram aos homens de ferro trabalhadores vários castigos, por conta dos seus “PECados”, dos quais eles não são culpados. Trabalhar duro sem ter uma recompensa adequada. Perder seus direitos ao longo do tempo. Não poder se educar adequadamente e não poder cuidar da sua saúde e da saúde de sua família. Trabalhar mais tempo que o necessário para ter o seu

devido direito ao descanso e envelhecer dignamente. E continuar trabalhando duro, até não poder mais trabalhar. Os deuses do Olimpo encontraram homens de ferro em toda parte da Terra.

Nessa nação, os homens de ferro trabalhadores irão pagar por seus “PECados” durante vinte anos. Tempo que os deuses no seu “Palácio dos Planaltos”, acreditam ser o mínimo necessário para que as coisas sejam colocadas em ordem. Mas os homens de ferro trabalhadores sabem que “*Alguma coisa está fora da ordem, fora da nova ordem mundial...*”.

E os homens de ferro trabalhadores, mesmo sabendo que poderão enferrujar, mesmo sabendo que poderão não mais se movimentar, mesmo sabendo que poderão ficar encostados como máquinas velhas sem uso ou serventia; eles poderão dizer: “*só existe a contemplação porque há o contemplador*”.

Referências:

Bíblia Sagrada

Huberman, L. História da riqueza do homem. Zahar Editores, 1981.

Stephanides, M. Os Deuses do Olimpo. Editora: Odysseus 4ª ed, 2011.

Veloso, C. Fora da Ordem

TR - 3

O 36º Congresso delibera:

Temos acompanhado nos últimos anos um processo de desestruturação da luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Os ataques são manifestados sob diversas formas. O processo de terceirização das atividades em diversas categorias. O aumento da carga de trabalho em diversos setores, sem a garantia de aumento dos salários ou das horas extras trabalhadas. Demissões em massa e sem justa causa, gerando como consequência o empobrecimento da classe trabalhadora.

Esse cenário de desestruturação econômica e social, provocam instabilidades nas atividades econômicas que refletem diretamente na geração ou na manutenção dos empregos. Os trabalhadores desempregados perdem seu poder de defesa e de reivindicação dos seus direitos, fragilizando suas representações. Os sindicatos afetados pelas consequências da queda do emprego e da renda dos seus associados, se deparam com um cenário de instabilidade, resultando no aumento dos desafios enquanto entidade organizada e representativa, fragilizando suas ações.

Dessa forma, torna-se emergente e necessário a defesa da retomada do crescimento e do desenvolvimento da economia. Resultando na retomada da geração de emprego e da valorização dos salários da classe trabalhadora. Essa mudança no cenário, permitirá aos movimentos sindicais a retomada de suas ações e seu fortalecimento na continuidade do processo de defesa da classe trabalhadora.

TEXTO 4

Contribuição do(a)s professore(a)s André Mayer (ADUFOP), Bartira Telles (ADUFS), Cristiano Ferraz (ADUSB), Carla Sartor (ADUNIRIO), Elza Peixoto (APUB), Gean Santana (ADUFS-BA), Mario Mariano (ADUFVJM), Mauro Iasi (ADUFRJ), Milton Pinheiro (ADUNEB), Tarcila Atolini (ADUFVJM), Wesley Pinheiro (ADUFMAT)

ENFRENTAR A DESTRUIÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS, AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE E A PRECARIZAÇÃO DO EMPREGO. DEFENDER A EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE PÚBLICAS, AVANÇAR NA REORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E CONSTRUIR O PODER POPULAR. RUMO À GREVE GERAL!

TEXTO DE APOIO

O processo de impeachment e as manobras parlamentares, midiáticas, de setores da polícia federal e do poder judiciário, culminaram na usurpação do governo pelo ilegítimo Temer

Nas eleições de 2014, tivemos a vitória apertadíssima da chapa presidencial Dilma/Temer e a formação de um congresso extremamente reacionário para o período 2015-2018. A partir daí, tem se desenvolvido um rápido processo de deterioração do sistema político-institucional, junto com um avanço persistente, cada vez mais ousado, de forças reacionárias e agentes do grande capital imperialista. Este bloco de poder dominante tomou a iniciativa política, aumentando o ritmo e a velocidade nas medidas de desmonte dos direitos sociais a trabalhadores, trabalhadoras e ao povo em geral. Este cenário fica ainda mais complexo com a crise econômica e a operação Lava-Jato.

O apassivamento da classe trabalhadora evidenciou, em todo este processo, os resultados negativos que se expressaram na débil resistência popular à iniciativa política dos grandes capitalistas de descarregar todo o peso da crise nas costas da classe. Evidentemente tem havido e há, muitas lutas de trabalhadoras e trabalhadores, seja na cidade ou no campo, dos movimentos sociais, estudantes, povos originários e quilombolas. Porém, num nível claramente insuficiente para se contrapor com força a todo este processo de ofensiva conservadora e reacionária.

Foi assim que a pressão para o governo federal orientar de um modo mais decisivo um conjunto de políticas para dar curso às contrarreformas exigidas pelos agentes do grande capital financeiro, adquiriu crescente força (inclusive com apoio de mobilizações de rua) até desembocar na instauração do processo de *impeachment* no Congresso Nacional. Este processo se efetivou provocando o afastamento da presidente eleita. A presidência foi ocupada pelo vice-presidente, numa recomposição das forças políticas no governo que criou as condições para a explicitação de uma dura agenda neoliberal.

Esta agenda já estava colocada no governo eleito em 2014, assim como esteve ao longo de todo o período de governo do PT e seus aliados, que governou sob a conciliação de classes. E, com a eclosão da crise, viu-se expelido do Planalto Central. Contudo, após este episódio, a agenda neoliberal ficou mais explícita e, principalmente, com uma velocidade muito mais acentuada. A agenda neoliberal se coloca de um modo fulminante, na forma de um processo que, para setores da classe trabalhadora, também pode ser caracterizado como um “golpe parlamentar”. Isto, que pretende, num breve espaço de tempo, refundar o Estado surgido da Constituição de 1988, indo até a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943, se expressa em: corte e congelamento das despesas primárias, nova rodada das contrarreformas da previdência, trabalhista e reforma política antidemocrática.

O resultado das recentes eleições municipais alavancou este processo, uma vez que os partidos que agora constituem a base de sustentação do governo avançaram no seu caudal eleitoral. Os partidos da oposição diminuíram ao mesmo tempo em que os votos nulos, brancos e abstenções continuaram a crescer nessa eleição, a ponto de, em muitas cidades, terem superados os votos que elegeram prefeitos: no Rio de Janeiro, por exemplo, Marcelo Crivella foi eleito com cerca de 30% dos votos - os 70% restante ficaram entre Marcelo Freixo, brancos, nulos e abstenções. Ainda que este comportamento eleitoral possa ser interpretado como questionamento à “classe política” e ao próprio processo formal de escolha de representantes, não há um fortalecimento, pelo menos por enquanto, de uma alternativa de oposição da classe trabalhadora ao processo conservador e reacionário em curso.

A conjuntura brasileira ainda é fortemente marcada pelos fatores externos dado o caráter de uma economia dependente como a nossa. No plano internacional, a política é pautada pelo avanço dos setores conservadores e até reacionários na arena mundial. Exemplos dessa realidade são o recente plebiscito no Reino Unido que resultou na aprovação da sua saída da União Europeia e a eleição presidencial nos EUA na qual triunfou o candidato misógino, xenófobo e LGBTfóbico do Partido Republicano com uma proposta de restauração do poderio econômico estadunidense.

Estas são situações nas quais a população vota contra o *establishment*, a “classe política”, o processo de globalização financeira, a formação de blocos econômicos supranacionais e, simultaneamente, contra trabalhadores e trabalhadoras imigrantes. Evidentemente, a revolta da população com o curso dos acontecimentos se apresenta de uma forma despolitizada por causa, entre outros fatores, da mídia corporativa, do senso comum, do processo político-eleitoral, derivando no ascenso de forças conservadoras e reacionárias.

Na França, a próxima eleição em 2017 pode ser basicamente entre um candidato da direita e outro da ultra-direita, com grandes chances de esse último ser vitorioso. Na América Latina, além do triunfo do magnata Macri, na Argentina, houve o plebiscito que rejeitou o acordo de paz entre o governo e as FARC, na Colômbia. Estes podem ser sinais do esgotamento das capacidades civilizatórias das sociedades burguesas no quadro da crise estrutural do capitalismo, retratadas na consciência e atitudes da população e dos trabalhadores e das trabalhadoras como antipolítica. Se assim for, isso nos coloca a tarefa de trabalhar mais intensamente para que a crítica teórica e prática ao sistema do capital adquira uma forma adequada, isto é, uma forma anticapitalista com capacidade de encantar corações e mentes.

A PEC 55/2016: a disputa pelo fundo público e a hegemonia rentista

O ajuste fiscal é uma política macroeconômica perene em todo o período neoliberal. Após os acordos assinados pelo governo FHC com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo brasileiro se comprometeu a promover superávits primários para garantir o fluxo contínuo de recursos do fundo público para o pagamento da dívida pública, que hoje consome cerca de 45% do orçamento da União. Para isto, uma série de medidas jurídicas foram implementadas no Brasil, desde a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Neste cenário merece especial destaque a PEC 55/2016, por ameaçar fatalmente a materialização dos direitos sociais reconhecidos na Constituição de 1988 e por elevar os ajustes fiscais dos últimos 20 anos a um novo patamar histórico. O congelamento das despesas primárias pelos próximos 20 anos inviabiliza a garantia mínima daqueles direitos, assim como evidencia o caráter de classe do projeto que promove esta brutal política de ajuste fiscal. Trata-se da vitória incontestada da fração rentista da oligarquia financeira, operando por meio da apropriação do fundo público como modo de valorização (ou capitalização) do capital na sua forma fictícia, através da gestão da dívida pública.

Aprovada a PEC 55, será consolidada também a perspectiva do Estado gerencial, uma vez que, com o limite de gastos, fica somente a possibilidade de aprimorar a gestão das instituições e das políticas, sem atacar questões estruturais da desigualdade social brasileira.

Há, contudo, alternativas possíveis ao ajuste fiscal promovido pela hegemonia rentista. Em outra perspectiva, devemos propor medidas de estímulo à arrecadação do Estado, como uma

estrutura tributária progressiva, incidindo mais sobre os ricos do que sobre a classe trabalhadora, tal como a criação do imposto sobre as grandes fortunas e o aumento do imposto territorial rural sobre os grandes latifúndios. Além disso, deve-se acabar com as isenções fiscais bilionárias aos grandes grupos econômicos. Por fim, um dos aspectos da luta contra a expropriação do fundo público, promovida pelos setores rentistas das classes dominantes, é a auditoria cidadã da dívida pública (vetada pela presidente Dilma), ou até mesmo a sua moratória. Parte dessas propostas já foi deliberada no último Congresso do ANDES-SN, em Curitiba, sendo necessário, portanto, que o conjunto do Sindicato, diretoria e seções sindicais, amplie essas discussões.

Desmonte dos direitos sociais consagrados na Constituição de 1988

A Constituição de 1988 consagrou uma série de direitos sociais a serem materializados pelos próximos governos. Já na elaboração da Carta Magna, os setores mais conservadores se articularam e derrubaram diversas medidas progressistas e os avanços foram significativos para a classe trabalhadora, porém limitados pelas vitórias do chamado Centrão.

Estes setores conservadores não abandonaram a luta contra estes direitos. Os sucessivos governos, desde 1994, iniciaram o processo de contínuas reformas, alterando o texto constitucional, no sentido de restringir aqueles direitos sempre com o argumento que o Estado social consagrado na Constituição não caberia no orçamento público. Junto a este recorte dos direitos, avançou também ao longo dos consecutivos governos, com diferenças entre cada um deles, o processo de privatização e mercantilização das empresas e dos serviços públicos.

Desmonte da previdência social

Particular relevância merece a “longa marcha” da contrarreforma da previdência iniciada no governo FHC com a emenda Constitucional nº 20/98, continuada nos governos Lula e depois pelos governos Dilma com a aprovação da lei nº 12.618/12 da previdência complementar para os servidores públicos federais, o FUNPRESP. O resultado é a consolidação dos fundos de pensão privados tanto para trabalhadores e trabalhadoras dos setores privado e público, que se tornaram sócios dos principais investimentos capitalistas nos últimos 10 anos, acumulando um patrimônio de R\$ 672 bilhões em 2014.

Em 2016, está na pauta do governo Temer, mais uma nova contrarreforma que estabelece, entre outros elementos destrutivos de direitos sociais: a fixação da idade da aposentadoria em 65 anos para homens e mulheres; a unificação dos regimes público e privado; e o aumento da contribuição, de 11% dos proventos para 14%.

O desmonte da seguridade social leva-nos para a construção do Estado assistencial e penal, afastando a ilusão reformista da construção tardia de um Estado de bem-estar no Brasil.

Desmonte da legislação trabalhista

O processo de desmonte dos direitos sociais não finaliza somente com os ataques à Constituição de 1988, mas avança para um passado mais longínquo. As iniciativas de terceirização e precarização e de prevalência do acordado sobre o legislado apontam para o desmanche da CLT de 1943.

Além das iniciativas legislativas e do poder executivo, concorre para este desmanche a ação do poder judiciário, tais como o desconto do ponto nas greves dos funcionários públicos, a rejeição da desaposentadoria, a convalidação das terceirizações nas atividades fins, etc. Já em 2015, o STF decidiu confirmar a possibilidade de que entidades privadas conhecidas como organizações sociais (OSs) possam prestar serviços públicos nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, meio ambiente, cultura e saúde.

Aliás, este esforço combinado dos três poderes do Estado, no desmantelamento dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, tem um caráter pedagógico, no sentido de mostrar que em época de crise, esses poderes se reforçam mutuamente para manter a ordem social.

Ataques à educação pública e à universidade pública

A educação pública é uma das tarefas em atraso da nossa formação social. O último PNE aprovado no governo Dilma, que equaliza a educação pública e privada na distribuição dos

recursos, significa mais um passo no processo de mercantilização, privatização e apropriação privada do fundo público.

Além do problema de subfinanciamento crônico da educação pública, agora temos uma situação na qual o conservadorismo avança com o projeto “Escola sem Partido” (PL n. 867/2015, PLS n. 193/2016) e a tentativa de desqualificar aquilo que os setores conservadores denominam como “ideologia de gênero”.

Neste quadro se inscreve a reforma do ensino médio através da MP 746/2016, sem diálogo com a sociedade e os agentes sociais relevantes, que precariza a formação crítica e humanista para atender às exigências do mercado de trabalho. Medida esta que está sendo enfrentada pelo movimento estudantil num processo de lutas através de ocupações dos campi universitários e das escolas secundaristas.

Os ataques ao ensino universitário público e gratuito se acirram. A Câmara dos Deputados aprovou o texto-base da proposta de emenda à Constituição (PEC n. 395/14) que permite a cobrança, pelas universidades públicas, de mensalidade para cursos de extensão, pós-graduação *lato sensu* e mestrados profissionais. Fica mantida, por enquanto a gratuidade nos cursos de graduação, residência na área da saúde e cursos de formação profissional na área de ensino. A PEC altera o artigo nº 206 da Constituição para afirmar a não extensão do princípio da “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” aos casos de pós-graduação, cursos de extensão e mestrado.

Há também uma proposta de cobrança de matrículas nas universidades públicas de autoria do Senador Bispo Crivella, recentemente eleito prefeito do Rio de Janeiro, através do projeto de lei n. 782/2015. Com o pretexto de que estudantes de famílias abastadas contribuam de acordo com a sua renda, o projeto pretende instituir, gradualmente, o pagamento de matrícula nos cursos universitários. A forma de garantir a contribuição igualitária no financiamento dos cursos universitários passa pela taxação das grandes fortunas e não pela cobrança de mensalidade nas universidades aos mais ricos.

Neste ano de 2016, vimos um conjunto de greves localizadas especialmente nas universidades estaduais em torno de pautas muito específicas como, por exemplo, no Ceará, a exigência da UECE e da UVA de cumprimento de acordos fechados em outras greves, ou em Minas Gerais, as greves de Aduemg e AdUnimontes motivadas pela reposição de perdas salariais. No caso do Rio de Janeiro, que vive uma situação de falência do governo estadual, as três universidades estaduais (Uerj, Uenf e Uezo) entraram em greve, no final do ano de 2015 e continuaram até os primeiros meses de 2016, pelo pagamento dos salários em dia, dentre outras questões (condições de trabalho, incorporação da DE nas aposentadorias etc.).

A situação das universidades federais vem se agravando nos últimos anos. Já em 2015, com as três rodadas de ajustes fiscais promovidas pelo governo Dilma sob o ministério Levy, grandes universidades federais fecharam as portas por tempo determinado por não terem recursos para pagar os trabalhadores e as trabalhadoras terceirizados, com salários aviltantes e péssimas condições de trabalho. Foi contra esses cortes que o movimento docente federal realizou uma das suas mais longas greves em 2015, que infelizmente não conseguiu reverter o quadro de desmonte da universidade pública.

Se os investimentos efetuados pelo Reuni não foram capazes de promover uma expansão com qualidade, a situação tende a piorar devido aos cortes orçamentários anunciados a partir de 2016. Cabe citar as negativas do MEC em cumprir com as pactuações que deveriam garantir vagas docentes e recursos para obras (inclusive restaurante universitário e moradia estudantil), como no caso dos campi avançados de Unai e Janaúba da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) em Minas Gerais. Nestes, as atividades ocorrem em prédios emprestados por outros órgãos públicos, em condições não apropriadas para o trabalho acadêmico. E, por isto, mais uma vez, cresce o movimento paredista, tendo como uma das suas referências as ocupações estudantis.

O processo de centralização do capital como investimento privado na educação continua a pleno vapor. No mercado de empresas de educação privada de 2007 para cá foram mais de 170 fusões

e aquisições, com um volume movimentado de cerca de R\$ 13,77 bilhões. Em 2016, efetua-se a compra da universidade Estácio Participações S.A pela Kroton Educacional S.A por um montante de cerca de R\$ 5.5 bilhões. A Estácio foi criada em 1970, como faculdade de direito, no Rio de Janeiro (RJ). Assim como a Kroton, foi crescendo e incorporando outras instituições, como a Universidade Gama Filho. Em 2007 abriu capital na Bolsa de Valores e em 2009 começou a ofertar cursos de EAD.

A Kroton Educacional S.A, que antes atuava nos mercados de ensino presencial das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País, com as marcas Anhanguera, Fama, LFG, Pitágoras, Unic, Uniderp, Unime e Unopar, passa a ter presença nas regiões de atuação da Estácio, como o Nordeste e alguns estados do Norte. Com esta aquisição, a Kroton passa a ter 1,6 milhão de estudantes, sendo 60% destes presenciais matriculados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e também concentra 40% das matrículas de Ensino à Distância (EAD) do país. A Kroton que já era a maior empresa em serviços de educação privada no mundo em valor de mercado, bem mais à frente da segunda colocada, a norte-americana Graham Holdings, se tornará ainda maior.

Desde o início desta década, a Kroton foi impulsionada pela política educacional do governo federal, que prioriza o investimento de dinheiro público em educação privada. Entre 2010 e 2014, o governo repassou mais de R\$ 30 bilhões para os tubarões do ensino por meio do Fies, e a Kroton é a maior beneficiária. Para simples comparação, o orçamento anual de investimentos em todas as Instituições Federais de Ensino (IFEs) não ultrapassou R\$ 2,59 bilhões em 2014.

Diante deste quadro de mercantilização, concentração e centralização do capital na educação superior, a defesa da universidade pública, gratuita, laica, socialmente referenciada continua a ser um ponto fundamental para os trabalhadores e as trabalhadoras, estudantes e a categoria docente. Ao mesmo tempo, é necessário avançar também na luta pela **universidade popular** como contraponto à universidade do capital. Trata-se de construir uma universidade que, além de ser pública, seja ao mesmo tempo popular, ou seja, referenciada nos interesses históricos da classe trabalhadora. Isto envolve uma pauta imediata de acesso, permanência, forma e conteúdo didático-pedagógicos voltados para os estudantes oriundos das camadas populares. Este é um projeto histórico enraizado na luta dos universitários da América Latina, que faz parte das tarefas de enfrentamento ao imperialismo por parte dos povos da Nossa América. A luta pela Universidade Popular precisa avançar e ser incorporada no nosso sindicato, para além da adesão formal já materializada, e na Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita como parte das tarefas desta entidade na construção do Projeto Classista e Democrático de Educação.

Privatizações

O governo Temer aprovou um pacote de privatizações e concessões que inclui 34 projetos. A maioria deles já constava em programas anteriores anunciados pelo governo Dilma, mas não licitados. O objetivo é a abertura da infraestrutura brasileira à iniciativa privada, através do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) aprovado na lei 13.334/2016, uma das primeiras medidas estabelecidas pelo ilegítimo governo Temer.

Deve-se dar destaque para a alteração da Lei do Pré-Sal, aprovada no fim do governo Lula em 2010 ao estabelecer que a obrigatoriedade da presença da Petrobrás na exploração do petróleo. Da produção total, no mínimo 30% pertenceriam à brasileira. Agora, com a mudança da legislação, já aprovada nas duas câmaras, a Petrobras poderá escolher se participa ou não da extração em campos futuramente leiloados pela Agência Nacional do Petróleo. A lei nasceu de uma proposta feita no Senado pelo atual ministro das Relações Exteriores, José Serra, em 2015 (PLS n. 131/2015) e aprovada, no parlamento, no início de 2016. No mês de outubro, o projeto de lei n. 4567/2016 foi votado pelos deputados sem alterações, restando apenas (no momento da redação deste texto em novembro de 2016) a votação de alguns destaques para ir para sanção presidencial.

Com este projeto, a Petrobras fica desobrigada a ser operadora exclusiva do Pré-Sal, abrindo ainda mais o campo para a intervenção das grandes empresas petroleiras transnacionais à

exploração daquele campo, com todas as consequências econômicas e ambientais que isto supõe.

Reforma política antidemocrática

Há também propostas de mudanças do sistema político para assegurar a governabilidade, no quadro atual de desmonte dos direitos sociais e do previsível incremento da resistência, conforme os efeitos perversos da austeridade e precarização do emprego se tornem mais visíveis. Essas alterações são complemento necessário de todo este processo de desmonte e refundação do Estado para atender as novas exigências do atual padrão de acumulação capitalista.

Neste sentido, está em curso a votação da PEC n. 36/2016, que limita a quantidade de partidos com acesso ao fundo partidário e impede as coligações, junto com a PEC n. 113A/2015, que trata dos mesmos assuntos acrescentando o fim da reeleição para presidente da República, governador e prefeito aumentando o mandato do executivo de 4 para 5 anos. Evidentemente não há nenhum interesse democrático nestas reformas, somente adaptação da superestrutura jurídico-política às necessidades do desenvolvimento capitalista, no atual estágio de acumulação por espoliação (na expressão de Harvey), austeridade e precarização do emprego.

Ofensiva reacionária e os LGBTs, negras/os, mulheres e indígenas

Temos vivenciado, desde o primeiro mandato do governo Dilma, um aumento de projetos de lei (PL) e de propostas de emendas à constituição (PEC) que extinguem, ou que atacam frontalmente direitos adquiridos por mulheres, negras, negros, indígenas, LGBTs, crianças e jovens do Brasil. PECs e PLs que há anos foram apresentados e arquivados, ou que caíram no esquecimento dos parlamentares, são desengavetados e votados de forma precipitada, sem discussão adequada ou sem que os movimentos sociais sejam ouvidos. Tudo parte da ofensiva neoconservadora e reacionária, de caráter moralista, que atende a fundamentalismos religiosos e a ideologias políticas reacionárias. Diante da crise estrutural do capital, tais saídas apontadas por esses setores reacionários e mais conservadores tendem a ganhar corpo, se não nos posicionarmos de formar firme e contundente!

Essa ofensiva contou com uma contribuição importante do governo Dilma que, em nome da governabilidade e de acordos espúrios, favoreceu a ascensão do deputado Marcos Feliciano à presidência da Comissão de Direitos Humanos, em 2013, vetou o kit anti-homofobia, em 2012, e recuou em temas caros aos direitos humanos. Com isso, e associado a outros fatores, a bancada BBB (bancada da bala, do boi e da bíblia) ganhou força e aumentou de forma expressiva sua participação na atual legislatura, podendo se configurar como grande e grave retrocesso aos direitos humanos. Ao que tudo indica, a bancada BBB vem usando a velha receita da defesa da família tradicional, bem como da moral e dos bons costumes para atacar as lutas pela defesa dos direitos das mulheres, da diversidade sexual e etnicorracial.

Destaca-se, também, o extermínio da juventude negra no Brasil, fato denunciado por várias entidades dos movimentos negro, sindicais e populares. Dados do Mapa da Violência (2016), por exemplo, mostram que enquanto as taxas de homicídio entre a população branca caiu 26,1%, a da população negra aumentou 46,9% entre 2003 e 2015. Esses resultados denunciam a política de extermínio da população negra no Brasil que, muitas vezes, são assassinados em nome do combate ao tráfico de drogas. Daí, a tarefa de avançar naquilo que o Sindicato Nacional já aprovou em seus Congressos: a luta pela descriminalização das drogas, como parte da luta contra o extermínio da juventude negra.

É importante destacar as lutas das mulheres, dos/as LGBTs, das/os indígenas e de negras e negros em resposta a essa ofensiva reacionária. Os exemplos são numerosos: mulheres em luta que se colocaram contrárias à cultura de estupro e tomaram às ruas, ano passado; as várias mobilizações e manifestações LGBTs contra a LGBTfobia; os povos indígenas e quilombolas que vêm resistindo bravamente à expropriação imposta pelo agronegócio. Tudo isso demonstra que há disposição de luta, embora fragmentada, o que reforça a necessidade de termos um espaço que aglutine o conjunto dessas insatisfações para potencializar nossa luta contra o capital. O ENCLAT torna-se, desse modo, mais que necessário!

Construir a unidade da classe trabalhadora e o poder popular

O Andes-SN tem feito um trabalho muito importante de articulação das entidades sindicais dos servidores públicos federais através do Fórum Nacional de Servidores Públicos Federais (Fonasefe). Através desta ferramenta, encaminhamos lutas unitárias em torno da pauta econômico-corporativa dos trabalhadores e das trabalhadoras do setor público federal. Trata-se de um fórum amplo que inclui entidades que estão ligadas a diversas centrais sindicais, no interior da qual também se fazem presentes as centrais sindicais. Com essa representação tão ampla, o Fonasefe tem limites em extrapolar a pauta corporativa e dar cabo a debates políticos de enfrentamento da política governamental. Mesmo assim, é um exemplo prático da unidade de ação, com vistas a superar a fragmentação e apassivamento da classe.

O Andes-SN também tem tido uma intervenção muito importante no setor das entidades sindicais e movimentos sociais ligados ao setor da educação pública, articulando a realização de dois encontros nacionais precedidos por encontros estaduais. No mais recente, foi decidida a transformação do *Comitê de luta pelos 10% do PIB para a educação pública, já!* em *Coordenação nacional de entidades em defesa da educação pública e gratuita*, que avaliamos positivamente como um importante salto qualitativo na reorganização deste setor da classe trabalhadora. Aliás, este encontro prestou merecida homenagem ao professor Márcio Antônio de Oliveira, recentemente falecido.

Neste próximo ano de 2017, há importantes tarefas a serem realizadas para fortalecer e capilarizar a organização desta entidade na construção de um projeto classista e democrático de educação. Projeto este que, em nosso entendimento, deve apontar para a perspectiva da educação e universidade populares. Ao longo de 2017, estão programadas luta e debates para avançar na construção do terceiro encontro nacional, a ser realizado no ano de 2018. Aliás, ano em que se comemoram os 100 anos do Manifesto de Córdoba, ato fundacional do projeto de universidade latino-americana. Como diz o Manifesto, a juventude *"exige que se reconheça o seu direito a pensar por conta própria. Exige também que se reconheça o seu direito a expressar este pensamento próprio nas instituições universitárias por meio de seus representantes. Está cansada de suportar os tiranos. Se foi capaz de realizar uma revolução nas consciências não se pode desconhecer a sua capacidade de intervir no governo da sua própria casa"*.

A onda conservadora que atravessa a sociedade também se materializa no setor da educação com o movimento e os projetos de lei "Escola sem Partido" (tais como a PLS n. 193/2016). Diante desta situação, o Andes-SN tem participado na construção de um amplo movimento de luta e resistência: a Frente Nacional da Escola sem Mordaza. Aqui também é uma política ampla, unitária, de frente única, que se mobiliza para superar a fragmentação, e também amadurecer a consciência política no intuito de forjar o poder popular.

No ano de 2017, se comemoraram os 100 anos da Revolução Russa, fato este fundamental na organização internacional dos trabalhadores e das trabalhadoras. O Andes-SN, corretamente no seu 61º. Conad, aprovou a realização de uma justa homenagem a esta data, bem como a memória dos 50 anos do assassinato de Ernesto "Che" Guevara. Trata-se de um seminário em que pretende discutir a reorganização da classe trabalhadora sob a perspectiva do internacionalismo. Nada mais oportuno que realizar este debate – balanço crítico e autocrítico do movimento internacional de todos trabalhadores e trabalhadoras – aproveitando este momento para avançar qualitativamente na reorganização da nossa classe trabalhadora, envidando esforços para chamar a organizar o Enclat, tal como foi indicado no nosso 61º Conad (Boa Vista, 2016).

O amadurecimento político e organizativo da classe trabalhadora tem que se expressar também na capacidade de realizar ações mais contundentes de enfrentamento às políticas de desmonte dos direitos sociais. Neste sentido, precisa ser reafirmado que a construção de uma greve geral é um imperativo político da conjuntura. Esse tem sido o entendimento da direção do Andes-SN que acertadamente tem indicado o debate nas seções sindicais, com uma pauta política que não expressamente contém elementos corporativos (como é o caso da luta contra a PEC n. 55 em

2016). Também vale destacar o trabalho da direção nacional e das seções sindicais em agregar forças para efetivar a greve geral ainda no ano de 2016. Entendemos e envidaremos esforços para que as greves setoriais sejam mediação para construir a greve geral. E que, com todas as dificuldades de materialização, deve permanecer como instrumento de luta da classe.

Sobre nosso sindicato, pensamos que temos ainda por fazer um grande trabalho de base, buscar entender o cotidiano da categoria. Há momentos, como o da atual conjuntura que problemas macrossociais ocupam todo nosso tempo e parece que aqueles assuntos da vida cotidiana do professor ficam relativizados. Porém, as questões como: condições de trabalho, reconhecimento profissional, carreira, valorização salarial são, e continuam a ser, muito importantes para o conjunto da base. O sindicato tem que contribuir para fazer a mediação entre a grande e a pequena História, entendendo que a reprodução genérico-social acontece também através da reprodução do indivíduo singular. Assim fazendo, pode contribuir para superar as alienações que caracterizam o fluxo da vida cotidiana. Fazer essa mediação é fundamental para a vida do sindicato. Como, por exemplo, relacionar a PEC n. 55/2016, lutas sociais e nosso sindicato, com as condições concretas de vida de todos docentes da nossa base.

O movimento docente terá que enfrentar uma nova realidade nas IFES, a presença de posturas conservadoras e mesmo reacionárias entre os professores como força que disputará ativamente os rumos da representação docente e o caráter da luta a ser empreendida. O conservadorismo sempre foi uma marca das instituições de ensino superior, no entanto, a conjuntura política nacional favorece que os segmentos conservadoras se assumam explicitamente sabotando as greves e outras formas de luta, muitas vezes com um discurso que busca disfarçar as intenções reacionárias.

Ainda no que diz respeito ao enfrentamento das contrarreformas, a iniciativa do movimento estudantil secundarista e universitário, mobilizados para além das suas entidades representativas cooptadas e apassivadas. Em São Paulo, no ano de 2015, o movimento de ocupação das escolas foi capaz de fazer recuar uma reforma gerencial que fechava 92 escolas e derrubou o secretário de educação. Noutros estados, Goiás e Rio de Janeiro, também aconteceram movimentos de luta estudantil bastante significativos. Nacionalmente, contra a medida provisória n. 746/2016 e a PEC n. 55/2016, um forte movimento #ocupatudo em instituições de ensino se constitui como fato mais importante e auspicioso, porque tem o significado do reingresso da juventude estudantil na experiência da luta política com possibilidades de extrair as entidades estudantis do campo do apassivamento e passa-las para o campo classista de defesa de educação pública. Pavimentando assim a unidade entre juventude e classe trabalhadora, ligação esta fundamental para construção do poder popular.

A CSP-Conlutas, central à qual Andes-SN é filiada e constrói desde sua fundação, se constitui num importante, ainda que não seja o único polo aglutinador dos sindicatos e movimentos sociais combativos, que merece nossa maior atenção. Já temos sublinhado que nela se apresentam problemas de concepção política, estratégia e tática, além de questões metodológicas na organização dos congressos já sinalizados pelo Andes-SN e que precisam ser enfrentados com firmeza. Há também um complexo problema de hegemonismo nesta central sindical e popular que, sem dúvida, dificulta o desenvolvimento desta ferramenta e isso merece especial atenção por parte da nossa direção e militância. Neste sentido, deve ser avaliado que, no ano de 2017, a CSP-Conlutas vai celebrar seu terceiro congresso, e o Andes-SN tem que se preparar para intervir e fazer com que a central seja efetivamente um fórum amplo de construção da unidade de trabalhadores e trabalhadoras, superando concepções estreitas que tendem a isolá-la do conjunto da classe. Fortalecer a CSP- Conlutas, assim como intensificar o debate no conjunto das iniciativas sindicais no campo de esquerda visando o enfrentamento necessário contra os ajustes do grande capital é nossa tarefa incontornável para o presente momento.

Diante do quadro geral assinalado, reafirmamos ser a tarefa fundamental avançar na superação do apassivamento, fragmentação e divisão do movimento classista. É necessária a realização de um Encontro da Classe Trabalhadora e movimentos populares em 2017. **Este evento não pretende substituir nenhuma das centrais sindicais já existentes, nem também criar mais**

uma nova central sindical ligada a um partido político. Trata-se de fazer mais um esforço para avançar na construção da unidade de trabalhadores e trabalhadoras enquanto classe social com interesses específicos imediatos e históricos. Como preparação a este evento, que evidentemente requer o acordo das centrais e movimentos sociais de caráter nacional, é necessária a realização de atividades, por parte das seções sindicais e secretarias regionais, de debates com as entidades que possam vir a participar deste processo. Tal como foi apontado pelo 61º Conad, é necessário efetivar uma reunião com entidades sindicais e populares nacionais do campo classista, unitário e combativo, que contribua na definição da construção do ENCLAT.

No interior de todo este processo de unidade e luta, está a construção do Poder Popular como autonomia e autogoverno da classe trabalhadora, a fim de realizar transformações estruturais necessárias para o enfrentamento da crise sistêmica do capital. O Poder Popular significa a capacidade de a classe se constituir em força política e social, capaz de impor, através da luta, uma orientação anticapitalista ao desenvolvimento social.

TEXTO 5

Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADFURRN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)

**CONSTRUIR UMA FRENTE ÚNICA EM DEFESA DA VIDA DOS EXPLORADOS!
RESPONDER AOS ATAQUES COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE! ABAIXO O
GOVERNO GOLPISTA DE TEMER!**

TEXTO DE APOIO

A crise política no Brasil, que levou ao golpe institucional contra o governo de Dilma Rousseff só pode ser explicada nos marcos dos impactos da crise econômica mundial no Brasil. A crise iniciada nos Estados Unidos, em 2008, passou por várias etapas, atingindo inicialmente os países europeus. A resposta dos Estados foi de socorrer os grandes bancos e as multinacionais, ampliando o endividamento dos estados. Na sequência, para cobrir tal sangria, vieram os planos de austeridade, impostos pela Troika (Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional). As medidas de ajuste só mudam de país para país em sua intensidade e ritmo, expressam a sanha do capital em descarregar nas costas dos explorados o peso da crise do capitalismo.

Uma nova etapa da crise se abriu com o desaquecimento da economia chinesa, que fez as economias dos países semicoloniais, como os da América Latina estremecerem. Mesmo que o continente estivesse com governos que se apresentavam como “pós-neoliberais”, que prometiam inclusão social, redução da desigualdade e desenvolvimento sustentável, as limitadas medidas assistenciais e de intervenção na economia não mudaram o caráter de países exportadores de matérias primas e produtos agropecuários. Bastou a economia chinesa desacelerar para que o curto período internacional favorável desmoronasse, levando consigo os governos que se apresentaram como nacional-reformistas. Alguns saíram de cena pela via eleitoral, como o de Cristina Kirchner, outros via golpe institucional, como o de Dilma Rousseff. Porém, há um movimento comum de fortalecimento de governos diretamente alinhados com o imperialismo norte-americano, assim como um recrudescimento do conservadorismo, até mesmo com tendências fascizantes, como vimos na eleição de Donald Trump.

A solução do capital para a crise é destruir forças produtivas. Uma das manifestações mais bárbaras deste processo são as guerras. No momento, as potências imperialistas não se enfrentam diretamente, mas disputam o controle de territórios, mercados e fontes de matérias primas em conflitos regionalizados, como o da Ucrânia e Síria. A intervenção imperialista

intensifica a opressão nacional que leva milhares a terem de deixar seus países e procurarem chegar à Europa, os que sobrevivem à travessia no Mediterrâneo enfrentam a repressão e a xenofobia. São sintomas de um sistema em decomposição.

Não ao pagamento da dívida pública

A crise de superprodução impõe que o capital que não mais consegue se valorizar na produção procure novos campos, sobretudo após o estouro da bolha especulativa com as quebras nas bolsas de valores. Assim, os direitos sociais entram na mira das grandes corporações. Saúde, educação e previdência não podem ser compreendidos como direitos, muito menos universais. Devem ser reduzidos à condição de mercadoria. Como toda mercadoria, tendem à monopolização na etapa imperialista. Assim já ocorreu com o ensino superior brasileiro, que está nas mãos de corporações gigantescas como a Kroton, em uma situação em que 90% das vagas estão no ensino privado. A voracidade do capital se acentua. A pressão por acabar com a previdência pública se impõe. Os ataques dos governos estaduais e federal expressam o imperativo de garantir a meta de superávit fiscal para pagar os juros e amortizações da dívida pública.

O mecanismo da dívida é fundamental para entendermos a crise política no Brasil. Dilma não foi retirada por suas “bondades”, mas sim porque não mais conseguia fazer avançar o ajuste fiscal. Ante a crise, as frações das classes dominantes estavam em choque e o executivo não conseguia centralizá-las. No processo do impeachment essas frações e instituições burguesas foram se unificando. Hoje estão aglutinadas em torno do governo golpista de Temer e de suas medidas antinacionais e antipopulares. O governo Temer, nascido da crise, não conseguiu pôr fim à crise política. Caso não consiga aplicar os ataques também pode ser removido.

Os ataques que precisamos derrotar

As medidas do governo ameaçam todos os setores explorados e oprimidos. Na educação os ataques mais sentidos são a reforma do Ensino Médio e o Projeto Escola sem partido. Do ponto de vista orçamentário, a PEC 241/55, com o congelamento de gastos sociais por 20 anos é um brutal corte de direitos dos servidores públicos e nos direitos sociais para a população em geral. O PLP 257, com o pretexto de negociar a dívida dos Estados impõe o ajuste nos estados e municípios. A situação do Rio de Janeiro mostra como os governos pretendem “equilibrar as contas”, a saída é cortar na carne dos trabalhadores, com corte de programas sociais, aumento da contribuição previdenciária dos ativos e o estabelecimento de uma contribuição de 30% para os aposentados que já contribuíram a vida toda.

Caso consiga implementar a PEC 241/55, o próximo passo do governo será a reforma previdenciária. Com uma campanha midiática fraudulenta que aponta um inexistente “rombo” orçamentário, o governo pretende aumentar a idade para se aposentar para 65 anos, em um país em que a expectativa de vida é de 75 anos, sendo no Maranhão de 70 anos. Ou seja, para a maior parte dos explorados significa que terão de trabalhar até morrer. A reforma trabalhista também está na fila, aguardando para ser posta em prática. O STF já tem antecipado algumas medidas, já estabelecendo o princípio de que o negociado se sobrepõe ao legislado. A ameaça de terceirização irrestrita também está no horizonte, representando o fim dos direitos inscritos na CLT. Há um fortalecimento também da intervenção da religião na política com bloqueio a direitos civis à população LGBT; o aumento da opressão sobre as mulheres; a inviabilização da demarcação de terras indígenas e quilombolas; o favorecimento ao latifúndio e ao agronegócio.

Abaixo a conciliação de classes

As dificuldades para enfrentar o golpe e as medidas de ataque se explicam pela política de conciliação de classes conduzida pelo PT desde antes de conquistar a presidência. Política expressa na estratégia de democratizar o Estado burguês. A estatização e burocratização das entidades de massa desarmaram os trabalhadores, camponeses e juventude para responderem aos ataques. A fragmentação impulsionada pela reforma Sindical de Lula, assim como o crescimento da Força Sindical também comparecem como obstáculos. O divisionismo que

resultou na criação da Conlutas, depois nomeada como CSP-Conlutas, após mais de uma década, demonstra o erro da divisão de aparato. A CSP-Conlutas, mesmo sendo uma central antigovernista, mostrou seu fracasso político ao negar o golpe que violou a soberania do voto popular. Ao levantar a bandeira de “fora todos” jogou água no moinho da direita golpista. E, sobretudo, não expressou uma via de independência de classe, ao defender as eleições gerais, que, de última, é uma das variáveis da política burguesa para ungir com a legitimidade das urnas um novo governo, se necessário. A diretoria do ANDES, em consonância com as posições da CSP-Conlutas, acabou vacilando na caracterização da crise política, como se fosse indiferente à queda do governo. Ao não condenar o golpe, acabou se isolando de sua base. De forma geral, a resposta ao golpe não se deu no campo da independência de classe. As grandes manifestações de rua se mantiveram como comícios que tinham como função fazer pressão parlamentar. Com isso, foram impotentes para impedir a derrocada do governo do PT.

E a greve geral?

A greve geral, que parasse a produção, era o caminho para quebrar a espinha dorsal do golpe. Na boca da CUT, porém, não passou de blefe. Afinal, a burocracia cutista não propunha juntar a luta democrática com a defesa das reivindicações das massas que estavam sob ataque do governo do PT. Ainda sob o governo interino de Temer, a CUT já mostrou sinais de que reeditaria a política conciliatória. Antes mesmo da votação final no Senado, a burocracia recebeu o Ministro do Trabalho golpista no sindicato do ABC, uma capitulação vergonhosa. Os dias nacionais de “esquentar” mostram o pouco empenho das principais centrais e o baixo poder de convocatória da CSP-Conlutas. Em geral, agregam setores do funcionalismo e as direções sindicais. A greve geral é uma necessidade, mas para se concretizar terá de ser imposta pelas bases. Por isso coloca-se a necessidade das assembleias nas obras, fábricas, locais de trabalho e estudo.

A juventude mostra o caminho

A resistência dos estudantes secundaristas contra a MP746, a Reforma do Ensino Médio, se alastrou pelo país com as ocupações de mais de mil escolas. O movimento se entroncou com a juventude universitária que passou a ocupar as universidades. Percebe-se que a Reforma do Ensino Médio não é um elemento central da política do governo Temer. Porém, esta luta rapidamente se vinculou com a necessidade de pôr abaixo a PEC do Teto (241/55) e impulsionou a resposta do funcionalismo. São elementos de resistência importantes. Porém, é preciso que a classe operária consiga romper o pesado bloqueio das burocracias sindicais. A tendência objetiva, neste sentido, existe. A deterioração das condições de vida e trabalho pode lançar os trabalhadores à luta. O grande número de desempregados é um peso em contrário, sob o controle dos capitalistas pressiona como elemento de rebaixamento dos salários e destruição de direitos. Por isso a unidade entre empregados e desempregados, efetivos e terceirizados, camponeses, indígenas e a juventude é urgente, para romper a concorrência entre os explorados e transformar a revolta em organização consciente. A via para isto se concretizar é aplicar a tática frentista em cada luta local. Coordenar todas iniciativas que despontam isoladamente. Centralizar nossas forças para derrotar os ataques.

Organizar os Comitês contra a repressão

As medidas de ataque vêm acompanhadas da intensificação da repressão. É sintomática a operação de criminalização sobre o MST assim como a repressão sobre os estudantes secundaristas. O MEC mostra a intenção de criminalizar ao exigir nomes dos docentes, técnicos e estudantes envolvidos no movimento. O STF, em decisão de 27/10, autorizou o corte de salários de servidores públicos desde o primeiro dia de greve. Tais medidas se somam à restrição já existente ao direito de greve e à criminalização da pobreza, juventude e movimentos sociais que agora atinge um novo patamar. A lei antiterrorismo já começou a ser usada, a exemplo da operação durante as Olimpíadas e a deportação do professor Adlène Hicheur, da UFRJ. É urgente responder coletivamente à criminalização com a formação dos comitês contra a repressão. Soma-se à nossa pauta a defesa do direito irrestrito de greve. Teremos de afirmá-lo na prática, entendendo como nosso direito à autodefesa ante os ataques do governo.

Independência de classe: tática e estratégia

A experiência com os governos do PT e a política de conciliação de classes para ser assimilada depende de um profundo balanço da estratégia reformista, democratizante. Não há espaço no capitalismo em decomposição para reformas progressivas a longo prazo. O que é dado com uma mão é retirado com a outra. Toda conquista é extremamente instável. A crítica moralizante ao PT despolitiza e deseduca. Trata-se de fazer o balanço programático. A conclusão deste balanço é a necessidade de colocar-se no terreno da independência de classe. Isso significa adotar a estratégia revolucionária, ou seja, a defesa do governo operário e camponês como fruto da revolução proletária. A tática correspondente a esta estratégia é a da ação direta, dos métodos próprios da classe operária, com greves, piquetes, ocupações, etc.

TR - 5

O 36º CONGRESSO delibera:

Centralidade da luta

Constituir uma frente única contra o capital, o governo e o imperialismo que unifique as lutas contra as demissões, a alta do custo de vida, a reforma da previdência e trabalhista, os cortes na saúde, educação e moradia, o pagamento da dívida pública e em defesa de terra aos camponeses, indígenas e quilombolas. Combater a política de colaboração de classes. Em defesa da vida dos explorados, abaixo o governo golpista de Temer, por um governo operário e camponês.

TEXTO 6

Contribuição do(a)s professore(a)s Abrãao F. Penha, Anderson Carvalho E Zózina Maria Rocha De Almeida (sindicalizado(a)s da ADUNEB), Augusto Nobre E Zuleide Fernandes de Queiroz (sindicalizado(a)s da SINDURCA), Carlos Zacarias, Jorge Henrique Saldanha, Marcos Vinícius Ribeiro, (sindicalizado APUB), Egil de Brito Sá (sindicalizado ADUFPI), Maurício Wiering Pinto Telles (sindicalizado ADURN), José Pereira Sobrinho, Natália Ayres, Pedro Santos (sindicalizado(a)s da SINDUECE), Marcel Lima Cunha e Niágara Vieira Soares Cunha (sindicalizado(a)s da SINDIUVA)

PREPARAR A RESISTÊNCIA À OFENSIVA CONSERVADORA E AO AJUSTE FISCAL DE TEMER!

TEXTO DE APOIO

O impeachment de Dilma Rousseff foi um golpe parlamentar judiciário e midiático

Passado alguns meses do primeiro desfecho da crise política mais importante do Brasil ocorrido em décadas, já é possível confirmar aquilo que muitos diziam e que outros insistiam em não enxergar: na circunstância em que ocorreu o *impeachment* foi sim um golpe. É verdade que o PT e o PCdoB contribuíram decisivamente para o acontecido e que a ida de Dilma Rousseff ao Congresso no último ato de defesa de alguma forma legitimou o circo dos golpistas. Não é menos verdade que a CUT e o PT não moveram esforços para derrotar os golpistas e que depois ainda se aliaram ao PMDB, PSD e até mesmo ao PSDB e ao DEM em mais de 1600 cidades no país nas eleições municipais de outubro, mas isso não retira, de nenhuma maneira, o sentido do golpe que presenciamos e que tem a classe trabalhadora como principal vítima. O PT e Dilma foram derrubados por seus antigos aliados a partir de uma conspiração palaciana, que envolveu o vice-presidente Michel Temer e seu partido, além de outros partidos da base aliada, que se juntaram aos ataques da mídia ao apoio do judiciário para garantir as duas coisas que o PT não era mais capaz de proporcionar às classes dominantes: a paz social e as reformas que permitissem o país sair da crise, sem que se mexesse nos ganhos substanciais do andar de cima.

No Brasil, a crise econômica que finalmente chegou em 2014, após o tumultuado e tempestuoso ano das Jornadas de Junho e de uma onda de greves recordes em mais de 30 anos, encontrou um governo imobilizado e incapacitado de responder à pressão dos movimentos sociais que vinham demonstrando a incapacidade de conter a onda de indignação e revolta frente as expectativas que não se tinham concretizado. Por efeito dessa insatisfação crescente, ainda antes da eleição mais polarizada de nossa história, que obrigou os marqueteiros da presidente virarem à esquerda em sua estratégia eleitoralista, enquanto Dilma gozava de prestígio e popularidade, explodiu a revolta popular de junho de 2013. Neste mesmo ano, o DIEESE registrou a ocorrência de 2050 greves, confirmando a tendência crescente verificada nos anos anteriores, quando a curva de paralisações havia voltado a crescer.

Passadas as eleições de 2014 e toda a onda das peças publicitárias do “Dilma, muda mais” e do “Dilma, coração valente”, o governo disse, definitivamente, para quem pretendia governar. Abandonando as políticas econômicas anticíclicas, o segundo mandato petista imediatamente nomeou representantes dos três principais setores de sustentação ao projeto de conciliação de classes encampado pelo PT. Com efeito, Joaquim Levy, alto executivo do Bradesco, foi convidado para dirigir a pasta da Fazenda, enquanto o senador Armando Monteiro, do PTB-PE, ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), foi designado para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e a ex-presidente da bancada ruralista Kátia Abreu, então deputada do PMDB-TO, tornou-se ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Ao lado da crise econômica e do rescaldo de uma eleição bastante polarizada, o aprofundamento das investigações da operação Lava-Jato, desencadeada em março de 2014, selou os destinos do governo petista, como um governo de frente popular. Em função do recuo do preço das *commodities* provocado pela retração do mercado mundial e a desaceleração da China, o segundo parceiro comercial do Brasil, a crise econômica se aprofundou, fazendo o desemprego passar de dois dígitos e a inflação ameaçar a fugir do controle. A resposta do governo foram os cortes na educação e na saúde em 2015, cortes que levaram várias categorias e deflagrarem greves, inclusive os docentes, puxados pelo ANDES-SN, ao que o governo respondeu com promessas de ainda mais cortes e austeridade, que se expressaram na aprovação das MP 664 e 665, que mexiam nas regras do seguro desemprego, do seguro defeso e na pensão das viúvas. Por fim, ainda não satisfeitos com o arrocho, o governo petista acenou com propostas de reforma previdenciária e trabalhista, mas já era tarde. A sucessão de escândalos revelados quase que diariamente por uma mídia corporativa cada vez mais empenhada em desestabilizar o governo, alimentada por um judiciário que cumpriu como nunca sua posição de classe, e ainda manifestações lideradas por movimentos de uma nova direita cada vez mais raivosa e agressiva, que ganharam as ruas a partir do domingo em 15 de março de 2015, selaram o destino do governo. Por extensão, os movimentos sociais que eram seus aliados e que só conseguiram desencadear respostas reativas às manifestações das direitas e em defesa do governo, sendo todas elas bem menores do que as das direitas, também sucumbiram à derrota do projeto de conciliação de classes do petismo. Afinal, nos marcos do governo de frente popular é mais provável que, ao final de um período ocorra a afirmação do polo da direita, a partir do momento em que o polo oriundo dos trabalhadores precisa abandonar o projeto da esquerda para estruturar a frente popular.

A maior parte da classe trabalhadora não esteve presente nos atos capitaneados pela direita, mas também não se colocou na defesa de um governo que não reconhecia como seu, tantos foram os ataques perpetrados por Dilma.

Ante a esta situação, duas posições pela esquerda foram se definindo: uma primeira mais diretamente defensiva, liderada pela Frente Povo sem Medo e pela Frente Brasil Popular, essa última de clara conotação eleitoralista e ainda disposta a reeditar o projeto de conciliação do PT e do PCdoB, e uma segunda posição bastante minoritária, expressa no Espaço Unidade de Ação, capitaneada pelos setores de oposição de esquerda ao petismo e que, apesar dos êxitos iniciais como o dia 18 de setembro de 2015, foi perdendo espaço em função do crescimento do sectarismo e de uma espécie de ultimatismo que se assomou quando a posição pelo Fora Todos

foi defendida pelo PSTU, a principal força que animava o Espaço. Todavia, a tarefa de construção de um terceiro campo que enfrente os ataques vindos pela direita sem se render ao petismo continua na ordem do dia. É preciso dar novo fôlego ao Espaço Unidade de Ação e fazer dele uma ferramenta a serviço da construção da unidade na luta contra o governo Temer.

É preciso enfatizar que o impeachment de Dilma representa uma derrota não porque seu governo tenha apresentado avanços significativos à classe trabalhadora – que não apresentou – mas porque caiu pelas mãos da burguesia, enfurecida por não ver em seu governo a mesma agilidade em executar a retirada de direitos que foi possível fazer nos outros governos petistas. Tivesse Dilma caído pela mobilização dos trabalhadores em resposta aos ataques e tivesse a classe sido capaz de construir uma alternativa que não resultasse em Temer no poder seríamos favoráveis à sua deposição. Como não se trata disso, o correto teria sido se posicionar contrariamente ao impeachment. Nesse sentido, é possível fazer críticas à forma com que o ANDES-SN tratou o tema. Corretamente, o posicionamento do Sindicato frente ao tema foi aprovado no congresso da categoria. Assim, em janeiro de 2016 foi deliberado combater “o ajuste fiscal do governo em todas as suas formas e a ofensiva da direita sob a forma do impeachment”. Ao final de julho, no CONAD, foi decidido “Posicionar-se pelo Fora Temer, contra o ajuste fiscal e a retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e corte nas políticas sociais”. O problema está que, entre janeiro e junho, a conjuntura exigiu respostas imediatas que não foram dadas. O impeachment, inicialmente um cenário pouco provável, foi ganhando materialidade e não se respondeu de acordo porque não havia nada previsto nas resoluções do Congresso. Necessitava-se de outra metodologia de trabalho, semelhante à que vem sendo adotada atualmente para a construção da greve docente: reuniões conjuntas dos Setores das IFES e das IEES/IMES. Não haveria problema algum em reconhecer que a política adotada precisava ser corrigida e a base deveria ter sido consultada para ajudar a corrigi-la.

A burguesia se aproveita da crise econômica para retirar direitos

A taxa de desemprego no Brasil chegou a 11,8% no terceiro trimestre de 2016, de acordo com os dados divulgados pelo IBGE. Trata-se do maior patamar registrado pela série histórica do instituto (PNAD Contínua), iniciada em 2012. A renda média real foi de R\$ 2.015,00 no terceiro trimestre, registrando-se uma queda de 2,1% em relação ao mesmo período de 2015. Em um ano, o Brasil perdeu 1,306 milhão de vagas com carteira assinada. Por consequência, houve uma redução de 3,7% no total de trabalhadores formais no setor privado no trimestre concluído em setembro. A população ocupada, por sua vez, encolheu 2,4% com o fechamento de 2,255 milhões de postos de trabalho.

A burguesia, Temer e a grande imprensa fazem o discurso de que a causa da recessão econômica em que o país se encontra é a corrupção (com a incrível narrativa de que só existiu durante os governos petistas) e pelo descontrole dos gastos governamentais. Tentam com isso criar uma legitimidade para a PEC 241/16 (agora PEC 55/16), que congela durante 20 anos os investimentos nas áreas sociais. É preciso assinalar que o mesmo espírito já estava presente no PLP 257/16 encaminhado por Dilma ao Congresso. A PEC 55/16 vai além dos cortes orçamentários já iniciados por Dilma em 2015: representa uma reconfiguração do Estado Brasileiro.

Há no horizonte um grande pacote de reformas: da educação, previdência, trabalhista, que já está quase pronta e agrária, está em fase de elaboração. Com isso, adentramos numa nova etapa das implementar as políticas neoliberais. Distintamente das que se desenvolveram ao longo do governo petista à frente, como lógica de uma relação entre ações do estado com as do mercado, na disputa do fundo público, com Temer a lógica é da expressão máxima do neoliberalismo: reduzir direitos, privatizar onde for possível, ampliar as isenções fiscais ao capital produtivo e financeiro, conter greves e mobilizações, e isso ocorrerá com diversas medidas de reformas em nível constitucional.

Com ampla maioria parlamentar e sem necessidade de zelar por sua popularidade, a rapidez com que Temer avança sobre a classe trabalhadora é impressionante e tem deixado o

sindicalismo tradicional atordado. Depois de anos de compromisso com a governabilidade petista, CUT e CTB não conseguem mais mover as massas para organizar a resistência. Além disso, a necessidade de pavimentar o retorno de Lula em 2018 faz com que não possam levar às últimas consequências a defesa dos trabalhadores. Prova disso foi o descompasso para construir a greve geral, que não saiu em outubro.

Temer tem a seu favor um Judiciário leal aos interesses da burguesia. A decisão do STF de autorizar o corte de ponto de servidores em greve, mesmo antes de a greve ser julgada ilegal, é apenas mais um exemplo. A seletividade da operação Lava Jato é outro. É grave que grande parte da população tenha ilusões a respeito do Judiciário, único poder imune ao voto popular. A elevação do juiz Sérgio Moro à categoria de “herói nacional” é perigosa: apesar de revelar um descontentamento com a velha política, representa a crença em uma saída por cima.

As eleições confirmaram a virada à direita

As eleições municipais de 2016 consolidaram o triunfo da direita tradicional nas eleições municipais de 2016. Trata-se, portanto, de um inegável avanço político das forças conservadoras. Os partidos que hoje formam a base do governo Michel Temer (PMDB) e que sustentaram o impeachment de Dilma Rousseff (PT) vão comandar 81% do eleitorado do País. Ao todo, os partidos da base de Temer elegeram 4.446 prefeitos, de um total 5.561 municípios. O principal vencedor: o PSDB. Os candidatos do PSDB vão comandar municípios que abrigam 23,9% do eleitorado. Em 2012, a porcentagem do eleitorado governada pelo PSDB era de 13,1%. Em nível nacional, a parcela do eleitorado governada pelo PT desabou de 19,9% para 2,9%. Num contexto de avanço das forças da direita, o resultado do PSOL, ainda que modesto, foi inegavelmente vitorioso. O resultado do PSOL está longe de representar a superação do PT por uma nova alternativa de esquerda enraizada na classe trabalhadora. Nesse sentido, a ruptura com o programa de conciliação de classes, a retomada do projeto socialista e a prioridade da mobilização e organização da classe trabalhadora são decisivos. Alianças do PSOL com partidos burgueses, como ocorreu em Belém, por exemplo, vão na contramão da necessidade de aprender com os erros do PT.

Em suma, a primeira eleição realizada após o golpe parlamentar-judiciário-midiático ocorrido no Brasil com o *impeachment*, confirmou a mudança na situação política aberta em 2013. O Brasil virou à direita em 2016 e um sintoma disso é que a unificação das várias frações burguesas que permaneceram divididas nos governos petistas coloca a ofensiva contra a classe trabalhadora num patamar até então desconhecido pelas novas gerações. A burguesia avança sobre os nossos direitos, mas não apenas sobre eles: há também uma ofensiva ideológica no terreno comportamental que denota que as expectativas de conquistas dos setores oprimidos poderão retroagir em décadas, caso não sejamos capazes de barrar projetos como os inspirados no movimento Escola sem Partido e a reforma do ensino médio.

Apesar das derrotas, a juventude aponta o caminho

O significado dessa nova situação é que não será possível resistir se não formos capazes de aprender com as lições de uma derrota de dimensões históricas, derrota esta provocada pela falência do projeto de conciliação de classes levado adiante pelo PT e pelo lulismo. Por conta disso, aquilo que nas mãos dos governos petistas aparecia sob o manto da necessária e permanente repactuação com os setores governistas dos movimentos sociais, agora se reveste de ofensiva pura e simples da burguesia. Livre do peso morto do seu operador político, tornado incapaz de garantir a paz social desde as Jornadas de Junho de 2013, a burguesia deverá apostar que o remédio amargo tem que ser introduzido de uma vez, através das reformas trabalhista e previdenciária e da citada reforma do ensino médio.

Não foi possível avaliar, nesse texto, o significado da eleição de Donald Trump nos EUA e do BREXIT. No Brasil, a FASUBRA se encontra em greve, o SINASEFE aprovou o indicativo de greve em sua plenária e o ANDES-SN consulta as bases para entrar em uma greve docente. Finalizamos esse texto ainda sob o impacto do dia nacional de lutas, mobilizações e paralisações, 11 de novembro, um dia nacional de luta com paralisações, bloqueios de estradas

federais e avenidas e atos públicos em dezenas de cidades do país. O setor mais dinâmico foi o de estudantes secundaristas e universitários, servidores e professores das universidades ocupadas. Contudo, tivemos poucas paralisações no centro da produção industrial do país e na classe trabalhadora de conjunto o que é muito insuficiente ainda para chegarmos perto da possibilidade de uma greve geral no país. Daqui até a data de realização do próximo congresso do ANDES-SN, a PEC 55 poderá ou não ter sido aprovada, bem como a reforma da Previdência. Dada a maioria que dispõe o Congresso, é bastante provável que Temer consiga alcançar seus objetivos, a única possibilidade de reversão é a capacidade de mobilização de estudantes e trabalhadores. Para tanto, é preciso construir a resistência à ofensiva conservadora e ao ajuste fiscal de Temer e apontar a necessidade da greve geral para unificar as lutas em curso no País.

TEXTO 7

Contribuição do(a)s professore(a)s Antonio Eduardo Oliveira, David Romão, Karina Cordeiro, Ana Cristina Givigi, Gleide Sacramento Silva, Tarcisio Cordeiro, Givanildo Bezerra de Oliveira, Fátima Aparecida Silva, Nilton C. Silva – Sindicalizado(a)s da APUR Seção Sindical

AS POSIÇÕES POLÍTICAS DA DIRETORIA DO ANDES/CSP DIANTE DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: UMA CAPITULAÇÃO HISTÓRICA AO GOLPE DA DIREITA

TEXTO DE APOIO

Os resultados completamente conservadores da política ultraesquerdista de negar a existência do golpe e, conseqüentemente, da necessidade da luta política contra a direita golpista por parte da diretoria do Sindicato dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) não é apenas um erro político, mas representa a completa falência teórica e política dos setores que dirige a entidade.

No confronto entre o governo Dilma e os golpistas da direita reacionária, a diretoria do ANDES-SN, jogando no lixo a história de um sindicato que surgiu da luta contra a ditadura militar, resolveu, à revelia da sua base, adotar a política golpista do PSTU/CSP de “construção do Fora Todos”, uma maneira tihosa de defender o golpe.

No congresso do ANDES-SN, a diretoria, de maneira antidemocrática, sustou qualquer discussão política sobre a conjuntura nacional e se negou a lutar contra o golpe, e até mesmo de aprovar uma resolução vaga de defesa da democracia.

É importante assinalar que a diretoria do ANDES-SN durante toda a crise política se recusou terminantemente a fazer até mesmo um debate sobre a situação política, afirmando que “não existe golpe” e que “são todos iguais”, que as ações reacionárias da direita não devem ser combatidas, pois é uma disputa interburguesa entre “governistas” e a oposição de direita, e que o eixo do sindicato dever ser a defesa abstrata da “educação pública”.

A diretoria do ANDES-SN levou o sindicato nacional para uma política de apoio escamoteado aos golpistas. Participou dos atos da mentira (1 de abril e 1 de maio 2016) junto com outros setores do “espaço da unidade da ação”, que tem como eixo a política disfarçada do PSTU de “Fora todos” com o eufemismo do “contra todos”, já é uma evidência por si mesmo. É importante assinalar que o “Fora todos”, quando somente o governo Dilma estava na berlinda, é mais um “aplique” do PSTU/CSP e dos pseudos ultrarradicais para fazer o jogo da direita, e ainda usando da fachada cínica que somente o terceiro campo é de esquerda, que deveríamos combater os “governistas”, ou seja, nenhuma frente prática contra a direita, em nome de uma imaginária “pureza radical”.

A negação do golpe é um serviço inestimável da diretoria do Andes/ CSP à direita golpista. A linha central da avaliação de qualquer conjuntura é a conclusão já previamente estabelecida de que a diretoria do ANDES e a CSP Conlutas são os únicos “revolucionários” ou pelo menos os “verdadeiros combativos”. O objetivo central da luta contra o “governismo” foi a busca frenética pelo “terceiro campo” para inviabilizar a todo custo a possibilidade de unidade das forças políticas populares contra a direita e seu golpe reacionário.

O complemento dessa política é a afirmação de que “todos são iguais”, o “PT= direita”, “não existe polarização política na crise política”, o “golpe já foi dado por Dilma” e que “não existe golpe algum, apenas manobras dentro das regras do jogo burguês” e os “trabalhadores não devem se meter nessas brigas”.

O discurso da diretoria do ANDES sobre a luta contra o “governismo” durante muito tempo amedrontou muita gente, os rompantes radicais da esquerda pequeno burguesa intimidavam, em especial a “defesa da independência diante dos governos e partidos”. A luta contra o “governismo” sempre foi uma política despolitizada da esquerda burguesa, que substituiu a luta contra a política da frente popular, marcada por contradições, pelo tranquilo e inoperante discurso semianarquista do PSTU.

A política de colaboração de classe do governo da Frente Popular nunca foi enfrentada pela diretoria do ANDES, pois nunca foi realizado um movimento real nas bases. A denúncia do “governismo” sempre foi um perfeito álibi para a própria política de paralisia dos grupos da esquerda burguesa que controlam o sindicato através de vários expedientes. O modelo de fachada anarquista da “luta contra o governismo” da diretoria do ANDES servia para reforçar a visão de que era “combativa” e de “esquerda” durante os governos da Frente Popular, impulsionando inclusive a aventura sectária de rompimento com a “governista” CUT que, infelizmente, o ANDES embarcou.

Na ilha da fantasia da diretoria do ANDES não existe direita, nem contradições entre as classes sociais. Assim, o golpe era uma invenção dos “governistas”, que o processo de impeachment “não iria acontecer”, pois o PT e o governo realizava o “ajuste fiscal”. Enquanto o Brasil e o mundo discutiam a crise brasileira e a polarização política entre os “coxinhas” e o PT, a diretoria do ANDES negava de pé junto que existia polarização e mesmo que aconteceria o impeachment. (Isso em fevereiro de 2016, quando o processo formal já estava aberto por Eduardo Cunha e todas as engrenagens golpistas estavam em movimento).

Essa negação dos fatos e total falta de previsibilidade pela lógica binária da diretoria do ANDES somente evidencia que essa política não é combativa, como é, inclusive, completamente furada, na medida em que não tem nenhum valor explicativo, e somente serve para, de maneira obtusa, tentar toscamente esconder o golpe de estado no Brasil.

Assim, a proposta apresentada pela diretoria no 61º Conad e aprovada por um “Fora Temer” que aceita a saída de Dilma pelo impeachment (apresentado como mera manobra parlamentar) e nenhuma hipótese a defesa do “volta querida”, usando o mesmo chavão machista da direita reacionária é um exemplo como a defesa do “Fora Temer” não significou a luta contra o golpe, mas a manutenção da mesma política de aliança com a direita. O mais grave foi a posição defendida pela diretoria do ANDES no 61º Conad sobre o impeachment, quando levaram ao extremo a posição sectária e pró- golpista, quando o sindicato nacional não aprovou a luta contra o impeachment. O que isso significou?

A política do consórcio de grupos ultrasquerdista que dirige o ANDES-SN conduziu o nosso sindicato para um total afastamento da luta contra os golpistas. Essa política da diretoria do ANDES-SN é, sem dúvida, classista, ou seja, defende os interesses da burguesia golpista. A direção do ANDES seguindo a CST/PSTU está liquidando o sindicato nacional como instrumento de luta, é preciso uma ampla mobilização nas bases para recuperar o ANDES como entidade em defesa dos trabalhadores.

TEXTO 8

Contribuição do(a)s professore(a)s Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP); Rigler Aragão (SINDUNIFESSPA), Maíra Tavares Mendes (ADUSC), Marcela Rufato (ADUNIFAL) Janaína Bilate (ADUNIRIO), Linnesh Ramos (ADUFS-BA), Gilberto Cunha Franca (ADUFSCAR); Caetano de Carli (ADUFERPE); Vicente Neves Ribeiro (SINDUFFS); Juliano Nicklevicz Teixeira (ADUFRJ);

UNIDADE NA DIVERSIDADE E UNIDADE DE AÇÃO: OS DESAFIOS DA POLARIZAÇÃO POLÍTICA E O MOVIMENTO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

Sem dúvida alguma vivemos tempos bastante complexos. Desde o início da crise de 2008, a aceleração dos acontecimentos políticos tem sido marca destes novos tempos, com rebatimentos econômicos que aviltam cada vez mais a classe trabalhadora. É muito importante o exercício da análise destes processos para melhor intervirmos coletivamente no intuito de transformar a realidade. Por esta razão, pensar na realidade política que vivemos como docentes de universidades exige não apenas compreender a realidade brasileira, mas pensar na totalidade do sistema-mundo em que estamos inseridos, bem como de que forma nossas ações interferem neste mesmo sistema, tanto no que diz respeito a produção material, quanto à nossa atuação na práxis.

A atual conjuntura internacional é bastante desafiadora. Enquanto escrevemos este texto, recém tivemos a péssima notícia da eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos. Este acontecimento exige de nós uma análise que não caia em dois tipos de simplismo: o primeiro seria o de pensar que isto não nos toca, que tudo que ocorre em terras do Tio Sam é da conta do imperialismo e que “quanto pior para eles, melhor para nós, latinoamericanos”. Nada seria mais enganoso, tanto porque em termos geopolíticos os EUA ainda tem enorme influência especialmente sobre a América Latina, quanto pelo fato de que há muitos movimentos com potencial explosivo vindo “dos debaixo”, e é importante apoiarmos estas iniciativas: lutas do movimento negro (como o Black Lives Matter), de jovens que participaram do movimento Occupy, assim como das milhares de pessoas que apoiaram a candidatura do autodeclarado socialista Bernie Sanders com um programa de reformas radicais (aumento do salário mínimo para 15 dólares por hora, gratuidade no acesso à universidade, controle do sistema financeiro, legalização das drogas e do aborto, para citar alguns).

O outro simplismo é o de acreditar que Hillary Clinton sintetizava o “progressismo” nas eleições, o que seria desconsiderar justamente o processo de disputa pela candidatura contra Bernie Sanders no interior do Partido Democrata. Foi Clinton quem teve os principais financiamentos de campanha vindos de Wall Street, e foi castigada nas urnas porque representava a cara do sistema político desse país. Sem dúvida, uma parte da vitória de Trump se deu em relação ao ressentimento de uma classe média branca conservadora e misógina, no entanto esta explicação não dá conta de tratar das mobilizações massivas e à esquerda que levaram milhares às ruas e animaram especialmente a juventude. Trump recebeu também o voto de quem não confiou em Clinton como alternativa, por isso o “voto-castigo”. E assim que foi anunciado como vencedor, secundaristas saíram espontaneamente às ruas mostrando que ele enfrentará muita resistência para implementar as medidas regressivas que propôs.

O outro simplismo é o de acreditar que Hillary Clinton sintetizava o “progressismo” nas eleições, o que seria desconsiderar justamente o processo de disputa pela candidatura contra Bernie Sanders no interior do Partido Democrata. Foi Clinton quem teve os principais financiamentos de campanha vindos de Wall Street, e foi castigada nas urnas porque representava a cara do sistema político desse país. Sem dúvida, uma parte da vitória de Trump

se deu em relação ao ressentimento de uma classe média branca conservadora e misógina. No entanto, esta explicação não dá conta de tratar das mobilizações massivas e à esquerda que levaram milhares às ruas e animaram especialmente a juventude. Trump recebeu também o voto de quem não confiou em Clinton como alternativa, por isso o “voto-castigo”. E assim que foi anunciado como vencedor, secundaristas saíram espontaneamente às ruas mostrando que ele enfrentará muita resistência para implementar as medidas regressivas que propôs.

O exemplo dos EUA é possivelmente a ilustração mais realista para o momento de polarização política aberto a partir da crise de 2008. Vivemos um momento de impasse global, quando as saídas políticas apresentadas anteriormente entre moderados de esquerda e moderados de direita são rechaçadas. Ao mesmo tempo em que o capitalismo enquanto sistema encontra questionamentos cada vez mais profundos. Existe uma grande dificuldade de apresentar uma alternativa possível, em virtude da traumática experiência autoritária do socialismo real, assim como de experiências de governos de esquerda que tiveram como estratégia central a conquista do Estado ao mesmo tempo em que abandonavam a mobilização de massas (socialdemocracia).

Se olharmos apenas para os desdobramentos eleitorais de setores declaradamente de direita, teríamos a impressão de um avanço conservador unilateral. Ainda que de fato tenha havido um crescimento de setores profascistas, não podemos nos esquecer que tem havido mobilizações multitudinárias em diversos países que têm emplacado palavras de ordem como “Democracia Real Já” e “Somos os 99%”, ou seja, que têm potencial anticapitalista. Assim, neste momento de polarização, crescem em importância as pautas democráticas, em especial as protagonizadas pela juventude (como as diversas ocupações de praças, escolas e universidades), pelas mulheres (a exemplo da greve das mulheres na Polônia, das Marchas Ni Una A Menos na Argentina e Chile e a Primavera das Mulheres no Brasil), e pelo movimento negro (Black Lives Matter). Isto coloca um desafio ainda maior ao movimento sindical, que tem tido dificuldade de responder a estes novos desafios a contento.

Se observarmos o referendo relativo à permanência da Grã-Bretanha na União Europeia, o Brexit, podemos verificar o mesmo tipo de polarização. A falência da União Europeia em apresentar algo melhor aos trabalhadores do que mais políticas de austeridade, cortes, retiradas de direitos fez com que a posição do “não” ao Brexit fosse derrotada (à exceção da Escócia), muitas vezes com setores trabalhadores votando pela saída. Quem se beneficiou com a campanha do “sim” foram muitas vezes setores conservadores e xenófobos, mais do que setores de esquerda críticos à União Europeia (“Lexit”). No entanto este rechaço nas urnas reflete o alto preço pago por uma política de integração que depende de medidas de austeridade.

É importante acompanharmos o desenvolvimento de novas experiências em andamento, tanto em seus acertos quanto em seus vacilos. Com seus avanços e recuos, têm desafiado o pensamento único das políticas de austeridade. É o caso do Podemos na Espanha, que tem desafiado o bipartidarismo falido do PP e do PSOE; do amplo apoio conquistado no interior do Labor Party inglês por Jeremy Corbyn, sustentado por um amplo apoio de juventude que o permitiu evitar um golpe da ala mais direitista do partido (ligada a Tony Blair); do Bloco de Esquerda de Portugal, do processo grego com seus avanços e recuos, dentre outros. Discordamos dos setores mais sectários que caracterizam estes movimentos como inimigos de classe porque não são declaradamente revolucionários (“neoreformistas”); defendemos que é preciso intervir nestes processos com no intuito de evitar que rumem para situações de capitulação e que possam servir de referência a partir de uma relação de pressão “dos de baixo”, o que não significa uma postura de “cheque em branco” a nenhum deles.

Também é fundamental pensarmos na situação de nossa Latinoamérica. Na década passada tivemos um processo bastante progressivo que foi o bolivarianismo. Países como Venezuela, Bolívia e Equador desenvolveram processos nacionalistas radicais que tinham algum grau de independência no cenário mundial; e que de alguma forma foram estancados na região até mesmo pelo dique de contenção desempenhado pelo Brasil. O chavismo deteriorou sem Chavez, e se antes já existia um processo intenso de deterioração dos avanços na criação de poder popular por conta do grande espaço que a burguesia de renda petroleira (boliburguesia) com grandes cargos no Estado foi tomando neste processo. Hoje chegamos a um estágio com

Maduro em que o estancamento das possibilidades de avanços democráticos se configura numa polarização em que a oposição de direita, que havia patrocinado o golpe em 2012, se apresenta como alternativa a parcelas que estiveram em defesa de Chávez, muitas delas defendendo a possibilidade de um referendo revogatório, o que o governo tenta estancar a todo custo.

O estancamento desta experiência parece ser indício de que “tudo que não avança, retrocede”, colocando a necessidade de combinar a ação de movimentos a dinâmicas capazes de fomentar alternativas políticas. Ao falharmos neste intento, políticas conservadoras conseguem se apresentar até mesmo para o povo pobre e trabalhador como alternativas mais críveis do que uma esquerda que não consegue superar os erros dos tempos de Guerra Fria.

O que tudo isto tem que ver com o Brasil?

O esgotamento do sistema político tem se expressado no Brasil de forma contundente. O conjunto de forças políticas forjadas do período da Constituinte de 1988 está profundamente combalido, junto com o presidencialismo de coalizão. Estamos vivendo o fim do ciclo petista iniciado 13 anos atrás, fim esse que começou a ser desenhado com as manifestações de rua em junho de 2013.

Enquanto o PT foi útil para o mercado financeiro, o latifúndio, empreiteiras e grandes empresários, foi saudado como o melhor gestor do capitalismo brasileiro. O momento de estabilidade econômica e a capacidade de contenção dos movimentos sociais lhe permitiram medidas pontuais que representaram alguns avanços em relação aos tempos de neoliberalismo duro de FHC. No entanto para as gerações mais novas, este governo já representava a integração à casta política, aos acordos com partidos da ordem, à escandalosa farra de dinheiro público da Copa das Confederações e da Copa do Mundo.

O aumento do custo de vida, aliado à deterioração dos serviços públicos encontrou seu ápice no aumento das passagens de ônibus em 2013, desatando em várias cidades manifestações de milhares, e no caso do Rio de Janeiro, milhões. Foi um movimento muito massivo e com muitas características espontâneas, grande peso de juventude, sem uma direção clara, ainda que com um objetivo determinado: barrar o aumento da passagem. As mobilizações foram reprimidas durante inclusive com apoio do governo federal. Ainda assim, a solidariedade só fez se espalhar nos mais diversos rincões do país. Foi simbólico que de Paris Haddad e Alckmin juntos tenham chamado de vândalos aqueles que ficaram conhecidos por pela palavra de ordem “não é só por 20 centavos”. A persistência do movimento deixou a lição de que a mobilização massiva nas ruas é capaz de conquistar vitórias. Também foi a primeira vez que um movimento massivo não contou com a direção do PT, mostrando as suas limitações para conter os movimentos sociais e por isso mesmo, tornando-o menos útil à classe dominante brasileira.

A integração do PT à casta política, abrigo das raposas do PMDB no governo, teve um alto custo para todo o país, especialmente para a esquerda. Com as revelações da Lava Jato, ainda que a operação também tenha implicado o PSDB e todos os partidos no Congresso com exceção do PSOL, houve uma reiteração por meio da mídia da idéia de que ser de esquerda é o mesmo que ser corrupto.

O fato é que o governo Dilma, que sempre foi muito solícito com os bancos e bastante ortodoxo na economia, a despeito de suas políticas mitigatórias, não conseguiu realizar as medidas de ajuste na velocidade exigida pelo mercado em crise. Se antes ela muito agradou estes setores, agora eles passaram a preferir um governo que fosse filho legítimo da burguesia brasileira.

O processo de impeachment operado por Eduardo Cunha em conjunto com seu partido, o PMDB, foi por muitas vezes comparado ao golpe militar de 1964. Ainda que a tentativa de fechamento de algumas liberdades tenha se dado de maneira mais explícita pelos setores que historicamente dominaram o país e seus partidos (PMDB, PSDB, etc), acreditamos que estamos numa situação em que há grandes medições de forças, em que muitas vezes os movimentos impõem recuos ao governo eleito. Contudo não se pode baixar a guarda, pois a virulência dos ataques à classe trabalhadora, ao povo pobre, e aos grupos oprimidos procura os flancos abertos

para se instalar. Portanto, considerados neste termos, o impeachment foi sim um golpe contra estes setores, mas não um golpe no mesmo sentido que o golpe militar, e sim um golpe realizado nos palácios do poder, depondo uma presidenta eleita por meio de uma manobra jurídica alicerçada num Congresso extremamente conservador.

O grande problema é que os setores desalojados do governo anterior parecem ter dado mais peso à disputa da narrativa se era golpe ou não, do que na sua efetiva capacidade de combatê-lo. Após anos governando distante dos movimentos sociais e por muitas vezes contra eles, apostando na lógica da governabilidade em oposição à mobilização, quando foram buscar novamente suas bases, viram-se sem o apoio necessário para impedir sua queda.

De outro lado, inúmeras manifestações legítimas contra o retrocesso representado por Temer varreram o país. Entretanto sem o apoio decisivo das organizações sindicais, que num momento de tal gravidade assistiram a conjuntura passar pela TV: a CUT e a CTB sem coragem de mobilizar por uma greve geral e desacreditadas por suas bases; a CSP Conlutas por uma linha inconsequente de igualar Dilma, Temer e Cunha. Quanto mais o movimento Fora Temer se vinculou ao Fica Dilma, menos capacidade teve de evitar o impeachment, que se concretizou após a votação do Senado.

Estamos atualmente frente a um endurecimento do regime em relação a nossos direitos, e lutar é nossa única opção. Se até o processo eleitoral de outubro houve algum constrangimento do Congresso em votar medidas impopulares, agora eles aceleram o ritmo dos pacotes de maldades. Ninguém fez campanha defendendo ajuste fiscal, pois sabem que não se ganha eleição defendendo isto. No entanto as figuras mais identificadas com a casta política e especialmente com o PT foram muito mal nas eleições. Isso reverberou em toda a esquerda, fazendo com que setores da direita mais clássica, como o PSDB, fossem os grandes vitoriosos. Mas o nível de abstenções, que foram os verdadeiros ganhadores em muitas cidades, mostram que a necessidade de a esquerda repensar suas práticas é necessária e urgente, sob o risco de as alternativas de poder em momentos de crise caibam exclusivamente à direita. Por isto foi tão importante o papel cumprido por candidatos como Marcelo Freixo, Luciana Genro, Edmilson Rodrigues, Luiza Erundina e Raul Marcelo do PSOL, que a despeito do fechamento da lei eleitoral promovida por Eduardo Cunha, conseguiram construir um programa radicalmente democrático e apostar na mobilização como arma maior para mudar as cidades. Ainda que não tenham vencido as eleições, conseguiram demarcar um espaço e uma forma de fazer política capaz de produzir novas sínteses para reinventar o que é ser de esquerda após a experiência falida do ciclo petista.

É preciso lembrar, entretanto, que apesar da virulência dos ataques do governo ilegítimo de Temer, não é um governo forte, e sim um governo tampão que também sofre grandes pressões internas e externas. Sua manutenção como “mandato-tampão” depende de dois fatores: a capacidade de implementar com rapidez o ajuste fiscal demandado pelo mercado e ao mesmo tempo de abafar a Lava Jato e as relações escusas das empreiteiras com os partidos da ordem. A delação de Cunha (que chamou Lula e Temer como testemunhas de defesa) e da Odebrecht são elementos surpresa que podem desestabilizar o já frágil equilíbrio do governo, e que justamente por isso são a maior preocupação de Temer e seus asseclas.

As pressões externas tem vindo de diversos vetores. O primeiro setor que protagonizou ações intensas, ainda contra Cunha, foi o movimento conhecido por Primavera das Mulheres, que conseguiu articular mobilizações em diversos locais do país contra os retrocessos em relação à saúde reprodutiva, ao mesmo tempo em que colocou em xeque a própria credibilidade do ex-presidente da Câmara, hoje preso por corrupção. Também é o caso da Marcha das Mulheres Negras ocorrida em Brasília, que foi duramente reprimida. A mobilização das mulheres foi um ponto decisivo para colocar a opinião pública contra Cunha, ao mesmo tempo em que pautou uma série de outras violências sofridas pelas mulheres.

Além do levante das mulheres no final de 2015, a luta dos estudantes secundaristas contra o fechamento de escolas propostas por Alckmin se espalhou como rastilho de pólvora por todo o Brasil. Foram centenas de escolas, inaugurando entre estudantes muito jovens um método

autoorganizado e sem as amarras burocráticas dos velhos aparatos, que eram muitas vezes rechaçados nas ocupações. Alckmin foi obrigado a retroceder, ao mesmo tempo em que estados como Rio de Janeiro e Goiás também aderiram ao movimento. Esta primeira experiência ficou marcada e atualmente se transformou na principal arma contra a PEC 55 (antiga PEC 241), contra a Reforma do Ensino Médio proposta por meio de Medida Provisória e com conteúdo regressivo, bem como contrária ao Escola Sem Partido. O número de escolas ocupadas não para de crescer, tendo ultrapassado as duas mil instituições de ensino e também chegando a quase 200 universidades.

Movimento sindical na encruzilhada: nem sectarismo nem burocracia!

As ocupações foram o elemento mais dinâmico da conjuntura nestes 6 meses de governo Temer, e o movimento sindical entrou em cena apenas um tempo depois, a partir da defesa das paralisações em 11 e 25 de novembro. No entanto a desarticulação entre as centrais e o aparatismo tem sido fortemente questionados na base docente, que está legitimamente preocupada com o futuro das universidades na atual conjuntura. Setores que antes não estavam se mobilizando passaram a se dinamizar e cobrar mais das direções sindicais, o que é um movimento progressivo. A postura da direção do Andes de defender a importância de jogar peso em ambas as datas de paralisação, a despeito do divisionismo entre CUT e CTB de um lado e CSP Conlutas do outro foi muito importante, ainda mais num momento em que a base tem cobrado, com razão, a demora no posicionamento do sindicato acerca do impeachment.

Por outro lado também tem ocorrido um retorno de setores com dinâmica aparelhista a partir de sua conversão em oposição ao governo federal. Na luta contra as medidas do governo Temer não prescindiremos de ninguém e a unidade é uma necessidade, porém é preciso destacar que não será através de manobras, do aparelhismo, da tentativa de silenciar o conjunto de vozes do movimento docente que conseguiremos derrotar estas medidas. Não retrocederemos aos erros que levaram ao sindicalismo vendido a migalhas tão ao sabor das velhas direções. O movimento docente está pulsante e deve responder aos novos desafios que surgem com formas cada vez mais democráticas e plurais.

As medidas patrocinadas pelo governo do PT de ataque às universidades públicas e fomento à educação privada conviveram com uma grande mudança do perfil das universidades, tanto de seu corpo docente como discente. A precarização do trabalho por meio da redução de concursos, contratações de terceirizados, ou contratos precários de professores substitutos, visitantes, bolsistas e horistas teve dificuldade de encontrar no movimento sindical a defesa de seus direitos como trabalhadores. O fato é que a universidade foi se modificando a ponto de o projeto defendido de uma educação unitária (no sentido Gramsciano, do direito integral à educação universitária para todos e todas) ficar cada vez mais distante.

Certamente um novo desafio para o movimento sindical atual é dar respostas às necessidades dos professores temporários (Substitutos, EAD, horistas) que devido à falta de perspectiva de concursos ou à espera deles, acabam por possuir vários vínculos empregatícios e pouco enraizamento nas Universidades. As condições de trabalho não são nem próximas das condições dos professores que são efetivos. Caso a Universidade tenha que realizar algum corte, serão estes trabalhadores os mais afetados. E muitos já possuem sua subjetividade preparada para situação objetiva da incerteza que prioriza o tempo para a busca de novos contratos precarizados em detrimento da possibilidade de realizar pesquisa e extensão. Nesse cenário de ajustes fiscais e cortes de direitos aliados a um conservadorismo que tem encontrado legitimidade, situações como assédio moral, racismo, machismo e LGBTfobia são recorrentes com trabalhadores temporários. Sendo assim, muitas vezes as necessidades dos temporários são diluídas em pautas gerais como de orçamento e reivindicação de concurso, quando as lutas democráticas têm se apresentado como pautas importantes de serem encampadas no sindicalismo como elemento imediato na vida do professor temporário que, na maioria são jovens mestres e doutores que não enxergam no sindicalismo atual, lugar para lutar contra sua situação vulnerável no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

Com isso reinventar a forma de fazer movimento, garantindo o espaço para a manifestação de nossa diversa categoria, dos quais os setores com vínculos precários são os mais atacados, é uma necessidade. Garantir a expressão das pautas democráticas e identitárias, ao mesmo tempo em que se mantém a tradição de lutas do Andes-SN pode gerar novas sínteses e agregar essa base docente que até então não havia se sentido representada pelo sindicalismo. A presença de mais mulheres, a importância de aprofundar o debate sobre antirracismo, sobre LGBTfobia são alguns destes elementos que podem colocar nosso sindicato à altura dos desafios da atual conjuntura.

TEXTO 9

Contribuição do(a)s professo(a)s Lucinéia Scremin Martins, Alcides Pontes Remijo, Alexandre Aguiar dos Santos e José Pacheco Thiesen – sindicalizada(o)s da ADUFG Seção Sindical

INTENSIFICAÇÃO DAS CONTRARREFORMAS DO GOVERNO GOLPISTA E CONSTRUÇÃO DA UNIDADE CLASSISTA PARA ESSE ENFRENTAMENTO

TEXTO DE APOIO

Desde a ascensão do modo de produção capitalista é possível identificarmos, nos diferentes momentos do seu desenvolvimento, as crises como elemento inerente e dinamizador desse sistema. O período atual é marcado pela eclosão da crise estrutural do capital, a partir do início dos anos 1970. O que diferencia a crise estrutural de outros períodos históricos é que após a crise de 1970 (conhecida como crise do petróleo), acelerou-se em todo mundo a consolidação da terceira revolução industrial, que acentuou a tendência decrescente da taxa de lucro e a centralização e monopolização do capital. A substituição de máquinas (a robótica e informática são relevantes), provocou mudanças no “mundo do trabalho”, abrindo caminho para um regime de acumulação flexível que resultou na crise do sindicalismo a nível mundial. Este cenário, conjugado mais tarde com o fim da União Soviética e o desmanche do bloco socialista, desencadeou um conjunto de transformações que representaram a “pá de cal” sobre, por exemplo, a possibilidade – ainda que ilusória – do “Estado de bem-estar social”. A crise estrutural do capital desmascarou a inviabilidade de um modelo “seguro” de desenvolvimento capitalista, com altas taxas de lucro e um Estado garantidor de (relativamente) amplos direitos à classe trabalhadora. A taxa de lucro tem decaído durante os últimos 40 anos e o aumento da composição orgânica do capital (relação entre o capital constante e o capital variável) impõe limites cada vez mais evidentes ao desenvolvimento da produção social. Isso transparece nos atuais períodos de crescimento tímidos e curtos e ciclos de crise mais agudos com períodos cada vez mais breves separando uma crise de outra. Mas o mais grave é certamente o processo de destruição das fontes de riqueza social: trabalho e recursos naturais. Neste quadro de crise estrutural o papel do Estado é central para a garantia dos interesses do capital (sobretudo na luta contra a queda tendencial da taxa de lucro).

A partir da consolidação do capitalismo monopolista no final do século XIX e início do século XX as crises profundas do capitalismo têm como alternativa as guerras. Diante da inviabilidade de uma terceira guerra mundial nos moldes das duas primeiras, a atual crise prolifera guerras dispersas, atingindo os cinco continentes do planeta. O avanço dos interesses imperialistas sob a bandeira da Organização do Atlântico Norte (OTAN) tem levado a guerra inclusive para dentro das fronteiras europeias, com apoio logístico, econômico e político aos movimentos fascistas da Ucrânia e com a instabilidade social gerada pela entrada de refugiados de conflitos mais distantes. No Oriente Médio a situação, que já é crítica há muitas décadas, só tem piorado, e não é segredo para ninguém o envolvimento direto das potências da OTAN nesse processo, sobretudo no financiamento do Exército Livre Sírio (ELS) e do Estado Islâmico (EI).

O objetivo dos atuais confrontos militares podem ser analisados como o produto do deslocamento das tensões econômicas – decorrente das crises – para um processo amplo de

destruição de riqueza em busca da linha de menor resistência para forjar um breve “ciclo” de produção de mais valor no complexo industrial militar e na indústria da “reconstrução” das nações invadidas e ocupadas. O complexo industrial militar, na busca de expansão, tem militarizado as forças de segurança (públicas e privadas) no combate às classes “perigosas” e disseminado um sentimento de insegurança e terror.

Todo este conjunto de políticas tem esbarrado em suas próprias contradições. Nos Estados Unidos a candidatura de Hilary Clinton sem dúvida representava a sua continuidade, sendo ela pessoalmente uma grande articuladora de conflitos militares sobretudo no Oriente Médio. Mas o povo estadunidense, diante das consequências do atual modelo político e econômico (desindustrialização, ondas de refugiados, precarização do trabalho), tem sido conduzido a buscar alternativas. O que vimos recentemente foi a vitória de uma alternativa que não se opõe a tais políticas, mas sim as reforça a níveis extremos. Donald Trump é um representante máximo das concepções xenófobas, machistas, misóginas e racistas, concepções essenciais para qualquer política imperialista agressiva. Ainda que uma vitória de Clinton não representasse nenhum motivo para comemorações, a vitória de Trump é uma inegável derrota, que por enquanto se manifesta no campo ideológico, mas que nos próximos anos deve revelar suas consequências práticas.

As eleições presidenciais estadunidenses demonstram outras questões para todos os povos do mundo, trata-se de um regime de eleições indiretas, em que a população não elege diretamente o presidente, mas delegados à convenção eleitoral. E neste particular, Donald Trump é eleito com 59.505.613 votos (47,49%), tendo Clinton obtido 59.727.805 votos (47,67%), uma diferença de 222.192 votos a mais para a candidata democrata. Porém, Clinton obteve 228 eleitores no colégio eleitoral e Trump com 279. O mesmo aconteceu com George Bush (filho) e Al Gore em 2001. Trata-se de um sistema eleitoral profundamente questionável e que se apresenta como modelo de democracia.

A intensificação da ofensiva do imperialismo estadunidense já é sentida em todo o continente latino-americano. Está em curso uma ofensiva continental da direita radical, irradiada a partir do bloco internacional hegemônico pelo imperialismo estadunidense e integrado pelas classes dominantes dos países capitalistas dependentes da América Latina e Caribe (principalmente os monopólios mais associados ao capital financeiro internacional). A estratégia de dominação passa pela adoção de medidas econômicas de desvalorização das moedas nacionais e redução dos preços das *commodities*, agravando os impactos da crise e impondo o aprofundamento da dependência e da transferência de riquezas da “periferia” para o “centro”. Presenciamos em várias nações latino americanas a intensificação das políticas de contrarreformas que, diante da polaridade entre o capital e o trabalho, se institui como estado máximo ao capital e mínimo para os trabalhadores. A implantação destas políticas se concretiza por meio de diferentes mecanismos, que vão deste o golpe de estado, a guerra econômica aberta – Venezuela –, as ações de enfraquecimento político dos governantes e a chantagem econômica aberta – a adoção da lei antiterrorismo é apresentada como uma condição para que as nações obtenham grau de investimento para o capital yanque. Poucos povos e governos latino-americanos estão preparados para o enfrentamento desta ofensiva que, no limite, poderá se converter na disseminação de guerras.

O principal projeto geopolítico continental do imperialismo estadunidense é a retomada da ALCA, que se estenderia da Patagônia ao Alasca: uma verdadeira anexação econômica dos países do continente pelos EUA. Causou tremendo impacto entre os falcões do Pentágono o arquivamento da ALCA na Cúpula das Américas de Mar Del Plata (novembro 2005). Desde então o bloco imperialista monopolista organiza uma poderosa conspiração neoconservadora, visando: impor uma regressão social e política generalizada, em escala continental; e a retomada plena do controle do “território econômico” por parte do imperialismo hegemônico estadunidense. O Golpe militar em Honduras de 2009, que derruba Manuel Zelaya – um governo de reformismo débil, mas alinhado com governos populares – inaugura uma nova escalada golpista, impulsionada pelo imperialismo para derrubar governos mais ou menos progressistas (ou, simplesmente “desobedientes” e “indesejáveis”) no Continente. Segue-se em

2012 o golpe “parlamentar-midiático-juristocrático”, mediante um absurdo processo de impeachment, contra o presidente do Paraguai, Fernando Lugo.

A extrema direita mostrou a sua força mais uma vez no referendun popular na Colômbia onde, por estreita margem, a maioria da população rejeitou o processo de paz discutido entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), em virtude de uma campanha suja feita pela indústria da guerra, fusão de interesses escusos entre as oligarquias atrasadas dirigidas pelos ex presidente Álvaro Uribe e o imperialismo estadunidense. Mesmo assim, o enraizamento social das forças populares colombianas mantém a situação de diálogo com vistas ao processo de paz com justiça social.

Mas, apesar desse avanço da direita em termos mundiais, nem tudo são derrotas. É necessário registrar a luta bravia da revolução bolivariana na Venezuela, a resistência do governo e da população venezuelana à ofensiva golpista que busca mergulhar o país em uma guerra civil a aceitar as políticas voltadas aos de baixo. No Equador os avanços anti-imperialistas (o que incluiu até mesmo uma auditoria com a anulação de 70% da dívida daquele país) são demonstração de força e resistência do povo andino. Na Bolívia a criação do “Estado plurinacional”, o avanço nas políticas públicas e inclusive processos de estatização representam uma resposta à devastação imperial. Além disso, exaltar o heroísmo exemplar da revolução cubana, a rigor a prova material de que não é necessário a nenhum povo do mundo se deixar subordinar ao imperialismo.

Na América Central tem se tornado referência pela força da organização popular o processo de orientação socialista em El Salvador, dirigido pela Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN) que apresenta à sociedade Salvadorenha um programa de transição para o socialismo. As recentes eleições presidenciais na Nicarágua reafirmam a importante retomada do poder político do Estado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Estes elementos da conjuntura internacional, e em particular da América Latina, são suficientes para indicar que a conjuntura nacional é ininteligível sem o entendimento do quadro de ofensiva imperial por todo o continente, bem como das alternativas de enfrentamento desta ofensiva. A unidade latino-americana é fundamental para pavimentar as alternativas nacionais e continental à ofensiva imperial.

No Brasil a ofensiva dos interesses imperialistas estão diretamente associados a intensificação de políticas econômicas e sociais voltadas para a exploração da riqueza nacional em benefício dos interesses do bloco de poder dominante formado pela associação entre imperialismo, monopólios e o latifúndio. Aqui se combina o arcaico e o ultramoderno numa estrutura social em que se torna possível ser ao mesmo tempo a 9ª economia do mundo e a 169ª em desenvolvimento humano – a nação mais desigual do mundo. Nossas reservas de minerais, produção agrícola e industrial são alvo de permanente expropriação para satisfazer as necessidades do imperialismo e de seus sócios menores nacionais.

O Golpe de Estado realizado pelo bloco dominante só foi possível por disseminar nos estratos médios das classes trabalhadora sua ideologia e impor sua estratégia. Isso diante de um cenário no qual figura com centralidade o esgotamento da política de conciliação de classes do petismo – que possibilitou a reciclagem do estado autocrático burguês por mais de uma década. O Golpe tem como horizonte estratégico o redimensionamento das classes trabalhadoras. A expectativa é, através do Estado, aprofundar a superexploração. Neste sentido, a luta econômica dos trabalhadores em defesa dos seus salários e dos seus direitos é contraposta aos interesses do capital que busca concentrar e centralizar a riqueza e ao mesmo tempo forjar uma reconfiguração ideopolítica da sociedade brasileira voltada para a transferência dos “recursos dos de baixo” para os “de cima”. Não é a toa que as pautas conservadoras no congresso estão sendo aprovadas rápida e sucessivamente, criando um ambiente social de restrição das liberdades individuais e da democracia que se assemelham aos piores momentos da última ditadura, criminalizando a luta, o protesto e os lutadores sociais, bem como as suas organizações. Para a concretização dos objetivos de intensificação da exploração da nação e de seu povo é necessário reduzir a resistência social e política à iniquidade, se possível mantê-la

existente apenas como um elemento de legitimação da própria ordem de exploração – desta forma se fortalece no movimento sindical o sindicalismo de estado, colaboracionista e atrelado à reprodução da ordem desigual do capital.

As pautas conservadoras foram socialmente disseminadas pelos meios de comunicação forjando as bases ideológicas da ofensiva econômica do bloco de forças dominante na sociedade brasileira. Esta ascensão está em processo. O ódio social contra a juventude, a homofobia, a intensificação de discriminação de gênero, o não reconhecimento de direitos indígenas, a configuração familiar do falso moralismo burguês entre outras ações políticas e sociais, se constituem em um processo de reafirmação do estado autocrático burguês. A maioria parlamentar conservadora atual é expressão deste movimento e elemento importante de intensificação das medidas econômicas voltadas para o capital.

A alternativa para barrar as propostas do Governo, PEC 55/2016, PLC 54/2016, Escola Sem Partido, Contrarreforma da previdência, Contrarreforma trabalhista, privatização do patrimônio público, etc. é uma luta extra parlamentar na qual a greve geral deve ser instrumento. As Centrais Sindicais que detém, em larga medida, a capacidade de articulação da organização da classe trabalhadora, até agora não conseguiram vislumbrar uma atitude real para essa construção, o que inclui a CSP-CONLUTAS, central da qual ANDES é um dos criadores.

Nesta conjuntura as organizações das classes trabalhadoras precisam resistir e construir instrumentos de luta e ação contra a ofensiva do capital. As organizações políticas, sindicais e movimentos sociais das classes trabalhadoras precisam intensificar os esforços para a constituição de uma unidade classista das forças sociais contra-hegemônica. As diferenças políticas e ideológicas no campo dos lutadores sociais se constitui num obstáculo que precisa ser superado por meio da construção de ações sociais e políticas unitárias, mesmo que inicialmente apenas pontualmente. No 34º Congresso do ANDES-SN o movimento docente aprovou “*que o ANDES-SN articule com campos amplos da classe trabalhadora como Frente Brasil Popular a Frente Povo Sem Medo, centrais classistas como a Intersindical, MTST e MST, e outras organizações.*” Neste sentido, habilmente, coloca como possibilidade para as classes trabalhadoras fazer o enfrentamento das políticas do capital, implementadas pelo governo, denunciando os cortes nas áreas sociais, as privatizações e o arrocho salarial e ao mesmo tempo rechaçando o discurso do golpismo.

Precisamos reconhecer que o campo político circunscrito à Central Sindical e Popular não é suficiente para reagir a ofensiva do capital. Neste sentido, sem abrir mão do classismo, mas abandonado as tendências esquerdistas que levam ao isolamento, cabe às organizações e lutadores deste campo político fortalecer a ação unitária contra a retirada de direitos e contra a direita, forjando um polo classista capaz de reorientar os movimentos políticos das classes trabalhadoras para o enfrentamento do capital. A construção de espaços de ação unitários se constitui num momento preliminar para a construção da greve geral. A Frente Povo Sem Medo tem se plasmado neste instrumento articulador de movimentos de diferentes matizes políticos das classes trabalhadores, participar deste espaço é buscar a construção do bloco de forças contra-hegemônico. Aqueles que ainda acreditam na perspectiva governamental, na socialdemocracia, veem a cada dia suas ilusões serem desfeitas. Cabe ao campo classista demonstrar que a unidade na ação e na luta cotidiana são capazes de forjar os instrumentos de ação no combate aos interesses do capital, abrindo o caminho para a construção efetiva da alternativa socialista na sociedade brasileira.

TR – 9

Centralidade da Luta

O movimento docente deve intensificar a luta contra o processo do golpe, resistindo à mudança de regime político, dos direitos fundamentais, dos direitos sociais e em especial na defesa do caráter público e gratuito da educação. Construir a frente ampla de lutas contra as políticas do governo golpista.

TEXTO 10

Contribuição da Diretoria da APUR e do(a)s professore(a)s Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alberto Handfass (ADUNIFESP), Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES), Carlos José Cartaxo (ADUFPB), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Celi Taffarel (APUB), Cícero Monteiro de Souza (ADUFERPE), Cláudio Félix (ADUSB), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Eduardo Giavara (ADUFU), Eduardo Jorge Souza (ADUFERPE), Erika Suruagy (ADUFERPE), Eudes Baima (SINDUECE), Everaldo Andrade (ADUSP), Fernando José Cunha (ADUFPB), Flávia Teixeira (ADUFU), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Guttemberg da Silva Silvino (ADUFPB), Héliida Cristina Cavalcante Valério (ADUFPB), Humberto Clímaco (ADUFG), Jair Reck (ADUnB), Joelma de Oliveira Albuquerque (ADUFAL), Juanito Vieira (APESJF), Karina Klinke (ADUFU), Kimi Tomizaki (ADUSP), Lenúcia Moura (SINDUECE), Lisleandra Machado (APESJF), Manuel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcia Morschbacher (SEDUFMS), Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT), Maria do Carmo Xavier (ADUFERPE), Marize Souza Carvalho (APUB), Ricardo Coelho de Barros (ADUFAL), Sidartha Soria (ADUFEPE), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC)

COLOCAR NO CENTRO A LUTA CONTRA O GOVERNO GOLPISTA E SUAS MEDIDAS, FORTALECENDO O CAMINHO DA GREVE GERAL

TEXTO DE APOIO

INTRODUÇÃO

Em novembro de 2016, restando pouco mais de dois meses para abertura do 36º Congresso do ANDES-SN, direções de seções sindicais, professores filiados ao Sindicato Nacional, escreveram esta contribuição sob impacto, de um lado, da importante derrota dos setores democráticos e populares no golpe do impeachment, da instalação de um verdadeiro Estado de exceção sancionado por um Judiciário golpista e amparado por uma mídia a serviço da reação e do desdobramento disso no resultado eleitoral, amplamente desfavorável às forças populares.

Ancorados nesses elementos, o governo golpista põe em marcha uma ofensiva judicial-policial que atinge em primeiro lugar o PT, incluindo a caça aberta ao ex-presidente Lula, o ataque às organizações sindicais e populares, de que a invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST é apenas um exemplo, e de pressão judicial sobre a liberdade de expressão e manifestação nas universidades, como ilustra a intimação do MPF, com ameaça de condução coercitiva, do Reitor da UFRJ, Roberto Leher, sem falar de ataques de longo alcance do Judiciário contra o direito de greve.

É, contudo, também o momento de uma vasta reação popular, expressa na onda de ocupações, greves e mobilizações que cobrem o país e que resistem à repressão e intimidação do governo. É esta perspectiva, dada pelas mobilizações que nos anima a apresentar esta contribuição.

Esta perspectiva seguirá válida quando da abertura do 36º Congresso e, amparados neste prognóstico, é que os signatários deste texto pretendem contribuir para reorientar o ANDES-SN. Pois tomamos esta decisão justamente depois dos graves descaminhos do Sindicato no momento da luta contra o golpe, quando a atual direção se recusou a tomar seu lugar ao lado dos comitês pela democracia que cobriu as universidades, levando o sindicato a calar diante do impeachment imposto pelo conluio do capital internacional, com a grande patronal nacional, as instituições reacionárias do Estado e a mídia golpista. Retomar o ANDES-SN como entidade sindical, defensora de nossas pautas profissionais, mas comprometida com a luta democrática da maioria do povo é uma tarefa urgente para a categoria.

CRISE POLÍTICA E GOLPE

A esta altura, a discussão sobre se a presente situação de ataque aos direitos e conquistas do povo brasileiro, e mesmo às liberdades democráticas elementares resultou de um golpe é absolutamente ociosa. A história se encarregou de resolver esta questão. Afinal, foi um dos articuladores mesmos do impedimento da presidente Dilma que afirmara ainda em abril de 2016 que:

A proposta não foi feita para enfrentar o voto popular. Com um programa desses não se vai para uma eleição. (...) Vai ser preciso agir muito rápido. **E sem mandato da sociedade. Vai ter de ser meio na marra.** (Roberto Brant, coordenador do documento Ponte para o Futuro, em O Estado de São Paulo, 18 de abril de 2016, destaques nossos).

Tratava-se da expressão no Brasil da ofensiva do imperialismo para, na crise global do sistema capitalista, retomar plenamente o terreno de exploração perdido nos últimos anos. O golpe no Brasil responde a esta exigência do capital que visa a esmagar o valor da força de trabalho, por meio do corte das proteções sociais que a classe trabalhadora impôs em décadas de luta de classe, mas também de fazer recuar no mundo todos os programas sociais que propiciaram a inserção de novos setores na classe trabalhadora. Assim é que, no nosso continente, a eleição de Macri, na Argentina, foi diretamente articulada pelo imperialismo estadunidense, bem como o golpe contra a democracia que atingiu o Brasil e, agora, a desestabilização do governo Maduro na Venezuela.

Naquele momento a resposta do povo trabalhador se expressou nos milhares de trabalhadores e jovens que, apoiados em suas organizações, foram às ruas para barrar o golpe, num movimento multitudinário fez recuarem os “coxinhas”, mas não teve a potência suficiente para barrar o processo do golpe.

Nas universidades, este movimento de resistência originou centenas de comitês contra o golpe e em defesa da democracia, antecedente direto da onda de ocupações que ora toma as instituições (agora contra a PEC 55 e a MP 746).

Assinalemos que o movimento dos comitês que cobriu as universidades, agrupando estudantes, professores e servidores se deu ao largo da iniciativa da direção do ANDES-SN que, naquela altura, resolveu se pronunciar “neutro” diante do golpe em curso: “o momento exige centrar forças em construir toda a resistência em unidade com todos os trabalhadores e movimentos sociais por fora da falsa polarização alicerçada, entre o governo e os setores que o apoiam, e da tradicional direita”, dizia a Diretoria, na época. O que não impediu a Diretoria de levar, à revelia das deliberações do 35º Congresso, o Sindicato aos atos da CSP-Conlutas (central que assumiu o golpismo sem constrangimentos) nos dias 1º de abril e 1º de maio sob a bandeira “fora todos”, um “fora, Dilma” envergonhado. Esta atitude se prolongou no 61º CONAD, em Boa Vista – RR, onde, depois de adotar tardiamente a consigna Fora Temer, a direção se colocou contra um posicionamento do Sindicato contra o impedimento golpista da presidente eleita pelo voto popular em 2014. Um momento constrangedor na história do ANDES-SN.

Nunca foi tão apropriado falar em golpe de Estado como no caso do Brasil de 2016. Com efeito, uma operação casada entre diversas instâncias estatais, o MP, a Justiça, o Parlamento e as entidades patronais, devidamente veiculada pela imprensa resultou no afastamento de Dilma e na posse definitiva de Temer.

Consolidado o golpe, na sessão do Senado da madrugada do dia 30 de agosto para 31 de agosto, o governo golpista pôs em marcha um amplo programa de liquidação dos direitos que incluíam o PLC 257, a PEC 241, com desdobramentos na educação por meio da MP 746, da contrarreforma do Ensino Médio e do avanço, em vários parlamentos estaduais e no Congresso Nacional da chamada Escola Sem Partido.

Rapidamente, medidas de ataques à soberania nacional de entrega das riquezas nacionais ao capital imperialista foram encaminhadas, tal como o afastamento da Petrobras da exploração do petróleo realizada em associação com empresas estrangeiras e a desarticulação do fundo social do Pré-sal.

A JUVENTUDE E OS TRABALHADORES REAGEM: UNIR AS LUTAS NA GREVE GERAL

No momento em que elaboramos esta contribuição ao 36º Congresso do ANDES-SN, no início de novembro de 2016, segue crescente a resistência ao golpe e estas medidas do governo golpista de Michel Temer. De um lado, o movimento estudantil, as centrais sindicais, os movimentos sociais, as entidades da sociedade civil reagem ao PLC 257, já votado no Congresso Nacional, à PEC 55 (anteriormente PEC 241 na Câmara dos Deputados), à MP 746 e ao conjunto da ofensiva contra os direitos e conquistas do povo brasileiro, que inclui ataques aos direitos trabalhistas e à previdência social, além da crescente alienação da riqueza nacional ao capital estrangeiro, como no caso do Pré-Sal.

São mais de 1100 escolas do Ensino Médio e IFs, e cerca de 60 universidades públicas e, agora também privadas, ocupadas pelos estudantes, com apoio da comunidade. Câmaras de vereadores e a Assembleia Legislativa do RJ estão ocupadas. São greves de estudantes, docentes, e servidores técnico-administrativos decretadas por assembleias maciças; são indicativos de greve em discussão em outras tantas instituições, num movimento vindo da base que reata com os comitês contra o golpe surgidos no primeiro semestre.

Também agora, os Setores das Federais e das Estaduais do Sindicato indicam a greve contra as medidas de Temer Golpista, ainda que o faça afirmando que a greve geral não é possível no momento, quando esta é a única arma capaz de barrar os ataques.

Há mais de dois meses da abertura do 36º Congresso, não é possível prever o desfecho destes acontecimentos, mas é lícito afirmar que este amplo movimento mostra que é possível barrar a PEC 55, reverter a contrarreforma do Ensino Médio e deter a onda destrutiva que ameaça a nação. É possível abrir a via da greve geral que unifique o conjunto das iniciativas para derrotar o Governo golpista e defender direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora.

Estamos certos de que na abertura do 36º Congresso seguirá atual a necessidade de que não dispersemos nosso movimento e, pelo contrário, concentremos esta tremenda força que se revela na resistência a Temer e suas medidas rumo à greve geral para derrotar o golpe.

SAIR DO ISOLAMENTO E REATAR COM A MAIORIA DOS TRABALHADORES

Para tanto, estimamos que é necessário rever a filiação do Sindicato à CSP-Conlutas, que já vinha arrastando o Sindicato para uma política de divisão das lutas e isolando o ANDES-SN da maioria da classe trabalhadora e de suas organizações, mas que, em 2016, deu um passo qualitativamente mais grave, ao se associar objetivamente aos setores golpistas, levantando um “fora todos” que não passava de um “fora Dilma” envergonhado, e jogando nosso Sindicato à margem dos movimentos, o que culminou na negativa do Sindicato de se posicionar contra o golpe do impeachment.

A hora exige que se saia deste isolamento, que o ANDES-SN desempenhe um papel ativo na articulação da mais ampla unidade contra o governo ilegítimo e suas medidas. Reatar com a maioria da classe passou a ser uma exigência para vencer a ofensiva destrutiva de Temer.

São estes alguns elementos que trazemos ao debate sem prejuízo de outras questões que se ponham na discussão.

TR - 10

O 36º CONGRESSO delibera:

Centralidade da Luta

Lutar contra o governo golpista, contra os golpistas que controlam as instituições do Estado, e contra sua política de ajuste sintetizada na legislação derivada da PEC 55, combatendo a MP 746 e a Escola sem Partido, defendendo o financiamento das IES públicas, as conquistas dos seus docentes, servidores técnico-administrativos e alunos, bem como as liberdades democráticas, abrindo a via da unificação dos trabalhadores e do povo na perspectiva da greve geral.

TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS

POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

Este último período foi caracterizado pelas lutas dos trabalhadores e da juventude estudantil secundarista e universitária contra as contrarreformas, junto às lutas contra as opressões. As lutas têm-se acelerado após o resultado do processo de impedimento que culminou com o afastamento da presidenta Dilma e da ocupação da presidência da república pelo seu vice-presidente e a recomposição da base política de sustentação com um caráter ainda mais alinhado com a aceleração das contrarreformas neoliberais.

As contrarreformas apontam a retirada dos direitos trabalhistas consagrados pela CLT por meio da precarização e da terceirização do emprego num ataque concentrado do poder executivo, legislativo e judiciário, com apoio da grande mídia. Com destaque para a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), vem, nos últimos anos, tomando medidas que contribuem com a flexibilização dos direitos trabalhistas e representam um retrocesso das conquistas dos trabalhadores. Mais recentemente, decidiu que o Poder Público deve cortar o salário dos servidores públicos em greve, mesmo antes da Justiça do Trabalho decretar a ilegalidade do movimento paredista. Decisão explicitamente de cunho ideológica, por conta da declaração de voto de Luiz Fux. *“O que ocorre, numa visão realista, é que nós estamos num momento muito difícil e que se avizinham deflagrações de greve, e é preciso estabelecer critérios para que nós não permitamos que se possa parar o Brasil”*. Nesse sentido, entendemos ser necessário denunciar o papel desempenhado pela suprema corte do país.

Essa avalanche de ataques ocorre num quadro de recessão que já leva dois anos consecutivos de queda do crescimento econômico e tem provocado um aumento do desemprego de 12% levando a 11,6 milhões de desempregados (Somados os 11,6 milhões de desocupados, os 4,8 milhões de subocupados e os 6,2 milhões que compõem a força de trabalho potencial – incluindo o desalento –, já são 22,7 milhões de pessoas que buscam condições melhores de trabalho) num mercado de trabalho que historicamente apresenta elevados níveis de informalidade. As previsões são de que mesmo que a recessão seja revertida no ano de 2017 com um leve melhora do crescimento do PIB, a taxa de desemprego vai continuar a crescer até 14%, e a deterioração do mercado de trabalho vai se alongar, e a recuperação vai ser muito lenta e em condições bem mais precárias das que existiam anteriormente. O desemprego afeta desigualmente o conjunto da classe, penalizando mais aos setores oprimidos: mulheres, população negra, LGBTI. Em resposta, múltiplas greves têm acontecido em defesa do emprego, da reposição das perdas salariais, do pagamento em dia dos proventos dos funcionários públicos nos estados e em defesa dos direitos trabalhistas e dos serviços públicos.

Além da investida contra os direitos trabalhistas, temos os ataques decorrentes do corte dos gastos do governo central e dos governos estaduais, que se intensificam com a proposta da PLP 257 (hoje PLC 54/2016) que renegocia as dívidas dos estados em troca de que apliquem duras medidas de ajuste fiscal. Mais ainda, a desconstrução dos direitos sociais avança com a PEC 55 (que tramitou na câmara como PEC 241), que, ao congelar as despesas primárias da União por 20 anos, inviabiliza a materialização dos direitos sociais consagrados na constituição de 1988. Esse ajuste fiscal, de fato, já começou mesmo antes da aprovação das normas jurídicas pertinentes com os fortes cortes dos gastos em saúde e educação e retração dos investimentos do governo Dilma, e nos estados com cortes que levam até o adiamento ou parcelamento dos pagamentos dos servidores públicos estaduais. Esses cortes têm levado à deflagração de greves dos funcionários públicos em diversos estados e municípios, com destaque para a situação do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte, adiando os pagamentos dos

funcionários (ao mesmo tempo que mantém vantagens tributárias para os grandes grupos econômicos).

A atuação do Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE) merece destaque especial no enfrentamento à política de austeridade, pautando a luta unitária contra essa política de desmonte dos serviços públicos. Assim, nos dias 12 a 15 de setembro ocorreu a jornada de lutas, contra a retirada de direitos, em especial as expressas no PLC 54 (que tramitou na câmara como PLP 257/16) e na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/16 (que tramitou na câmara como PEC 241/16), que foi a primeira ação conjunta e efetiva após a posse do ilegítimo governo Temer. Culminando com uma histórica plenária unificada (mais de mil presentes) dos servidores públicos de todas as esferas. O dia 22 de setembro foi marcado por uma forte paralisação da Educação Básica e Superior pública, em âmbito nacional, contra as reformas por demandas locais e pela lei do Piso. O dia 29 de setembro, por sua vez, iniciativa que contou com o protagonismo da CSP-CONLUTAS, foi marcado, até mesmo, por uma paralisação do setor metalúrgico, colocando em movimento setores da classe operária, parando por um dia parte da produção industrial no país.

Em consonância com os ataques aos direitos trabalhistas, sociais e aos serviços públicos, há também um processo de recrudescimento do conservadorismo em várias áreas, com especial destaque para o campo da educação pública. Além dos cortes do orçamento nas instituições de ensino superior, temos a constituição dos movimentos reacionários Escola sem Partido e o MBL, como também o ataque às políticas de direitos de gênero e LGBTI denominados pelos seus detratores como “ideologia de gênero”. Diante dessa ofensiva, os movimentos de trabalhadores, com a participação do nosso Sindicato na articulação política, foi constituída a Frente Escola sem Mordaza, que agrega um arco muito amplo de entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais.

Nesse contexto, é que o movimento das ocupações das escolas e as instituições de ensino superior se colocam. Essa é possivelmente a maior novidade, nos últimos tempos, que temos na agenda política. A experiência política que a juventude está realizando, numa época que tem sido tão hostil às experiências coletivas, é muito importante numa perspectiva histórica.

O ANDES-SN tem participado em todo esse processo de luta, por meio da nossa central, contribuindo com a elaboração política e com as ações de enfrentamento indicadas pela CSP-Conlutas. Também com a construção de processos unitários maiores como, por exemplo, o fortalecimento do FONASEFE, da Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita e a organização dos Encontros Estaduais e Nacionais da Educação que constroem as lutas pela educação pública e pelo Projeto de Educação Classista e Democrático da Educação. Nesse quadro da luta pela educação, construímos o dia 11 de agosto como Dia Nacional em Defesa da Educação.

ATUAÇÃO NA CSP-CONLUTAS

Com relação à construção da CSP-Conlutas, como central sindical e popular, unitária e de luta, temos a tarefa de fortalecer e de capilarizar a organização. Precisamos chamar nossa categoria para a responsabilidade de construir as coordenações estaduais ou regionais em que ainda não existem, e fortalecer, por meio da nossa participação, onde já estão constituídas. Ademais, entendemos como elemento fundamental ampliar nossa participação na central. Para isso, estamos indicando a discussão pela categoria e seções sindicais os critérios de representação nas instâncias da nossa central.

Também, nessa esteira, temos que contribuir com o processo de organização dos congressos da nossa central, como foi deliberado no 35º Congresso, para ampliar a participação e fortalecer o funcionamento democrático da organização dos trabalhadores e trabalhadoras. O ANDES-SN tem uma longa e rica experiência de funcionamento e de organização horizontalizada da nossa entidade. Por isso, podemos contribuir com a nossa central e, assim, estamos encaminhando contribuições para a organização do próximo congresso que vai acontecer no mês de outubro do ano de 2017. Basicamente, propomos que os textos que as entidades filiadas encaminhem sejam organizados destacando o texto de resolução, a ser deliberado, do texto de apoio, de forma

semelhante ao nosso Caderno de Textos. Também colocamos a necessidade de fortalecer o trabalho das relatorias nos grupos. Finalmente indicamos que o trabalho dos grupos deve ter condições de infraestrutura adequadas para a realização dos debates. Ainda com relação ao congresso de nossa central, devemos acumular nos grupos de trabalhos do ANDES-SN, no 35º Congresso e nas seções sindicais, para cooperar com a nossa contribuição ao III Congresso da CSP-CONLUTAS a ser deliberada no 62º CONAD.

FORMAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL

No ano de 2016, atendendo à resolução do 35º Congresso, realizamos o Curso Nacional de Formação Política e Sindical. Avaliamos que foi um acerto e que o resultado foi positivo e atendeu às expectativas que embasaram a resolução do nosso congresso. Por essa razão, estamos propondo a realização de uma segunda edição para o ano de 2017, organizado em torno do tema Movimentos sociais, da exploração, da opressão e da revolução. Também estamos propondo que as seções sindicais e as secretarias regionais repliquem o curso, realizado em 2016, localmente. O curso pode, ao mesmo tempo, contribuir com a nossa política de unidade com os sindicatos e movimentos sociais.

A proposta de indicação do tema “Movimentos sociais, exploração, opressão e revolução” tem como fundamento o fato de que no ano de 2017 se comemora os 100 anos da revolução russa e os 50 anos do assassinato de Che Guevara, e o nosso sindicato, assim como outras entidades políticas, sindicais e sociais, realizaremos diversas atividades, de avaliação crítica e autocrítica das lutas internacionais anticapitalistas dos trabalhadores. Nesse sentido, o 61º CONAD aprovou a realização de um seminário internacional em articulação com entidades e movimentos sociais para discutir a reorganização da classe trabalhadora sob a perspectiva do internacionalismo.

Finalmente, estamos reiterando a necessidade de avançar na construção da unidade das trabalhadoras e trabalhadores e dos movimentos populares. Para isso, as seções sindicais e as secretarias regionais podem contribuir organizando atividades de debate e articulação política com demais sindicatos e movimentos sociais – reiterando a proposta de realizar uma reunião de caráter nacional para construir as condições de convocatória de um encontro nacional da classe trabalhadora a ser realizado no ano de 2017.

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - POLÍTICA SINDICAL

O 35º CONGRESSO delibera:

1. Defender na CSP-CONLUTAS que em 2016 se implemente a campanha nacional pela ratificação, por parte do governo brasileiro, da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a consequente revogação dos dispositivos que impõem a unicidade sindical.

2. Em relação ao Seminário Nacional, as CSP e o debate sobre os trabalhadores terceirizados:

2.1 lutar contra as terceirizações, defendendo o concurso público para o ingresso no serviço público;

2.2 lutar pela garantia de todos os direitos trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores terceirizados, com isonomia salarial para trabalho igual, enquanto houver terceirização;

2.3 que o GTPFS promova debate com a realização de seminários locais, regionais e nacional, com o objetivo de avaliar o processo de terceirização nas IES e propor medidas que assegurem a defesa do concurso público e a defesa da isonomia dos terceirizados como forma de subsidiar a posição do ANDES-SN e a CSP-CONLUTAS.

2.4 que as seções sindicais se empenhem, no âmbito da CSP-CONLUTAS estaduais, na construção dos seminários regionais ou estaduais sobre o tema das terceirizações tanto no serviço público quanto no setor privado;

3. Realizar, no primeiro semestre de 2016, seminário nacional para debater a questão da precarização do trabalho docente nas IE, considerando a situação dos professores substitutos, tutores, visitantes e bolsistas, e que se realize campanha de sindicalização com ênfase no novo perfil docente com vínculos precarizados.

4. Realizar reunião conjunta do GTPFS e do GTPE para debater o trabalho e a organização docente diante da expansão e da multicampia das IES.
 5. Intensificar a luta contra o PLC 30/15, que busca ampliar as terceirizações nas relações de trabalho.
 6. Lutar pela revogação da Lei 13.189/2015, oriunda da MP680/2015, conhecida como Programa de Proteção ao Emprego (PPE).
 7. Lutar contra a criminalização dos movimentos sociais expressa no PLC 101/2015, aprovado no Senado, que possibilita tipificar como ato terrorista a luta por direitos.
 8. Lutar contra alterações, nos regimes jurídicos, que buscam a intensificação do trabalho por meio do sistema de escritório remoto (home-office) no serviço público, a exemplo do PLC 2723/2015. Que o sindicato promova um amplo debate e divulgação, na base, sobre os riscos presentes na Lei.
 9. Intensificar a participação do ANDES-SN nos espaços de construção das mobilizações com os setores classistas e populares, em 2016, em particular: o Espaço de Unidade e de Ação e os Fóruns de Servidores Públicos, em âmbito nacional e nos estados.
 10. Aumentar a participação do ANDES-SN nos espaços de mobilização com movimentos sindicais e populares com a perspectiva de contribuir com a construção da unidade do campo classista, de forma autônoma em relação aos partidos e de forma independente frente aos governos e aos patrões.
 11. Avaliar, com o setor das federais, o papel e as perspectivas de rearticulação da CNESF na conjuntura atual.
 12. Que o ANDES-SN apresente na Coordenação Nacional da CSP-CONLUTAS uma proposta de metodologia de funcionamento do III Congresso da CSP CONLUTAS, previamente discutida no GTPFS e aprovada no 36º congresso do ANDES-SN.
 13. Que o GTPFS produza um documento de avaliação da participação do ANDES-SN na CSP-CONLUTAS na perspectiva de identificar o seu enraizamento nos movimentos e organizações dos trabalhadores.
 14. Lutar contra o PL 397/2015, que busca estabelecer normas gerais para a negociação coletiva no serviço público que desconsideram a Convenção 151 da OIT.
 15. Realizar o Curso Nacional de Formação Política e Sindical do ANDES-SN, com a realização de Encontros de Formação Política (em diferentes secretarias regionais), organizados de acordo aos eixos de interesse da classe trabalhadora e do mundo do trabalho, dentre os quais:
 - I. Fundamentos da sociedade capitalista, mundo do trabalho hoje e organização sindical.
 - II. Formação econômico-política e social do Brasil e da América Latina.
 - III. História dos movimentos sociais: exploração, opressão e revolução
 - IV. Universidade, trabalho e movimento docente.
 16. Realizar, em 2016, 4 (quatro) encontros de formação, dois no primeiro e dois no segundo semestre.
 17. Que as seções sindicais intensifiquem a luta e as atividades contra a terceirização na educação, buscando articulação com entidades dos trabalhadores técnico-administrativos e terceirizados e dos estudantes.
 18. Lutar para que reitorias e conselhos superiores se manifestem contrariamente às terceirizações.
 19. Continuar promovendo atividades como encontros e seminários (locais, regionais e nacionais) sobre as formas de organização sindical dos docentes no contexto da multicampia, intensificando a discussão no GTPFS, a partir dos debates ocorridos nos setores, nas regionais e no seminário sobre questões organizativas do ANDES-SN.
 20. Promover seminário nacional sobre multicampia no interior do Paraná, organizado pela SINDUTFPR e ADUNICENTRO.
- Recomendação:** Construir, a partir das seções do ANDES-SN, plenárias unificadas de base (estudantes, professores, técnico-administrativos e terceirizados) ou outras formas de organização contra a terceirização e a precarização da educação

TR - 11

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Fortalecer a mais ampla unidade da classe trabalhadora, contra a PEC 55/2016, que tramitou na Câmara como PEC 241) e o PLC 54/2016 (que tramitou na Câmara como PLP 257/2016), e que representam um desmonte do serviço público.
- 2.** Denunciar amplamente a atuação do STF, nos últimos anos, que tem tomado medidas que contribuem com a flexibilização dos direitos trabalhistas e, conseqüentemente, com o retrocesso nas conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras.
- 3.** Denunciar a órgãos internacionais em articulação com outras entidades do serviço público, a partir de estudos realizados pela AJN, o corte de ponto dos servidores em greve.
- 4.** Lutar contra PEC 53 que altera a Constituição Federal para limitar exercício do direito de greve do setor da educação.
- 5.** Intensificar a luta contra as iniciativas legislativas referentes à precarização do trabalho, tais como: o PLC 30/2015 (antigo PL 4330/2004) e seus congêneres (PLS 87/2010, PLS 300/2015, PLS 339/2016), que aprofundam a terceirização; e o PL 4302/98 (em fase final de tramitação), que define e regula o trabalho temporário.
- 6.** Intensificar a luta pela construção de um amplo polo classista e de resistência, com centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares, para enfrentar o agravamento dos ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, com base na unidade na luta:
 - 6.1** estimular espaços e momentos de formação política em articulação com outras entidades, aprofundando o debate classista;
 - 6.2** articular a construção de ações (seminários, mesas-redondas, fóruns, encontros) via secretarias regionais e seções sindicais, na perspectiva da construção de encontro nacional do ANDES-SN sobre o tema;
 - 6.3** articular reunião nacional de entidades classistas, movimentos sociais e estudantis, em 2017, com o objetivo de avançar no processo de reorganização da classe trabalhadora;
 - 6.4** debater, o GTPFS, a proposta de realização de um encontro que tenha como tema o processo de reorganização da classe trabalhadora, na perspectiva de contribuir para a construção de um Encontro Nacional.
- 7.** Continuar atuando na construção de uma greve geral contra a retirada de direitos da classe trabalhadora, intensificando junto à CSP-Conlutas, Espaço de Unidade de Ação e Fóruns em defesa dos Serviços Públicos, a articulação das lutas com as demais centrais e organizações sindicais e populares.
- 8.** Continuar apoiando as diversas formas de luta em defesa da educação pública, tais como as ocupações estudantis de escolas, de universidades, dos institutos federais e dos Cefets, denunciando e combatendo quaisquer ações de criminalização e perseguições políticas.
- 9.** Demandar que a ANDIFES e o CONIF articulem as reitorias para que publicizem os orçamentos das instituições, e que os conselhos superiores se manifestem contrariamente ao corte de ponto em greves e paralisações, e contra a PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241).
- 10.** Lutar pela revogação da Lei nº 13.334/206 que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e dá outras providências.
- 11.** Lutar contra o PL 4567/2016 que permite a abertura da exploração do Pré-Sal ao capital privado, retirando a garantia do direito de preferência de operação da PETROBRAS.
- 12.** Ampliar as atividades locais e regionais sobre a precarização do trabalho docente e as formas de organização sindical por local de trabalho no contexto da multicampia, a partir da concepção sindical do ANDES-SN.

13. Realizar, em 2017, reunião conjunta do GTPFS e do GTPE para debater o trabalho e a organização docente diante da expansão e da multicampia das IES.

14. Realizar, em 2017, um curso Nacional de Formação Política e Sindical, com o tema Movimentos sociais: exploração, opressão e revolução.

15. Realizar, juntamente com o GTPFS locais, em articulação com as Secretarias Regionais, atividades de formação que contemplem os temas aprovados no 35º Congresso do ANDES-SN.

16. Envidar esforços por meio das secretarias regionais em conjunto com as seções sindicais, e em articulados com outros sindicatos e movimentos populares e estudantis, para a criação das coordenações estaduais ou regionais da CSP-CONLUTAS onde não houver.

17. O ANDES-SN propõe à CSP-Conlutas os seguintes eixos norteadores para a metodologia de funcionamento do Congresso da Central:

17.1 Contribuições

a) as contribuições deverão ser formuladas com a separação entre os considerados (textos de apoio) e as propostas de resolução.

17.2 Funcionamento

a) o número de delegados nos grupos de discussão não poderá ser superior a 5% dos delegados credenciados;

b) cada grupo deverá eleger um coordenador, um secretário e um relator. O relator será responsável pelo preenchimento do formulário de relatório previamente elaborado pela comissão organizadora do III Congresso;

c) os relatórios serão consolidados pela comissão de sistematização, formada por todos os relatores e pela comissão organizadora do Congresso.

17.3 Da Plenária

a) as propostas sistematizadas, em relatório acessível para todos os delegados, serão votadas após um encaminhamento a favor e um contra, podendo ser aumentado a critério da mesa da plenária;

b) o relatório será fornecido em forma impressa para cada entidade ou movimento presente no III Congresso;

c) o relatório de cada grupo deverá estar disponível para consulta na mesa da plenária.

17.4 Infraestrutura

A comissão organizadora deverá providenciar a infraestrutura necessária (espaço, cadeiras, som, gravador) para que os trabalhos nos grupos e nas plenárias transcorram normalmente.

18. Discutir, por meio das seções sindicais o cálculo do número de representantes nos fóruns nacionais da CSP-Conlutas, como Congressos e Coordenação Nacional para ser deliberado no 62º CONAD.

19. Elaborar, por meio do GTPFS, visando acumular debates e reflexões para as deliberações do ANDES-SN sobre a contribuição do nosso sindicato ao III Congresso da CSP-CONLUTAS, materiais a serem enviados às seções sindicais para subsidiar o debate e as deliberações do 62º CONAD

POLITICA EDUCACIONAL**TEXTO DE APOIO**

A conjuntura que o país está vivendo segue marcada por um retrocesso nas conquistas, obtidas por meio de lutas, em diferentes áreas sociais, e pelo recrudescimento do conservadorismo, manifestado, entre outras situações, nos conteúdos de projetos legislativos como os que tratam do Estatuto da Família, do Nome Social, da União Civil e das questões de Gênero e do Aborto. Na educação, essa tendência se expressa, especialmente, por meio dos projetos que propõem a instituição do Programa Escola Sem Partido (PL 7180/2014 e seus apensados na Câmara dos Deputados, PLS 193/2016 no Senado) e do crime de Assédio Ideológico (PL 1414/2015). Na mesma direção, destacamos outras iniciativas provenientes dos poderes legislativo e executivo, tais como: a Base Nacional Comum Curricular; a MP 746/2016, que instituiu a política de reforma do ensino médio de maneira autoritária; a PEC 10/2014, que propõe a instituição do Sistema Único do Ensino Superior Público; a PEC 395/2014, que propõe alterar a Constituição Federal para tornar paga a pós-graduação *stricto sensu*; o PL 6114/2009, que propõe a instituição do Exame Nacional do Magistério da Educação Básica (Enameb); o PL 2546/2015, que propõe que as universidades possam fixar seus currículos com o auxílio dos Conselhos de Fiscalização Profissional; o Decreto 8.752 de 9/5/2016, que estabelece a Política Nacional de Formação de Professores/as; e o PLS 782/2015, que propõe o pagamento de anuidade em instituições públicas de ensino superior.

A partir das análises dos projetos e dos programas que compõem a política neoliberal em curso no país e seguindo as deliberações do 35º Congresso e do 61º CONAD, o GTPE continuou desenvolvendo reflexões para indicar as ações que materializem tais deliberações. Dessa forma, o debate sobre o Programa Escola Sem Partido, sobre a BNNC, sobre a PEC 10/2014 (Sistema Único do Ensino Superior Público) vem ocorrendo desde a gestão passada e resultou na Cartilha Projeto do Capital para Educação: Análise e Ação para Luta, publicada em março de 2016. Esses temas devem continuar sendo objeto de análise do Sindicato.

O ANDES-SN tem denunciado que uma das investidas contrárias a um projeto classista e democrático de educação é o conjunto de propostas que visa instituir oficialmente a censura nas escolas públicas e privadas, por meio da apresentação de vários Projetos de Lei no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais. O ANDES-SN foi um dos articuladores para constituição da Frente Escola sem Mordaza, lançada no dia 13 de julho de 2016. Formada por centrais sindicais, sindicatos, partidos políticos, mandatos parlamentares, movimentos sociais, estudantis e populares, essa Frente atua na “defesa da liberdade de expressão e de opinião nos estabelecimentos de ensino e contra quaisquer formas de opressão, violência e censura aos profissionais da educação” e tem sido uma resposta contundente ao equivocado projeto/programa da chamada escola sem partido. No segundo semestre de 2016, foram criadas Frentes por uma escola sem mordaza em diferentes estados e municípios, que estão atuando localmente na análise crítica de projetos leis relacionados ao tema, na realização de eventos de discussão com a comunidade escolar e na organização/participação em audiências públicas.

Em todos os espaços de atuação, o ANDES-SN também tem denunciado que esses projetos, caso sejam aprovados, irão retirar a autonomia didático-pedagógica dos/as professores/as, privar os/as estudantes de terem aulas que apresentem temas e análises que possam conflitar com os interesses ideológicos da classe dominante e de setores promotores do recrudescimento do conservadorismo, limitando mais ainda a formação das pessoas. O Programa Escola sem Partido – PL visa à formação de uma sociedade alienada e apassivada que seja incapaz de lutar contras

as injustiças sociais e a exploração do/a trabalhador/a. Importa lembrar que, por pressão dos setores que defendem esse tipo de proposta, o PNE aprovado no governo Dilma omitiu os aspectos relacionados à questão de gênero. Uma contribuição infeliz ao fortalecimento de movimentos de direita, financiados pela elite, como o Movimento Brasil Livre que busca de várias formas, algumas muito agressivas, inibir a liberdade em sala de aula, tanto de professores quanto de estudantes.

Há necessidade de se continuar lutando contra a aprovação desses Projetos de Lei na perspectiva de que se garanta a formação das futuras gerações que não compactuem com o silenciamento de um país, tendo como consequência, entre outras, o desconhecimento de nossa história e a vulnerabilidade perante as grandes potências internacionais. Apesar desse Projeto não ter sido aprovado, observa-se, na prática, alguns casos de cerceamento de liberdade que já ocorreram em escolas e universidades com medidas coercitivas em relação a professores/as e estudantes.

Em várias cidades, têm sido apresentados Projetos de Lei que querem instituir o Programa Escola sem Partido. Registre-se que no estado Alagoas, apesar do veto do governador, foi aprovada a lei da Escola Livre, havendo proposta de ADI da CNTE e da CONTEE, e posicionamento do MPF sobre a inconstitucionalidade daquela Lei. A Frente Nacional Escola sem Mordalha continua estudando novas possibilidades de ações políticas e jurídicas para barrar esse famigerado programa.

Carreira docente, política de formação de professores/as, reforma do ensino médio

Atendendo as decisões congressuais, o GTPE participou de uma reunião conjunta entre o GTPE, o GT Carreira, o GTC&T e o Setor das Federais na qual se discutiu os impactos das Leis nº 12.772/2012 e nº 13.325/2016, da Portaria 17/2016 da SETEC e da Lei nº 13.243/2016, que criou o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação sobre as Carreiras de EBTT e Magistério Superior em relação ao projeto de universidade defendido pelo ANDES-SN. O debate evidenciou que esses mecanismos legais atacam fortemente o projeto de nosso Sindicato para a universidade brasileira, expresso no Caderno 2. Isso significa uma total desestruturação da proposta de carreira única, acoplada à defesa de uma política nacional de qualificação docente, à destruição da concepção de atividade acadêmica baseada no tripé ensino-pesquisa-extensão e à negação da dedicação exclusiva como regime preferencial de trabalho. Essa reunião evidenciou a necessidade do GTPE de discutir a questão relativa ao Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), resultando na elaboração de uma Cartilha.

As políticas de formação de professores/as apresentadas pelos diferentes governos responsabilizam o/a professor/a pela qualidade da educação e as avaliações representam esta perspectiva (Provinha Brasil, ANA, Prova Brasil, ENEM, ENADE). Contra esta lógica, o GTPE analisou e produziu material sobre as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores/as da Educação Básica, sobre a BNCC, sobre o Exame Nacional do Magistério da Educação Básica (ENAMEB) e sobre o Decreto 8752/2016. É importante que este material apresentado no formato de Cartilha e Caderno continue sendo utilizado no trabalho político das seções sindicais.

Outros temas têm sido objeto de análise do GTPE, tais como: PLS 518/2009 (transfere do MEC para o extinto MC&T todas as secretarias, departamentos, autarquias, fundações públicas e empresas públicas que atuam na educação superior); PL 5054/16 (Residência Docente); PL 6840/2013 (organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento); Portarias 790/2016 e 16/2016 da SENTEC, com destaque para o debate sobre o RSC e seu impacto no projeto de universidade defendido pelo ANDES-SN; PLS 782/2015, que dispõe sobre pagamento, pelos/as estudantes universitários, de anuidade em instituições públicas de ensino superior.

A MP 746, que impõe uma Reforma do Ensino Médio, foi apresentada pelo governo ilegítimo de Temer no dia 22 de setembro de 2016. A Diretoria do ANDES-SN manifestou sua total discordância com essa medida, por entender que o ensino médio é a etapa final da educação básica e tem um papel fundamental na formação de trabalhadores para que sejam pessoas

críticas e autônomas. A finalidade dessa etapa do ensino, assim como as demais, deve ser a formação integral dos/as estudantes, voltada para a compreensão da sociedade e do mundo. O que inclui a formação para acesso à cultura geral, à formação para o trabalho, baseada no desenvolvimento do ser social em suas dimensões: moral, ética, estética, científica-intelectual.

Chama a atenção nessa reforma o fato de ser apresentada por meio de Medida Provisória, o que significa um ato autoritário do presidente da república e do MEC. Uma MP só deve ser usada em situações de “urgência e relevância” (CF de 1988, art. 62). A MP 746/2016 representa um imenso atraso em relação à concepção de uma formação omnilateral presente no PNE da sociedade apresentado nos anos de 1990, mas que não foi aprovado pelo Congresso Nacional. A proposta apresenta-se como mais um elemento de dificuldade à efetivação de um sistema de educação com articulação orgânica entre todos os níveis e modalidades de ensino, reforçando a persistente dualidade educacional expressa no oferecimento de escolas com percursos diferenciados para os/as filhos/as da classe trabalhadora e para os/as filhos/as das classes dominantes, separando educação geral de educação profissional. Além disso, apresenta uma visão reducionista de formação quando flexibiliza a oferta de disciplinas como sociologia, filosofia e artes. Com a alteração da LDB proposta pela MP, essas disciplinas tornam-se optativas deixando de ser obrigatórias. Importa ressaltar que essa medida não diz claramente que estas disciplinas não serão ofertadas, mas, ao torná-las optativas, possibilita às escolas e aos alunos dispensar esses conteúdos por considerá-los como formação secundária.

Outro absurdo implícito na MP é a permissão para que pessoas com “notório saber” possam atuar no ensino médio, o que significará uma desqualificação dos cursos de licenciatura e da carreira docente, desconsiderando que a docência é uma profissão, que tem regulamentação e que deve ser exercida por quem tem formação específica, o que inclui domínio do conteúdo e formação pedagógica. Destaque-se, ainda, a obrigatoriedade da língua inglesa em todos os anos, desconsiderando os avanços conquistados por setores sociais de que a educação deve ter como um dos seus princípios o respeito à condição pluriétnica do povo brasileiro, o que se manifesta na existência de escolas indígenas bilíngues e na possibilidade do ensino de línguas de raízes africanas. Além de existir a possibilidade de, entre línguas modernas, acontecer o ensino da língua espanhola, posto que o Brasil faz parte da comunidade de países ibero-americanos Uma análise mais detalhada do tema foi apresentada no InformANDES de outubro de 2016.

O ANDES-SN participou da audiência na Comissão Mista do Senado sobre a MP 746/2016 e, ao lado de outras entidades, manifestou total repúdio ao uso de MP para tratar de uma questão da mais alta relevância para o futuro do Brasil, expressando o entendimento de que precisamos de uma política educacional que institua um efetivo sistema nacional de educação pública, baseado em um adequado financiamento estatal para todos os níveis e modalidades de ensino, em adequadas condições de trabalho e de estudo, e na real valorização dos profissionais com salários compatíveis com a importância do magistério, ao lado de uma carreira atrativa para que bons profissionais se dediquem a tão imprescindível tarefa social. O ANDES-SN manifestou posicionamento de que precisamos acabar com as abissais desigualdades sociais no país e que aconteça um amplo processo de discussão com os protagonistas da educação na realização de reformas que de fato fortaleçam seu caráter público, gratuito, laico e democrático, com qualidade e socialmente referenciada.

Sobre a proposta de criação de um programa de Residência Docente/Pedagógica, dois PL originados no Senado tramitam na Câmara dos Deputados (PL 7552/2014 e PL 5054/2016)⁴ com o objetivo de aperfeiçoar o processo de formação inicial e continuada dos professores/as. Cumpre ressaltar que o Decreto 8.752 de 9/5/2016, ao instituir a Política Nacional de Formação Docente, em seu artigo 12, indica a existência de Programas e Ações Integradas de Formação

⁴ PL 7552/2014 propõe a criação da Residência Pedagógica aos professores da educação básica com carga horária de 1600 horas. O PL 5054/16, propõe a criação da Residência Docente, com 1600 horas, para os docentes da educação básica, com previsão de financiamento por meio de bolsas aos alunos residentes e aos professores, supervisores e coordenadores.

Inicial e Continuada, incluindo aí a Residência Docente e, no seu artigo 17, a Prova Nacional para docentes.

Em análise preliminar sobre a residência docente, o GTPE apontou algumas críticas: trata-se de medida controversa, pois equipara a formação de professores/as a de médicos, sem equiparar os salários, não enfrenta a melhoria nas condições de trabalho das IES formadoras e das escolas, nem a dificuldade de articulação das universidades com a educação básica, a validação dos estágios de licenciaturas sem efetivo acompanhamento e sem seleção criteriosa das escolas que recebem os estagiários. Além disso, vislumbra-se que essa proposta pode significar a utilização de mão de obra barata, com bolsa de baixo valor, em substituição aos profissionais concursados, com a intensificação dos trabalhos dos docentes das IES⁵. Esse tema necessita de aprofundamento, incluindo a discussão de outros programas como PARFOR, PIBID e a formação docente por meio da EAD.

Análise da Portaria do MEC 983/2016: internacionalização da educação (TISA)

Em agosto de 2016, o Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União a Portaria 983 que cria o grupo de trabalho para “realizar levantamento de legislação que estabeleça condições diferentes entre o prestador de serviço nacional e estrangeiro para efeitos de negociações internacionais em matéria de comércio e serviços”. Na realidade, esse GT visa criar condições objetivas para permitir que a educação se torne efetivamente uma mercadoria seguindo as normas internacionais. É uma preparação para que o governo federal assine o *Trade in Services Agreements* (TISA), um tratado mais feroz do que o Acordo de Comércio e Serviço da OMC. Esse Tratado – do qual fazem parte cerca de 50 países, tendo os EUA e a União Europeia na liderança – visa incluir alguns ramos de serviço que não foram totalmente englobados pelo GATS, tais como a educação, a saúde, o transporte e os serviços bancários. Os países que o assinarem estarão impedidos de desistir dos compromissos assumidos no que se refere à liberalização dos serviços.

Esse processo traz consigo a internacionalização da exploração e a precarização da força de trabalho dos que atuam na educação. O ANDES-SN, pelos princípios que historicamente norteiam suas práticas, defende que a educação é um direito e um bem público que não pode ser reduzido a uma mercadoria. Por isso, lutará pela não assinatura de tal acordo.

Nesse sentido, é preciso que se estreitem os laços com os Sindicatos Internacionais que atuam no campo educacional e que tenham posições progressistas afinadas com os princípios assumidos pelo ANDES-SN na defesa de uma sociedade justa e solidária e de uma educação classista e democrática. Para tanto, deve-se buscar estabelecer relações sindicais que incluam a troca de materiais, a participação em Congressos e outros eventos promovidos por essas entidades.

Como um espaço de aprofundamento das várias questões descritas, o GTPE indica a necessidade da realização do V Seminário Estado e Educação, em continuidade aos anteriores, a ser realizado na cidade de Vitória, no primeiro semestre de 2017, sob os auspícios da ADUFES.

Educação e Ajuste Fiscal

É preciso relacionar as medidas específicas da educação com a PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241), já aprovada nos dois turnos da Câmara e tramitando no Senado nos meses de novembro e dezembro, a qual aprofundará a contrarreforma neoliberal do Estado brasileiro, minimizando ainda mais sua responsabilidade na oferta e na garantia das políticas sociais, uma vez que, se aprovada, congelará por vinte anos as despesas primárias que incluem gastos sociais e custeios dos serviços públicos. Um dos objetivos dessa PEC é alterar a Constituição Federal de 1988 no tocante ao artigo 212 que afirma “A União aplicará,

⁵ Na reunião do GTPE foram registradas duas experiências relacionadas com a proposta: o Colégio Pedro II e o curso de pedagogia da UNIFESP/Guarulhos.

anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”. Caso essa PEC seja aprovada, haverá total desvinculação dos recursos da educação da receita, conforme previsto na CF, no artigo citado. Os recursos para a área serão calculados pelos valores do ano anterior acrescido da inflação do período, calculada pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Os recursos para a educação estão diminuindo para o setor público, atingindo, em 2015, um corte de aproximadamente 12 bilhões de reais. A tendência é que haverá a possibilidade de muitos cortes, como já vem sendo anunciado. Caso a PEC seja aprovada, em 10 anos haverá uma perda de cerca de 7% do PIB para a educação. Isso representa um sério problema, tendo em vista que a produção de conhecimento será atingida e cerca de 90% dessa perda ocorrerá nas universidades públicas. A falta de recursos intensificará o sucateamento das universidades públicas, e o Brasil ficará, ainda mais, dependente do conhecimento produzido em outros países, numa situação neocolonial. Ressalta-se que, além do financiamento insuficiente para a manutenção das IFES, o governo federal tem ampliado o aporte financeiro para instituições privadas por meio de programas como o FIES, o PROUNI, o PRONATEC, o PRONACAMPO. Permanece a necessidade de verticalizarmos os estudos sobre o quanto de verbas públicas tem sido transferidas para esses programas e as perdas de arrecadação oriundas das isenções fiscais.

Resistência do Setor da Educação e Contra-Ataques do Governo

Nessa conjuntura extremamente adversa para a área da educação, a Coordenação Nacional das Entidades Em Defesa da Educação Pública e Gratuita – denominada anteriormente Comitê em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública – tem atuado nos encaminhamentos aprovados no II ENE, continua realizando as atividades preparatórias rumo ao III ENE, previsto para acontecer em 2018 e pautando o debate sobre a construção da greve do setor da educação em direção a greve geral.

Esforços foram feitos para construção dessas greves, configurando-se a deflagração da greve do setor da educação federal, nas bases da FASUBRA, do ANDES-SN e do SINASEFE. Além dessa paralisação, o setor da educação reagiu ao conjunto de ataques a educação pública por meio das ocupações de mais de mil escolas pelo país afora, das greves da educação básica em quase todos os estados, das greves em diversas instituições estaduais do ensino superior e das ocupações das universidades que vem crescendo diariamente.

Ao mesmo tempo, as elites dominantes esboçam reações para conter essas lutas: o Supremo Tribunal Federal decidiu, em outubro de 2016, que os gestores públicos devem descontar os dias parados do salário dos servidores que estiverem em greve. Isso é, na prática, uma forma de coibir que tais manifestações ocorram, quando a CF garante que o servidor público possa fazer movimento paredista. Assim, a PEC 53/2016 (senadora Rose de Freitas do PMDB-ES) transforma a educação em serviço essencial com o objetivo de limitar o direito de greve.

No âmbito do judiciário, o Ministério Público Federal, em alguns estados, tem atuado na repressão e na criminalização nas Universidades e nos Institutos Federais coibindo manifestações políticas, com desrespeito à autonomia universitária. A Advocacia Geral da União, também, solicitou a reintegração de posse em nome de instituições federais de ensino durante as ocupações estudantis, sem que as reitorias fossem consultadas.

Para enfrentar as ofensivas contra a educação pública, o ANDES-SN vem participando das atividades deliberadas nos espaços de unidade na luta e vem produzindo e divulgando material crítico. Em julho de 2016, publicou a Nota Em Defesa das Universidades Públicas: contra a Mercantilização da Educação e do Conhecimento, denunciando as tentativas da mídia de induzir a opinião pública a acreditar que a classe trabalhadora e os/as beneficiários/as de políticas são responsáveis pela crise do capital, quando sugerem a retirada de direitos e a privatização das

universidades como estratégia para superação da crise⁶. Da mesma forma, em outubro de 2016, em parceria com diversas entidades, o ANDES-SN assinou o Manifesto Educação na Rua contra a Retirada de Direitos, a Lei da Mordaza e a Reforma do Ensino Médio, que foi distribuído no Dia Nacional de Lutas dos Servidores Públicos contra a PEC 55/241⁷ (que tramitou na Câmara como PEC 241). Não menos importante tem sido o apoio do sindicato às ocupações realizadas pelo movimento estudantil contra a MP 746/16 e contra a PEC 55/16.

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

II - POLÍTICA EDUCACIONAL

O 35º CONGRESSO delibera:

- 1. Dar ampla divulgação do Caderno 26 do ANDES-SN para a categoria, às entidades sindicais, às acadêmicas, às institucionais, aos movimentos sociais ligados à educação (comitês locais em defesa da educação pública) e na mídia.*
- 2. Que as seções sindicais promovam debates, utilizando o Caderno 26 do ANDES-SN como referência, sobre os documentos Pátria Educadora, PEC 395/14 e do PL 4372/12.*
- 3. Reafirmar posição contrária à aprovação do PL 518/2009 que transfere a educação superior para o Ministério de Ciência e Tecnologia.*
- 4. Lutar contra a aprovação da PEC 10/2014.*
- 5. Produzir material sobre a PEC 10/2014 que propõe a criação do Sistema Único de Educação Superior Pública, tendo como parâmetro a luta por um Sistema Nacional de Educação.*
- 6. Lutar contra a aprovação do PL 867/2015 (Programa Escola sem Partido) e demais projetos de lei a ele apensados, bem como os projetos de leis similares nos estados e municípios.*
- 7. Produzir materiais que denunciem os efeitos nocivos do Programa Escola sem Partido para a liberdade de expressão e manifestação,*
- 8. Articular ações com outras entidades sindicais, estudantis e científicas para barrar a aprovação do PL 867/2015.*
- 9. Lutar contra a aprovação do PL 4643 de 2012 que propõe a criação, nas IFES, do Fundo Patrimonial e construir na base as condições de luta.*
- 10. Lutar contra a assinatura, pelo governo brasileiro, do Trade in Services Agreement (TISA), que visa regulamentar a educação como serviço.*
- 11. Articular ações com outras entidades sindicais, estudantis e científicas contra a assinatura do TISA.*
- 12. Intensificar a luta contra o crescente mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e a ressignificação do caráter público da educação que estão presentes no PNE (2014-2024) e nos diversos projetos que tramitam no Congresso Nacional, nas leis já aprovadas e nos programas e ação do governo em andamento.*
- 13. Apresentar o estudo aprovado no 34º Congresso do ANDES-SN sobre a crescente transferência do fundo público para o setor privado, em especial via FIES, PROUNI, PRONATEC, PRONACAMPO e BNDES, até o 61º CONAD.*
- 14. Incorporar a discussão sobre o PL 867/2015 (Programa Escola sem Partido) e demais projetos de lei a ele apensados nos encontros preparatórios e no II ENE.*
- 15. Que as secretarias regionais envidem esforços juntos às seções sindicais para a realização de discussão sobre estes projetos.*
- 16. Que as secretarias regionais e as seções sindicais, em conjunto com as demais entidades representativas dos trabalhadores e dos estudantes e oposições sindicais e estudantis no campo classista, constituam os comitês estaduais em defesa da educação pública e fortaleçam os já existentes.*

⁶ Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8281>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

⁷ Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-1947853438.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

17. *Que as secretarias regionais e as seções sindicais, em conjunto com demais entidades representativas dos trabalhadores e dos estudantes, realizem os encontros preparatórios até abril de 2016, tendo como referência todo o material produzido pelo Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já!.*
18. *Participar do II Encontro Nacional de Educação, no período de 16 a 19 de junho de 2016, em Brasília (DF), organizado pelo Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já!, envidando esforços para o envio de sindicalizados e de caravanas com demais trabalhadores e estudantes.*
19. *Defender no II ENE a elaboração de uma agenda de lutas em defesa da educação pública, organizada pelo Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já e articulada com demais entidades representativas dos trabalhadores da educação e do movimento estudantil.*
20. *Aprofundar as discussões e análises no GTPE e nas Seções Sindicais, quando possível em articulação com as entidades nacionais e locais da área da educação, acerca da política de formação de professores materializada na Resolução 02/2015 – CNE/CP, que privilegia a mercantilização da educação e aprofunda a desvalorização do magistério.*
21. *Desenvolver ações políticas e jurídicas (articuladas com outras atividades nacionais) que fortaleçam a luta para barrar e revogar tanto a política de formação de professores expressa na Resolução n. 02/2015 – CNE/CP quanto à política de reforma curricular da educação básica, materializada na proposta de uma Base Nacional Curricular Comum (BNCC), de iniciativa do MEC e denunciando seu caráter tecnicista e pragmático sintonizado com os interesses imediatos do mercado e em detrimento aos interesses de formação humana da classe trabalhadora.*
22. *Que o ANDES-SN, somando-se a outras associações e entidades, refute publicamente a versão preliminar da BNCC, elencando os pontos gerais da proposta contrários às deliberações do ANDES-SN, denunciando a falta de debate real e efetivo sobre a questão, bem como a preocupante modificação dos rumos da educação básica brasileira, inserida ao longo do documento do MEC.*
23. *Que o ANDES-SN, sob a coordenação do GTPE, aprofunde as reflexões (gerais e específicas) sobre os elementos contidos na versão preliminar da BNCC.*
24. *Publicar nota crítica do ANDES-SN sobre a proposta de BNCC apresentada pelo MEC.*

TR - 12

O 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Envidar esforços, por meio das seções sindicais e regionais, para a criação nos estados e municípios de Frentes, Fóruns ou Comitês de Luta a favor da Escola sem Mordada, ou fortalecer as iniciativas existentes, realizando movimentos, debates, divulgando a Cartilha do ANDES Projeto do Capital para Educação: Análise a Ação para Luta.
2. Participar como *Amicus Curiae* da ADI apresentada pela CNTE e CONTEE contra a lei que instituiu a escola livre em Alagoas.
3. Ampliar a denúncia dos impactos negativos das Leis nº 12.772/12, nº 13.325/16, Portaria 17/16 da SETEC e Lei nº 13.243/16 para o projeto do ANDES-SN para as universidades brasileiras, divulgando a Cartilha que será publicada antes do 36º Congresso do ANDES-SN.
4. Continuar acompanhando a tramitação, com ações de denúncia e enfrentamento, das legislações do executivo e do legislativo que implementam a contrarreforma da educação pública, para sua privatização e mercantilização.
5. Continuar aprofundando a análise da Política de Formação de Professores/as (Resolução nº 02/2015 do CNE de junho de 2015, Base Nacional de Formação dos Professores/as, o PL 5054/2016/Residência docente, PL 6114/2009/ENAMEB e o Decreto 8.752/2016).
6. Lutar contra aprovação da MP 746/2016 denunciando seu caráter autoritário, seu teor tecnicista e a desqualificação da formação e da carreira do/a professor/a do ensino médio.
7. Acompanhar a tramitação do PL 6840/2013 que visa instituir a jornada em tempo integral no ensino médio e dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento, pautando sua análise para indicação de enfrentamento.

8. Lutar contra as medidas recessivas referentes ao Ajuste Fiscal que retiram recursos da educação para realizar o *superávit* primário para o pagamento da dívida.
9. Lutar contra aprovação da PEC 53/2016 que, a pretexto de transformar a educação em serviço essencial, limita ainda mais o direito de greve conquistado pelos servidores públicos.
10. Denunciar os objetivos da Portaria 983 de 2016 do MEC que cria um grupo de trabalho para regulamentar a educação como um serviço que deve ser comercializado seguindo o que propõe o *Trade in Services Agreements* (TISA) aprofundando o que já determina o Acordo Geral do Comércio e Serviços (OMC).
11. Estreitar as relações com centrais sindicais e sindicatos internacionais da educação no sentido de fortalecer as lutas dos/as trabalhadores/as de todo o mundo, na defesa de uma sociedade justa e solidária de uma educação classista e democrática.
12. Continuar na construção da greve do setor da educação como parte do processo de construção da greve geral, como uma recomendação do II ENE.
13. Realizar, por meio do DIEESE, estudo do Dieese para identificar a transferência de fundo público para o setor privado da educação, por meio de programas como o FIES, o PROUNI, o PRONATEC, o PRONACAMPO, bem como as perdas de arrecadação oriundas das isenções fiscais.
14. Identificar e combater a atuação do poder judiciário na criminalização dos movimentos estudantil, sociais e dos/as trabalhadores/as.
15. Construir ou fortalecer, onde já existe, os Comitês de apoio às ocupações estudantis e outras iniciativas em defesa da educação pública de qualidade.
16. Realizar o V Seminário Estado e Educação do ANDES-SN no primeiro semestre de 2017.
17. Pautar o debate no ANDES-SN, na Coordenação Nacional das Entidades Em Defesa da Educação Pública e Gratuita, e seus Comitês ou Fóruns Estaduais, sobre as atividades voltadas para a realização do III ENE, previsto para o ano de 2018.

TEXTO 13

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE CLASSE, ETNIAS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

O ANDES-SN na Luta contra as Opressões: o Machismo, a LGBTfobia, Racismo e pela Defesa dos Povos Indígenas e Quilombolas

O ANDES-SN compreende que a luta contra as opressões é de fundamental importância para a construção de uma sociedade igualitária. Por isso, nos últimos anos, vem ampliando o debate no interior de nossa categoria, buscando avançar na luta. Nesse sentido, realizou, no ano de 2013, o Seminário Nacional Povos Indígenas e Quilombolas no Brasil, intitulado O Estado contra as Nações Indígenas e Quilombolas: a Questão da Terra, realizou o I Seminário de Mulheres do ANDES-SN, em 2011, com o tema central Basta de Violência contra as Mulheres, e o II Seminário, em 2013, que teve como tema As Novas Configurações do Mundo de Trabalho e os Desafios para as Mulheres, que possibilitaram, ao conjunto do movimento docente, a oportunidade de ampliar os debates sobre as questões de gênero no interior de nosso Sindicato, oportunizando a reflexão sobre vários eixos temáticos a exemplo de: Mulheres, Docência Universitária e Movimento Sindical; Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres, Sexualidade e Lesbofobia.

Os Seminários se constituíram não somente como espaço de denúncia das violências sofridas pelos povos indígenas, quilombolas e mulheres, mas também das violências praticadas contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais, sendo, ainda, um fecundo espaço de elaboração de propostas para o enfrentamento dos problemas vivenciados cotidianamente por esses sujeitos.

Assistimos, nos últimos dois anos, uma intensificação da luta das mulheres, dos negros e do LGBTQI, ganhando as ruas em manifestações pelos direitos e igualdade de gênero e respeito a diversidade. Lutas que marcaram, até mesmo, importantes movimentos políticos, como o “Fora, Cunha”, que contribuiu para a cassação do então deputado, Eduardo Cunha, acusado, entre outras coisas, de homofobia, de sexismo e de misoginia.

Apesar de estarmos avançando em nossas reflexões e práticas no interior de nosso Sindicato, avaliamos que ainda temos muito a avançar, em especial no que tange à garantia da participação das mulheres na luta e nas direções de nossas seções sindicais, e daqueles/as que, por conta dos/as filhos/as pequenos/as, afastam-se do cotidiano de nosso sindicato.

1 A Luta contra o capital e as opressões é todo dia! Um debate sobre a inclusão de mães e de pais nos espaços do ANDES-SN

Por muito tempo, os espaços públicos e de atuação política foram ocupados hegemonicamente por homens, em função de uma tradição machista/patriarcalista, que os reservava aos homens, ao passo que às mulheres era destinado o espaço doméstico. A luta contra o machismo, o sexismo e as opressões de gênero garantiu o engajamento dos companheiros à paternidade corresponsável e à conquista das mulheres na participação nas direções sindicais e, pela base, na construção das bandeiras de luta do movimento docente.

Cresce em nosso Sindicato o número de homens e mulheres, de trans, de *gays* e de lésbicas que se dividem entre as atividades familiares e sindicais, o que exige, de nós, ampliação do debate para combater toda e qualquer forma de discriminação. Também cresce em nossa categoria, notadamente nos últimos dez anos, com o ingresso de jovens professores/as, o contingente de mulheres que são responsáveis por seus filhos/as, exigindo do Sindicato a ampliação sobre as formas de viabilizar a participação.

Diante dessa conjuntura, avaliamos que também as seções sindicais, tendo em vista as resoluções aprovadas nos últimos congressos, devem avançar na garantia da presença e da participação das/os nossas/os filiadas/os nas atividades do ANDES-SN, nas assembleias e nas direções dos sindicatos.

A Constituição Federal de 1988 garante aos trabalhadores/as urbanos e rurais, em seu artigo 7º, inciso XXV, “assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas”, fazendo da creche um instrumento de inclusão para pais e mães no mercado de trabalho. Esse direito precisa ser estendido para a participação política de nossa militância.

Compreendendo as conquistas históricas dos movimentos feministas e a luta dos movimentos de mulheres para garantia dos seus direitos, a Diretoria Nacional do ANDES-SN (2016-2018) defende que as seções sindicais debatam sobre a necessidade de viabilizar o auxílio-creche às/aos docentes com filhos em idade pré-escolar, durante participação nas atividades sindicais.

A conjuntura aponta a necessidade de contarmos com todos e todas nas lutas, nas ruas, construindo e fortalecendo o ANDES-SN e a CSP-Conlutas. Esperamos, ainda, que o recrudescimento do conservadorismo não nos impeça de resistir a todos os ataques que a classe trabalhadora sofre historicamente, e que se intensifica no atual governo ilegítimo, recaindo com maior ênfase sobre as mulheres.

2 O ANDES-SN E A COMISSÃO DA VERDADE DA ESCRAVIDÃO

O 35º Congresso do ANDES-SN aprovou importantes resoluções relacionadas à questão étnico-racial, que buscam intensificar a luta contra o racismo, a defesa e a ampliação das ações afirmativas, assim como continuar no engajamento da denúncia do genocídio da juventude negra.

II. POLÍTICAS DE CLASSE, ETNIAS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.

O 35º CONGRESSO delibera:

2. Intensificar a luta em defesa dos direitos das mulheres, dos/as indígenas, dos/as negros/as, da juventude e dos LGBT, e contra as ações (administrativas, legislativas e judiciais) que buscam restringir tais direitos e a discriminação étnico-racial.

7. Intensificar, no âmbito das seções sindicais, ações contra o racismo, a LGBTfobia e o machismo e as demais formas de opressão.

15. Orientar as regionais do ANDES-SN para que organizem atividades com o tema, tanto na forma de mesas durante os encontros regionais, quanto em seminários e debates locais.

18. Intensificar a defesa de ações afirmativas, com ampliação de cotas étnico-raciais para negros e indígenas nas IES, com garantia de políticas adequadas de permanência estudantil, até mesmo nos cursos de pós-graduação.

Ainda no mesmo Congresso, importante resolução encaminhou que a Comissão da Verdade do ANDES-SN deveria engajar-se na luta, no registro e na denúncia dos genocídios enfrentados pela população negra, indígena, quilombola, cigana, camponesa, dos sem-teto e dos moradores das periferias. O Congresso entendeu que o Sindicato deve enfrentar a permanência de práticas ditatoriais.

VIII – COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN

O 35º CONGRESSO delibera:

5. As seções sindicais do ANDES-SN devem se engajar na luta, em campanhas e na denúncia, seguida de registro, para constituição de uma memória de todos os crimes, assassinatos e perseguições políticas, desaparecimentos forçados, bem como o genocídio da população negra, indígena, quilombola, cigana, camponesa, dos sem-teto e dos moradores das periferias. Trata-se de ação de enfrentamento da permanência de práticas ditatoriais.

Portanto, houve um entendimento de que as opressões sofridas por essas populações fazem parte de um processo estrutural na história, que institucionalizou práticas repressivas baseadas nas relações raciais construídas no passado e que continuam fazendo sentido no presente. Visões racializadas da sociedade foram forjadas desde o período da escravidão, marcando a entrada de mais de quatro milhões de africanos no país, e que destinam a vida de negras e negros no Brasil, hoje cerca de 54% da população nacional, principalmente sua juventude, vítima em maior escala da violência. Segundo o Mapa da Violência de 2016 da FLACSO Brasil, de 2003 a 2014 as mortes de negros causadas por armas de fogo aumentaram.

Em 2003, foram 20.29, e 2014 passaram para 29.813 pessoas vitimadas. Já as mortes de brancos motivadas por armas de fogo diminuíram de 13.224, em 2003, para 9.766 pessoas, em 2014. A juventude negra e parda, em torno dos 21 anos de idade, possuía em 2014, 147% a mais chances de ser vitimada por homicídio em relação aos brancos. Ainda segundo o Mapa da Violência de 2015 da FLACSO Brasil, nos últimos dez anos, os homicídios de mulheres negras aumentou 54%, enquanto os de mulheres brancas caiu 9,8%. Realidade racializada e estruturada nas instituições e relações sociais, oriunda do período escravista. No 61º CONAD, foi aprovada resolução que propõe um contato do GTPCEGDS e da Comissão da Verdade do ANDES-SN à Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil criada pelo Movimento Negro e pela OAB, e que tem também participação da CSP-Conlutas, para avaliação de possíveis trabalhos em conjunto.

III – NOVA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN

O 61º CONAD do ANDES-SN delibera:

3. Que o GTPCEGDS estabeleça contato com a comissão nacional da verdade da escravidão no Brasil para avaliar, em conjunto com a Comissão

da Verdade do ANDES-SN, a existência de possíveis trabalhos de cooperação mútua.

No campo intelectual, o pensamento sociológico brasileiro foi também racialmente assentado, reforçando, nas instituições de memória e educacionais do país, as antigas concepções racializantes vigentes no final do século XIX. Em resumo, olhares sobre a população negra que ainda perduram no senso comum e também no campo intelectual nacional.

O Estado Nacional e a sociedade brasileira devem reparações sociais, culturais, educacionais e econômicas ao povo negro. O diálogo com a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil será fundamental para registrarmos e denunciarmos as opressões sofridas por negras e negros. Internamente, dentro do Sindicato, o Grupo de Trabalho Políticas de Classe, Etnias, Gênero e Diversidade Sexual, a Comissão da Verdade e o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente do ANDES-SN, a partir desse engajamento, trabalharão em conjunto, visibilizando essas mesmas ações opressivas em nossas universidades e auxiliarão a militância na busca por reparações a tais injustiças. Esse trabalho, que deverá ser articulado com as seções sindicais, será fundamental para realizarmos um trabalho formativo na base do movimento docente, provocando nossas e nossos colegas a reconhecerem seus privilégios como brancos na sociedade e nas universidades ainda balizada pelas relações estruturadas pelo sistema escravista.

Também, o GTPCEGDS buscará registrar as trajetórias de docentes negras e negros nas universidades brasileiras, visibilizando trajetórias de lutas e a construção de saberes que nossas e nossos colegas construíram nas últimas décadas. Tais ações serão basilares para continuarmos a fundamentar e a fortalecer nosso engajamento na luta pelas reparações a negras e negros.

3 A LUTA CONTRA AS OPRESSÕES E A RESISTÊNCIA AO RECRUDESCIMENTO DO CONSERVADORISMO

O período de 2015 e 2016 foram reconhecidos como os anos da Primavera das Mulheres no Brasil, tendo como pauta central o “Fora, Cunha”, pois o deputado federal cassado representou na Câmara um projeto misógino e de retrocessos às pautas e aos direitos das mulheres, além disso também pautando a luta contra a violência às mulheres e o recrudescimento do conservadorismo. É importante registrar que a luta das mulheres no Brasil é histórica, negras e indígenas já se levantavam contra as opressões há mais de 300 anos, as operárias e as militantes de esquerda há 200 anos disputam as discussões das desigualdades de gênero alinhado ao debate das lutas de classes. Entre os séculos XIX e XX, as mulheres, em defesa do sufrágio universal, abriram um debate necessário: o direito ao voto e o espaço na política.

Nesse sentido, a luta contra o discurso do “lugar da mulher” e da sua “fragilidade e feminilidade”, por conta da “maternagem”⁸, constituiu um dos grandes movimentos de emancipação das mulheres: o feminismo. A luta contra o feminicídio e a Lei Maria da Penha, com todas as suas limitações, é resultado do avanço do movimento feminista. O feminismo ou os feminismos são responsáveis por isso, pela formação e disputa de um projeto político, no qual, as mulheres disputam e lutam por garantia de direitos. Mas não só isso, a luta feminista no Brasil é uma luta antirracista, antimachista e de classe.

Na América Latina, a luta contra a cultura do estupro ganhou força nos últimos dois anos, e a compreensão de que é fruto de uma construção histórica da normatização da violência contra as mulheres. A cada denúncia, o silêncio é rompido e outras mulheres passam a participar e integrar, o que chamamos hoje, da rede de segurança. Os espaços formativos e a luta contra o machismo garantiram às mulheres espaços estratégicos no combate à misoginia. Dessa forma,

⁸ O discurso da maternagem surge a partir da construção cultural sobre as diferenças biológicas, ou seja, a sociedade – dentro dos seus aspectos culturais – organiza e orienta os papéis que serão assumidos por homens e mulheres, partindo das suas características biológicas. O que não significa que esses papéis sejam naturais, pelo contrário, são naturalizados, pelos homens e pelas mulheres, dentro de uma relação de poder – a relação de gênero. In: SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Gender and Politics of History. New York: Columbia University Press, 1989.

estar nesses espaços, participar, e o avanço do feminismo foram e são fundamentais nesse processo.

Referente às questões étnico-raciais, em nossa análise, há também uma ascensão das lutas da população negra no Brasil, em resposta às condições de exploração extremamente opressivas, nas quais sobrevive. Sendo 54% da população brasileira, negros e negras ocupam os postos de trabalho precarizados, com menores renda, e há verdadeiro extermínio da juventude negra, ressaltando que a violência contra as mulheres negras aumentou 54,8% (queda de 9,8% para as brancas). O Brasil é o 5º país do mundo em população carcerária em que 2/3 do total é negra, e 50% dessa população têm entre 18 e 29 anos.

Esses dados colocam em cheque o mito da democracia racial no ano em que completa 15 anos da III Conferência Mundial contra o racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. Há que se avançar na pauta de luta do povo negro para além das políticas de ações afirmativas e cotas raciais, para as Reparações Históricas ao povo negro. Foi dentro dessas discussões que o ANDES-SN realizou o II Seminário de Ações Afirmativas (2012), debatido desde o 22º Congresso, e fortaleceu o movimento dentro do Sindicato, no combate ao racismo e em favor à defesa das cotas.

A realização desses seminários atenderam uma reivindicação geral da base e enfatizou que as questões de gênero, de raça e de classe precisam ser debatidas de forma transversal aos problemas estruturais, e não isoladas, como epifenômenos, ou questiúnculas de identidade. Tendo em vista a necessidade da transversalidade dessas discussões no 32º Congresso do ANDES-SN, aprovou-se o II Seminário de Diversidade Sexual para fortalecer as lutas nas universidades contra todas as formas de assédio e de violência.

Na atual conjuntura, vive-se um recrudescimento do conservadorismo que atua contra os direitos conquistados pelos movimentos feministas, Movimento Negro e LGBTI, demandando ao ANDES-SN e às suas seções sindicais garantir o maior número de docentes nos espaços deliberativos do nosso Sindicato e na sua construção.

Nesse sentido, para o 36º Congresso:

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

II. POLÍTICAS DE CLASSE, ETNIAS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

O 35º CONGRESSO delibera:

1. Lançar, durante o II ENE, que ocorrerá em Brasília, em junho de 2016, a cartilha que discute ações contra a discriminação e o preconceito étnicorracial de gênero e de orientação sexual

2. Intensificar a luta em defesa dos direitos das mulheres, dos/as indígenas, dos/as negros/as, da juventude e dos LGBT, e contra as ações (administrativas, legislativas e judiciais) que buscam restringir tais direitos e a discriminação étnicorracial.

3. Propor à CSP-Conlutas e aos movimentos sociais a realização de uma campanha pela ampliação de direitos das mulheres, dos indígenas, das/os negros/as, quilombolas, da juventude dos/das LGBT, dos ciganos e contra a aprovação:

3.1 da Proposta de Emenda à Constituição 171/93 que diminui a maioria penal de 18 para 16 anos;

3.2 do Projeto de Lei nº 5069/13 que tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem “induz” a gestante à prática de aborto; exigindo o seu arquivamento;

3.3 do Projeto de Emenda à Constituição Federal 215/00 que passa ao Congresso Nacional as competências exclusivas à aprovação de demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas;

3.4 do Projeto de Lei nº 478/07 que dispõe sobre o Estatuto do Nascituro;

3.5 do Projeto de Lei nº 1545/11 que penaliza o médico que interromper a gravidez fora das hipóteses existentes na lei atual - estupro e risco de vida para mulher e fetos anencefálicos, com a reclusão de 6 a 20 anos;

3.6 do Projeto de Lei nº 6583/13 que dispõe sobre o Estatuto da Família.

- 4. Apoiar e lutar pela aprovação do PL 882/2015, que trata dos direitos fundamentais da saúde sexual, direitos reprodutivos e políticas públicas de assistência integral à saúde da mulher, assim como da regulamentação das condições de interrupção da gravidez durante as primeiras 12 semanas do processo gestacional e das obrigações dos poderes públicos, sem qualquer forma discriminatória.*
- 5. Lutar, no âmbito das seções sindicais, pela ampliação de normas que estabelecem respeito à identidade de gênero das pessoas trans, conhecida como nome social, nas IES.*
- 6. Realizar, na próxima reunião do GTPCEGDS, um painel sobre assédio moral e suas interseções com as violências de gênero, LGBTfóbica, etnicorracial.*
- 7. Intensificar, no âmbito das seções sindicais, ações contra o racismo, a lgbtfobia e o machismo e demais formas de opressão.*
- 8. Intensificar, no âmbito das seções sindicais e das secretarias regionais, a luta contra o assédio moral e sexual.*
- 9. Lutar contra o veto de Dilma ao PL n. 5944/2013 que propõe a inclusão do ensino das línguas indígenas no ensino médio profissionalizante e superior.*
- 10. Intensificar a unidade das seções sindicais e secretarias regionais com outros movimentos sociais e populares na luta contra o assédio moral e sexual.*
- 11. Desenvolver com mais intensidade a luta, no âmbito das seções sindicais, contra o preconceito contra pessoas com deficiência.*
- 12. Que o ANDES-SN procure elaborar materiais específicos para cada uma destas temáticas, contemplando o acúmulo dos movimentos sociais, a começar por uma revista Universidade e Sociedade sobre o protagonismo das mulheres na luta social.*
- 14. Elaborar material, com subsídios do GTPCEDGDS que abordem o tema do combate à violência contra a mulher e a descriminalização do aborto, para subsidiar ações nas IES.*
- 15. Orientar as regionais do ANDES-SN para que organizem atividades com o tema, tanto na forma de mesas durante os encontros regionais, quanto em seminários e debates locais.*
- 16. Articular, junto à CSP-Conlutas, aos movimentos de mulheres, ao movimento estudantil e demais entidades e movimentos interessados, atividades no dia de luta pela descriminalização do aborto, 28 de setembro.*
- 17. Apoiar as manifestações contra o PL5069/13. Indicar mobilização nacional dos sindicalizados ao ANDES-SN no dia de luta latino americano e caribenho de luta pela legalização e descriminalização do aborto, 28 de setembro.*
- 18. Intensificar a defesa de ações afirmativas, com ampliação de cotas étnicorraciais para negros e indígenas nas IES, com garantia de políticas adequadas de permanência estudantil, inclusive nos cursos de pós-graduação.*
- 19. Lutar pela criação de cotas raciais para ciganos.*

TR - 13

O 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

- 1.** Detate, por meio das seções sindicais, em suas assembleias e instâncias deliberativas, formas de viabilizar a participação das mulheres responsáveis exclusivas pelos filhos de 1 a 12 anos nas atividades da seção sindical e do ANDES-SN.
- 2.** Garantia de creches e de espaços de convivência nos recintos das seções sindicais, com garantia de infraestrutura para docentes com filhos participarem das assembleias.
- 3.** Realização, no ano de 2017, do Encontro do GTPCEGDS, com duração de 3 dias, para o III Seminário de Mulheres, em março de 2017, tendo como centro feminismo negro, feminismo trans e a luta contra o recrudescimento do conservadorismo e a retirada de direitos; do III Seminário de Diversidade Sexual, em maio de 2017, marcando a luta contra a homofobia, a lesofobia e a transfobia; e do Seminário sobre Reparação e Ações Afirmativas.
- 4.** Articulação, junto à CSP-Conlutas, aos movimentos de mulheres, ao movimento estudantil e às demais entidades e movimentos interessados, atividades nos dias de luta pela garantia aos

direitos das mulheres: 8 de março – Dia Internacional da Mulher; 25 de abril – Dia Latino-Americano da Mulher; 28 de maio – Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher e Dia de Combate à Mortalidade Materna; 30 de maio – Dia de Luta pela Maior Participação Política das Trabalhadoras Rurais; 25 de julho – Dia da Mulher Afro-latino-americana e caribenha; 12 de agosto – Dia de Luta contra a Violência no Campo – Marcha das Margaridas; 19 de agosto – Dia Nacional do Orgulho Lésbico; 29 de agosto – Dia da Visibilidade Lésbica; 26 de agosto – Marcha das Margaridas; 06 de setembro: Dia Internacional de Ação pela Igualdade da Mulher; 28 de setembro: Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe; 10 de outubro – Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher; 12 de outubro – Dia Internacional da Mulher Indígena e Dia Nacional de Luta por Creches; 15 de outubro – Dia Mundial da Mulher Rural; 25 de novembro – Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher.

5. Que o ANDES-SN busque compor participação na Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil criada pelo Movimento Negro e OAB e em trabalho conjunto do Grupo de Trabalho Políticas de Classe, Etnias, Gênero e Diversidade Sexual, a Comissão da Verdade e o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente do ANDES-SN buscando registrar, visibilizar e mobilizar o movimento docente no combate ao racismo no Brasil.

6. Que o GTPCEGDS crie e alimente com as seções sindicais um observatório de práticas de racismo em suas diversas dimensões e outras violências (assassinatos, torturas) nas universidades, com intuito de denunciar e também gerar ações militantes.

7. Que o GTPCEGDS, a Comissão da Verdade do ANDES-SN e o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente trabalhem em conjunto no registro via audiovisual de testemunhos de docentes negras e negros das universidades brasileiras, a fim de montar ações de visibilidade a essas trajetórias via a produção de documentário e outros materiais de divulgação realizados pelo Sindicato Nacional.

Recomendação:

1. Que as seções sindicais debatam em suas assembleias e instâncias deliberativas a garantia, em reuniões e atividades sindicais, com duração de 1 a 3 dias fora do domicílio da/o Diretora/o, do auxílio – creche com a inclusão de meia diária como suporte.

TEXTO 14

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E ARTE

TEXTO DE APOIO

A disputa contra-hegemônica na comunicação –perspectiva da comunicação sindical do ANDES-SN sistematizada no Plano Geral de Comunicação do Sindicato Nacional – adquire cada dia mais a necessidade de aprofundar e de ampliar a sua inserção no conjunto da classe trabalhadora. Em meio aos diversos ataques operados pelos governos, a mídia burguesa tem explicitado cada vez mais o seu papel de defensora das políticas do capital. Para exemplificar, todas as medidas que atacam o serviço público, os direitos previdenciários e trabalhistas repercutem midiaticamente como necessidades para o desenvolvimento do país, formando opiniões gerais de interesses diametralmente opostos para os trabalhadores e trabalhadoras.

Na contra-hegemonia da comunicação, é fundamental o fortalecimento dos veículos alternativos não somente na sua disseminação, mas também na instrumentalização da população para fazer a disputa de projetos de sociedade. Esse desafio também envolve a preocupação constante com a disseminação de um conjunto de recursos (especialmente das redes sociais) que buscam confundir a classe por meio de informações falseadas ou fontes não confiáveis. Tal questão é necessária em função da legitimidade histórica que a comunicação do sindicato nacional

adquiriu ao longo dos anos como importante fonte de comunicação sindical, tanto para a categoria docente quanto para os setores classistas.

Dessa forma, faz parte da nossa luta pelos direitos dos trabalhadores a democratização da comunicação e o marco regulatório da internet, pois o Estado brasileiro, subordinado aos setores empresariais, opera políticas que beneficiam somente as corporações empresariais privadas de comunicação por meio das concessões sempre renovadas para grande mídia, ou mesmo na concessão de canais de TV e Rádio para parlamentares e igrejas, sem nenhum tipo de controle estatal ou da população. Nesse sentido, fortalecer o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC) é uma tarefa importante para o Sindicato Nacional, assim como desenvolver ações acerca das resoluções já aprovadas em congressos anteriores que tratam da articulação das seções sindicais com rádio/TV comunitária, veículos populares e outras formas de mídia alternativa.

Ao longo dos anos, o Sindicato Nacional vem avançando na perspectiva de articulação entre a comunicação e a arte, especialmente nas ações das seções sindicais, pelas atividades culturais, materiais, eventos e outras formas que valorizam o papel transformador da arte, da cultura e da comunicação. Essa relação não pode ter objetivo instrumental ou decorativo, mas envolver a perspectiva de arte engajada. Isso é, a produção artística com um sentido combativo, provocativo e que contribua na disputa de consciência por meio do entrelaçamento com a comunicação contra-hegemônica.

Um exemplo importante em relação a isso é o jornal Informandes que tem sido desenvolvido com uma diagramação que busca articular a comunicação e a arte nas ilustrações (tiras, charges, infográficos etc.) como forma de informar e de instrumentalizar a categoria para enfrentar os desafios da conjuntura. Com base no Informandes de novembro de 2016, teremos uma ilustração nos jornais mensais intitulado a “Turma do Tino”, são tiras (quadrinhos) próprias do ANDES-SN, elaboradas pelo cartunista Ricardo Borges, cujo objetivo é apresentar outra linguagem para as pautas do Sindicato Nacional, no sentido de disputa contra-hegemônica da comunicação sindical, retratando as matérias do Jornal por meio do humor crítico.

A realização do V Encontro de Arte e Comunicação do ANDES-SN avança na relação entre a comunicação e a arte nos meios digitais. As diferentes formas de comunicação na internet são desafios constantes para a categoria, pois ao mesmo tempo em que são importantes espaços para disseminar informações e materiais de mobilização, as empresas que dominam as operadoras das redes sociais (facebook, Whatsapp, Twitter etc.) controlam e/ou restringem os conteúdos que são publicados, seja na forma das estratégias comerciais sejam políticas de conteúdo de suas empresas.

A recente pesquisa de comunicação das seções sindicais realizada permitirá que tenhamos elementos mais concretos acerca da estrutura, dos materiais, da distribuição e da perspectiva de comunicação das seções sindicais sendo fundamentais para atualizarmos a política de comunicação. No momento do fechamento deste Caderno de textos, ainda não temos a sistematização das informações recebidas pelas seções sindicais sobre o levantamento da comunicação. No próximo período, a coordenação do GTCA irá elaborar esse material e socializar com o conjunto do Sindicato Nacional para apreciação e fortalecimento da política de comunicação sindical.

No âmbito do fortalecimento da comunicação sindical contra-hegemônica, é fundamental a contribuição do ANDES-SN para a comunicação da CSP-Conlutas. A realização do II Seminário de Comunicação da CSP-Conlutas, a ocorrer em dezembro de 2016, aprofundará a construção da política de comunicação da nossa Central. Nesse sentido, é importante que os encaminhamentos do seminário possam ser tratados no GTCA e no próximo CONAD com vistas a encaminhar propostas para o III Congresso da CSP-Conlutas a se realizar em 2017.

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

III – POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E ARTE

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que as seções sindicais:

- 1. Promovam a arte e a cultura como parte da ação sindical e das mobilizações integrando militantes e profissionais da comunicação.*
- 2. Fortaleçam e intensifiquem a produção artístico cultural nas ações políticas do sindicato, no sentido de sensibilizar e promover as lutas do cotidiano, inclusive nas atividades multicampi.*
- 3. Rearticulem e fortaleçam os GTCA locais trabalhando em conjunto militantes e profissionais da comunicação para avançar no debate sobre a comunicação para os trabalhadores.*
- 4. A partir do Plano de comunicação do ANDES-SN, construam ou intensifiquem o Plano de Comunicação local.*
- 5. Se cadastrarem no repositório digital do ANDES-SN e disponibilizem as artes, vídeos e materiais para compartilhamento.*
- 6. Socializem materiais produzidos para as mobilizações locais, através do repositório do ANDES-SN, para que outras seções sindicais façam uso coletivo (panfletos, dados, jornais etc.).*
- 7. Fortaleçam o GT de Comunicação da CSP Conlutas Nacional e Estadual com a participação de representantes das seções sindicais e dos profissionais da comunicação.*
- 8. Estabeleça diálogo com mestres, artífices, artistas e produtores culturais locais, como forma de ampliar o conteúdo classista da produção artística e cultural geral.*
- 9. Aprofunde o debate com movimentos sociais regionais para a criação e consolidação do Canal da Cidadania, que possibilite que movimentos sociais e entidades representativas dos trabalhadores tenham duas emissoras na TV aberta por município, a partir de princípios a serem construídos coletivamente.*

O 35º CONGRESSO delibera:

- 1. Que o ANDES-SN, amplie a participação e intensifique o intercâmbio das seções sindicais na luta pela democratização das comunicações, tanto no âmbito nacional como local, em parceria com movimentos, fóruns, professores e grupos de pesquisa que atuam nesta temática, como é o caso do FNDC, que a entidade constrói.*
- 2. Que o ANDES-SN, por meio do GTCA e com a efetiva participação das seções sindicais, promova a discussão sobre as políticas de radiofusão gratuita no Brasil, numa perspectiva crítica e classista, envolvendo, dentro do possível, profissionais da área, cuja atuação e produção intelectual esteja sintonizada com esta perspectiva.*
- 3. Promova o Encontro Nacional de Comunicação e Artes do ANDES-SN em 2016, com uma programação que possibilite a participação de profissionais de outras entidades sindicais, mas também de militantes em prol da democratização da comunicação, de maneira a se tornar um evento que constitua a agenda sobre a temática.*
- 4. Invista na formação e aperfeiçoamento das equipes e assessorias de comunicação nacional e das seções sindicais para melhorar a linguagem e expressão dos conteúdos que defendemos em relação à mídia e público alvo, respeitando as diferentes variações linguísticas regionais e sociais e as novas formas de apropriação de conteúdo.*
- 4. Aprofundar o debate sobre o marco civil da internet.*
- 5. Nos termos da política de comunicação do ANDES-SN, intensificar, em níveis local, regional e nacional, o apoio e o envolvimento na organização de mídias alternativas e comunitárias, como forma de fortalecimento da pluralidade, de ampliação dos espaços comunicacionais e de independência em relação à mídia comercial.*

TR - 14

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1. Aprofundar as redes colaborativas de informação entre as equipes de comunicação (profissionais e diretores) das seções sindicais e da imprensa nacional, compartilhando materiais por meio do Repositório Digital do ANDES-SN, utilizando ferramentas de comunicação para cobertura em rede de ações nacionais e outras possibilidades que dinamizem o compartilhamento de informações e potencializem a comunicação.**

2. Fortalecer o GT de Comunicação da CSP-Conlutas Nacional e Estadual com a participação de representantes da diretoria e profissionais da comunicação das seções sindicais.
3. Aprofundar, a partir dos encaminhamentos do II Seminário de Comunicação da CSP Conlutas, o debate sobre a comunicação sindical da central para colaborar com a elaboração de um Plano de Comunicação da CSP-Conlutas.
4. Que as seções sindicais aprofundem a articulação do trabalho da comunicação com o campo artístico-cultural, integrando militantes e profissionais da área, para a realização de políticas de arte e comunicação e produção de materiais.
5. Desenvolvr, por meio seções sindicais, pelos GTCA locais, ações de formação (seminários, debates etc.) sobre comunicação sindical na perspectiva contra-hegemônica com referência no Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN envolvendo docentes e profissionais da comunicação.
6. Divulgar a sistematização da pesquisa sobre comunicação sindical do ANDES-SN realizada no segundo semestre de 2016 para aprofundamento e fortalecimento da política de comunicação do Sindicato Nacional.

TEXTO 15

Diretoria do ANDES-SN

COMISSÃO VERDADE DO ANDES-SN: A LUTA PELA MEMÓRIA, REPARAÇÃO E JUSTIÇA

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN surgiu no contexto da década de 1980, nos últimos estertores da ditadura empresarial-militar, tendo sofrido todas as consequências desse período obscurantista de nossa história, como, por exemplo: cassação de professores, aposentadorias compulsórias, estudantes punidos pelo decreto 477, presença de censores e delatores em sala de aula, demissões por perseguição ideológica, prisões, mortes, torturas e banimento de professores, estudantes e técnicos.

A Comissão da Verdade do ANDES-SN foi criada no 32º Congresso do Sindicato, em 2013, na cidade do Rio de Janeiro, e a sua coordenação foi constituída no 58º CONAD, tendo se empenhado durante este período de tempo, por meio de suas secretarias regionais e seções sindicais, em desenvolver ações no sentido de contribuir com a luta nacional contra a impunidade daqueles que cometeram crimes de lesa-humanidade a serviço do Estado durante a ditadura empresarial-militar iniciada com o golpe militar de 1964.

O amplo trabalho proposto pela comissão teve, no início, a participação do Grupo de Trabalho História do Movimento Docente (GTHMD), o que possibilitou abrir pistas para atuação junto às seções sindicais, construir vários relatórios e publicar um caderno.

O elemento central do nosso trabalho nessa comissão é contribuir para a revisão da Lei de Anistia, ao mesmo tempo em que lutamos pela responsabilização judicial daqueles que cometeram os mais diversos crimes (prisões, torturas, mortes, desaparecimento de corpos, banimento, etc.) contra os que combatiam a ditadura empresarial-militar e defendiam as liberdades democráticas. Tão importante quanto punir os executores dos crimes, se faz necessário também acabar com a impunidade que protege os mandantes, bem como os superiores que toleraram ou acobertaram tais práticas e que ainda persistem até os dias de hoje.

Dando continuidade ao processo de desvelamento da história recente do Brasil, a coordenação da Comissão da Verdade do ANDES-SN, eleita no 61º CONAD, desenvolverá um conjunto de eixos de trabalho e realizará ações tendo em vista efetuar um método de trabalho articulado com

segmentos internos ao ambiente da universidade e da sociedade civil, para tentar contribuir com a formação de uma sociedade que reconheça a importância da sua memória histórico-social e combata os crimes praticados pelo Estado e, ainda, faça justiça.

Importa ressaltar a importância da Comissão para resgatar a memória e evitar o esquecimento principalmente na conjuntura que vive o Brasil atualmente, quando ficou visível a ação de vários grupos que pedem o retorno da ditadura e dos generais, elogios aos torturadores, expressando-se, até mesmo, de forma violenta, como foi a invasão da Câmara de Deputados no RJ e no Congresso Nacional, pelos jovens do MBL ou Pátria Brasil, que chamam a polícia para desocupar escolas e universidades ou se constituem como verdadeiras milícias fascistas que ocupam espaços na mídia e nas redes sociais difamando e organizando ações contra movimentos sociais, entidades e organizações políticas, como era feito durante a ditadura militar pelos grupos de jovens do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e do Movimento Anticomunista (MAC), colaboradores da repressão de triste memória.

Outro aspecto a ser considerado e denunciado pela Comissão e pelo ANDES-SN é a criminalização dos movimentos sociais e o uso do aparato policial militar na repressão aos movimentos nas universidades e nas escolas ocupadas, como bem exemplifica a invasão pela polícia, sem ordem judicial, da Escola Florestan Fernandes do MST.

Dessa forma, além de lutar pela punição dos que praticaram crimes em nome do Estado, lutar também contra o esquecimento se faz essencial nessa conjuntura. Para que não se esqueça, para que jamais aconteça.

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

VIII - COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN

O 35º CONGRESSO delibera:

1. Propor às seções sindicais que construam instrumentos de luta, no espaço de suas respectivas IES, pela revisão da Lei da Anistia destacando os seguintes itens:

1.1 que sejam mantidas a anistia e os direitos conquistados pelos perseguidos políticos pela ditadura empresarial-militar;

1.2 lutar pela punição dos autores dos atos criminosos praticados pela ditadura empresarial-militar.

2. Aprofundar, no âmbito das seções sindicais, estudos e pesquisas sobre a presença do entulho autoritário da ditadura empresarial-militar nas IES, em seus respectivos estatutos e regimentos e das relações e práticas acadêmicas atuais.

3. Que as seções sindicais, sob orientação da Comissão da Verdade do ANDES-SN, realizem um levantamento, no interior de suas respectivas IES, sobre a situação dos docentes que foram perseguidos, assassinados, expurgados e cassados durante o período da ditadura empresarial-militar, com vistas à construção de um quadro nacional da situação.

4. Que a Comissão da Verdade do ANDES-SN, na luta por memória e justiça, entre em conjunto com movimentos de direitos humanos no campo classista dos trabalhadores, demais entidades democráticas interessadas na punição dos crimes da Ditadura e movimentos dos familiares dos mortos (e desaparecidos) durante a ditadura empresarial-militar, na luta pela abertura irrestrita dos arquivos do período ditatorial.

5. As seções sindicais do ANDES-SN devem se engajar na luta, em campanhas e na denúncia, seguida de registro para constituição de uma memória de todos os crimes, assassinatos e perseguições políticas, desaparecimentos forçados, bem como, o genocídio da população negra, indígena, quilombola, cigana, camponesa, dos sem-teto e dos moradores das periferias. Trata-se de ação de enfrentamento da permanência de práticas ditatoriais.

Dessa forma, a Comissão da Verdade propõe as seguintes ações:

TR - 15

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Convocar reuniões ampliadas periódicas da Comissão da Verdade do ANDES-SN com a participação de representantes das comissões da verdade constituídas pelas Seções Sindicais.
2. Dispensar esforços, em parceria com as comissões da verdade constituídas pelas seções sindicais, por meio da Comissão da Verdade do ANDES-SN, para:
 - 2.1 ampliar o foco do trabalho da comissão da verdade do ANDES para o pós-1985, tendo como um dos elementos centrais investigar a permanência de leis, de decretos, de ações e de práticas governamentais que contribuam para a continuidade/permanência da legislação autoritária e policialesca;
 - 2.2 continuar mapeando os atos da ditadura empresarial-militar iniciada em 1964, e o levantamento de presos, de torturados, de mortos e de exilados entre professores, estudantes e técnicos;
 - 2.3 identificar resoluções, decretos e documentos internos das universidades que atingiram os três segmentos e que impactavam na liberdade e autonomia universitária;
 - 2.4 mapear na estrutura jurídico-administrativa os instrumentos repressivos da ditadura que permanecem regulando a vida acadêmica, localizando em quais instâncias da universidade a legislação autoritária continua normatizando o ambiente acadêmico;
 - 2.5 localizar nos instrumentos jurídicos em vigor aquilo que possibilita a repressão no universo acadêmico, social e político no Brasil atual;
 - 2.6 articular ações e troca de informações com as comissões da verdade institucionais, nas universidades e da sociedade civil, que possam contribuir para que os trabalhos da Comissão da Verdade do ANDES-SN avancem no desvelamento dos crimes do Estado autoritário brasileiro;
 - 2.7 realizar levantamento nas universidades, de homenagens feitas aos colaboradores e coniventes com a ditadura empresarial-militar, representadas em nomes de campus e espaços físicos nas IES, publicizando-as e promovendo ações junto à comunidade acadêmica com o objetivo de retirar tais homenagens;
 - 2.8 interagir com o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente (GTHMD) e com a coordenação do Centro de Documentação do ANDES-SN para buscar informações que já se encontram na memória do Sindicato e da Comissão da Verdade;
 - 2.9 trocar informações com organizações de professores da América Latina sobre a questão da repressão no ambiente universitário.
3. Apresentar, no 63º CONAD, um relatório sobre o desenvolvimento dos eixos e das ações aprovadas no 36º Congresso.

TEXTO 16

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

TEXTO DE APOIO

Na relação capital *versus* trabalho, as questões agrárias, urbanas e ambientais estão no centro da movimentação dos projetos políticos (política energética, agronegócio, política de inovação tecnológica, política fundiária, política habitacional e de transportes entre outras). O capital se reproduz e transforma os recursos naturais, os espaços urbanos, as áreas rurais em mercadorias atendendo a necessidade do mercado.

A partir dessa lógica de mercantilização do espaço em mercadoria, campo/cidade, é que nos últimos séculos se intensificou no mundo os processos de desterritorialização e privatização fundiária, emergindo na relação Estado/Capital e Sociedade, conflitos pela terra, pelo solo urbano e pelos recursos hídricos e minerais.

A “crise econômica”, em escala global, vem intensificando o processo predatório de mercantilização do ambiente e do subsolo de forma implacável. Perdas históricas de direitos trabalhistas, genocídio dos povos originários, dilapidação dos recursos naturais e culturais são alguns exemplos da entrega para o mercado/capital financeiro os setores essenciais da sociedade, some-se a isso a contrarreforma da previdência, anunciada pelo governo ilegítimo de Temer, que no bojo de sua abrangência, irá atingir centralmente a aposentadoria dos trabalhadores rurais.

No Brasil, vivemos um processo da intensificação da exploração nas relações de trabalho e dos recursos hídricos e minerais, com aprofundamento da desigualdade social, pauperização social e degradação ambiental. Instalou-se uma guerra a todos aqueles que tentam barrar os megaempreendimentos da especulação imobiliária, o agronegócio, as barragens para usinas hidroelétricas. Cada vez mais são criados instrumentos no sentido de estabelecer “bases legais” e proteger o capital, como o PLC 13.260/2016 (Lei antiterrorismo), criada pelo governo federal, que visa criminalizar os movimentos sociais.

Como exemplo, podemos citar Mariana e outras cidades ribeirinhas do Rio Doce, marcadas por uma tragédia anunciada e denunciada, que após um ano da catástrofe, as famílias não foram indenizadas, e a multa não foi paga pela Samarco (Vale/HBC), num dos maiores crimes ambientais do mundo. O quadro local de Mariana vai muito além do crime de uma mineradora, de um governo cúmplice, de um aparelho de Estado violento repressor da luta popular e de uma mídia burguesa falsificadora da realidade no sentido de proteger os projetos de interesse do capital, marcas do atual contexto político nacional/internacional, afirma-se o absurdo do império e da ganância do mercado que vêm destruindo, matando e transformando terra em um grande deserto estéril.

Gostaríamos também de destacar a questão do nióbio. O que é o nióbio? É um metal altamente resistente ao calor, essencial à tecnologia de ponta, seu valor de mercado, cotado pela Bolsa de Londres, é muito superior ao do ouro. De toda a reserva mundial atualmente prospectada, o Brasil possui nada menos que 90% desse montante. Sua extração encontra-se sob o domínio de duas companhias privadas, pois não há uma regulamentação vigente da extração desse minério. O nióbio não foi incluído no novo Marco Regulatório da Mineração, continua sendo explorado de forma predatória no território brasileiro.

A questão de exploração de recursos minerais, hídricos e naturais no Brasil, estão no domínio do capital privado, o solo e o subsolo são explorados, e o ônus fica para a população brasileira.

De acordo com a C.F. art. 225, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O cálculo da dívida ecológica é uma das formas de denunciar o avanço do desequilíbrio ecológico e a exploração predatória dos recursos ambientais e especulação do valor da terra e dos imóveis.

A Auditoria Cidadã da Dívida Pública está trabalhando na contabilidade desse ônus causado pela exploração predatória dos recursos naturais no território brasileiro, considerando que os efeitos da exploração dos recursos ambientais atingem a saúde, a educação, a distribuição de renda, o acesso à terra, a aquisição da moradia, a mobilidade urbana, o transporte, as áreas urbanas, entre outros.

A questão urbana também incide de maneira cada vez mais intensiva no processo de privatização da coisa pública. Os espaços da cidade, cada vez mais encarecidos e elitizados, reforçam uma desigualdade estrutural de nossas cidades que impactam na vida da classe trabalhadora de várias formas: acesso desigual a saneamento e distribuição de água potável; infraestrutura urbana precária que inclui ausência de equipamentos urbanos como escolas e hospitais; transporte coletivo privado ineficaz e caro; aumento do custo de compra e aluguel de

habitação e ausência de espaços deliberativos populares sobre os usos do orçamento público para a realização de projetos nas cidades. De forma breve, não há distribuição de espaço urbano de qualidade, o que impede a realização plena do direito à cidade. A cidade assim constituída, reforçando a privatização do espaço público, impacta diretamente na realização plena da educação pública: a dificuldade de fornecimento de habitação estudantil de qualidade, a ausência de transporte eficaz para toda a comunidade acadêmica, sem falar no consumo do espaço dos *campi* universitários cada vez mais ofertados para parcerias público-privadas que ocupam, muitas vezes, com “Parques Tecnológicos” empresariais, o pouco espaço que ainda resta para oferta da educação público gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Para enfrentar essas questões, é indispensável aos movimentos sociais, sindicatos e às comunidades tradicionais ampliarem as discussões das questões agrárias, urbanas e ambientais apontando ações que barrem a retirada de direitos da população e lutem para que se revoguem leis, haja vista a constante implementação delas nos últimos anos, tais como: Marco da Biodiversidade, Código de Mineração, Código Florestal, PEC 215/2000 (transfere atribuição da demarcação das terras indígenas, titulação de territórios quilombolas e criação de unidades de conservação ambiental do poder Executivo para o Congresso Nacional), Marco Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; PEC 65/2012 – que fragiliza os instrumentos de concessão de licenças ambientais no sentido de facilitar o processo exploratório do solo e do subsolo - PEC 55, (que tramitou na Câmara como PEC 241) congelamento por vinte anos da receita para setores essenciais como educação e saúde, entre outras;

Diante desse quadro, coloca-se um desafio aos sindicatos e aos movimentos sociais, qual seja, de combater e de criar mecanismo de ações contra uma arquitetura política, a qual se apresenta aparentemente de forma cindida em um conjunto de medidas legais, ora flexibilizadora dos mecanismos legais para expansão do capital internacional, ora instauradora de mecanismos legais de criminalização e de retirada de direito. O objetivo de tal arquitetura política mira claramente a implosão dos direitos sociais e a transformação do solo, subsolo, espaços urbanos, espaços rurais em capital privado.

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

VI - POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

O 35º CONGRESSO delibera:

1. Intensificar a luta nacional e local, em unidade com os demais movimentos sociais, contra a política energética e ambiental imposta pelo governo federal – Código de Mineração, Código Florestal, Marco da Biodiversidade e PEC 215/2000, aprofundando o debate nas seções sindicais e nos encontros regionais do ANDES-SN.

2. Propor que as seções sindicais intensifiquem o debate sobre a política energética e ambiental imposta pelo governo federal – Código de Mineração, Código Florestal, Marco da Biodiversidade e PEC 215/2000, incluindo a questão da exploração das jazidas de xisto betuminoso no Brasil e seus danos ao meio ambiente e à saúde pública.

3. Pautar nos encontros regionais do ANDES-SN debates no formato interregional, em 2016, a política energética e ambiental (Código de Mineração, Código Florestal, Marco da Biodiversidade, Crise Hídrica e PEC 215/2000).

4. Participar das lutas nacionais e regionais em defesa da reforma agrária popular e da soberania alimentar (agroecologia camponesa, agricultura familiar, pesca artesanal) e contra a política de transgenia e agrotóxicos no setor.

5. Integrar o coletivo de movimentos sociais e entidades científicas, que promovem a "Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida";

6. Realizar debate em conjunto com os movimentos sociais sobre o impacto socioambiental na regulamentação dos planos diretores municipais e nas propostas de expansão dos espaços urbanos.

7. Defender, no interior da CSP-Conlutas, a intensificação dos debates sobre as questões socioambientais rurais e urbanas, tais como as problemáticas mineral, hídrica, energética e do

agronegócio, que vulnerabilizam territórios no campo e na cidade atingindo povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses entre outros.

8. Colaborar com organizações e movimentos sociais que atuam em direção a outro modelo de cidade, diferente deste baseado na especulação imobiliária, que expropria e remove milhares de pessoas em diversos territórios urbanos no Brasil.

9. Participar das lutas dos trabalhadores/as urbanos/as por trabalho, moradia e mobilidade urbana.

10. Participar das lutas de resistência contra as políticas econômicas geradas pelo poder público com o capital, que implicam em impactos sociais e ambientais, decorrentes de obras para megaeventos, como as realizadas por ocasião dos Jogos Olímpicos de 2016.

TR - 16

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Realizar, em 2017, um seminário nacional com a temática Questões Agrárias, Urbanas e Ambientais: Desafios Atuais, em articulações com os movimentos sociais, a fim de aprofundar a discussão e a organização da luta dos trabalhadores contra a ação espoliadora do capital presente em sua política agrária, urbana e ambiental.
2. Produzir, a partir da realização do seminário nacional Questões Agrárias, Urbanas e Ambientais: Desafios Atuais, materiais e/ou publicações, que promovam a capilaridade das temáticas do GTPAUA nas seções sindicais e na base da categoria, com a finalidade de fortalecer a articulação do sindicato nas lutas relacionada com a política agrária, urbana e ambiental, a exemplo do nióbio.
3. Fortalecer, ampliar e intensificar, em articulação com a Auditoria Cidadã da Dívida e de outras entidades/movimentos sociais, a denúncia da dívida pública como mecanismo de espoliação das riquezas sociais, com ênfase no debate sobre a “dívida ecológica”.

TEXTO 17

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICAS E AÇÕES PARA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (C&T)

TEXTO DE APOIO

O projeto de universidade defendido pelo ANDES-SN incorpora a defesa de um sistema público de Ciência e Tecnologia voltado para a solução dos problemas vividos pela ampla maioria do povo brasileiro. O acúmulo teórico e político do Sindicato situa a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico no centro da luta sindical e social, por entender a C&T como patrimônio humano que deve ser posto a serviço da melhoria da vida das maiorias.

Com base nesse princípio, o ANDES-SN tem se posicionado e desencadeado lutas contra a mercantilização e a privatização dos conhecimentos produzidos nas universidades e nos institutos públicos de pesquisa. Nessa direção, o Sindicato vem implementando lutas contra o arcabouço legal e institucional que legitimam e instituem formas antigas e novas de direcionamento e apropriação, pelo capital, dos fundos públicos e da produção de C&T desenvolvida nas universidades públicas, institutos, CEFETs e em outras instituições públicas de pesquisa.

Na atual conjuntura, marcada por uma agressiva agenda de retirada de direitos e das drásticas contenções dos investimentos públicos, a produção de C&T pública é duramente atacada, seja pelo aprofundamento da mercantilização e privatização, seja pelo corte de verbas orçamentárias às agências de fomento, às universidades, aos institutos federais, CEFETs e a outras instituições públicas de pesquisa; seja, ainda, pelo desmantelamento da própria estrutura do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Assim, tanto do ponto de vista estrutural quanto da perspectiva conjuntural, enormes desafios estão postos para o ANDES-SN quanto à defesa da universidade pública e da C&T voltada para os interesses da maioria da sociedade brasileira. Isso aponta para enfrentamentos que exigem, ao mesmo tempo, sólidos conhecimentos e a construção de unidades com outros sujeitos do movimento sindical e social.

No plano mundial, segundo informações veiculadas no Seminário **Caminhos para a inovação**, promovido pelo Senado Federal brasileiro, 78% do investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) concentram-se nos Estados Unidos, no Japão, na França, na Alemanha e no Reino Unido e são realizados, em sua grande maioria, por empresas privadas, que respondem por cerca de 75% dos investimentos totais, evidenciando o modelo de produção de C&T totalmente subordinada aos interesses do capital. Informa, ainda, que as dez empresas transnacionais com maiores investimentos em P&D têm sede nesses países, incluindo também a Suíça, a Finlândia e a Coreia do Sul, e que tais países investem de 2 a 4% do PIB em C&T.

A concentração de investimentos em P&D nos países centrais e naqueles que, a exemplo da Coreia do Sul, se inserem tardiamente no mercado mundial com grande protagonismo na educação – com forte traço tecnicista – e na promoção da C&T e da P&D, guarda profundas relações com o papel que esses Estados jogam na geopolítica mundial, na atual fase do imperialismo protagonizado pela tríade Estados Unidos, União Europeia e Japão. Nesses países, o expressivo protagonismo das empresas privadas na produção de P&D tem raízes históricas que se materializam nas particularidades de seus mercados internos e, também, no poder que exercem na concorrência no âmbito do mercado mundial. Ainda, são marcados por uma açodada concorrência entre empresas em que o conhecimento científico e tecnológico representam papel decisivo, bem como por um acúmulo histórico da classe trabalhadora que oferece forte resistência aos processos de precarização do trabalho e ao rebaixamento das condições gerais de existência.

O Brasil ocupa posição muito rebaixada na destinação de recursos para a promoção de C&T, alcançando, atualmente, cerca de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que os fundos estatais respondem por cerca de 60% de todo investimento. Do total de investimentos privados, 90% são concentrados em reduzido número de empresas, das quais mais da metade são estrangeiras. Esta situação tem profundas raízes nas particularidades da formação do capitalismo brasileiro, que, no que pese o país estar hoje entre as dez maiores economias do mundo, ancora-se num mercado interno profundamente desigual, no qual amplos segmentos da classe trabalhadora se reproduzem à margem do emprego formal e do consumo de bens de média e de alta intensidade tecnológica. É, também, marca histórica do capitalismo brasileiro a reprodução, ao longo do tempo, de um padrão predatório de uso da força de trabalho, baseada na superexploração, e o monopólio de empresas estrangeiras e transnacionais sobre os setores mais dinâmicos e intensivos em tecnologia.

Nesse contexto, as afirmações de algumas lideranças da denominada “comunidade científica brasileira”, de que as corporações têm feito a sua parte nessa seara ou, ao contrário, quando apelam à sensibilidade dos empresários para que invistam mais em P&D, abstraem das condições históricas concretas do processo de acumulação de capital no país. Com efeito, as corporações que atuam nos setores mais dinâmicos e intensivos em tecnologia – monopolizados por transnacionais – podem apenas adequar a tecnologia desenvolvida em suas matrizes para a aplicação doméstica, tornando suas unidades, aqui instaladas, em montadoras ou maquiladoras. Por outro lado e dadas as condições estruturais do mercado brasileiro, a importação de máquinas, de equipamentos e de novos métodos produtivos, via de regra, se mostra menos custosa do ponto de vista financeiro e do tempo de retorno.

Eis alguns motivos pelos quais os interesses das corporações capitalistas, praticados no país, não coadunam com os avanços da C&T e P&D, razão pela qual as mesmas autoridades, parlamentares de diversos partidos e empresários, fazem coro em favor de maiores investimentos estatais direcionado às empresas, sob a justificativa de aumento da produtividade interna e da competitividade da nação no mercado mundial. Na mesma direção, defendem o compartilhamento, com a iniciativa privada, de recursos (materiais, humanos e intelectuais) das universidades públicas, dos institutos federais, dos CEFETs e de outras instituições públicas de ensino e pesquisa (instituições que respondem por cerca de 80% da pesquisa desenvolvida no Brasil), sob a alegação de aproximar essas instituições da sociedade.

Segundo estudo do IPEA, a execução orçamentária do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) evoluiu de R\$ 2,6 bilhões, em 2001, para R\$ 6,2 bilhões, em 2010. Incluem-se, nesse montante, os investimentos em fomento de inovação tecnológica nas empresas, que evoluíram na seguinte proporção: a execução orçamentária foi de R\$ 375,1 milhões em 2001 e de R\$ 2,8 bilhões em 2010. Merece destaque o fato de que essa tendência de crescimento orçamentário se inverteu nos últimos anos no lastro do ajuste fiscal em curso e, também, porque, segundo informe do pesquisador Rogério B. da Silva, publicado no site do “Movimento por uma Ciência e Tecnologia Pública”, os fundos públicos repassados às empresas, a propósito do fomento à inovação, vêm sendo utilizados preferencialmente na aquisição de máquinas e de equipamentos e não na produção de novos conhecimentos, métodos e produtos.

O acúmulo teórico e político do ANDES-SN aponta não apenas para a análise dos condicionantes históricos do baixo investimento em C&T e P&D no Brasil, mas também, a partir do diagnóstico, defende e empreende lutas no sentido de aumentar os investimentos para o ensino e para o complexo público de ciência e tecnologia. Um sistema público de produção de C&T financiado por verbas estatais com controle social e democrático é uma trincheira ocupada pelo Sindicato para materializar o propósito de que a produção do conhecimento científico e tecnológico esteja voltada aos problemas cruciais da maioria da sociedade brasileira.

Os baixos investimentos em C&T e P&D não é exclusividade do Brasil, mas de vários países latino-americanos. Com efeito, nas regiões de capitalismo dependente, as corporações estão muito mais interessadas na exploração do estoque de matérias-primas, bens naturais e força de trabalho a preços baixos. Some-se a isso a tendência à reprimarização da economia brasileira centrada na produção de *commodities*. Conforme análise publicada pelo Centro de Altos Estudos, Brasil Século XXI, a pauta brasileira de exportações compunha-se, em 1995, de 57,3% de produtos manufaturados, 15,8% de semimanufaturados e 25,4% de produtos primários. Em 2014, esse quadro se altera para as seguintes proporções: 37,1% manufaturados, 12,2% semimanufaturados e 48,8% de produtos primários. Quanto à intensidade tecnológica, os dados são: na entrada do milênio, os produtos exportados de alta tecnologia correspondiam a 12,4% do total de exportações, caindo para 4,1% em 2013. Já os produtos não industrializados e de média baixa tecnologia respondiam, juntos, por 35,2% das exportações no ano de 2000, crescendo para 54,7% em 2013.

Nessas circunstâncias, as empresas instaladas nos países de capitalismo dependentes não têm a necessidade de investimentos em P&D na mesma proporção com que fazem nas regiões centrais. Assim, os agentes econômicos procuram sempre externalizar os custos com P&D transferindo-os para os Estados Nacionais – que devem suprir a prospecção de novos conhecimentos e produtos tecnológicos que respondam às necessidades das empresas instaladas no país. É nesse contexto, e para responder às demandas do mercado (chamado de sociedade!), que se enquadram as fervorosas reivindicações de aumentos dos investimentos estatais feitas por lideranças do empreendedorismo acadêmico, por políticos e por empresários – declarações que têm tomado os jornais ultimamente em face dos graves cortes de orçamento no lastro do ajuste fiscal regressivo.

Nesse contexto, se produziram instrumentos legais que, em seu conjunto, garantem o direcionamento da pesquisa e a apropriação e o controle do conhecimento científico e tecnológico pelos interesses privados, a despeito de mais de 80% ser produzido nas universidades, nos institutos federais, nos CEFETs e em outras instituições públicas de pesquisa

do país. Assim, merecem destaque, nesse sentido, a Lei da Inovação (nº 10.973/04), o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/16) e a Emenda Constitucional 85/15 que fora aprovada com o fim de sustentar aspectos do novo Marco Legal que confrontavam o texto da Constituição Federal (principalmente os Artigos 218 e 219). Por um lado, esses instrumentos flexibilizam a proteção do mercado interno e a produção de C&T e, por outro, garantem o compartilhamento, com empresas privadas, dos recursos materiais (terrenos, edificações, laboratórios, instrumentos, instalações), financeiros, humanos (pesquisadores, professores e técnicos) e do patrimônio intelectual desenvolvido nas instituições públicas. Em nome de reduzir a “burocracia” das instituições públicas de pesquisa, os defensores desses instrumentos legais promovem a transferência de recursos públicos para o setor privado.

Historicamente, as universidades públicas foram cerceadas em sua autonomia ao não receberem diretamente dotação orçamentária direcionada à C&T. Com o novo Marco Legal, essa situação se agrava, pois as Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICT) – até mesmo aquelas constituídas sob a forma jurídica de Organização Social (OS) – podem captar e administrar seus recursos diretamente nos entes públicos e nas empresas (privadas ou estatais). Tendo natureza jurídica própria, as OS podem intercambiar diretamente com o setor público e privado, contratando pessoal, vendendo produtos e serviços sem, necessariamente, passarem pelo controle social da universidade. Em face disso, é essencial para a luta do Sindicato a defesa de dotação orçamentária própria para as universidades a partir de fontes públicas diretas de financiamento (MCT e Secretarias Estaduais de C&T).

Coerente com seu acúmulo teórico e político, o ANDES-SN combate o processo de mercantilização e privatização do conhecimento científico e tecnológico (tanto no direcionamento da produção quanto na sua aplicação e distribuição de seus produtos) por compreendê-lo como patrimônio humano que deve ser posto a serviço da maioria da sociedade brasileira. Por isso, o Sindicato compreende que a luta contra o direcionamento da pesquisa pelos interesses do capital e a mercantilização e apropriação privada dos seus resultados no país devem ser constante e materializarem-se, dentre outras formas, no combate aos instrumentos legais que fornecem o arcabouço jurídico e institucional dessa política privatista. Para tanto, o trabalho de base realizado no âmbito das seções sindicais deve incorporar o debate sobre essa temática para armar teórica e politicamente a categoria docente para o necessário combate.

Essas lutas interessam aos amplos setores da sociedade que sofrem de problemas variados – que vão desde a falta de tecnologia para a agricultura familiar, passam pelos graves problemas de saneamento e saúde públicas, bases de endemias e epidemias (por exemplo, o vírus zika) que se propagam causando sofrimento e morte precoce de milhares de cidadãos e se expressam na exclusão de amplos setores sociais das tecnologias de informação e comunicação, e chegam até os enormes desafios do setor energético (por exemplo biocombustíveis, petróleo, energia solar, etc.). São, pois, batalhas a serem protagonizadas tanto pelas organizações de trabalhadores ligados ao ensino e produção de C&T e P&D, quanto pelos movimentos sociais de massa. Nesse sentido, e coerente com sua histórica orientação política, o ANDES-SN deve fomentar o debate sobre as diversas problemáticas envolvidas na produção, controle e distribuição da C&T e P&D com outros movimentos diretamente ligados a essa seara – como é o caso do Movimento por uma Ciência e Tecnologia Pública – e com outros movimentos sociais.

No plano da conjuntura imediata, destacam-se os cortes nos orçamentos das políticas públicas e da política de fomento à produção e desenvolvimento da ciência e tecnologia lastreados no perverso ajuste fiscal iniciado por Dilma Rousseff, aprofundado e expandido pelo governo ilegítimo de Michel Temer.

Os cortes encontram base não apenas no regressivo projeto de ajuste fiscal, mas também, agora, ganham musculatura institucional em medidas que atacam drasticamente o serviço e os servidores públicos – como o PLC 54 (antigo PLP 257) – e estabelecem um novo e regressivo regime fiscal definido na PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241), que congela os investimentos primários dos entes federados por vinte anos. No bojo dessa agenda regressiva, os cortes de verbas para C&T vêm se ampliando e deixando o sistema público de C&T praticamente inviabilizado, com previsões de pior situação para 2017.

No que pese o histórico de rebaixamento das despesas primárias do governo federal, o orçamento para C&T piora ainda mais reduzido a mínguaos R\$ 4,6 bilhões em 2016, dos quais 500 milhões foram contingenciados. Assim, a execução orçamentária no ano não pode ultrapassar R\$ 4,1 bilhões, o que corresponde, em valores atualizados, a metade do orçamento executado em 2010. Com a aplicação do reajuste dos investimentos primários com base no IPCA do período, tal como preconizado pela PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241), projeta-se o esgarçamento do já pequeno montante de recursos públicos para financiamento da produção de C&T para os próximos vinte anos, resultando em maiores cortes de verbas das agências de fomento, das universidades, dos institutos federais, dos CEFETs e de outras instituições públicas de pesquisa. Os cortes de bolsas que assolam profissionais e estudantes de todas as áreas do conhecimento poderão se aprofundar no próximo período, fragilizando ainda mais as instituições de ensino superior e de pesquisa.

Situação idêntica ocorre na Argentina, em que o governo de Mauricio Macri tem investido fortemente contra as políticas públicas e, em particular, contra a política de C&T. Pesquisadores, professores e militantes sociais do país vêm denunciando iniciativas como a não contratação de profissionais para a carreira universitária e para pesquisador, em particular. Denunciam, ainda, que a previsão orçamentária para 2017 reduz os recursos na ordem de 32,5% em relação aos valores executados em 2016. Assim, afirma Paula A. Lenguita, militante do coletivo “Científicos y Universitarios Autoconvocados (CYUA)” que, em 2016, o orçamento para C&T correspondia a 0,71% do valor global, enquanto a previsão para 2017 não ultrapassa 0,59%, ao mesmo tempo em que se destina nada menos que 10% para pagamento de juros da dívida pública. No Brasil, segundo estudos da Auditoria Cidadã da Dívida, nada menos que 42,43% do orçamento da União, no ano de 2015, foram destinados para o pagamento de amortizações, de juros e de serviços da dívida pública, ao passo que para a Ciência e Tecnologia o percentual foi de 0,27% do orçamento global.

No quadro da agenda regressiva, as investidas do governo ilegítimo de Michel Temer contra o complexo público de C&T tem significado o aprofundamento da crise de financiamento no setor. Os ataques se expressam, também, no último período, na fusão dos Ministérios de Ciência Tecnologia e Inovação com o Ministério de Comunicações, por meio da mesma Medida Provisória (MP 726) que extinguiu quatro ministérios, secretarias e outras pastas do governo central.

Mais recentemente, o executivo aprovou o Decreto nº 8877 (Diário Oficial da União em 19/10/2016), extinguiu funções do ministério, realocando importantes instituições relacionadas à pesquisa científica no país e distanciando-as do gabinete do ministro. Pelo Decreto, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) deslocam-se da estrutura do gabinete para ocupar uma posição de quarto escalão, vinculando-se a uma prevista “Coordenação Geral de Serviços Postais e de Governança e Acompanhamento de Empresas Estatais e Entidades Vinculadas.

Em face desses ataques, o Sindicato Nacional precisa reforçar as lutas pela recomposição orçamentária à altura das graves demandas da sociedade brasileira. Mostra-se, pois, necessário ampliar o debate em torno de uma política e de um sistema público de produção de C&T voltados para os interesses das maiorias sociais. Nessa direção, o trabalho de formação das nossas bases deve ser reforçado em cada seção sindical, e as lutas devem ser empreendidas em conjunto com os embates mais gerais da categoria dos docentes de instituições de ensino e em unidade com os demais trabalhadores. No lastro das reivindicações orçamentárias, o Sindicato entende ser importante a defesa de que os recursos sejam repassados diretamente às instituições públicas de ensino e pesquisa.

Consoante com os princípios defendidos no Caderno 2 e em face da agenda regressiva em curso, o 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

**RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN
IV - POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

O 35º CONGRESSO delibera:

- 1. Reafirmar a defesa de um sistema público de produção científica e tecnológica, com financiamento estatal, priorizando os problemas que atingem a maioria da sociedade brasileira.*
- 2. Reforçar a defesa de investimentos de verbas públicas exclusivamente em políticas e serviços públicos, inclusive quando se tratar de políticas de C&T.*
- 3. Lutar pelo aumento de verbas estatais para a pesquisa básica e tecnológica realizada nas IES públicas e nos institutos públicos de pesquisa.*
- 4. Intensificar o combate a toda forma de privatização do ensino, da pesquisa e dos resultados alcançados em instituições públicas de ensino superior e de institutos públicos de pesquisa.*
- 5. Desenvolver ações políticas e jurídicas pela revogação da Lei 13.243/2016, que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, denunciando seus efeitos deletérios para as IES públicas, inclusive sua inconstitucionalidade:*
 - 5.1 construção de ações conjuntas com Sinasefe, Fasubra, Asfoc e outros movimentos sindicais, Movimento Estudantil e outras entidades vinculadas ao ensino superior e à produção de C&T contra a implementação da Lei 13.243/2016 nas IES públicas e institutos públicos de pesquisa.*
 - 5.2 que as seções sindicais e secretarias regionais desenvolvam ações de conscientização da comunidade acadêmica sobre os efeitos nocivos da Lei 13.243/2016, combatendo sua implementação no âmbito das IES públicas.*
- 6. Publicar um boletim InformANDES Especial até o mês de abril do corrente ano, enfocando a Lei 13.243/2016 e a Emenda Constitucional 85/2015 com o fim de subsidiar o debate nas seções sindicais.*
- 7. Realizar em 2016, com a participação de entidades representativas da Ciência e Tecnologia convidadas pelo ANDES-SN, um seminário nacional sobre a política de C&T no Brasil - financiamento, estrutura, institucionalidade e impactos para as IES públicas - com o fim de produzir estudos e ações e municiar a luta política do ANDES-SN no enfrentamento da privatização e da intrusão da lógica empresarial na produção de ciência e tecnologia.*

TR – 17

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Continuar a luta pela ampliação de recursos orçamentários específicos para C&T, combatendo as iniciativas de desmonte do Estado e desresponsabilização do financiamento público (por exemplo, a PEC 55 – que tramitou na Câmara como PEC 241), e apoiar incrementos nos fundos públicos de financiamento.
- 2.** Defender que a distribuição dos recursos para C&T seja feita *diretamente* para as universidades, Institutos, CEFETs e outras instituições públicas de pesquisa, em apoio a projetos coletivos de pesquisa socialmente referenciados, garantindo a gestão por meio dos órgãos colegiados constituídos democraticamente.
- 3** Manter a luta contra a regulamentação da Lei nº 13.243/16 (Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação – MLCTI), nas instituições públicas de pesquisa (Universidades, Institutos, CEFETs) ou que fomentem a pesquisa pública (Secretarias de Estados e Municípios, Fundações estaduais, Agências federais), por meio de:
 - 3.1** realização de levantamento da situação sobre a discussão e a regulamentação do MLCTI nas diversas Instituições, por meio das seções sindicais e das secretarias regionais;
 - 3.2** avaliação dos aspectos jurídicos pendentes de regulamentação no MLCTI, por meio da Assessoria Jurídica Nacional (AJN), e fomento de discussão nas seções sindicais e encontros das regionais do ANDES-SN para municiar a intervenção política contra o referido Marco no âmbito das instituições públicas de ensino e pesquisa;

3.3 elaborar um InformANDES especial sobre C&T com material de apoio para as intervenções do ANDES-SN, tendo por base o levantamento e a avaliação citados, além das discussões do II seminário de C&T, realizado na UERJ.

4. Ampliar a participação do ANDES-SN no Movimento pela Ciência e Tecnologia Públicas (MCTP), por meio de:

4.1 em conjunto com as demais entidades do MCTP, organizar uma atividade durante a próxima reunião da SBPC que ocorrerá na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, entre os dias 16 e 22 de julho de 2017, com o fim de debater e divulgar o manifesto do Movimento e outros materiais;

4.2 participar das reuniões, dos encontros, dos seminários e dos atos promovidos pelo MCTP.

5. Continuar o estímulo à formação dos GT de C&T nas seções sindicais.

TEXTO 18

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

TEXTO DE APOIO

A Seguridade Social vem sofrendo inúmeros ataques desde sua conformação jurídica e política na Constituição Federal de 1988. Sempre subfinanciada, desde o governo FHC, inúmeras contrarreformas significaram privatização, sucateamento e perda de direitos nas três políticas que compõem a Seguridade Social no Brasil: a saúde, a assistência e a previdência social. As medidas de austeridade levadas a cabo pelo governo Temer, com centralidade para a PEC 55, (que tramitou na Câmara como PEC 241) são o mais recente golpe à Seguridade Social, pois congelam os gastos desse orçamento por vinte anos, independente da arrecadação, do crescimento populacional, do aumento do PIB e das necessidades sociais da população.

No caso da saúde, os ataques mais recentes, oriundos dos processos de contrarreforma do Estado arquitetados no governo Cardoso pelo Ministro Bresser Pereira, dizem respeito a privatização da gestão, com entrega de orçamento e de patrimônio público para organizações sociais, fundações públicas de direito privado e para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, criada no governo Lula. Essa última foi responsável pela precarização dos contratos em hospitais universitários federais e por sérias agressões à autonomia universitária, tendo sido, desde sua criação, combatida pelo ANDES-SN, o que continua na ordem do dia, sobretudo após o anúncio da intenção do governo de privatizar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), o que aprofundaria ainda mais suas consequências nefastas.

No último ano, vários ataques relacionados ao financiamento da saúde foram implementados e outros vêm sendo ensaiados pelo governo ilegítimo de Temer. Em 2015, as mudanças na vinculação orçamentária da saúde trazidas pela aprovação da EC 86, de autoria do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, já significaram um impacto negativo para o financiamento dessa política já que a vinculação que era ao PIB passou a ser referente à receita corrente líquida. Durante a vigência da EC 29, o financiamento federal do Sistema Único de Saúde (SUS) se situou na faixa entre 1,6% e 1,7% do PIB, com previsão para 2016 de 1,71% do PIB. Hoje, a principal ameaça ao SUS é a PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241). Segundo dados do IPEA (Nota nº 28 de 2016), os recursos para a saúde sob as regras da EC 86 já se reduziram em 2017 para 1,51% do PIB, por conta da queda de arrecadação, e se a PEC 55 for aprovada a redução será para 1,47% do PIB. Com o congelamento dos recursos do orçamento federal propostos pela PEC 55, esse percentual do PIB ficaria congelado por vinte anos, se o crescimento do PIB for de 0%. O IPEA estima que isso impacte, nos próximos 20 anos, na perda de até um trilhão de reais de investimento nessa política. Isso significará uma redução do

gasto per capita em 2017, já baixo em relação aos demais países, de R\$ 519 para R\$ 446, se as regras da PEC forem aplicadas. Essa redução do financiamento da saúde significará um provável aumento nas iniquidades no acesso a bens e serviços de saúde e a inviabilidade da efetivação do direito à saúde no Brasil, sobretudo se considerarmos que prevê-se a duplicação da população idosa nos próximos vinte anos, ampliando a necessidade dessa política.

No caso da Previdência Social, as contrarreformas materializadas nas Emendas Constitucionais nºs 20/1998, do governo de Fernando Henrique Cardoso, e da 41/2003, do governo de Luís Inácio Lula da Silva, e das várias regulamentações no campo da previdência, no governo de Dilma Rousseff, foram dirigidas, respectiva e prioritariamente, nos diferentes presidentes, ao RGPS sob FHC, ao RPPS sob Lula e por regulamentações infraconstitucionais contra ambos os regimes sob Dilma Rousseff. No governo Temer, parece haver a disposição de aprofundar a retirada de direitos e dificultar ainda mais o seu acesso pelos trabalhadores que estão nos dois regimes. Dito de modo diverso, o governo atual pretende sintetizar em uma mesma contrarreforma a destruição dos direitos previdenciários de todos os trabalhadores e de uma só vez. Apesar de ainda não anunciada na sua totalidade, até o fechamento deste texto, os eixos já anunciados pelo governo são: criação de novas receitas com cobrança de contribuição de aposentados e pensionistas do INSS e aumento das alíquotas de contribuição de 11% para 14%, como já imposto no estado do Rio de Janeiro; aumento da idade mínima para a aposentadoria e equiparação de direitos para homens e mulheres; endurecimento para todos os regimes das regras de pensão por morte; aumento da contribuição e restrição de acesso à previdência rural; equiparação de direitos e convergência dos regimes próprios de previdência da União, estados e municípios a partir das regras menos vantajosas para os trabalhadores; desvinculação dos benefícios do salário mínimo (extraído de texto de Granemann cedido ao GTSSA).

Nos estados e municípios, as medidas de austeridade implementadas para equilibrar a suposta crise fiscal, notoriamente criada pela ampliação de isenções fiscais e da dívida com o governo federal e com o setor privado, também impactam na seguridade social. A PLS 54 do Senado (que tramitou na Câmara como PLP 257) estende a estados e municípios a restrição do orçamento imposta pela PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241) ao orçamento federal. Com a justificativa do refinanciamento das dívidas, uma das consequências da aprovação dessa lei será a generalização, já em curso, das previdências privadas complementares ou mesmo a adesão dos servidores à Funpresp, que até o momento se restringia aos servidores federais.

Também a assistência social se encontra em risco. Já é prevista uma redução do orçamento federal para essa política em 2017, e inúmeras medidas de redução de direitos já vêm sendo realizadas pelos estados e municípios (suspensão de aluguel social, restrição de subsídios de transporte, etc.) atingindo os setores mais pauperizados da classe trabalhadora.

Essas medidas de retirada de direitos colocam como desafio ao conjunto do ANDES-SN o aprofundamento do estudo sobre a situação de estados e municípios, a organização da luta contra a PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241), PLS 54 (que tramitou na Câmara como PLP 257) e a defesa das demais entidades do movimento sindical e do movimento sociais da Seguridade Social.

Saúde do trabalhador docente

Outra frente de trabalho fundamental do ANDES-SN, no último período, é o combate ao assédio e à intensificação do trabalho que, sob a lógica gerencialista e produtivista de gestão da força de trabalho nas universidades, traz inúmeros impactos à saúde dos docentes do ensino superior. Em 2016, o GTSSA concluiu o processo de discussão e consolidação da cartilha de orientação para a realização de pesquisa sobre saúde docente que deve ser realizada pelas seções sindicais durante o ano de 2017, um avanço para que conheçamos a realidade da nossa categoria. O GTSSA realizou, ainda, um importante encontro de Saúde do Trabalhador Docente que significou mais um espaço de acúmulo sobre o tema para fortalecer nossos instrumentos de combate ao assédio moral e luta por melhores condições de trabalho e saúde para a nossa categoria

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

VII – POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 35º CONGRESSO delibera:

- 1. Unificar a luta dos docentes e dos demais trabalhadores em defesa da Previdência Pública e Estatal sob regime de repartição, do direito à aposentadoria integral e contra a privatização da Previdência, lutando também pela revogação das Leis nº 13.134/2015 e nº 13.135/2015.*
- 2. Estabelecer um calendário para realização de dossiê sobre a situação das aposentadorias nas três esferas (federal, estadual e municipal), coordenado pelo GTSS/A.*
- 3. Organizar, conjuntamente, ação jurídica do ANDES-SN e demais entidades dos Servidores Públicos Federais pela declaração de inconstitucionalidade da inscrição automática ao Funpresp (Lei nº 13.183 de 04/11/2015).*
- 4. Desenvolver análise jurídica, política e econômica sobre a Previdência Complementar nos estados e municípios para os Servidores Público, para subsidiar ações de combate à privatização da Previdência nos estados.*
- 5. Propor às outras entidades dos trabalhadores a organização de um Fórum em Defesa da Previdência Pública e Estatal.*
- 6. Intensificar a luta pelo direito à aposentadoria integral para os novos servidores e pelos direitos dos aposentados e pensionistas, adotando uma agenda de mobilização, com encontros regionais e estaduais, centrada na mobilização de base, unificando ativos, aposentados e pensionistas de todos os setores (federais, estaduais e municipais).*
- 7. Intensificar a luta contra o Funpresp e os fundos de pensão nos estados e municípios.*
- 8. Organizar ação jurídica nacional (também para os estados e municípios onde isso ocorrer) com o objetivo de impedir os empregadores estatais de fornecer para bancos, previdências privadas, seguradoras, Fundos de Pensão e, especialmente, para a FUNPRESP, os dados dos trabalhadores sem sua expressa autorização.*
- 9. Organizar de forma articulada com os setores da classe trabalhadora a resistência às novas etapas da contrarreforma da previdência.*
- 10. Analisar os impactos do PL 4251/2015 sobre as questões de aposentadoria, pautando nos GTSS/A.*
- 11. Recomendar às seções sindicais a ampliação da representatividade dos aposentados nas atividades sindicais e no Andes-SN, visando o fortalecimento do GTSS/A.*
- 12. Intensificar a lutar pela aprovação da PEC 555/06.*
- 13. Intensificar a luta e exigir do MPOG o restabelecimento do direito previsto no artigo 192 da Lei n. 8112 para aqueles docentes que se aposentaram até a publicação da Lei 9527/97, revogando os efeitos da Nota Técnica MPOG 188/2012.*
- 14. Que as seções sindicais realizem levantamento das seguintes informações: a) os processos de adesão das IFES à EBSEERH; b) os contratos realizados entre a EBSEERH e as IFES; c) os contratos realizados entre a EBSEERH e as empresas privadas; d) os problemas vivenciados pelas IFES que aderiram à EBSEERH. Após o levantamento destas informações, o ANDES-SN deve produzir, em 2016, um dossiê, cartilha ou material correlato com descrições e análises de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc, avaliando o impacto da assistência e na formação dos profissionais da saúde, o modelo de gestão, a política de gratificação e as práticas de controle social.*
- 15. Realizar seminário para divulgação do dossiê sobre a privatização dos Hospitais Universitários via EBSEERH, convidando os movimentos que lutam por saúde e educação públicas para participarem do Seminário.*
- 16. Realizar seminário para divulgação do dossiê sobre a privatização dos HU via EBSEERH, convidar os movimentos que lutam por saúde e educação públicas para participarem do Seminário.*
- 17. Intensificar a luta em defesa do Sistema Único de Saúde, na perspectiva da garantia dos serviços públicos gratuito de saúde de qualidade e contra todas as formas de precarização da saúde (EBSEERH, Fundações Estatais de Direito Privado e Organizações Sociais) em articulação com as entidades sindicais dos trabalhadores federais, estaduais e municipais do SUS e com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde.*
- 18. Lutar pela revogação da lei da EBSEERH, pela dissolução da EBSEERH e pela revogação dos*

contratos existentes e contra a ampliação de sua ação que promove a adesão dos demais hospitais vinculados ao SUS.

19. Realizar o VI Encontro Nacional de Saúde do Trabalhador Docente, no 1º semestre de 2016, em Salvador.

20. Lutar, em articulação com as entidades sindicais dos trabalhadores federais, estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde, contra a PEC 451/2014, contra a entrada de capital estrangeiro nos serviços de assistência à saúde previsto na Lei nº 13.097/2015 (revogação do artigo 142, que altera a Lei nº 8080/1990).

21. Que as seções sindicais participem do 2º Encontro de Saúde do Trabalhador, da Central Sindical e Popular - Conlutas, que será realizado nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2016, em Divinópolis (MG).

22. Construir uma cartilha de orientação para as seções sindicais para a realização da Pesquisa sobre Saúde Docente, da qual constem:

a) instrumento de avaliação mínimo padronizado e construído nacionalmente, com as adaptações acordadas nas Oficinas Interregionais I (Curitiba 2015) e II (Salvador 2016, a ser realizada) do ANDES-SN sobre Saúde e Adoecimento;

b) orientações sobre a metodologia a ser seguida na realização da Pesquisa.

23. Remeter para a II Oficina interregional de saúde docente, com o objetivo de subsidiar o debate e a elaboração da cartilha de orientação, os seguintes elementos:

a) elaboração de um projeto contendo: escopo da pesquisa, objetivos gerais e específicos, hipóteses, levantamento bibliográfico, casuística e método de coleta de dados.

b) construção de amostra estratificada, com 15% do total de docentes ativos e substitutos, tendo por base os seguintes critérios: sexo, carreira, regime de trabalho, setor de lotação e titulação.

c) garantia, por sorteio, da aleatoriedade da amostra.

d) envio de carta-convite para cada docente, antes da realização do sorteio, colocando a possibilidade de recusa em participar da pesquisa, e indicando endereço eletrônico para a resposta.

e) garantia de que a aplicação do Instrumento de Avaliação seja por entrevista pessoal com o sorteado, no cumprimento de um dos objetivos da pesquisa, que é estimular os docentes a falar sobre o tema.

f) organização prévia de um grupo de aplicadores e coordenadores da pesquisa para: preparo teórico (estudos de textos-base), conhecimento do histórico da pesquisa, apropriação dos instrumentos e cuidados na aplicação, formas de abordagem dos entrevistados, treinamento para entrada de dados no sistema eletrônico.

g) garantia de que a equipe de aplicadores seja composta de docentes militantes da Seção Sindical e de estudantes com interesse no campo da Saúde do Trabalhador.

h) caso se considere a submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da instituição, observação de pontos em geral solicitados, como: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Confidencialidade (dos aplicadores), Declaração de publicização dos resultados, Declaração de Uso Específico do material e/ou dados coletados, análise de mérito (por docente pesquisador) e Declaração da Concordância da seção sindical de parceria na pesquisa.

i) implementação de processo de informação da base docente, previamente à aplicação, explicando os motivos da pesquisa e a forma da aplicação.

j) em caso de algum docente sorteado se recusar ou não poder participar da pesquisa, realização de novo sorteio, respeitando-se a estratificação.

k) digitação do material coletado em uma base de dados para posterior análise. O uso da plataforma EPI INFO é adequado devido a sua gratuidade e ao fato de a base de dados por ela gerada poder ser utilizada por diversas ferramentas computacionais.

l) divulgação ampla dos resultados da pesquisa, suscitando o debate e o enfrentamento coletivo de situações de adoecimento docente.

TR – 18

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Acompanhar o trâmite da ação jurídica do ANDES-SN e das demais entidades dos servidores públicos federais pela declaração de inconstitucionalidade da inscrição automática ao FUNPRESP (Lei nº 13.183/2015) e dar divulgação.

2. Avançar na organização e no enraizamento nos estados e municípios do Fórum em Defesa da Previdência Pública e Estatal.
3. Analisar, com a colaboração da AJN, os impactos da Lei nº 13.325/2016 (antigo PL 4251/2015) e pautar o debate no GTSS/A sobre as questões de aposentadoria.
4. Persistir na solicitação de acesso aos contratos de adesão realizados entre EBSEH e IFES, bem como no levantamento de dados sobre problemas gerados após a adesão, com o objetivo de subsidiar material impresso, audiovisual, etc., denunciando o impacto negativo disso nas IFES.
5. Continuar a luta contra o PLS 54/2016 (que tramitou na Câmara como PLP 257/2016), denunciando a renegociação da dívida dos estados e as contrapartidas obrigadas pelo governo federal, que implicam nos regimes estaduais de previdência, e a PEC 55/16 (que tramitou na Câmara como PEC 241) que promove um ajuste fiscal a qual congela o investimento em saúde e educação por vinte anos.
6. Manter a campanha de não adesão ao FUNPRESP para os professores com ingresso antes de 2013 e, até mesmo, ampliar para os fundos de pensão complementar dos estados e municípios.
7. Produzir materiais audiovisuais alertando para as perdas de direitos dos e das docentes sobre a reforma da previdência que se anuncia.
8. Realizar um documentário sobre previdência, destacando o histórico de perdas e os retrocessos desde a Constituição Federal de 1988.
9. Realizar, em 2017, o XIX Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria.
10. Motivar as seções sindicais para que iniciem a pesquisa sobre saúde e adoecimento docente, no primeiro semestre de 2017, com base na Cartilha de Orientação lançada no VI Encontro de Saúde Docente.

TEXTO 19

Contribuição do(a)s professore(a)s Auta de Souza Costa, e Terezinha Diniz (Sindicalizadas da ADUFPB) e José Airton de Paula (Sindicalizado da ADUFMAT)

PERDAS SALARIAIS IMPLANTADAS NOS ÚLTIMOS TRÊS GOVERNOS CONTRA PROFESSORES APOSENTADOS DAS IFES.

TEXTO DE APOIO

Nos últimos 7 (sete) anos temos acompanhado demandas administrativas e judiciais envolvendo perdas salariais dos docentes aposentados das IFES, fruto de uma perversa política salarial implementada pelos últimos três governos.

Lembremos que temos preceitos de ordem constitucional que salvaguardam o direito adquirido, a equivalência salarial entre ativos e aposentados, bem como a irredutibilidade de vencimentos, proventos e pensões dos Servidores Públicos de forma geral.

Neste sentido, o direito adquirido tem proteção no art. 5º., inciso XXXVI da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

Na mesma carta constitucional, temos a garantia de equivalência salarial entre ativos e aposentados, incluindo pensionistas, senão vejamos:

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003\)](#)

(...)

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005\)](#)

I portadores de deficiência; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005\)](#)

II que exerçam atividades de risco; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005\)](#)

III cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005\)](#) (grifamos)

(...)

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003\)](#)

O texto constitucional é claro em assegurar a revisão dos proventos da aposentadoria na mesma proporção adotada para a remuneração dos servidores em atividade, sendo, pois, indissociável da categoria a que pertence originariamente.

Diante de todas as perdas, o GTSS/A vem há anos lutando pela reversão da atual situação dos professores aposentados. Por isto, propõe a criação de um Fórum Permanente para combater todas estas irregularidades constatadas.

TR - 19

O 36º CONGRESSO delibera:

1. Congelamento da VPNI - Vantagem Pessoal minimamente identificada;
2. Aplicação do Art. 192/96, da Lei nº 8112/1990 (RJU);
3. Reenquadramento do adjunto IV;
4. Adicionais etc;
5. Luta pela aprovação da PEC/ 555 que retira do aposentado a obrigação de contribuir com o fator previdenciário.
6. Propomos a criação de um fórum permanente para combater as perdas salariais dos docentes aposentados das IFES.

TEXTO 20

Contribuição do(a)s professore(a)s Alair Silveira e Roberto Boaventura da Silva Sá – Sindicalizado(a)s da ADUFMAT Seção Sindical

ANDES-SN: CLASSISTA E DEMOCRÁTICO

TEXTO DE APOIO

O ANDES/SN, ao longo dos seus 35 anos, construiu uma identidade de classe e, mais do que uma estrutura diferenciada, consolidou um método de organização sindical. Da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES - 1981) ao Sindicato Nacional (ANDES/SN - 1988), os professores das instituições públicas e privadas de ensino superior foram combativos construtores das conquistas que conformam a carreira docente e a luta pela educação pública, gratuita, de qualidade, laica, democrática e socialmente referenciada.

Nesse processo de construção e identidade, muitos foram os embates acalorados, as discussões intensas, o exercício da paciência histórica, o rigor com os métodos o aprendizado político que o enfrentamento coletivo direto permite. Congressos e Conads foram constituindo-se em agendas permanentes de qualquer professor minimamente atento às atividades sindicais da Entidade.

Como resultado, o ANDES/SN escreveu - e escreve - uma história de muitos nomes, formada por militantes dedicados, que mesmo nas conjunturas mais difíceis, mantiveram-se firmes em defesa do Sindicato classista e combativo e da Universidade Pública e de Qualidade, no cotidiano da vida profissional e sindical.

Como a vitalidade de qualquer entidade é condicionada pela combinação entre engajamento dos filiados e deliberações coletivas que lhe determinam a direção política, o ANDES/SN sempre preservou o método e a democracia interna para assegurar a discussão e os processos de encaminhamento e deliberação, de forma a garantir que o calor das opiniões individuais e/ou de coletivos não resultassem em impedimentos ou constrangimentos àqueles que pensam e defendem outras posições. Nesse sentido, a democracia interna sempre foi um patrimônio do ANDES/SN.

Afinal, se múltiplo nas opiniões e nas teses, foi sempre pela garantia dos espaços de discussão acirrada, mas democrática, que o ANDES/SN conseguiu construir sua história de unidade na diversidade.

Dessa forma, em que pese as inúmeras transformações pelas quais passou (e passa) a universidade, o perfil de novos professores que já ingressam como doutores, o caráter cada vez mais individualista e produtivista do conhecimento produzido na universidade, a expansão de movimentos sociais expressivos de demandas específicas...o Sindicato sempre soube acolher o novo sem comprometer suas conquistas e seu patrimônio político.

Nos últimos tempos, paradoxalmente, em nome da diversidade se tem comprometido o direito à diferença dentro do Sindicato. Assim, em determinadas ocasiões, militantes que discordam da posição da maioria, não são apenas constrangidos, mas hostilizados como se fossem inimigos de classe e não companheiros de luta.

Sob uma espécie de imposição de unanimidade e do que é considerado “politicamente correto”, as divergências que garantem o oxigênio da democracia interna têm sido rechaçadas como manifestações “fora do lugar” e caracterizadas, muitas vezes, como “racistas”, “machistas” e “preconceituosas”.

Consequentemente, muitas vezes, ao invés do debate das ideias, exercita-se o combate aos companheiros de luta, comprometendo a unidade, afastando militantes, fragilizando o Sindicato.

Ao estreitar o Sindicato nas fronteiras de uma *pseudo* unanimidade, que não tolera aqueles que pensam diferente, mas estão do mesmo lado da trincheira, a democracia interna também é limitada às formalidades de procedimento, mas deixa de ser a garantia para a riqueza do debate político e a condição para a unidade na luta.

Ao final, perdemos todos, na medida em que criamos entre nós – companheiros de luta – cisões e tensões que apenas nos fragilizam. Não é possível que muitos companheiros, ao invés de orgulho do Sindicato classista e democrático, sintam-se “sem lugar” dentro do ANDES/SN e, portanto, dele se afastem.

Dessa forma, é em defesa da democracia interna e com apelo à coerência e em respeito à história que o ANDES/SN construiu que nós nos manifestamos nesse Texto Resolução.

TR - 20

O 36º CONGRESSO delibera:

Que a democracia interna seja revitalizada como condição fundamental para a garantia de debates qualificados, assegurando pleno respeito à pluralidade de posições, de maneira a assegurar a unidade docente na luta.

TEXTO 21

Contribuição da Diretoria da ADFURRN Seção Sindical

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NÃO SE FAZ COM MORDAÇA

TEXTO DE APOIO

O propósito de apresentarmos ao 36º Congresso do ANDES um texto que remete à discussão sobre o Projeto *Escola sem Partido* – doravante usaremos o termo, Lei da Mordada, definição utilizada pelo nosso sindicato – num momento em que toda a classe trabalhadora, seja ela do setor público ou privado sofre ataques contra seus direitos trabalhistas e, em nosso caso especial, a UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – que tem o agravante do não cumprimento do nosso plano de cargos carreira e salário e dos atrasos em nossos rendimentos por parte do governo Robinson Faria/Fábio Dantas (PSD/PCdoB), e agora mais do que nunca, da ameaça de privatização da instituição, se dá por entendermos que os projetos em tramitação na Câmara Federal dentre eles - PL 867/15 do Deputado Izalci Lucas-PSDB/DF, PL 1411/15 do Deputado Rogério Marinho-PSDB/RN que “tipifica o crime de Assédio Ideológico” e modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (*Estatuto da Criança e do adolescente*) e o *Código Penal*, PL 1859/15, que “proíbe a adoção de formas tendentes à aplicação de ideologia de gênero ou orientação sexual na educação”, PL 5487/16 que “institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes”, e no Senado a PLS 193/16 do Senador Magno Malta do PR/ES, estão entre as maiores ameaças já sofridas pela educação brasileira em toda a sua história, atingindo de forma negativa a atuação docente desde a educação básica até o superior. Esse novo ataque a educação nacional reproduz em sua quase totalidade o Decreto Lei Nº 477, de 26/02/1969, que “define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências”.

A Lei da Mordada se sustenta em teses e argumentos que ferem o direito a liberdade de expressão do professor e retira sua condição de educador. Uma das teses que sustentam a proposta é a dissociação entre o ato de educar e o de instruir.

Tomando como referência a obra, *Professor não é Educador*, do filósofo espanhol Armindo Moreira, cujo pensamento central é de que “O professor não deve ser educador de seus alunos, pois a verdadeira função do professor é instruir. A missão de educar cabe à família” – acesso disponível em: <http://www.escolasempartido.org/> - os idealizadores da proposta reproduzem a ideia que a família é o espaço para educação e não a escola, os defensores da Lei da Mordaza se arvoram no direito de impedir que o professor, na condição de educador se mantenha como sujeito capaz de difundir o conhecimento voltado para a formação do cidadão crítico e politizado.

A Lei da Mordaza trabalha com conceitos que agridem o sistema educacional brasileiro acusando as escolas de estarem “contaminadas” e sofrerem de “monopolização política e ideológica”, daí a necessidade de combater os professores “militantes” e “doutrinadores”.

Em sua vasta cartilha – disponível em <http://www.escolasempartido.org/> - de ataques aos professores e ao direito à liberdade de expressão, ainda existem as orientações de como os alunos identificarem quando um professor está “doutrinando”. Isto ocorre quando o mesmo, “*se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional*”; *alicia alunos para participar de manifestações, atos públicos, passeatas, etc.; adota ou indica livros, publicações e autores identificados com determinada corrente ideológica*. A proposta é categórica quando afirma a necessidade de se estampar em cada sala de aula das escolas brasileiras um cartaz com os deveres do professor, abaixo relacionados:

DEVERES DO PROFESSOR

I - O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.

II - O Professor não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

III - O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

IV - Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria.

V - O Professor respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

VI - O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula. (disponível em <http://www.escolasempartido.org/>)

Alguns itens previstos no cartaz já se constituem em comportamentos que devemos evitar e até reprovar, a exemplo da propaganda político-partidária e o aparelhamento da escola ou qualquer instituição pública em favor de partidos ou governos. No entanto, isso não implica na negação ao direito à liberdade de discutir questões políticas e até mesmo na formação do aluno no sentido de defender seus direitos, seja dentro ou fora da escola, através de manifestações públicas, passeatas, atos etc. Pois, a escola tem um papel extremamente importante na formação do ser humano. “Quem defende a neutralidade da escola, desconhece tanto o papel da escola quanto a natureza do conhecimento com o qual ela lida.” (Paulo Melo, Revista Poli: Saúde, Educação e Trabalho, n.44, mar./abr. 2016, p.23).

TR - 21

O 36º CONGRESSO delibera:

1. Apoiar financeiramente eventos e manifestações que ocorram no âmbito das Seções Sindicais contrários à Lei da Mordaza.
2. Buscar junto as Câmaras de Vereadores a realização de audiências públicas sobre o tema.
3. Buscar parcerias com outros sindicatos e Centrais Sindicais para realização de atos públicos denunciando a lei da Mordaza.
4. Criar através do GTPFS – Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical – seminários para divulgação das ações do sindicato contra a Lei da Mordaza.

TEXTO 22

Contribuição professora da Rosimeiry Florêncio de Queiroz Rodrigues - Sindicalizada da ADFURRN Seção Sindical

PRIVATIZAR NÃO É A SOLUÇÃO

TEXTO DE APOIO

Estou falando de um discurso que está sendo construído por um algumas pessoas públicas do nosso estado, que não representam a sociedade potiguar, sobre a privatização da UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Em troca, os defensores da proposta defendem que os atuais estudantes devem receber bolsas de 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) para cursar uma Universidade privada.

Esse discurso tem causado profunda indignação na sociedade, sobretudo naqueles que tem nesta instituição de ensino a sua única via de acesso a um curso superior. Além disso, aqueles que conhecem a realidade dos estudantes das universidades públicas, em especial dos mais carentes, sabem que não se garante o direito à educação apenas com o pagamento de uma mensalidade.

Que esses estudantes precisam de restaurantes e residências universitárias, bem como de incentivos a eventos e a pós graduação, direitos cuja ampliação de recursos é reivindicada a cada dia junto ao poder público.

A análise desse discurso de privatização requer algumas reflexões: a quem interessa privatizar ou fechar a única universidade pública do estado do Rio Grande do Norte?; qual a dimensão do prejuízo social, econômico e cultural de tal medida?; qual a confiabilidade que podemos depositar em pessoas que apontam como alternativa para resolver problemas financeiros do estado, restrição de direitos quanto a oferta educacional?; se hoje, sem maiores preocupações quanto ao impacto de suas propostas essas pessoas defendem a privatização do ensino superior, qual o pudor que teriam para defender o fim das aludidas bolsas?. Acredito que já temos a resposta.

A constituição federal de 1988 atribui a todos os entes da federação, em regime de colaboração, o dever de assegurar à educação pública, sendo descabido, portanto, qualquer argumento que aponte para a ausência de responsabilização dos mesmos. Os discursos de fechamento ou privatização da Uern estão inseridos num conjunto de ações de sucateamento da educação pública, desobrigação dos entes públicos quanto a prestação desse serviço público historicamente reconhecido como direito e estímulo à privatização dessa atividade (somada a privatização de outras atividades essenciais como é o caso da saúde). Devemos ter a convicção, que num estado democrático de direito, a sociedade deve participar ativamente das decisões que lhes afetem diretamente. Qualquer medida que desconsidere os sujeitos beneficiados com determinado direito, sobretudo quando afetem o exercício da cidadania e a garantia de uma existência digna, deve ser recusada.

A solução para os problemas financeiros do Governo do RN passa por conhecidas propostas, entre elas a auditoria cidadã da dívida do Estado; combate a sonegação fiscal; cobrança de dívida ativa; revisão dos incentivos fiscais

Num contexto em que a demanda por educação está cada vez mais expressiva, torna-se inaceitável qualquer ação governamental voltada a extinção desse direito. A UERN é patrimônio da sociedade potiguar. Deve ser repudiada qualquer iniciativa que leve a seu desmonte.

TR - 22

O 36º CONGRESSO delibera:

1. intensa campanha nos estados denunciando o projeto privatista da educação por parte dos governos.

TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES**TEXTO DE APOIO**

O ano de 2016 foi de muitas lutas e mobilizações nas Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (IEES/IMES). Seguindo a linha do governo federal, a opção dos governos estaduais foi priorizar o pagamento da dívida pública ao grande capital, as isenções fiscais, os grandes eventos, suprimir direitos e sucatear os serviços públicos. Professores/as, estudantes e técnicos-administrativos, com outros setores da educação, da saúde e do funcionalismo público, se colocaram em movimento em defesa dos direitos dos(as) trabalhadores(as) e de condições de estudo e trabalho. Mais de dez movimentos grevistas, em diversos estados, foram organizados desde o primeiro semestre de 2016 pelo ANDES-SN, por meio de suas seções sindicais.

A conjuntura nacional, com a confirmação do impedimento e posse do governo ilegítimo de Temer, aponta para o aprofundamento do recrudescimento conservador e da retirada de direitos. A luta contra a PLS 54 (que tramitou na Câmara como PLP 257) e a PEC (que tramitou na Câmara como PEC 241), que congelam os gastos públicos, se coloca na ordem do dia, com indicativo de greve no setor das federais e estaduais com o horizonte da construção de uma greve geral no país. Soma-se a essas medidas a contrarreforma da previdência e trabalhista, a MP 746/2016 (Reforma do Ensino Médio), a Lei da Mordaza (Escola Sem Partido) e outros projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e que confrontam o interesse das trabalhadoras e trabalhadores, especialmente da educação.

Além dos ataques oriundos do governo federal, também se intensificaram, nos últimos meses, medidas profundas de retirada de direitos no âmbito dos estados. No Rio de Janeiro, além dos constantes atrasos no pagamento de salário, o governo do PMDB tenta impor um pacote de maldades que entre várias medidas aumenta a contribuição previdenciária de 11% para 14% com uma sobretaxação de 16% por 16 meses; obriga os aposentados e pensionistas a contribuírem para a previdência; extingue os triênios, tornando o estado um exemplo para a contrarreforma da Previdência Social que vem sendo gestada nacionalmente.

No Ceará, os/as docentes da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Universidade Vale do Acaraú (UVA), após suspensão de uma greve longuíssima, com mais de cinco meses de paralisação, acompanham atentos e mobilizados a materialização dos itens integrantes do "termo de compromisso" firmado com o governador do estado, Camilo Santana, que já começam a ser efetivados. Entre essas mudanças, destacam-se: a nomeação e posse de 84 (oitenta e quatro) professores efetivos para UECE; a publicação de edital para concurso público com 135 vagas para técnico-administrativos para a UECE; a publicação e a implantação na folha de pagamento dos processos de ascensão e da progressão na carreira que estavam parados na Secretaria de Planejamento e Gestão; a correção de distorção salarial dos(as) professores(as) substitutos(as) que se equipara ao vencimento base do(a) efetivo(a) – um valor de aproximadamente 16,5 milhões para investimentos na infraestrutura das três universidades (UECE, UVA e URCA). As conquistas da greve ainda continuam em estado de latência, por não terem sido efetivadas em sua totalidade, e uma das reivindicações principais não foi atendida pelo governo, a reposição salarial de 2016.

No Paraná, no início de outubro, os/as docentes e técnicos administrativos em conjunto com servidores da educação básica fizeram greve contra a suspensão da Lei de data-base dos servidores. O governo Beto Richa, por meio de emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), condicionava o aumento à “comprovada disponibilidade orçamentária e financeira”,

durante o exercício de 2017. As greves foram suspensas em 7/11, após o governo sinalizar a possibilidade de reposição integral da inflação, e a criação de um grupo de trabalho para debater essa reposição, prevista desde janeiro passado. A expectativa do Fórum das ADs (ADUNICENTRO, ADUNIOESTE, APRUDESC, SINDUEPG, SESDUEM e SINDUNESPAR) é de que se resolva até a segunda quinzena deste mês, com posterior envio à Assembleia Legislativa para votação. Entretanto, o governo deixou claro que poderá reenviar a proposta de suspensão da reposição salarial. Outro fato importante que surgiu com o movimento de greve foi o “aparecimento” de R\$ 1,4 bilhão que o governo dizia não existir no caixa.

A continuidade das lutas no setor das IEES/IMES é uma necessidade do momento histórico, em que o capital tem investido fortemente para desmontar a educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. Tais investidas exigem do movimento docente e sindical uma organização coletiva mais ampla e sincronizada em todo território nacional. Essa organização é necessária para barrar medidas privatistas, como a que ocorreu recentemente na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Primeiro, a atitude da administração central de paralisar as atividades acadêmicas em virtude do corte de verbas por parte do executivo estadual; segundo, a indicação do presidente do Tribunal de Justiça como saída para a falta de recursos públicos que garantem o funcionamento e a manutenção da universidade, e sua privatização. Não podemos permitir que o Estado em nome do ajuste fiscal drene os recursos públicos para o sistema financeiro e lance o ônus sobre a classe trabalhadora.

Para enfrentar essa conjuntura, o setor das estaduais e municipais do ANDES-SN realizou, como vem fazendo há alguns anos, seu XIV Encontro, em 2016, na cidade de Salvador (BA), para aprofundar os temas do seu plano de lutas que ora apresentamos ao 36º Congresso do Sindicato Nacional. Um dos pontos centrais no próximo período é o combate à implementação dos fundos de previdência privada nos estados. Precisaremos mapear e caracterizar os diferentes fundos de cada estado e intensificar os debates com os docentes para aprofundar a luta contra o que já está em curso e contra as medidas que estão sendo impostas pelos governos estaduais e municipais de privatização da previdência. Para tanto, entre outras medidas, propomos que parte da Semana de Lutas Unificadas, anualmente organizada pelo setor, seja dedicada ao tema.

Outro tema recorrente e fundamental nas lutas das universidades estaduais, que também precisa de aprofundamento e acompanhamento constante, é o financiamento público insuficiente, por causa da prioridade dada ao pagamento da dívida e das isenções fiscais, o que significa sucateamento, propostas de privatização, atraso nos salários, precarização dos contratos pela via da terceirização, entre outras questões.

Além disso, a denúncia e o combate ao assédio moral e às condições de trabalho que promovem o adoecimento dos docentes é uma das prioridades para o próximo ano. Para isso, propomos a construção de observatórios locais nas seções sindicais contra todos os tipos de violência aos/as trabalhadores/as.

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

A - GERAL

1. Realizar, no segundo semestre de 2016, em Salvador (BA), sob a organização da ADUNEB, o XIV Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES, com tema a ser definido na reunião do Setor, preparatória para o XIV Encontro Nacional.

2. Realizar uma semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, de 23 a 27 de maio de 2016, em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES e contra a precarização e o sucateamento dessas instituições.

3. Produzir um boletim Informandes Especial até o fim de abril de 2016, com as pautas da semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, como material de mobilização, e outro, no mês de junho, apresentando os resultados da mobilização nos estados.

4. Intensificar a luta contra a precarização do trabalho docente e a violação dos direitos trabalhistas, inclusive contra o atraso e o parcelamento dos salários mensais e do 13º salário.

B – SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL

- 1. Lutar contra a apropriação de recursos dos Regimes Próprios de Previdência dos servidores públicos dos estados, por parte dos governos, e sua utilização para outros fins.*
- 2. Nos estados nos quais o governo já se apropriou destes recursos, adotar ações necessárias para sua revisão.*
- 3. Lutar contra a implantação dos Fundos de Pensão nos estados, em articulação com os demais servidores públicos nos estados.*
- 4. Atualizar as informações sobre os planos de carreira dos docentes das IEES/IMES e analisar as mudanças nas carreiras, que retiram direitos do pessoal da ativa, bem como dos aposentados.*

C – SOBRE A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

- 1. Lutar pela valorização do trabalho docente por meio de:*

1.1 campanhas salariais;

1.2 intensificar a defesa do teto salarial em cada estado - e seus municípios - de 90,25% do subsídio de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF);

1.3 defesa da carreira, segundo os princípios do Caderno 2 do ANDES-SN com foco na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

1.4 intensificar a luta para que os docentes não tenham perdas salariais, denunciando os governos que fazem ajuste fiscal e anunciam reajuste zero ou ausência de planos de recomposição salarial da categoria docente.

1.5 reposição para os professores das IEES/IMES, tendo como referência a data-base da categoria em cada estado.

D – SOBRE O FINANCIAMENTO

1. Intensificar a luta, em cada estado, pelo aumento de verbas públicas para a educação pública em geral e para as IES estaduais e municipais, considerando, no mínimo, o “total do produto” da receita de impostos ou tributária. Continuar atuando por meio de mobilizações:

1.1 na LDO e, se necessário, na LOA;

1.2 nos planos plurianuais de governo.

2. Dar continuidade a estudos e a análises das contas públicas e dos orçamentos, com foco no financiamento e na evolução salarial dos servidores das IEES/IMES.

3. Continuar a orientar as seções sindicais e as secretarias regionais a procederem levantamento, no âmbito estadual e municipal, da situação orçamentária e de financiamento das Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais/municipais, solicitando, em casos especiais, contratação de assessoria técnica nos estados, paga pelo caixa nacional.

4. Contribuir para a realização de pesquisas sobre a dívida de estados e municípios e suas implicações para o financiamento das IEES/IMES, inclusive fomentando a participação das seções sindicais e das AD em núcleos locais da Auditoria Cidadã da Dívida.

5. Desenvolver lutas contra os cortes nos orçamentos das IEES/IMES, demonstrando a importância dessas instituições para a educação, ciência e tecnologia nos âmbitos, estadual e municipal.

6. Aprofundar o debate nas reuniões ou encontros do setor sobre o tema financiamento federal para as IEES/IMES e o debate sobre o tema financiamento federal para as IEES/IMES.

7. Lutar para estabelecer as condições jurídicas e operacionais, para destinação de recursos federais IEES/IMES.

E – SOBRE DEMOCRACIA E AUTONOMIA

1. Continuar a luta pelo binômio autonomia/democracia, com a realização de Estatuintes Exclusivas, Soberanas e Democráticas, com participação no mínimo paritária de docentes, técnico-administrativos e estudantes.

2. Socializar e divulgar as experiências de processos estatuintes e de mudanças estatutárias nas Instituições Públicas de Ensino Superior (federais, estaduais e municipais), por meio de materiais elaborados com base em levantamento de relatos das Seções Sindicais.

3. Apoiar a implementação de comissões da verdade locais, cujo trabalho é fundamental para subsidiar

processos estatuintes.

F - SOBRE O PROCESSO DE ELEIÇÕES

1. Intensificar a luta por eleição direta, universal ou paritária, para todos os cargos de dirigentes nas IES, dando ampla divulgação ao item I.6.3. Escolha de Dirigentes do Caderno 2 (versão 2013), com processo realizado e finalizado na própria instituição.

G - SOBRE A MULTICAMPIA E A INTERIORIZAÇÃO DAS IES

A expansão e a interiorização das IES devem ser garantidas com as seguintes condições:

1. como parte de um projeto de IES pública, gratuita, laica e de qualidade e socialmente referenciada;

1.1 que as seções sindicais façam levantamento das condições de trabalho ante a heterogeneidade de situações da multicampia.

1.2 o projeto de expansão deve ser submetido e aprovado pela comunidade universitária.

2. planejadas, democraticamente, com base em diagnóstico das necessidades locais e de modo que assegurem a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, com garantia de carga horária adequada para todas as modalidades;

3. financiadas com verba pública, com aporte de recursos perenes, que assegure condições dignas de trabalho e de estudos;

4. contratação de professores e de servidores técnico-administrativos efetivos, por meio de concurso público e o fim de todas as formas de precarização do trabalho docente;

5. não fragmentação geográfica do local de trabalho, sem a obrigatoriedade de os professores desenvolverem suas atividades em campus multicidade ou em mais de uma localidade, a exemplo dos cursos interdepartamentais;

6. enquanto houver ocorrência de casos, em que há a fragmentação geográfica do local de trabalho, que sejam garantidas as condições dignas de trabalho para todo docente submetido a tal situação.

7. política de moradia e de transporte dos docentes nos locais e nas cidades em que trabalham.

8. política efetiva de acesso e de permanência estudantil.

9. o tema multicampia deve continuar pautado e debatido nos encontros e nas reuniões dos setores.

10. condições adequadas para a realização de trabalho nos órgãos colegiados das IES, com garantia da participação efetiva de todas as representações dos diferentes campi.

TR - 23

O 36º CONGRESSO DO ANDES-SN delibera:

1. Realizar a semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, de 15 a 19 de maio de 2017, em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES e contra privatização, precarização e o sucateamento dessas instituições.

2. Produzir um boletim InformANDES Especial após a semana de lutas do setor das IEES/IMES, apresentando os resultados da mobilização nos estados.

3. Ampliar a socialização, por meio de debates e de distribuição de materiais produzidos pelos GTs, sobre temas comuns ao conjunto do movimento docente nas seções sindicais do setor das IEES/IMES.

4. Atualizar a cartilha do ANDES-SN sobre os fundos de previdência complementar incluindo um mapeamento da situação dos estados com o GTSS/A.

5. Envidar esforços, por meio das seções sindicais estaduais e municipais, para participar do GTSS/A, a fim de contribuir no avanço da construção da cartilha.

6. Promover debates sobre a dívida pública e a previdência social nos estados.

7. Produzir materiais informativos e de comunicação sobre os fundos de previdência complementar dos estados.

- 8.** Estimular as seções sindicais a articular, onde não exista, e participar de Fóruns Estaduais contra a Reforma da Previdência.
- 9.** Indicar, por meio das seções sindicais, na semana de luta em defesa das IEES/IMES, um ou dois dias com ações e atos pautando a contrarreforma da previdência e que tais ações/atos sejam realizados em conjunto com outras categorias do serviço público.
- 10.** Realizar uma reunião das Assessorias Jurídicas das seções sindicais, a AJN, para construir ações contra a previdência complementar nos estados.
- 11.** Construir, com outros setores do funcionalismo, audiências públicas nos estados para debater a contrarreforma da previdência.
- 12.** Realizar, por meio das seções sindicais, debates nas universidades sobre a contrarreforma da previdência e suas implicações para as IEES/IMES, visando o combate aos ataques aos direitos previdenciários e a intensificação da exploração do trabalhador e da trabalhadora.
- 13.** Elaborar material audiovisual sobre a dívida pública nos estados e municípios.
- 14.** Realizar, no setor das IEES/IMES, articulada com os GT Verbas, locais e nacional, e se necessário, com assessoria de órgãos técnicos, levantamento de dados sobre o financiamento das IEES/IMES, com o objetivo de se construir materiais sobre esse tema, para posterior divulgação.
- 15.** Denunciar as inúmeras isenções fiscais que são concedidas pelos estados e pela União, como um dos elementos que impacta na arrecadação e diminui os investimentos dos estados e dos municípios para a educação e saúde.
- 16.** Aprofundar o debate nas reuniões do setor sobre o tema financiamento federal para as IEES/IMES e as condições jurídicas e operacionais para a destinação de recursos federais.
- 17.** Fomentar que as seções sindicais, com o apoio da direção do ANDES-SN, acompanhem e divulguem a execução do orçamento dos estados para garantir a transparência sobre a destinação dos recursos para as IEES/IMES.
- 18.** Realizar estudos, por meio das seções sindicais, sobre os impactos da PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241) nos estados.
- 19.** Lutar contra todos os PLs que propõem o pagamento de mensalidades, taxas, anuidades e privatizações nas IES públicas.
- 20.** Mobilizar a categoria docente nas IEES/IMES para a luta contra o PLC 54/2016 (que tramitou na Câmara como PLP 257/16) e a PEC 55/16 (que tramitou na Câmara como PEC 241).
- 23.** Ampliar, no interior das seções sindicais das IEES-IMES, a discussão sobre a reforma tributária progressiva e a necessidade de auditoria da dívida pública.
- 24.** Combater o discurso da mídia corporativa e realizar debates sobre a contrarreforma trabalhista nas IEES/IMES.
- 25.** Construir ferramentas nas IEES/IMES de combate ao assédio moral, sexual, por meio dos GTSS/A e/ou GTPCEGDS das seções sindicais;
- 26.** Pautar o debate, no interior das IEES/IMES, sobre a criação de observatórios locais contra todo tipo de violência aos docentes do setor como base para ações de luta.
- 27.** Denunciar as situações de trabalho que promovem o adoecimento e as perseguições no interior da IES.
- 28.** Fomentar a realização de debates no interior das IEES/IMES, convidando os Comitês Estaduais e Municipais de Educação, sobre o Movimento Escola Sem Partido, Questões de Gênero e a Reforma do Ensino Médio (MP 746).
- 29.** Intensificar nas IEES/IMES as lutas contra o Movimento Escola Sem Partido e todos os PL que estão sendo apresentados nos estados e municípios.

30. Fortalecer a participação das seções sindicais e das secretarias regionais do ANDES-SN nas Frentes estaduais e municipais Escola sem Mordaga.

TEXTOS 24

Diretoria do ANDES-SN

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

TEXTO DE APOIO

O ano de 2016 apresenta-se como um momento de intensa aceleração das contradições sociopolíticas e econômicas que alimentam o desmonte do caráter público da educação. A articulação entre a pauta específica dos docentes no âmbito do setor das federais com a pauta geral de todo o funcionalismo público se torna cada vez mais complexa por uma conjuntura que coloca em xeque a própria existência de oferta de serviços públicos e gratuitos para a população brasileira de forma geral.

As reuniões e os debates realizados ao longo do ano, neste setor, apresentaram uma dinâmica diferenciada na medida em que a construção da luta pela defesa dos direitos sociais, ameaçados pela proposta (ainda em curso, neste momento) de aprovação da PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241) exigiu uma organização entre os setores (federais/estaduais/municipais) do Sindicato Nacional, privilegiando as pautas comuns a toda categoria.

Esta conjuntura de ataques, no entanto, não impediu que fosse feita a atualização das lutas específicas no 61º CONAD e em momentos posteriores, como na reunião conjunta com o GTPE, GTCarreira e GTC&T ocorrida em agosto de 2016. Os ataques à carreira se aprofundaram de diferentes maneiras, e um cenário complexo se apresenta para a categoria em 2017, exigindo uma organização cada vez mais articulada de nossas pautas e lutas específicas com as pautas gerais da classe trabalhadora.

No âmbito dos Servidores Públicos Federais

Nos últimos Congressos e CONAD, a análise de conjuntura do Sindicato Nacional tem apontado o aprofundamento da destruição dos direitos sociais e da contrarreforma do Estado. Em 2016, esse processo foi acompanhado da efetivação do impedimento que levou ao fim vários debates e ações no conjunto da população e que teve desdobramentos também na campanha unificada dos SPF de 2016.

Ainda em fevereiro, na reunião ampliada dos SPF, foi definido o tema da campanha: Defesa dos Serviços Públicos de Qualidade para a População e dos Direitos dos Servidores, e no seu lançamento, em 16 de março, a pauta central da luta dos SPF era contrária à contrarreforma da previdência e trabalhista, e ao PLP 257 enviado pelo Governo Dilma ao Congresso Nacional, que já apontava medidas de redução de investimentos em serviços públicos nos estados, municípios, assim como no serviço público federal por conta da modificação da Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre outros aspectos.

Dessa forma, o “balão de ensaio” da PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241) foi uma das primeiras e mais impactantes medidas do governo Temer e que traz profundas modificações na Constituição Federal (CF), especialmente em relação à desvinculação de receita para os direitos sociais que estão fixadas em percentuais mínimos na CF até o momento. Portanto, uma ruptura do pacto federativo no sentido de ampliar ainda mais o repasse de recursos para a iniciativa privada e o setor rentista por meio do mecanismo da dívida pública e de outros programas.

Com a definição do processo de impedimento, o segundo semestre de 2016 colocou para o conjunto dos SPF o embate aos ataques que já estavam em curso e mais as novas medidas que foram apresentadas pelo Governo Temer, em especial a PEC 55 e a MP 746/16 (Reforma do Ensino Médio). Nos processos de enfrentamento aos ataques em curso, o Fórum das Entidades Nacionais do Serviço Público Federal (Fonasefe) concretizou diversas ações importantes dentre as quais se destacam as realizadas no segundo semestre de 2016, tendo em vista que o balanço do primeiro semestre foi feito no 61º CONAD, em Boa Vista (RR).

Em reunião realizada em julho, o Fonasefe elaborou um manifesto contra a PEC 241 e o protocolou no MPOG solicitando audiência (ainda não atendida), para apresentar a contrariedade dos SPF às medidas em curso. A reunião ampliada do Fórum, com a participação também de entidades estaduais e municipais, em 10 de agosto, teve como pauta central a organização das lutas contra o PLP 257 e a PEC 241.

Entre 12 e 14 de setembro, foi organizada uma jornada de lutas em Brasília contra as medidas do ajuste fiscal (PLP 257 e PEC 241), contrarreformas trabalhista e da previdência e contra a Lei da Mordada. Uma participação importante das entidades nacionais, estaduais e municipais do serviço público, bem como de movimentos sociais e populares que reuniu aproximadamente 10 mil pessoas em uma grande marcha. Já nos dias 22 e 29 de setembro, convocados como dias nacionais de luta, mobilização e paralisação pelas centrais sindicais, o Fonasefe incorporou essa agenda fortalecendo as lutas nos Estados e organizando um conjunto importante de ações na perspectiva da construção da greve geral.

Logo após o primeiro turno das eleições municipais, ocorreu a votação em primeiro turno na Câmara de Deputados da PEC 241. O Fórum encaminhou um conjunto de ações de pressão aos parlamentares, tanto nos Estados quanto no Congresso Nacional, para barrar a aprovação da referida PEC. Esse processo se repetiu em 24 de outubro, quando da votação em segundo turno. Foram amplamente divulgados cartazes com a lista dos deputados que votaram a favor desse documento e contra os interesses da população brasileira. Tais materiais também foram divulgados em *outdoors* e cartazes colados em várias cidades do país.

Com a tramitação da PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241), iniciada no Senado Federal, diversas ações também estão indicadas pelo Fonasefe, tanto de incorporar o calendário de paralisações do conjunto das centrais sindicais (dia 11 e 25 de novembro), quanto de pressionar as/os senadoras/es para votarem contra PEC 55. Em vista do momento em que este texto está sendo escrito, destacamos que os dias 29 de novembro e 13 de dezembro (anunciados como dias da votação da PEC 55 no Senado) serão de muita luta e marchas nacionais a Brasília para barrar os votos.

É necessário apontar que essa conjuntura de 2016 não trouxe avanços nas pautas da campanha unificada dos SPF, não houve processos de negociação com o governo federal e nenhuma reunião com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) ou qualquer outra esfera do poder executivo no sentido de debater a pauta conjunta dos SPF. Assim como ainda não houve condições de tratar a pauta da campanha de 2017 por dentro do Fonasefe, que nos próximos meses deverá ser retomado para construir as lutas e as ações para o próximo período.

Ainda no âmbito geral dos SPF, é importante destacar que o último Congresso do ANDES-SN definiu a necessidade de rearticulação da CNESF para avançar na construção das lutas dos SPF. Essa discussão teve desdobramentos em reuniões do GTPFS e no Setor das IFES, cujo resultado dos debates foi levado à reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, que ratificou a necessidade de sua rearticulação. Porém, destacamos que o processo de rearticulação ainda carece de aprofundamento, em vista que mesmo com algumas iniciativas do ANDES-SN, pouco retorno tivemos das demais entidades da CNESF. A perspectiva é a de que até o final do ano de 2016 tenhamos a efetividade de uma reunião com as entidades participantes para debater as perspectivas da CNESF para o próximo período.

Assim, indica-se que os elementos balizadores da campanha unificada de 2016 sejam também apontados como referência para a construção da campanha unificada dos SPF para 2017, quais sejam: a) política salarial permanente com correção das distorções e a reposição das perdas

inflacionárias; b) data-base 1º de maio; c) direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 OIT; d) paridade salarial entre ativos e aposentados; e) Isonomia de todos os benefícios entre os poderes; f) Isonomia salarial entre os poderes; g) Incorporação de todas as gratificações produtivistas; h) barrar a anunciada contrarreforma da Previdência; i) revogação da FUNPRESP e garantia de aposentadoria integral; j) fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos; k) concurso público pelo RJU, já!

Acerca do Plano de Lutas no Âmbito Específico do Setor das Federais

Conforme já foi indicado, os ataques ao caráter público das IFE intensificaram-se ao longo de 2016. No início do ano, além da manutenção dos cortes nos repasses orçamentários às IFE, foi apresentado o PLP 257 que impunha cortes diretamente relacionados aos direitos sociais nos estados e que incidiria diretamente no funcionamento da educação pública. Houve também a sanção do Novo Marco Legal de Ciência e Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.242/2016), e, em julho, a imposição de nova lei desorganizadora da carreira que aprofunda o achatamento dos salários das professoras e professores MS e EBTT (Lei nº 13.325/2016). Após o impedimento, tanto a Medida Provisória 746, que apresenta uma contrarreforma do ensino médio, quanto a PEC 55 que pretende instaurar um Novo Ajuste Fiscal – que é seletivo, contra a garantia de oferta dos direitos sociais – aprofundam um cenário de desmonte da educação pública com desastrosas consequências para as IFE. A PEC 55 instaura um congelamento do teto dos gastos públicos que, efetivamente, significa uma diminuição real do orçamento público, sobretudo para as áreas de educação e saúde.

Esses diferentes ataques não podem ser percebidos de maneira desarticulada. A avaliação conjunta dessas ameaças revela um sentido específico de alteração do trabalho docente, o qual o ANDES-SN tem denunciado e que fere de maneira profunda a continuidade do caráter público da universidade: a extinção, de fato, do regime de Dedicção Exclusiva – DE. Somente a existência da DE é capaz de garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Da mesma forma, apenas a garantia efetiva desse regime de trabalho pode possibilitar que haja a realização plena de um tempo público de atuação pedagógica produtora de saberes autônomos nos marcos da gratuidade, da laicidade e da qualidade socialmente referenciada.

A Lei nº 13.325/2016, que altera a remuneração, as regras de promoção e as regras de incorporação de gratificação de desempenho, foi aprovada em julho de 2016 e é fruto de uma imposição (acordo não reconhecido pelo ANDES-SN). Além disso, repete o modelo da sua antecessora, a Lei nº 12.772 de 2012, que, com o pretexto de reajustar (abaixo da inflação) os salários dos docentes, tinha como função principal a desorganização da malha salarial, gerando consequências danosas à carreira. Essa lei, que se limita a tabelas salariais, foi anunciada como sendo uma correção à desorganização realizada pela Lei nº 12.772, seguindo índices fixos de progressão, de promoção e de alteração do regime de trabalho. Porém, além de não haver nenhuma garantia da manutenção desses índices após 2019, o cenário colocado pela PEC 55 aumenta sobremaneira a insegurança referente à manutenção dos baixos reajustes indicados.

Ainda assim, o ponto de chegada das alterações salariais em 2019, mesmo que seja implementado, é profundamente prejudicial à manutenção do trabalho público do professor federal, produzindo um achatamento real do salário que rompe com a efetividade da Dedicção Exclusiva, que pode ser evidenciado pela tabela seguinte, a qual apresenta a evolução das relações entre os diferentes regimes de trabalho existentes:

Variação Percentual da Remuneração em Relação à Jornada de 20 Horas

ATUAL		AGOSTO DE 2017		AGOSTO DE 2018		AGOSTO DE 2019	
Dedicção Exclusiva	40 horas	Dedicção Exclusiva	40 horas	Dedicção Exclusiva	40 horas	Dedicção Exclusiva	40 horas
98,83%	39,39%	99,22%	39,59%	99,61%	39,80%	100,00%	40,00%

O índice de remuneração do Regime de Dedicção Exclusiva que já correspondeu a 210% (extinto PUCRCE – Lei nº 94.664/87) foi rebaixado para 100% em relação a 20h, o que antes da promulgação da Lei nº 12.772/2012 era o equivalente ao regime de 40h. Esse achatamento salarial encontra eco também nas Retribuições por Titulação (RT), que tomam o salário-base como referência, mas, na nova lei, não mantém um índice permanente segundo a formação. Os números atuais, em um explícito desestímulo à formação continuada dos docentes, estipulam que a Retribuição por Titulação do Regime de 20h, para o mesmo grau de formação (por exemplo, 25% para mestrado), seja equivalente à metade do Regime de Dedicção Exclusiva (que receberá 50% para a mesma titulação).

A lei cria uma nova forma de diferenciação entre os docentes, valorizando a mesma formação segundo critérios alheios à capacitação realizada. Essa distinção encontra reforço nos degraus de promoção que mantém o desigual índice de 25% para aqueles que alcançam o nível Associado/DIV, enquanto para outras escalas, os índices variam entre 4% e 5% (com exceção de titular cujo índice é 10%). Segue tabela extraída do texto da lei:

CLASSE	NÍVEL	VARIÇÃO PERCENTUAL DO VENCIMENTO BÁSICO EM RELAÇÃO AO NÍVEL ANTERIOR			
		ATUAL	AGOSTO DE 2017	AGOSTO DE 2018	AGOSTO DE 2019
TITULAR / TITULAR-LIVRE	1/U	3,56%	5,99%	8,12%	10,00%
ASSOCIADO / D IV	4	1,76%	2,60%	3,34%	4,00%
	3	1,77%	2,59%	3,33%	4,00%
	2	0,15%	1,53%	2,81%	4,00%
	1	21,90%	22,99%	24,03%	25,00%
ADJUNTO / D III	4	1,00%	2,04%	3,04%	4,00%
	3	1,00%	2,02%	3,02%	4,00%
	2	1,00%	2,00%	3,00%	4,00%
	1	10,00%	8,46%	6,96%	5,50%
ASSISTENTE / D II	2	1,00%	2,34%	3,67%	5,00%
	1	10,00%	8,45%	6,96%	5,50%
AUXILIAR / D I	2	1,00%	2,34%	3,67%	5,00%
	1	-	-	-	-

A Lei nº 13.325/2016 deve ser compreendida de maneira combinada com outras ações anteriores que aprofundam o ataque à carreira do servidor público, enfraquecendo a estabilidade garantida pelo RJU pela ampliação da contratação de celetistas, até mesmo no campo da Educação, pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), 2013; e também por meio da implementação de sistema de aposentadoria complementar a partir da criação da Funpresp (2012). Vale notar que hoje já temos três categorias diferentes de professores no tocante à previdência social: professores com aposentadoria integral com ingresso anterior a 2003; aqueles que ingressaram após 2003 e que terão proventos de aposentadoria em torno de 80% de seus vencimentos e ainda aqueles que ingressaram a partir de março de 2013 e se aposentarão com o teto do INSS, o que gera, além dos prejuízos diretos, uma fragmentação desorganizadora para toda a categoria. O enfraquecimento do sentido de continuidade e estabilidade do trabalho compõem o campo de desmonte da Dedicção Exclusiva, que é complementado pelo estímulo à privatização contido no novo Marco legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (13.243/2016, aprovada antes mesmo da Lei nº 13.325) que

pressiona a implementação da regulamentação do funcionamento privatizante de setores muito importantes e dinâmicos das universidades e institutos.

Segundo o Movimento pela Ciência e Tecnologia Públicas que produziu manifesto assinado pelo ANDES-SN, esta lei:

permite a criação de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) como órgãos públicos ou pessoas jurídicas de direito privado 'sem fins lucrativos', até mesmo sob a forma de Organizações Sociais (OS), bem como a criação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) de direito privado no interior das instituições públicas, para o desenvolvimento de atividades de pesquisa. Essas instituições poderão: i) receber recursos públicos dos entes federados e de fundações ditas 'de apoio' para a cobertura de todas as suas despesas; ii) usufruir de pessoal especializado (pesquisadores, etc.) pagos com recursos públicos; iii) utilizar infraestrutura e recursos públicos em atividades de pesquisa para empresas privadas.

A Lei 13.243/16 implica em mudanças regressivas no Complexo Público de Ensino Superior e de Pesquisa Brasileiro, dentre as quais destacam-se: I. aumento da transferência do fundo público para empresas privadas e a substituição de instituições públicas (estatais) de pesquisa por OS, apontando para a diminuição de concursos públicos para a carreira de professores universitários e pesquisadores; II. docentes e pesquisadores das instituições públicas (estatais) poderão assumir funções de diretores/presidentes de OS que desenvolvam atividades de pesquisa e inovação tecnológica, auferindo rendimentos por atividades realizadas nos setores público e privado. Isso impactará negativamente o trabalho de docência e de pesquisa, principalmente o regime de Dedicção Exclusiva; III. professores e pesquisadores pagos com recursos públicos poderão atuar em empresas, podendo resultar num aparente crescimento das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como 'inovação', porém tendo em vista interesses privados; IV. o Estado poderá até ampliar seus gastos, ao passo que as empresas tenderão a diminuí-los, uma vez que terão acesso a recursos estatais (financeiros e de pessoal); V. o número de patentes registradas pelas instituições públicas tende a cair, pois o registro passará a ser feito em nome dos envolvidos no processo e das OS a que eles estarão ligados. A fonte de recursos para a manutenção dos registros continuará a mesma, os cofres públicos, enquanto a apropriação dos benefícios será privada. VI. a produção científica e tecnológica pública será direcionada por demandas do mercado, com prejuízos das atividades de C&T em áreas não rentáveis e fundamentalmente nas de ciências básicas e de ciências humanas.

Várias ações referentes a esses ataques têm sido efetivadas com fim de mobilizar a categoria, produzindo informações e debates sobre esses temas a partir da construção coletiva do ANDES-SN que se desenvolve em seus Grupos de Trabalho, sobretudo aqueles relacionados com a Política Educacional (GTPE), o GTCarreira, de Política e Formação Sindical (GTPFS), Ciência e Tecnologia (GT C&T) assim como pela Assessoria Jurídica Nacional (AJN). Mas essas ações não podem ser tratadas de maneira isolada, é necessário intensificar a luta para conseguir barrar também outras ameaças que atingem a carreira, o salário e as condições de trabalho das/os docentes.

Uma ameaça cada vez mais presente, que segue o mesmo padrão do desmonte da lógica pública é a contrarreforma da previdência social. As aposentadorias dos servidores públicos federais, como todas e todos sabem, foi capturada pelo setor privado a partir da criação da Funpresp, em 2012, ainda pelo Governo Dilma. É preciso seguir atuando politicamente contra essa empresa,

conjugando a luta com demais setores do funcionalismo, mas também com outros setores da educação na medida em que a implementação de regime de “aposentadoria complementar” nos estados e municípios segue forte, acompanhado por outros ataques como o fim da aposentadoria especial para professores da educação básica que foi recentemente anunciado como projeto político do governo ilegítimo de Temer, assim como a PEC 139/2015 que extingue o abono de permanência para o servidor público que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e opte por permanecer em atividade.

Combinadas, essas ações servem de desestímulo à carreira e trazem como consequência direta, além das explícitas perdas de direitos das/os servidoras/es, uma possibilidade de aposentadorias em massa caso a PEC seja aprovada. Em algumas universidades, como a UFRJ, o contingente possível de atingidos pela PEC alcança um índice próximo a 15% da categoria docente e da categoria dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE's).

A possibilidade de redução imediata do número de docentes na ativa a partir do contexto da PEC 139/2015 é reforçada pela perspectiva, em curto prazo, do mesmo fenômeno a partir da não substituição dos docentes que aposentarão nos próximos anos caso a PEC 55/2016 seja aprovada, na medida em que proíbe, na prática, a realização de novos concursos públicos com base na implementação do Novo Ajuste Fiscal, que é seletivo.

Ainda em relação às discussões de carreira, no que tange ao Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), o ano de 2016 foi marcado por inúmeras atividades. Desde 2012, com a proposta de discussão da lei das carreiras, o ANDES-SN, em suas instâncias, vem debatendo a concepção do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) e suas possíveis implicações para a carreira dos docentes. Naquela ocasião, embora muitos aspectos ainda estivessem obscuros, o Sindicato já apontava para a necessidade de um profundo debate sobre o tema. O RSC, instituído na Lei nº 12.772/2012, foi criado para, segundo o governo, corrigir distorções e injustiças estabelecidas ao longo dos anos para os docentes da carreira EBTT. Entretanto, uma das primeiras questões a ser destacada para a reflexão é o fato de que o RSC não contempla os aposentados, estabelecendo, assim, a primeira grande contradição de todo o processo da suposta correção das injustiças históricas. O ANDES-SN, em seu 34º Congresso, aprovou a luta em relação à incorporação do RSC aos aposentados da EBTT.

Para ampliar e qualificar o debate sobre essa questão, conforme deliberado pelo 35º Congresso, foi realizada a reunião conjunta entre o Setor das Federais, GTPE, GT Carreira e GT Ciência e Tecnologia para que pudesse ser aprofundado o debate não só em relação à obtenção do RSC, mas também em todas as suas implicações. Uma das questões importantes debatidas nesse espaço foi a Portaria nº 17 da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), publicada no DOU (Seção 1 – nº 91, sexta-feira, 13 de maio de 2016). Essa Portaria estabelece diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Dentre as discussões, foram sinalizadas as discrepâncias internas na carreira EBTT, como, por exemplo, os Colégios de Aplicação que não seriam objeto dessa portaria.

Nesse sentido, uma ponderação sempre presente nas discussões, que o ANDES-SN tem tentado realizar, sobre o RSC, é a reflexão sobre o conceito desse reconhecimento com o desafio de problematizar, na base, o paradoxo da criação de um dispositivo de percepção remuneratória que enfatize ainda mais as discrepâncias entre as carreiras, possivelmente aprofundando a falta de incentivo à qualificação dos docentes EBTT e criando critérios diferentes de promoção/progressão para acesso ao RSC na mesma carreira, mas que traga aos professores um benefício financeiro.

Nesses termos, as reflexões sobre o tema do RSC devem ser entendidas a uma previsão das consequências da sua implementação. A questão não se reduz a uma discussão remuneratória, mas sim como algo conceitual. A carreira EBTT nunca teve incentivo, como a do Magistério Superior (MS), para qualificação do seu quadro docente e, no atual contexto da implantação do Reconhecimento, há um certo negligenciamento em relação a esse direito dos professores.

O aprofundamento das discrepâncias entre as carreiras do MS e EBTT se materializa quando se

observa a diferenciação no tratamento dado às atividades de ensino, pesquisa e extensão, tripé das universidades. Essas reflexões são importantes num cenário em que a carreira contida na lei do governo se demonstra eficaz na implementação de uma visão tecnicista, produtivista e operacional de trabalho universitário, em sintonia com a perspectiva da mercantilização da Educação e do conhecimento, como também na formação de professores desigualmente capacitados, como o próprio PNE (2014/2024) traz nas suas metas.

Entende-se que, nas discussões realizadas em 2016, e que merecem ser aprofundadas, é importante destacar a denúncia da intensificação do trabalho divisionista presente na certificação do RSC, apontando para a necessidade de um programa de qualificação que permita aos docentes obterem sua titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu*, para atingirem o topo da carreira e qualificar o trabalho docente e a formação universitária, sendo importante frisar a necessidade do título de doutor para o acesso à Classe de Professor Titular. Nesse sentido, é preciso intensificar as lutas para que se tenham políticas efetivas de qualificação e não de "penduricalhos" nos vencimentos que poderão ser ou não agregados na aposentadoria. Lembrando que o ANDES-SN defende uma linha única no contracheque, dada à fragilidade das gratificações, principalmente, em tempos de ajuste fiscal.

A correção dessas distorções, tanto financeiras quanto estruturais, entre as carreiras, e entre docentes ativos e aposentados, passa pela defesa do projeto de Educação e Sociedade que o nosso sindicato defende intransigentemente e o projeto de Carreira aprovado no 30º Congresso do ANDES-SN.

O conjunto dessas ameaças: precarização da aposentadoria via Funpresp, desmonte da carreira acompanhado de achatamento salarial, a imposição da EBSEH, impedimento das garantias de formação continuada e regulamentação do empresariamento das áreas de Ciência e Tecnologia delineiam as condições objetivas para a realização do projeto de privatização da carreira docente de maneira extrema. Na mesma trilha, a PEC 395/14, que altera a redação do inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, referente à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, combinada com o Projeto de Lei nº 782/2015 do Senado, que dispõe sobre o pagamento, pelo estudante universitário, de anuidade em instituições públicas de ensino superior, consolidam o fim do caráter público da educação.

Na outra ponta, existem todos os elementos normativos que orientam e reforçam a possibilidade de contratação de professores por meios que extrapolam o concurso público e o RJU, delineando um cenário permanente de terceirização. Sobre esse tema, não é menor destacar a ameaça de regulamentação das terceirizações de atividades fim. Por um lado existem diversos projetos de lei que seguem a trilha de votação no congresso nacional (conferir o texto de apoio do GTPFS encaminhado pela Diretoria Nacional), mas, seguindo a prática do governo ilegítimo, está na pauta do Supremo Tribunal Federal a votação desse tema que, mais uma vez, poderá ser "legislado" a partir da decisão impositiva daquele tribunal que é um apoiador declarado de Temer. Essa é uma ameaça que atingirá todos os servidores públicos e causará um prejuízo imenso à continuidade de oferta de quaisquer direitos sociais, sobretudo num cenário de cortes orçamentários.

As consequências dessa convivência com a terceirização aprofundada já podem ser percebidas também a partir das ameaças de fechamento de alguns campi universitários por todo o país. Esses espaços são oriundos de um projeto de expansão precarizada, muitos deles construídos de forma provisória, com edifícios incompletos e instalações realizadas em contêineres alugados, constituindo uma verdadeira paisagem da terceirização universitária.

É oportuno ressaltar que mediante o cenário do aprofundamento dos ataques no ano de 2016 o CONAD já havia indicado a necessidade da construção da greve geral. Nesse sentido, com diferentes momentos de mobilização, algumas universidades federais deflagravam greve local, com uma pauta nacional. Em outubro, mediante o crescimento da mobilização, o Setor das Federais em conjunto com o Setor das Estaduais e Municipais, deflagrou greve nacional por tempo indeterminado, instalando o Comando Nacional de Greve no dia 24 de novembro. Tendo como pauta a luta contra a PEC55 e a MP746, esta é a primeira greve unificada dos dois setores

representados pelo ANDES-SN – professores federais e estaduais de ensino superior -, desde a greve contra a Reforma da Previdência, em 2003. Sem perder de vista a necessária construção da greve geral, o sindicato integra uma greve nacional em articulação com setores que representam a Educação Federal (SINASEFE e FASUBRA) para tentar barrar os ataques que não são desferidos somente aos trabalhadores da Educação, mas à classe como um todo.

Em outubro, mediante o crescimento da mobilização, o Setor das Federais, em conjunto com o Setor das Estaduais e Municipais, que também já contava universidades em greve, indicou, após rodadas de assembleias, a discussão do indicativo de greve nacional com a proposta de pauta contra a PEC 55 e contra a MP 746 sem perder a perspectiva da construção da greve geral. Assim, o Sindicato está na construção de uma greve nacional em articulação com os outros setores da Educação para tentar barrar os ataques que não são desferidos somente aos trabalhadores da Educação, mas também à classe como um todo.

Por fim, cabe ainda destacar as difíceis condições de luta que estão dadas no cenário futuro. Ao mesmo tempo em que o “Novo Ajuste Fiscal” impõe o congelamento de salários dos servidores públicos, o Supremo Tribunal Federal instaurou corte de ponto para aqueles que fizerem greve, explicitando sua posição ideológica, como atesta a declaração de voto de Luiz Fux (o mesmo ministro que apresentou o voto favorável às OS e foi acompanhado pelos demais): “O que ocorre, numa visão realista, é que nós estamos num momento muito difícil e que se avizinham deflagrações de greve, e é preciso estabelecer critérios para que nós não permitamos que se possa parar o Brasil”. Também a PEC 53 reforça essa tendência, transformando a educação em serviço essencial apenas na direção de limitar o direito de greve da categoria. Esse ataque inclui, de forma indireta, a continuidade de um outro processo, que já ocorre em algumas IFE, de instauração de ponto e controle das atividades docentes.

A luta do setor das federais, expressa na pauta apresentada a seguir, contém elementos fundamentais para a manutenção do caráter público da educação em um cenário de acirramento de lutas que se intercalam entre as pautas específicas da defesa das condições da realização da Dedicção Exclusiva em profunda relação com as lutas gerais da sociedade brasileira pela manutenção dos gastos públicos em direitos sociais.

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

II - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS FEDERAIS

A – NO ÂMBITO DOS SPF

1. Indicar para as seções sindicais do ANDES-SN, a necessidade de articulação em âmbito local com as demais entidades dos Servidores Públicos Federais (SPF).

2. Indicar às seções sindicais a organização de fóruns regionais dos servidores públicos federais, especialmente nos estados em que ainda não estão constituídos, para potencializar as ações da agenda nacional e local a serem desenvolvidas nos estados.

3. Desenvolver a Campanha 2016 dos SPF, de forma articulada com o Fórum Nacional das Entidades do Serviço Público Federal, construindo as lutas com base na definição de eixos, de pauta, de estratégias de ação e de calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos federais, tendo como tema central a defesa dos serviços públicos de qualidade, para a população e dos direitos dos servidores.

4. Pauta unificada da campanha dos SPF para 2016:

NEGOCIAÇÃO E POLÍTICA SALARIAL

a) política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;

b) data-base 1º de maio;

c) direito de negociação coletiva (Convenção 151 OIT);

d) paridade salarial entre ativos e aposentados;

e) isonomia de todos os benefícios entre os poderes;

f) retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos SPF e aprovação imediata dos projetos de interesse dos SPF

g) incorporação de todas as gratificações produtivistas;

h) liberação de dirigentes sindicais, com ônus para o Estado, sem prejuízo das promoções e progressões na carreira e demais direitos trabalhistas;

Recomendações:

1. que nomeiem os projetos que atacam os direitos dos SPF e os projetos que são do interesse do SPF;

2. que atualizem anualmente a lista/relação dos projetos que serão prioritários.

PREVIDÊNCIA

i) anulação da reforma da previdência e revogação da FUNPRESP;

j) extinção do fator previdenciário, da fórmula 85/95 e quaisquer outras medidas tomadas pelo governo federal para o cálculo da aposentadoria que penalizem os trabalhadores;

k) aprovação da PEC 555/06, que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados;

CONDIÇÕES DE TRABALHO E FINANCIAMENTO

l) fim da terceirização e combate a toda forma de privatização e de precarização;

m) garantia de tratamento isonômico aos trabalhadores terceirizados em relação aos contratados e efetivos, tanto no que se refere a direitos, condições de trabalho e salário, quanto no que é concedido a título de “benefícios”, enquanto houver essa forma de contrato no Serviço Público Federal;

n) criação de novas vagas para contratação pelo RJU e reposição de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria, com imediata abertura de concursos públicos;

o) nenhuma contratação via Organizações Sociais;

p) revogação das leis que criaram a EBSEH e as Organizações Sociais (OS) assim como a anulação de todas as ações decorrentes de tais leis (contratualizações e criações de empresas);

q) fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços públicos;

r) rejeitar o PL 2723/15 que autoriza a implantação de “home office”, sistema de escritório remoto, no âmbito da Administração Pública Federal;

MOBILIZAÇÃO/CAMPANHAS

s) desenvolver campanha contra a adesão automática ao FUNPRESP e ações políticas e jurídicas conjuntas, contra a obrigatoriedade de adesão automática ao FUNPRESP;

t) campanha nacional pela defesa dos serviços públicos de qualidade para a população e dos direitos dos servidores, demonstrando a importância dos serviços públicos para a sociedade;

u) campanha nacional pela Auditoria da Dívida Pública, denunciando o veto da presidente Dilma;

v) ampla mobilização em defesa da data-base em 1º de maio.

B - QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA E À AGENDA DO SETOR

ESTRATÉGIA GERAL

1. Articular as lutas do Setor em defesa do caráter público, gratuito, laico e de qualidade das IFE e de garantia da função social em prol da classe trabalhadora, buscando sempre a articulação política com o movimento sindical dos técnicos, o movimento estudantil e os trabalhadores terceirizados.

2. Intensificar a luta pela autonomia e democracia, reestruturação da carreira docente, por valorização salarial de ativos e aposentados, por melhoria das condições de trabalho e autonomia das IFE, tendo como referência a pauta do Setor e o projeto de carreira única, aprovado no 30º Congresso.

INICIATIVAS E AÇÕES

1. Cargos/vagas: cobrar a ampliação do quadro efetivo de servidores (docentes e técnico-administrativos), em número correspondente às necessidades para manter o padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação dos dados, pelo MEC e pelas reitorias, centralmente no que se refere ao banco de professor equivalente, número de docentes efetivos, substitutos e temporários, política de utilização das vagas abertas e critérios de alocação.

2. Que o ANDES-SN, através do Setor das Federais, do GTPE e do GT-Carreira, aprofunde a discussão acerca do RSC, as suas implicações para a carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e para a

política de capacitação dos docentes da mesma, a fim de produzir materiais que instrumentalizem as seções sindicais para realizarem essa discussão em suas bases.

3. Que o ANDES-SN realize, por meio de suas Secretarias Regionais e Seções Sindicais, debates, ações e atos de denúncia e resistência acerca da correlação entre extinção do abono de permanência, instituição de Fundos de Previdência, não realização de concursos e contratação de professores, via Organizações Sociais (OS), e suas implicações para as IES e a educação como um todo.

4. Que as Seções Sindicais solicitem junto às administrações locais informação sobre o número de docentes que recebem o abono permanência em suas instituições de ensino para uma posterior problematização, sobre os dados obtidos e as possíveis implicações.

5. *Infraestrutura e orçamento: cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, com vistas a verificar adequações técnicas e de custos e prazos. Cobrar das reitorias, com base na lei de Acesso à Informação, informações sobre os novos acordos com o governo a respeito das obras e do orçamento federal para as IFE (previsto e executado), distinguindo verbas de pessoal, custeio, investimento e HUs, incluindo os recursos do acesso e a permanência estudantil.*

6. *Democracia e autonomia: denunciar os ataques à autonomia das IFE e as arbitrariedades praticadas pelos dirigentes, a inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos, a adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC, a criminalização/punição do direito de divergir, bem como as atitudes autoritárias de reitores que estabelecem acordos com o governo à revelia da comunidade universitária, tais como as resoluções de promoção/progressão/RSC, processos estatuintes e contratualização com a EBSEH.*

CARREIRA E SALÁRIO

1. Que as seções sindicais utilizem, para a discussão dos critérios para o desenvolvimento na carreira, o documento assinado pelo MEC e pelo ANDES-SN no dia 23 de abril de 2014, em que constam os princípios da proposta de carreira do ANDES-SN.

2. Que as seções sindicais tenham como referência a concepção do ANDES-SN para a discussão e implementação da carreira docente nas IFE, destacando os princípios estabelecidos no Art. 14, do nosso projeto de carreira, que defende a valorização, de forma equilibrada, do tempo de serviço, da formação continuada e da avaliação do plano de trabalho aprovado na unidade acadêmica de lotação de cada docente.

3. Que as seções sindicais pautem, na discussão sobre o desenvolvimento da carreira EBTT, o direito à qualificação dos professores, negligenciado pelo RSC.

4. Que o ANDES-SN aprofunde a discussão sobre o RSC e os seus impactos na carreira docente.

5. Garantir a isonomia entre ativos e aposentados, inclusive em relação ao RSC.

6. Denunciar, combater e dar visibilidade às perdas que as mudanças na carreira docente têm imposto aos professores aposentados, exigindo o reequadramento dos aposentados na posição relativa ao topo quando do estabelecimento de novas carreiras.

7. Lutar para que seja instituído para todas as carreiras do Magistério Federal, de forma efetiva e de acordo com a demanda, um Programa Nacional de Capacitação docente que vise qualificar, em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado acadêmicos) os docentes de todas as áreas de conhecimento.

8. Denunciar e lutar contra o aprofundamento da desestruturação da carreira docente imposta pelo PL 4251/2015.

9. Atualizar os estudos sobre as perdas salariais impostas pelo PL 4251/2015, inclusive seus impactos para os aposentados.

10. Produzir materiais que explicitem as consequências nefastas do PL 4251/2015 sobre a carreira, o trabalho e os direitos dos professores ativos e aposentados.

PRECARIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

1. Lutar para que os sistemas de operacionalização acadêmica não sejam utilizados como ferramenta de vigilância, controle e subnotificação do trabalho nas IFE.

2. Realizar levantamento em cada IFE, sobre o impacto da suspensão do abono permanência e suspensão de concurso público e utilizar como ferramenta de denúncia, no interior e fora das IFE, e de mobilização da categoria em busca de melhores condições de trabalho.

3. Denunciar e combater o uso de critérios produtivistas que induzam a hierarquização e à subordinação de atividades, funções e tarefas entre docentes.

4. Que as seções sindicais promovam estudos a fim de identificar e de denunciar as consequências do produtivismo, provocados pelos mecanismos de avaliação externa e interna sobre as condições de trabalho docente nas IES brasileiras.

Recomendações

1. Que a diretoria avalie a possibilidade de publicar número especial da revista *Universidade e Sociedade* com material produzido sobre as relações entre os critérios produtivistas e a precarização do trabalho docente, bem como sobre as consequências à saúde docente;

2. Publicar *InformAndes* especial divulgando as ações do ANDES-SN no combate aos critérios produtivistas e linha de combate;

3. Fazer um levantamento dos critérios de produção acadêmica e movimentos de luta em outros países.

FUNPRESP

1. Acompanhar, por meio das seções sindicais, a adesão/desligamento dos docentes ao FUNPRESP.

2. Estimular os docentes a notificarem administrativamente as reitorias da sua recusa à adesão automática ao FUNPRESP.

3. Intensificar o trabalho com os docentes para esclarecimento e divulgação dos efeitos nefastos que o FUNPRESP representa, denunciando a obrigatoriedade imposta pela lei e indicando a necessidade de intensificar a luta pela revogação da reforma da previdência.

4. Que o ANDES-SN acompanhe e divulgue o resultado da ADIN movida contra o FUNPRESP.

EBSERH, FUNDAÇÕES E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

1. Denunciar as iniciativas do governo e de dirigentes das IFE em relação à contratação de docentes via Organizações Sociais.

2. Intensificar as estratégias de unidade entre ANDES-SN, SINASEFE, FASUBRA, movimento sindical e o movimento estudantil, Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde e demais movimentos sociais que defendem a saúde pública, com o objetivo de construir agendas de debates e de lutas constantes para combater o FUNPRESP, a EBSERH, a precarização nas IFE e a ameaça de contratação via Organização Social (OS), os cortes no orçamento das IFE e na defesa do caráter público e de qualidade da educação.

3. Construir ações conjuntas, nacionalmente e nos estados, com o movimento estudantil, FASUBRA, SINASEFE e atuar junto aos parlamentares federais em seus estados para votarem contra a PEC 395/2014, o PL 4643/12, o PLS 782/15 (pagamento de mensalidades) e pela revogação da Lei 13.243/16, que atacam o caráter público das IES públicas.

AÇÕES

1. Reafirmar e atualizar, em 2016, a pauta do setor aprovada em 2015.

2. Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a pauta da campanha a partir de março.

3. Exigir reuniões de negociações com o governo federal sobre autonomia, democracia, reestruturação da carreira, condições de trabalho, verbas para as IFE e liberação de vagas para concurso público.

4. Ajustar o cronograma de lutas da Campanha 2016 nas reuniões do Setor das IFE.

5. Aprovar o cronograma da Campanha Específica do Setor em 2016.

CRONOGRAMA DA CAMPANHA

Agenda

Mês de fevereiro

TEMA: DEFESA DO CARÁTER PÚBLICO DAS IFE E O COMBATE AO FUNPRESP

a) protocolar a pauta da campanha salarial 2016 no Ministério da Educação e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

b) exigir reuniões de negociações com o governo federal;

c) intensificar atividades, em articulação com o Setor das IES/IMES, em defesa do caráter público e de qualidade da educação, especialmente na luta contra a aprovação da PEC 395/2014, do PL 4643/12, realizando debates públicos com os parlamentares federais nos estados, realizando atos e aulas públicas;

d) articular, nos estados, os Fóruns dos servidores públicos federais, buscando definir ações contra a FUNPRESP;

e) realizar ampla divulgação contra a FUNPRESP, promovendo debates, distribuindo materiais e informando os setores de recursos humanos da IFE de que a obrigatoriedade ao FUNPRESP é inconstitucional e não pode ser aplicada;

f) 15 a 26 de fevereiro - reuniões/seminários nos estados para discussão sobre proposta de pauta definida na reunião ampliada;

g) 27 e 28 - reunião ampliada dos SPF em Brasília para definir a pauta e as ações da campanha unificada 2016.

Mês de março

TEMA: ORÇAMENTO DAS IFE E LUTA CONTRA AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

a) dias 12 e 13 de março - reunião do setor das IFES em Brasília (DF);

b) articular com os técnico-administrativos e com estudantes, em cada IFE, para pressionar os dirigentes a divulgarem o montante de verbas de custeio e de capital orçado e executado nos anos de 2015 e orçado para 2016, e enviar as informações à secretaria do ANDES-SN até dia 18 de março de 2016;

c) construir ações em conjunto com os técnico-administrativos e com estudantes contra a contratação via Organizações Sociais, pressionando os Conselhos Superiores e os dirigentes das IFES para se posicionarem contrariamente às Organizações sociais;

d) que as seções sindicais enviem até o dia 18 de março, para a secretaria do ANDES-SN, informações em relação ao número de professores que recebem o abono de permanência e a demanda de concurso público em cada IFE.

Mês de abril

TEMA: CARREIRA DOCENTE, PRECARIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

a) realizar debates e ações relacionadas ao desenvolvimento na carreira docente (promoção, progressão, enquadramento e RSC) nas IFE.

b) até o dia 22 de abril - as seções sindicais deverão enviar informações à secretaria do ANDES-SN acerca dos processos de promoção/progressão/RSC, inclusive sobre efeitos retroativos e financeiros.

Mês de maio

TEMA: AUTONOMIA E DEMOCRACIA.

a) até 22 de maio - as seções sindicais deverão enviar informações à Secretaria do ANDES-SN acerca de processos estatuintes que estão acontecendo em suas IFE;

b) aprofundar os debates sobre Universidade brasileira (tendo por base o Caderno 2 do ANDES-SN), especialmente nas IFE que estejam realizando processos estatuintes, destacando os temas democracia e autonomia universitária em contraposição à proposta de Lei Orgânica da ANDIFES.

TR – 24

O 36º CONGRESSO DO ANDES-SN delibera:

A – NO ÂMBITO DOS SPF

- 1.** Dar continuidade a articulação de ações com as entidades da CNESF na perspectiva de sua rearticulação, para fortalecê-la como espaço de luta dos SPF.
- 2.** Intensificar as ações de servidores públicos federais, estaduais e municipais com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir fóruns de atuação contra a PEC 55/2016, e suas consequências, bem como a contrarreforma da previdência e trabalhista.
- 3.** Construir, em conjunto com outras entidades dos servidores públicos (federais, estaduais e

municipais), campanha nacional em defesa da previdência pública e contra a retirada de direitos previdenciários, anunciadas pelo governo federal com a contrarreforma da Previdência.

4. Construir a Campanha 2017 dos SPF de forma articulada com o Fonasefe a partir da definição de eixos, de pauta, de estratégias de ação e de calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos federais.

5. Proposta de pauta da campanha unificada dos SPF para 2017 a ser levada para o Fonasefe:

a) política salarial permanente com correção das distorções e da reposição das perdas inflacionárias;

b) data-base 1º de maio;

c) direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 OIT;

d) paridade salarial entre ativos e aposentados;

e) Isonomia de todos os benefícios entre os poderes;

f) Isonomia salarial entre os poderes;

g) Incorporação de todas as gratificações produtivistas;

h) barrar a anunciada contrarreforma da Previdência;

i) revogação da FUNPRESP e garantia de aposentadoria integral;

j) fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos;

k) concurso público pelo RJU, já!.

6. Lutar contra as restrições ao direito de greve dos servidores públicos federais: corte de ponto instaurado pelo STF e a aprovação da PEC 53/2016 que, a pretexto de transformar a educação em serviço essencial, limita ainda mais o direito de greve conquistado pelos servidores públicos.

7. Lutar contra a aprovação da PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241) e do PLC 54 (que tramitou na Câmara como PLP 257) que instauram cortes no orçamento da União, estados e municípios, no que se refere a gastos com direitos sociais, sobretudo Educação e saúde públicas.

B – Quanto à Pauta Específica e Agenda do Setor

Estratégia Geral

1. Articular as lutas do setor em defesa do caráter público, gratuito e de qualidade das IFE e de garantia da função social das IFE em prol da classe trabalhadora.

2. Intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial de ativos e aposentados, pela defesa da Dedicção Exclusiva como regime preferencial, por melhoria das condições de trabalho e autonomia das IFE, tendo como referência a pauta do setor e o projeto de carreira única, aprovado no 30º Congresso.

Iniciativas e Ações

1. Cargos/vagas: cobrar do MEC/MPOG a ampliação do quadro efetivo de servidores (docentes e técnicos-administrativos em Educação) e de abertura de concursos públicos que estão suspensos, em número correspondente às necessidades na perspectiva da conquista do padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação das informações relativas ao número de docentes efetivos, substitutos e temporários, e a política de utilização das vagas e critérios de alocação.

2. Infraestrutura e orçamento: intensificar a luta por ampliação do orçamento público para as

IFE; cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, com vistas a verificar adequações técnicas e de custos e prazos. Cobrar das reitorias informações a respeito das obras e do orçamento federal para as IFES (previsto e executado), distinguindo verbas de pessoal, custeio, investimento e HUs, incluindo os recursos do acesso e a permanência estudantil.

3. Democracia: denunciar os ataques à autonomia das IFE e as arbitrariedades praticadas pelo poder judiciário e legislativo, assim como de dirigentes; a inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos; a adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC; a criminalização/punição do direito de divergir, bem como as atitudes autoritárias de reitores que estabelecem acordos com o governo à revelia da comunidade universitária, tais como as resoluções de promoção/progressão/RSC, instalação de ponto e controle da atividade docente, processos estatuintes e contratualização com a EBSERH. Além disso, pressionar as reitorias para não enviar listas de docentes e técnicos administrativos em educação grevistas, ou mesmo estudantes ocupantes ao MEC, bem como quaisquer informações que possam criminalizar as categorias em luta.
4. Criar comitês locais em defesa das ocupações das escolas, Instituições de Ensino Superior, incluindo os Institutos Federais, CEFETS e Universidades em articulação com os movimentos sociais e outros segmentos.
5. Ampliar a exposição pública dos deputados(as) e senadores(as) que votaram pela aprovação da PEC 241/2016 (atual PEC 55/2016).
6. Participar das Frentes em defesa da Escola sem Mordação nos Estados e reforçar a luta onde ainda não houver.

Carreira e Salário

1. Continuar desenvolvendo ações políticas, administrativas e judiciais para garantia das progressões, promoções, RSC e reposicionamento na carreira com efeitos administrativos e financeiros a partir da data de cumprimento do interstício e aquisição do direito de defesa de dissertação e de tese.
2. Ter, por meio das seções sindicais, como referência a concepção do ANDES-SN para a discussão e implementação da carreira docente nas IFE, destacando os princípios estabelecidos no art. 14, do projeto de carreira, que defende a valorização, de forma equilibrada, do tempo de serviço, da formação continuada e da avaliação do plano de trabalho aprovado na unidade acadêmica de lotação de cada docente.
3. Enfatizar, por meio das seções sindicais, a discussão sobre o desenvolvimento da carreira EBTT, o direito à qualificação dos professores, negligenciado pelo RSC.
4. Construir e divulgar um InformANDES Especial acerca da Lei nº 13.325/2016 e seus impactos para a carreira dos docentes federais.
5. Aprofundar, no âmbito das seções sindicais, o debate sobre a Lei nº 13.325/2016 que precariza a manutenção da Dedicção Exclusiva ao consolidar um achatamento da malha salarial entre os diferentes regimes de trabalho.
6. Denunciar e dar visibilidade às perdas que as mudanças na carreira docente têm imposto aos professores aposentados, exigindo o reenquadramento na posição relativa ao topo quando do estabelecimento de novas carreiras.
7. Combater a utilização de critérios produtivistas, a exemplo do Qualis da Capes, que induzem à competição na avaliação do trabalho e desenvolvimento da carreira docente.

Precarização das Condições de Trabalho e Funpresp

1. Intensificar a luta para que os sistemas de operacionalização acadêmica não sejam utilizados como ferramenta de vigilância, controle e subnotificação do trabalho nas IFE.

2. Realizar levantamento em cada IFE, sobre o impacto da suspensão do abono permanência e suspensão de concurso público, utilizando-o como ferramenta de denúncia no interior e fora das IFE e de mobilização da categoria em busca de melhores condições de trabalho e de luta contra a aprovação da PEC139/15.
3. Intensificar as ações conjuntas com os trabalhadores da educação e com os estudantes, nacionalmente e nos estados, na perspectiva de ampla mobilização em defesa da educação pública, contra o PLS 782/15, a PEC 395/2014, o Marco Legal da Ciência e Tecnologia (Lei nº 13.243/2015), os cortes orçamentários na educação pública e a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, que atacam o caráter público das IES públicas.
4. Intensificar o trabalho com os docentes para esclarecimento e divulgação dos efeitos nefastos que a Funpresp representa, denunciando a obrigatoriedade imposta pela lei e indicando a necessidade de intensificar a luta pela revogação da reforma da previdência.

Ações

1. Reafirmar, em 2017, a pauta do setor aprovada em 2016.
2. Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a Pauta da Campanha a partir de fevereiro.
3. Exigir reuniões de negociações com o governo federal sobre reestruturação da carreira, condições de trabalho, verbas para as IFE e liberação de vagas para concurso público.
4. Ajustar o cronograma de lutas da Campanha 2017 nas reuniões do Setor das IFE.
5. Aprovar o cronograma da Campanha Específica do Setor em 2017.
6. Cronograma da Campanha (será apresentado no 36º CONGRESSO)

TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN**TEXTO DE APOIO**

A diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL apresenta os artigos do Estatuto do Sindicato Nacional que precisam de atualização no 36º Congresso.

Foram incluídos três novos parágrafos no artigo 32, os quais normatizam os afastamentos de diretores por motivos de saúde e de interesses ordinários, com prazos estabelecidos, com possibilidades ou não de substituição. Além disso, normatizam, também, os afastamentos, conforme os dois novos parágrafos propostos pela diretoria no artigo 53.

O termo *função administrativa gratificada*, utilizado na inclusão, foi escolhido para designar de forma genérica as funções gratificadas e cargos em comissão existentes na administração pública brasileira.

Foram feitas duas correções de citação, uma no parágrafo 6º do artigo 32 e outra no artigo 66.

O artigo 53 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL trata das condições para participar das eleições para a direção do Sindicato. A proposta, ora apresentada pela diretoria, inclui novos parágrafos ao artigo, sem contradizer os itens atuais, por entender que, ao longo dos anos, com as experiências vivenciadas nos processos eleitorais e de acordo com os princípios de nosso Sindicato, faz-se necessário detalhar melhor esse artigo.

Os parágrafos propostos tratam especificamente das condições para participar como candidato ou candidata das eleições da direção do ANDES-SINDICATO NACIONAL, em consonância com os princípios de autonomia do Sindicato Nacional, em relação às reitorias, governos e partidos políticos. Nesse sentido, os novos parágrafos estabelecem de forma clara e precisa as exigências necessárias para as/os sindicalizadas(os) candidatas (os) às eleições do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

O parágrafo 2º reafirma a autonomia do Sindicato Nacional ao vedar a possibilidade de sindicalizadas/os se candidatarem, caso estejam exercendo cargos de direção das IES, mas não impossibilita que diretores/as, chefes de departamentos, de unidades, centros e coordenadores de colegiados e cursos possam se candidatar, tendo em vista que, esses cargos não têm a mesma natureza política do cargo de reitor/a ou daqueles que compõem a estrutura administrativa da reitoria.

O parágrafo 3º veda às/aos sindicalizadas/os concorrerem de forma concomitante à direção do ANDES-SINDICATO NACIONAL e a cargos políticos públicos e/ou de direção das IES, conforme o parágrafo 2º. Esse parágrafo, por um lado, adequa o Estatuto do ANDES - SINDICATO NACIONAL à legislação eleitoral, a qual exige que servidores públicos devam se desincompatibilizar de suas atribuições nas repartições públicas, em um prazo de 90 dias antes do pleito. Por outro lado, procura explicitar que o/a sindicalizado/a deva fazer uma opção ao se candidatar à direção do sindicato, deixando claro que ao concorrer, a direção sindical, naquele momento, é a sua prioridade.

A diretoria tem como proposta a inclusão de dois novos parágrafos no artigo 55 do Estatuto do ANDES-SN, que trata da proclamação da chapa eleita e do prazo de posse da diretoria, que sentiu a necessidade, entretanto, diante de situações já vivenciadas, mas não normatizadas, de propor dois novos parágrafos que tratam da condição dos/as diretores/as no ato de posse, após a sua eleição, em consonância com os princípios de autonomia do Sindicato Nacional e com a legislação eleitoral. A inclusão também normatiza a perda do cargo, caso os/as diretores/as não preencham as condições de elegibilidade previstas no artigo 53.

Finalmente a diretoria do ANDES-SN atualiza a prorrogação do artigo 70 e do parágrafo 2º do artigo 71, tal como vem se procedendo em congressos anteriores.

TR – 25

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN:

1. Inclusão de dois novos parágrafos no art. 32

§ 7º. Em razão de interesse particular, os(as) Diretores(as) poderão pedir seu afastamento da DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL pelo prazo de 90 (noventa) dias, renováveis por igual período. Ao final desse período, acaso não haja o retorno, o(a) Diretor(a) perderá seu cargo, sendo, quando houver, substituído em definitivo por seu imediato.

§ 8º O(A)s diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, que forem concorrer a cargos de direção nas IES ou políticos eletivos, deverão pedir afastamento temporários de seus cargos na DIRETORIA. Na hipótese de cargo de direção nas IES, o afastamento ocorrerá a partir do momento da homologação da candidatura e no caso de cargo político eletivo, no prazo previsto na legislação eleitoral para desincompatibilização institucional de servidor público.

§ 9º O(A)s diretores(as) do ANDES-SN que forem ocupar função administrativa gratificada na direção das IES, ou nas esferas federal, estadual, municipal e distrital dos Poderes Legislativo e Executivo, deverão pedir afastamento temporário de seus cargos na diretoria. O afastamento ocorrerá a partir da nomeação da respectiva função administrativa gratificada.

2. Correção de citação no parágrafo 6º do art. 32:

A citação correta é: “constantes do § 4º deste artigo e outras que venham a ser definidas pela DIRETORIA”.

3. Correção de citação no artigo 66

A citação correta é: “o ANDES-SINDICATO NACIONAL poderá ser voluntariamente dissolvido em CONGRESSO convocado especificamente para este fim, de acordo com o disposto no art. 21, parágrafo segundo, inciso III”.

4. Transformação do parágrafo único do art. 53 em parágrafo 1º e inclusão de dois novos parágrafos (2º e 3º).

§ 2º. Os(As) sindicalizados(as) que estejam ocupando cargos eletivos ou função administrativa gratificada na direção das IES, como o de reitor(a), pró-reitor(a) e assessores(as), cargos políticos eletivos e função administrativa gratificada nas esferas federal, estadual, municipal e distrital dos Poderes Legislativo e Executivo não poderão se candidatar a cargos na Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, assegurado o direito do voto;

§ 3º A vedação imposta no parágrafo anterior aplica-se também aos sindicalizados(as) candidatos a cargos de direção nas IES ou políticos eletivos, assegurado o direito de voto.

5. Inclusão de dois novos parágrafos no art. 55

§ 1º. Se no ato da posse, o(a) sindicalizado(a) eleito(a) estiver concorrendo a cargo de direção nas IES ou político eletivo, mesmo que na condição de pré-candidato(a) (com licença institucional), sua posse na DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL será adiada e somente efetivada caso ele(a) não venha ser eleito.

§ 2º. Se durante o exercício do mandato, o membro da DIRETORIA deixar de preencher as condições de elegibilidade previstas no artigo 53, ele automaticamente perderá seu cargo.

6. Prorrogação de vigência

Art. 70. O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativa de seções sindicais

(AD-Seções Sindicais) a todas as Associações de Docentes (AD) filiadas, até o trigésimo sétimo (37º) Congresso, ressalvados os direitos daquelas que, em assembleia geral, decidirem o contrário.

Parágrafo único. As AD às quais se refere o caput deste artigo deverão, para se constituírem em AD-Seções Sindicais, até o 37º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à Diretoria as atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com a comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência (art. 45), para homologação no CONAD, ad referendum do congresso (art. 23, XI), ou no Congresso (art. 15 VI).

Parágrafo 2º do Artigo 71

§ 2º O 36º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 37º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos sindicalizados do ANDES - Sindicato Nacional, nos termos do estabelecido no § 1º, para o caso das seções sindicais que ainda estejam arrecadando percentual inferior ao reconhecido no caput.



Diretoria do ANDES-SN

FUNDO ÚNICO – FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE, MOBILIZAÇÃO E GREVE DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O Fundo Único, denominado Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN, foi criado no 32º Congresso, realizado no Rio de Janeiro, em março de 2013, sendo mantido pela destinação de 2% (dois por cento) da receita integral das contribuições mensais dos sindicalizados, relativamente às parcelas correspondentes a cada seção sindical e à tesouraria nacional. Nessa premissa, cada seção sindical destina 2% de suas arrecadações líquidas mensais (arrecadação total menos repasse à tesouraria nacional) ao fundo, e a tesouraria nacional destina 2% de sua receita mensal de contribuições ao fundo.

O 61º CONAD (Boa Vista/2016) alterou os critérios para utilização do fundo único a partir da delegação do 35º CONGRESSO (Curitiba/2016). Nesse sentido, a nova resolução no seu artigo primeiro afirma:

*As solicitações de apoio financeiro das seções sindicais com **dificuldades financeiras** para despesas com **greves e mobilizações** devem ser feitas, por escrito, à Tesouraria do ANDES-SN, informando as **Secretarias Regionais, justificando os motivos do pedido e os usos a que se destinam e a planilha financeira explicitando as despesas.***

O valor total disponibilizado pela Diretoria do ANDES-SN corresponderá a 60% do saldo bancário do Fundo Único em 1º de janeiro de cada ano, distribuídos nos seguintes montantes: até 20% para Solidariedade, até 40% para a Mobilização e até 60% para Greve.

No ano de 2016, o Fundo Único foi utilizado em sua parcela relativa à mobilização na realização da grande caravana de trabalhadores dos setores público e privado, estudantes e movimentos sociais que tomaram as ruas de Brasília (DF) nos dias 12, 13 e 14 de setembro, contra a retirada de direitos, em especial as expressas no PLC 54 (que tramitou na Câmara como PLP 257/16) e na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/16 (que tramitou na Câmara como PEC 241/16). Aproximadamente 10 mil pessoas participaram das atividades. O ANDES-SN foi responsável pela vinda de 60 ônibus de todas as regiões do Brasil. Além disso, também foi usado com o objetivo de intensificar a ofensiva para barrar a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241). O ANDES-SN, em conjunto

com diversas entidades dos movimentos sindical e estudantil, está engajado na realização das caravanas do “Ocupa Brasília” no dia 29 de novembro, data prevista para a votação, em primeiro turno, da PEC no Senado.

Essas atividades de mobilização permitiram ao ANDES-SN contribuir com o conjunto das entidades, seções sindicais e com a CSP-CONLUTAS, no esforço de trazer a Brasília várias caravanas de estudantes, de professores e de movimentos populares organizados.

Além dessas despesas, convocamos a Comissão Nacional de Mobilização por várias semanas e repassamos recurso para a implantação de novas seções sindicais e ajuda para outras com dificuldades financeiras.

O Fundo contribuiu, ainda, com sua parcela referente à greve, com os movimentos grevistas de várias IEES-IMES no ano de 2016.

O 35º Congresso autorizou a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, de campanhas, de marchas e de eventos, reconhecidas como centrais na luta do Sindicato, no limite de 600 mil reais da parcela referente à mobilização para 2016. Na mesma resolução, também autorizou o 60º CONAD a apreciar e a deliberar sobre os custeios de mobilização e de luta para o segundo semestre de 2016. Nesse sentido, estamos corrigindo esse valor para 700 mil em 2017, devido a galopada da inflação e da perspectiva de mais ataques no ano vindouro.

Tomando como referência 24 de novembro de 2016, o Fundo Único apresenta um saldo de R\$ 5.565.728,31 (não computadas as despesas do “Ocupa Brasília”). Nesse balanço preliminar, podemos afirmar que o aporte financeiro mensal, proveniente da contribuição das seções sindicais e do ANDES-SN, estabelecido pelo 32º Congresso, está sendo suficiente para a manutenção do Fundo Único e ao cumprimento das ações previstas para o seu uso.

Para finalizar solicitamos no item 5 do TR, a autorização para a diretoria do ANDES-SN utilizar recursos do Fundo Único para o ressarcimento ao caixa nacional das despesas com mobilização no segundo semestre de 2016 que excederem o autorizado pelo 35º Congresso. Fazemos isto de forma preventiva pois ainda não temos conhecimento no momento da elaboração desse texto das despesas das nossas manifestações que serão realizadas em novembro e dezembro

TR – 26

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Autorizar a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, das campanhas, das marchas e dos eventos definidos pelo 36º Congresso, como centrais na luta do Sindicato, no limite de 700 mil reais da parcela referente à mobilização.
- 2.** Autorizar o 62º CONAD a apreciar e a deliberar sobre os custeios de mobilização e de luta para o segundo semestre de 2017.
- 3.** Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES, em dificuldades financeiras, que entrarem em greve no ano de 2017, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto durar o movimento paredista.
- 4.** Autorizar a diretoria do ANDES-SN a disponibilizar recursos da parcela de mobilização do Fundo Único Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve para ajudar nas ações políticas e organizativas de novas seções sindicais pelo prazo de um ano, a partir de sua homologação, tempo para que consigam viabilizar sua autossustentação e a regularização de suas receitas por meio da contribuição dos sindicalizados, mantendo-se válidas as demais resoluções pertinentes definidas pelo 58º CONAD.
- 5.** Autorizar a diretoria do ANDES-SN a utilizar recursos do Fundo Único para o ressarcimento ao caixa nacional das despesas com mobilização no segundo semestre de 2016, no valor de R\$ (valor a ser informado no congresso).

HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL**TEXTO DE APOIO**

A Diretoria do ANDES-SN apresenta ao 36º CONGRESSO a homologação de seções sindicais.

TR – 27

O 37º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

1.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 36º CONGRESSO manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos(as) Docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia, SINDIUFBS - Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional.

2. RATIFICAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

2.1 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 36º CONGRESSO ratifica a constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso, Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - SESDIFMT Seção Sindical do ANDES-SN que por um lapso foi omitida da ata do Tema IV – Questões Organizativas e Financeiras do 34º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, bem como todos os atos praticados pela SESDIFMT desde o 59º CONAD (Aracaju/SE, 21 a 24 de agosto de 2014), em decorrência da sua condição de seção sindical.

3. TRANSFORMAÇÃO DE AD EM SEÇÃO SINDICAL

3.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 35º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente a transformação da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana, ADUFS-BA em Seção Sindical do ANDES-SN

4. ALTERAÇÕES REGIMENTAIS

3.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 35º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente as alterações verificadas no regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – ADUFVJM

TEXTO 28

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 61º CONAD**TR - 28**

O 36º CONGRESSO DO ANDES-SN aprova a prestação de contas do 61º CONAD.

Nº	ITEM	RATEIO ANDES-SN	RATEIO SESDUFRR
1	Pessoal		
1.1	ANDES-SN		
	Horas Extras	24.706,20	2.236,67
	Diárias	4.200,00	0,00
	Passagem Aérea	9.444,17	0,00
	Hospedagem	3.800,00	0,00
	SUBTOTAL	42.150,37	2.236,67
1.2	Apoio		
	Serviço de Apoio/Monitores	0,00	2.462,00
	Serviço de Apoio/Administrativo	0,00	2.643,20
	Serviço prestado jornalismo	0,00	1.200,00
	Apresentação Cultural	0,00	2.150,00
	Serviço de Enfermagem e Ambulância	0,00	1.800,00
	Serviço de Brigadista	0,00	1.008,00
	Aluguel de Van	0,00	150,00
	Aluguel de carro	0,00	640,00
	Combustível	0,00	1.404,43
	SUBTOTAL	0,00	13.457,63
2	Imprensa e Divulgação		
	Cartazes/Outdoor	794,00	1.500,00
	Arte do Conad	0,00	600,00
	Banner/ Folder/Adesivos	0,00	1.980,00
	Filmagem	0,00	4.850,00
	Transportadora	20.579,67	0,00
	Informandes	0,00	1.950,00
	SUBTOTAL	21.373,67	10.880,00
3	Infraestrutura		
	Material de Escritório	204,75	834,27
	Aluguel de Impressora	0,00	5.955,00
	Arranjo de flores mesa principal	0,00	350,00
	Tonner para Impressora	1.537,00	0,00
	Computador/ Notebook	246,00	0,00
	Operador/Serviço de montagem	0,00	2.300,00
	Correios	966,80	0,00
	Medicamentos	0,00	63,50
	Coffe Break	0,00	12.500,00
	Papel A4	1.239,20	0,00
	Material de Limpeza/Água Mineral	0,00	1.112,50
	SUBTOTAL	4.193,75	23.115,27

4	Material Distribuído para Delegados e Observadores		
	Bolsas	5.475,00	0,00
	Camisetas	4.500,00	0,00
	Brindes Indígenas	0,00	3.105,00
	Crachás	0,00	220,00
	Bloco de anotações	0,00	1.505,00
	SUBTOTAL	9.975,00	4.830,00
5	Gastos com Comissão Organizadora		
	Diárias	1400,00	0,00
	Hospedagem	2.722,50	0,00
	Passagens Aéreas	5.014,78	0,00
	Pedágios, Combustíveis, Passagens Terrestres	0,00	0,00
	SUBTOTAL	9.137,28	0,00
	TOTAL	86.830,07	54.519,57

Total de Despesas Realizadas	141.349,64
-------------------------------------	-------------------

TEXTO 29

Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA FLORESTAN FERNANDES

TEXTO DE APOIO

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) não é apenas uma escola do Movimento dos Trabalhadores Rural Sem Terra (MST). É um estabelecimento escolar da classe trabalhadora e está a serviço dos movimentos populares do Brasil e de todo mundo. Esse ano, a ENFF completa onze anos, após muito esforço de mais de 1200 trabalhadores do MST que a construíram coletivamente. Já passaram pela Escola cerca de 4.400 estudantes, por meio dos cursos formais, com diversas etapas em alternância, e são todos filhos da classe trabalhadora. E aproximadamente 12 mil pessoas participaram em distintas atividades formativas esporádicas como: seminários, eventos, congressos e conferências de curta duração. Nesse período, 286 professores e professoras colaboraram de forma solidária com a escola.

A ENFF organiza suas atividades em diferentes núcleos, com cursos de formação política clássica, em várias etapas. Cursos superiores formais, em convênios com universidades como UFJF, Unesp, USP, UnB, Fiocruz, Elam, Clacso. A Escola tem um núcleo de formação internacional, que desenvolve cursos de longa duração para estudantes de movimentos populares de outros países. Assim, um sábado por mês, a Escola organiza os Ciclos de Debates, com acesso livre para a comunidade e aos amigos da ENFF, a fim de debater temas contemporâneos.

A ENFF não é apenas a escola-espço físico, mas é, também, um espaço em que se organiza programas de formação, que são desenvolvidos em outros locais, em todo Brasil, com parcerias com escolas de formação política em vários países.

Como parte da missão educadora permanente, são desenvolvidos diversos projetos de pesquisa, publicações, formação e cursos. Neste ano, por exemplo, desenvolveu-se um novo tipo de curso, para formadores de movimentos populares para países de língua inglesa. O curso foi ministrado durante 45 dias, em inglês, e teve a participação de mais de 60 jovens educadores de 25 países. O sucesso foi tão grande que os movimentos populares daqueles países solicitaram uma segunda turma no segundo semestre desse ano. Assim, iniciou-se a quinta turma, em uma parceria com a Unesp, no mestrado em Questão Agrária e Geografia.

Dessa forma, os movimentos populares enviam os estudantes para realizarem os cursos.

Entretanto, eles assumem sempre os custos de passagem, e a Escola garante, de forma gratuita: hospedagem, alimentação, professores e material didático. Os cursos têm duração média de, no mínimo, uma semana até três meses, na forma de alternância, com muitas viagens para que os estudantes conheçam, de fato, algumas realidades específicas, específicas, museus e, também, participem de ações político-culturais em diversas partes do país.

O custo financeiro médio (água, luz, internet, transportes, alimentação, etc.) que precisa ser coberto está ao redor de 100 mil reais/mês. Além disso, há valores significativos com a manutenção dos prédios e as instalações, pois ao completar dez anos, o espaço necessita de uma conservação permanente, além da manutenção e compra dos veículos e das máquinas usadas na ENFF.

TR – 29

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1 Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais para a Escola Florestan Fernandes.



Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

TEXTO DE APOIO

A Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) é uma associação não governamental criada no ano de 2001 e, desde então, vem realizando estudos, investigações, publicações e eventos sobre o endividamento público brasileiro – interno e externo – e os seus impactos nas políticas públicas e nos direitos sociais da população brasileira.

O ANDES-SN, a partir das contribuições de seus grupos de trabalhos (GT) e tendo como referência as deliberações decorrentes de Congresso e CONAD, tem contribuído na articulação junto a ACD para a viabilização de estudos, de investigações, de publicações e de eventos que têm embasado a luta por reivindicações específicas do Movimento docente e por bandeiras gerais do movimento sindical de movimentos sociais:

- contra política de desoneração de impostos implantada por FHC e mantida por Lula (não tributação dos dividendos, desconto da base de cálculo dos juros de capital próprio, etc.);
- revogação das medidas de ajuste fiscal que traduzem prejuízos aos trabalhadores;
- instituição de novas alíquotas do imposto e renda da pessoa física que diminua o imposto sobre os rendimentos mais baixos e que aumente significativamente para os altos rendimentos;
- regulamentação do imposto sobre as grandes fortunas, IGT, com forte progressividade em relação ao patrimônio;
- revisão do Imposto Territorial Rural (ITR), isentando as pequenas propriedades e taxando progressivamente os latifúndios;
- alteração dos processos administrativos e judiciais de forma a garantir a cobrança dos débitos tributários, principalmente no que concerne aos grandes devedores.

Desde a edição da PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241) a ACD vem alertando que essa PEC “que insere no texto da Constituição Federal o congelamento de gastos e investimentos sociais por até 20 anos, garante recursos para pagamento de juros de uma dívida

pública, não auditada, e para ‘empresas estatais não dependentes’. Assim, a PEC 55 privilegia a destinação de recursos para esse esquema financeiro ilegal enquanto sacrifica a saúde, a educação, a assistência, a segurança e todos os demais gastos e investimentos sociais. E, também, os projetos de Lei PLS 204/2016, PLP 181/2015 e PL 3337/2015 visam “legalizar” esse esquema de ataque ao fundo público.

O ANDES-SN compõe o Conselho Político da ACD e, a partir desse lugar, apoiou uma articulação no âmbito do Congresso Nacional que resultou na criação da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular, cujo lançamento ocorreu no dia 9 de agosto de 2016.

Desse modo, é crível que o apoio financeiro do ANDES-SN à Auditoria Cidadã da Dívida contribuirá na construção de ações que possam barrar os diversos projetos que utilizam a dívida pública como justificativa para a retirada de direitos e o desmonte do Estado.

TR – 30

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1 Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais para a Associação Auditoria Cidadã da Dívida.



Diretoria do ANDES-SN

APOIO FINANCEIRO AO CASARÃO DA LUTA E AO SISTEMA DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)

TEXTO DE APOIO

O apoio político e financeiro do ANDES-SN revela-se como indispensável para a realização de um conjunto variado de atividades nacionais de formação político-cultural do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que acontece, sobretudo, no Casarão da Luta. Como conquista de um ciclo de luta de mais de uma década, o Movimento conseguiu, além de moradias, a desapropriação de uma casa ociosa, em Taboão da Serra (SP), que passou a ser chamada de Casarão da Luta. A partir daí, o MTST instaurou um espaço nacional de formação. Com o apoio político e financeiro do ANDES-SN, o Movimento mobilizou a militância e conseguiu organizar biblioteca, videoteca, brinquedoteca, estrutura de creche (para assegurar a participação das militantes com filhos) e mantém o esforço de preservá-las.

Importante destacar que no processo diário de mobilização, organização e luta de trabalhadores e trabalhadoras concentrados/as nos territórios de pobreza das periferias urbanas, o MTST desenvolve um repertório de ações, cujo centro é a ocupação de latifúndios urbanos que não cumprem função social. Com isso, a matriz do percurso formativo do Movimento é a própria vida cotidiana nas ocupações (e o conjunto de ações e experiências a ela vinculadas). Entretanto, essa matriz formativa requer mais mediações formativas/formadoras para se potencializar e qualificar. Por isso, os diversos cursos/debates/oficinas/dinâmicas e vivências de grupos, desenvolvidos no Casarão, contribuem, decisivamente, para o cotidiano de atuação do MTST.

Levando em conta que o MTST preserva (de modo inegociável) a autonomia perante empresas, governos, igrejas e partidos políticos, e aglutina uma base social formada por desempregados/as, informalizados/as ou precarizados/as, a diretoria do ANDES-SN propõe manter o apoio político e financeiro por um período de mais doze meses, ao Casarão de Luta e ao sistema de formação política do Movimento.

TR - 31

O 36º CONGRESSO DO ANDES delibera:

1. Autorizar o ANDES-SN a contribuir, por um período de 12 meses, com R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais) ao Casarão da Luta e ao sistema de formação política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).
2. Recomendar que as seções sindicais, conforme suas possibilidades, apoiem os processos formativos do MTST nos estados.

TEXTO 32

Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 37º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 37º CONGRESSO do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até às 18h do dia 24/01/17, para garantir a sua discussão nos grupos mistos do Tema 4 - Questões Organizativas e Financeiras.

TR - 32

O 37º CONGRESSO do ANDES - SINDICATO NACIONAL realizar-se-á na cidade de, sob a organização da ... Seção Sindical.

TEXTO 33

Diretoria do ANDES-SN

GRUPOS DE TRABALHO (GT) DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN tem em funcionamento os seguintes Grupos de Trabalho: GTPE, GTC&T, GTCA, GTPAUA, GT-Carreira, GT-Verbas, GTHMD, GTPFS, GTPCEGDS, GT-Fundações e GTSS/A. As seções sindicais que desejarem se integrar aos Grupos de Trabalho ou modificar a sua participação deverão preencher o formulário abaixo e encaminhá-lo com suas propostas de participação nos GTs à Secretaria do ANDES-SN, para homologação no 36º CONGRESSO.

Seção Sindical:

Grupo de Trabalho:

Componentes:

TEXTO 34

Contribuição da(o)s professor(a)es Lucinéia Scremin Martins, Alcides Pontes Remijo, Alexandre Aguiar dos Santos e José Pacheco Thiesen – sindicalizada(o)s da ADUFG Seção Sindical.

O COLAPSO DA CENTRAL SINDICAL E POPULAR E O MOVIMENTO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

Não é recente o debate sobre os descaminhos da Central Sindical e Popular – Conlutas e o Movimento docente. Desde a tentativa de unificação do campo classista em 2010, no CONCLAT, até as tentativas de definição de datas de mobilização e lutas em 2016, o campo majoritário da CSP tem buscado fragmentar o movimento classista e tem causado sérios prejuízos ao movimento docente.

Contudo, é a partir de 2014 que a tendência do isolacionismo tem se demonstrado cada vez mais ativa e repercutindo de forma significativa no movimento docente. Sem desconsiderar todo o histórico de construção da Conlutas, até a sua afirmação como Central Sindical e Popular, consideramos que é essencial para o movimento docente refletir sobre os desafios para o movimento sindical classista e as atuais posições majoritárias no âmbito da central.

Para isso vamos considerar dois aspectos importantes da ação sindical no último período: 1) a construção da unidade entre as forças classistas; e 2) o enfrentamento da ofensiva da nova direita a partir de 2014. A unidade das forças classistas para enfrentar o conjunto de medidas econômicas regressivas do capital ficou restrita a interpretação política polarizada entre governismo e oposição ao governo. Não houve a efetiva centralidade da luta na construção da unidade capaz de frear e resistir a ofensiva golpista, ao contrário durante os anos de 2014 a 2015 o que assistimos foi um festival de justificativas para dizer que com os governistas não existia possibilidade de ação. O governismo adquire a relevância de categoria analítica central para a definição dos campos da luta de classes. Não há dúvidas sobre as estreitas relações entre a CUT e o governo do PT, porém, mesmo sob o governo do PT, foram inúmeras as ações que tinham como objetivo a luta contra a política regressiva do “ajuste fiscal”. Em outras palavras, ao eleger o governismo como inimigo central, a construção da unidade entre os lutadores foi fragilizada. A CSP com o agravante de desconsiderar o processo do golpe como uma estratégia de longo prazo e construída de forma sistemática, passou a adotar a consigna do Basta de Dilma, chegando às manifestações com a consigna do Fora todos! Numa conjuntura em que a direita orquestrava o *impeachment*, a CSP fazia coro com o Basta Dilma! Resultado foram manifestações isoladas e sem a presença das classes trabalhadoras.

No âmbito do movimento sindical uma gama considerável de seções sindicais foram obrigadas a desconsiderar a política nacional orientada pela CSP, aprovando em assembleias e em diretorias notas contra o processo de *impeachment* e denunciando a arquitetura golpista. Porém, a insistência em obstaculizar a unidade na luta com a CUT e outros movimentos intensificou a fragilização interna.

Dentro do próprio campo majoritário da CSP houve diferentes rupturas com a linha isolacionista adotada – o maior destaque deste fato foi a cisão interna ao próprio PSTU em que um grupo representativo de militantes desse partido rompe com a política de que não houve golpe e clamando a necessidade de uma ampla unidade política contra a ofensiva golpista do capital.

A questão central que se apresenta para a unidade classista é a definição de quem é o capital. Os interesses do capital estão claramente definidos em projetos de lei, emendas constitucionais e possui o aval dos três poderes. A necessária constituição de um bloco de forças contra-hegemônico para a resistência e enfrentamento das políticas do capital será a base sobre a qual se forjarão os elementos da unidade. Sem fazer a luta conjunta e enfrentar abertamente o debate

não há como construir uma efetiva unidade. Isso não que dizer que as diferenças políticas internas ao campo de luta contra a política do capital estão superadas, ao contrário, trata-se de uma unidade necessária para o enfrentamento das políticas regressivas, mas não representa nenhuma ilusão quanto ao caráter social democrata e timidamente reformista que os governos do PT assumiram efetivamente. Constituído-se num processo de elaboração crítica e autocrítica do conjunto das organizações, sem abrir mão do enfrentamento da política regressiva do capital.

Não foi isto que se construiu até o momento, na prática foi criada uma categorização com a existência de três blocos em conflito na sociedade brasileira e que tem pouca sustentação na realidade: a direita, representada pelo governo do PT e aliados; a oposição de direita representada pelo PSDB e aliados; e o terceiro campo, das classes trabalhadoras. Aqui é espetacular a miopia política que contaminou parte significativa das forças políticas de esquerda e o movimento sindical que não acreditaram na efetivação do *impeachment*. Não analisaram a relação entre a ofensiva imperial e a fragilidade dos governos do PT em resistir ao processo de regressão social orquestrado. As próprias forças petistas não ofereceram a resistência necessária ao golpismo, ao contrário implementaram a política de ajustes de interesse do capital como tática para manter-se no poder, acabando por minar as forças de resistência e a luta contra o Golpe.

No âmbito do movimento docente é possível e necessário o exercício da autocrítica e o reconhecimento de que as análises predominantes nos últimos congressos foram contrárias a tese do golpismo, convertendo-o numa mera forma argumentativa defensiva das posições governistas. O Golpe está em andamento, o *impeachment* foi apenas uma etapa inicial; a hegemonia ultraconservadora se fez presente no processo eleitoral de 2016, é inegável o domínio ideológico conservador nas massas populares. Dentro da CSP é comum debitar o afastamento da presidente Dilma a ascensão da luta dos trabalhadores, colocando o *impeachment* como um resultado “positivo”, isto é ignorar a realidade e afastar ainda mais a possibilidade de unidade. Com este tipo de análise o movimento docente entra em um beco sem saída.

A continuidade da análise que não compreende a ofensiva golpista e a mudança de regime que está se concretizando na realidade brasileira, na qual o estreitamento das poucas liberdades políticas e democráticas passa a ser a tendência institucional, deixará o movimento sindical, em especial o movimento docente, desarmado para o período que está apenas começando. O estreitamento político organizado pelo golpismo vai buscar as formas “institucionais” de sua efetivação, por meio das ações do executivo, do legislativo e do judiciário, mas terá como elemento permanente de ação o crescente estado policial e a política de criminalização dos movimentos sociais. A resistência das classes trabalhadoras a esse processo não será passivamente aceita pelos de cima. O endurecimento da repressão e até mesmo a instauração do terrorismo de estado são alternativas plausíveis do golpismo em curso.

Nesse sentido, ao refletirmos sobre as questões organizativas precisamos adotar as medidas necessárias para preservar e fortalecer o sindicalismo combativo. Construir unidade política entre as forças classistas de forma consistente, organizando a resistência ao golpe e se preparando para cenários de intensificação da repressão sobre os lutadores do povo. Existem campos diferentes de atuação para a construção da unidade: um no âmbito sindical, na luta contra a retirada dos direitos sociais e a construção da greve geral, que deve isolar as forças sindicais que dão sustentação ao golpismo, em especial à Força Sindical. Noutro campo é fundamental uma ampla unidade com setores populares da cidade e do campo na luta contra a regressão social, em defesa dos direitos fundamentais, da democracia e contra o golpe.

A direção nacional do ANDES-SN atuou de forma correta nas manifestações de setembro, trabalhando junto com os movimentos sociais, em especial com o MTST na luta contra a política regressiva do governo golpista. Estas alianças precisam ser ampliadas. O MST está sofrendo uma gigantesca ofensiva criminalizante, inclusive com a ofensiva policial contra a Escola Nacional Florestan Fernandes. Estes fatos colocam em cheque a política isolacionista da CSP, e devem ser conscientemente compreendidos pelo conjunto da categoria como uma ação

necessária e o reconhecimento na prática de que a autocrítica está sendo realizada. Cabe ao movimento docente fortalecer efetivamente a unidade classista.

TR - 34

O 36º CONGRESSO delibera:

- 1.** fortalecer a atuação das seções sindicais do ANDES-SN nas frentes estaduais em defesa da escola sem mordaza, espaços de unidade ampla no âmbito da educação e da sociedade;
- 2.** Fortalecer os laços políticos com o MTST e a INTERSINDICAL-CCT para a constituição de uma unidade classista tendo como eixo a luta contra a retirada de direitos e capaz de pautar conjuntamente uma agenda de lutas e de mobilizações nacionais nos fóruns mais amplos de construção da luta, em particular para a construção da Greve Geral.
- 3.** Fortalecer a unidade com as organizações classistas da cidade e do campo (INTERSINDICAL, MTST e MST) para constituir um polo classista e avançar na luta pela construção de uma frente ampla de lutas com o campo que se opõe à política do Governo Temer;

SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa
AGU: Advocacia-Geral da União
ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BGA: Bacharelados em Grandes Áreas
C&T: Ciência e Tecnologia
CADIN: Cadastro de Inadimplentes
CAPES/MEC: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior /MEC
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica
CLT - Consolidação das Leis de Trabalho
CNE: Conselho Nacional de Educação
CNESF: Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais
CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico:
CONAD: Conselho do ANDES Sindicato Nacional
CONED: Congresso Nacional de Educação
CONGRESSO: Congresso do ANDES-SN
CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas.
CONLUTE: Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes
CPA: Comissões Próprias de Avaliação
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CSS: Contribuição Social para Saúde
DA: Diretórios Acadêmicos
DCE: Diretório Central de Estudantes
DE: Dedicção Exclusiva
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudo
DPC: Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos
DRU: Desvinculação de Recursos da União
EaD: Educação a Distância
EC: Emenda Constitucional
ETF: Escolas Técnicas Federais
ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
ENFF: Escola Nacional Florestan Fernandes
FASUBRA-Sindical: Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
FIES: Financiamento Estudantil
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos
FNDC: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FNDE: Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNDEP: Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GEBTT : Gratificação da Educação Básica, Técnica e Tecnológica
GEMAS: Gratificação de Estímulo ao Magistério Superior
GT: Grupo de Trabalho
GTCa: Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte
GTPFS: Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical
HU: Hospital Universitário
ICV: Índice do Custo de Vida
IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior
IES: Instituições de Ensino Superior
IFE: Instituições Federais de Ensino
IFES: Instituições Federais de Ensino Superior
IFET: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IMES: Instituições Municipais de Ensino Superior
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES: Instituições Particulares de Ensino Superior
LDB: Lei de Diretrizes e Bases
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTTT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero
LOA: Lei Orçamentária Anual
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC: Ministério do Estado da Educação
MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MP: Medida Provisória
MTE: Ministério do Trabalho e Emprego
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OCC: Outros Custeios de Capital
OIT: Organização Internacional do Trabalho
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional – Diretrizes para a Educação
PEC: Proposta de Emenda Constitucional
PIB: Produto Interno Bruto
PL: Projeto de Lei
PLANFOR: Plano Nacional de Formação Docente
PLC: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados
PLP: Projeto de Lei Complementar
PLS: Projeto de Lei do Senado Federal
PNE: Plano Nacional de Educação
PPA: Plano Plurianual
PPG: Projeto de Pós-Graduação
PPPs: Parcerias Público Privadas
PPRA: Programas de Prevenção de Risco Ambiental
PROEP: Programa de Expansão da Educação Profissional
PROIFES: Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior
PROUNI: Programa Universidade para Todos
REHUF: Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
PUCRCE: Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RGPS: Regime Geral da Previdência Social
RJU/PUCRCE:
RJU: Regime Jurídico Único
RT: Retribuição por Titulação
SESu/MEC: Secretaria de Educação Superior / MEC
SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINASEFE: Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional
SISOSP: Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor
SPF: Servidores Públicos Federais
SR: Secretarias Regionais
STF: Supremo Tribunal Federal
STJ: Superior Tribunal de Justiça
SUS: Sistema Único de Saúde
TCU: Tribunal de Contas da União
UAB: Universidade Aberta do Brasil
USAID: United States Agency for International Development

LEGISLAÇÃO CITADA NOS TEXTOS DA DIRETORIA DO ANDES-SN

- **Decreto nº 8877/16** - Dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES
- Decreto 8752/16 –
- **Emenda Constitucional - EC 20/98** - Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências
- **Emenda Constitucional - EC 29/00** - Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.
- **Emenda Constitucional - EC 41/03** - Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências
- **Emenda Constitucional - EC 86/15** - Altera os arts. 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica
- **Lei 13.325/2016** (antigo PL 4251/2015) - Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências
- **Lei 13.334/2016** que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e dá outras providências
- **Lei da Inovação** (10.973/04), o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/16) e a Emenda Constitucional 85/15 que fora aprovada com o fim de sustentar aspectos do novo Marco Legal que confrontavam o texto da Constituição Federal (principalmente os Artigos 218 e 219).
- **Lei nº 13.183/2015** - Altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para tratar da associação do segurado especial em cooperativa de crédito rural e, ainda essa última, para atualizar o rol de dependentes, estabelecer regra de não incidência do fator previdenciário, regras de pensão por morte e de empréstimo consignado, a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para assegurar pagamento do seguro-defeso para familiar que exerça atividade de apoio à pesca, a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, para estabelecer regra de inscrição no regime de previdência complementar dos servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre o pagamento de empréstimos realizados por participantes e assistidos com entidades fechadas e abertas de previdência complementar e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e dá outras providências
- **PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241)** - Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 exercícios financeiros, existindo limites individualizados para as despesas primárias de cada um dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública
- **PEC 10/2014** - cria o Sistema Único de Educação Superior Pública, formado pelas instituições públicas de ensino superior
- **PEC 143/2015** - permite aos estados e municípios aplicarem em outras despesas 25% dos recursos hoje atrelados a áreas específicas, como saúde, tecnologia e pesquisa, entre outros - Apensada a PEC 93/2007*.
- **PEC 171/1993** - redução da maioria penal
- **PEC 215/00** - passa ao Congresso as competências exclusivas à aprovação de demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e quilombolas e a ratificação das demarcações já homologadas.
- **PEC 241/2016** - congela gastos públicos por 20 anos -
- **PEC 395/2014** - fim da gratuidade do ensino - Aprovada em 1º turno na Câmara, aguardando votação em segundo turno
- **PEC 4/2015** - altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (PEC da DRU)

- **PEC 451/2014** - inclui como garantia fundamental, plano de assistência à saúde, oferecido pelo empregador em decorrência de vínculo empregatício, na utilização dos serviços de assistência médica.
- **PEC 555/2006** - acaba com a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados
- **PEC 87/2015** - prorroga a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 31 de dezembro de 2023, alterando a sua forma de cálculo, de forma a limitar seu alcance e aumentar sua efetividade – Arquivado.
- **PEC 93/2007** - propõe a criação, incorporação, fusão e desmembramento dos municípios
- **PEC 53** – Que altera a Constituição Federal para limitar o exercício do direito de greve do setor da educação
- **PL 1414/15** -
- **PL 2723/15** - autoriza o trabalho fora das dependências físicas do órgão ou entidade público, apenas quando seja possível adotar sistemas de produção mensuráveis e mecanismos de controle do trabalho (home office)
- **PL 397/15** - estabelece o estatuto jurídico das empresas estatais, inclusive das empresas estatais – Apensado ao *PL 4918/2016.
- **PL 4251/15** - altera a remuneração, regras de promoção, incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, entre outras
- **PL 4372/2012** - cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (Insaes)
- **PL 4567/2016** (ex-PLS 131/2015) - que acaba com a participação obrigatória e exclusiva da Petrobras na exploração dos campos do pré-sal.
- **PL 4643/2012** - cria Fundo Patrimonial nas IFE
- **PL 4918/2016** - dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
- **PL 5069/2013** - que altera a forma do atendimento das vítimas de violência sexual
- **PL 6114/2009** – propõe a instituição do Exame Nacional do Magistério da Educação Básica (Enameb)
- **PL 2546/15** - dispõe que as universidades possam fixar seus currículos com o auxílio dos Conselhos de Fiscalização Profissional
- **PL 7180/2014** - inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa
- **PL 867/2015** - que propõe o Programa Escola sem Partido - Apensado ao PL 7180/2014*.
- **PL 882/2015** - estabelece as políticas públicas no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos - Apensado ao *PL 313/2007.
- **PLC 30/2015** (ex-4330) - da terceirização - Na Secretaria Legislativa do Senado Federal
- **PLC 54** (que tramitou na Câmara como PLP 257) – estabelece um novo e regressivo regime fiscal definido na PEC 55 - (antiga 241), que congela os investimentos primários dos entes federados por 20 anos
- **PLP 257/16** - autoriza o refinanciamento da dívida dos estados e do Distrito Federal
- **PLS 193** - Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido".
- **PLS 379/13** - propõe mudanças na escolha de dirigentes nas IFE.
- **PLS 388/15** - altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para estabelecer regras de governança para os fundos de pensão, visando melhorar sua gestão e garantir a eficiência dos seus resultados – Aprovada no Senado e enviada à CD. Projeto arquivado, por conta da aprovação de Substitutivo (Emenda nº 6-PLN) ao *PLS 78/2015, com o qual tramitava em conjunto.
- **PLS 420/2014** - institui o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 173 da Constituição Federal

- **PLS 54 do Senado** - (antiga PL 257) estende a estados e municípios a restrição do orçamento imposta pela PEC 55 ao orçamento federal
- **PLS 555/2015** - "Estatuto das Estatais" – Tramita agora na Casa como *PL 4918/2016.
- **PLS 782/2015** - estudantes de universidades públicas com renda familiar superior a 30 salários mínimos (R\$ 26,4 mil) poderão passar a pagar anuidade escolar
- **PLS 87/2010** - dispõe sobre a contratação de serviços de terceiros e dá outras providências

ANEXO CADERNO DE TEXTOS

36º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

Cuiabá/MT, 23 a 28 de janeiro de 2017

Tema Central: Em defesa da educação pública e contra a agenda regressiva de retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

<http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

Gestão 2016/2018

Presidente: Eblin Joseph Farage

Secretário-Geral: Alexandre Galvão Carvalho

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretora responsável por Imprensa e Divulgação: Giovanni Felipe Ernst Frizzo

SUMÁRIO

TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
Texto 35 – Defesa ampla da previdência pública e combate ao projeto de previdência privada (complementar) - <i>Contribuição do GT de seguridade e previdência social da ADFURRN Seção Sindical</i>	
Texto 36 – Política de saúde e segurança do trabalhador docente – <i>Contribuição da Assembleia dos docentes da UFPR</i>	
Texto 37 – Proposta de metodologia para elaboração do dossiê sobre as consequências da cessão da EBSEH às universidades federais - <i>Contribuição da Assembleia dos docentes da UFPR</i>	
Texto 38 – O golpe na educação: a luta permanente contra o imperialismo e em defesa do financiamento público para a educação pública - <i>Contribuição dos(as) professores(as) Ailton Cotrim Prates (ADUFAL); Alvanita Almeida Santos (APUB); Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES); Celi Taffarel (APUB); Claudio Lira Santos Júnior (APUB); Cassia Hack (SINDUFAP); Domingos Garcia (ADUNEMET); Eduardo Jorge Souza da Silva (ADUFERPE); Erika Suruagy (ADUFERPE); Eudes Baima (SINDUECE); Everaldo Andrade (ADUSP); Fabio Venturini (ADUNIFESP); Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB); Flávio Dantas (ADUFERPE); Gilvanice Barbosa da Silva Musial (APUB); Hélcio Batista (ADUFERPE); Jair Reck (ADUnB); Jânio Ribeiro dos Santos (ADUFPI); José Arlen Beltrão (APUR); Joelma Albuquerque (ADUFAL); Lanara Guimarães de Souza (APUB); Lisleandra Machado (APESJF); Luiz Eduardo Simões de Souza (APRUMA); Manoel Pereira de Andrade (ADUnB); Marcia Morschbacher (SEDUFMS); Marco Aurélio (SESDUFT); Marize Carvalho (APUB); Patrícia Valim (APUB) Silvina Liliana Carrizo (APESJF); Sarah Munck Vieira (APESJF); Thiago Nicola Lavoura (ADUSC); Tarcísio Fernandes Cordeiro (APUR); Ricardo Coelho (ADUFAL)</i>	
Texto 39 – O tsunami do capital para desmanchar a Constituição Federal, se apossar das fontes de energia, dos recursos naturais e expropriar as terras indígenas - <i>Contribuição dos(as) professores(as) José Domingues de Godoi Filho (ADUFMAT), Lélica Lacerda (ADUFMAT), Reginaldo Silva Araújo (ADUFMAT), Antônio Rosevaldo F. da Silva (ADUFS-BA), Althen Teixeira Filho (ADUFPEL), Antônio L. Philomena (APROFURG), Carlos Domingos da Silva (ADUR-R), Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ), Carlos Alberto da Fonseca Pires (SEDUFMS), Lyliane Gregory (ADUSP)</i>	
Texto 40 – Unidade da classe trabalhadora para barrar o ajuste fiscal - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Antonio Euzébios Filho (ADUNESP), Dan Gabriel D’Onofre (ADUR-RJ), Fellipe Coelho Lima (ADURN), Fernando Lacerda Jr (ADUFG), Marcio da Silva (ADUFPB) e Michelle Gabrielli (ADUFPB)</i>	
Texto 41 – Política de classe, etnias, gênero e diversidade sexual - <i>Contribuição das professoras Andreia Moassab e Patricia Zandonade – Sindicalizadas da SESUNILA Seção Sindical</i>	
Texto 42 – “Reforma da Reforma Agrária” de Temer: como responder? - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula</i>	

<i>(ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)</i>	
Texto 43 – O capitalismo em decomposição não tem como acabar com a opressão social. A resposta às discriminações étnicas, raciais e sexuais é parte do programa da revolução proletária - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)</i>	
Texto 44 – Por uma frente única em defesa dos empregos, salários e direitos. Não ao pagamento da dívida pública - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)</i>	
TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES	
Texto 45 – Plano de Lutas do setor das IFES: Banco de Professor-Equivalente da carreira do magistério superior - <i>Contribuição da Assembleia Geral da Adcefet-rj Seção Sindical</i>	
Texto 46 – Trabalhador@s Terceirizad@s – <i>Contribuição da Assembleia Geral da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS</i>	
Texto 47 – Responder ao estrangulamento das universidades estaduais com a unidade dos estudantes, técnicos, funcionalismo e trabalhadores em geral - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)</i>	
Texto 48 – Plano de lutas das IFES: Organizar a luta unitária contra a destruição da universidade pública. Combater a precarização, privatização e defender a autonomia universitária - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)</i>	
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 25 – Adendo ao texto 25 – alterações no Estatuto do ANDES-SN – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 49 – Contribuição para o Terra Livre – Movimento Popular do campo e da cidade - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Antonio Euzébios Filho (ADUNESP), Dan Gabriel D’Onofre (ADUR-RJ), Fellipe Coelho Lima (ADURN), Fernando Lacerda Jr (ADUFG), Marcio da Silva (ADUFPB) e Michelle Gabrielli (ADUFPB)</i>	
Texto 50 – Eleições com todas as vozes do ANDES-SN – Proposta de mudanças no Estatuto para inscrição de chapas para concorrer à diretoria do ANDES-SN - <i>Contribuição da Diretoria e da Delegação da ADUFU-SS ao 36º Congresso do ANDES-SN</i>	
Texto 51 – Defender a democracia sindical - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)</i>	

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto de Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado em proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
TR 35 – Defesa ampla da previdência pública e combate ao projeto de previdência privada (complementar)	
TR 36 – Política de saúde e segurança do trabalhador docente	
TR 37 – Proposta de metodologia para elaboração do dossiê sobre as consequências da cessão da EBSEH às universidades federais	
TR 38 – O golpe na educação: a luta permanente contra o imperialismo e em defesa do financiamento público para a educação pública	
TR 39 – O tsunami do capital para desmanchar a Constituição Federal, se apossar das fontes de energia, dos recursos naturais e expropriar as terras indígenas	
TR 40 – Unidade da classe trabalhadora para barrar o ajuste fiscal	
TR 41 – Política de classe, etnias, gênero e diversidade sexual	
TR 42 – “Reforma da Reforma Agrária” de Temer: como responder?	
TR 43 – O capitalismo em decomposição não tem como acabar com a opressão social. A resposta às discriminações étnicas, raciais e sexuais é parte do programa da revolução proletária	
TR 44 – Por uma frente única em defesa dos empregos, salários e direitos. Não ao pagamento da dívida pública	
TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES	
TR 45 – Plano de Lutas do setor das IFES: Banco de Professor-Equivalente da carreira do magistério superior	
TR 46 – Trabalhador@s Terceirizad@s	
TR 47 – Responder ao estrangulamento das universidades estaduais com a unidade dos estudantes, técnicos, funcionalismo e trabalhadores em geral	
TR 48 – Plano de lutas das IFES: Organizar a luta unitária contra a destruição da universidade pública. Combater a precarização, privatização e defender a autonomia universitária	
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 25 – Adendo ao texto 25 – alterações no Estatuto do ANDES-SN	
TR 49 – Contribuição para o terra livre – movimento popular do campo e da cidade	
TR 50 – Eleições com todas as vozes do ANDES-SN – Proposta de mudanças no Estatuto para inscrição de chapas para concorrer à diretoria do ANDES-SN	
TR 51 – Defender a democracia sindical	

TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS

DEFESA AMPLA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA E COMBATE AO PROJETO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (COMPLEMENTAR)**TEXTO DE APOIO**

A cada nova crise do capital a previdência social sofre ataques no sentido de diminuir o que é repassado em forma de direitos previdenciários para os trabalhadores. Isso ocorre, em especial, pelo papel econômico que a previdência ocupa por ser uma grande fonte de arrecadação do fundo público. No Brasil o sistema de arrecadação dos recursos da previdência está pautado no modelo de repartição enquanto os seus gastos têm seguido a lógica da capitalização pois são, em grande medida, utilizados a serviço do capital.

A partir da década de 1990, desmontar a política previdenciária tornou-se parte fundamental para garantir a canalização dos recursos dessa política para o mercado financeiro. As contrarreformas da previdência social iniciadas no governo FHC e continuadas nos governos Lula, Dilma e Temer atuaram no sentido de desmontar os direitos conquistados pelos trabalhadores e direcionar um grande volume de dinheiro, alocado no fundo da previdência, para o mercado de capitais. As mudanças nas regras das aposentadorias e benefícios que começam no Regime Geral da Previdência Social (RGPS) em 1998 e segue para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos Funcionários Públicos Federais em 2003 tendem a serem impostas também para os servidores públicos dos estados. Uma das medidas mais recentes que atinge diretamente os servidores públicos diz respeito a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP) que começa a operar a partir de 2013. A instituição da FUNPRESP significa o fim da aposentadoria integral além de constituir-se em mais uma contribuição paga diretamente dos salários dos trabalhadores. Após a instituição da FUNPRESP acelera-se a investida para que os estados também criem os seus fundos de pensão para os servidores públicos estaduais. Vale ressaltar que a previdência “complementar” é em sua essência uma previdência privada, um fundo de investimento, ou seja, um instrumento peculiar do mercado financeiro. Portanto, não é um projeto dos e para os trabalhadores, mas específico do capital que porta juros.

A Proposta de Emenda Complementar (PEC) 55/2016 que tramita no senado federal prevê o congelamento dos gastos do Estado, em especial, para as áreas de saúde e educação. A pactuação que vem sendo construída pelo governo federal com os governadores dos estados exige duas medidas: congelamento dos gastos também no âmbito estadual; aprovação da previdência complementar nos estados.

Mediante essas questões faz-se necessária uma grande e ampla ofensiva em defesa da previdência pública. Não podemos aceitar a retirada dos recursos da previdência para outros fins que não sejam as aposentadorias e benefícios para os trabalhadores, tendo em vista que esses recursos são mantidos pela contribuição de parte dos salários e são a única possibilidade de sobrevivência da classe trabalhadora após os anos de contribuição. Nesse sentido, as secções sindicais do ANDES nos estados têm um papel fundamental de buscar juntamente com as outras entidades sindicais formar uma frente combativa de defesa da previdência e dos direitos dos trabalhadores que envolva todos os servidores estaduais e que pressione o governo e o legislativo para barrar o processo em curso de contrarreforma da previdência no estado.

TR - 35**O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:**

1. Realizar levantamento nos Estados sobre a situação da previdência complementar;

2. Realizar seminários regionais, juntamente com outras entidades sindicais, para debater o processo em curso de contrarreforma da previdência social a fim de pensar estratégias de enfrentamento à aprovação da previdência complementar;
3. Integrar a Frente de Defesa da Previdência Pública nos estados onde existir essa Frente. Contribuir para a construção da Frente nos estados que ela ainda não existe.

TEXTO 36

Contribuição da Assembleia dos Docentes da UFPR

POLÍTICA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR DOCENTE

TEXTO DE APOIO

A gênese do adicional de insalubridade no Brasil se deu no ano de 1936, criado pela Lei 185 de 14 de janeiro e Decreto Lei 399 de 30 de abril de 1938 em seu artigo 4º. Mais tarde, em 1943, o tema foi consagrado na CLT, que contemplou tal recompensa financeira através do pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade (CLT, arts. 192 e 193, § 1º).

A concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade tem sido tratada em duas perspectivas, contraditórias entre si, mas que representam a realidade também contraditória vivida pelos servidores públicos em seu trabalho.

Por um lado, é pensamento corrente no campo da Saúde do Trabalhador, que a **monetização** do risco, como é chamado o fato de se conceder ao trabalhador uma retribuição por ele se expor a condições de risco no seu trabalho, não faz avançar a luta por melhoria geral da saúde e segurança dos trabalhadores. A razão dessa crítica se pode resumir na seguinte pergunta: como estimar o valor da saúde de um indivíduo devido à exposição a um determinado agente ambiental nocivo?

Segundo Silva (2011), “Os defensores desta estratégia imaginavam que o pagamento dos referidos adicionais, por constituir em ônus financeiro ao empregador, compeliaria o mesmo a investir em melhorias nas condições do meio ambiente laboral, entretanto, ficou constatado que, para os empregadores, é extremamente vantajoso continuar com o pagamento do adicional pelo risco ao invés de investir na melhoria dos ambientes de trabalho. Constata-se, portanto, que, embora aparentemente mais vantajosa para as empresas, tal alternativa revela-se menos inteligente e eficaz. Com efeito, o critério da monetização do risco mostra-se inaceitável, uma vez que permite a convivência do trabalhador com o ambiente insalubre ou perigoso, ao invés de combater, na origem, as causas de agressão à saúde e segurança do trabalhador”. Nessa linha de argumentação, citado ainda pelo mesmo autor, Sebastião Geraldo de Oliveira assevera que “A solução retrógrada de compensar a agressão por adicionais (monetização do risco) vem sendo banida com energia pelos trabalhadores, sob a bandeira coerente de que ‘saúde não se vende’. De fato, a crescente dignificação do trabalho repele a política de remunerar as agressões à saúde, acelerando o desgaste do trabalhador e, conseqüentemente, apressando a sua morte.”

No entanto, segundo a disposição legal, a concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade é um direito do servidor/trabalhador, e como tal deve ser respeitado, conquanto possam ser promovidas ações paralelas para superar os problemas de origem que ameaçam a saúde e segurança no trabalho.

Quanto a isso, em 18 de março de 2013, o Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão (MPOG) publicou a Orientação Normativa 6 (ON 6) em substituição a ON 2. Diferentemente das normativas anteriores, a ON6 estabelece, em seu anexo II, uma lista de atividades que não fazem jus ao pagamento de adicionais de insalubridade. Os cargos de chefia ou comando administrativo, aqueles em que o servidor mantém contato com o paciente nas áreas de circulação ou convivência, cargos considerados como atividades meio ou de suporte e aqueles em que servidor manuseia objetos que não se enquadram como veiculadores de

secreções são proibidos de receber os adicionais ocupacionais segundo a nova ON. No entanto, os principais problemas que estavam presentes na ON2 permaneceram com a ON 6, como: - a necessidade de que sejam respeitadas e usadas como referência, normas já estabelecidas para os trabalhadores em geral (as Normas Regulamentadoras, do Ministério do Trabalho); - a perda ou a não atribuição de adicional de periculosidade ou de insalubridade a servidores com função gratificada ou cargo comissionado; - a exigência de, pelo menos, a metade da jornada de trabalho (50%) em exposição a condições perigosas ou insalubres, para percepção de adicional, dispositivo que claramente não se coaduna ao trabalho acadêmico, seja letivo, de apoio ou em laboratório de pesquisa, incluindo servidores docentes e técnico administrativos. (APUFPR, 2014)

No corrente ano de 2016, diversos docentes passaram a procurar da APUFPR-Seção Sindical do ANDES para buscar orientação diante do corte indiscriminado dos adicionais de periculosidade e insalubridade praticado pela Universidade a partir de fevereiro deste mesmo ano. Na correspondência em que comunicava o referido corte, dirigida pessoalmente ao servidor, a Universidade justificava a medida com base na ausência de laudo institucional que amparasse a concessão do adicional. Ou seja, a Universidade joga para o servidor o atendimento a uma condição que ela mesma deveria providenciar. Falta às Universidades, de modo geral, uma política institucional vigorosa de Saúde e Segurança no Trabalho que busque solucionar/minimizar os problemas em sua origem, contando com a participação dos próprios servidores – docentes e técnicos administrativos – já que estes são os que melhor podem contribuir nesse campo, dado que conhecem as exigências, condições e parâmetros para orientar soluções efetivas.

Por outro lado, é sempre oportuno lembrar que o governo federal, em 2009, lançou o SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – mas que, na prática, nunca funcionou a contento. Sobre o referido sistema existem inúmeras críticas, apontando falhas e inadequações. Zanin e cols. (2015), analisando o programa a partir de evidências concretas na Universidade Federal do Paraná, encontraram diversos problemas, tanto no que diz respeito à gestão e concepção política do mesmo, como quanto às condições de realização das perícias médicas e ao quantitativo de pessoal/equipe responsável pela execução. De acordo com o estudo, “Na prática, os eixos de vigilância e promoção continuam com pouca ação efetiva. Eles estão presentes [apenas] no título da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal, mas curiosamente desaparecem no título do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor. Pior que isso: o eixo Assistência à Saúde foi transferido para um modelo de parceria público-privada, cofinanciada pelo Estado. O eixo referente à Perícia em Saúde mantém-se numa lógica com nítidas conotações de controle da força de trabalho.” (p. 93-94). Finalmente, os autores reconhecem: “De efetivo, pode-se concluir que a política implementada pelo Governo via SIASS dissocia claramente as questões de Saúde do processo de trabalho e centraliza as ações no dano, no adoecimento, e não na promoção da saúde. Dito de outra forma, o que se está fazendo não se refere à Saúde do Trabalhador.” (p. 94)

TR – 36

Visando enfrentar a falta de condições relacionadas à saúde e segurança no trabalho de servidores nas Instituições de Ensino Superior (IES) e alavancar um amplo debate sobre o tema, o 36º Congresso do ANDES delibera:

- 1.** Que cada Seção Sindical reveja, de acordo com sua realidade, a conceituação, estruturação e condições da implantação do SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor), de modo a propor sua completa reconfiguração para que seja efetivamente uma política que atenda os anseios dos docentes com relação à sua saúde e segurança no trabalho.
- 2.** Lutar para a implantação de um Plano de Segurança e Saúde do Trabalhador em cada uma das IES;
- 3.** Lutar para a implantação de comissões locais de saúde e segurança do trabalho, com a participação de docentes por setor de trabalho;

4. Lutar pelo direito da Seção Sindical docente em participar da normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde e segurança do trabalhador nas IES;
5. Lutar pelo direito da Seção Sindical em participar da elaboração dos laudos sobre os ambientes de trabalho das IES com relação às condições de trabalho;
6. Lutar pelo direito do trabalhador docente e da Seção Sindical às informações sobre os riscos levantados em avaliações ambientais;
7. Lutar pelo direito do trabalhador docente a exames de saúde de admissão, demissão e periódicos, observando as especificidades de cada processo de trabalho, bem como de atendimentos por serviço de saúde, respeitando os preceitos legais e éticos;
8. Lutar pela garantia do Sindicato e do docente em requerer ao órgão competente a interdição de parte ou de todo o ambiente/processo de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde do servidor, com base no parágrafo 3º do artigo 6º da Lei Orgânica da Saúde (8080/90).
9. Lutar pela observação do direito legal dos docentes a receber adicionais de insalubridade e periculosidade de acordo com as Normas Regulamentadoras, do Ministério do Trabalho, e não segundo os critérios da Orientação Normativa 6, do MPOG, que, na prática, impossibilita à maioria dos servidores/trabalhadores o direito aos referidos adicionais.
10. Que o ANDES-Sindicato Nacional tome medidas judiciais contra a utilização da ON 6 pelas IFES, visto que ela é lesiva aos interesses e direitos dos servidores.

Referências:

APUFPR. Boletim. **Pauta local: docentes reivindicam saúde**. 04 de abril de 2014

SILVA, R. N. **Monetização da saúde do trabalhador**: uma análise crítica. Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento, inserido em 15 set. 2011. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/monetiza%C3%A7%C3%A3o-da-sa%C3%BAde-do-trabalhador-uma-an%C3%A1lise-cr%C3%ADtica>>. Acesso em: 8 dez. 2016

ZANIN, F. e cols. Política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público no Brasil. **Universidade e Sociedade**, n. 55, p. 86-95, 2015.

TEXTO 37

Contribuição da Assembleia dos Docentes da UFPR

PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO DOSSIÊ SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA CESSÃO DA EBSEH ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS

TEXTO DE APOIO

No 35º Congresso do ANDES-SN foi aprovado o seguinte texto de resolução: “*Que as seções sindicais realizem levantamento das seguintes informações: a) os processos de adesão das IFES à EBSEH; b) os contratos realizados entre a EBSEH e as IFES; c) os contratos realizados entre a EBSEH e as empresas privadas; d) os problemas vivenciados pelas IFES que aderiram à EBSEH. Após o levantamento destas informações, o ANDES-SN deve produzir, em 2016, um dossiê, cartilha ou material correlato com descrições e análises de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc, avaliando o impacto da assistência e na formação dos profissionais da saúde, o modelo de gestão, a política de gratificação e as práticas de controle social.*”

Poucas seções sindicais conseguiram dar consequência a essa deliberação, por diversas razões possíveis. A principal está associada à complexidade inerente às estruturas hospitalares vinculadas às universidades federais. Do ponto de vista dos trabalhadores, esses complexos hospitalares das universidades chegam a envolver milhares de servidores, docentes e técnicos administrativos, além dos terceirizados. Entre os docentes, há um número significativo que acumula a carreira docente com a carreira de servidor técnico administrativo, nas diferentes especialidades de saúde e de apoio. Além disso, com a entrada da EBSEH, aumentou significativamente o número de diferentes contratos e regimes de trabalho, acumulando o regime jurídico único a contratos celetistas vinculados às fundações de apoio, à EBSEH e às empresas terceirizadas. Do ponto de vista dos serviços prestados pelos hospitais universitários, há um sem número de acordos e contratos firmados com secretarias municipais de saúde e com as esferas estadual e federal. Do ponto de vista acadêmico, diversos departamentos acadêmicos e programas de pós-graduação têm atividades de ensino e pesquisa realizadas dentro da estrutura hospitalar, o mesmo ocorrendo com projetos de extensão.

Outro elemento de dificuldade na elaboração do dossiê é de ordem prática. Em geral, o número de docentes militantes que atua e tem acesso ao complexo hospitalar é pequeno. Mesmo nas lutas contra a cessão dos hospitais à EBSEH, o maior envolvimento, em número, foi de servidores técnicos administrativos e estudantes, entre aqueles que têm efetiva atuação dentro dos hospitais. Não menos importante é o fato que, após a entrada da EBSEH, a gestão dos hospitais tem pouco ou nenhum compromisso com a gestão democrática das universidades. São administrações com caráter gerencialista, cujas metas são de ordem apenas econômica e não acadêmica e que respondem a uma entidade nacional sediada distante da realidade local. Estas gestões têm dificultado o acesso a informações referentes aos hospitais, pela imposição de limitações ao acesso às instalações e aos servidores que nelas trabalham.

No caso do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Paraná, decidimos enfrentar o desafio da elaboração do dossiê a partir de um esforço conjunto, por meio do Fórum de Saúde do Trabalhador da UFPR, envolvendo a APUFPR, o SINDITEST (Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior no estado do Paraná) – que representa os trabalhadores não docentes do Complexo do Hospital de Clínicas da UFPR –, o SIMEPAR (Sindicato dos Médicos do Paraná), o SINDYPSI (Sindicatos dos Psicólogos do Paraná) e estudantes de diversos coletivos políticos da UFPR, vinculados a cursos da área de saúde. O Fórum organizou um dossiê sobre os efeitos da EBSEH no Hospital de Clínicas da UFPR tendo por base o primeiro ano de implantação do contrato de gestão. O dossiê foi composto tendo por base material documental, análise de entrevistas e denúncias.

Para a estruturação do dossiê foram definidos os seguintes eixos:

- elementos legais, jurídicos, políticos e acadêmicos referentes à gestão de hospitais vinculados a universidades públicas;
- processo de adesão da UFPR à EBSEH;
- assistência hospitalar e relação do Complexo Hospitalar com o SUS;
- ensino, no que se refere à realização, nas dependências do Complexo Hospitalar, das atividades acadêmicas, de graduação e de pós-graduação, previstas nos Projetos Político-pedagógicos dos cursos da área de saúde da UFPR;
- pesquisa, no que se refere à realização de atividades de pesquisa de alunos de graduação e de pós-graduação e de docentes vinculados a programas pós-graduação e laboratórios de pesquisa da UFPR;
- extensão, no que se refere a programas e projetos de extensão submetidos e aprovados nas instâncias de extensão acadêmica da UFPR;
- gestão administrativa (novo regimento, licitações, conselho de administração, transparência e democracia na tomada de decisões);
- relações de trabalho (controle de horários, diferentes regimes de trabalho, violências

e assédio moral);

- condições de trabalho (falta de material, problemas de infraestrutura);
- autonomia da universidade.

Os diferentes atores com os quais tivemos que interagir para levantar dados sobre os eixos:

- Servidores docentes:
 - coordenadores dos cursos de graduação em medicina, farmácia, enfermagem, nutrição, odontologia, terapia ocupacional e psicologia;
 - coordenadores dos programas de pós-graduação que interagem com o Complexo Hospitalar;
 - coordenadores de estágio dos respectivos cursos de graduação;
 - professores que dão aulas teóricas e práticas no Complexo Hospitalar.
- Servidores técnicos administrativos:
 - enfermeiros, farmacêuticos, pessoal de laboratório, terapeutas, psicólogos, médicos, nutricionistas, etc.
- Alunos e suas entidades de representação (DCE e Centros Acadêmicos).
- Pacientes (crônicos).
- Terceirizados.
- Associação de Amigos do HC.
- Estagiários.

A partir destes elementos, dividimos a tarefa de levantamento de dados e informações de acordo com a possibilidade de acesso de cada membro participante. Os militantes docentes ocuparam-se do contato com as coordenações de curso de graduação e de pós-graduação, para identificação da situação dos problemas anteriores à EBSEH e dos novos problemas gerados a partir da mudança de gestão. Os militantes do SINDITEST levantaram, por meio de depoimentos e ensaio fotográfico, as condições de trabalho e de funcionamento dos diferentes serviços e espaços de trabalho. Trabalho semelhante foi realizado pelo SIMEPAR junto aos médicos que atuam no Complexo Hospitalar. Os alunos elaboraram um questionário que foi aplicado em estudantes de graduação, de pós-graduação e residentes. A equipe, junto com o SINDYPSI, foi responsável pela estruturação do material e elaboração do dossiê.

A estrutura final do dossiê compreende:

- Inconstitucionalidade e irracionalidade da EBSEH; perda da autonomia universitária; relatos de precarização dos hospitais geridos pela EBSEH.
- Histórico do processo de adesão da UFPR à EBSEH.
- Situação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.
- Relatos da equipe médica e dos estudantes.
- Condições atuais da Assistência à Saúde.
- Relações e condições de trabalho.
- Ensaio fotográfico.
- Matérias divulgadas na mídia.
- Iniciativas episódicas e pontuais executadas pela Reitoria.
- Descumprimento das obrigações contratualizadas pela EBSEH

A partir desta experiência, propomos o Texto de Resolução a seguir.

TR - 37

O 36º Congresso do ANDES-SN delibera que:

1. Será elaborado, pelo GTSS/A, um material de orientação metodológica para elaboração dos dossiês referentes aos efeitos da adesão dos hospitais universitários à EBSEH.
2. O GTSS/A irá realizar uma oficina de trabalho sobre a elaboração desse dossiê.
3. Realizar um seminário nacional, em 2017, de avaliação dos hospitais universitários sob administração da EBSEH.

TEXTOS 38

Contribuição dos(as) professores(as) Ailton Cotrim Prates (ADUFAL); Alvanita Almeida Santos (APUB); Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES); Celi Taffarel (APUB); Claudio Lira Santos Júnior (APUB); Cassia Hack (SINDUFAP); Domingos Garcia (ADUNEMET); Eduardo Jorge Souza da Silva (ADUFERPE); Erika Suruagy (ADUFERPE); Eudes Baima (SINDUECE); Everaldo Andrade (ADUSP); Fabio Venturini (ADUNIFESP); Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB); Flávio Dantas (ADUFERPE); Gilvanice Barbosa da Silva Musial (APUB); Hélcio Batista (ADUFERPE); Jair Reck (ADUnB); Jânio Ribeiro dos Santos (ADUFPI); José Arlen Beltrão (APUR); Joelma Albuquerque (ADUFAL); Lanara Guimarães de Souza (APUB); Lisleandra Machado (APESJF); Luiz Eduardo Simões de Souza (APRUMA); Manoel Pereira de Andrade (ADUnB); Marcia Morschbacher (SEDUFMS); Marco Aurélio (SESDUFT); Marize Carvalho (APUB); Patrícia Valim (APUB) Silvina Liliana Carrizo (APESJF); Sarah Munck Vieira (APESJF); Thiago Nicola Lavoura (ADUSC); Tarcísio Fernandes Cordeiro (APUR); Ricardo Coelho (ADUFAL)

O GOLPE NA EDUCAÇÃO: A LUTA PERMANENTE CONTRA O IMPERIALISMO E EM DEFESA DO FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA.

TEXTO DE APOIO

Está sendo aplicada na educação Brasileira a política imperialista, acentuada, revigorada, fortalecida pelo Golpe infringido contra a democracia, contra o Estado de Direito, contra a Constituição Brasileira de 1988, contra a vontade popular expressa em mais de 54 milhões de voto que elegeram Dilma Rousseff para um segundo mandato na presidência da República Federativa do Brasil. O Golpe de 2016, resultado de uma articulação imperialista, em especial dos Estados Unidos da América do Norte, contou, ainda, com parte do judiciário, conivente, aliado ao parlamento mais conservador, reacionário, patrimonialista que já tivemos no Brasil, pós-64, parte do empresariado brasileiro e, fundamentalmente, com a mídia golpista, encabeçada pela Abril e a Rede Globo que, juntamente com outras oito redes, comandam de maneira privatista, com uma ideologia conservadora, de cunho religioso, na maioria delas, os grandes meios de comunicação de massa no Brasil.

O Golpe no Brasil está incluído em uma conjuntura internacional que demonstra a validade da teoria de Lênin (2007)⁹, e demonstra a degeneração do sistema capitalista. Esta conjuntura extremamente adversa se expressou em 2016 na vitória do Donald Trump nas eleições dos Estados Unidos, nos colombianos rejeitando o acordo de paz, nos ingleses optando em se desligarem da Comunidade Comum Europeia (Brexit), em Aleppo (Síria) transformada em um campo de batalhas cruéis e atrozes e numa cidade fantasma, a acentuação da crise econômica com as consequências da aplicação dos Planos de Austeridade, que aumentaram a pobreza, o

⁹ Estamos empregando o termo imperialismo exatamente conforme definido por Lênini em sua obra LÊNIN, V.I. O imperialismo Fase superior do Capitalismo. Brasília/DF: Nova Palavra 2007.

desemprego, a perda de direitos e a desigualdade em muitos países, como a Grécia, por exemplo, planos que foram impostos pela Troika (Fundo Monetário Internacional - FMI; Banco Central da União Europeia - BCEU; Comissão da União Europeia - CUE) e, acentuação da onda migratória advinda da África, Oriente Médio e Ásia rumo a Europa. Neste contexto está a América Latina em disputa e não eximida dos acontecimentos mais gerais do Planeta.

A disputa das Américas, Central e do Sul, pelos imperialistas, pelos burgueses, capitalistas, nacionais e internacionais, pode ser constatado, no século XXI, nas sucessivas tentativas ou concretização de Golpes de Estado. Podemos mencionar neste sentido: (1) Tentativa de Golpe na Venezuela em 2002, contra o então presidente Hugo Chaves. Por de traz os interesses Norte Americanos e a privatização da empresa estatal Petróleo de Venezuela S.A (PDVSA); (2) Golpe no Haiti em 2004 contra Jean-Bertrant Aristide, atribuindo-se o golpe as forças rebeldes e na sequencia instalando-se a Minustah, ocupação de forças Militares da ONU. (3) O Golpe na Bolívia em 2008 contra o presidente Evo Morales; (4) O golpe em Honduras em 2009, contra Manuel Zelaya; (5) O Golpe no Equador em 2010, contra o presidente Rafael Correia; O Golpe no Paraguai em 2012, contra o presidente Fernando Lugo e, em 2016, o Golpe contra a presidenta eleita Dilma Rousseff.

A influência e ingerência dos mecanismos internacionais na Educação Brasileira podem ser identificados de período a período de acordo com o contexto das políticas internacionais mais gerais.

Para exemplificar mencionamos: (1) Na década de 50 os intercâmbios entre educadores brasileiros e norte americanos que definiram os rumos em especial da capacitação de professores e formação de cientistas no Brasil; (2) Na década de 60 os acordos econômicos – Agência para o desenvolvimento Internacional do Departamento de Estado dos Estados Unidos (MEC/USAID). Acordos celebrados durante o regime militar e que moldaram muito da estrutura das universidades que existem até hoje; (3) Na década de 70 a ingerência do Banco Mundial e seu financiamento ditando prioridades. O foco no alívio à pobreza, período da crise do endividamento do Brasil. (4) Na década de 80 o Consenso de Washington – UNESCO, UNICEF, PNUD. A intervenção de ONGs, o terceiro setor atuando na Educação. (5) Na década de 90 a Mundialização do Capital e suas políticas, suas ideias pedagógicas. Era da pedagogia do capital. Investida da ALCA e da OMC que até hoje regula o mercado educacional. Os Tratados multilaterais de investimentos. O empresariamento da educação. O estabelecimento de novo marco Jurídico. Novo ordenamento legal. (6) Nos anos 2000 avança a doutrina do desenvolvimento, segurança, alívio pobreza, culturalismo, tratado de Bolonha. Período em que avançam as políticas focais, assistencialistas, compensatórias. (7) A partir dos anos 2010 avançam de forma avassaladora a mercadorização, a privatização da educação. Empresas internacionais invadem o mercado educacional Brasileiro. A Educação Pública está em sérios riscos de extinção. A começar com o ensino superior.

Neste contexto, de relações internacionais, agrava-se a crise e ingerência imperialista¹⁰. Não pode ser subestimado neste contexto que durante a V Cúpula do BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul -, em 27 de Março de 2013, os países do eixo decidiram pela criação de um Banco Internacional do grupo, o que desagradou profundamente os Estados Unidos e a Inglaterra, países responsáveis pelo FMI e Banco Mundial, respectivamente. A ideia é fomentar e garantir o desenvolvimento da economia dos países-membros do BRICS e de demais nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento.

O Golpe na economia está expresso na implementação do Programa **“Uma Ponte para o Futuro”**, que defende o Estado privatista que deve transferir para o setor privado e privatizar

¹⁰ A disputa interimperialista não é recente e está minuciosamente relatada em obras clássicas de leitura obrigatória entre as quais destacam-se GALEANO; Eduardo. As veias Abertas da América Latina. A estrutura contemporânea da espoliação. 8º Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979; SALAZAR; Luíz Soares. – MADRE AMÉRICA: un siglo de violencia y dolor (1898-1998). Os crimes do neoliberalismo. “años de soledad, de amarguras sin cuento, de injusticias, violencia y dolor”. 2º Ed. Editorial de Ciencias Sociales. Habana/Cuba, 2006; MONTORO; Xabier. Capitalismo Y Economía Mundial. Bases teoricas y analisis empíricas para la comprensión de los problemas economicos del siglo XXI. Instituto Marxista de Economía. Madri, Espanha, 2014

tudo o que for possível em matéria de infraestrutura e serviços. Para tanto, tramitam mais de 55 medidas no Parlamento, que remeterão a classe trabalhadora a um patamar social próximo da idade média. O Plano dos derrotados prevê derrubada dos mecanismos de controle social, cortes nos investimentos públicos, ajustes fiscais, manutenção e elevação do superávit primário, e as restrições na aplicação de fundos públicos para atender demanda por serviços públicos reivindicadas pela classe trabalhadora. Prevê ainda, na educação, a reforma inconstitucional do Ensino Médio (MP 746/16), a Escola Sem Partido, com a Lei da Mordaça.

Na área social, o fechamento de 8 Ministérios e cortes nos Programas Sociais deixou evidente o ataque brutal as conquistas mínimas da classe trabalhadora, no que diz respeito a programas, projetos e ações de governo. Esta aplicação de uma política de corte em programas sociais para obter superávit primário, política de desmonte das funções sociais do Estado e seus programas de repartição de riquezas, de inclusão social, de enfrentamento da pobreza extrema, é consolidada na proposta expressa no documento “Uma Ponte para o Futuro”, lançado, pelo Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB), em 29/10/2015, e na sequência o documento “A Travessia Social”. Decorrentes deles temos a “Agenda Brasil”, encaminhada no dia 10/08/16 pelo senador Renan Calheiros, que está assentada em três eixos a saber: (a) Melhoria do Ambiente de Negócios; (b) Equilíbrio Fiscal; (c) Proteção Social. Tudo isto apoiado pelo Movimento Brasil Livre (MBL) que em novembro de 2015 aprovou em seu Primeiro Congressos as propostas para Educação, inclusive já entregues ao Ministro Golpista Mendonça, juntamente com o Movimento Escola Sem Partido (<http://www.escolasempartido.org/>), Movimento Revoltados OnLine, liderado por Marcello Reis, e com a presença de Alexandre Frota. Além de propostas para a Educação os adeptos do MBL apresentam em seu documento propostas para Saúde, Sustentabilidade, Reforma política, Economia, Justiça, Transporte e Urbanismo, todas baseadas no liberalismo e neoliberalismo que visa dar fôlego e hegemonia ao capital. A Proposta da escola Sem Partido é um PL que tramita na Câmara de Numero 867/2015 apensado ao PL da deputada Izalci do Distrito Federal do PSDB, de numero 7.180/2014 que visa alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo a ideia da Escola Sem Partido, que nada mais é do que o controle ideológico da direita e dos fundamentalistas sobre a Educação.

Os Projetos no parlamento, como o PLP 257/2016, que visa refinar a dívida pública de estados e municípios e impõe ajustes em todas as esferas do funcionalismo público, leis que impõe a Estados e Municípios medidas de austeridade para negociações de dívidas, acabam atingindo a educação e a saúde. Assim também, as demais leis que tramitam no Congresso e que irão escancarar a terceirização plena (PL 4.330/04), fazer valer o negociado sobre o legislado (MP 680/15) e, a PEC da Morte a PEC 55/16, impactarão negativamente os serviços públicos em dimensões terríveis nos próximos 20 anos. Além disto está em curso a reforma da Previdência que retira direitos e condena a classe trabalhadora a um sacrifício cada vez maior. Soma-se a isto a entrega do patrimônio brasileiro ao capital internacional, desde empresas públicas como a Petrobras, o que ocorreu com a aprovação no Senado do PLS 131/16 (Jose Serra) que retirou a exclusividade da Petrobras para operar na camada do Pré-Sal, abrindo caminho a privatização e, com isto desvinculou os repasses das riquezas, dos *royalties* do petróleo do Fundo Social para Educação e Saúde. Além da privatização das telecomunicações que agora, com prejuízos, cobram do Governo Golpista a aprovação de um perdão de mais de 100 bilhões de dívidas, temos a privatização e as parcerias público-privado, como por exemplo a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e outros setores vitais para a classe trabalhadora como os Correios (EBCT), a Caixa Economia Federal (CEF), o Banco do Brasil (BB), até os Sistemas de Água e Saneamento Básico dos Estados e Municípios brasileiros, o que vem contribuindo para a desnacionalização da economia brasileira. Portanto, o Brasil tem paradoxos gritantes: 7ª ECONOMIA MUNDIAL; Pior distribuição de renda do mundo¹¹; 85º no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH; Penúltimo no ranking da Educação (Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais); 128º no ranking do crescimento

¹¹ <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/SSRN-id2479685.pdf>

econômico. Tem, portanto, um Estado que se estrutura segundo os interesses das classes dominantes que atuam no judiciário, legislativo e executivo.

A **Educação**, dentro deste contexto estrutural e conjuntural expressa uma das maiores contradições: ela poderia ser uma alavanca essencial para a mudança. Mas, no modo do capital produzir e reproduzir a vida, no modo como o Estado se estrutura e como a classe dominante exerce seu poder, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas, também, gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes.

Em meio ao Golpe sucedem-se os ataques aos direitos da classe trabalhadora e a soberania da nação brasileira. Evidência disto é o que está acontecendo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017. O golpista Michel Temer vetou 12 itens acrescentados pelo Congresso Nacional ao conjunto dos gastos que não podem ser contingenciados, entre eles os das despesas “destinadas à implantação e ao funcionamento das universidades federais criadas a partir do exercício de 2016” e as “destinadas às instituições federais de ensino”. O veto atinge as universidades e também os institutos federais de ciência e tecnologia, que oferecem ensino médio profissionalizante e superior. O veto serve para o governo poder impor essa limitação, que pode ocorrer logo no início do ano por meio do decreto que disciplina a execução da Lei Orçamentária. Publicada no *Diário Oficial da União* no dia 27/12/16, a sanção presidencial à LDO aprovada no Congresso e enviada no dia 19, incluiu diversos vetos, inclusive ao Anexo III, que relaciona as “despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal por constituírem obrigações constitucionais e legais da União”¹².

Além dos vetos presidenciais que atingem as universidades e institutos federais, a comunidade acadêmica, científica, tecnológica e de inovação, - Academia Brasileira de Ciências (ABC); Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec); Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Empresas Inovadoras (Anpei); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap); Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) -, está denunciando “a operação desastrosa feita pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária Anual – LOA 2017 -, com a criação de uma nova fonte de recursos (fonte 900) retirando verbas das áreas de Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação. Esses recursos estavam antes assegurados pela fonte 100, que tem pagamento garantido pelo Tesouro Nacional. Esta transferência de fonte será uma catástrofe, segundo as entidades que assinam o manifesto contra estas medidas, porque a fonte 900 não tem recursos assegurados, tanto que passam a ser chamados de “recursos condicionados de acordo com manual orçamentário. A fonte 900 inclusive põe em dúvida o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que exige para cada empenho a definição clara da fonte de recursos. A Comunidade científica denuncia que “A operação realizada pelos parlamentares gerará, na prática, um corte de 89,24% nas dotações orçamentárias previstas.” A situação é gravíssima tendo em vista a aprovação, por este mesmo Congresso Nacional, da PEC 55/16, a PEC da Morte, a PEC dos Gastos Públicos, que congelará os investimentos em educação para os próximos 20 anos.

Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2014), a Educação recebe mais investimentos e ganha mais qualidade, da creche à pós-graduação. O orçamento cresceu fortemente: de R\$ 18 bilhões em 2002 para R\$ 115,7 bilhões em 2014. O aumento real foi de 218%. Podem ser assinaladas ainda mudanças da creche à pós-graduação, passando pela escola em tempo integral: revolução no ensino técnico e profissional, expansão e interiorização das universidades federais, entrada dos jovens pobres no ensino superior, bolsas de estudo para as melhores universidades do mundo. A Educação passou a ser ferramenta de combate às

¹² <http://www.diretodaciencia.com/2016/12/27/veto-de-temer-sujeita-ensino-superior-federal-a-contingenciamento-em-2017/>

desigualdades e motor de desenvolvimento. O que antes era gasto tornou-se investimento. Um investimento no futuro do Brasil e dos brasileiros. Com os Golpistas as conquistas retrocedem e, portanto é necessário reverter o golpe. O Momento é complexo, difícil e as saídas não serão simplistas, pragmáticas e imediatistas.

O **Golpe na Educação** ainda está por ser avaliado¹³. Mas, se tomarmos como referência as medidas imediatas entre as quais a reforma constitucional¹⁴ do Ensino Médio (MP 746/16)¹⁵, a Escola Sem Partido, com a Lei da Mordada, o contingenciamento de verbas para as universidades, o cancelamento de concursos públicos, o desmonte de Comissões, Fóruns e representações, o não cumprimento das Metas do Plano Nacional de Educação, as ingerências privatistas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), O Sistema Nacional de Educação, O Fórum Nacional de Educação¹⁶, o Conselho Nacional de Educação, A Conferência Nacional de Educação, e demais Programas e Ações por dentro da Estrutura Ministerial, as influências de grupos conservadores e privatistas, por exemplo, MBL, Escola sem Partido, Todos pela Educação, Fundação Ayrton Senna, Fundação Lemann¹⁷, entre outras, e seus *lobby*, influenciando ostensivamente, por dentro do Ministério de Educação, é possível avaliar a extensão dos impactos negativos e o retrocesso que se avizinha.

Para reverter o Golpe que atinge, mais uma vez, frontalmente, a escolarização da classe trabalhadora no Brasil, em especial com a PEC 55/16, (A PEC da Morte), esforços deverão ser unificados, em uma frente única, em defesa da Educação Pública, Laica, de Qualidade, Socialmente referenciada. Um **Frente Única que construa a Greve Geral dos Trabalhadores no Brasil**. E esta tarefa, de construir uma Frente Única e construir a Greve Geral, que está sendo convocada pela maior central sindical do Brasil – A Central Única dos Trabalhadores (CUT)-, caberá também aos organismos da classe trabalhadora, seus Movimentos Sociais, Populares, Estudantil, Partidário e Sindical. O ANDES-SN não poderá se omitir nesta tarefa.

Retomando, portanto, as teses fundamentais do ANDES-SN para a UNIVERSIDADE Brasileira, principalmente no item sobre Financiamento estamos encaminhando o seguinte TEXTO RESOLUÇÃO:

TR - 38

O ANDES-SN deverá contribuir na construção da **Frente Única**, com os demais organismos de luta da classe trabalhadora, para construir a greve geral e defender:

- a) A luta permanente pela soberania do Brasil, contra o imperialismo e a ingerência de mecanismos internacionais na Educação Brasileira;
- b) O pressuposto básico do financiamento público com recursos arrecadados pelo Estado garantindo, por meio do ensino público, laico e gratuito, de qualidade socialmente referenciada, o atendimento pleno das demandas sociais por educação, em todos os níveis, etapas e modalidades.

¹³ Sobre “O Golpe na Educação” levando em consideração o Golpe de 1964 temos a obra de Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes, editada pela Jorge Zahar Editora em 1985 Nesta obra os autores descrevem o contexto, os Movimentos de Cultura a Educação Popular, os acordos MEC-USAID: em direção aos anos de Chumbo e a Educação pela repressão, a educação como grande negócio, a exclusão pela base, a profissionalização fracassada, a educação Moral, Cívica e Física e a Universidade Modernizada, Amordaçada e Privatizada. Por fim tratam do tema “Para Reverter o Golpe” que durante 20 anos de regime autoritário impôs retrocessos ao projeto de escolarização da classe trabalhadora brasileira. Mantida as devidas proporções, vivemos hoje, sob tal jugo do capitalismo renovado, por seus novos agentes – imperialista, parlamentares, judiciário, empresarial, midiático -, cuja linha de frente são os Golpistas de 2016. Os impactos na Educação atingirão negativamente o futuro de gerações no Brasil.

¹⁴ Ver sobre a inconstitucionalidade desta Medida Provisória 746/16 in:

http://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/20/politica/1482242766_077850.html. Ver mais sobre a PEC 241 e a MP 746 in: <http://www.poa.ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2016/10/PEC-241-e-MP-746.pdf>

¹⁵ Medida Provisória adotada pelo Governo Golpista de Michel Temer e que está sendo duramente criticada e contestada, em especial pela Juventude que está ocupando mais de mil escolas no Brasil e pela CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

¹⁶ <http://fne.mec.gov.br/>

¹⁷ <http://www.fundacaolemann.org.br/>

- c) A ampliação gradativa das verbas para a educação, à luz da meta 20 do PNE (mínimo de 7% do PIB em 2019 e mínimo de 10% até 2024), evitando-se novos contingenciamentos orçamentários nas áreas de educação, saúde, assistência social e demais políticas que se relacionam com a manutenção das matrículas nas escolas públicas de educação básica e nas instituições públicas de ensino superior, com a melhoria das condições físicas das escolas e de aprendizagem dos estudantes, com a elevação dos níveis de escolaridade da população jovem e adulta, a garantia do direito a alfabetização e, enfrentamento do analfabetismo absoluto e funcional da população acima de 15 anos de idade.
- d) A derrubada da Medida Provisória 746/16 da contrarreforma do Ensino Médio.
- e) A derrubada da Proposta de Emenda a Constituição (PEC N.55/16) que limita gastos públicos pelos próximos 20 anos.
- f) A derrubada dos vetos infringidos pelo golpista Michel Temer nas Leis de Diretrizes Orçamentárias para 2017 (LDO/2017) e derrubada da operação desastrosa feita pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária Anual – LOA 2017 com a criação de uma nova fonte de recursos (fonte 900) retirando verbas das áreas de Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação.

TEXTO 39

Contribuição dos(as) professores(as) José Domingues de Godoi Filho (ADUFMAT), Lélia Lacerda (ADUFMAT), Reginaldo Silva Araújo (ADUFMAT), Antônio Rosevaldo F. da Silva (ADUFS-BA), Althen Teixeira Filho (ADUFPEL), Antônio L. Philomena (APROFURG), Carlos Domingos da Silva (ADUR-R), Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ), Carlos Alberto da Fonseca Pires (SEDUFMS), Lyliane Gregory (ADUSP).

O TSUNAMI DO CAPITAL PARA DESMANCHAR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, SE APOSSAR DAS FONTES DE ENERGIA, DOS RECURSOS NATURAIS E EXPROPRIAR AS TERRAS INDÍGENAS.

TEXTO DE APOIO

A partir do final dos anos 60 do século passado, os confrontos bélicos árabe-israelense (Guerra dos Seis Dias, em 1967 e Yom Kippur, em 1973), a guerra Irã-Iraque (1980 e 1988) e as guerras no continente africano explicitaram a disputa mundial por fontes energéticas, recursos naturais, renováveis ou não, e propriedade intelectual, especialmente, dos produtos químicos, farmacêuticos e agrônômicos. Some-se a quebra unilateral do sistema denominado Bretton Woods pelos Estados Unidos (Choque Nixon de 1971) colocando fim as moedas que estavam lastreadas pelo padrão-ouro, tornando-as, então, vinculadas ao dólar. Com isso, dos anos 70 para cá, um novo sistema hegemônico foi sendo articulado e imposto ao mundo pelos países centrais e pela mundialização do capital.

No âmbito da ONU foi organizada e realizada a Conferência de Estocolmo-72, que teve como referência um documento patrocinado pelo Clube de Roma, criado por empresários e executivos da Xerox, IBM, Fiat, Remington Rand, Olivetti, dentre outros. O documento conhecido como Relatório Meadows (*Os limites do crescimento*) foi elaborado pelo MIT – Massachusetts Institute of Technology, onde alertava e procurava estimar o esgotamento dos recursos naturais, se mantidos os níveis de crescimento predominantes à época. Obviamente, como resultado, a questão ambiental aflorou na arena da contradição entre a lógica do capital e a ideia de “responsabilidade social”, ganhou os circuitos alternativos e o reconhecimento de sua importância. No entanto, também as disputas pelos recursos naturais se intensificaram, neste momento de reordenação produtiva.

Em outra frente, foi organizada e realizada a Rodada Uruguai do GATT (sigla em inglês para Acordo Geral de Tarifas e Comércio) a partir de setembro de 1986, conforme encontro ministerial de Genebra do GATT (1982). A rodada foi preparada pelo governo norte-americano e se realizou no contexto do liberalismo de Reagan e Thatcher. Os pontos principais da pauta, após forte pressão norte-americana, foram a reforma do GATT e a inclusão, dentre outros, do tema das patentes sobre a propriedade intelectual, com ênfase sobre os produtos farmacêuticos, agrônômicos, biotecnológicos e culturais (condição imposta pelos Estados Unidos para participar e acatar os resultados da rodada). Ao final da Rodada Uruguai, em 1994, com vigência das decisões tomadas a partir de 1995, o GATT foi transformado na OMC – Organização Mundial do Comércio e aprovado a TRIPS (sigla em inglês para o acordo sobre os aspectos relacionados ao comércio dos direitos à propriedade intelectual, incluindo o comércio de bens contrafeitos). Com a transformação do GATT na OMC, esta passou a integrar, com o Banco Mundial e o FMI, o tripé de defesa dos interesses do capital, tendo à frente os Estados Unidos e o Reino Unido.

Na Parte I, o TRIPS define que um país membro não pode tratar legalmente outro de forma diferente. Na Parte II, estabeleceu o uso da propriedade intelectual para todos os conhecimentos tecnológicos, obras artísticas, culturais e científicas, isto é: direitos autorais (copyrights), desenho industrial, marcas, patentes, indicações geográficas, segredos industriais, desenhos de circuitos integrados, controle de práticas não competitivas em licenciamentos, cultivares e conhecimento tradicional, livros, músicas, filmes, imagens, programa de computadores, dentre outras. Portanto, uma forma organizativa que tem como centralidade a fixação de controle hegemônico sobre qualquer material e instrumental que detenha potencial comercial, inclusive animais, plantas, métodos de diagnósticos ou terapêutica para tratamento humano ou veterinário e produtos de engenharia biológica.

Nesse sentido, é fundamental ter claro, que é vital para o capitalismo o direito à propriedade intelectual (patentes), para que seja garantida em tempo dito de “paz”, a liberdade e hegemonia do mercado e a acumulação de capital, então, com o uso da lei e da força do Estado. Tais acontecimentos internacionais repercutiram negativamente na América Latina, contribuindo para a ocorrência de uma série de inadimplências; sendo o México o primeiro atingido em 1982. O mesmo aconteceu com o Brasil, que com o fim do governo militar, que havia adotado um plano de investimentos respaldado por financiamentos obtidos no estrangeiro, em particular nos Estados Unidos, se viu sem liquidez para movimentar o erário no sentido de dar vazão aos acordos econômicos. Como tentativa para resolver a situação de inadimplência de diversos países latino-americanos, os Estados Unidos que, ao lado do Reino Unido, vinha difundindo, desde a década de 70, o avanço do neoliberalismo, lançou o plano Baker (1985), o plano Brady (1989) e o Consenso de Washington (1990).

Enquanto isso, por aqui, em 1987 e 1988, era discutida e promulgada a Constituição Federal. A despeito da mobilização e participação da sociedade, que garantiu direitos sociais importantes e mecanismos que podem/poderiam ampliar a soberania e autonomia do país, não deixou de ser perceptível a atuação dos crupiês e dos lobistas das empresas privadas e dos banqueiros junto à parlamentares e instituições do Estado, que negociavam cinco anos de mandato para o oligarca e ex-líder da ditadura empresarial-militar Presidente José Sarney. Se havia dúvidas, passados vinte e oito anos, as mesmas deixaram de existir em relação à estratégia que o capital utilizou durante todo o processo constituinte; isto é, o que não conseguiram aprovar no texto final que foi promulgado, o emendariam a partir dos candidatos a Presidente da República que, a posteriori, financiariam e pretendiam eleger. E elegeram todos, desde Collor. Basta verificar os financiadores de campanha junto ao TSE – Tribunal Superior Eleitoral e o que está ocorrendo no país desde, pelo menos, à eleição de 2014.

Não obstante, temos nesse cenário, que os “donos da banca” buscavam com os planos elaborados pelo governo americano em sua cruzada neoliberal, a organização de expedientes de desarticulação das conquistas construídas naquele contexto político, tendo nas Emendas Constitucionais subsequentes, sistematicamente aprovadas, seu veio de avanço. Para garantir a adesão aos planos, é importante ressaltar que foi criado um exército de ocupação composto por

cérebros de aluguel (os Chicago's boy e de outras instituições, inclusive de universidades públicas brasileiras), crupiês travestidos de economistas e apoio intensivo e abusivo dos meios de comunicação.

OS PLANOS BAKER, BRADY E O CONSENSO DE WASHINGTON.

PLANO BAKER.

O Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, em outubro de 1985, apresentou um plano (Plano Baker) para promover o crescimento econômico dos países endividados a fim de que pudessem pagar suas dívidas e voltassem a ter acesso a novos financiamentos internacionais. Buscava também, com tal iniciativa, resolver a situação interna americana que se especulava, à época, estaria à beira de restrição de crédito e, ao mesmo tempo, evitar que bancos americanos avançassem na perda de rentabilidade e, pudessem até vir a falir – situação, que mesmo que teoricamente possível, mas frente a sua condição de epicentro financeiro, surreal.

Para efetivarem as medidas, o Banco Mundial-FMI-GATT (a partir de 1994 transformado na OMC) se tornaram os gestores da crise do endividamento e da reestruturação neoliberal dos países em desenvolvimento, assim como seus principais avalistas. Nesse contexto, foram estabelecidos os Programas de Ajuste Estrutural (SAPs, a sigla em inglês) que significaram imposição de severas condições macroeconômica e setoriais com o objetivo de *“pagamento da dívida e transformação da estrutura econômica dos países de forma a eliminar características indesejáveis ao desenvolvimento neoliberal – protecionismo, excesso de regulação e intervencionismo”*. Fundamentalmente, expedientes que visavam estabelecer uma concepção mais adequada de crescimento liberal, privatista, de abertura ao comércio exterior e ortodoxa do ponto de vista monetário. Para ter acesso ao dinheiro, os países teriam que se submeter às medidas recomendadas pelo FMI: - aumento de impostos, aumento de tarifas, desvalorização da moeda, redução dos gastos governamentais e reestruturação produtiva e do mundo do trabalho. O plano previa que o Banco Mundial e alguns bancos privados deveriam liberar novos empréstimos (da ordem de US\$ 29 bilhões) por prazo de um ou dois anos, com a retórica de desonerar os Estados endividados, mas na verdade era mais um dispositivo de atendimento ao loteamento rentista das economias reféns.

Em 1987, ficou claro que o plano não atenderia os seus objetivos e, os bancos privados acabaram sendo os principais, se não os únicos, beneficiários do plano ao transferirem para os bancos oficiais dos países desenvolvidos a maior parte das dívidas.

Em fevereiro de 1987, o Brasil suspendeu unilateralmente e por tempo indeterminado o pagamento da dívida, utilizando a moratória como instrumento de negociação. Os credores, tendo em vista os seus interesses, não partiram para retaliações e nenhuma catástrofe aconteceu. Enquanto isso, se desenvolvia o processo constituinte e a atuação dos lobistas junto aos parlamentares e ao poder executivo.

PLANO BRADY E O CONSENSO DE WASHINGTON.

O Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas F. Brady, em março de 1989, anuncia o plano, que teve seu nome, para renovar a dívida externa dos países em desenvolvimento. Como condição para o abatimento dos encargos da dívida, os países, além de emitir bônus (“bradies”) para a securitização da dívida, deveriam promover reformas liberais em seus mercados, ou como preferia o Secretário Brady, “reformas estruturais”. Participaram da reunião inicial e aderiram ao plano: - Argentina, Brasil, Bulgária, Costa Rica, República Dominicana, Equador, México, Marrocos, Nigéria, Filipinas, Polônia e Uruguai.

O Brasil concluiu o acordo em 1994, “coincidentalmente” no mesmo ano que tem o início o Plano Real (01/07/1994) e que ocupava, desde maio de 1993, o cargo de Ministro da Fazenda o “novo” candidato à presidente escolhido pelo “mercado” para ser “eleito” e se tornar o futuro representante dos “donos da banca”.

Em 1989 ocorreu, também em Washington, paralelamente ao início das negociações do Plano Brady, um encontro que ficou conhecido como Consenso de Washington, convocado pelo Institute for International Economics, que tinha como diretor o economista John Williamson, para avaliar as reformas econômicas na América Latina. Participaram do encontro diversos economistas latino-americanos liberais (parte da tropa de ocupação), funcionários do FMI, do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e do governo norte-americano. Como já mencionado, as ideias neoliberais já eram acintosamente divulgadas, particularmente pelos Estados Unidos e Reino Unido, e adotadas como pré-requisito para a concessão de empréstimos por instituições como o Banco Mundial e o FMI.

As conclusões do Consenso de Washington constituem um conjunto de medidas, compostas de dez regras básicas, para promover o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento, isto é:

- 1) Disciplina fiscal: o Estado deve limitar os gastos à arrecadação, eliminando o déficit público;
- 2) Redução dos gastos públicos: o Estado deveria cortar gastos e eliminar ou diminuir as suas dívidas, reduzindo custos e funcionários.
- 3) Reforma fiscal e tributária: governo deveria reformular seus sistemas de arrecadação de impostos e ampliar a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos.
- 4) Juros de mercado: os mercados financeiros domésticos devem determinar as taxas de juros de um país. Taxas de juros reais e positivas desfavorecem fugas de capitais e aumentam a poupança local.
- 5) Câmbio de mercado: países em desenvolvimento devem adotar uma taxa de câmbio competitiva que favoreça as exportações tornando-as mais baratas no exterior.
- 6) Abertura comercial: as tarifas devem ser minimizadas e não devem incidir sobre bens intermediários utilizados como insumos para as exportações. Estímulo ao intercâmbio comercial, de forma a ampliar as exportações e impulsionar o processo de globalização da economia.
- 7) Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições: investimentos estrangeiros podem introduzir o capital e as tecnologias que faltam no país, devendo, portanto, ser incentivados.
- 8) Privatização das estatais: tanto em áreas comerciais quanto nas áreas de infraestrutura, para garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores. Logo, o Estado deve vender empresas que não se relacionam à atividade específica de regulamentar as regras sociais e econômicas e de implementar políticas sociais.
- 9) Desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas: a regulação excessiva pode promover a corrupção e a discriminação contra empresas menores com pouco acesso aos maiores escalões da burocracia. Os governos precisam desregular a economia.
- 10) Direito à propriedade intelectual: os direitos de propriedade devem ser aplicados. Sistemas judiciários pobres e leis fracas reduzem os incentivos para poupar e acumular riqueza.

Mesmo com tal receituário, em 1994, houve uma nova quebra do México. O Banco Mundial, tendo como referência o aprofundamento do processo de desregulamentação e a abertura econômica iniciada nos anos 80, criou, então, um novo pacote de reformas denominadas de segunda geração que envolvia:

- Aprofundamento dos processos de abertura comercial, desregulamentação e privatização.
- Aumento da poupança interna, via reforma fiscal (redução do gasto público e reforma tributária) e estímulo à poupança privada.

- Reforma (privatização) do sistema da previdência.
- Estímulos ao investimento privado em infraestrutura.
- Flexibilização do mercado de trabalho (redução dos encargos)
- Reforma no sistema educacional.
- Implementação de programas sociais focalizados na oferta de serviços públicos para os grupos mais pobres.
- Reforma institucional e reestruturação do Estado.

O pacote do Banco Mundial foi divulgado com o discurso de que tinha por objetivo, criar instituições capazes de desempenhar as novas tarefas do Estado, manter a ordem pública, prestar serviços sociais básicos para os pobres, fornecer infraestrutura e garantir sistemas legais e normas regulamentadoras fortes, bem como reformar o sistema político e jurídico no sentido de facilitar a implementação das reformas.

O Brasil, embora não tenha aceitado de imediato a cartilha do Consenso de Washington, foi o país que mais velozmente a aplicou na década de 90. Reformou o Estado e entregou, a preço vil, as estatais dos setores de energia, telecomunicações, mineração, petroquímica, etc., para a iniciativa privada, num processo de privatização totalmente lesivo à nação brasileira. O processo continuou no início do século XXI e, em 2016, após o golpe empresarial-parlamentar, vem sendo aprofundado e avançado com velocidade assustadora.

MUDANÇAS CONSTITUCIONAIS DA DÉCADA DE 1990 PARA ATENDER A ESTRATÉGIA E INTERESSES DO CAPITAL

Após financiar e eleger, em 1989, o primeiro Presidente da República, o capital continuou com sua estratégia para adaptar a Constituição Federal de 1988 aos seus interesses, tendo como referência o receituário da cartilha do Consenso de Washington. As primeiras emendas (números 1 a 4) se deram antes da instalação do Congresso Revisor e da posse de FHC, em destaque:

1. A Emenda Constitucional nº 1/31.03.1992 dispôs sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores. Posteriormente, foi alterada pela Emenda Constitucional nº 19/04.06.1998.
2. A Emenda Constitucional nº 2/ 25.01.1992, promulgada pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, dispôs sobre o plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, antecipando o plebiscito para 21/04/1993 (estava previsto para 07/09/1993).
3. A Emenda Constitucional nº 3/ 17.03.1993 alterou diversos dispositivos constitucionais referentes aos artigos 40, 102, 103, 150, 155, 156 e 160. Dispôs sobre aposentadoria e pensões dos servidores públicos, e sobre matéria tributária.
4. A Emenda Constitucional nº 4/14.09.1993 deu nova redação ao art. 16 da Constituição Federal, estabelecendo que a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação. Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 4/14.09.1993, encerra-se o primeiro ciclo das emendas revisoras produzidas pelos constituintes do Colégio revisor.

A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DO CAPITAL E A SEGUNDA ETAPA DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS.

A segunda etapa de emendas constitucionais, não por acaso, se dá com a eleição do segundo Presidente da República, pós-promulgação da C. F. de 1988, em 3 de outubro de 1994 e, com a renovação da composição do Congresso Nacional, quando os candidatos apoiados pelos “donos da banca” e ligados aos partidos do poder se tornaram maioria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Comandados por FHC, o mesmo do Plano Real e Plano Brady, foram encaminhadas e promulgadas emendas que possibilitaram a implementação de uma política econômica que devassou ao capital estrangeiro sua participação nas atividades econômicas nacionais, assim como de empresas privadas em atividades então monopolizadas pelo Estado. Tudo de acordo com o receituário do Consenso de Washington.

O Estado brasileiro, frente ao modelo preconizado de Estado mínimo, foi adaptado à nova realidade do intervencionismo neoliberal, para atender os interesses do capital internacional, com a promulgação das Emendas Constitucionais nº 5,6,8 e 9, em 1995, ainda no primeiro ano do primeiro mandato de FHC. Some-se a Lei nº 8987/13.02.1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no artigo 175 da Constituição Federal.

Com esses ajustes na C.F. de 1988, o capital conseguiu fortalecer sua estratégia de fazer avançar no texto constitucional seus interesses de abertura de mercado e desestatização. As Emendas Constitucionais, publicadas a partir de agosto de 1995, permitiram para a iniciativa privada prestar os serviços de gás canalizado, controlar as empresas de telecomunicações e participar de atividades da indústria de petróleo e gás natural.

Por meio dessas emendas e da Lei de Concessões, o Estado se alinhou, no processo de mundialização do capital, às correntes internacionais e revalorizou os princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência ao permitir que empresas privadas, constituídas sob as leis brasileiras, explorem atividades antes exclusivas de empresas cujo mandatário era o Estado. Portanto:

1. A Emenda Constitucional nº 5/ 15.08.95 permitiu a concessão a empresas privadas a exploração dos serviços locais de distribuição de gás canalizado. Anterior a esse texto, a redação do art. 25, § 2º, da Constituição Federal dispunha que tais serviços deveriam ser explorados diretamente pelo Estado ou através de concessão a empresa estatal, com exclusividade de distribuição.

2. A Emenda Constitucional nº 6/15.08.95 significou a adoção do esquema de desnacionalização da economia brasileira, fomentada pelo neoliberalismo instalado no poder como cães-de-guarda do receituário do Consenso de Washington.

Com essa Emenda Constitucional foi retirado do texto o tratamento diferenciado das empresas brasileiras e das empresas brasileiras de capital nacional. O art. 171, anterior à promulgação da emenda, considerava empresa brasileira a constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no país; já empresa brasileira de capital nacional era aquela cujo controle efetivo estivesse sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas ou residentes no país ou de entidades de direito público interno, entendendo-se por controle efetivo a titularidade da maioria de seu capital com direito a voto e o efetivo exercício de poder decisório em sua gestão. O art. 171 previa que somente a empresa brasileira de capital nacional poderia ser beneficiária de proteção, de benefícios especiais temporários para desenvolvimento de atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento do país e de tratamento preferencial na aquisição de bens e serviços pelo Poder Público.

3. A Emenda Constitucional nº 6/15.08.1995 alterou também o princípio geral da atividade econômica consistente no tratamento favorecido para empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte (inc. IX do art. 170 da CF), que passou a ser dirigido às empresas brasileiras de pequeno porte. Assim, os benefícios desse princípio da ordem econômica passaram a ser estendidos a quaisquer empresas de pequeno porte, não importando que sejam de capital nacional ou de capital estrangeiro, desde que se constituam sob as leis brasileiras e tenham sede e administração no país. Alterou, ainda, o art. 176, § 1º, da CF, que antes da emenda permitia somente a autorização ou a concessão da pesquisa e lavra de recursos minerais e aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica a brasileiros ou à empresa brasileira de capital nacional.

Com a promulgação da emenda, a mencionada autorização ou concessão pode ser dada à empresa brasileira (constituída sob as leis brasileiras e com sede e administração no país), que

pode ou não ter a participação de capital estrangeiro. Essa modificação abriu uma porteira para a desnacionalização do subsolo e dos potenciais de energia hidráulica. Atendeu-se plenamente o receituário do Consenso de Washington e Banco Mundial-FMI eliminando a distinção entre as empresas em razão da origem de seu capital, com o objetivo de propiciar ambiente favorável à sua mundialização.

4. A Emenda Constitucional nº 7/15.08.95 representou, da mesma forma, abertura de mercado, ao permitir às embarcações estrangeiras a navegação de cabotagem e a navegação interior, que antes eram atividades privativas de embarcações nacionais, exceto em caso de necessidade pública. O § 2º do art. 178 da CF, em seu texto anterior, dispunha sobre a necessidade de serem brasileiros os armadores, os proprietários, os comandantes e dois terços, no mínimo, dos tripulantes das embarcações nacionais. Esse parágrafo foi simplesmente suprimido pela Emenda Constitucional nº 7/15.08.95 do art. 178 da CF, garantindo livre acesso ao território brasileiro para o mundo – uma verdadeira casa de mãe-joana.

5. A Emenda Constitucional nº 8/15.08.95 manteve a mesma linha de remoção de todos os ingredientes nacionalistas da C.F., em nome de uma abertura completa e inadvertida da riqueza nacional aos capitais estrangeiros.

Com essa emenda ficou liberada a autorização, concessão ou permissão, a empresas privadas, da exploração dos serviços de telecomunicações, mantendo a possibilidade de exploração direta da atividade pelo Estado. Anterior à promulgação dessa emenda, o texto constitucional, no inc. XI do art. 21, previa somente duas formas de exploração dessa atividade; de modo direto pelo Estado ou através de concessão à empresa estatal.

6. A Emenda Constitucional nº 9/09.11.95 deu nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos sobre matéria constitutiva do monopólio da União, no que diz respeito a petróleo, gás natural e minerais nucleares e seus derivados. Liberou geral, mas não parou por aí.

No nível da legislação infraconstitucional, por exemplo, a partir de janeiro de 1995, quando entraram em vigor as deliberações da mencionada Rodada Uruguaí, o Brasil teria até 10 anos para se adaptar ao previsto no acordo TRIPS. Contudo, após muita propaganda e discursos cheio de chantagens de autoridades brasileiras do primeiro escalão, inclusive dos Presidentes da República e do Congresso Nacional, do mandarinato da ciência, da banda entreguista de várias sociedades científicas, dos econometristas da tropa de ocupação, dos setores sanguessugas da mídia, etc., em maio de 1996 (*um ano depois*), foi imposto ao país a Lei 9279/96 – Lei da Propriedade Industrial Brasileira. Um projeto de lei encomendado pelo governo brasileiro e redigido, em 1989, pela WIPO (World Intellectual Property Organization /OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual) uma entidade de [Direito Internacional Público](#) com sede em [Genebra \(Suíça\)](#), integrante do [Sistema das Nações Unidas](#). Depois de traduzido, em 1991, foi encaminhado ao Congresso Nacional.

O governo brasileiro, agindo dessa maneira e em detrimento dos interesses nacionais, recusou voluntariamente o período de transição previsto (10 anos) e instituiu novas regras de proteção aos direitos de propriedade para patentes, inviabilizando as possibilidades de se copiar produtos que ainda se encontravam ou se encontram no período de proteção, obrigando as empresas locais a se adaptarem rapidamente com prejuízos para as mesmas, principalmente, no setor farmacêutico.

Com a Lei 9279/96, o Brasil cedeu mais do que foi exigido internacionalmente. A lei brasileira não garante acesso à tecnologia; permite a proibição de compra, por parte de uma empresa brasileira, de um objeto de um produtor que o próprio país tenha licenciado; torna o INPI – Instituto Nacional da Propriedade Intelectual apenas um órgão de registro, não permitindo que o mesmo possa analisar os contratos, mesmo que com cláusulas abusivas junto com a venda de tecnologia; possibilita que as empresas estrangeiras (tornadas nacionais pelas emendas citadas) possam obrigar as empresas brasileiras a comprar insumos diretamente do fornecedor de tecnologia ou em fontes por elas definidas, ou determinar/delimitar o território em que o

produto final poderá ser produzido; garante a liberdade de remessas de lucro entre a filial no Brasil e a matriz no país de origem.

O que ocorreu no Brasil, no período de imposição da antecipação da lei, foi o cerceamento da discussão, mesmo havendo pelo menos 10 anos de prazo, e a desqualificação de qualquer interlocução que questionasse os atos do governo e os interesses econômicos envolvidos. E mais, houve uma vergonhosa submissão das autoridades brasileiras às pressões americana, europeia e japonesa no sentido de implantar as reformas liberalizantes e aprovar a lei da propriedade intelectual. Nos anos 90, com Collor e FHC e depois com os governos petistas, que pouco ou nada modificaram, a Constituição Federal foi emendada para atender os interesses do capital. O conceito de empresa nacional foi modificado para beneficiar o capital transnacional em todas as suas frentes de atuação no território brasileiro.

O Estado sofreu reformas, na verdade contrarreformas, seguindo o modelo moldado pelo BIRD/FMI/OMC, para delimitar o seu tamanho com a privatização das empresas estatais do setor de infraestrutura; publicização e terceirização das atividades; desregulamentação e redução do grau de intervenção do Estado; aumento da governança com a reforma administrativa e da governabilidade com a reforma política.

Com as estratégias de publicização, privatização e terceirização o Estado buscou (e continua buscando) se descompromissar com as políticas *sociais, de educação, ciência e tecnologia*. Em relação às universidades públicas, foram impostas modificações que as estão tornando supermercados de venda de serviços. Inicialmente, com a promulgação da Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10793/2004), posteriormente transformada no famigerado Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13243/2016), articulado com as demais políticas públicas, em especial as de infraestrutura e a industrial e tecnológica, além de não resolver os gargalos da inovação tecnológica, submeteu as universidades e institutos de pesquisas públicos aos interesses das empresas e da geração de patentes.

Se considerarmos a “frankensteinização” da C.F. de 1988, as leis que vem sendo imposta (Propriedade Intelectual; Marco de Ciência, Tecnologia e Inovação; Código de Mineração; Marco da Biodiversidade; Código Florestal, etc.), bem como com a continuidade da política industrial, tecnológica e de comércio exterior, vigentes desde 1990 e, o controle que as empresas transnacionais passaram a ter sobre os nossos recursos naturais, as telecomunicações e o mercado financeiro, continuaremos submetidos a uma sofisticada forma de pilhagem de nossos recursos naturais e longe de enfrentar a submissão do país ao colonialismo tecnológico, além de favorecermos a exploração da mão-de-obra em todos os níveis, inclusive universitário.

Um exemplo para ilustrar é o crescimento das fusões e aquisições envolvendo o capital estrangeiro no Brasil, nos anos 90. Os dados oficiais indicam que cresceram 44%, sendo que das 2308 operações do período, pelo menos 60% envolveram recursos estrangeiros. Os EUA, França, Portugal e Espanha, nessa ordem, foram os que mais investiram. Os setores com maior predominância foram: alimento, produtos químicos e petroquímicos, metalurgia e siderurgia, financeiro, eletroeletrônico, autopeças, telecomunicações, tecnologia da informação, publicitário e editorial. O mais assustador é que a sangria continuou/continua no século XXI, quando aproximadamente 1300 empresas brasileiras foram adquiridas pelo capital internacional. Nos últimos 10 anos, isso representou remessas de cerca de US\$ 410 bilhões pelas empresas transnacionais para suas matrizes fora do país; ou seja, bem mais do que os US\$ 345 bilhões que o país conseguiu acumular de reservas.

No setor farmacêutico que, em tese, seria um dos principais beneficiários pela Lei da Propriedade Intelectual, abstraída a forte presença e controle do setor pelas transnacionais, duas aquisições merecem ser lembradas: - a primeira, a aquisição da Biobrás pela Novo Nordisk, em 2002, por R\$ 75 milhões. A Biobrás era uma empresa de capital nacional e a única que produzia insulina humana a partir de matéria-prima animal. A Novo Nordisk, sediada na Dinamarca, é uma empresa líder mundial no tratamento do diabetes. A empresa tem o maior portfólio de produtos para diabetes na indústria, incluindo os mais avançados sistemas de aplicação de

insulina. A compra da Biobrás pode significar a perda de uma das poucas empresas nacionais com experiência no desenvolvimento tecnológico de fármacos.

A segunda, foi a aquisição da Nikkho do Brasil pela indiana Zydus Cadila, em 2007, por US\$ 26 milhões, o que a posicionou estrategicamente no mercado de genéricos. A Nikkho do Brasil possuía cerca de 13 medicamentos de marca em 22 apresentações. A Zydus Healthcare Brasil Ltda. é uma subsidiária da Cadila Healthcare Ltda, Índia. A Zydus Cadila fornece produtos que variam de formulações, princípios ativos, produtos veterinários a cosméticos. O grupo está presente em 40 países ao redor do mundo com escritórios nos EUA, Europa, África do Sul, América Latina e Ásia. No que se refere ao relacionamento das universidades com as empresas, um dos problemas criados foi a pressão pelo patenteamento da pesquisa acadêmica e as altas taxas cobradas pelas fundações de direito privado, criadas para o estabelecimento e gerenciamento dos contratos. Para vencer esse colonialismo científico-tecnológico, precisamos de um processo educativo que amplie os horizontes das pessoas e da sociedade. Nessa perspectiva, enquanto os países mais industrializados transformaram as suas estruturas educacionais para atender aos seus interesses; no Brasil, uma das dez maiores economias do planeta, com uma das mais importantes reservas de biodiversidade e de recursos naturais e energéticos, a situação continua mal resolvida. A formação de pessoal não recebe a atenção necessária e os investimentos, tanto públicos, quanto privados, em ciência e tecnologia, especialmente em P&D – Pesquisa e Desenvolvimento, são reconhecidamente baixos.

Nessa toada, no melhor estilo sertanejo universitário, os governos do PT de Lula e Dilma foram marcados como gestores de um período de maior retrocesso nas leis socioambientais no país. De Marina Silva, passando por Carlos Minc, até Isabella Teixeira, intermediados pelos Ministros da Agricultura, João Roberto Rodrigues, Luís Carlos Pinto Guedes, Reinhold Stephanes, Wagner Rossi, Mendes Ribeiro Filho, Antônio Andrade, Neri Geller, Kátia Abreu, todos representantes, direta e indiretamente, do agronegócio.

No primeiro mandato petista, mesmo com uma retórica e insipiente defesa de políticas de créditos para a agricultura familiar, o cenário e a quantidade de créditos para o PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) frente ao volume dispendido ao agronegócio, já traduzia inconsistência política daqueles governos, pois os investimentos – bilhões de reais – construíam a relação de: 10,60% para a agricultura familiar e 89,40% para o agronegócio em 2003; e, de 13,95% para a agricultura familiar e 86,98% para o agronegócio, em 2010. Destacando-se que, a atividade agropecuária vem determinando-se, ao longo dos tempos, como uma das janelas, juntamente com o setor energético e insumos industriais – mineração e produção de energia – por onde a remuneração do capital rentista, em sua face predatória, mais tem solapado as questões ambientais.

Ainda nos governos petistas, foi aprovada a Lei nº 11105/ 24.03.2005, da biossegurança, que só veio beneficiar os oligopólios do setor de biotecnologia – Monsanto, Bunge, Cargil, BASF, dentre outras; colocando a agricultura familiar, numa situação de submissão e escravidão aos oligopólios. Muitas das lavouras de pequenos produtores seguem sob confisco de patentes e do poder econômico, tendo de contaminar suas plantações com agrotóxicos fortíssimos e plantas geneticamente modificadas (uma retroalimentando a outra e desorganizando e destruindo ecossistemas) – como mostram os relatórios do INCA e ABRASCO, sobre soberania alimentar. Ainda nessa farra do boi, ou talvez BBB (boi, bíblia e bala), a política de agrado aos grandes latifundiários teve, nos governos petistas, o seu maior avanço, impondo um retrocesso de mais meio século na legislação de proteção das florestas e povos originários, com as alterações do código florestal; anistiando os predadores históricos (fazendeiros e empresas), diminuindo as áreas de proteção aos biomas brasileiros e criando um conceito fundiário bem próprio à especulação imobiliária e rentista.

Não obstante, os governos petistas, assentados na matriz energética imposta ao país pelos seus antecessores, que favorece a lógica de reestruturação produtiva, com os investimentos massivos, advindos basicamente do BNDES, avançaram na construção de questionáveis complexos de barragens/usinas hidrelétricas como, dentre outros, se destacam Santo Antônio, Girau e Belo

Monte pelo seu potencial devastador ao meio ambiente e às comunidades ribeirinhas, assentados e povos indígenas.

A VORACIDADE DO GOVERNO TRANSILVÂNICO-TUCANISTANÊS E SEU REDESENHO LULÍSTICO NA REPÚBLICA DO PETEQUISTÃO, PARA ATENDER A ESTRATÉGIA DO CAPITAL.

As atuais condições vigentes no país, pós-golpe empresarial-parlamentar-midiático com a conivência do poder judiciário, ampliaram com uma voracidade impressionante a implementação da estratégia traçada pelos donos do capital, nos idos de 1987-88, como já comentado no início do texto. No dia seguinte, após assumir interinamente a Presidência da República, o fantoche representante dos “donos da banca”, intensificou o que os governos lulopetistas já traziam a bordo de seu Titanic; dentre outras, publicou a Medida Provisória 727/ de 12 de maio de 2016, dando forma ao que denominou de Programa de Parceria de Investimentos – PPIs.

A MP 727 foi aprovada e transformada na Lei 13334/2016, ressuscitando o processo de desestatização implantado pelo Governo FHC. O inciso III do artigo 1º não deixa margem a dúvidas: - “III - as demais medidas do Programa Nacional de Desestatização a que se refere a Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997”.

Em seu artigo 17, a Lei 13334/2016, que poderá ser implementada via decreto presidencial, pretende impor que é quais obras de infraestrutura representarão, em todos os níveis federativos, o caminho prioritário para a acumulação e lucro, tanto para os investidores, quanto para os especuladores nacionais e internacionais. Todos os órgãos, inclusive o MMA – Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, o ICMBIO, a FUNAI, Fundação Cultural Palmares e o IPHAN não poderão atuar para evitar que os empreendimentos passem por cima das leis de proteção do meio ambiente, de índios e outros povos e comunidades tradicionais. Ao contrário, serão convocados para emitir as licenças necessárias aos empreendimentos definidos como prioritários pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Na prática serão eliminados todos e quaisquer obstáculos sociais, ambientais, culturais e trabalhistas que possam interferir no lucro buscado pelos investidores privados. Tudo nos termos previstos pelo Consenso de Washington e pelas reformas de segunda geração do Banco Mundial.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Em relação ao licenciamento ambiental e sua adequação aos interesses dos empreendedores, destacam-se pelo menos três projetos em tramitação. Na prática, tais projetos acabam com os objetivos do processo de licenciamento ambiental, significam um retorno a trinta anos atrás, fortalecem a aplicação da Lei 13334/2016 (das PPIs) e significará mais uma vitória do capital em sua estratégia de revogar o que não conseguiu derrotar no processo constituinte de 1988. São eles:

a) **O PL nº 3792/2004 que pretende estabelecer a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental, cuja aprovação está** sendo buscada via um substitutivo apresentado pelo Deputado Mauro Pereira; sem debates amplos, audiências públicas e participação de especialistas de diferentes setores da sociedade dada a sua complexidade.

b) A PEC nº 65/2012, proposta pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO), relatada pelo senador Blairo Maggi (PR-MT), atual ministro da agricultura, foi aprovada na CCJ, em 27/04/2016. A PEC estabelece que, a partir da simples apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) pelo empreendedor, nenhuma obra poderá mais ser suspensa ou cancelada. Se aprovada, o processo de licenciamento ambiental deixará de existir

c) PLS nº 654/2015 de autoria do senador Romero Jucá, que define um prazo curtíssimo para o licenciamento de grandes obras consideradas estratégicas pelo governo, como grandes

hidrelétricas e estradas e que estabelece que em caso de descumprimento dos prazos, as licenças estarão automaticamente aprovadas

O ataque do capital para revogar a legislação ambiental se deu e continua em todas as frentes e espaços. Os territórios urbanos, apesar da Lei nº 10257/ 10.07.2001, conhecida como Estatuto da Cidade, foram alvos dos ataques dos capitais especulativos imobiliários. Como consequência aumentou a degradação dos espaços urbanos e rurais, com a destruição de nascentes, de áreas com cobertura vegetal e ocupação de áreas de riscos naturais. A falta de planos diretores na imensa maioria dos municípios brasileiros facilitou o avanço da especulação imobiliária e contribuiu para ampliar a massa de trabalhadores sem acesso aos serviços públicos essenciais. Um exemplo emblemático é o caso recente envolvendo o ex-ministro Geddel Vieira Lima e o tráfico de influência na construção irregular do Edifício *La Vue*, em Salvador – BA, em área de restrições para a ocupação. Inúmeros outros casos se espalham pelo Brasil afora, necessitando o fortalecimento e o apoio a luta dos movimentos sociais que já estão enfrentando o capital especulativo imobiliário

POVOS INDÍGENAS.

Como resultado da organização e da luta constante dos povos indígenas, pela primeira vez uma constituição brasileira incluiu um capítulo específico para tratar dos seus direitos e reconhecer a sua importância. Contudo, desde a promulgação da atual CF, em 1988, o capital, representado pela bancada ruralista, empreiteiras, mineradoras, etc., procura por todos os meios emenda-la; impedir a demarcação, constitucionalmente prevista, das terras indígenas, além de promoverem conflitos e assassinatos de indígenas. Inúmeros projetos de lei e emendas constitucionais tramitam no Congresso Nacional no sentido de revogá-la e descaracterizar. Dentre outras, desde o ano 2000, tramita no Congresso Nacional a PEC 215/2000 que pretende transferir a responsabilidade sobre a demarcação de terras indígenas do Poder Executivo para o Legislativo, num flagrante desrespeito a cláusula pétreia contida no artigo 60 da CF de 1988, ao tentar abolir direitos e garantias individuais de toda a sociedade.

Diante das dificuldades, até o momento, para aprovar a PEC 215/2000 em função da resistência e mobilização dos povos indígenas e o apoio de várias entidades da sociedade civil, o atual governo, para implementar o previsto pela Lei 13334/2016 (PPIs), articula a promulgação de um decreto para definir o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. O decreto, cuja cópia se tornou de conhecimento público, em 12/12/2016, se promulgado e aplicado para atender os interesses previsto pela Lei nº 13334/2016 (PPIs), significará o fim da demarcação das terras indígenas e a possibilidade de rever as demarcações já realizadas, criando, pasmem, “os índios sem-terra”.

Em 12/12/2016, dezenas de entidades – movimentos sociais, sindicatos, sociedades científicas, grupos de estudos acadêmicos de várias universidades, dentre outras, lançaram uma nota que resume os abusos legislativos que constam da minuta do decreto e os impasses que impossibilitarão a resolução dos conflitos atuais, a saber:

“1. Desrespeita a Constituição Federal Brasileira de 1988 ao ignorar o direito originário que os povos indígenas detêm sobre suas terras e recursos naturais, ou seja, direito que antecede à constituição do Estado brasileiro, além de tratar direitos fundamentais como objeto de negociação, desconfigurando a noção de usufruto exclusivo e o caráter imprescritível do direito indígena sobre suas terras.

2. Desrespeita o direito à consulta livre, prévia e informada, garantida pela Convenção 169/OIT ao preparar um Decreto de extremo impacto sobre os povos indígenas, não apenas sem consultá-los, no apagar das luzes de um ano difícil como o de 2016, numa clara manifestação de má-fé.

3. Atenta contra direitos constituídos dos povos indígenas, ao reabrir para revisão atos demarcatórios já consolidados, promovendo conflitos em áreas já pacificadas, ao submeter

todas as terras indígenas ainda não registradas em cartório ou SPU a novo período de contestação por quaisquer “interessados”.

4. Viola os princípios de razoabilidade e eficiência da administração pública ao submeter todos os processos de demarcação em curso à estaca zero, independente da fase em que se encontrem, para cumprir novas regras sobre o processo demarcatório, criadas para dar espaço a decisões políticas sem respaldo técnico.

5. Distorce os termos da Declaração da ONU sobre o direito à reparação em casos de inconstitucional remoção dos povos indígenas de suas terras tradicionais, ao abrir a possibilidade de substituição da efetivação do direito à terra por indenização em dinheiro e ao legitimar e oficializar crimes de esbulho territorial cometidos no passado recente contra as populações indígenas.

6. Institui tratamento ainda mais desigual aos povos indígenas perante a Justiça, ao introduzir como regra geral todas as condicionantes definidas especificamente para o julgamento da PET 3388, e aplicar “manifestações individuais de Ministros do STF” para restringir direitos, como se fossem súmulas vinculantes.

7. Normatiza a inconstitucional aplicação da tese do Marco Temporal para legitimar situações de esbulhos de terras indígenas, posses ilegítimas, irregulares e ilegais e, conseqüentemente, outras violações de direitos humanos dos povos indígenas.

8. Transforma a Funai em órgão assistencialista, ao retirar seu papel de órgão de defesa dos direitos indígenas, colocando-a no papel de instância de legitimação de violações de direitos territoriais ou, quando muito, que contabilizaria danos materiais a serem indenizados.

9. Atende aos interesses de setores que pressionam pela aniquilação da existência dos povos indígenas enquanto povos autônomos e culturalmente diferenciados, ao criar instâncias revisoras no Ministério da Justiça e Cidadania que tendem a reforçar o poder de barganha política sobre os direitos indígenas ultrapassando suas competências legais.

10. Contraria recomendações ao Brasil da Relatora da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, bem como recente Resolução do Parlamento Europeu sobre o tema, agravando violações de todos os direitos humanos dos povos indígenas já indicadas nestes documentos”.

Finalmente é importante salientar que quando os direitos são iguais, prevalece a força; então necessitamos igualar o jogo de forças dos trabalhadores contra o capital e seus asseclas, pois somente com maior número de militância aguerrida e preparada, poderemos inverter a correlação de forças.

TR - 39

O 36º Congresso delibera:

1. Que as secretarias regionais, em parceria com as seções sindicais, realizem eventos para articular com os movimentos sociais a discussão e organização de luta contra os impactos tecnológicos e sócio-econômico-ambientais das respectivas regiões, produzindo documentos que subsidiem a realização de um evento nacional e que permitam inserir na pauta das lutas a elaboração de planos diretores de desenvolvimento ancorados em ampla participação popular.

2. Realizar, em 2017, a partir dos eventos organizados pelas secretarias regionais, um evento nacional, em parceria com os movimentos sociais, para discutir e organizar a luta contra a expropriação e depredação dos recursos naturais (renováveis e não-renováveis) e energéticos, os descaminhos das formas de ocupação dos solos urbano e rural.

3. Seja realizada uma reunião conjunta do GTPAUA, GTCT e GTPCEGDS para discutirem as questões que envolvem a demarcação das terras indígenas, a biodiversidade e a pressão sobre os recursos naturais e energéticos de suas terras

TEXTO 40

Contribuição do(a)s professore(a)s Antonio Euzébios Filho (ADUNESP), Dan Gabriel D'Onofre (ADUR-RJ), Fellipe Coelho Lima (ADURN), Fernando Lacerda Jr (ADUFG), Marcio da Silva (ADUFPB) e Michelle Gabrielli (ADUFPB)

UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA PARA BARRAR O AJUSTE FISCAL

TEXTO DE APOIO

O Projeto de Emenda Constitucional do Fim do Mundo (PEC 55) foi aprovado no Senado e começa a vigorar impondo 20 anos de sufoco nos investimentos públicos em direitos da população trabalhadora. Não foi falta de resistência, afinal a luta contra o PEC tomou grandes proporções, formando um movimento nacional baseado em milhares de ocupações de campi universitários e escolas de educação básica por todo o Brasil. O Andes/SN, juntamente com outros sindicatos, teve um importante papel nesta luta, tanto organizando as manifestações nacionais como a greve contra o PEC.

O projeto do governo é sugar ao máximo os recursos públicos para o aumento de pagamento de juros da dívida pública. De acordo com os “analistas” do capital financeiro, esta é a lição de casa para que o Brasil tenha “os investimentos necessários para crescer”. A esta ladainha, junta-se a grande mídia, a burguesia industrial, representada pela Fiesp e CNI, e os latifundiários, com seus governos de capachos. Os 42% pagos do orçamento federal para juros e amortizações da dívida para meia dúzia de especuladores não é o suficiente – o capital sempre quer mais. Entretanto, com a Desvinculação de Receita da União a receita destinada a outros gastos (como, por exemplo, o da Previdência) acaba também sendo utilizada no aspirador de recursos que é a dívida pública.

A Reforma da Previdência, aumentando o tempo de contribuição e a idade mínima para a aposentadoria e igualando o tempo de mulheres e homens, visa a aumentar a fatia enviada ao bolso dos especuladores. Além disso, dá de presente à burguesia nacional a redução de gastos com os trabalhadores. A Reforma Trabalhista (e a regulamentação da terceirização) que está sendo desenhada também é o presente para a burguesia no setor produtivo e, ao mesmo tempo, une toda a classe dominante em torno deste ajuste fiscal violento. Os ataques são muitos: a MP 746 – Reforma do Ensino Médio, o Projeto de Lei da Escola Sem Partido, além de outras ações buscando a retirada de direitos dos trabalhadores estão por vir. Tudo isso no interior da maior crise política e de legitimidade que o sistema político atual já passou na história do país. Se a burguesia e os governos estão unidos para retirar direitos, a saída está na máxima unidade dos trabalhadores para mantê-los e derrotar os planos de austeridade e o governo Temer.

A luta para derrotar a burguesia deve se dar em um patamar superior de organização do que o que ocorreu até agora. Por isso, a necessidade de construir efetivamente uma Greve Geral. As velhas direções sindicais não estão aptas a dirigir este processo. As centrais à direita, como a Força Sindical, estão com o governo, apesar de escreverem slogans contra algumas reformas para dar respostas a sua base.

A CUT e a CTB (e os partidos que as dirige, PT e PCdoB) estão preocupadas com as eleições de 2018, propondo unicamente como saída a volta de Lula ao Planalto. Querem garantir este plano se esforçando por uma estabilidade política que garanta a sua candidatura e a continuidade da institucionalidade – basta ver o papel nefasto que o PT tem realizado no Congresso, como foi a ação para manter Renan Calheiros na presidência do Senado, às vésperas da votação do PEC. Isso também explica a falta de vontade em unificar datas de lutas – o exemplo nas discussões em torno do dia unificado de luta em novembro, dias 11 ou 25, é mais que ilustrativo.

Capítulo importante também foi o dia 29 de novembro, dia unificado de luta com grande protesto realizado em Brasília, quando foi votado em primeiro turno no Senado o PEC 55.

Esforço gigantesco foi colocado para fazer este ato, um evento histórico de mobilização contra o ajuste. Mais de 30 mil pessoas, na maioria estudantes de ocupações de todo o Brasil, estiveram na frente do Congresso Nacional. Por parte do governo, a resposta foi só uma: repressão desproporcional, centenas de feridos, dezenas de presos, caça aos militantes pela Esplanada e dispersão completa do ato. O dia ficou marcado pela forma com que o governo pretende lidar com qualquer tipo de resistência. Além da abstenção vergonhosa das direções burocráticas das grandes centrais, um balanço importante foi a dificuldade em se organizar uma ação unificada entre os vários grupos, sindicatos e movimentos presentes. Neste processo de resistência destaca-se a ocupação de escolas e universidades como importante forma de luta estudantil. No dia 13 de dezembro, data da votação final do PEC, além de atos espalhados por todos os estados do país, houve também ações radicalizadas, travamento de avenidas e estradas, ocupações de órgãos públicos e passeatas massivas. Em Brasília, a repressão do dia 29 se repetiu.

Se, de um lado, vemos um crescimento da repressão e a união da burguesia para impor seus planos de austeridade, por outro, vemos que as instituições do Estado vivem uma crise catastrófica – na realidade, a direita está dividida e se comendo, chafurdados em um mar de lama. O governo Temer está extremamente fragilizado e mesmo a burguesia faz contas para buscar uma saída. Nas ruas, as lutas vêm crescendo e novos atores importantes têm surgido, negando as velhas burocracias e a saída institucional.

O início de 2017 será quente, pois é necessário barrar a Reforma da Previdência. Para onde devemos apontar? Unidade máxima dos trabalhadores e renovação das direções. Isto significa a superação do lulismo e da CUT, assim como a reconstrução de uma direção combativa que vá até o fim na luta pelos direitos dos trabalhadores, sem as amarras institucionais impostas nos últimos anos ao movimento dos trabalhadores.

O Andes/SN se coloca, dado o momento histórico, como um sindicato de importância ímpar na reorganização da classe: pela sua capacidade de unificar os professores de ensino superior e porque está à frente deste processo de reconstrução de novas organizações e centrais classistas (vide a sua atuação na CSP-Conlutas). O nosso sindicato teve coragem de dizer não à sedução dos benesses das burocracias que ficaram 13 anos encasteladas junto ao Planalto. Os professores e todos os profissionais da educação, em unidade com os estudantes, estão sendo linha de frente para construir este movimento necessário para derrotar o ajuste fiscal. Devemos nos manter de pé, nos unir às outras categorias da classe trabalhadora, barrar os ataques e avançar por mais direitos e na construção de uma sociedade socialista.

TR - 40

1. Que o 36º Congresso do Andes indique a construção de uma Greve Geral, com assembleias e reuniões na base e um encontro nacional de trabalhadores que unifique as iniciativas de resistência ao ajuste fiscal.

TEXTO 41

Contribuição das professoras Andreia Moassab e Patricia Zandonade – Sindicalizadas da SESUNILA Seção Sindical

POLÍTICA DE CLASSE, ETNIAS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

TEXTO DE APOIO

[**excerto do caderno do ANDES-SN**] O ANDES-SN na Luta contra as Opressões: o Machismo, a LGBTfobia, Racismo e pela Defesa dos Povos Indígenas e Quilombolas. O ANDES-SN compreende que a luta contra as opressões é de fundamental importância para a construção de uma sociedade igualitária. Por isso, nos últimos anos, vem ampliando o debate no interior de nossa categoria, buscando avançar na luta, tendo realizado diversas atividades sobre estas questões desde 2011.

Um dos enormes avanços neste sentido foi o debate sobre a inclusão de mães e de pais nos espaços do ANDES-SN. Por muito tempo, os espaços públicos e de atuação política foram ocupados hegemonicamente por homens, em função de uma tradição machista/patriarcalista, que reservava tais espaços aos homens, ao passo que às mulheres era destinado o espaço doméstico. A luta contra o machismo, o sexismo e as opressões de gênero garantiu o engajamento dos companheiros à paternidade corresponsável e à conquista das mulheres na participação nas direções sindicais e, pela base, na construção das bandeiras de luta do movimento docente.

Cresce em nosso Sindicato o número de homens e mulheres, de trans, de gays e de lésbicas que se dividem entre as atividades familiares e sindicais, o que exige, de nós, ampliação do debate para combater toda e qualquer forma de discriminação. Também cresce em nossa categoria, notadamente nos últimos dez anos, com o ingresso de jovens professores/as, o contingente de mulheres que são responsáveis por seus filhos/as, exigindo do Sindicato a ampliação sobre as formas de viabilizar a participação.

[nosso comentário e análise, suporte para o TR] No entanto, ainda que o trabalho do ANDES-SH tenha se ampliado sobre o tema da diversidade nos últimos anos, observamos que ele **tem se limitado apoiar pautas de movimentos externos ao sindicato, pouco inserindo estas questões na agenda das reivindicações da classe docente.**

Por exemplo, apesar de muito se avançar para viabilizar a militância das docentes com o auxílio-creche, não está pautada a participação da docente na carreira no ensino superior, já que os espaços da universidade não estão preparados para a docente-mãe. Além disso, é fundamental ampliar esta visão, incorporando as questões das políticas para a primeira infância, amamentação e outras relacionadas às clivagens de gênero, étnico-raciais e sexualidade, inclusive, considera-las interseccionalmente.

Finalmente, diversos estudos têm demonstrado a enorme desigualdade de gênero na carreira, seja em torno do ambiente sexista e racista das IFES e o assédio moral muitas vezes naturalizado e muito pouco combatido com base na luta sindical, seja, em específico nas dificuldades das mulheres em progressão na carreira em comparação aos seus pares masculinos, o que muito pouco ou quase nada tem sido inserido na pauta do ANDES-SN a respeito.

A SESUNILA, em parceria com o Fórum de Equidade de Gênero da UNILA, tem trabalhado ao longo dos últimos meses na elaboração de uma pauta de reivindicações que atendam a docente trabalhadora, sintetizada a seguir:

1. Exigir que nos programas de qualificação docente sejam levadas em consideração, pelas instituições, a demanda das docentes mulheres (têm mais dificuldade de deslocamento);
2. Reivindicar fator de ajuste para a medição da produtividade docente da mulher nas IFES, variando de acordo com a idade dxs filhxs, conforme tabela sugerida abaixo:

Fator de ajuste para a produtividade docente com base no gênero e raça¹⁸

Idade dos filhos/as	Mulher branca	Mulher negra	Homem branco	Homem negro
0-2 anos ¹⁹	5,0	5,5	2,5	3,0
3-5 anos ²⁰	4,0	4,5	2,0	2,5
6-10 anos	3,5	4,0	1,0	1,5
> 10 anos ou sem filhxs	3,0	3,5	1,0	1,5

¹⁸ Calculado a partir da pesquisa de Silmere Alves, “Trabalho Docente, Família e Vida Pessoal: Permanências, Deslocamentos e Mudanças Contemporâneas” (2015, Paco Editorial). O fator 3 como base de cálculo resulta da média de discrepância da produtividade com base no gênero. Isto é, as mulheres precisam em média produzir três vezes mais que os homens para progressões na carreira, o que pode ainda variar conforme a área da docência. Somado a isto, levamos em conta a atenção parental (o cuidado das crianças é uma função/questão social e não individual). O ajuste com base no fator raça foi deduzido a partir dos índices usados para a equidade de gênero, pois não foram localizadas pesquisas sobre a desigualdade na produção docente e progressão na carreira com base nas clivagens étnico-raciais.

¹⁹ Para viabilizar o aleitamento materno em livre demanda, conforme orientação da OMS e uma maior participação do pai na primeira infância dos/as filhos/as.

²⁰ Até o ingresso na educação formal, a atenção parental ainda é bastante solicitada, com níveis distintos entre os gêneros.

3. Propor que os sindicatos pactuem com as instituições a equidade de gênero na nomeação de cargos de confiança;
4. Incentivar a elaboração de políticas para a equidade de gênero nas instituições, com a inclusão de apoio à docente vítima assédio sexual e/ou moral com base no gênero, ao mesmo tempo em que regulamenta procedimentos para a denúncia destes casos. Incluir também o atendimento profissional bem preparado para orientação de gestantes, mães e pais;
5. Inserir como atribuição dos sindicatos, o auxílio e orientação às docentes para o cuidado com a saúde mental, com vistas a mitigar a opressão com base no gênero oriundas do ambiente de trabalho e da cultura institucional;
6. Promover o empoderamento das docentes, com o debate constante sobre machismo institucional e assédio moral com base no gênero, nem sempre claramente reconhecidos pelas mulheres que lhes são vítimas;
7. Exigir espaços integrais de Unidades de Desenvolvimento Infantil (escolas) nas proximidades dos espaços de trabalho e estudo das universidades, para acolhimento, sobretudo, dxs filhxs de docentes, funcionárixs e alunxs, mas também da população de entorno das instituições.
8. Trabalhar pela criação e designação de espaços de acolhimento infantil e projetos de Ciranda Infantil nas unidades institucionais, para garantir a proximidade da criança e da mãe, da amamentação e do afeto, durante o período laboral. Estes espaços devem ser dotados de micro-ondas, geladeira, lavatório com água quente, brinquedos e livros, trocador, etc, acessado pela criança juntamente de seu cuidador ou cuidadora.
9. Propor campanha contínua para sensibilização das comunidades universitárias para a inclusão da criança junto de seus cuidadores e suas cuidadoras nos vários espaços universitários.
10. Lutar pela licença maternidade ou paternidade de 1 ano, podendo ser solicitada a qualquer momento até que a criança complete 3 anos de nascimento ou de adoção.
11. Propor carga horária máxima de ensino em 8 horas-aulas semanais para docentes com filhos de até 5 anos, podendo ser para pai ou mãe concomitantes.
12. Lutar pela caracterização de violência nas IFES, a rejeição aos/as filhos/as pequenos/as da comunidade universitária em qualquer espaço institucional.
13. Considerar plenamente a Política Pública para Primeira Infância e dos direitos garantidos por lei para as crianças pequenas no desenvolvimento das políticas para trabalhadoras e trabalhadores com filhos.

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13257.htm)

No que tange às demais formas de opressão, apesar do ANDES-SN introduzir em sua política de classe, gênero, etnia e diversidade sexual a necessidade de “intensificar, no âmbito das seções sindicais, ações contra o racismo, a LGBTfobia e o machismo e as demais formas de opressão”, verificamos que à semelhança das questões de gênero, falta uma abordagem interseccional voltada para a diversidade dxs trabalhadorxs docentes. Isto é, acreditamos ser fundamental inserir uma agenda reivindicativa de direitos trabalhistas que atenda a todos/as, eliminando as formas de clivagem naturalizadas na carreira docente e todas as formas de opressão no ambiente de trabalho, não apenas no ambiente sindical.

Finalmente, mas não menos importante, a sigla GTPCEGDS para designar o GT do ANDES-SN que trata a diversidade é pouquíssimo comunicativo. Uma sigla tem a função de facilitar a leitura e identidade, o que não acontece neste caso, sendo importante pensar um nome mais comunicativo e convidativo para o GT.

TR - 41

O 36º CONGRESSO delibera:

1. Exigir que nos programas de qualificação docente das universidades sejam levadas em consideração, pelas instituições, a demanda das docentes mulheres (têm mais dificuldade de deslocamento).

2. Reivindicar fator de ajuste para a medição da produtividade docente da mulher nas IFES, variando de acordo com a idade dxs filhxs, gênero e raça dx docente, tendo como sugestão a multiplicação da produtividade pelos seguintes fatores:

2.1. para a docente branca com filhxs de 0 a 2 anos a sua produtividade deverá ser multiplicada por cinco; com filhxs de 3 a 5 anos, multiplicada por quatro; com filhxs de 6 a 10 anos, multiplicado por três e meio; e com filhxs maiores de 10 anos ou sem filhxs, multiplicada por três.

2.2. para a docente negra com filhxs de 0 a 2 anos a sua produtividade deverá ser multiplicada por cinco e meio; com filhxs de 3 a 5 anos, multiplicada por quatro e meio; com filhxs de 6 a 10 anos, multiplicado por quatro; e com filhxs maiores de 10 anos ou sem filhxs, multiplicada por três e meio.

2.3. para o docente branco com filhxs de 0 a 2 anos a sua produtividade deverá ser multiplicada por dois e meio e com filhxs de 3 a 5 anos, multiplicada por dois.

2.4. para o docente negro com filhxs de 0 a 2 anos a sua produtividade deverá ser multiplicada por três; com filhxs de 3 a 5 anos, multiplicada por dois e meio; com filhxs de 6 a 10 anos, multiplicado por um e meio; e com filhxs maiores de 10 anos ou sem filhxs, multiplicada por um e meio.

3. Propor que os sindicatos pactuem com as instituições a equidade de gênero na nomeação de cargos de confiança.

4. Incentivar a elaboração de políticas para a equidade de gênero nas instituições, com a inclusão de apoio à docente vítima assédio sexual e/ou moral com base no gênero, ao mesmo tempo em que regulamenta procedimentos para a denúncia destes casos. Incluir também o atendimento profissional bem preparado para orientação de gestantes, mães e pais.

5. Inserir como atribuição dos sindicatos, o auxílio e orientação às docentes para o cuidado com a saúde mental, com vistas a mitigar a opressão com base no gênero oriundas do ambiente de trabalho e da cultura institucional.

6. Promover o empoderamento das docentes, com o debate constante sobre machismo institucional e assédio moral com base no gênero, nem sempre claramente reconhecidos pelas mulheres que lhes são vítimas;.

7. Exigir espaços integrais de Unidades de Desenvolvimento Infantil (escolas) nas proximidades dos espaços de trabalho e estudo das universidades, para acolhimento, sobretudo, dxs filhxs de docentes, funcionárixs e alunxs, mas também da população de entorno das instituições.

8. Trabalhar pela criação e designação de espaços de acolhimento infantil e projetos de Ciranda Infantil nas unidades institucionais, para garantir a proximidade da criança e da mãe, da amamentação e do afeto, durante o período laboral. Estes espaços devem ser dotados de micro-ondas, geladeira, lavatório com água quente, brinquedos e livros, trocador, etc, acessado pela criança juntamente de seu cuidador ou cuidadora.

9. Propor campanha contínua para sensibilização das comunidades universitárias para a inclusão da criança junto de seus cuidadores e suas cuidadoras nos vários espaços universitários.

10. Lutar pela licença maternidade ou paternidade de 1 ano, podendo ser solicitada a qualquer momento até que a criança complete 3 anos de nascimento ou de adoção.

11. Propor carga horária máxima de ensino em 8 horas-aulas semanais para docentes com filhos de até 5 anos, podendo ser para pai ou mãe concomitantes.

12. Lutar pela caracterização de violência nas IFES, a rejeição aos/as filhos/as pequenos/as da comunidade universitária em qualquer espaço institucional.

13. Considerar plenamente a Política Pública para Primeira Infância e dos direitos garantidos por lei para as crianças pequenas no desenvolvimento das políticas para trabalhadoras e trabalhadores com filhos.

14. Alterar a sigla GTPCEGDS, do Grupo de Trabalho Políticas de Classe, Etnias, Gênero e Diversidade Sexual para GT POETNIGEDIS.

TEXTO 42

Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)

“REFORMA DA REFORMA AGRÁRIA” DE TEMER: COMO RESPONDER?

TEXTO DE APOIO

Sob a estapafúrdia bandeira de “reforma da reforma agrária”, o governo golpista editou a MP 759. Duas mudanças fundamentais: 1) emissão de titulação mediante a compra da terra pelos assentados; 2) controle do cadastro e seleção pelo Estado sem a intermediação do movimento dos sem-terra. No primeiro caso, os camponeses poderão quitar o título de domínio em dez anos, ou pagar à vista com o desconto estipulado. No segundo, a mudança na lei faculta assentamentos sem que os camponeses tenham de estar acampados e atribui aos municípios a decisão de quem será ou não selecionado, segundo um cadastro municipal.

Uma das primeiras medidas de Michel Temer foi a de extinguir o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Indicou que não haveria prioridade ao atendimento das reivindicações do movimento dos sem-terra. A MP 759, agora, revela que se trata da extinção da política de assentamentos. Os camponeses que obtiveram a concessão de uso por tempo indefinido da terra desapropriada, sob indenização e estatizada terão de comprar o terreno, tornando-se um devedor por dez anos. Se não tiver condições de comprar, perderá a concessão e será expulso. A parcela que cumprir as exigências poderá vender sua propriedade. Nas condições extremamente difíceis de tocar a terra, é previsível que os novos proprietários se verão diante da ofensiva de fazendeiros abastados. Estima-se que 1 milhão de famílias, de 9.332 assentamentos, entrarão no programa do governo golpista.

A reação do MST somente poderia ser de rechaço. Considera que a MP “retrocede inclusive em relação ao Estatuto da Terra”, elaborado pelo governo militar de Castelo Branco. Certamente está claro que a aliança golpista pretende debilitar ao máximo o movimento dos sem-terra. É conhecida as acusações de setores da oligarquia de que o MST se nutre do controle dos cadastros e da seleção dos camponeses que serão assentados, bem como da administração de recursos públicos destinados às cooperativas.

Já se tentou criminalizar o MST por meio de uma CPMI. Nada foi comprovado, mas se orientou a abrir processos contra alguns de seus dirigentes e a enquadrar as ocupações de terra como “ato de terrorismo”. A bancada ruralista não precisou demonstrar nenhuma das acusações de desvio de recursos. Usou a CPMI para que a imprensa monopolista fizesse a campanha denunciando que o movimento dos sem-terra seria formado por criminosos. Como não se conseguiu colocar na ilegalidade o MST e as demais organizações que recorrem às ocupações, se apertou o cerco da legislação e da ação policial. Recentemente, a Justiça de Goiás enquadrando dois de seus dirigentes na Lei 12.850 (antiterrorismo). Caso esse novo ataque não consiga liquidar com a capacidade de mobilização dos sem-terra, sem dúvida, a burguesia e seu Estado recorrerão a uma violência ainda mais virulenta.

Juntamente com o MST e demais organizações camponesas, populares e operárias, é preciso rechaçar a MP 759. É necessário pôr em pé um movimento de frente única que responda de conjunto ao programa de ataque à vida dos explorados. Um passo que se dê na organização unitária em nível local, regional e nacional contra o governo golpista e sua política antinacional

e antipopular fortalecerá a luta da maioria contra a minoria exploradora. Para isso, o próprio MST deve se libertar da política do PT e de seu novo objetivo, que é o de se reconstituir como oposição burguesa a Temer e disputar as eleições de 2018. Enquanto o movimento camponês depender das concessões do Estado capitalista, não reunirá força para atingir o poder dos latifundiários.

A virada na política agrária exige um balanço sobre a situação. Não se trata apenas de um retrocesso. Tudo indica que é chegado o final de um processo. Esgotou-se ou está quase esgotada a via dos assentamentos, prevista no Estatuto da Terra (Lei 4.504, novembro de 1964) e adaptada pelos governos pós-ditadura militar. Recordemos que um dos motivos do golpe de 1964, considerado no conjunto da crise de governabilidade, foi o despertar da luta camponesa organizada pelas Ligas. O governo de Castelo Branco seguiu a orientação do imperialismo para a América Latina de se arrefecerem as rebeliões camponesas por meio de concessões do Estado.

A ditadura não apenas definiu o “modelo” de reforma agrária (assentamentos), as condições (desapropriação de latifúndios improdutivos, terras griladas e uso de terras públicas), os meios (indenização dos proprietários) e o instrumento político-administrativo (criação do Incra, etc.). O Estatuto da Terra é considerado o primeiro programa, no Brasil, que previu a reforma agrária. Nem mesmo o governo nacionalista de Getúlio Vargas se dispôs a assumir a questão camponesa. O governo de João Goulart se mostrou incapaz de enfrentar a oligarquia fundiária. Seu projeto de reforma agrária foi simplesmente vergonhoso (previa desapropriações de faixas de terras de ferrovias e rodovias). Coube ao regime militar a formulação de uma política de integração da Federação, concebida na forma de polos de incentivo econômico, cuja “reforma agrária” por assentamento e colonização serviria ao desenvolvimento nacional. Desmanteladas as Ligas Camponesas e retraído o movimento urbano dos explorados, a ditadura não viu por que acionar o Estatuto da Terra. Voltou a administração do Estado para a colonização e a agroindústria. Não foi necessário abrir a válvula de escape da “reforma agrária” por assentamento para proteger os latifúndios da investida camponesa.

A questão agrária voltou a perturbar os latifundiários e o Estado em meados dos anos 70 e se projetou no início de 1980. É compreensível que na retomada e reorganização da luta camponesa se apoiasse na fórmula da “função social da terra”, que embasa o Estatuto concebido pela ditadura. No entanto, até hoje, o MST, em cuja base está a CPT, manteve-se preso à “reforma agrária” regulamentada pela ditadura. O agravamento da luta de classes no campo levou o governo de José Sarney a criar o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e elaborar o Plano Nacional de Reforma Agrária. O objetivo anunciado foi o de justamente viabilizar o Estatuto da Terra. Ficou longe da meta de desapropriações e assentamentos. Da promessa de 1,4 milhão, cumpriu cerca de 90 mil. Esse resultado indicou, logo de início, o futuro da reforma agrária baseada no Estatuto da Terra. Trinta anos se passaram e a meta fixada por Sarney não foi plenamente atingida.

A “função social da terra” tem como real conteúdo a proteção da propriedade privada e sua estrutura latifundiária ultra concentrada. A elevação do imposto territorial rural foi a forma que o governo de Fernando Henrique Cardoso utilizou para pressionar os capitalistas que mantinham grandes extensões de terras intocadas, servindo tão somente de reserva de valor. As desapropriações, por sua vez, acabaram servindo a muitos proprietários que receberam altas indenizações. Milhões de hectares grilados nunca foram recuperados e parte foi regularizada pela mesma política agrária dos assentamentos.

Os fazendeiros, grileiros e agroindustriais responderam ao movimento dos sem-terra com ataques armados e assassinatos. O massacre de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, e o de Eldorado de Carajás (PA), de abril de 1996, expressaram a amplitude a que chegava a luta de classes no campo. O governo de FHC se viu na contingência de impulsionar as desapropriações e os assentamentos. Em seus dois mandatos, assentou 540.704 agricultores, em 21.085.726 hectares. Lula não fez senão seguir o mesmo caminho: avançou para 614.088 agricultores e 48.291.182 hectares. Dilma Rousseff, por sua vez, derrubou para 107.354 agricultores e 2.956.208 hectares. É preciso que o movimento camponês reconheça que política de assentamento não é reforma agrária. Sua função é inequivocamente a de canalizar as aspirações

dos oprimidos do campo e subordiná-los à política burguesa. Nisto, o MST ajudou a burguesia e seus governos.

Depois das experiências das Ligas Camponesas, o MST deu um salto à frente em organização e em capacidade de luta nacional. Antes de o governo e a Justiça se valerem da ignominiosa lei do terrorismo, FHC editou a MP 2.027-38, em maio de 2000, que proíbe a vistoria em terras ocupadas para efeito de assentamento. Atendia à reclamação dos latifundiários, da União Democrática Ruralista (UDR) e das associações patronais da agropecuária de que era preciso pôr limites ao MST e acabar com as ocupações de terra. Veio o governo de Lula e a MP foi mantida. Seu ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, não teve dúvidas em proclamar que a lei é para ser cumprida. Basta que se acabe com a capacidade do movimento de ocupar e impor o controle sobre a terra e assim se liquidará de vez com a bandeira da reforma agrária. Esse é o mal que tem atingido o MST. Não apenas devido às leis repressivas, que têm sido aplicadas regularmente, mas sobretudo à dependência do movimento ao PT e seu governo. A luta pelos assentamentos tem enfrentado a ferocidade da oligarquia e é fundamental apoiar as ocupações, mas sem ocultar que por essa via o fracasso é líquido e certo. A MP de compra e venda de Michel Temer indica que a aliança golpista está pela liquidação desse processo.

Observa-se que o período que cobre os governos de FHC e Lula foi de crescimento e queda das desapropriações e assentamentos. Dilma já não teve como manter o ritmo. A crise econômica inviabilizou a continuidade da política distributiva. Mas não devemos nos ater a esse obstáculo, que parece ser conjuntural. O fundamental é que a burguesia não teve interesse em modificar aspectos estruturais. Nunca houve realmente uma decisão de Estado de resolver o alto índice de terras improdutivas e de expulsão de camponeses premidos pelo avanço da concentração latifundiária e da mecanização. As diferenças e os desequilíbrios regionais continuam a se manifestar na coexistência de formas de atraso pré-capitalista e alto desenvolvimento capitalista. O campo expressa com maior clareza o desenvolvimento desigual do País. Em grande parte do Sul e Sudeste, a penetração capitalista nas relações de produção agrícola eliminou a necessidade da reforma agrária. O trabalhador camponês foi em grande medida proletarizado.

A agricultura familiar é muito desigual. Vai da produção de subsistência à capitalista. Essa escala caracteriza o predomínio do atraso e do avanço. De forma que a questão camponesa comparece mais agudamente no Nordeste e Norte. O que não quer dizer que deixou de ser um problema nacional. Volta-se inteiramente para o mercado interno e se subordina ao agronegócio. É o que a caracteriza no Sul e Sudeste. A maioria dos camponeses expressa a opressão exercida pela burguesia latifundiária. Por mais que se tenha feito propaganda governamental sobre a importância da agricultura familiar, o certo é que a maioria das famílias camponesas sobrevive em extrema dificuldade. A política de assentamento de camponeses que perderam sua pequena propriedade e que não se proletarizaram não tem como caminhar no sentido contrário ao da concentração da propriedade e dos ditames do agronegócio.

Muita ilusão foi cultivada em torno da via do desenvolvimento agrário baseado na pequena e média propriedade e do trabalho familiar cooperativo. Expressa a utópica tese reformista da democratização da terra e da inclusão camponesa. Nessa mesma linha, muito se propagandeou sobre as virtudes da agricultura familiar para a segurança alimentar e para o equilíbrio ecológico. Não se pode, porém, determinar as tendências econômicas e suas consequências fora das relações capitalistas de produção e das ações concretas do Estado burguês. O predomínio do agronegócio condiciona o regime de propriedade agrária, a coexistência do latifúndio e minifúndio, a produção familiar para o mercado interno e a produção patronal para o mercado externo. Nenhuma política de Estado reverteu, nem reverterá a tendência à concentração da propriedade e à produção em escala.

O programa de implantação e desenvolvimento da pequena produção baseada no trabalho familiar, portanto, de raízes pré-capitalistas, não se sustenta. As experiências limitadas e em parte fracassadas com os assentamentos são a prova concreta. A constituição do governo do PT, que foi caracterizado de democrático-popular, serviu para demonstrar que a oligarquia permaneceu intocada. Foi o governo pretensamente reformista que se submeteu ao agronegócio e aos latifundiários e não o contrário. O governo Temer lança uma pá de cal sobre a política de

desapropriação e assentamento tendo por base o fracasso do PT, que não fez senão seguir a política agrária de FHC, que seguiu a de José Sarney, que, por seu turno, procurou ativar o Estatuto da Terra da ditadura militar.

A luta camponesa pela pequena propriedade é uma característica de classe. Em outras palavras, da pequena-burguesia agrária. As tentativas do MST de estabelecer a produção coletivizada pela via das cooperativas esbarrou nas relações capitalistas de produção, nas heranças pré-capitalistas e nas aspirações do pequeno proprietário. É completamente compreensível que o camponês lute por conquistar a propriedade da terra, pois essa é sua condição de classe oprimida pela burguesia latifundiária, o agronegócio e os comerciantes. Não é compreensível que as direções do movimento assumam a política burguesa das desapropriações de terras improdutivas e assentamentos. Não há outro lugar reservado pelo capitalismo aos camponeses que não seja o da brutal submissão e opressão latifundiária.

A questão, portanto, é se há uma outra via. No programa proletário, está a resposta. O capitalismo é irreformável em todos aspectos e não apenas no agrário. Essa premissa advém do alto desenvolvimento das forças produtivas que se encontram em choque aberto com as relações capitalistas de produção (com a grande propriedade, o monopólio e o parasitismo financeiro). O Brasil é parte dessa realidade mundial. Sofre com sua desintegração, que é descarregada sobre a maioria nacional oprimida. O programa proletário objetiva modificar as relações de produção de conjunto. A questão da terra faz parte dessa tarefa histórica. A expropriação revolucionária da grande propriedade – nota-se, da grande propriedade – é o seu ponto de partida. O monopólio privado da terra deve ceder lugar ao monopólio estatal – ou seja, o solo deve ser nacionalizado. Tornar-se-á possível, assim, um planejamento voltado ao desenvolvimento das forças produtivas agrárias. Sem acabar com o monopólio capitalista da terra, o campesinato não se libertará da opressão que suporta há séculos.

O programa de transformação agrária anticapitalista exige a unidade operária e camponesa, que será alcançada respondendo a situações concretas, como diante do fato do governo Temer decidir cobrar dos assentados o valor da terra, da existência de milhares de camponeses que aguardam novos assentamentos, das terríveis condições da agricultura familiar do Nordeste e Norte, das ameaças de expulsão dos camponeses mais pobres do Sudeste e Sul premidos pelo avanço do agronegócio, da crescente desnacionalização do solo com a penetração do capital internacional, com as precárias condições financeiras e técnica de produção, etc. Sem dúvida, é necessário desenvolver as lutas da classe operária urbana e rural, impulsionadas pelas reivindicações mais sentidas. É possível e imprescindível aproximar o máximo possível o movimento camponês que se choca com os latifundiários ao movimento operário.

A estratégia do governo operário e camponês não tem sido assimilada pelos explorados e oprimidos devido aos desvios construídos pelas direções reformistas e, fundamentalmente, pela ausência do partido revolucionário implantado no seio da classe operária. Mas as condições históricas e objetivas estão dadas para a defesa, explicação e propaganda da estratégia própria de poder da classe operária. Não se deve desconhecer ou ocultar que os camponeses somente se libertarão do jugo latifundiário com a revolução social, que levará ao poder a classe operária em aliança com a classe pequeno-burguesa. É com o exercício do poder pela maioria oprimida sobre a minoria opressora que se levará adiante a revolução agrária. O proletariado socialista responderá às necessidades dos camponeses e criará as condições para se alcançar a avançada produção coletiva e a superação da aspiração da propriedade privada da terra.

TR - 42

O 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Pela expropriação da grande propriedade agrária e nacionalização das terras. Todo apoio à luta camponesa pela terra contra os latifundiários e seu governo.
2. Abaixo a “Reforma da reforma agrária” de Temer: MP 759!

TEXTO 43

Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)

O CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO NÃO TEM COMO ACABAR COM A OPRRESSÃO SOCIAL. A RESPOSTA ÀS DISCRIMINAÇÕES ÉTNICAS, RACIAIS E SEXUAIS É PARTE DO PROGRAMA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA

TEXTO DE APOIO

Avança a barbárie social no mundo e no Brasil. Seus sintomas deletérios se expressam nas guerras imperialistas que fazem crescer a opressão nacional, sobretudo no Oriente Médio, e enchem o mar mediterrâneo com milhares de corpos de imigrantes; nas perseguições e genocídios de minorias étnicas, com a negação do direito à autodeterminação de curdos, palestinos, nações indígenas, dentre outros; nos assassinatos de jovens negros pelas polícias, seja nos subúrbios dos Estados Unidos ou nas periferias no Brasil; na violência reacionária contra homossexuais e transexuais, seja na boate em Orlando ou nas estações de metrô em São Paulo; na brutal violência contra a mulher, seja nos estupros coletivos na Índia ou nos morros cariocas.

A profunda crise econômica expõe as feridas de um sistema em decomposição. As conquistas legais, a exemplo da reconhecida avançada política de gênero na Espanha, são negadas na prática com a regressão econômica e social que reforça que mulheres sejam expulsas da produção ou que tenham de conciliar a jornada de trabalho com a responsabilidade pela criação dos filhos e cuidados dos idosos. Redes de proteção social são paulatinamente desfeitas. Conquistas em relação a direitos civis, sexuais e reprodutivos são cotidianamente ameaçadas com o avanço do obscurantismo que acompanha a decadência do modo de produção capitalista. Tendências fascizantes se reforçam com o recrudescimento da xenofobia, racismo, homofobia e outras ideologias discriminadoras.

Como superar o patriarcado, sua cultura e seus valores?

A persistência da violência sobre a mulher em pleno século XXI provoca indignação. Em sua resposta ganham força as teorias culturalistas, que atribuem ao machismo ou à cultura do estupro a causa das agressões, assassinatos e abusos. O fundamento de classe da cultura, que se enraíza em relações econômicas e sociais é substituído por um fundamento sexual ou de gênero. Mesmo que a cultura tenha uma certa independência em relação à base material, permanece como fenômeno determinado. Quando se abandona esta premissa, a solução para a opressão é buscada em uma nova cultura que acabe com a mentalidade patriarcal por meio da educação. É necessário reconhecer que o patriarcado também é produto histórico da sociedade de classes. A cultura e os valores correspondentes são criações da classe dominante, conservadas, ainda que com novas roupagens, de acordo com a formação social vigente.

Nem sempre a mulher esteve em posição de subordinação ao homem, como testemunham as sociedades matriarcais correspondentes ao comunismo primitivo. A opressão sobre a mulher tem seu fundamento na propriedade privada que, desde seu surgimento, alterou a forma familiar de linhagem materna e a substituiu pela paterna. Diferentes modos de produção baseados na propriedade privada tiveram formas variadas de família, porém, em todas elas permaneceu o poder patriarcal. Sob o capitalismo, algumas conquistas pertinentes à condição da mulher foram sendo atendidas gradualmente conforme o avanço das forças produtivas e a necessidade de incorporação das massas femininas na produção. O trabalho não remunerado no lar, no entanto, ainda é fundamental para a reprodução da força de trabalho. O não reconhecimento da função

social da maternidade se expressa nas discriminações da mulher como força de trabalho, com menor remuneração inclusive para trabalhos iguais.

É no seio da família, tão defendida pelas igrejas e políticos obscurantistas, que ocorre grande parte da violência sofrida por meninas e mulheres: agressões, estupros e assassinatos. Os preconceitos sociais, religiosos e culturais alimentam a violência cotidiana sofrida pelas mulheres. O Estado e sua democracia oligárquica continuam servindo ao obscurantismo religioso. A violência estatal se expressa na criminalização do aborto que leva à mutilação e mortes em decorrência de procedimentos clandestinos e no desamparo diante da epidemia de zikavirus, por exemplo, cujos efeitos recaíram particularmente sobre as mães.

Mesmo as leis mais avançadas não inibem as mais diversas formas de violência contra a mulher. A proteção legal é paliativa. As medidas coercitivas, educativas e culturais existentes e as defendidas pelo feminismo reformista não fazem senão expor as contradições insolúveis do capitalismo. A violência sofrida pela mulher é parte da violência geral que emana do capitalismo em decomposição.

No momento em que as mulheres exploradas, principalmente as proletárias, se colocarem pela defesa de sua total incorporação na produção social, o que implica o fim do desemprego, abolição de toda diferenciação salarial, o que implica trabalho igual salário igual, reconhecimento da maternidade como função social, o que implica proteção geral à maternidade, superação de sua condição de dona de casa, o que implica restaurantes, lavanderia, creches coletivas, será dado um salto na luta contra toda forma de violência, inclusive o estupro; será dado um passo decisivo na organização das mulheres na luta de todos os explorados; será dada uma mudança qualitativa na consciência dos homens que vivem na carne a exploração e a opressão capitalista sobre a igualdade da mulher e seu papel criador na sociedade.

Assim como o patriarcado se desenvolveu a partir da divisão do trabalho baseada na propriedade privada dos meios de produção, só poderá abandonar a cena histórica com a transformação da propriedade privada em propriedade social. Desta maneira, poderá emergir uma formação social em que a garantia de igualdade entre mulheres e homens no processo de criação de riqueza, reprodução da vida e organização da vida social será a base para o surgimento de uma nova cultura.

A opressão sobre homossexuais e transexuais também é obra da sociedade de classes

A discriminação contra homossexuais é obra da sociedade de classes. Suas determinações materiais e raízes históricas podem ser encontradas na família como célula econômica da sociedade. Assim, a livre manifestação do amor sexual depende da extinção da família na sua forma burguesa.

As noções ideológicas que determinam quais comportamentos sexuais considerados os únicos “naturais” ou “normais” são produto de um processo histórico e de determinações econômicas concretas. Na sua base, acha-se a família individual burguesa e o amor sexual heterossexual que servem de veículos à reprodução das relações sociais baseadas na propriedade e apropriação privadas do excedente econômico pelo homem-proprietário. Está aí porque o programa marxista exige avançar à transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e das tarefas domésticas em tarefas realizadas socialmente para, assim, libertar as relações familiares e a vida sexual das condicionantes que lhe impõem as sociedades de classes.

Reconhecimento legal das uniões civis homossexuais no capitalismo

Ao longo da história, houve alterações no campo jurídico quanto aos direitos civis dos homossexuais. O avanço dos direitos civis foi fruto de movimentos dirigidos pela pequena burguesia. Tratou-se de um reflexo de sua ascensão política em condições de refluxo do movimento operário, de avanço da degenerescência estalinista e de destruição da direção que encarnavam a revolução socialista mundial. De forma que os objetivos, as reivindicações e os métodos dos movimentos depois denominados como LGBT refletem tanto os interesses, quanto as limitações dessa classe. O Estado burguês não fez outra coisa a não ser adaptar suas reivindicações e institucionalizar seus movimentos.

Os avanços da legislação sobre casamentos e uniões civis de homossexuais, o reconhecimento de direitos previdenciários e de atenção à saúde de parceiros de uniões estáveis, a promulgação de novos códigos civis e as ações da justiça criminal sobre os chamados de “violência por motivações sexuais” ou “homofobia”, de conjunto, representam avanços na jurisprudência civil e penal burguesa. Refletem os avanços dos movimentos no caminho de sua organização social e política em torno do princípio democrático burguês de aplicação da “igualdade dos indivíduos perante a lei”. O Estado burguês reconhece, por sua vez, a existência de indivíduos que foram impedidos de usufruir de direitos elementares estabelecidos pela própria burguesia no seu percurso histórico. Ao fazê-lo, não aceita um fundamento contrário a seus interesses. Ao contrário, cria as condições de sua reprodução diante das diversas manifestações do amor sexual no seio das famílias individuais da sociedade burguesa. Ao legalizar as uniões civis homossexuais normatiza uma variante da família monogâmica individual ao preservar seu conteúdo econômico e ideológico, o direito de herança.

Com essas medidas, o Estado responde ao crescimento da importância eleitoral da população homossexual e a necessidade de restringir suas manifestações ao campo da institucionalidade burguesa. O reconhecimento jurídico do vínculo e do direito dos cônjuges à previdência social e aos planos de saúde expressam o anseio das camadas médias e sua solução parcial fortalece as ilusões nas vias reformistas. Além disso, abre-se todo um campo para a ampliação dos negócios capitalistas em diversos ramos econômicos, a exemplo do turismo, lazer, saúde, etc.

Submissão do Estado burguês ao obscurantismo religioso

Coube às Igrejas cumprirem o papel de polícia moral da família burguesa. O que exigia da burguesia incorporar o obscurantismo religioso como arma ideológica de sua dominação contra o proletariado. A “concepção religiosa” da família determinou, em grande parte, que as classes burguesas e pequeno-burguesas rotulassem a homossexualidade como desvio dos costumes e das leis “naturais” e divinas. Evidentemente, essas considerações não passam de coberturas metafísicas e idealistas de interesses econômicos concretos. Exemplo disso é o longo período histórico em que a homossexualidade foi tolerada pela hierarquia eclesiástica para impedir que as terras da Igreja fossem herdadas por filhos de padres.

O fato é que a homossexualidade nunca foi um freio à reprodução da espécie humana. O maior perigo esteve sempre nas doenças, nas guerras, na miséria e outras tragédias que dizimavam as populações. Na medida em que o desenvolvimento da técnica aperfeiçoou o domínio do homem sobre a natureza e avançou ao controle e cura das doenças, a reprodução da espécie humana foi também se aperfeiçoando e a expectativa de vida se estendendo, fazendo com que o “crime de sodomia” fosse perdendo a sustentação ideológica.

A burguesia na luta por consolidar seu poder desenvolveu uma batalha contra o reacionarismo eclesiástico, enquanto esse expressava os interesses das classes feudais e das monarquias. Uma vez que a Igreja se subordinou aos interesses da nova classe dominante, passou integrá-la ao seu aparelho de dominação ideológica.

No Brasil, esse processo de interdependência entre a religião e o Estado assumiu a forma da integração das igrejas às instituições burguesas transformando-se em “comitês eleitorais”, ora para os padres e pastores galgarem postos no Estado burguês, ora para ampliar o domínio eleitoral dos partidos da ordem burguesa sobre os oprimidos. Está aí por que as relações entre Estado burguês e Igrejas acham sua mais ampla expressão na constituição de uma bancada parlamentar religiosa. Esse bloco serve à burguesia como um cimento ideológico de seu reacionarismo na etapa de decadência e barbárie do regime capitalista. E serve particularmente às combinações parlamentares para a aprovação ou rejeição das medidas exigidas pela burguesia mundial contra os explorados. As igrejas exigem que o Estado burguês assumira a posição obscurantista de rejeição aos direitos dos homossexuais e mulheres, como foi visto inclusive no governo Dilma com a campanha contra o programa “kit anti-homofobia”. São parte desta relação promíscua entre Estado e religião os subsídios e isenções que favorecem os negócios das Igrejas.

Os limites do movimento pequeno-burguês pela igualdade

As reivindicações democráticas contra a discriminação dos homossexuais na vida social e na jurisprudência devem ser apoiadas sempre que o movimento se chocar com o Estado e com todas as instituições que sustentam a opressão.

Os movimentos LGBT, em sua esmagadora maioria, apresentam seus limites apegando-se à luta pelos direitos civis. Coube à pequena burguesia acadêmica o rol de criadora de uma espécie de cobertura “teórica” para justificar esse limite. Está aí por que, via de regra, não se colocam pela destruição da família como unidade e célula econômica da sociedade de classes. É na base dessas movimentações de camadas da classe média que prolifera a concepção idealista sobre a possibilidade de acabar de vez com a discriminação contra os homossexuais pela via de reformas democráticas e sociais no capitalismo.

Nenhuma sociedade de classes possibilitou a realização do princípio elementar de que a vida sexual é de ordem privada. É uma tarefa da revolução proletária varrer a influência da Igreja e do Estado na vida íntima das pessoas. E pôr a sexualidade como um assunto privado que diz respeito apenas aos envolvidos. A livre manifestação do amor sexual exige a mudança das condições de existência social. Em outros termos: acabar com a família como célula econômica da sociedade de classes.

A vida social e as experiências individuais

A forma com que cada indivíduo experimenta a discriminação e as perseguições sobre sua vida íntima e sua sexualidade não são iguais. Enquanto a discriminação à homossexualidade é geral, seus efeitos e manifestações recaem distintamente nas diversas classes sociais. As perseguições e discriminações contra as camadas de homossexuais das classes médias impedem-lhes de usufruir dos mesmos direitos civis, econômicos e políticos que outras camadas sociais pelo simples fato de não se caracterizarem pela heterossexualidade.

Nota-se que o avanço da legislação sobre os direitos dos homossexuais possibilitou que uma de suas camadas pequeno-burguesas resolvesse seus interesses sociais e econômicos a contento, ainda que parcialmente e estejam sempre ameaçados. O que incentiva a ilusão de que no capitalismo é possível superar tão odiosa discriminação.

O avanço na legislação não somente expressará uma conquista democrática, mas também uma conquista econômica para uma parcela limitada do movimento, que achará condições para seu desenvolvimento social e econômico no Estado, nas funções privadas e nos meios acadêmicos. É nesse marco que avança a “profissionalização” da militância dos movimentos LGBT nas ONGs, academia, governos, fundações privadas, etc. E na medida em que resolvem seus problemas e interesses vão se afastando cada vez mais dos movimentos radicalizados e passam a sustentar os cimentos da família burguesa e da sociedade, etc.

No caso do proletariado, é o poder do capital a força que exerce uma influência determinante sobre sua vida, seu corpo e suas experiências de vida. O indivíduo proletário só pode controlar as forças que o dominam, e, portanto, desenvolver sua própria individualidade, constituindo-se como parte indissolúvel de uma força social que construa uma nova existência social na base da destruição das condições sociais anteriores.

A distinção de classe demonstra que os sentimentos e experiências sensíveis dos indivíduos com o mundo material e seu próprio corpo são determinados, em última instância, pela classe a que pertence e por sua relação contraditória com as demais classes. Esse entendimento é decisivo para separar a luta pela destruição do capitalismo pela revolução social da limitada luta pequeno-burguesa pela integração dos homossexuais na ordem burguesa. As reivindicações democráticas e a defesa dos direitos civis devem conduzir as camadas sociais que padecem da discriminação à luta pela derrubada do poder capitalista.

Racismo: mais uma manifestação da opressão capitalista

Não se pode lutar conseqüentemente contra a opressão sobre os negros sem que se tenha por fundamento e objetivo histórico de destruição da sociedade de classes. Quanto mais as massas negras oprimidas tiverem a consciência de que o racismo é uma das manifestações da opressão

capitalista, mais procurarão fortalecer o movimento geral dos explorados. E quanto mais as reivindicações fundamentais se chocarem com os interesses da burguesia, mais evidente ficará que as conquistas serão arrancadas e conservadas por meio da luta de classes. O contrário também é verdadeiro. Quanto maior a ilusão de que é possível encontrar a igualdade no capitalismo, mais se dissimulará o racismo e sua perpetuação.

A velha doutrina racial há algum tempo foi reconhecida como ultrapassada diante da ascensão social, ainda que vagarosa e ultralimitada, de negros de classe média. Porém, não faltaram disfarces, como o da democracia racial e da igualdade de raças, para ocultar a real situação da maioria.

A escravidão negra e as suas heranças conservadas pelo capitalismo, que, finalmente, substituiu o sistema colonial, passaram a ser estudadas nas universidades. As explicações de pensadores a serviço da burguesia brasileira branca e racista puderam ser questionadas e bombardeadas. As universidades, portanto, passaram a refletir uma adaptação da própria burguesia, que, por sua vez, refletia o desenvolvimento do capitalismo e das relações entre as classes.

Chegamos ao ponto de o Estado admitir a criminalização dos atos individuais de racismo. Criou-se a Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial, com força de ministério. A política burguesa se tornou permeável a teses como as das “ações afirmativas” e “reparações históricas”. O Congresso Nacional aprovou a lei das cotas para os negros.

Entre a crítica progressista da academia e as medidas reformistas do Estado burguês, no entanto, há uma grande distância. Uma pequena camada de negros da classe média serviu de experiência para tal política integracionista. O “movimento negro” julgava que uma vez dado o primeiro passo se daria o segundo, o terceiro. Constata-se, porém, que nem mesmo as cotas foram universalmente aplicadas.

Os negros não formam apenas a maioria da população, formam também a maioria mais oprimida entre todos os oprimidos. Não faltam pesquisas e dados oficiais para comprovar que os negros recebem menos que os brancos para a mesma função, estão em desvantagem na concorrência do mercado de trabalho, milhões sobrevivem com migalhas do subemprego, canalizam-se para os serviços mais pesados, de mais baixa qualificação, arcam com o maior peso do analfabetismo, aglomeram-se em favelas, são os mais atingidos pela violência e lotam as prisões. A discriminação policial e o assassinato de jovens negros atingiram níveis de barbárie. No mar de miséria, mais e mais adolescentes são arrastados para a criminalidade. A resposta do Estado tem sido mais violência policial. Bandos de matadores se dedicam às chacinas nos bairros miseráveis e nas favelas.

O Estado burguês e seus partidos deram um só passo para solucionar essa opressão econômica? Tomaram alguma medida séria de proteção à juventude negra? Houve algum reconhecimento que a diferenciação salarial e a seleção no mercado de trabalho são expressões materiais da opressão de classe? Adotou-se uma lei que obrigue os patrões a cumprirem a norma de salário igual para função igual? O que a burguesia e seu Estado poderão fazer para arrancar a maioria negra da pobreza e da miséria? Basta que se respondam honestamente a essas perguntas para se concluir que não há como o capitalismo eliminar o racismo e erradicar as heranças coloniais do escravismo.

A montanha de atitudes racistas que se levantam diariamente nas ruas, escolas, restaurantes, trabalho, lazer, etc. emerge da opressão econômica, de classe, que torna as massas negras ao mesmo tempo iguais e distintas em relação às massas brancas exploradas, pobres e miseráveis. Não há solução ideológica para o racismo, embora seja preciso combatê-lo com todo vigor. A história do racismo no Brasil mostra perfeitamente como a burguesia e seu Estado escravocrata-capitalista podem muito bem adaptar e disfarçar sua visão sobre os negros. Mas não podem admitir que se toque a raiz social do racismo. Arranquemos as raízes de classe da opressão sobre os explorados e todo edifício do odioso racismo virá abaixo. Elas nasceram das sementes do colonialismo escravista e se consolidaram no regime da grande propriedade capitalista.

Não temos dúvidas de que as aspirações dos negros de classe média têm de ser defendidas contra as discriminações. É justo que reclamem do fato de que apenas uma minoria dos negros

chega à universidade, que profissões como as de médicos, engenheiros, etc. são praticamente preenchidas por brancos. Como os negros ascenderão às camadas da classe média sem que esses canais de projeção econômica, social e cultural estejam, em certa medida, abertos? Não é difícil diferenciar as legítimas aspirações das camadas negras pequeno-burguesas das aspirações burguesas, que correspondem à inserção de um punhado de indivíduos entre a classe exploradora.

O proletariado se encontra desorganizado e controlado pela política burguesa. Assim, ganhou força a tese política de que as ações afirmativas, as reparações históricas, a criminalização e as medidas educativas são o caminho para acabar com o racismo. No momento em que operários negros e brancos levantarem a bandeira de trabalho igual, salário igual, trabalho a todos em igualdade de condições, salário mínimo vital, habitação digna, fim da matança de negros, fim do aparato repressivo burguês, direito de autodefesa e armamento dos explorados, então se avançará o combate ao racismo. Se pretendemos, de fato, acabar com as discriminações, temos de trabalhar para que a classe operária se liberte das direções conciliadoras, carreiristas e vendidas que controlam os sindicatos.

Breve balanço da política reformista

No Brasil, os tímidos passos das políticas de “igualdade de gênero”, “igualdade racial”, “inclusão social” e “reparação histórica” promovidas pelos governos petistas se deparam com a constatação de que na etapa imperialista são inviáveis as reformas duradouras e em larga escala. A posse do governo de Michel Temer, após o golpe institucional, apenas com ministros brancos mostrou, sem atenuantes, que o Estado corresponde à ditadura de classe da burguesia branca sobre a maioria nacional oprimida.

Não faltaram aqueles que atribuíram o golpe ao projeto “democrático-popular” do qual a igualdade racial fazia parte. Ainda que camadas da alta burguesia e alta classe média resistissem à política de inclusão, o objetivo de melhorar as condições de uma parcela de negros não ameaçou em momento algum o poder da burguesia branca. O Estatuto da Igualdade Racial, o Bolsa Família e as cotas chegaram a alimentar a ilusão de que se avançava no sentido de eliminar as discriminações raciais, à margem da opressão de classe.

O balanço geral das medidas, no entanto, demonstra que a “redistribuição” pela via do Estado foi ínfima, se considerada a riqueza nacional e a grande miséria que atinge as massas negras. A alta concentração de riquezas nas mãos da minoria burguesa não só permaneceu como cresceu. As políticas petistas de “ações afirmativas” com a tese da democratização da educação estiveram sintonizadas com o favorecimento às corporações privadas de ensino.

Bastou a obrigatoriedade de obter o superávit primário, voltado a sustentar a brutal dívida pública, para que a diretriz de distribuição de recursos aos programas sociais se mostrasse inviável. O fracasso da política do nacional-reformismo, em particular no caso da discriminação racial, se deve ao fato de ser tão somente uma variante da política burguesa, que, como tal, não teve e não tem como transformar a estrutura de classe do país.

A experiência com os governos do PT demonstra que não será por meio da política de Estado que se enfrentará a opressão sobre os negros. Será por meio da luta de classes contra a burguesia branca que a classe operária, apoiada na maioria oprimida, levará adiante a tarefa de erradicação do racismo.

Entre aqueles que lutam conseqüentemente contra o bárbaro racismo não pode haver dúvida de que a discriminação sofrida pelos negros é conseqüência da exploração do trabalho e da condição histórica que a velha escravidão colonial impôs aos negros africanos e que a moderna escravidão capitalista perpetuou. Não pode haver dúvida sobre a impossibilidade de a burguesia realizar reformas que conduzam ao fim das diferenciações raciais. Não pode haver dúvida de que o reformismo é impotente diante do poder da burguesia branca.

A questão agora é como nós explorados, negros e brancos, enfrentaremos o governo golpista de Temer. Não será com a mesma política dos reformistas que resistiremos aos ataques da aliança

governamental que promoveu o impeachment. A condição é a de organizar o movimento dos explorados no terreno da independência de classe.

Partir das teses do socialismo científico sobre as manifestações da opressão social

Como expressão do retrocesso político e organizativo do proletariado mundial, as teses que ocultam a raiz de classe das opressões ganham espaço na academia e entre as correntes de esquerda. Em nome das especificidades, reforçam-se os particularismos e abandona-se a perspectiva geral que mostra o fundamento de classe de todo tipo de opressão. Tal enfoque traz consequências táticas e políticas. Em vez dos métodos da luta de classes e da unidade organizativa dos explorados, proliferam os movimentos segmentados que desembocam na exigência de políticas que combinam mais coerção (criminalização, punição e reforço do aparato repressivo do Estado burguês) e medidas educativas, que pressupõem que o fundamento estrutural da opressão será revertido por uma ação pedagógica sobre os que são considerados opressores ou privilegiados.

Uma política classista exige que se estabeleça a relação entre todas as formas de opressão, que as manifestações particulares da opressão social sejam respondidas sem quebrar o vínculo objetivo com o antagonismo de classe, que contribua para unificar os oprimidos sob o programa da revolução social.

A 100 anos da Revolução Russa é preciso partir da elaboração do socialismo científico sobre o fundamento de classe de todas opressões e as lutas teóricas e práticas no interior dos partidos operários e das Internacionais contra a criminalização da homossexualidade, pela livre manifestação do amor sexual e pela emancipação das mulheres.

A experiência do primeiro Estado Operário, fruto da Revolução Russa de Outubro de 1917, mostrou os esforços para libertar as mulheres da escravidão do lar e passar ao Estado as tarefas domésticas com a criação de creches, restaurantes e lavanderias. Foi na União Soviética que foi aprovada a primeira legislação de garantia do aborto por parte do Estado. A legislação czarista que criminalizava os homossexuais foi revogada. A degeneração burocrática conduzida pelo estalinismo impactou também as relações familiares, levando ao retorno à criminalização do aborto, retomada de obstáculos ao divórcio e retorno à concepção anticientífica da homossexualidade como doença e posterior retorno à criminalização em 1933.

Tal retrocesso serviu de base para que correntes de esquerda ao se diferenciarem do burocratismo, identificassem o marxismo com o estalinismo. Em nome da crítica ao chamado “socialismo real” revisionismo levou ao abandono da estratégia revolucionária e à via dos movimentos particularistas e identitários.

O dever de nos somarmos às lutas por reformas pelo fim das discriminações deve vir acompanhado do alerta para que esta luta não seja considerada um fim em si mesmo. Não podemos alimentar a ilusão de que estas chagas serão resolvidas pelo reformismo, pela conquista gradual de postos no Estado burguês e pelos métodos jurídico-parlamentares.

O edifício das discriminações tem em seu piso as distinções de classe, sejam em relação à mulher, ao homossexual, ao negro, ao indígena, ao imigrante, etc. Evidentemente, há particularidades, que devem ser entendidas e respondidas justamente para evidenciar a base geral de toda discriminação. Por refletirem as profundas contradições da sociedade de classe, é que emergem inevitavelmente movimentos por reformas e adaptações sociais. Ainda que haja leis progressivas que estendem o princípio da igualdade perante a lei a setores anteriormente carentes de direitos, estas não têm como resultado, e muito menos como objetivo, alterar os fundamentos das discriminações e violência reacionária.

É preciso compreender a fundo que a revolução social é uma obra da maioria explorada e oprimida, por isso uma política classista prima pela unidade organizativa dos explorados. Coloca na ordem do dia a superação da crise de direção e construção do partido revolucionário. Faz da luta contra cada expressão da opressão social, em suas formas mais imediatas, um ponto de partida para a denúncia da falta de perspectiva do capitalismo em decomposição. Assim como a revolução social é impossível sem que os diversos segmentos que compõem a maioria

explorada se coloquem em movimento, o fim das opressões é inviável à margem do programa da revolução proletária.

TR - 43

O 36º Congresso do ANDES-SN reconhece que a opressão étnica, racial e sexual é manifestação da opressão de classe e delibera:

1. Considera que o primeiro passo da igualdade e emancipação das mulheres é o da integração na produção social e libertação do trabalho familiar privado (fim da dupla jornada), cujas tarefas devem ser assumidas pelo Estado, com a construção de creches, lavanderias e restaurantes públicos;
2. Responsabiliza a burguesia e seu Estado pela brutal violência sofrida pela mulher. Responderá aos casos individuais de violência com as reivindicações que opõem os explorados aos exploradores, à subordinação da mulher à economia privada da família, às discriminações legislativas, judiciais e policiais, à repressão ideológica e às pressões da religião.
3. Exige que o Estado assuma integralmente o direito à mulher à saúde pública e que a maternidade seja reconhecida como função social; que o direito ao aborto seja reconhecido pelo Estado, que garanta gratuitamente todas as condições hospitalares e medicinais;
4. Considera que a livre manifestação do amor sexual depende da extinção da família individual, da abolição da influência social da Igreja, de todos os preconceitos do obscurantismo religioso e da propaganda reacionária da burguesia contra os homossexuais, que se converte em ódio e em violência física.
5. Defende das reivindicações democráticas que se contrapõem à discriminação aos homossexuais.
6. Responsabiliza o Estado pelo ódio obscurantista aos homossexuais e pela violência sofrida.
7. Defende a organização de negros e brancos oprimidos contra o sistema capitalista, raiz da barbárie social.
8. Contra as discriminações, defende trabalho igual, salário igual e emprego a todos.
9. Aprova a campanha por um tribunal popular para julgar os crimes da burguesia e da polícia contra os negros dos bairros pobres. Pelo fim da PM e desmantelamento do aparato repressivo do Estado burguês.

TEXTO 44

Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)

POR UMA FRENTE ÚNICA EM DEFESA DOS EMPREGOS, SALÁRIOS E DIREITOS. NÃO AO PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA.

TEXTO DE APOIO

É visível o descontentamento dos explorados e da juventude com o governo de Michel Temer. O principal motivo não é porque se trata de um governo nascido do golpe institucional, mas porque as condições de vida têm piorado sensivelmente e porque as medidas econômicas e sociais em curso se chocam com as necessidades mais elementares da população. É claro que aqueles que sofrem na carne a crise capitalista e a brutal exploração começam a enxergar o vínculo do desemprego crescente, inadimplência, destruição de direitos e avanço da pobreza com o golpe que derrubou o governo petista de Dilma Rousseff.

O sentimento é: se estava ruim com o governo do PT, agora, piorou. De fato, o governo de Dilma Rousseff se colocou por proteger o grande capital diante dos desequilíbrios econômico-financeiros; o golpe foi desfechado precisamente para ir mais além do que previa o governo petista. Ocorre que foi apresentado como um meio para retomar o crescimento, reverter a recessão, conter a destruição maciça de postos de trabalho e trazer de volta à produção os milhões de desempregados. Ao contrário, a PEC 241 (55) aprofundará a recessão, atingirá frontalmente a saúde, educação, moradia, os programas sociais, o salário mínimo e cortará empregos públicos. O PLP 257 objetiva precarizar os serviços públicos e reduzir o quadro do funcionalismo. A MP 746 resulta na expulsão de uma importante camada de jovens do ensino médio e estabelece uma diferenciação entre os que podem e os que não podem frequentar o ensino médio em tempo integral. O problema não para por aí. Estão previstas as reformas da previdência e trabalhista e a generalização da terceirização.

A missão do governo Temer é a de viabilizar o pagamento dos gigantescos juros da dívida pública. Tudo o mais pode ser sacrificado, menos os interesses do capital financeiro e do imperialismo. A crise econômica, que vem destruindo em grande escala postos de trabalho, é de ordem internacional. Está aí por que o violento “ajuste fiscal” serve diretamente às potências. Os explorados brasileiros, assim, carregam nas costas a burguesia nacional e a imperialista. É preciso ter claro a dimensão do problema e de seu caráter de classe. Não serão manifestações de uma parcela descontente da classe média e da juventude estudantil que irão romper o círculo de ferro do governo antinacional e antipopular.

Sem dúvida, essas manifestações têm mostrado o caminho a seguir. Ganhar as ruas e ocupar as escolas indicam aos demais explorados que sem luta coletiva o governo golpista avançará em seus propósitos reacionários. O confronto de milhares manifestantes em Brasília, no dia 29 de novembro, com o aparato policial, por sua vez, deu mais uma prova de que o combate será cada vez mais contundente.

As recentes ocupações de mais de mil de escolas e universidades alertaram o governo para a possibilidade de uma luta mais generalizada. Seu isolamento, no entanto, demonstrou os limites de um movimento setorializado. Pesou como obstáculo a política conciliadora, parlamentar e divisionista das direções sindicais, populares e estudantis. Em palavras, se levanta a bandeira da greve geral, mas na prática a sabota.

Está claro que a queda do governo do PT e o desmanche de sua aliança burguesa no seio do Estado não romperam o predomínio da política de colaboração de classes, que bloqueia o proletariado. Essa gente saiu da condição de governo burguês para oposição burguesa. Esse é o ponto central da situação política, ou melhor, da dificuldade das massas se levantarem contra o governo golpista, antinacional e antipopular.

Não foi por falta de disposição de luta dos explorados que não se pôs em pé um movimento nacional contra o governo Temer. Não foi por falta de isolamento do governo golpista diante da população que a classe operária não está à frente das lutas. Não foi por falta de grandes motivos que ainda não amadureceram as condições políticas no seio das massas para a greve geral. Estamos diante de uma nova situação em que os governistas que perderam o poder, agora, trabalham por recuperar o terreno, utilizando-se do aparato sindical para bloquear a revolta dos oprimidos e mostrar à burguesia o quanto são importantes para a estabilidade do regime.

Os explorados e sua vanguarda política estão diante da tarefa de romper com a política pró-capitalista do PT e das frentes que a sustentam. Nada de amarrar o movimento às disputas interburguesas, que apenas tomaram outra forma depois do impeachment. Mantém-se a tarefa de conquistar a independência política e organizativa do proletariado e do movimento das massas. A defesa da estratégia do governo operário e camponês é que distingue o campo proletário do burguês. A bandeira que corresponde é a de “Abaixo o governo burguês de Temer e por um governo operário e camponês”.

Mesmo que estejamos em meio a uma categoria predominantemente pequeno-burguesa, na última greve nacional, cresceu a constatação de que um movimento apenas dos docentes ou da educação é insuficiente para enfrentar os ataques do governo, inclusive os ataques ao

funcionalismo e à Educação Pública. É necessário que o movimento docente, que já aprovou a defesa da greve geral, se coloque a favor de um programa de defesa da vida das massas exploradas, partindo da defesa do emprego, dos salários e necessidades vitais, fazendo suas reivindicações mais sentidas e ligando-as com as demandas específicas e setoriais. Por isso, propomos a seguinte plataforma de lutas para orientar nosso plano nacional de lutas para o próximo período:

TR - 44

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera promover a campanha por uma frente única sindical, baseada nas assembleias e comitês de luta, em torno da seguinte plataforma:

- 1.** Redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários;
- 2.** Fim das demissões e estabilidade no emprego;
- 3.** Emprego a todos, aplicando a escala móvel das horas de trabalho (divisão de todas as horas de trabalho entre todos aptos a trabalhar);
- 4.** Unir efetivos e terceirizados. Pela efetivação dos trabalhadores terceirizados, sem concurso público. E contratação direta, no setor privado. Trabalho igual, salário e direitos iguais.
- 5.** Reposição das perdas salariais. Por um salário mínimo vital que corresponda de fato às necessidades integrais da família. Defesa da escala móvel de reajuste (reajuste automático do salário de acordo com a elevação do custo de vida);
- 6.** Fim de todas as medidas de flexibilização e precarização do trabalho;
- 7.** Pela extinção de toda a legislação que restringe ou elimina a liberdade de expressão, manifestação e greve. Abaixo as leis antigreve e as multas judiciais impostas aos sindicatos e grevistas. Abaixo a Lei Antiterrorista;
- 8.** Combater a mercantilização, privatização e desnacionalização da educação, mediante a expropriação sem indenização do sistema privado e constituição de um único sistema público, gratuito, científico e sob controle dos que estudam e trabalham;
- 9.** Defender a saúde pública contra o avanço da mercantilização e privatização, por meio da expropriação do sistema privado, sem indenização, e constituição de um sistema único de saúde, público, gratuito e sob controle operário.
- 10.** Entrega de terras aos camponeses e indígenas; atendimento imediato de suas reivindicações.
- 11.** Defender a unidade dos trabalhadores do campo e da cidade para combater a violência reacionária da burguesia. Responder com as bandeiras de fim da PM, dissolução do aparato repressivo e Tribunais populares para punir os crimes da burguesia.
- 12.** Promover uma campanha permanente contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais. No âmbito universitário, que o ANDES impulse a constituição de Comitês Locais, Estaduais e Nacional contra a Repressão, lutando pelo fim dos processos políticos, readmissão de sindicalistas demitidos e expulsão da PM das universidades.
- 13.** Abaixo as reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio!
- 14.** Não pagamento da dívida pública.

TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES: BANCO DE PROFESSOR-EQUIVALENTE DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**TEXTO DE APOIO**

O sistema de Banco de professor-equivalente foi constituído primeiramente para as universidades federais com a PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 22, DE 30 DE ABRIL DE

2007. Esse é um importante mecanismo de garantia da autonomia institucional, principalmente quando estipula em seu artigo 4º o seguinte:

“Art. 4º Observados os limites do banco de professores-equivalente fixado nos termos do art. 1º, será facultado à universidade federal, independentemente de autorização específica:

I - realizar concurso público e prover cargos de Professor de 3º Grau;”

Isso significa que as instituições que possuem Banco de professor-equivalente não precisam mais pedir autorização ao ministério para realizar concursos públicos sempre que um professor deixa os seus quadros, por qualquer que seja a razão.

No que diz respeito à carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), o DECRETO Nº 8.259, DE 29 DE MAIO DE 2014 instituiu o Banco de professor-equivalente nas universidades federais, reconhecendo a equivalência entre as carreiras do Magistério Superior (MS) e do Magistério EBTT e, portanto, tratando-as de maneira igual.

Em 30 de maio de 2014 foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto nº 8.260, que dispõe sobre a constituição do Banco de Professor Equivalente da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – BPEq – EBTT para as Unidades de Ensino Básico e Técnico vinculadas às Universidades Federais e para o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) e Colégio Pedro II.

Isto foi fruto da mobilização sindical que pautou a exigência desse Banco de professor-equivalente nas últimas greves da categoria. O decreto foi um grande avanço na autonomia das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, porém, ainda ignora a existência de professores da carreira do Magistério Superior nessas instituições.

A falta do Banco de professor-equivalente da carreira do MS é particularmente prejudicial aos CEFET's que sempre possuíram um número considerável de professores do MS. Não poder repor a vaga de professores do MS que deixam a instituição levará inevitavelmente à extinção da carreira, o que não pode ser aceito pelo nosso sindicato. O CEFET/RJ, por exemplo, possuía 146 docentes da carreira do MS em 2008 (Fonte: DRH do CEFET/RJ) e, atualmente, esse número foi reduzido a 104 professores (Fonte: Portal da Transparência).

Vale ressaltar ainda que a falta do Banco de professor-equivalente da carreira do MS não impede somente a abertura de concursos para a carreira, mas tem servido também como argumento para barrar processos de Redistribuição de professores da carreira vindos de outras universidades.

Observando o princípio da isonomia entre a rede de Universidades Federais e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a equivalência entre as carreiras MS e EBTT deve ser plenamente reconhecida. Dentro das universidades federais a implementação do Banco de professor-equivalente da carreira do EBTT foi fundamental nesse sentido. Resta

agora o reconhecimento da existência da carreira do MS dentro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através da implementação desse que é último banco de professor- equivalente ainda não instituído. Esse seria um passo muito importante na criação da carreira única, que é a grande bandeira do nosso sindicato no que diz respeito à carreira dos professores federais.

TR - 45

Diante da conjuntura descrita e dos argumentos expostos no texto de apoio, o 36º Congresso do ANDES-SN aprova como item da pauta dos docentes do Setor das IFE, no que diz respeito à carreira:

1. que seja instituído o Banco de professor-equivalente para a carreira do Magistério Superior nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que possuem professores dessa carreira.

TEXTO 46

Contribuição da Assembleia Geral da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS

TRABALHADOR@S TERCEIRIZAD@S

TEXTO DE APOIO

De forma desigual e combinada a hegemonia neoliberal foi sendo fortalecida pela reestruturação produtiva, no setor público e, aqui, particularmente as instituições federais de ensino (IFEs) deixaram de ter trabalhador@s concursad@s para as chamadas atividades meio. A execução de algumas atividades meio passou a ser mediada por empresas que contratam trabalhador@s para estes serviços; e esses cargos foram extintos do plano de carreira.

As empresas que terceirizam o trabalho, por concepção, avançam na exploração e precarização do trabalho e violam direitos trabalhistas. No caso da UFRGS, há recorrência da empresa Multiágil, responsável pela contratação de trabalhador@s da limpeza, alimentação e a monitoria na creche da UFRGS, parcelou e atrasou o pagamento do décimo terceiro, além de manter atrasado o pagamento de vale-alimentação e vale-transporte. Muit@s trabalhador@s passaram o natal sem receber o dinheiro a que tem direito. Não é a primeira vez que isto acontece.

Sabemos do caos para desenvolver nosso trabalho sem o trabalho d@s terceirizad@s. Mas é mais, conhecemos o aviltamento à humanidade produzido pela terceirização, também nomeada de moderno trabalho escravo.

Dos aprendizados que as Ocupas nos proporcionaram, está a aproximação com a categoria de trabalhador@s terceirizad@s, somos quatro categorias compondo a comunidade universitária na UFRGS, urge fortalecermos nossos laços! Imperativo é pensarmos coletivamente que UFRGS queremos e se há lugar para o trabalho terceirizado nesta Instituição Federal de Ensino.

TR - 46

O 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Que o Setor das Federais faça um mapeamento preliminar da situação d@s trabalhador@s terceirizad@s nas IFEs de sua base para apresentar no 37º Congresso, considerando entre outras questões: (a) compõem a base da FASUBRA, têm sua própria associação, estão sindicalizad@s em outro sindicato? (b) que denúncias há sobre as empresas contratantes? (c) como é elaborado o edital de contratação?

TEXTO 47

Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)

RESPONDER AO ESTRANGULAMENTO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS COM A UNIDADE COM ESTUDANTES, TÉCNICOS, FUNCIONALISMO E TRABALHADORES EM GERAL

TEXTO DE APOIO

A crise econômica que afeta a economia mundial e nacional bate forte também nos estados e municípios. Não bastasse a drenagem de imensos recursos consumidos pela corrupção há, de fato, uma queda da arrecadação como consequência da redução da atividade econômica.

Os estados e municípios não tendo os mecanismos de manipulação que o governo nacional tem, são os primeiros a adotar medidas de restrição de direitos da população e do funcionalismo. Nos anos de 2015 e 2016 esses ataques afetaram também as universidades estaduais e em 2017, serão muito piores.

O saque dos fundos previdenciários dos regimes próprios, onde existem, não foram suficientes. Estados já estão deixando de pagar salários ou parcelando a sua quitação, assim como, atrasando os décimos-terceiros e as aposentadorias. Esta situação tem levado inclusive a situações convulsivas como as que se viram no Rio de Janeiro e Porto Alegre. Mas, agora que foi aprovada a PEC de limitação dos gastos e o acordo da união com estados para renegociar dívidas, os governos estaduais estarão muito mais à vontade para descarregar sobre o funcionalismo o peso da crise econômica.

As diversas greves e ocupações protagonizadas por docentes das estaduais, em 2016, mostram que os professores tomaram o caminho da resistência, a exemplo dos movimentos no Amapá, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Piauí, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo. As greves tinham como pauta: reajuste salarial, defesa do pagamento das progressões na carreira, continuidade de obras, verbas para manter o pagamento de empresas terceirizadas, recursos para compra de material, etc. Em suma, expressavam um conjunto de reivindicações elementares para a manutenção precária do ensino e pesquisa. Algumas promessas foram arrancadas, como liberação de recursos, de editais para pesquisa e extensão, mas os grandes problemas, envolvendo mais verbas e reajustes salariais, não foram resolvidos. As negociações ou inexistem ou são inexpressivas. As reitorias, como correias de transmissão das políticas dos governos estaduais, não apresentam acordos que possam ser aceitos pelas categorias em luta.

Unificar o funcionalismo

Em alguns estados, os docentes combateram os governos junto com os funcionários das universidades e todo o funcionalismo. Ademais, houve no Paraná o importante movimento de ocupação das escolas pelos estudantes secundaristas que empurrou os professores da rede estadual à greve e se irradiou por todo o país. Uma greve que poderia ser de todo o funcionalismo, era a resposta necessária à retirada que o governo perpetrou da data-base, condenando o conjunto do funcionalismo do executivo (legislativo e judiciário mantiveram a data-base) a não ter reposição nos próximos dois ou três anos.

As dificuldades dessa greve, principalmente de não ter se tornado geral, mostraram os entraves que deverão ser superados nos próximos movimentos para conseguir a unidade. Mas essa greve também mostrou, mais uma vez, a dificuldade de muitos sindicatos docentes se articularem e unificarem com o funcionalismo devido ao corporativismo docente. Esse corporativismo também tem se manifestado em outros estados e é um bloqueio importante na constituição de uma frente única contra os governos estaduais.

Sem essa unidade com o funcionalismo a luta dos docentes das estaduais não tem como prosperar, pois, no quadro da crise que se agrava, muitos governos não hesitarão em reduzir ao mínimo o custeio dessas universidades. É importante entender que a única forma que a burguesia tem de enfrentar a crise é destruindo forças produtivas, e a principal força produtiva é a força de trabalho. A degradação das universidades e até o seu fechamento é, por isso, uma forma de enfrentar a crise por parte da burguesia. Não se pode ter ilusões de que as oligarquias estaduais tolerarão por muito tempo a continuidade dessa despesa que eles consideram supérflua.

É necessário que o movimento docente supere o corporativismo e se unifique com o conjunto dos trabalhadores, incluindo o funcionalismo que lhe é mais próximo. Para isso há que defender um único sistema público e gratuito de educação – em todos os níveis – custeado integralmente pelo estado e que inicie estatizando completamente todo o sistema privado de ensino. Trata-se de uma reivindicação verdadeiramente democrática e que pode ganhar o apoio dos trabalhadores e juventude

Outra bandeira que unifica com o funcionalismo é a denúncia da reforma da previdência. Trata-se de um ataque brutal ao conjunto da força de trabalho e tem o potencial de unificar toda a classe. Para isso, entretanto, haverá que superar a perspectiva corporativa de fazer a defesa dos regimes especiais, onde existem, e postular um único sistema previdenciário para todos, aposentadoria integral por tempo de serviço e exclusivamente custeado pelo capital e pelo seu estado. Somente desta forma será possível avançar para se unificar não apenas com o funcionalismo, mas com todos os trabalhadores do país. É necessário superar a ilusão de que é possível ainda preservar condições especiais para os professores quando, na prática, os novos docentes concursados já ingressam – para efeito previdenciário – em condições semelhantes aos dos trabalhadores da CLT, em que pese a existência, por ora, de regimes especiais.

Organizar a luta unitária de estudantes, técnicos e estudantes das estaduais e federais

Com a crise financeira tornou-se cada vez mais fácil para os governos ignorarem os movimentos paredistas. A justificativa de que os cortes e a retirada de direitos são imprescindíveis no momento não é contraposta por um grande movimento das instituições de ensino superior. Enfrentam-se essencialmente os mesmos problemas, ligados a uma única política coordenada pelos governos, mas sem uma luta geral e unitária que revelasse o plano de destruição do ensino público. A tentativa de coordenação das greves das estaduais e federais, por meio da reunião conjunta dos setores e um comando de greve unificado, na luta contra a PEC 55 foi uma iniciativa que chegou tarde, quando as estaduais já estavam encerrando suas greves, mas merece ser retomada. O movimento deve ser organizado em nível nacional, articulando as demandas, não em torno apenas de especificidades que separam, por exemplo, as instituições federais das estaduais, mas em torno das reivindicações gerais e elementares que têm mobilizado as universidades sucateadas.

Pesa o corporativismo do movimento docente que se nega a construir pautas conjuntas com técnicos e, sobretudo, com estudantes. Na verdade, o movimento estudantil é a única força material, no interior das universidades, que pode se erguer de forma massiva e expressar a denúncia da destruição em curso. Algumas atividades conjuntas, como passeatas e atos, são facilmente sufocados pela força jurídica e mesmo policial dos governos estaduais. No Piauí, por exemplo, o governo atuou para que a greve da Uespi fosse considerada ilegal, o que pesou para o encerramento do movimento. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, a ação policial tem ocorrido, inclusive, dentro dos campi universitários. Na USP, a polícia militar chegou a invadir a moradia estudantil. Não esqueçamos da brutal violência policial contra os professores da educação básica no estado do Paraná em 2015.

Defender a autonomia como autogoverno da comunidade universitária

Quanto a luta pela autonomia universitária é imprescindível a unificação com o movimento estudantil. Nesse sentido, há que se avançar na caracterização de que a burocracia universitária (Reitorias e Conselhos Superiores) não passa de instrumentos dos governos e da burguesia no interior da universidade, mesmo com as consultas (mal chamadas de eleições) à comunidade.

Em muitas IEES a burocracia tem reprimido o movimento estudantil quando este se levanta em defesa da universidade, chegando em algumas a pedir “reintegração de posse” e até “interditos proibitórios” contra os estudantes. Mostram, dessa forma, que a burocracia não passa de um instrumento dos governos e da burguesia. Por isso, há que se colocar com clareza pela defesa do Governo tripartite, subordinado à Assembleia Geral Universitária. Esta deve ser a forma de governo da universidade e a única que pode defender a autonomia perante o governo e a burguesia.

Em muitas universidades estaduais, as burocracias universitárias têm levantado a reivindicação de se “regulamentar” a autonomia pelos governos, limitando a compreensão desta, à chamada autonomia financeira. O problema é que há sindicatos de docentes que também defendem essa alternativa. O modelo seria o das universidades paulistas. Esta compreensão da autonomia interessa às burocracias, pois lhes permite dispor de recursos para desenvolver a sua política miúda em conluio com os governos dos estados. Entretanto, este “modelo” permite outras linhas de ataque à universidade pública e gratuita. Essa modalidade de “autonomia” já mostrou, no caso das paulistas, que o estabelecimento de qualquer percentual fixo acaba, mais tarde ou mais cedo, por estrangular o financiamento exclusivamente público das IEES. Ao mesmo tempo, e mesmo antes desse estrangulamento se concretizar, a “autonomia” estimulou a farra das privatizações pela via das fundações e convênios com empresas. Agora que a crise se instalou de modo aberto, na USP, por exemplo, vem se desenvolvendo uma campanha em favor da cobrança de mensalidades e, por outro lado, a demissão de funcionários pelo PDV. O movimento docente deve retomar a luta pelo financiamento integral e exclusivo das universidades pelos estados e combater todas as formas de privatização que estão em curso.

Sem um movimento unitário de universidades públicas, sem uma unidade com todos os setores, particularmente, com o movimento estudantil, sem a adoção de medidas mais radicalizadas, como os bloqueios, as ocupações dos prédios, as grandes manifestações, as greves estão fadadas a se esgotarem e encerrarem sem conquistas efetivas e sem reverter o quadro atual.

Superar as direções sindicais conciliadoras e imobilistas

Assim, além de apontar para as reivindicações, os métodos e a necessária unidade, não se pode enfrentar a política de corte nos estados, que se materializa no sucateamento e destruição das universidades, sem um combate para levantar os demais setores do funcionalismo, imediatamente também afetados pela ação dos governos estaduais. Trata-se de um combate porque, no interior do funcionalismo, estão direções sindicais conciliadoras, imobilistas e até governistas. Uma frente sindical em torno das reivindicações gerais (reajuste salarial, pagamento dos atrasados, defesa do emprego dos contratados, reversão dos cortes, defesa dos direitos previdenciários, etc.) deve ser o ponto de partida para uma luta geral e para a construção de greves gerais.

Na atual conjuntura, a luta econômica é a ponte para uma luta política mais geral, o que obviamente está em oposição com a posição mesmo de correntes e direções ligadas às esquerdas que se lançam em mil palavras de ordem contra o governo de Temer (“Fora Temer”, “Eleições Gerais”, “Fora Todos”, “Constituinte”, etc.), mas que não trabalham para a defesa das reivindicações elementares em uma frente sindical que centralize os vários segmentos em luta. Essa é a tarefa para o próximo período.

TR - 47

O 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Nas universidades estaduais o movimento docente deve procurar se unificar com a luta de todo o funcionalismo público contra os ataques dos governos.
2. Defender um único sistema público e gratuito de educação – em todos os níveis – custeado integralmente pelo Estado e que inicie estatizando, sem indenização, todo o sistema privado de ensino.

3. Defender um único sistema previdenciário para todos, aposentadoria integral por tempo de serviço e exclusivamente custeado pela burguesia e pelo seu Estado.
4. Controle da Universidade pelos que estudam e trabalham. Governo tripartite, subordinado à Assembleia Geral Universitária.
5. Lutar pelo financiamento integral e exclusivo das universidades pelos estados e combater todas as formas de privatização.

TEXTO 48

Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)

PLANO DE LUTAS DAS IFES: ORGANIZAR A LUTA UNITÁRIA CONTRA A DESTRUIÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA. COMBATER A PRECARIZAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E DEFENDER A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

TEXTO DE APOIO

As universidades e institutos federais que se expandiram desorganizadamente sob o governo de Lula, passaram a sofrer maiores restrições a partir do primeiro mandato de Dilma Rousseff. A criação de novas IFE e o processo de “interiorização” das já existentes exigiam aumentos progressivos de recursos ao longo dos últimos dez anos. Com o aprofundamento da crise econômica mundial e suas manifestações no país, de 2014 em diante inicia-se um processo de diminuição das despesas primárias em favorecimento das despesas financeiras do Estado. Em 2015, o orçamento previsto para o MEC de 48 bilhões de reais foi diminuído até chegar aos 38 bilhões realizados. Em 2016, os 33 bilhões previstos (com cortes previstos em quase 2 bilhões) representaram a consolidação de um brutal retrocesso nas condições de infraestrutura das IFES. Diminuição de bolsas de pesquisa e extensão, manutenção de precárias instalações nos campus do interior, arrocho salarial, atraso e paralisação de obras de infraestrutura básica, etc. As greves de 2015, contra os cortes, e a de 2016, contra as medidas de ataque ao orçamento público, não puderam barrar nem amenizar o impacto dessa situação. Nestas greves, não se atingiu uma unidade efetiva entre estudantes, professores e funcionários no interior das instituições, tampouco a generalização para o conjunto do funcionalismo e dos trabalhadores.

Diante desse quadro, o governo se encontra de mãos livres para continuar atacando os direitos e sucateando as universidades. A expansão das IFE, que poderia ser um ponto de apoio para a defesa do ensino público, torna-se meio de sucatear a educação pública em favorecimento do ensino privado. As dezenas de universidades e institutos federais com suas centenas de unidades não têm como sobreviver sem aumento dos recursos repassados pelo MEC. Tornam-se reféns de parcerias com empresas e fundações privadas que sugam sua mão de obra qualificada em torno de migalhas. São forçadas a abrir cursos de especialização, de idiomas e outros para comprar materiais básicos. Na verdade, parte do corpo docente, ligado às burocracias universitárias, utilizam-se da falta de recursos para legitimar essas práticas de privatização de serviços realizados no interior das IFE, que não resolvem seus problemas estruturais mas engordam o bolso de meia dúzia de burocratas/docentes.

A luta contra o enxugamento do orçamento do MEC, contra os cortes que vêm se realizando nos últimos anos deve ser o ponto central de nossas lutas. Entretanto, para que seja consequente, deve estar ligada à luta contra o pagamento da Dívida Pública que suga o orçamento da Saúde, Educação, Assistência Social, Infraestrutura, etc. Além disso, a luta por mais recursos e contra os cortes na educação para as IFE deve estar vinculada à defesa do fim do ensino privado, que

consome também recursos destinados à educação, e à questão da real autonomia universitária, que diz respeito à administração pedagógica e orçamentária das IFE, sem a qual a casta da burocracia universitária continuará servindo a interesses privatistas e não ao conjunto dos que trabalham e estudam nas universidades e institutos federais.

Assim, nossa luta imediata é contra os cortes e restrições no orçamento do MEC, o que se materializa no combater por derrubar as medidas impostas pelo governo Temer, levantar a bandeira do fim do pagamento da Dívida Pública e assumir a consigna de real autonomia universitária, que assenta no governo tripartite e na Assembleia Geral Universitária.

TR - 48

O 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

- 1.** Defender o financiamento público integral das Universidades, com orçamento elaborado por quem estuda e trabalha. Pelo fim imediato dos subsídios e financiamentos ao setor privado, que todas dívidas dos estudantes sejam canceladas e o montante pago, devolvido; que todos estudantes do ProUni e do FIES sejam incorporados ao sistema público de ensino, via expropriação, sem indenização, da rede privada de ensino.
- 2.** Combate à privatização interna. Pelo fim dos cursos pagos, taxas e fundações.
- 3.** Rejeitar o Ensino à distância por levar à destruição do ensino como processo social e favorecer a mercantilização e desnacionalização. Pela revogação de toda legislação que implanta o EaD e expropriação das empresas que o exploram.
- 4.** Rechaçar integralmente o PNE por ser privatista e mercantilista, por consolidar a coexistência do ensino privado e público e por não corresponder às transformações democráticas e científicas pelas quais deve passar o sistema educacional brasileiro.
- 5.** Defender a autonomia como autogoverno da comunidade universitária. Pela destruição da burocracia universitária e constituição de um governo tripartite, de estudantes, professores e funcionários, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal e mandatos revogáveis.
- 6.** Rechaçar todos programas de avaliação externa, por serem antiautonomistas. A avaliação deve ser feita pelos que estudam e trabalham, como parte da luta pela destruição da burocracia universitária.

TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

TEXTO 25

Diretoria do ANDES-SN

ADENDO AO TEXTO 25 - ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN ao longo de sua história acumulou ataques por parte dos governos e de grupos políticos contrários à autonomia de organização dos/as trabalhadores/as. Os ataques ao sindicalismo autônomo se intensificaram a partir dos anos 2000 com a ascensão do Projeto de Conciliação de classe ao poder.

Com objetivo de destruir o ANDES-SN, buscou-se de diferentes formas a suspensão do seu registro sindical, uma vez que dessa limitação decorria também a suspensão da prerrogativa de substituição processual de seus sindicalizados e dificuldades para proceder as consignações pelas seções sindicais buscando, assim, impor profunda asfixia financeira, jurídica e política, que terminasse por colocar em xeque a existência do sindicato. Ao mesmo tempo, pretendiam impor a criação de um sindicato chapa-branca, afinado com setores do governo Lula, para dele receber o registro sindical, o que aconteceu efetivamente em 2005.

No entanto, essa não era a única linha de ação seguida pelos que trabalharam e ainda trabalham para destruir o nosso Sindicato. Em muitos casos, promoviam ações como: suspensão do repasse das contribuições dos sindicalizados ao ANDES-SN, sem qualquer justificativa de falta de recursos para tanto; desrespeito sistemático ao Estatuto do Sindicato Nacional, e mesmo dos respectivos regimentos das seções sindicais, por parte de diretorias e manobras, não raro, ilícitas e fraudulentas, para desmembrar seções sindicais do ANDES-SN e criar, a partir delas, sindicatos locais.

Atento a essas ações, o 54º CONAD (Curitiba-2009) deliberou por indicar que as seções sindicais discutissem, até o 29º CONGRESSO, possíveis alterações estatutárias que permitissem a participação, em Congressos e CONAD, dos sindicalizados de seções sindicais onde as diretorias não convocassem assembleias.

O 29º CONGRESSO do ANDES-SN aprovou um conjunto de medidas concretas e de alterações estatutárias com o objetivo de defender o ANDES-SN, sua concepção sindical, os princípios políticos e programáticos que vêm pautando sua existência, e entre elas, acrescentou o inciso VIII do Art. 41, acompanhadas dos § 4º e § 5º com a seguinte redação:

VIII - convocar, na hipótese de descumprimento das disposições estatutárias e regimentais pertinentes, atendendo a requerimento de sindicalizado, ou grupo de sindicalizados, assembleia geral dos sindicalizados das S.SINDs ou AD-S.SINDs com vista a participação nos CONGRESSOS e CONAD, até 15 dias antes da data de início dos referidos eventos para:

a) discussão do temário do evento em questão;

b) escolha de delegado(s) (arts. 16, II, e 25, I).

§ 4º - No caso do CONGRESSO, os procedimentos para escolha dos delegados corresponderão aos critérios de proporcionalidade previstos no art. 17;

§ 5º - Os recursos necessários para o financiamento da participação dos delegados previstos neste inciso não poderão ser arcados pela Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, salvo expressa autorização em contrário aprovada respectivamente pelo CONGRESSO ou pelo CONAD.

Essas alterações permitiram ao Sindicato posicionamento qualificado nas demandas jurídicas determinadas por processos de ruptura à margem dos procedimentos estatutários e regimentais, assim como permitiram uma melhor configuração das iniciativas políticas no sentido de reorganizar nossa base e manter nossa organização por local de trabalho. Dessa forma, buscou-

se configurar no Estatuto, o caráter permanente e indissociável das seções sindicais, que são partes constituintes do Sindicato que, como entidade nacional, detém a representação de toda a categoria, em todo o território nacional.

Todavia, com relação ao § 5º do inciso VIII do Art. 41 do Estatuto do ANDES-SN, na execução nos nossos eventos, se mostrou de certa forma contraditório aos nossos princípios, pois na nossa prática a diretoria do Sindicato não deve financiar delegados. A diretoria tem a compreensão que não foi isto que ocorreu até agora, pois a aprovação vem da plenária. Além disso, devemos nos apoiar no princípio da solidariedade, ou seja, a responsabilidade é de todo o sindicato e não apenas da diretoria. Ademais, os delegados eleitos nas regionais ainda dependem da aprovação da plenária para o ressarcimento das despesas, o que pode inibir a participação de alguns sindicalizados pela dúvida em ter suas despesas ressarcidas. Nesse sentido, achamos que as despesas com os delegados eleitos pelas regionais, onde as seções sindicais não convocam a assembleia, devam ser cobertas pelo evento, isto é, entrar nas despesas do rateio. Assim, estamos levando esta proposta para ser apreciada pelo 36º CONGRESSO.

TR – 25

Acréscimo ao TR 25

7 - O Parágrafo 5º do Art. 41 passa a ter a seguinte redação:

§ 5º - Os recursos necessários para o financiamento da participação do(a)s delegado(a)s previsto no inciso VIII serão arcados pelo Congresso ou pelo CONAD, sendo inseridos no rateio do evento.

TEXTO 49

Contribuição do(a)s professore(a)s Antonio Euzébios Filho (ADUNESP), Dan Gabriel D'Onofre (ADUR-RJ), Fellipe Coelho Lima (ADURN), Fernando Lacerda Jr (ADUFG), Marcio da Silva (ADUFPB) e Michelle Gabrielli (ADUFPB)

CONTRIBUIÇÃO PARA O TERRA LIVRE – MOVIMENTO POPULAR DO CAMPO E DA CIDADE

TEXTO DE APOIO

O Terra Livre – movimento popular do campo e da cidade – organiza famílias em quatro estados brasileiros (Alagoas, Goiás, São Paulo e Paraíba) para a luta pela moradia nas cidades, por terra e pela reforma agrária. Desde a sua origem, 2008, tem clara posição política de oposição aos governos federais e nas regiões, por entender que estes dificultaram o pleno acesso a estes direitos básicos dos trabalhadores, seja em governos de “frente popular” ou em outros mais à direita. As causas do déficit habitacional foram aprofundadas mesmo com o programa Minha Casa Minha Vida e a Reforma Agrária foi praticamente eliminada como política pública, inclusive nos governos Lula e Dilma.

Apesar das dificuldades, o Terra Livre tem feito lutas exemplares e atuado em unidade com movimentos sociais e sindicais que mantiveram sua autonomia em relação aos governos e padrões. Podemos citar a luta camponesa em todo o estado de Goiás, um dos centros políticos do agronegócio; na Zona da Mata em Alagoas, terra de Renan Calheiros, maior representante do atraso dos coronéis; em ocupações no centro de São Paulo, incluindo a organização de famílias refugiadas da Síria que necessitam de moradia; e o retorno das ocupações em João Pessoa, Paraíba, onde os movimentos governistas entregaram completamente a luta para a institucionalidade. Para além das lutas específicas, participamos de lutas gerais como as jornadas de junho de 2013, as ações de luta contra a Copa, de resistência ao ajuste fiscal e no grande movimento pelo Fora Temer, entre outras. Em diversas ocasiões, especialmente em

parcerias com a Regional Planalto, o Terra Livre mobilizou sua base em ações conjuntas com o ANDES/SN.

A base do Terra Livre é representada pelos setores mais pauperizados da classe trabalhadora, formada por aqueles que estão longe da organização sindical, mas que é parte das cadeias de produção das formas mais degradantes e desregulamentadas que o capital vem ensaiando há décadas de reestruturação produtiva. Por isso, a capacidade de estruturação do movimento fica bastante comprometida e este é sempre um obstáculo para uma ampliação e maior capacidade de luta. Em seu último congresso, o movimento decidiu criar uma Escola de Formação e manter uma sede nacional. Assim, a possibilidade de um auxílio financeiro periódico seria um grande diferencial para que o Movimento dê grandes passos em favor da luta dos trabalhadores.

TR - 49

1. Que o 36º Congresso do Andes delibere por auxílio financeiro de R\$ 1000,00 (mil reais) mensais para a estruturação nacional do Terra Livre – movimento popular do campo e da cidade – nacional.

TEXTO 50

Contribuição da Diretoria e da Delegação da ADUFU-SS ao 36º Congresso do ANDES-SN

ELEIÇÕES COM TODAS AS VOZES DO ANDES-SN – PROPOSTA DE MUDANÇAS NO ESTATUTO PARA INSCRIÇÃO DE CHAPAS PARA CONCORRER À DIRETORIA DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Compreendemos o ANDES-SN como patrimônio das (os) docentes e da classe trabalhadora, cumprindo, nestas quase quatro décadas, papel estratégico nas lutas contra a ditadura, em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e laica; em defesa das universidades públicas e dos direitos da nossa categoria, bem como participado ativamente das lutas contra a desigualdade e opressões do povo brasileiro.

Compreendemos que os processos eleitorais cumprem papel importante, à medida que permitem o debate das diferentes compreensões sobre a forma de organizar nosso sindicato, as diferentes estratégias para o fortalecimento do ANDES-SN, como legítimo representante das(s) docentes das Instituições de Ensino Superior de nosso país. Ocorre que, pela forma como está organizada a diretoria do ANDES e as exigências quanto à apresentação de chapa completa, com 83 nomes, em 12 regionais, na prática tem inviabilizado a apresentação de mais de uma chapa nos últimos pleitos, tornando o processo eleitoral morno e com baixa participação de docentes. Neste sentido, pensamos ser fundamental nova estrutura das regionais, buscando tornar as eleições momento de debate e confronto de diferentes perspectivas para o nosso sindicato, o que acreditamos, o fortalecerá.

Atualmente a diretoria, de acordo com o art. 32 do Estatuto, tem a seguinte composição:

Art. 32. A DIRETORIA é composta de membros efetivos assim distribuídos: I - cargos da Presidência, em número de quatro (4): Presidente, Primeiro-Vice-Presidente, Segundo-Vice-Presidente e Terceiro-Vice-Presidente; II - cargos da Secretaria, em número de quatro (4): Secretário-Geral, Primeiro-Secretário, Segundo Secretário e Terceiro-Secretário; III - cargos da Tesouraria, em número de três (3): Primeiro-Tesoureiro, Segundo-Tesoureiro e Terceiro Tesoureiro; IV - Primeiros-Vice-Presidentes Regionais e Segundos-Vice-Presidentes Regionais, representando as seguintes regiões: a) Norte I: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima; b) Norte II: Pará, Amapá; c) Nordeste I: Ceará, Maranhão e Piauí; d) Nordeste II: Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; e) Nordeste III: Alagoas, Sergipe e Bahia; f) Planalto: Distrito Federal, Goiás e Tocantins; g) Pantanal: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; h) Leste: Espírito Santo e

Minas Gerais; i) Rio de Janeiro; j) São Paulo; l) Sul: Paraná e Santa Catarina; m) Rio Grande do Sul. V - fazem parte ainda da DIRETORIA um Primeiro-Secretário Regional, um Segundo-Secretário Regional, um Primeiro-Tesoureiro Regional e um Segundo-Tesoureiro Regional, cujo âmbito de atuação e competência se limita à área de sua Regional.

Nossa proposta, vai na linha apresentada pela diretoria da ADUSP, no 31º e 32º Congresso, conforme anexo ao Caderno de Textos de 2013:

“Diante das dificuldades constatadas ao longo da história do Sindicato Nacional em se completar as nominatas das chapas que se inscrevem nos Congressos eleitorais, a Diretoria da Adusp apresentou, em Congressos anteriores (o último deles foi no 31º Congresso – Texto 45), propostas de modificações do Estatuto do Sindicato no sentido de permitir maior flexibilidade nos critérios para a homologação das chapas que se inscrevam para a disputa eleitoral, visando essencialmente superar as seguintes situações: 1) evitar a possibilidade concreta de que nenhuma chapa consiga a composição completa necessária para obter o registro definitivo, inviabilizando o processo eleitoral, com todas as decorrências negativas que esse fato traria em termos de desgaste político para o ANDES-SN. 2) a dificuldade para compor uma chapa assim tão numerosa, o que pode constituir-se em um obstáculo a mais à expressão da riqueza de posições políticas existentes no interior do Sindicato Nacional e, portanto, uma séria limitação a que essa diversidade de concepções possa materializar-se – democraticamente – também na postulação à direção da entidade” TEXTO 65, Contribuição Diretoria e Delegados da ADUSP-S. Sind. ao 32º Congresso do ANDES-SN.

Uma vez que essas propostas já tiveram boa acolhida nos Congressos do ANDES-SN, sendo majoritária em 2012, mas ainda sem os dois terços necessários para modificar o Estatuto de nosso sindicato e, considerando que as justificativas para as mudanças na composição da Diretoria continuam válidas, no sentido de intensificar o debate de ideias, o confronto entre as diferentes teses e a possibilidade de ampliação do número de chapas inscritas nas eleições do ANDES, o que certamente contribuirá para o enraizamento de nosso sindicato propomos que as regionais sejam compostas de 4 diretores(as), sendo eles/as: 1) Vice-Presidente(a) Regional; 2) Secretário(a) Regional; 3) Tesoureiro Regional 4) Suplente. Dessa forma, mantém-se a exigência de inscrição com chapa completa, conforme preconiza o estatuto em seu artigo 54, mas não mais com 83 nomes, como atualmente, mas com 59 membros. Assim, teríamos apenas um suplente para os três cargos regionais, o que nos parece absolutamente suficiente, como em geral ocorre em nossas seções sindicais.

TR - 50

O 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

1 - Alterar a composição da diretoria do ANDES-SN em suas regionais passando a ter 4 e não mais 6 membros: 1) Vice-Presidente(a) Regional; 2) Secretário(a) Regional; 3) Tesoureiro Regional 4) Suplente

TEXTO 51

Contribuição do(a)s professo(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)

DEFENDER A DEMOCRACIA SINDICAL

TEXTO DE APOIO

Por uma única central, classista e operária

O fenômeno da divisão das Centrais é parte do processo de burocratização e de estatização dos sindicatos. Consta-se uma profunda divisão das lutas e a fragmentação das organizações sindicais. A divisão entre vários sindicatos, às vezes no interior de um mesmo setor, como o da educação ou da metalurgia, é expressão da política divisionista e aparelhista. Hoje, mais de uma dúzia de centrais e mais de dez mil sindicatos partilham a força de trabalho no Brasil. São aparatos burocráticos que servem unicamente de correia de transmissão da política burguesa. Constituem feudos autoritários contra os trabalhadores, que rejeitam o divisionismo e a fragmentação das lutas.

É preciso se colocar contra a divisão organizativa dos trabalhadores e defender a unidade sindical e a constituição de uma única central, classista, democrática e operária.

Pela aplicação da democracia sindical nas frentes em que o ANDES-SN atua

Tem sido uma prática do ANDES-SN atuar em frentes a partir de um método antidemocrático de consenso das cúpulas. Exemplo disso é a organização do ENE. Na primeira edição, abriu-se espaço para a elaboração de um caderno de textos, mas o encontro não teve deliberações e resultou na aprovação artificial de um texto acordado previamente pelas entidades organizadoras. Na segunda edição, nem mesmo houve caderno de textos. As contribuições deveriam ser enviadas via encontros estaduais. Porém, nos casos em que os encontros estaduais aprovaram propostas diferentes das entidades e correntes que hegemonizaram o evento, estas posições foram simplesmente descartadas. Esta maneira de construção não contribui para a construção da unidade de ação, em que os presentes nas plenárias debatem sobre os problemas e rumos do movimento e aprovam resoluções e planos de lutas concretos. É preciso mudar esta prática seja no próximo ENE, na participação em frentes e fóruns, como na organização do ENCLAT.

Pela proporcionalidade na direção do ANDES

Um sindicato é forte quando sua direção está ligada às bases, quando expressa suas necessidades, quando é capaz de mobilizar, quando faz valer a mais ampla democracia em todas suas instâncias, quando resolve as divergências pelo voto da maioria. O retrocesso político e organizativo entre os trabalhadores, que se reflete no movimento docente, faz crer que um sindicato forte se traduz em uma direção homogênea e politicamente neutra. Esta tese precisa ser afrontada.

O sindicato é um instrumento de frente única, onde se expressam todas as correntes de opinião presentes nas bases do setor. Esta diversidade não pode ser sufocada, o que leva à despolitização ou a tendências divisionistas. A forma que corresponde à democracia sindical para garantir esta livre expressão e o caráter frentista do sindicato é a eleição proporcional para sua direção. Desta maneira, a base poderá ser melhor representada.

TR - 51

O 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

- 1.** Contra a divisão organizativa dos trabalhadores, defender uma única central, classista, democrática e operária.
- 2.** Que o Andes-SN, em suas próprias instâncias e nas frentes em que atua, se coloque pela defesa da democracia sindical, o que significa que as bases nos grupos, plenárias e assembleias decidem a política e o plano de lutas a serem implementados (contra o chamado consenso progressivo).
- 3.** Pela eleição proporcional para a direção do ANDES-SN.

TEXTOS APRESENTADOS
NA
PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO E/OU
ACRÉSCIMOS AOS TRs

**TEMA II – Políticas sociais e plano geral de lutas
POLÍTICA INDIGENISTA, DIREITOS ORIGINÁRIOS E CONSTITUCIONAIS**

- Esta TR foi elaborada na emergência da ocorrência de graves fatos recentes, após embates contra a PEC 215, precipitando manobras do governo na supressão dos direitos indígenas e na invasão e perda dos seus territórios. Por isso, urge uma ação específica para a questão indígena. Esta TR conecta-se a TR 39 (abrangente), mas tem sua especificidade e urgência.

- O Estado brasileiro através do Governo Temer corre contra o tempo para aniquilar com os direitos dos povos indígenas. Tramam em todas as possibilidades para inviabilizar com a demarcação das terras, sob a sanha da intensificação das propostas neoliberais; sob o rolo compressor das bancadas ruralista, da bala, evangélica, do centrão, enclausuradas no Congresso, nos estados e municípios.

- Mais um passo no rumo do desmantelamento dos direitos dos povos indígenas às suas terras, foi perpetrado através da portaria número 68 e 80, de 14 e 18 de janeiro de 2017. Trata de oficializar no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania os assuntos sobre demarcação das terras indígenas no Brasil através de um grupo técnico para “subsidiar” o Ministério da Justiça e Cidadania nos assuntos que envolvem demarcação de terras indígenas. Retiram da FUNAI a competência para direcionar e balizar estas ações na questão fundiária indígena. Isto significará o aumento da violência contra os povos indígenas.

- Ocorreu a tentativa de colocar um general na direção da FUNAI, tendo recentemente empossado neste cargo um pastor evangélico. Essas ações foram criticadas e protestadas indignadamente por organizações indígenas brasileiras e entidades da sociedade civil defensoras dos direitos indígenas.

- Decreto recente de Temer anulou (retrocedendo ao estágio inicial) muitas terras demarcadas em todo Brasil. Como ocorreu aqui em MT, com as terras IRANTXE (Brasnorte), GUATÓ (Baixada Pantaneira) e APIACÁS (Pontal). Neste caso e em outros na região Amazônica, atingem também territórios onde vivem grupos indígenas não contatados, que vivem isoladamente.

- O orçamento da FUNAI caiu 70% de 2007 a 2017, tendo havido o maior corte em 2013, pior, só o de 2017. A estratégia é colocar o órgão em insolvência financeira. Desde 2015 as CPIs da FUNAI e do INCRA vêm sendo instrumentos da bancada ruralista para justificar as investidas contra o órgão. É uma estratégia para colocar a FUNAI em estado vegetativo e matá-la por estrangulamento orçamentário, sob o ataque aos direitos indígenas em curso no país.

- Assim, o órgão indigenista perde as condições mínimas necessárias para dar segmento às suas tarefas institucionais. As tarefas prioritárias estão nos estudos de identificação e demarcação das terras, indenizações pertinentes, proteção de terras indígenas contra invasores, presença de servidores junto a comunidades indígenas atacadas por milícias armadas, atenção a saúde e tantas outras ações prioritárias. Grupos indígenas encontram-se abandonados à própria sorte em beiras de rodovias, acampamentos, como recente em MS e RS. Isto piora muito com a aprovação da PEC 241, congelando os gastos por 20 anos, envolvendo os poderes da União e órgãos federais. É a estratégia de asfixia das instituições para inviabilizar políticas públicas no cumprimento da responsabilidade do Estado.

- Tal qual como ocorre em MT, na sanha abute do agronegócio, abrindo as portas para a dilapidação dos recursos naturais, da biodiversidade, mesmo dentro das áreas das reservas e áreas de conservação, na dilapidação e expropriação do patrimônio natural e cultural destes territórios. As prioridades na ocupação destrutiva deste modelo econômico e agrícola conectam com a sanha conexas das empresas para produção de energia, minério, exploração da biodiversidade a qualquer custo. Invadem terras, territórios sagrados alterando ciclo e fluxo das águas, inviabilizando a própria subsistência das populações indígenas.

- As pendências na demarcação das terras indígenas e quilombolas encontram-se represadas, com o avanço da violência contra os povos indígenas e remanescentes de quilombos no Brasil. Em curso, ataques paramilitares com milícias armadas como recente nos territórios Guarani Kayowá (MS), Tupinambás(BA), e tantos outros, desde o Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, passando pelo Centro Oeste, bacia amazônica, até o extremo norte.
- A escalada destrutiva das hidrelétricas é persecutória, especialmente para as populações indígenas da chamada Amazônia Legal. Interesses do agronegócio, fazendeiros, madeireiros, empresas de energia elétrica, mineradoras, devastam os territórios indígenas. Impondo condições perversas na violência e seus condicionantes, que compõem o genocídio avassalador das populações indígenas.
- É preciso mover estratégias de enfrentamento e apoio unificado, compondo com as forças e entidades que lutam contra a perda dos direitos e o genocídio contra os povos indígenas no Brasil. Frente a isto, como consequência, vemos uma crescente leva de indígenas desaldeados vivendo em condições humilhantes e subumanas, pela diáspora interna nos impactos da urbanização nas cidades. Aí se compõem o quadro crescente de miséria, exclusão e genocídio, semelhante a condição imposta a população negra no Brasil.
- Na agenda de enfrentamento e apoio, propomos o TR 52, que o 36 Congresso do ANDES – SN delibere:

TR 52

- 1 – Realizar em Brasília no primeiro semestre de 2017 um Seminário Nacional para debater o estágio atual e encaminhar estratégias de luta e apoio em favor dos povos indígenas e Remanescentes de Quilombo, em ação articulada do GTPCEGDS , GTPAUA e GTC&T.
- 2 – Que sejam convidadas instituições como o CIMI, a 6ª Câmara da Procuradoria Federal, APIB, COIAB, ABA, ANPUH, núcleos e/ou departamentos de antropologia das IFES além das representações indígenas e dos Movimentos Sociais.
- 3 – Que seja publicada a sistematização das contribuições do encontro na revista do ANDES, e/ou publicação específica editorial.
- 4 – Que sejam recomendadas às regionais e seções sindicais o apoio e acompanhamento das lutas em favor das terras indígenas e Remanescentes dos Quilombos nos Estados e no país, agendando para a CNM as pautas pertinentes no Congresso Nacional.